Cristais do rio São Francisco

fraturas por Sobradinho e Itaparica nos ciclos da matéria e da memória

Carolina Guida Teixeira

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Carolina Guida Teixeira

Cristais do rio São Francisco:
fraturas por Sobradinho e Itaparica nos ciclos da matéria e da memória

Brasília
2026

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: *Teoria, História e Crítica*
Linha de pesquisa: *Arquitetura, Cidade e Território*

Orientador: *Prof. Dr. Ricardo Trevisan*

Carolina Guida Teixeira

Cristais do rio São Francisco:
fraturas por Sobradinho e Itaparica nos ciclos da matéria e da memória

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Guida Teixeira, Carolina
GT266c Cristais do rio São Francisco: fraturas por Sobradinho e Itaparica nos ciclos da matéria e da memória/ Carolina Guida Teixeira; orientador Ricardo Trevisan. -- Brasília, 2026. 771 p.

Dissertação (Mestrado Em Arquitetura e Urbanismo)
Universidade De Brasília, 2026.

1. História do Planejamento Urbano e Regional. 2. Território. 3. Infraestruturas. 4. Usinas Hidrelétricas. 5. Cidades Barrageiras. I. Trevisan, Ricardo, orient. II. Título.

Prof. Dr. Ricardo Trevisan
Universidade de Brasília
Presidente (orientador)

Profa. Dra. Rita Velloso
Universidade Federal de Minas Gerais
Membro externo

Profa. Dra. Carolina Pescatori Candido da Silva
Universidade de Brasília
Membro interno

Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima
Universidade de Brasília
Suplente

Agradecimentos

“O São Francisco partiu minha vida em duas partes” (Rosa, 2001, p. 300)

Em um trabalho sobre as águas divididas de um rio, gostaria de agradecer, primeiro, a quem, como as barragens no São Francisco, foi também um divisor de águas em minha vida: Ricardo Trevisan. Ao me compreender para além das palavras, Trevisan fez com que as palavras desta dissertação também se encontrassem nesse lugar – em um diálogo invisível, no qual a compreensão precedeu a palavra e a tornou possível, esta dissertação se escreveu. Obrigada por tudo.

Agradeço também à Carolina Pescatori, por me acompanhar neste percurso e por me mostrar a sensibilidade em sua forma crua.

Agradeço a Naldo, Jailton, Juraci, Eva, Marcílio, Geralda, Bernadete, Primitiva, Lucilene, Guarabira, Carlos, Ceiça e a todas as pessoas que cruzaram meu caminho nesta travessia *do tamanho do mundo*.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã por atravessarem o sertão ao meu lado, por rirem e chorarem nos percalços e perigos, por *virarem* sertão e *mar* comigo – e por tudo o mais, que é infinito.

Às minhas avós, por darem luz à minha vida.

Agradeço aos meus queridos amigos por esse caminhar – Lorena, Flávia, Maria Clara, Camila, Laura, Isadora de Almeida, Luiza Ceruti, Marcela, Amora, Bruna Leite, Julyana, Renata, Kallyo, Leonardo Nóbrega.

Agradeço a Artur, pela vida ao seu lado.

Agradeço aos membros da banca, Rita Velloso e Carlos Henrique, por aceitarem o convite e se disponibilizarem a ler este trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

Todos vocês, de alguma forma, partiram minha vida em duas partes – e a iluminaram.

Subindo colinas arenosas, haviam chegado ao labirinto. Este, de perto, pareceu-lhes uma direta e quase interminável parede, de tijolos sem reboco, pouco mais alta que um homem. Dunraven disse que tinha a forma de um círculo, mas tão extensa era sua área que não se percebia a curvatura. Unwin lembrou-se de Nicolau de Cusa, para quem toda linha reta é o arco de um círculo infinito... (Borges, 1998, p. 669).

Lá pelas tantas ele apanhou uma folha de papel, a caneta, e traçou uma linha na página em branco. Eu poderia continuar traçando esta linha indefinidamente, ele disse, acabaria a página mas eu seguiria riscando sempre em linha reta, acabaria o território da cidade, do país, mas eu seguiria, cruzaria os campos e as coxilhas, depois as montanhas, os mares, sempre à frente através da superfície terrestre. Parece um caminho infinito mas na verdade há um fim: quando eu terminar a volta ao globo e chegar de novo aqui, neste pátio, nesta roda de conversa em torno do fogo, nesta página, no mesmo ponto onde comecei. Só que aí, como o círculo fechado, já não há mais início nem fim, e eu fico perdido no meio do trajeto, preso, não no meio do círculo, mas no próprio círculo, como um elemento dele. Roberto tomou um gole de uísque, olhou para o fogo e prosseguiu: e eu andei sempre para a frente, sempre reto à frente: o círculo é uma linha reta (Barbosa, 2004, p. 40).

O estrondo que anunciou o fim de mundos inteiros no Vale do São Francisco não veio do céu, mas do avanço inexorável das águas que, ao se avolumarem, devoraram a paisagem para cumprir sua promessa de "redenção". Por séculos, a perenidade do rio, em pleno semiárido brasileiro, desenhou um leito civilizatório que atraiu comunidades e consolidou cidades; a partir da década de 1970, porém, as águas que *fundavam* passaram a *afundar*. À sombra do ideário desenvolvimentista e da demanda energética dos centros industriais, o sertão foi convertido em "zona de sacrifício", onde culturas e modos de vida passaram a contar como custo imposto em nome de um "bem maior". Tomando o Polígono das Secas – estigmatizado como "região-problema" – como laboratório, a engenharia mobilizou a vulnerabilidade socioeconômica e climática da área para legitimar a construção de sucessivas muralhas de concreto que afundaram cidades inteiras. Nesse gesto inscreve-se o Capitaloceno – quando o rio é convertido em mercadoria e a bacia em campo de expropriação territorial –, tendo nas usinas de Sobradinho (1979) e Itaparica (1988) seus emblemas, expressos na submersão de sete núcleos urbanos e no desalojamento de aproximadamente 137 mil pessoas. Ao acorrentar o Velho Chico, tal engenharia estancou o pulso das cheias e vazantes e instaurou uma nova temporalidade no vale que, tal qual o rio, paralisou-se. Sob a lente da "imagem-cristal" de Gilles Deleuze e da "duração" de Henri Bergson, esta pesquisa compreende as barragens de Sobradinho e Itaparica como agentes de uma cisão temporal e material, na qual o passado submerso deixa de habitar apenas o pretérito e retorna, na matéria, nos ciclos ambientais e na memória, tensionando continuamente um presente fraturado. Essa ruptura desdobra-se em quatro fraturas que compõem o escopo da investigação: a ambiental, na qual o ciclo ancestral de simbiose entre rio, terra e comunidades ribeirinhas é violentamente invertido, retornando como um circuito necrófago; a social, na qual a promessa estatal de progresso e luz se refrata no trauma da realidade e volta como estagnação e espera; a material, em que a destruição das antigas cidades obriga à reconstrução com os próprios restos, fazendo o passado submerso persistir na materialidade das novas formas urbanas; e a memorial, em que a memória latente se inscreve na matéria das ruínas, fazendo da rachadura do território o lugar recorrente onde o trauma se inscreve. Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando filosofia, literatura, história e urbanismo por meio de cartografia crítica, pesquisa documental e um mosaico de vozes recolhidas no território entre 2021 e 2024. Para além do apagamento físico, o trabalho desvela uma paisagem de insistências na qual vestígios atestam o que as águas não puderam apagar desse rio-sertão, onde nada possui começo ou fim quando a inundação se dá por dentro. Pelas feridas abertas pelo desenvolvimento, o represado transborda e a vida teima em brotar, seja como insurgência, ruína ou potência, fazendo da morte o substrato que sustenta o eterno retorno da existência.

Palavras-chave: História do Planejamento Urbano e Regional; Território; Infraestruturas; Usinas Hidrelétricas; Cidades Barrageiras; Cidades Novas.

Resumo: **Prisma**

Abstract: **Prism**

The roar that announced the end of entire worlds in the São Francisco Valley did not come from the sky, but from the inexorable advance of the waters, which, as they swelled, devoured the landscape in order to fulfill their promise of "redemption". For centuries, the perennial nature of the river, in the heart of the semi-arid region, traced a civilizational bed that attracted communities and consolidated cities; from the 1970s onward, however, the waters that once founded began to sink. Under the shadow of developmentalist ideology and the energy demands of industrial centers, the sertão was converted into a "sacrifice zone", where cultures and ways of life began to count as costs imposed in the name of a "greater good". Taking the Polígono das Secas – stigmatized as a "problem-region" – as a laboratory, engineering mobilized the area's socioeconomic and climatic vulnerability to legitimize the construction of successive concrete walls that submerged entire cities. In this gesture, the Capitalocene is inscribed – when the river is converted into a commodity and the basin into a field of territorial expropriation – with the Sobradinho (1979) and Itaparica (1988) hydroelectric plants as its emblems, expressed in the submersion of seven urban settlements and the displacement of approximately 137,000 people. By chaining the Old Chico, such engineering halted the pulse of floods and ebbs and instituted a new temporality in the valley that, like the river itself, became paralyzed. Through the lens of Gilles Deleuze's "crystal-image" and Henri Bergson's "duration", this research understands the Sobradinho and Itaparica dams as agents of a temporal and material split, in which the submerged past ceases to inhabit only the past and returns, in matter, environmental cycles, and memory, continuously tensioning a fractured present. This rupture unfolds into four fractures that constitute the scope of the investigation: the environmental, in which the ancestral cycle of symbiosis between river, land, and human beings is violently inverted, returning as a necrophagous circuit; the social, in which the state promise of progress and light is refracted through the trauma of reality and returns as stagnation and waiting; the material, in which the destruction of the old cities compels reconstruction with their very remains, making the submerged past persist in the materiality of new urban forms; and the memorial, in which latent memory is inscribed in the matter of ruins, turning the crack in the territory into the recurring site of trauma. Methodologically, the work adopts a qualitative and interdisciplinary approach, articulating philosophy, literature, history, and urbanism through critical cartography, documentary research, and a mosaic of voices gathered in the territory between 2021 and 2024. Beyond physical erasure, the work unveils a landscape of insistences in which vestiges attest to what the waters could not erase from this river-sertão, where nothing has a beginning or an end when inundation also takes place from within. Through the wounds opened by development, what has been dammed overflows and life stubbornly sprouts, whether as insurgency, ruin, or potentiality, making death the substrate that sustains the eternal return of existence.

Keywords: History of Urban and Regional Planning; Territory; Infrastructures; Hydroelectric Plants; Dam-Affected Cities; New Towns.

Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas - e no meio da travessia não vejo! - só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso? (Rosa, 2001, p. 37)

Prólogo: Avesso 21
Cidade-Cristal

Cabeço: **Nascente e Foz** 56
Início do fim e fim do começo

FRATURA AMBIENTAL 116
O SERTÃO QUE "VIROU MAR"

- **FACE 1:** O SERTÃO ANCESTRAL 139
  - **Afluente I**: o pulso do rio. 143
  - **Afluente III**: a ecologia ribeirinha 160
  - **Afluente III**: o sertão e a sobrevivência sertaneja 186
- **FACE 2:** A PAISAGEM DA ENGENHARIA 198
  - **Poço I**: o pulso paralítico 201
  - **Poço II**: o "mar" do sertão 214
  - **Poço III**: a ecologia invertida 224

FRATURA SOCIAL 236
A LUZ REFRATADA PELO SAL

- **FACE 1:** A PROMESSA DA LUZ 267
  - **Feixe de Luz I**: o futuro iluminado 269
  - **Feixe de Luz II**: a clareza dos números 282
  - **Feixe de Luz III**: a promessa entregue 298
- **FACE 2:** A LUZ REFRATADA 310
  - **Refração I**: o passado represado 314
  - **Refração II**: a injustiça velada 324
  - **Refração III**: a sombra que permanece 355

FRATURA MATERIAL 365
CIDADES DE PEDRA, CIDADES DE PAPEL

- **FACE 1:** A CIDADE CRISTALINA 390
  - **Trama I**: a duração no chão 392
  - **Trama II**: a duração em cristal 399
- **FACE 2:** A CIDADE ESPECULAR 444
  - **Grade I**: a projeção no papel 448
  - **Grade II**: a projeção no espelho 467

Epílogo: Anverso 486
Cristal-Cidade

FRATURA MEMORIAL 504
DA MEMÓRIA CRISTALIZADA À MATÉRIA FISSURADA

- **FACE 1:** A SOBREVIVÊNCIA LUMINOSA 506
  - **Vagalume**: o fulgor do trauma 508
- **FACE 2:** A SOBREVIVÊNCIA INCANDESCENTE 515
  - **Aparição I**: a intermitência do retorno 519
  - **Aparição II**: a persistência do retorno 527
  - **Aparição III**: a territorialização do retorno 543

Travessias 553

Fontes

Bibliográficas

Prólogo: Avesso 569
Cabeço: Nascente e Foz 574
Fratura Ambiental 594
Fratura Social 613
Fratura Material 635
Epílogo: Anverso / Fratura Memorial 644
Travessias 651

Iconográficas 654

Apêndice 672

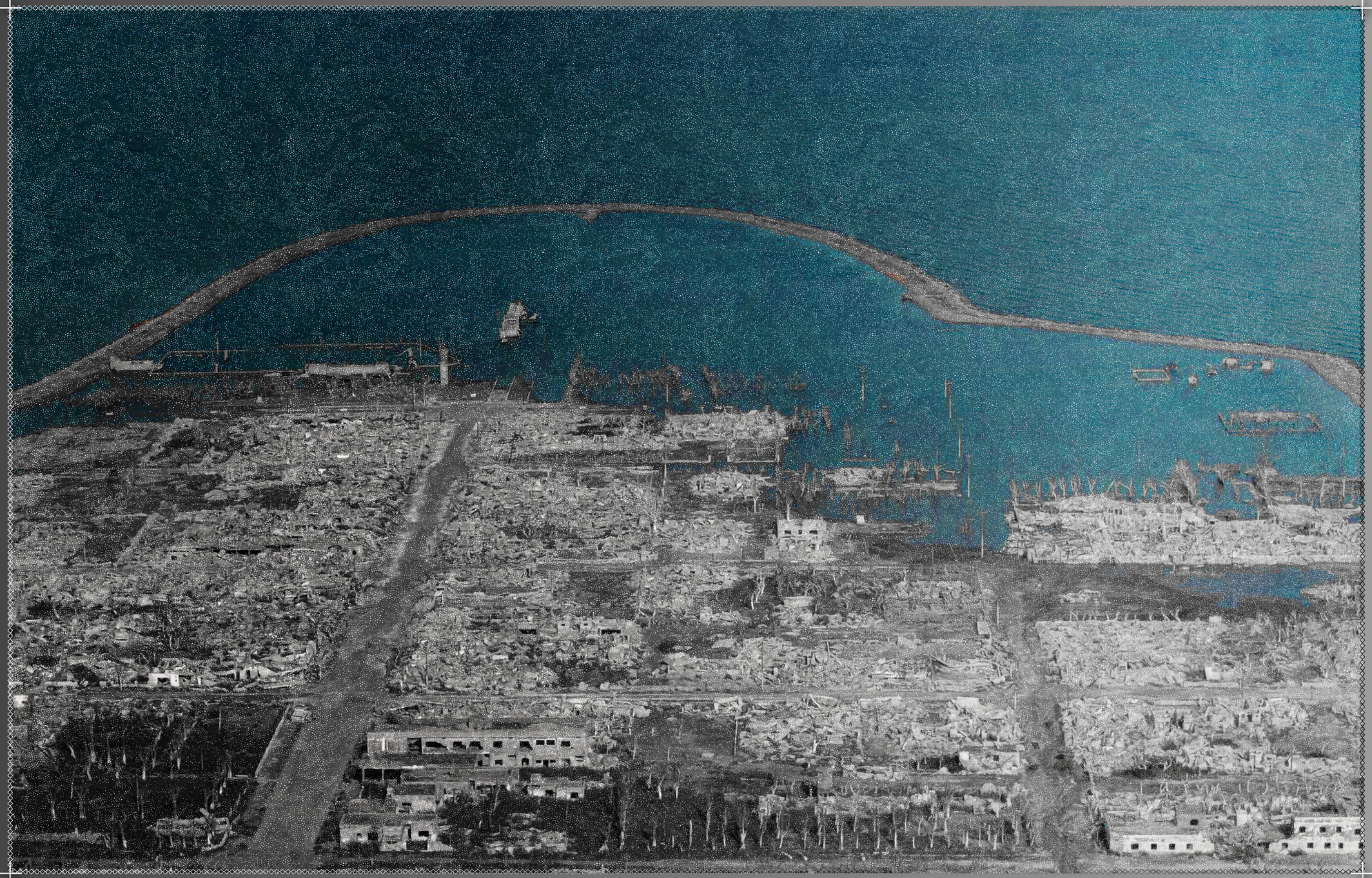
Depoimento Jaílton 673
Depoimento Carlos 675
Depoimento Primitiva e Lucilene 677
Depoimento Bernadete Caxias 678
Depoimento Maria da Conceição Ferreira dos Santos (Ceiça) 682
Depoimento Josinaldo Brotas Ferreira e Juraci Ribeiro Rodrigues 695
Depoimento Geralda 716
Depoimento Eva Maria de Jesus 720
Depoimento Carlos Antônio Ferreira de Castro 737
Depoimento Marcílio Braga 743
Depoimento Moisés 752
Depoimento Guarabira Queiroz Lima 760

Prólogo: Avesso

• *Cidade-Cristal* •

Eu me lembro das coisas, antes delas acontecerem... (Rosa, 2001, p.33)

/ Figura 1.



/ *Figura 2.*

Cidade-Cristal

> Até cidade que um dia foi nova hoje é velha. Ou vai ver então que já nasceu envelhecida, carregando na alma a velhice e os pecados da outra que se afogou para que esta antiga nova existisse. Tudo que vive morre. Dizem que depois revive. (Rezende Jr., 2019, p. 76).

Há cem anos, na década de 1920, fundava-se a Vila Epecuén, um refúgio turístico às margens do lago homônimo, cujas águas termais, altamente salinizadas, atraíam visitantes em busca de cura e relaxamento. Ao mergulhar no lago, a pele se revestia de uma fina película de sal, e logo se aprendia que afundar era impossível: em suas águas só era possível flutuar. Após seis décadas, entretanto, as mesmas águas que outrora suspendiam e regeneravam os corpos – atrativo turístico e medicinal e, portanto, principal fonte da economia local –, acabaram, em revés, por afundá-la.

De lá para cá, a cidade permaneceu "morta", sem moradores, envolta pelo lúgubre manto do lago. Ainda assim, a história da Vila Epecuén estava longe de terminar. Do final do século XX ao início do século XXI, as águas do Lago Epecuén começaram a abaixar. Trinta anos após a catástrofe que a submergiu, a cidade reapareceu lentamente das profundezas, revivendo como a velha vila que fora um dia e, ao mesmo tempo, nova: uma cidade fantasma, assemelhando-se a uma Atlântida argentina. Suas ruínas, agora expostas acima do nível das águas, resplandeciam, tingidas de branco pela salmoura.

A fim de compreender a magnitude dessa antiga/nova cidade revivida das águas, é preciso revisitar sua trajetória: desde o esplendor de seu "nascimento" e apogeu até o momento fatídico em que foi submersa. O início desse percurso remonta às primeiras décadas do século XX, quando a Vila, então um pequeno balneário às margens do Lago Epecuén, evoluiu para um dos principais polos de turismo termal da Argentina, mobilizando viajantes com interesse nas propriedades curativas de suas águas salgadas. Com uma salinidade dez vezes maior que a dos oceanos, dizia-se que as águas mineralizadas do Lago Epecuén eram capazes de tratar reumatismo, estresse, doenças articulares e de pele. Em uma época anterior à descoberta da penicilina, a Vila Epecuén – localizada a cerca de 570 km da região metropolitana de Buenos Aires – tornou-se um reduto da elite argentina, que percorria longas distâncias em seus luxuosos coches para mergulhar nas águas daquele elixir natural da juventude (Licitra, 2015).

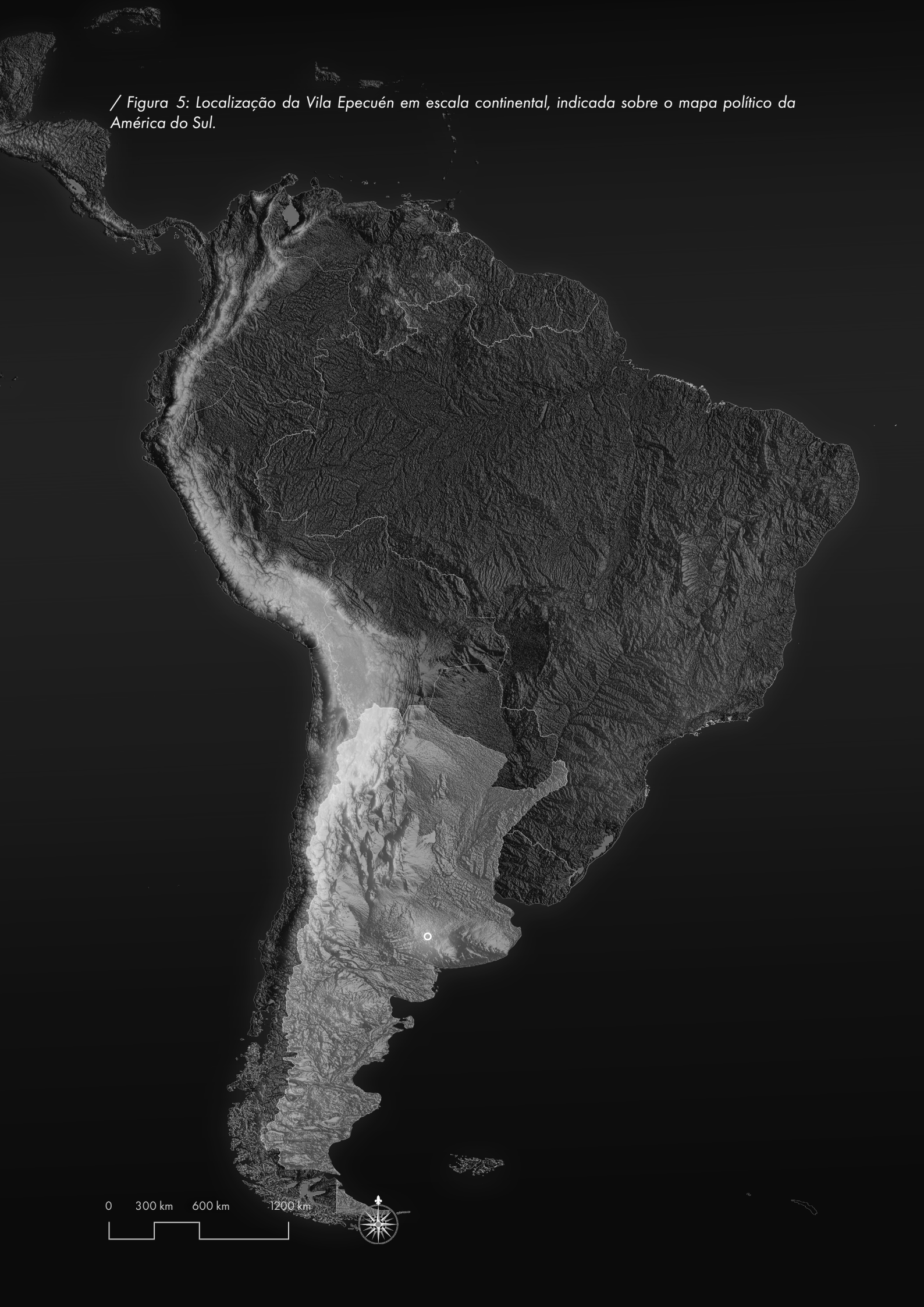


/ Figura 3: Vila Epecuén até 1985.



/ Figura 4: Vila Epecuén a partir de 2009.

/ Figura 5: Localização da Vila Epecuén em escala continental, indicada sobre o mapa político da América do Sul.





/Figura 6: Implantação original da Vila Epecuén, evidenciando a sua malha viária em interface com a topografia circundante e o Lago Epecuén.

Historicamente, as primeiras referências documentadas ao Lago Epecuén datam de 1780, registradas pelo piloto da Real Marinha da Espanha, Paulo Zizur, embora suas águas já fossem lendárias[1] desde tempos imemoriais para as tribos originárias dos pampas. Após a expropriação das terras indígenas pelo Estado argentino, a tradição oral acerca das propriedades medicinais das águas se difundiu, instigando o interesse de um número crescente de estrangeiros em banhar-se naquela massa líquida milagrosa (Sedrez; Miraglia, 2013).[2] Ao final do século XIX, portanto, a crença nas faculdades curativas do Lago Epecuén – sustentada por rumores ancestrais e por estudos científicos da época[3] – foi o que primordialmente desencadeou o processo de desenvolvimento da região. A chegada da ferrovia *Midland* à cidade de Carhué em 1909, por sua vez, serviu como o meio para viabilizar e materializar essa expansão. Situada a 15 quilômetros do futuro núcleo urbano, a nova rota ferroviária movimentou o turismo local, fomentando a abertura de estabelecimentos comerciais e hoteleiros em suas proximidades.

A progressiva demanda por serviços turísticos culminou, em 1921, na inauguração do primeiro balneário às margens do Lago Epecuén, também conhecido por "Mar de Epecuén". Distante oito quilômetros de Carhué, a construção do centro termal foi o estopim para uma rápida especulação imobiliária e para o loteamento das terras vizinhas, que deram origem à nova cidade: a Vila Epecuén. A movimentação de turistas aumentou continuamente, favorecida também pelo transporte ferroviário que interligava a área: a Ferrovia *Sarmiento* atendia à estação de Epecuén, enquanto as ferrovias *Midland* e do Sul transportavam passageiros até Carhué (Sedrez; Miraglia, 2013).

O crescimento da Vila Epecuén foi impressionante. Foram erguidos hotéis e molhes que avançavam pelo lago, além de bangalôs e empresas dedicadas à exploração de sal e à comercialização de barros e sabões terapêuticos. A atividade turística, portanto, não se limitava à prestação de serviços, mas também incluía a produção de mercadorias destinadas aos visitantes. Por conseguinte, na década de 1930, além de hotéis, o núcleo acomodava trabalhadores e proprietários engajados nas diversas atividades relacionadas ao setor.

A composição urbana de Epecuén dispunha de igreja, escolas e toda infraestrutura básica para o funcionamento de uma cidade. Mesmo em seu auge, a população fixa da vila permaneceu pequena. No entanto, durante a alta temporada, a população flutuante chegava a ser até vinte vezes maior. No início dos anos 1970, ao abrigar 1.500 moradores permanentes, a vasta rede hoteleira local atingiu a marca de 5 mil leitos registrados, além de 2 mil vagas informais. Ao todo, havia 280 estabelecimentos – entre comércios, pensões, hospedarias e hotéis – que, entre as décadas de 1950 e 1970, atraíam até 25 mil turistas na temporada de novembro a março (Sedrez; Miraglia, 2013).

Com suas águas hipersalinas e qualidades terapêuticas, o Lago Epecuén parecia destinado a transformar a Vila em um paraíso turístico em crescimento exponencial. Localizada na bacia das Lagoas Encadeadas, a Vila Epecuén era cercada por uma vasta região lacustre. Isolada por outras bacias hidrográficas, a área formava uma bacia fechada, sem pontos de deságue para outras bacias ou para o mar. O lago era alimentado pelo excedente de chuvas e córregos, acumulando sais minerais proveniente das condicionantes geológicas da região, o que contribuía para sua alta mineralização.

Por mais de seis décadas, o Lago Epecuén – atrativo de um número crescente de visitantes – manteve seu ciclo natural de cheias e secas. A alternância entre esses períodos, contudo, representava um grande desafio para os empreendedores locais, especialmente durante as estiagens. Durante as secas, a diminuição do volume hídrico e o aumento do teor de sal dificultavam a prática de atividades aquáticas e comprometiam a qualidade das águas termais, afastando os turistas e prejudicando a economia da Vila Epecuén.

Na década de 1960, a escassez de chuvas foi tamanha que colocou em risco a principal fonte de renda local: o turismo. A estiagem, em 1962, atingiu seu ápice, secando quase por completo o complexo lacustre. Perante essa situação, moradores e empresários pressionaram o governo provincial em busca de uma solução. Como alternativa, foi proposta a construção de um canal que transportasse água de outras bacias até as lagoas. Em resposta às reivindicações, entre 1965 e 1975, as autoridades construíram o Canal Ameghino, que atendeu temporariamente às necessidades da população.

Embora, à época da construção do canal, a região enfrentasse uma severa estiagem – característica de seus ciclos climáticos subúmidos –, a situação se inverteu ao final da década de 1970. A Argentina, então, ingressou em um período úmido, com precipitações abundantes (Sedrez; Miraglia, 2013). A obra do Canal Ameghino, no entanto, desconsiderou os impactos de um eventual ciclo chuvoso prolongado sobre o sistema das Lagoas Encadeadas, cuja capacidade de absorver o excesso de água era limitada. Sendo Epecuén o último lago desse sistema, situado no ponto mais baixo de um grande vale sem saída natural, tornou-se extremamente vulnerável a alagamentos.

1 A origem do nome "Epecuén" remonta a um antigo mito indígena que narra a história de um garoto órfão resgatado pela tribo Levuches de um incêndio, então batizado como Epecuén – que significa "quase queimado" (Coutinho, 2015). Ao crescer, tornou-se um guerreiro, venceu uma batalha contra os Puelches e tomou como esposa Tripantu, filha do cacique inimigo. No entanto, a sua paixão por outras prisioneiras causou tamanha tristeza em Tripantu que, segundo a lenda, suas lágrimas formaram o lago salgado, que afogou Epecuén e suas amantes. Em desespero, Tripantu vagou pelas margens do lago até ouvir a voz de seu amado nas profundezas. Desde então, nunca mais se viu Tripantu e o lago tornou-se sagrado para os indígenas, simbolizando a união espiritual e póstuma das almas do casal (Etchevers, [s. d.]).

2 A Crenoterapia ou Crenologia – termo popularizado pelos franceses que significa "fonte que cura" –consistia no uso terapêutico das águas minerais naturais para combater doenças e revitalizar o organismo. Também reconhecido como cura Hidro-Termo-Climática, suas origens são antigas e remontam à Grécia Antiga, onde o poder curativo das águas já era reconhecido. Com o tempo, a crescente procura por tratamentos naturais levou ao surgimento de verdadeiras escolas médicas de Hidrologia, que se desenvolveram em paralelo à medicina interna. Seus métodos incluíam desde bebidas e banhos terapêuticos até fricções e aplicações internas. Apesar de ter perdido força com o avanço da Alopatia no pós Primeira Guerra Mundial, a Crenoterapia influenciou o surgimento de cidades balneárias, consolidando uma nova forma de urbanização focada na saúde e bem-estar (Trevisan, 2003).

3 Em 1909, a província de Buenos Aires designou uma equipe de especialistas para o Lago Epecuén a fim de fornecer embasamento médico-científico às alegações sobre as águas terapêuticas.

/ Figura 7: Representação da Vila Epecuén no sistema de bacias interconectadas das Lagoas Encadenadas. A imagem ilustra a infraestrutura local e a condição do Lago Epecuén como exutório do sistema, ponto de convergência das águas e de menor altitude.

0 2,8 km 5,6 km 11,2 km

Em uma tentativa desesperada de salvar a Vila Epecuén de uma possível inundação, foi construída uma barragem de contenção ao longo dos anos de 1976 a 1978. Contudo, a tragédia tornou-se inevitável. Paradoxalmente, as fortes chuvas de 1980 transformaram o canal – originalmente concebido para mitigar a seca – em um agravante das inundações. Com isso, o Canal Ameghino passou a acumular um volume excessivo de água, submergindo cerca de 20 mil hectares próximos às lagoas de 1978 a 1980 (Monachesi, 1995).

Entre 1980 e 1985, a persistência das precipitações e a entrada descontrolada de aportes hídricos pelo canal ameaçaram cada vez mais a Vila Epecuén, que até então se mantinha segura apenas graças aos diques de três metros e meio de altura. Entretanto, em 1985, os efeitos das chuvas atingiram seu ponto máximo e saturaram o sistema das Lagoas Encadeadas, já à beira do transbordamento. Um fenômeno climático conhecido como "*sudestada*" – definido por precipitações torrenciais provocadas pela mudança na direção dos ventos – gerou um enorme caudal de água, exercendo uma pressão insustentável sobre a barragem erguida justamente para proteger a Vila Epecuén de inundações. Rompeu-se na madrugada do dia 10 de novembro de 1985. Assim foi o início do fim da cidade.

O volume de água do Lago Epecuén começou a subir rapidamente, vertendo pelas ruas a uma velocidade de um centímetro por hora. Em apenas uma semana, a Vila Epecuén já estava submersa sob um metro e meio de água, selando seu destino e o de seus retirantes. Evacuados às pressas para a vizinha Carhué, os 800 residentes fixos da Vila foram obrigados a deixar suas moradias – no início com a água pelos tornozelos, em seguida pela cintura, e finalmente pelos ombros (Licitra, 2015). Com a tragédia consumada, restou aos habitantes assistir, impotentes, o Lago – agora descomunal em volume – engolir lentamente seus lares, memórias e sonhos.

As águas salgadas, impiedosas, tomaram a cidade pouco a pouco, transbordando pelas calçadas e avançando pelas avenidas, invadindo comércios e asfixiando casas, enquanto a corrosão do sal queimava tudo à sua passagem. Duas semanas depois, a cidade já era praticamente inabitável. Com dois metros de água singrando pelas ruas, as vias transformavam-se em canais, cada vez menos reconhecíveis. O nível da água continuou a subir e, em 1987, a cidade jazia sob cinco metros d'água, restando à vista apenas a torre da igreja e alguns telhados. Em 1993, a profundidade já alcançava dez metros, deixando a Vila Epecuén completamente velada pelo silêncio das águas do Lago (Sedrez; Miraglia, 2013).

Porém, duas décadas após a catástrofe, o ciclo da natureza inverteu-se novamente, e a fase úmida que assolava a região foi substituída por um longo período de estiagem. Consequentemente, o nível do Lago Epecuén começou a recuar e, à medida que a água evaporava, pouco a pouco, a antiga vila turística emergia das profundezas. Até que, em 2009, a cidade ficou completamente exposta, revelando o avesso daquele tempo interrompido.

Antes e depois

O sal havia calcinado todo o conjunto de artefatos doutrora, congelando o espectro de um passado longínquo, agora cristalizado em vestígios e decomposições. Mosaicos, escombros, fragmentos de mobiliário, garrafas, cacos de louça: restos de vida surgiam incrustados sob espessas camadas de sal, como elementos fósseis de um tempo arruinado. O Lago, por sua vez, estendia-se vasto e sereno, delineado por margens com um debrum de sal acumulado, remetendo a espumas petrificadas pelos anos. Ao aproximar-se dele e coletar um punhado de suas águas, miríades de cristais brilhavam por entre os dedos (Licitra, 2015).

Cristais não apenas de água e sal, mas também de espaço e tempo: minúsculas estruturas de sódio que, ao encaparem a cidade, encapsularam o passado no presente. Estes prismas – ou cristais do tempo – serão aqui interpretados como *imagens-cristal*[4], através das quais se tornam visíveis os estratos do tempo e da subjetividade.

Ao dissolverem fronteiras espaço-temporais – diluindo o que separa a ruína da reconstrução, o passado do presente –, os cristais salgados de Epecuén recobrem a cidade com uma tessitura sensível entre o que foi (*o virtual*)[5] e o que é (a percepção atual). O que se deflagra nessa trama é a sobreposição de camadas de tempo, onde este se manifesta como uma "sucessão de estados, em que cada um anuncia aquele que o segue e contém o que precedeu" (Bergson, 1974, p. 22). Nesse tempo espesso – em que o passado reverbera no presente como eco e o espaço, saturado de memória, torna-se superfície de inscrição afetiva –, emergem as chamadas imagens-cristal.

A noção de imagem-cristal foi desenvolvida pelo filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995) no quarto capítulo de sua obra *Cinema II: A Imagem-Tempo* (1985). A teoria baseia-se na filosofia da memória de Henri Bergson (1859-1941) – desenvolvida principalmente em seu livro *Matéria e Memória* (1896) a partir do conceito de *duração*[6] –, e propõe uma abordagem subjetiva do tempo a partir da coexistência entre passado e presente.

4 A escolha do termo "imagem" para estes conceitos fundamenta-se na premissa de Henri Bergson, apresentada em *Matéria e Memória* (1896), para quem a realidade é um "conjunto de imagens" (Bergson, 1999, p. 1). Nessa concepção, a imagem não é uma representação, mas a própria matéria em contínua interação; um plano universal onde "todas essas imagens agem e reagem umas sobre as outras em todas as suas partes elementares" (Bergson, 1999, p. 11). Gilles Deleuze transpõe essa ontologia para o cinema, tratando-o como um meio para capturar e organizar essas imagens-matéria.

5 Conceito a ser aprofundado a seguir, o "virtual", ou a "lembrança pura", refere-se a dimensão do passado que se conserva integralmente e coincide com o presente, com o atual. Diferencia-se de uma recordação consciente, atuando como uma realidade *inativa* que informa e condiciona a percepção atual (Deleuze, 1999).

6 A duração (*durée*), também a ser detalhado posteriormente, designa o tempo real, vivido como um fluxo contínuo e qualitativo, que se distingue do tempo espacializado e fragmentado do relógio.

Embora Deleuze explore essa ideia em *Bergsonismo* (1966), é em *Cinema II: A Imagem-Tempo* (1985) que ele a transfigura na *imagem-tempo*[7] cristalina. O prisma do tempo, segundo o autor, representa um meio de apreensão do processo contínuo de desdobramento entre o passado e o presente. Nele, os dois tempos se refratam mutuamente até o ponto da indiscernibilidade – subvertendo, assim, a noção cronológica do tempo.

A visão não cronológica do tempo pode ser contraintuitiva, uma vez que a progressão causal e linear do tempo se tornou predominante. Nessa perspectiva hegemônica, o tempo é imaginado como uma longa linha que se estende do passado em direção ao futuro, composta por uma sucessão de instantes e ancorada no único ponto considerado *real*: o presente. O passado, uma vez decorrido, pode ser rememorado e analisado; no entanto, é visto como uma realidade extinta. O mesmo se aplica ao futuro: embora seja possível projetá-lo, sob esse modelo, o futuro ainda não existe – apenas o momento presente.

A teoria de Bergson (1999) sobre a interação entre o passado e o presente, assim, diverge da visão linear do tempo. Para o filósofo, o passado não é um marco distante nem simplesmente o instante imediatamente anterior ao presente dentro de uma linha temporal contínua. Em contraste, Bergson defende que o passado continua a existir no presente. Nessa perspectiva, o presente é, ao mesmo tempo, aquilo que é e aquilo que já foi, esgotando-se no instante mesmo em que acontece, precisamente para que um novo presente possa emergir.

É nesse entrecruzamento, do presente com o passado que ele contém, que se configura a imagem-cristal de Deleuze: simultaneamente, presente e passada, "ainda presente e já passada" (Deleuze, 1990, p. 99). Não se trata, portanto, de uma sucessão entre presente e passado, mas de uma convivência indissociável entre ambos:

> O que constitui a imagem-cristal é a operação mais fundamental do tempo: já que o passado não se constitui depois do presente que ele foi, mas ao mesmo tempo, é preciso que o tempo se desdobre a cada instante em presente e passado, que por natureza se diferem um do outro, ou, o que dá no mesmo, desdobre o presente em duas direções heterogêneas, uma se lançando em direção do futuro e a outra caindo no passado. É preciso que o tempo se cinda ao mesmo tempo em que se afirma ou desenrola: ele se cinde em dois jatos dissimétricos, um, fazendo passar todo presente, e o outro, conservando todo passado. O tempo consiste nessa cisão, é ela, é ele que se vê no cristal. A imagem-cristal não é o tempo, mas vemos o tempo no cristal. Vemos a perpétua fundação do tempo, o tempo não cronológico dentro do cristal, Cronos e não Chronos. É a poderosa Vida não-orgânica que encerra o mundo. (Deleuze, 1990, p. 102).

O cristal, então, não opera como reflexo do tempo, mas, sobretudo, como uma matriz originária de uma narrativa não orgânica, que rompe com a sucessão cronológica de presentes. Em seu cerne, cada instante aparece dividido por um duplo movimento: de um lado, o presente que se esvai; de outro, o passado que se mantém. Tal bifurcação perpétua, visível no cristal, funda a própria estrutura do tempo, na qual o presente deixa de atuar como um ponto de partida fixo para se tornar uma zona instável e fugaz, tensionada entre um fluxo que avança e outro que se acumula. O cristal, portanto, "vive sempre no limite, [pois] ele próprio é o limite fugidio entre o passado imediato que já não é mais e o futuro imediato que ainda não é [...], espelho móvel que reflete sem descanso a percepção em lembrança" (Deleuze, 1990, p. 103).

Isso significa que a lembrança – ou o passado – não é um registro psicológico que ocorre após a experiência imediata da percepção; ela é um componente ontológico do próprio tempo, constituindo-se *simultaneamente* ao agora. É como se, paradoxalmente, o presente já nascesse como recordação. A experiência do *déjà vu* (paramnésia) torna essa estrutura perceptível: a sensação de familiaridade com o presente surge porque, de fato, a mente já o apreende como memória no mesmo instante em que ele acontece.

O passado, assim, não deve ser compreendido como um tempo que ficou para trás, mas como uma dimensão que persiste – que "coexiste com o novo presente em relação ao qual ele agora é passado" (Deleuze, 1999, p. 81-82). O presente, em contraste, consiste no devir: desprovido de consistência própria, é constantemente arrastado pela iminência do futuro. O que permanece e se avoluma, por conseguinte, é o passado, que "rói o porvir e incha à medida que avança" (Bergson, 2006, p. 47).

A permanência do passado, delineada na imagem-cristal, adquire em Deleuze uma nova densidade teórica. Partindo de duas premissas bergsonianas basilares, recém-discutidas – a primeira, de que o passado coexiste com o presente que ele foi; a segunda, de que o tempo se desdobra, a cada ins-

7 A distinção entre imagem-tempo e imagem-movimento fundamenta a taxonomia cinematográfica deleuziana, detalhada nos dois volumes de sua obra Cinema: *Cinema I: A Imagem-Movimento* (1983) e *Cinema II: A Imagem-Tempo* (1985). A imagem-movimento define o regime do cinema clássico (pré-Segunda Guerra), no qual a imagem está subordinada à ação e a uma narrativa linear, regida pelo que Deleuze chama de esquema sensório-motor, onde um personagem percebe uma situação (polo sensorial) e reage a ela (polo motor). O tempo, nesse modelo, é uma consequência indireta do movimento e da causalidade, funcionando como o "intervalo" entre a ação e a reação. Contudo, essa lógica entra em colapso com a crise do pós-guerra. Quando o elo sensório-motor se rompe, o personagem não sabe mais como reagir ao que vê, tornando-se um "vidente" (Deleuze, 1990). É dessa ruptura que surge a imagem-tempo, característica do cinema moderno, que emancipa o tempo da ação para apresentá-lo diretamente – através do "movimento aberrante do tempo" – o qual, por carecer de centros de referência estáveis, materializa-se em técnicas como os falsos *raccords* (descontinuidades propositais), a desproporção de escalas ou a dissociação entre som e imagem. O resultado é a subversão da cronologia. Ao impedir que o tempo seja simplesmente medido pelo movimento, o "movimento aberrante" permite que ele se revele em sua dimensão pura, como uma força que contém o antes e o depois persistindo na própria imagem. A imagem-tempo, portanto, apresenta diretamente o tempo, fazendo da própria imagem o lugar em que diferentes dimensões temporais coexistem.

tante, em um presente que passa e um passado que perdura –, Deleuze postula que a subsistência desse passado ocorre sob a forma da "lembrança pura"[8] em um estado de "virtualidade"[9]. Tal estado virtual é uma "realidade ontológica" que, longe de ser uma ausência, é por ele definida – citando uma fórmula de Proust[10] –, como uma dimensão que é real sem ser atual, ideal sem ser abstrata, e simbólica sem ser fictícia (Deleuze, 1988, p. 335). Por ser real, ela incide continuamente sobre o presente, envolvendo-o em uma "névoa de imagens virtuais" (Deleuze, 1998, p. 121).

Buscando elucidar a interação entre o virtual e o atual, Deleuze recorre à distinção bergsoniana entre o atual e o virtual: enquanto o presente pertence à esfera da *atualidade*, o passado – embora não seja mais atual – subsiste como virtualidade. Nessa distinção, o filósofo afirma que o presente, assim, constitui o plano no qual o virtual se atualiza: um limiar onde a percepção (presente) e a lembrança (passado) convergem. À medida que a percepção se converte instantaneamente em memória e expande o passado virtual, surge a questão fundamental: como, então, acessar o domínio das "lembranças puras"? Em resposta, Deleuze retoma os argumentos de Bergson em *Matéria e Memória* (1999), sustentando que tais lembranças transcendem o âmbito psicológico, existindo "fora da consciência, no tempo" (Deleuze, 1999, p. 100). O acesso à lembrança pura não se dá por uma reconstrução do passado a partir do presente; ao contrário, exige uma ruptura com a percepção atual e uma imersão direta no passado. Assim, é preciso "procurar a lembrança lá onde ela está", realizando um salto para "instalar[-se] de golpe no passado em geral" e encontrá-lo "tal como ele é em si, tal como se conserva em si" (Deleuze, 1990, p. 102).

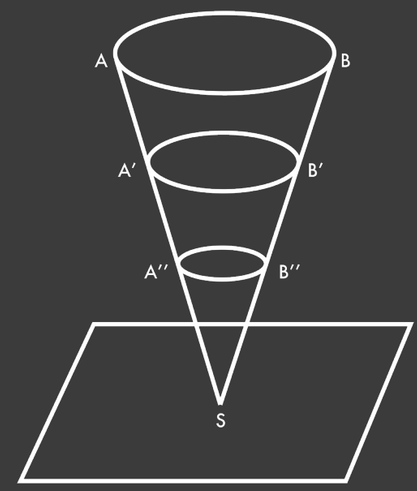
Para ilustrar essa dinâmica entre o passado virtual e a ação presente, Henri Bergson, em *Matéria e Memória* (1999, p. 190), propõe a metáfora do cone invertido. O modelo representa a estrutura da memória e sua relação com a consciência mediante três elementos principais.

Primeiramente, seu vértice (S) simboliza o presente da ação: o ponto em que o corpo interage com o "plano P" da realidade, agindo e reagindo aos estímulos. Ali opera a memória do corpo, um conjunto de respostas motoras organizadas pelo hábito que funciona de forma quase instantânea (Bergson, 1999). Contudo, o vértice não deve ser compreendido como um ponto fixo, mas como o nível mais contraído do passado, constantemente moldado pela totalidade da experiência virtual que ele contém.

8 Bergson utiliza o termo "lembrança pura" para distingui-la das "imagens-lembrança" – que são sua atualização psicológica no presente, vistas mais adiante.

9 Uma analogia eficaz para a relação bergsoniana entre o virtual e o atual pode ser encontrada na biologia molecular. As células existem em estado atual, observável; cientistas podem estudá-las e compará-las a outras células. Concomitantemente, porém, subsiste um código genético (*DNA*) dentro dessas células em estado virtual: ainda que não seja diretamente visível da mesma forma que a célula, é inteiramente real, determinando a aparência, o comportamento e o futuro desenvolvimento da célula. Este código virtual – embora real a nível molecular e não diretamente observável – funciona como a condição para a existência atual da célula (West, 2018).

10 Proust, Marcel. Le temps retrouvé. *In:* **À la recherche du temps perdu.** Paris: Gallimard, 1988. v. 3. (Bibliothèque de la Pléiade). p. 873 *apud* Deleuze, Gilles. **Proust et les signes.** Paris: PUF, 1976. p. 74. (N. do R.T.).



/ Figura 8: Cone invertido de Henri Bergson.

Em contrapartida, a base ampla (AB) do cone representa a totalidade do passado virtual, onde todas as lembranças puras coexistem em estado latente, fora da consciência imediata. Entre esses dois extremos, situam-se os múltiplos planos de consciência (A'B', A''B''...), que representam todo o passado organizado em diferentes graus de contração. Os planos mais próximos da ação no presente (o vértice) estão mais contraídos e vinculados às exigências sensório-motoras, enquanto os planos mais afastados, próximos à base, correspondem à lembrança pura em seu estado de máxima distensão, livre dos imperativos utilitários. Entretanto, essa vasta reserva de memórias permanece, na maior parte do tempo, inacessível:

> Mas, se nosso passado permanece quase inteiramente oculto para nós, é porque é inibido pelas necessidades da ação presente, e irá recuperar a força de transpor o limiar da consciência sempre que nos desinteressarmos da ação eficaz para nos recolocarmos, de algum modo, na vida do sonho (Bergson, 1999, p. 180).

Mesmo quando acessada – seja no refúgio do sonho ou na vigília – a evocação da lembrança em seu estado puro não ocorre de maneira direta. Apoiando-se em Bergson, Deleuze enfatiza que, quando uma lembrança pura é trazida do passado virtual (a base do cone) para o presente da ação (o vértice), sua atualização se dá, necessariamente, de maneira alterada, convertendo-se em uma imagem mental – como os devaneios ou as memórias, que são experimentados conscientemente (Bergson, 1999).

É por meio de um "salto" do presente S para uma das camadas virtuais do passado que se originam, portanto, os "circuitos psicológicos" de imagens-lembrança ou imagens-sonho. Nesse movimento, o virtual se atualiza e cria um novo momento presente na forma de um outro ponto atual, S' (Marques, 2018). Em vez de uma reprodução do passado, por sua vez, a transição do virtual para o atual consiste em um ato ininterrupto de criação, regido pela *diferençação*[11] (Deleuze, 1990).

Segundo esse modelo, a emergência de uma memória no presente – ou seja, a atualização de uma lembrança virtual por meio da diferençação – não se reduz à reconstituição sequencial e cumulativa de eventos remotos, mas à ativação de múltiplas camadas temporais coexistentes que pressionam o presente em diferentes níveis de tensão, atualizando – e, portanto, modificando – o passado de acordo com as necessidades da ação presente. Dessa forma, a ideia de um tempo linear e sucessivo é superada por uma lógica temporal simultânea e multidimensional – a *duração* (*durée*) –, que funciona como um campo autônomo de forças e tendências qualitativas.

Para Bergson (2020), a duração é o tempo percebido pela vida interior: um fluxo incessante no qual os estados de consciência se interpenetram, manifestando variados níveis de intensidade – os graus de contração e distensão representados no cone invertido. Nesse processo, os estados mais vívidos emergem como as tendências dominantes que organizam a experiência (Silva, 2022), engendrando uma gradação de nuances que define a própria subjetividade – ou, em termos bergsonianos, a duração psicológica. O cone invertido revela-se, portanto, como a cartografia dessa temporalidade criativa – a *duração* – e demonstra como a totalidade da história de um indivíduo o acompanha imanentemente a cada instante, pois a sua consciência "cresce continuamente com a duração que acumula e faz, por assim dizer, uma bola de neve consigo mesma" (Bergson, 2005, p. 16), pronta para dar forma à ação presente.

Ao passo que o cone invertido de Bergson propõe um mapa esquemático para visualizar o funcionamento interno da duração, a imagem-cristal de Deleuze funciona como uma lente que expõe a própria matéria do tempo, revelando sua constituição em múltiplos fractais, potencialidades e texturas, que coexistem no fluxo contínuo da duração. A formação física dos minerais surge, então, como uma analogia para essa montagem metafísica da imagem-cristal: nela, as camadas de tempo se materializam em planos de matéria e luz, parecendo germinar do inorgânico.

11 Conforme propõe Deleuze (1990), a *diferençação* ocorre quando o virtual – ao conter múltiplas alternativas – se atualiza por meio da seleção e materialização de algumas dessas diferenças. Para ilustrar essa ideia, Pierre Lévy (2011, pp. 15-16) recorre ao exemplo da semente e da árvore: segundo o autor, a semente é virtual e carrega em si uma multiplicidade de árvores possíveis; a árvore, por sua vez, é sua atualização, determinada por condições como solo, luz, água e clima. No entanto, a árvore em nada se assemelha à semente – ela a diferencia. A essa produção de diferença, em que o virtual se atualiza sem copiar sua origem, Deleuze (1988, pp. 277-278) denomina *diferençação* ou *atualização*. Atualizar o virtual, portanto, não é replicar um modelo pré-existente, mas produzir simulacros: realidades novas, singulares, irredutíveis a uma origem (Ishisaki, 2019).

O modelo para essa materialização é encontrado no processo de cristalização física descrito pelo tecnólogo e filósofo francês Gilbert Simondon (1924-1989). O fenômeno origina-se em uma "água-mãe", um ambiente altamente concentrado cujo estado de equilíbrio instável (metaestabilidade) favorece trocas energéticas. A cristalização é, então, desencadeada por um "germe" ínfimo – seja uma impureza, uma superfície irregular ou uma molécula já alinhada – que, ao atrair as moléculas dispersas, permite que elas se organizem em uma estrutura ordenada para liberar a energia excedente do meio e alcançar uma configuração mais estável. Simondon (1989) denomina *transdução* a este processo de individuação contínua, no qual um germe, impulsionado pela supersaturação, se propaga em múltiplas direções e estrutura a matéria ao seu redor até formar um cristal (Simondon *apud* Hottois, 1993, pp. 44-45, tradução livre).

A física da cristalização descrita por Simondon estabelece um paralelo com a dimensão metafísica da imagem-cristal em Deleuze (Santos, 2018), uma vez que ambos os processos seguem a mesma lógica de individuação. De um campo pré-individual carregado de virtualidades – o equivalente à "água-mãe"–, emergem individuações singulares e diferenciadas: as *transduções* da duração.

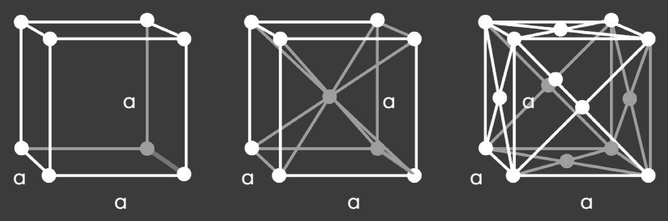
Diferente de um cristal físico que apenas refrata a luz, este cristal metafísico de Deleuze materializa a duração bergsoniana. Nele, o tempo se revela como um processo de acumulação contínua do passado no presente – a "bola de neve" de Bergson (2005, p. 16) – e seu cerne é a zona onde o atual e o virtual se tornam indiscerníveis. Ao compactar essas duas faces do tempo em um único plano, a imagem-cristal subverte a sucessão linear e traz à tona a estrutura do tempo em sua forma mais pura: um tempo que, em vez de avançar, bifurca-se e se dobra sobre si mesmo. Por fim, essa imagem-tempo, uma vez cristalizada, retorna ao fluxo da duração como uma nova camada de passado, pronta para possibilitar futuras formações cristalinas.

Uma vez formada, cada imagem-cristal funciona como um agenciamento de forças afetivas – isto é, um campo dinâmico de memórias, sensações, potencialidades e tendências. Tal agenciamento, por sua vez, modula as distintas camadas de tempo que coexistem no cristal, produzindo para cada uma delas uma "textura" qualitativa única. Nesse único plano, as texturas se sobrepõem, entrelaçam-se e expõem múltiplas dobras do tempo. Cada dobra constitui o limite indiscernível entre o atual (fora) e o virtual (dentro), originando uma topologia sem interior ou exterior, na qual o dentro,

para Deleuze, é apenas uma dobra do fora: "nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro do lado de fora" (Deleuze, 2005, p. 104).

A relação entre essas duas faces do tempo – o lado de dentro (virtual) e o lado de fora (atual) – não é, porém, estática. É justamente a sua variação que estabelece o princípio de diferenciação do próprio cristal. A reconfiguração incessante entre ambas as dimensões determina o modo como as forças se agenciam e, consequentemente, a "textura" qualitativa que aflora em cada caso. A partir da singularidade de cada "textura" – produzida pelos distintos agenciamentos entre o atual e o virtual – Deleuze finalmente distingue, em *Cinema 2*, os *quatro tipos de cristal de tempo*. Retomando a analogia inicial com os minerais, cada um desses subtipos encontra um equivalente material nas diferentes estruturas e purezas dos sistemas cristalinos. Assim, a "textura" metafísica de cada cristal pode ser visualizada através de uma textura física correspondente na seguinte classificação: 1.) cristal perfeito, 2.) cristal rachado, 3.) cristal alveolar (ou de germe) e 4.) cristal em decomposição.

No *cristal perfeito***,** o atual e o virtual coincidem, cristalizando-se em uma imagem coalescente e isomórfica. A partir dessa fusão, eles "entram num circuito que nos leva constantemente de um ao outro" (Deleuze, 1990, p. 105). Livre de tensões ou desvios, esse circuito se estabelece como um vaivém perpétuo, pois, como afirma Deleuze, "o desdobramento, a diferenciação das duas imagens, atual e virtual, não chega ao fim, já que o circuito que dele resulta está sempre nos levando de umas às outras. É apenas uma vertigem, uma oscilação" (Deleuze, 1990, p. 106).



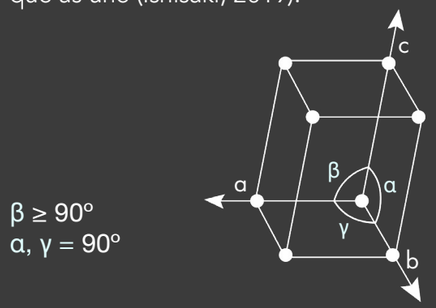
/ Figura 9: O cristal perfeito deleuziano e sua estrutura cúbica. (a=b=c; α = β = γ= 90º). A imagem evidencia como as diagonais de face garantem a rigidez da superfície (2D), enquanto as diagonais internas garantem a coesão do volume (3D).

A estrutura do cristal, portanto, remete ao sistema cristalino cúbico do diamante, cuja simetria evoca a perfeição e a isotropia. Suas arestas funcionam como membranas de contato nas quais o atual e o virtual se refletem – um espelhamento perfeito, sem falhas. O resultado é um sistema fechado e autossuficiente: uma "ciranda do tempo", envolta em uma "textura especular cristalina", uma superfície polida e imutável que gira sobre si mesma (Santos, 2018). A perfeição do cristal, no entanto, é frágil. Uma única fissura é suficiente para rompê-la, quebrando sua unidade e dando origem, assim, ao *cristal rachado*.



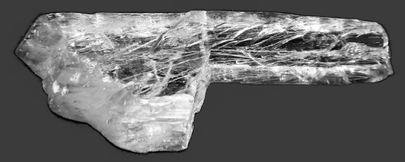
/ Figura 10: Diamante natural, análogo material do cristal perfeito.

Ao contrário da estrutura hermética do cristal perfeito, o cristal rachado nasce de uma falha: uma abertura que permite entrever uma "linha de fuga", por onde "alguma coisa vai fugir para o fundo, em profundidade, pelo terceiro lado, ou a terceira dimensão" (Deleuze, 1990, pp. 106-107). Consequentemente, a rachadura impede a correspondência especular entre a imagem atual e a virtual, deformando o circuito que as une (Ishisaki, 2019).



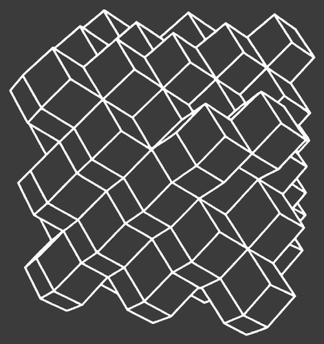
/ Figura 11: Estrutura do cristal rachado, caracterizada por um sistema com três eixos cristalográficos de comprimentos desiguais.

Tal deformidade, contudo, não é um defeito, mas uma potência. Sua forma inclinada e assimétrica – que a mineralogia compara ao sistema monoclínico – é a própria fenda que permite o *transbordamento* do virtual. A "água-mãe", então, escapa por essa abertura e, ao se tornar visível, inicia um processo de diferenciação que cria uma "textura aquosa": uma superfície fluida, escorregadia e em constante transformação (Santos, 2018).



/ Figura 12: Cristal de espodumênio, exemplo material do cristal rachado.

O que escoa, no entanto, não se perde: germina. Em vez de retornar a um estado sólido e unificado, esta "água-mãe" derramada condensa-se em inúmeros pontos distintos. Desses múltiplos focos sobre a superfície virtual do tempo – como alvéolos que se proliferam de forma desigual, mas conectada –, atualiza-se o terceiro estado cristalino: o *cristal alveolar*, ou *de germe*.

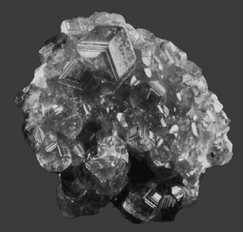


/ Figura 13: O cristal alveolar (ou de germe) deleuziano ilustrado pela morfologia do dodecaedro rômbico estrelado.

Neste estado, o cristal deixa de ser uma forma estática – unificada ou fissurada – para se tornar o próprio processo de diferenciação em ato. Com efeito, como afirma Deleuze, "nunca há cristal acabado; todo cristal é, em direito, infinito, está se fazendo, e se faz com um germe que incorpora o meio e o força a cristalizar" (Deleuze, 1990, p. 110). Se o cristal já não é mais de um objeto *uno* a ser inspecionado por fora, e sim de um processo aberto e inesgotável, movido por um germe em contínuo desenvolvimento interno, a abordagem investigativa se inverte. Disso decorre que a questão, para o filósofo, "não está mais em saber o que sai do cristal e como, mas, ao contrário, em como entrar nele. Porque cada entrada é um germe cristalino, um elemento componente" (Deleuze, 1990, p. 110).

Em vez de um virtual que busca uma única atualização, temos agora um circuito onde múltiplos germes virtuais coexistem e se atualizam simultaneamente. O cristal passa a ser o próprio emaranhado desses caminhos de atualização: uma "errância criadora" (Ishisaki, 2019, p.4) de múltiplas entradas e saídas, que gera infinitas formas em crescimento plural e incessante. Tal errância torna-se possível pela ausência de uma ideia norteadora ou modelo transcendente para limitá-la ou coagi-la.

A "textura" qualitativa tecida por esse crescimento incessante encontra sua correspondente no mundo físico: a textura rizomática – definida como uma superfície desprovida de centro e com incontáveis conexões entre pontos distintos (Santos, 2018). Tal textura, por sua vez, está associada ao sistema cúbico do rombododecaedro, uma estrutura cristalina com doze faces que expressa um crescimento em múltiplas direções e possui a capacidade de tesselar o espaço, ou seja, de preenchê-lo completamente com cópias de si mesma. Frequentemente encontrada em cristais de granada, essa forma apresenta uma geometria ambivalente ao conciliar a regularidade – com faces e arestas idênticas – à assimetria de seus ângulos internos, que não são retos.



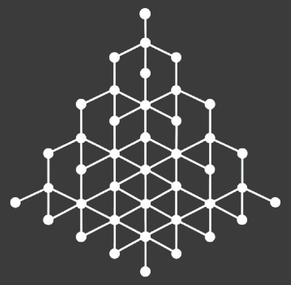
/ Figura 14: Cristal de granada, representação física do cristal alveolar.

A tensão geométrica entre o irregular e o regular na estrutura se espelha na dinâmica temporal do cristal, na qual as linhas de força que o constituem nunca se encontram no mesmo momento, tornando suas 'entradas' e 'saídas' eventos dessincronizados. Trata-se de um crescimento igualitariamente díspar, que combina uma expansão plural e multidirecional a uma rigorosa coerência interna.

O que acontece, porém, quando a "errância criadora" do cristal de germe esgota seu elan vital? Quando os múltiplos germes, em sua proliferação, já não encontram mais meios para forçar uma cristalização? Nesse ponto de saturação, o ciclo se completa e dá lugar ao seu quarto e último estado: o *cristal em decomposição*.

No cristal em decomposição, a dinâmica do cristal de germe é revertida. No lugar da proliferação, ocorre um esvaziamento: os germes perdem a capacidade de atualizar "entradas", ou seja, o virtual esgota sua potência criadora de novas diferenças. Como consequência, o atual, agora voltado para uma fonte estéril, congela-se no tempo. Resta apenas o invólucro, uma estrutura oca e já cristalizada, na qual o circuito entre o virtual e o atual se desfaz progressivamente, substituído pela dominância de uma atualidade repetitiva sobre um virtual exaurido.

O cristal em decomposição se define por um processo interno que, nas palavras de Deleuze (1990, p. 117), "os solapa de dentro e os torna sombrios, opacos". Nessa condição de escuridão, o que resta no cristal já não é um presente, mas o vestígio do que já foi, deixando antever a imagem de uma ruína (Ishisaki, 2019): a sobrevivência de "um passado desaparecido" que, embora extinto, "sobrevive no cristal artificial" (Deleuze, 1990, p. 117). A condição de artificialidade do cristal em decomposição se instaura no momento em que ele cessa seu intercâmbio com o mundo. Para preservar esse passado e se proteger das forças da Natureza e da História (Santos, 2018), o cristal se fecha sobre si mesmo, tornando-se uma redoma artificial.



/ Figura 15: Estrutura de carbono do diamante sintético.

A analogia material possível para esse estado cristalino é o diamante sintético. Sua perfeição e dureza derivam de sua condição artificial: por ser uma criação de laboratório, isolada dos processos geológicos naturais que permitem a transformação e adaptação, ele carrega em si o princípio de sua própria fragilidade. O cristal em decomposição reflete essa mesma lógica, pois sua condição sintética nada mais é do que uma autoproteção que o isola das movimentações histórico-naturais, garantindo, no fim, a sua ruína. É por isso que a 'textura sintética' que o envolve, ao selá-lo em uma perfeição fabricada, o condena à podridão: uma decadência interna causada pela impossibilidade de criar novas diferenças e de se atualizar.



/ Figura 16: Diamante sintético.

O percurso teórico pelos quatro estados do cristal – perfeito, rachado, alveolar e em decomposição – materializa-se, enfim, em um correlato urbano: a Vila Epecuén. Ali, a imagem-cristal deixa o campo da abstração para se tornar paisagem, transformando Epecuén em uma autêntica cidade-cristal. Em sua história de ascensão, queda e ressurgimento, a vila não encarna um único estado, mas revela-se como o campo de forças onde a passagem e a coexistência entre esses diferentes estados cristalinos se manifestam.

O ciclo se inicia com o cristal perfeito. Em seu apogeu, antes da inundação, Epecuén encarnava um sistema estável, onde a imagem atual de uma próspera vila turística e sua imagem virtual – a reputação de um paraíso de águas terapêuticas – coincidiam perfeitamente. Havia um circuito de espelhamento harmônico, no qual a realidade e a memória se reforçavam mutuamente, consolidando uma identidade unívoca.

A inundação de 1985, por sua vez, estilhaçou a perfeição vigente, marcando a transição para o cristal rachado. O rompimento do dique foi a fissura que interrompeu o circuito anterior, desfazendo a correspondência entre o atual – uma cidade submersa – e o virtual – a lembrança do paraíso perdido. Nesse momento, a água do Lago de Epecuén manifestou-se como a própria "água-mãe" cristalina – uma matriz líquida que, ao ceder, fraturou a solidez da estrutura que antes unificava. Ao transbordar pela fissura, assim, tornou-se, em conjunto com os habitantes desalojados, a "linha de fuga" que dissolveu a antiga ordem. O êxodo forçado dos habitantes consumou a desterritorialização social de Epecuén, dissolvendo o tecido comunitário que dava vida às estruturas físicas. Fundamentalmente, porém, a maior ruptura não foi a material, mas a temporal: ao partirem, os habitantes levaram consigo as memórias, as histórias e as experiências – todo o passado virtual da cidade. Sem um lugar físico para ancorá-las, essas memórias se converteram nas "lembranças puras", agora suspensas em estado virtual. A fuga dos habitantes, portanto, transformou o passado de Epecuén de uma realidade vivida em uma potencialidade puramente virtual, que ficaria "latente" até o novo emergir da cidade.

O estado de cristal rachado, portanto,não foi um fim, mas o ponto de partida para uma nova transformação – uma *transdução* da cidade-cristal de Epecuén. Duas etapas definiram essa mudança: a submersão, inicialmente, converteu o passado da Vila em um repositório de "lembranças puras", mantendo-o em virtualidade sob as águas; o emegir, em seguida, trouxe essa memória latente à tona. O que emergiu, contudo, não foi uma reprodução da vila original, e sim uma "atualização" de seu passado virtual, profundamente diferenciada pela longa ação corrosiva e cristalizadora do sal durante décadas sob as águas. Com isso, criaram-se condições para que o atual e o virtual – tendo a memória do passado agora inscrita na matéria do presente – estabelecessem uma nova relação.

Perante esse cenário espectral, o sal surge como o agente que não somente petrifica as ruínas sob uma densa crosta branca, mas também converte essa mesma superfície na sedimentação visível do tempo, inscrevendo em sua textura a cicatriz da inundação. É por meio dessa simbiose entre matéria e tempo que a "lembrança pura" da vila próspera deixa de ser uma memória distante para assombrar a concretude da realidade pelas ruínas. Assim, quando o olhar percorre uma parede corroída pelo sal (a imagem *atual*) e simultaneamente, vislumbra a memória da casa que ali existiu (a imagem *virtual*), as duas faces se sobrepõem e se confundem, atingindo um ponto de indiscernibilidade. Ou seja, a ruína torna-se a manifestação visível de sua lembrança, e a lembrança, a realidade atual da ruína.



/ Figura 17: Um homem compara uma foto da Vila Epecuén dos anos 70 com o estado atual do local.

Nesse instante, ao se realizar, a imagem-cristal encerra o estado de separação entre o virtual e o atual – próprio do cristal rachado – e inaugura uma nova fase de criação contínua.

Uma vez consolidada a fusão entre o virtual e o atual pelo emergir, Epecuén adentra o regime do cristal alveolar (ou de germe). Aqui, o processo se desdobra: se a cristalização inicial, subaquática, funcionou como uma primeira forma de "reorganização" que selou o passado na matéria, é agora, a céu aberto, que a natureza assume o papel de agente germinativo. As ruínas salinizadas tornam-se um campo reativo, uma superfície em diálogo perpétuo com os elementos. Tal interação incessante é inseparável, também, de uma reconfiguração ativa da memória: o passado da cidade deixa de ser um repositório inerte "guardado" sob o sal e passa a ser ativamente reeditado pela matéria.

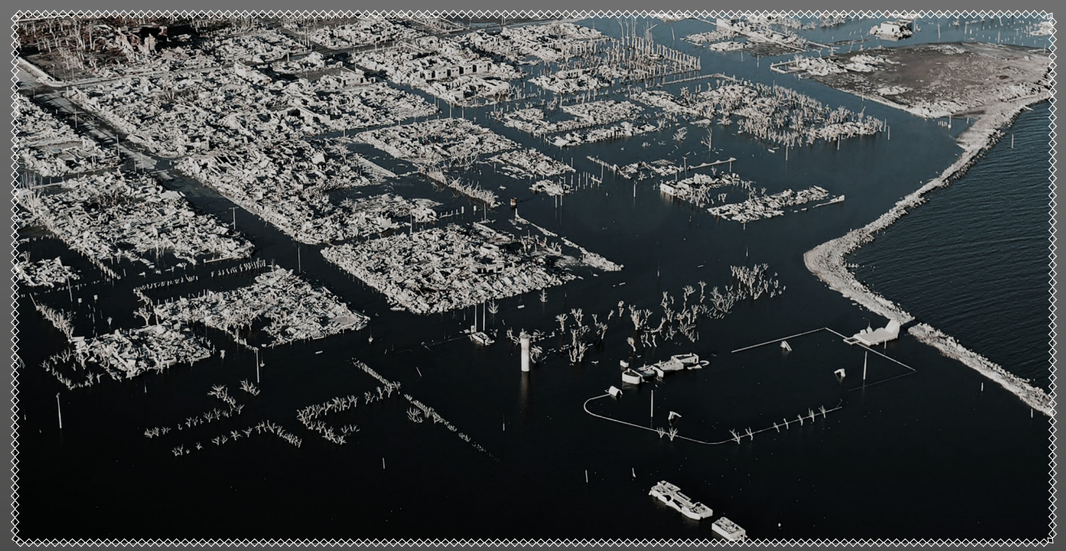
Cada desmoronamento provocado pela chuva, ou cada nova eflorescência salina esculpida pelo vento e pelo sol, funciona como um "corte" que sobrepõe uma nova versão do passado à anterior. A imagem-cristal, nesse novo regime, deixa de ser um retrato do tempo para se tornar a própria atividade da memória: um passado que se conserva e se reconfigura a cada nova alteração no presente. Trata-se da materialização da duração bergsoniana, "uma memória interior à própria mudança, [...] que prolonga o antes no depois e os impede de serem puros instantâneos[12] aparecendo e desaparecendo em um presente que renasceria incessantemente" (Bergson, 2006, p. 51).

Finalmente, o ciclo nos leva a questionar se Epecuén teria alcançado o estado último do cristal – a decomposição, a estrutura oca onde a vida cessa e sobrevive apenas o vestígio de um passado. Apesar da aparência fóssil de uma era extinta, a realidade de Epecuén contradiz tal veredito. A prova está na própria matéria, cuja incessante mutação – nascida do diálogo entre o sal e as intempéries – demonstra que a vila não é um monumento ao seu fim, mas uma obra aberta. Em vez de se cristalizar em uma forma definitiva, assim, a cidade permanece em uma tensão irresolúvel, sendo, ao mesmo tempo, o cristal em decomposição – a ruína física de um tempo extinto – e o cristal em germe, um manancial de devires.

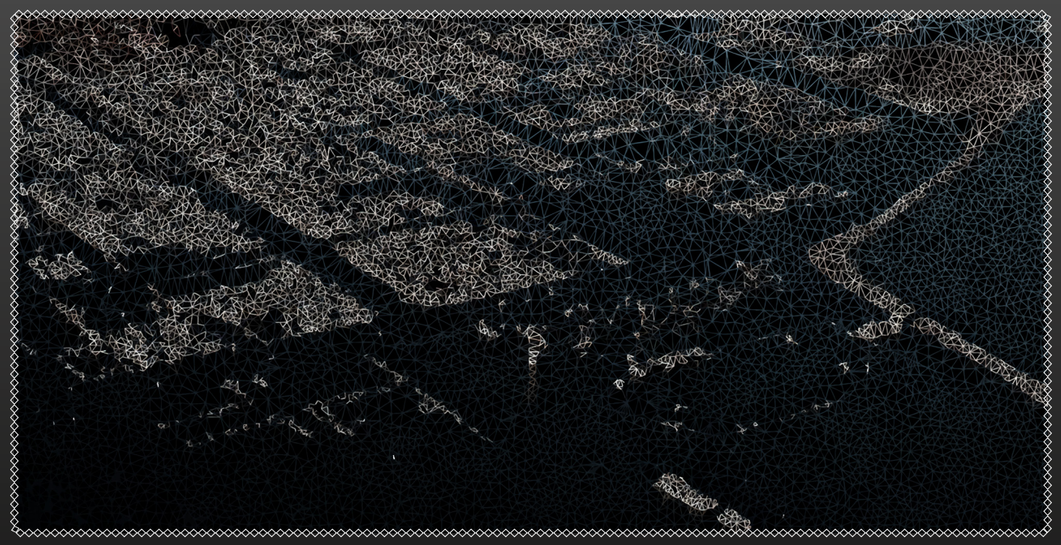
Dessa dialética de opostos, emerge uma vila cujo funcionamento transcende a lógica da vida individual para mimetizar o proceder da vida. Enquanto a trajetória de um indivíduo, como explica Bergson (2005, p. 108-109), é uma linha de escolhas que avança no tempo, "juncada pelos destroços" de tudo o que poderia ter sido; a vida, ao contrário, "não está adstrita a tais sacrifícios"(Bergson, 2005, p. 108-109).

12 Nesta passagem, Bergson critica a ideia de que o tempo seja uma sucessão de "instantâneos" independentes – à semelhança dos fotogramas de um filme –, onde cada "agora" apaga o anterior. Para ele, o tempo real (a *duração*) opera de forma análoga a uma melodia: seu encadeamento só ganha sentido porque a memória "prolonga" as notas anteriores (o passado) na nota que soa no presente. Sem essa memória "interior à própria mudança", restariam apenas sons desconexos. A memória, portanto, atua como força de continuidade e reconfiguração da realidade, conservando o passado como dimensão viva que participa do presente. (Bergson, 2006).

O seu método não é o da limitação, mas o da expansão, um processo que "conserva as diversas tendências que bifurcam ao crescer", desenvolvendo-se "na forma de feixe, criando, pelo simples fato de seu crescimento, direções divergentes entre as quais seu elã irá repartir-se" (*Ibid.*, p. 108).

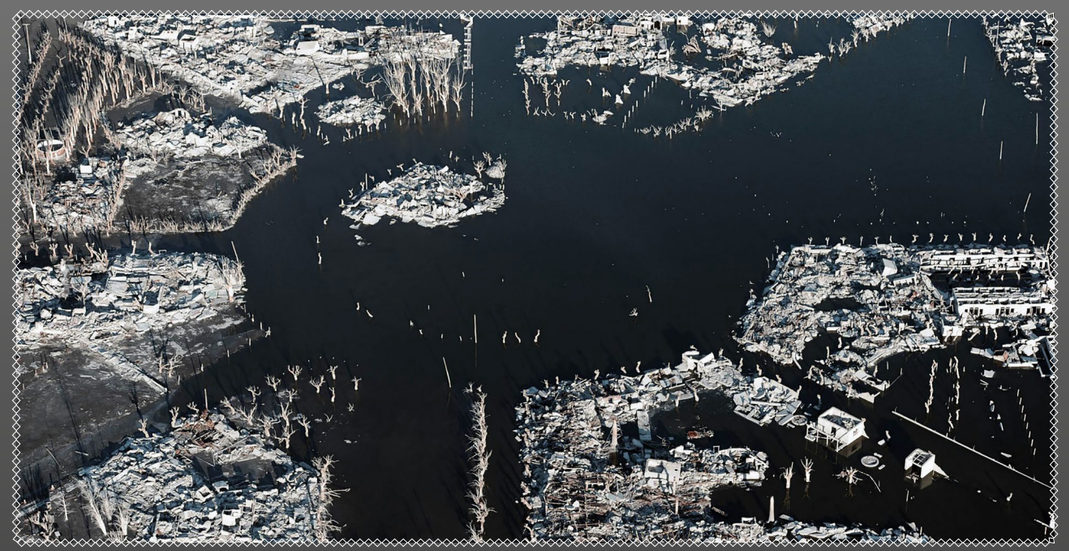


/ Figura 18: As ruínas brancas de Epecuén (pós-2009), o campo reativo onde as direções de decadência e germinação do feixe bergsoniano se tornam indiscerníveis.

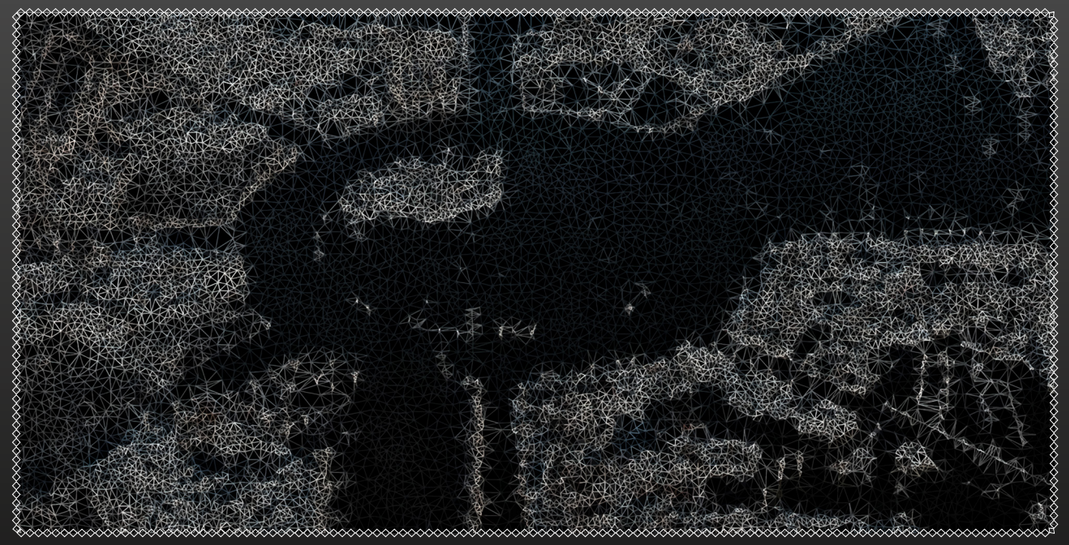


/ Figura 19: Representação da imagem-cristal do "prisma de Epecuén". A estrutura triangulada evoca a forma de um cristal e, ao mesmo tempo, abstrai as ruínas para ativar a memória, fundindo assim a imagem atual (a ruína) e a imagem virtual (a lembrança).

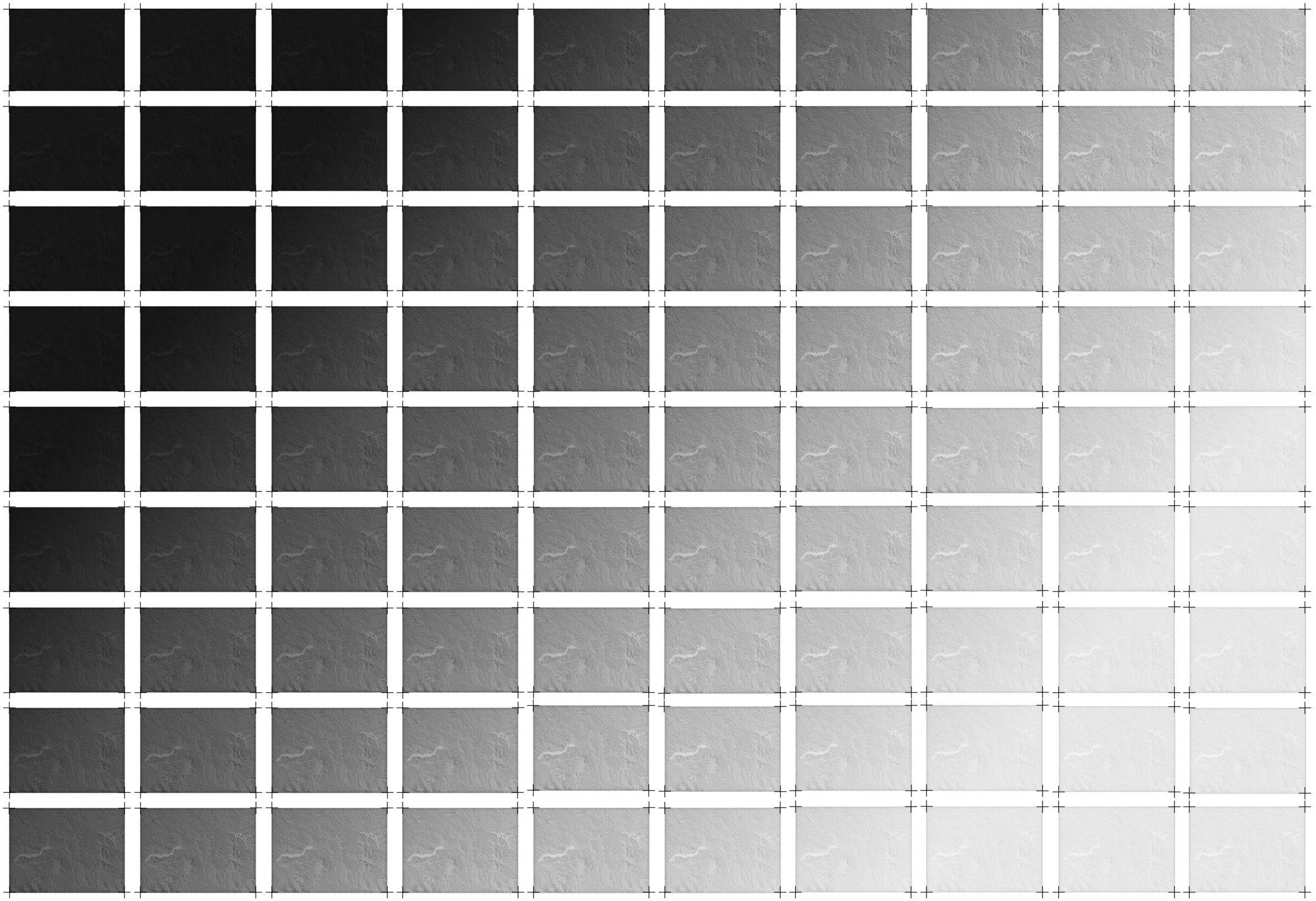
É esse método que se materializa no prisma de Epecuén: ali, o que separa a morte da vida, e a decadência da germinação, torna-se indiscernível, sendo ambas apenas direções divergentes de um mesmo feixe vital.



/ Figura 20: As ruínas brancas de Epecuén (pós-2009), o campo reativo onde as direções de decadência e germinação do feixe bergsoniano se tornam indiscerníveis.



/ Figura 21: Representação da imagem-cristal do "prisma de Epecuén". A estrutura triangulada evoca a forma de um cristal e, ao mesmo tempo, abstrai as ruínas para ativar a memória, fundindo assim a imagem atual (a ruína) e a imagem virtual (a lembrança).



/ Figura 22: A paisagem como processo e multiplicidade. A imagem do Submédio São Francisco se desdobra na forma de um feixe de luz bergsoniano com 90 potências de visibilidade, materializando um espectro que vai da densidade escura do atual, expressa no preto da fratura, ao excesso de luz do virtual, que aparece em branco como reflexo da memória conservada.

/ Figura 23: O contraste entre a 'água paralítica' (preto) e o 'discurso-rio' (branco) expõe a fragmentação do submédio São Francisco. Os traços brancos simbolizam as barragens, em sequência da esquerda para a direita: Sobradinho, Itaparica, Paulo Afonso e Xingó.

0 8,5 km 17 km 34 km

Rios sem Discurso

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada:
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez:
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.
(Melo Neto, 1994, p. 350-351)

Quando a intervenção humana corta o fio de água que reverbera o "discurso-rio", este, além de se fragmentar em poços de silêncio, expõe-se a uma nova gramática, ditada pela matéria inorgânica. Agindo sobre a paisagem, essa matéria, por sua vez, inscreve-se no próprio tempo, convertendo o instante da ruptura no germe de uma imagem-cristal deleuziana. A "água paralítica" nos poços é, então, confrontada com um impasse temporal: ser o solvente que apaga o passado, dissolvendo a memória em esquecimento, ou, onde um vestígio resiste, tornar-se a "água-mãe" que cristaliza o tempo, permitindo que a imagem virtual do que foi e a imagem atual do que restou se tornem, enfim, indiscerníveis. É na tensão entre a dissolução e a cristalização que esta dissertação encontra sua voz, lendo através das faces de um mesmo cristal fraturado, a narrativa polifônica do progresso.

Cabeço: Nascente e foz

• *Início do fim e fim do começo* •

0 1.2 km 2.4 km 4.8 km

Nada em rigor tem começo e coisa alguma tem fim, já que tudo se passa em ponto numa bola; e o espaço é o avesso de um silêncio onde o mundo dá suas voltas. (Rosa, 1985, p. 128)

/ Figura 24: Mapa de localização do antigo Vilarejo de Cabeço.

Início do fim e fim do começo

> Dentre as potências mineralizantes particularmente valorizadas pela imaginação, distinguiremos, rapidamente, a potência do sal que por si só exigiria uma psicanálise especial, pois é uma potência insidiosa que trabalha nos confins da terra e da água. O sal se dissolve e se cristaliza […]. (Bachelard, 2001, p. 209)

O espectro daquela mesma tragédia – a submersão pela água – que antes cobriu a Vila Epecuén estendeu-se até um pequeno vilarejo na foz de um rio brasileiro. Em ambos os casos, o legado deixado pelas águas foi, entretanto, ditado pelo papel antagônico do sal: na Argentina, foi o cristalizador da memória; no Brasil, o solvente do esquecimento.

O que determinou, então, que o sal ora cristalizasse, ora dissolvesse? A resposta reside no ponto de ruptura de cada história, um evento que funcionou – literal e figurativamente – como um *divisor* de águas, marcando a fronteira exata entre o fim de um começo e o começo de um fim. Para Epecuén, a destruição de sua barreira de proteção – que provocou a enchente da cidade – foi o fim de um novo começo, renascendo como um monumento de sal. Para o vilarejo brasileiro, ao contrário, a construção de uma barragem – que sufocou o fluxo de seu rio – foi o começo de um fim, abrindo caminho para que o mar o apagasse por completo.

Chamava-se Cabeço, o vilarejo brasileiro condenado ao esquecimento. Localizado onde o rio São Francisco desenha a fronteira entre Alagoas e Sergipe antes de desaguar no Atlântico – no município de Brejo Grande (SE) –, o vilarejo de pescadores resistia ao tempo. Estima-se que a vila, com suas cerca de 120 casas, tenha se formado ao redor de um farol, dando início a uma história que remonta ao século XVIII (Souza, 2024).

A sua extinção, contudo, foi uma tragédia ambiental anunciada, consequência da intervenção antrópica, cujo marco decisivo foi a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Xingó. Inaugurada em 1994, o projeto da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) alterou drasticamente o regime do Velho Chico, interrompendo o fluxo contínuo de sedimentos do continente para o oceano que sustentava o avanço do delta sobre o mar. Ao reter a maior parte desse material e eliminar a sazonalidade das cheias, a própria usina privou o rio da matéria e da força que antes reabasteciam a costa, sentenciando, por fim, a região à penetração marinha.



/Figura 25: O povoado de Cabeço antes do avanço do mar.

A essa vulnerabilidade, somou-se um processo mais amplo de degradação, que atacou a bacia do São Francisco em três frentes interdependentes. Primeiro, o rio foi ferido em terra: a expansão urbano-agropecuária em suas margens removeu sua proteção natural, a mata ciliar. Sem esse filtro, o solo tornou-se vulnerável à chuva, que passou a arrastá-lo diretamente para o leito, sufocando-o com sedimentos em um processo de assoreamento. Em seguida, foi debilitado em suas próprias águas: a disputa por seu uso – para abastecimento, irrigação e, sobretudo, para a geração de energia – acarretou um controle artificial de seu pulso natural. A prioridade dada à instalação de múltiplas hidrelétricas ao longo do curso do rio – e não apenas a de Xingó – exigia a retenção do fluxo nas barragens, uma gestão que reduzia a força do rio na foz. Com a vazão diminuída, ele comprometia a subsistência das comunidades ribeirinhas rio abaixo e abria um caminho para a invasão do mar. Por fim, o golpe desabou do céu: as mudanças climáticas intensificaram os ciclos de seca, diminuindo a recarga de um rio já represado e assoreado. Foi a confluência dessas três frentes que levou o Velho Chico, exaurido, a perder a batalha para as águas salgadas do Atlântico.

Dessa luta inglória contra a maré, restou apenas um vestígio: o antigo farol que deu origem povoado. Erguido em terra firme entre 1870 e 1873 (Lima, 2016), o marco que por mais de um século orientou embarcações a partir de seu posto, atrás da igreja do Bom Jesus (Gomes, 2018), hoje repousa inclinado e solitário, isolado pelo mar. Apagado para os marinheiros, o antigo farol agora ilumina apenas a lembrança, evocando a geografia de um lugar submerso.



/Figura 26: Farol inclinado de Cabeço ilhado pelo mar.

A sentinela que por mais de um século guiou navegantes à segurança foi, no entanto, incapaz de nortear o caminho de seus próprios protegidos. Enquanto a torre permanecia fincada no mesmo solo, a comunidade de Cabeço viu-se, de uma hora para outra, sem chão. O avanço inexorável da maré que, a partir de meados da década de 1990, viria a ilhar o farol, acabou por lançar seus moradores à deriva, rumo ao interior.

Com a submersão de seus lares na virada para os anos 2000, parte dos sobreviventes de Cabeço foi reassentada no conjunto habitacional de Saramém, no mesmo município. A mudança, contudo, mostrou-se uma solução parcial: as 80[13] moradias oferecidas foram insuficientes, deixando muitas famílias ao desamparo e sem qualquer suporte para lidar com os efeitos psicossociais da perda (Souza, 2024).

Embora o novo local oferecesse infraestruturas antes inexistentes, como água encanada e energia elétrica, tais benefícios foram incapazes de preencher o vazio deixado pela perda da antiga coesão comunitária. Os moradores que conseguiram um novo lar alegam ter sido destituídos de uma identidade forjada sob a tutela da Marinha, uma estrutura social única[14] que, até a década de 1980, definia regras de pertencimento ao povoado, moldando a sociabilidade estável, cuja perda hoje lamentam (Lima, 2016).

Mais de duas décadas após desaparecer do mapa, a comunidade de Cabeço obteve, em 2024, uma reparação judicial histórica pelo impacto socioambiental da Usina de Xingó. A vitória encerrou uma longa disputa na qual a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) sustentou, por anos, a tese de que a erosão costeira era causada por fatores climáticos preexistentes, e não pela construção da usina. A tese da CHESF, porém, não resistiu às evidências periciais, que acabaram por inverter o curso do processo. Os laudos não apenas comprovaram que a barragem foi o elemento decisivo para a destruição do povoado, como também alegaram uma falha no estudo de impacto ambiental da usina – a omissão dos efeitos na foz do rio, área ignorada por estar a 170 quilômetros da barragem, bem além do raio de análise de 100 km. Com base nessas evidências, a responsabilidade da CHESF foi finalmente reconhecida pela Justiça Federal em Sergipe, em 2022 (Souza, 2024).

Pressionada pela decisão judicial e pelo novo cenário corporativo que se seguiu à privatização de sua principal acionista, a Eletrobras, a CHESF partiu para a negociação de um acordo. Celebrado em maio de 2024, o pacto garantiu uma indenização de R$ 40 milhões a ser dividida entre 220 moradores – o que resultou em um valor líquido de R$ 153 mil para cada. A justiça, no entanto, chegou tarde para muitos. Após 20 anos, 42 dos autores iniciais da ação faleceram antes de verem o desfecho do processo, e a indenização foi destinada a seus herdeiros (Mesquita, 2024).

13 A expansão do conjunto habitacional atingiu 124 casas em 2013, com novas unidades edificadas pela prefeitura de Brejo Grande em parceria com a Caixa Econômica Federal e a construtora Norcon. As moradias foram distribuídas aos moradores de regiões afetadas pela erosão na foz, incluindo famílias de Alagoas (Lima, 2016).

14 As responsabilidades da Marinha incluíam gerenciar a expansão do povoado, controlar o acesso de pessoas de fora e autorizar a construção de novos estabelecimentos (Lima, 2016).

/ *Figura 27: Localização do reassentamento de Saramém e dimensionamento da distância entre a área submersa da antiga Cabeço e a barragem de Xingó.*

Usina Hidrelétrica de Xingó

170 km

Conjunto residencial Saramém

Antigo povoado Cabeço

0 4.5 km 9 km 18 km

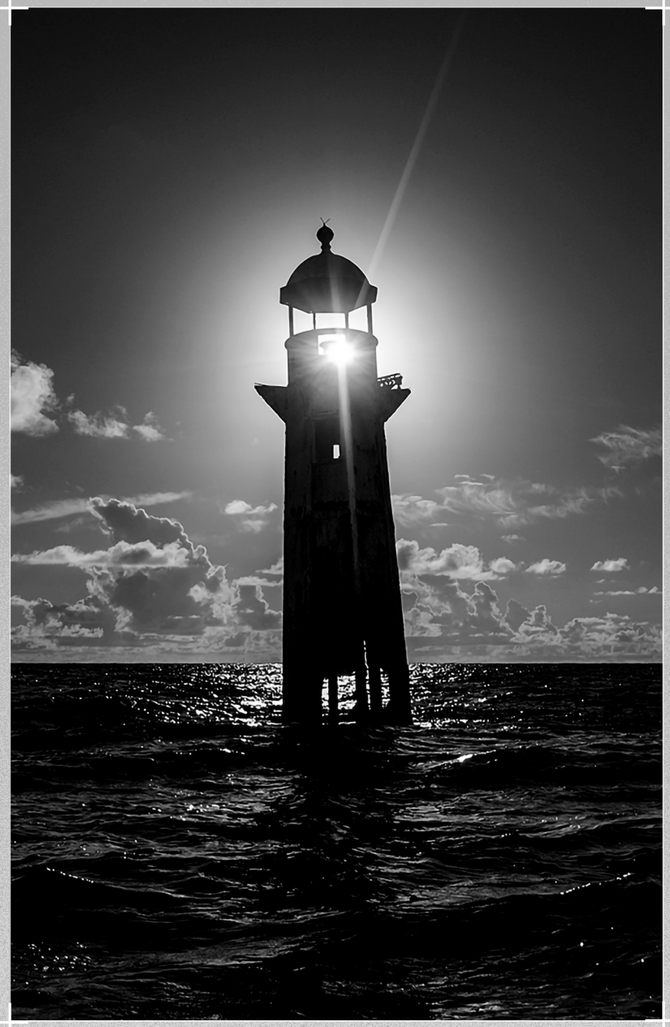
O legado de Cabeço, lentamente desintegrado pelas *ondas de impacto* da usina e do mar, transcende a sua indenização póstuma, erguendo-se como um guia para o futuro: um farol desprovido de luz. Em sua penumbra, subsistem tanto o luto pelo apagamento da vila, quanto o vazio, que abre espaço a perspectivas outras. Trata-se de um ponto cego que, privado da visão antiga, enseja o surgimento de novos olhares.

Que este farol – emblema do fim e do começo da vila – seja a sentinela desta dissertação: um convite a utilizar-se de sua escuridão, ou falta de visão, para lançar luz sobre as narrativas que o olho não alcança, reconstruindo-as a partir de seus fragmentos e vestígios que se infiltram na realidade. Almeja-se vislumbrar, assim, relações escondidas entre "minúsculos cacos, rastros de vida, breves frestas de resistências e potências" (Jacques, 2020, p. 30) que persistem como ruínas – materiais e imateriais – de uma força ofuscante que, ao construir, destrói.

À luz desse farol, a narrativa-ruína de Cabeço emerge como o doloroso microcosmo de uma lógica desenvolvimentista que, sob o pretexto do progresso, impõe a geração de energia às custas de ecossistemas e populações inteiras, cujos danos transbordam suas áreas diretas de intervenção. A essa dinâmica de espoliação, seja ela direta ou indireta, segue-se, quase invariavelmente, uma longa batalha por reparação que, ainda quando alcançada, muitas vezes já é tarde demais.

Nesse sentido, se por um lado a tragédia de Cabeço reflete o histórico nacional de deslocamentos forçados por barragens – ao compartilhar o mesmo desfecho de submersão e desterro –, por outro, ela o refrata ao deslocar o ponto de observação da análise, revelando um horizonte de consequências sistêmicas até então negligenciadas. Enquanto outros povoados sucumbiram a remoções diretas e planejadas, Cabeço foi desintegrado por um efeito colateral, desencadeado por uma obra distante. Seu desaparecimento demonstra, assim, a violência velada do *Capitaloceno* (Haraway, 2016)[15], uma força que, movida pelo princípio de acumulação e espoliação, não se manifesta apenas no epicentro da construção – na barragem de Xingó –, mas se propaga como uma ressonância sísmica pela bacia hidrográfica, reescrevendo geografias e dissolvendo paisagens muito além do que relatórios técnicos puderam, ou quiseram, antecipar.

15 O termo Capitaloceno surge em 2009, cunhado por Andreas Malm (1976–), professor de Ecologia Humana na Universidade de Lund (Suécia), como crítica e correção ao conceito de Antropoceno – noção formulada pelo biólogo estadunidense Eugene F. Stoermer, nos anos 1980, e posteriormente redefinida pelo químico holandês Paul Crutzen, em 2000. O Antropoceno designa a era geológica que sucede ao Holoceno, período de relativa estabilidade climática, sendo caracterizada pelo momento em que as atividades humanas se tornaram a principal força de transformação do planeta, alterando sistemas climáticos, biológicos e geológicos a ponto de ameaçar a estabilidade da biosfera. Em contraposição a essa leitura, o Capitaloceno propõe que tais transformações não devem ser atribuídas à "humanidade como um todo unificado", mas à "marcha obstinada e destrutiva do capitalismo nos últimos cinco séculos" (Coltro; Borinelli, 2018, p. 158). O conceito sublinha, assim, a distribuição desigual da responsabilidade pela crise ambiental, concentrada entre os mais abastados, enquanto os menos favorecidos sofrem seus efeitos de forma mais drástica.



/Figura 28: Apagado, o Farol de Cabeço é aceso por outra luz, uma que orienta não pelo que ilumina, mas pelo que sua escuridão revela: um ponto cego que nos obriga a ver.

Tinha estado com os olhos abertos sempre, como se por eles é que a visão tivesse de entrar, e não renascer de dentro, de repente disse, Parece-me que estou a ver, era melhor ser prudente, nem todos os casos são iguais, costuma-se até dizer que não há cegueiras, mas cegos, quando a experiência dos tempos não tem feito outra coisa que dizer-nos que não há cegos, mas cegueiras. [...] Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem. (Saramago, 2003, p. 308-310).

A dominação silenciosa do Capitaloceno na bacia hidrográfica do São Francisco fundamenta-se na transformação de suas águas em mercadoria, uma dinâmica que reverberou e se materializou em Cabeço. Segundo Cruz (2010), esse processo de apropriação abrange tanto os serviços de fornecimento e saneamento quanto o desvio e o uso indiscriminado de recursos hídricos por megaprojetos de infraestrutura – como hidrelétricas, complexos de irrigação para o agronegócio, viveiros de carcinicultura e obras de transposição – para beneficiar os interesses corporativos em detrimento do bem comum. Tal lógica de expropriação deflagrou uma espiral de degradação cujas consequências, como a salinização[16] e os danos socioambientais, ameaçam hoje a sua capacidade de regeneração (Serrano, 2019).

Com efeito, o que ecologistas como Filho (2012, p. 24) e Unger (2001, p. 171) previam – uma "extinção inexorável" e um "deserto irrecuperável", respectivamente – tornou-se palpável nas últimas décadas. Em 2014, pela primeira vez na história, a nascente do rio São Francisco, na Serra da Canastra, secou; no ano seguinte, também de forma inédita, o reservatório de Sobradinho, maior lago artificial da América Latina, atingiu seu volume morto[17]. A origem do problema, como aponta Unger (2001, p. 173), reside em um planejamento que historicamente prioriza a expansão do capital sobre o meio ambiente e os interesses da população local, que, sistematicamente excluída das políticas públicas, torna-se vítima de investimentos bilionários que destroem a sua base de sobrevivência.

Em escala nacional, o principal instrumento dessa espoliação hídrica tem sido a construção de grandes barragens. Um relatório do antigo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana estima que, em 40 anos, um milhão de brasileiros foram compulsoriamente removidos de suas terras para a construção de cerca de 2 mil barragens (Brasil, 2010). Hoje, o país possui 28 mil dessas estruturas cadastradas na Agência Nacional de Águas (ANA), embora apenas cerca de 22% estejam formalmente enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), com centenas delas identificadas como prioritárias para gestão devido ao elevado risco ou dano potencial (Brasil, 2026). Tais estruturas servem múltiplos propósitos: desde a acumulação de rejeitos industriais, como as que romperam em Mariana e Brumadinho, até o abastecimento de água e, sobretudo, a geração de eletricidade. E é precisamente nesse último propósito – o hidrelétrico – que a lógica de apropriação forçada dos recursos hídricos encontra, na bacia do rio São Francisco, sua expressão mais sequencial e cumulativa.

Fragilizada por mais de cinco séculos de exploração, a bacia do Velho Chico emerge, hoje, como o epicentro[18] socioambiental do modelo hidrelétrico nacional.

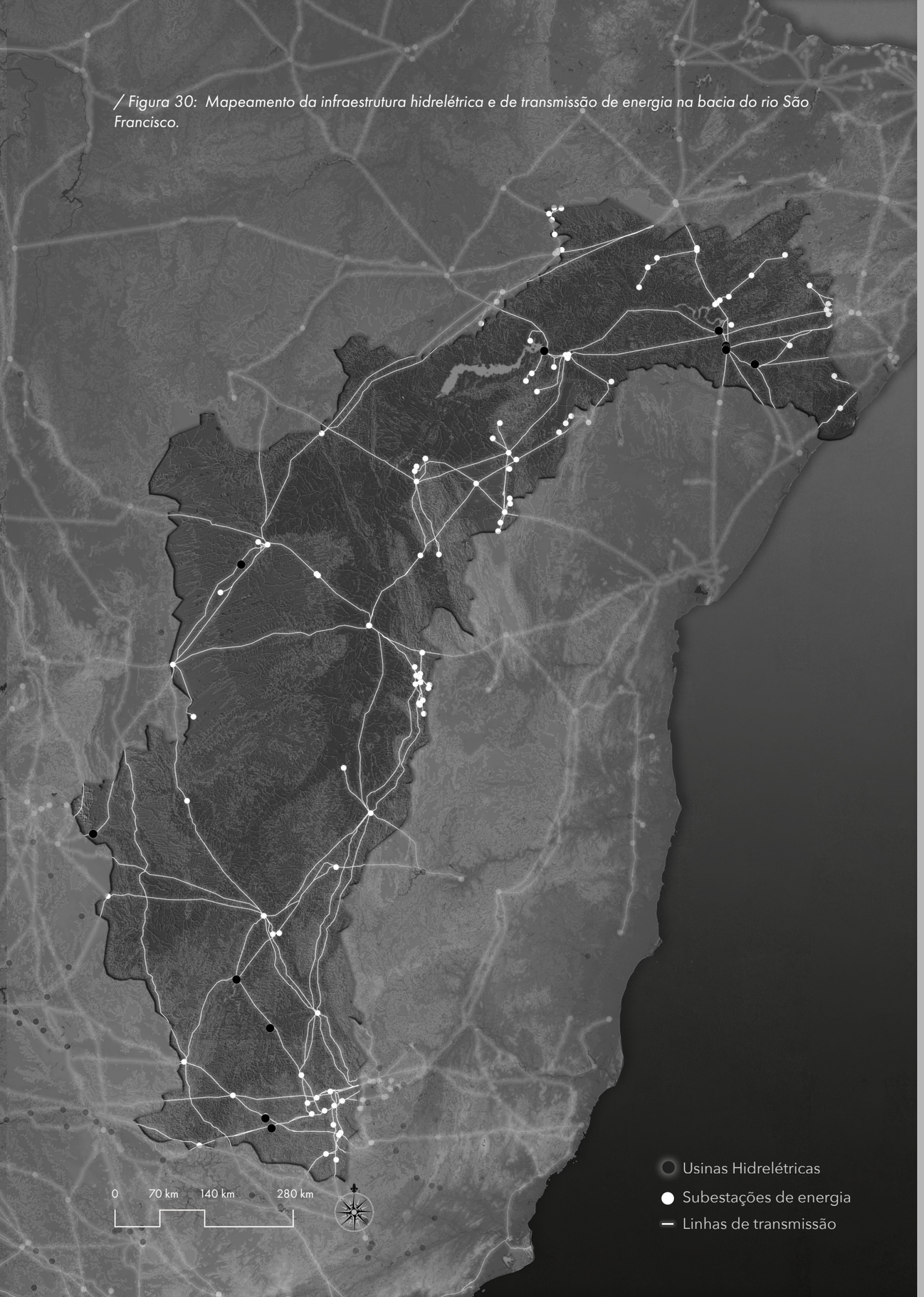
16 A salinização do Baixo São Francisco é um fenômeno cientificamente documentado, decorrente da já discutida redução da vazão do rio, imposta pela cascata de barragens em seu curso e, sobretudo, pela UHE de Xingó. A menor força da corrente fluvial permite o avanço da "cunha salina": uma camada de água do mar mais densa que se move por baixo da água doce do rio. Análises como as de Souza (2015) ilustram esse fenômeno, registrando salinidade de até 35 g/kg no fundo do canal a apenas 2 metros de profundidade, enquanto a superfície permanecia menos salgada. A relação direta entre o controle de vazão operado pela Chesf na usina de Xingó e o avanço do mar foi comprovada em estudos comparativos. Em novembro de 2019, por exemplo, mesmo após a vazão ser elevada pela Companhia de 950 m³/s para ~1.300 m³/s, o fluxo se mostrou insuficiente, resultando em uma intrusão salina que superou 11.3 km rio adentro. Na foz, a salinidade chegou a ultrapassar 30 psu, nível equivalente à água do mar – enquadrada como "salina" pela Resolução CONAMA nº 20/1986 – e, consequentemente, imprópria para consumo ou irrigação. Em contraste, em setembro de 2020, com a vazão elevada para um patamar superior (~2.800 m³/s), o avanço salino ficou restrito à foz, com a água classificada como "salobra" (salinidade inferior a 1 psu). Tal variação comprova que a gestão operacional da Chesf é o fator determinante na qualidade da água da região (Romão; Júnior; Filho, 2022).

17 O volume morto de um reservatório hidrelétrico refere-se à parcela de água que, em condições normais de operação, não é utilizada para a geração de energia e deve ser mantida em um nível constante. Sua principal função é servir como um espaço para a decantação e o acúmulo de sedimentos trazidos pelo rio, o que protege a infraestrutura da usina. Atingir esse nível indica que toda a reserva de água útil para a produção energética foi consumida, restando apenas esse volume técnico, cujo aproveitamento é considerado de alto custo, baixo rendimento e risco para os equipamentos (Malar, 2021).

18 Embora superada em potência instalada por grandes complexos como Itaipu (Bacia do Paraná, 14.000 MW) e Belo Monte (Bacia Amazônica, 11.233 MW) (Brasil, 2026b), a bacia do São Francisco se distingue como o epicentro socioambiental do setor elétrico brasileiro, dada a escala, a longevidade e o caráter cumulativo de seus barramentos.

/ Figura 29: Mapeamento da infraestrutura hidrelétrica e de transmissão de energia no Brasil.





/ Figura 30: Mapeamento da infraestrutura hidrelétrica e de transmissão de energia na bacia do rio São Francisco.

Ao mesmo tempo em que ostenta uma escala monumental – com a maior cascata de barragens do Brasil e uma potência instalada superior a 10.000 MW –,[19] essa grandiosidade foi forjada sobre um rastro de destruição, marcado por uma sucessão de rupturas.

A história do acorrentamento do rio pelo Estado brasileiro desdobra-se por décadas, em uma cronologia de intervenções que, progressivamente, aprisionaram seu curso em paredes de concreto: teve início com a pioneira Angiquinho[20] (1913), ganhou escala com Três Marias (1950) e o Complexo Paulo Afonso[21] (1954-1979), consolidou-se com os grandes lagos de Sobradinho (1973) e Itaparica (1979), e culminou na construção de Xingó (1987). O resultado cumulativo desse processo foi o deslocamento compulsório de mais de 250.000 pessoas – um quarto do total de deslocados por barragens em território brasileiro –, a submersão de dezenas de cidades e a devastação da biodiversidade que dependia do ciclo natural do rio (Marques; Wagner; Menezes, 2018).

Qual uma lâmina a dividir a história, cada nova barragem no rio São Francisco rompeu com o tempo, cravando na paisagem e na vida uma fratura definitiva entre o "antes" e o "depois". Partindo dessas rupturas, esta dissertação buscou cristalizar outros espectros sobre o processo de modernização forçada da região. É sob o clarão do farol de Cabeço que tais narrativas ganharam luz, confrontando o padrão cegante de desenvolvimento que as permeia: um modelo imposto pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) que se funda na criação de lagos monumentais ao custo do *urbanicídio*. Tal intervenção teve como laboratório a área historicamente delimitada como Polígono das Secas e simbolicamente consagrada no imaginário nacional como uma "região-problema" a ser redimida pelo progresso.

A precisão deste recorte metodológico responde à própria lógica do Capitaloceno, que sistematicamente enquadrou o desenvolvimento do sertão – por sua vulnerabilidade econômica e climática – como o ambiente ideal para uma "solução" que domaria a natureza e prometeria o *avanço* a um povo sofrido. Foi nesse contexto, sob o pretexto de uma redenção pela engenharia, que a devastação se tornou possível em sua escala máxima. As UHE de Sobradinho (1979) e Itaparica (1988) são, portanto, eleitas como casos centrais por representarem, respectivamente, o apogeu e a crise desse paradigma desenvolvimentista.

19 A potência instalada do sistema em cascata do rio São Francisco, considerando apenas suas principais usinas, supera os 10,3 mil megawatts (MW). O montante é composto pela soma do Complexo de Paulo Afonso (usinas I, II, III e IV e Moxotó), que totaliza 4.279,6 MW, e das usinas de Xingó (3.162 MW), Itaparica (1.479,6 MW), Sobradinho (1.050,3 MW) e Três Marias (396 MW) (Brasil, 2026b). A soma exata desses empreendimentos resulta em uma capacidade total de 10.367,5 MW, o que posiciona o sistema como um dos maiores do mundo em geração hidrelétrica.

20 Pioneira do Nordeste, a usina de Angiquinho foi inaugurada em 1913 por Delmiro Gouveia, às margens da Cachoeira de Paulo Afonso (AL). Sua operação, contudo, foi encerrada em 1960, tanto por um acidente hidráulico quanto por sua tecnologia ter se tornado obsoleta, especialmente com a chegada da UHE de Paulo Afonso I. Desde 2006, é patrimônio histórico e cultural de Alagoas.

21 O Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, localizado na cidade de Paulo Afonso, é um conjunto formado por cinco usinas: Paulo Afonso I (1954), II (1961), III (1971), IV (1979) e Apolônio Sales (Moxotó) (1977). Todas são alimentadas pela força das águas da Cachoeira de Paulo Afonso, um desnível natural de 80 metros do rio São Francisco.

/ Figura 31: Sistema de transmissão de energia no trecho do Submédio São Francisco entre as usinas de Sobradinho e Itaparica.

0 15 km 30 km 60 km

Usinas Hidrelétricas

Subestações de energia

— Torres de energia das linhas de transmissão

A legitimação de um paradigma tão destrutivo encontra-se na gênese da "questão regional" brasileira: uma narrativa histórica, indissociável da formação da nação, que homogeneizou a imagem do Nordeste como um arquétipo do atraso econômico e do anacronismo sociopolítico a ser "corrigido" (Vieira, 2004; 2019). Tal concepção, por conseguinte, consagrou seu destino como "zona de sacrifício": um território onde a aniquilação de culturas e modos de vida representou um custo imposto em nome de um "bem maior", ditado pelos interesses do centro industrial do país.



/ Figura 32: Delimitação do Nordeste e suas sub-regiões na atualidade: 1 – Meio-Norte; 2 – Sertão; 3 – Agreste; 4 – Zona da Mata. A divisão reflete a concepção histórica dos "dois Nordestes": de um lado, a Zona da Mata, úmida e centro da economia açucareira; de outro, o interior (Agreste, Sertão e Meio-Norte), marcado pelo semiárido e por economias complementares. Escala: 1:37.000.000.

A gênese da fratura: a construção do Nordeste como território-problema

As origens dessa hierarquia – que sentenciou o Nordeste à condição de entrave nacional – radicam-se na transição de um território fragmentado para uma nação hierarquizada. Ao longo de séculos, a herança do capitalismo mercantil[22] consolidou um verdadeiro arquipélago (Oliveira, 2008) de economias regionais autônomas, de base rural e escravista, cuja conexão primordial com o mercado externo suplantava qualquer articulação interna (Araújo, 2000). O Nordeste emergiu, portanto, desse mosaico de "subespaços" (Santos, 2005, p. 26), revelando-se desde princípio não como uma unidade, mas como uma macrorregião cindida por suas contradições, na qual coexistiram vários "nordestes" (Oliveira, 2008, p. 34).

A região, embora diversa, foi desde cedo calcada em uma divisão basilar, traçada pela geografia e pelo clima, que engendrou ao menos[23] duas realidades. De um lado, a faixa litorânea úmida, de chuvas abundantes, tornou-se o berço da opulenta economia da cana-de-açúcar. De outro, o interior semiárido – o ermo sertão marcado pelo inclemente drama das secas (Castro, 1967) – foi o domínio da pecuária de subsistência e, posteriormente, da agricultura do algodão-mocó (Furtado, 1959). A oposição entre a agroindústria costeira e a atividade criatória sertaneja veio a compor uma dualidade produtiva que se integrava no que Furtado (2007) denominou "complexo econômico nordestino". Para o autor, as "formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina, no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII, [...]" constituem "elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira" (2007, p. 101).

As raízes da fragilidade desse complexo, por sua vez, encontram-se fincadas no próprio modelo agroexportador que o definiu: a economia açucareira. Implantada entre os séculos XVI e XVIII sob um domínio de uma pequena elite agrária de senhores de engenho, ela transformou a faixa litorânea que, outrora revestida pelo verde das matas, cedeu lugar ao verde de vastos canaviais (Castro, 1967). Em se tratando de um sistema robusto, capitalizado[24] e altamente rentável,[25] a produção canavieira tornou-se, portanto, a base econômica da colônia.

22 Denomina-se "capital mercantil" a fase do capitalismo entre os séculos XV e XVIII, marcada pela expansão marítima e pelo colonialismo, na qual o comércio internacional era a atividade econômica predominante. Guiadas pela política mercantilista – que visava a acumulação de metais preciosos por meio de superávits comerciais –, as potências europeias lançaram-se à exploração de colônias. Nesse sistema, a produção industrial era ainda rudimentar, e a acumulação de capital ocorria primordialmente pelas grandes rotas de comércio.

23 Atualmente, uma classificação geográfica e climática mais detalhada costuma subdividir a região em quatro grandes zonas: a Zona da Mata, o Agreste, o Sertão e o Meio Norte – sendo o Agreste uma zona de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, e o Meio Norte a faixa de passagem entre o Sertão e a Amazônia. (Figura 33).

24 Segundo Furtado (2007, p. 57), o investimento na atividade açucareira no Brasil colonial, ao final do século XVI, atingia cerca de 1,8 milhão de libras esterlinas, que se distribuía em torno de 120 engenhos, com um investimento médio de 15 mil libras por unidade.

25 Em um ano favorável, as exportações de açúcar da colônia poderiam atingir 2,5 milhões de libras esterlinas. Considerando que os senhores de engenho obtinham uma margem de lucro líquido por volta de 60% sobre o valor total das exportações e que o açúcar representava aproximadamente 75% da economia colonial, a renda total gerada por esse setor era estimada em 2 milhões de libras esterlinas. Levando em conta que a população europeia da colônia não ultrapassava 30 mil habitantes, fica evidente que essa nova colônia açucareira era extremamente próspera em comparação com outras regiões à época (Furtado, 2007, p. 58).

Entretanto, a concentração de terras[26] e o uso massivo do trabalho escravo[27], desde o princípio do ciclo do açúcar,[28] configuraram uma estrutura socioeconômica que inviabilizou o desenvolvimento de um mercado interno consistente. Altamente dependente do mercado externo, a economia açucareira não fomentou um processo de "autopropulsão" (Furtado, 2007, p. 90), permanecendo suscetível às flutuações do mercado global. A vulnerabilidade do setor foi evidenciada ao final do século XVII, quando a perda do monopólio português e a ascensão da concorrência holandesa no Caribe – decorrentes do fim da aliança luso-holandesa após a União Ibérica – reduziram os estímulos externos e deram início ao declínio progressivo da economia açucareira[29],[30] (Vieira, 2019).

A concentração do poder econômico e fundiário na monocultura da cana-de-açúcar também gerou repercussões internas na economia colonial.[31] Não obstante mercado interno incipiente, o alto volume de comercialização açucareira propiciou um fluxo monetário considerável que induziu a uma especialização produtiva. Essa dinâmica, por sua vez, restringiu a diversificação de culturas ao canalizar investimentos, terras e mão-de-obra escravizada para os engenhos. Consequentemente, a produção local de outros bens tornou-se residual, o que tornou a colônia dependente da importação de mercadorias, sobretudo as de luxo (Furtado, 2007).

Perante as escassas opções produtivas, a carne compunha o único artigo de consumo relevante que podia ser abastecido internamente, integrando-se à dieta de grande parte da população, inclusive dos escravizados. A princípio vinculada ao crescimento da cultura canavieira – iniciado nos séculos XVI e XVII –, a pecuária consolidou-se, então, como a segunda principal atividade econômica da colônia. Diferenciava-se, no entanto, por seu baixo rendimento que "seguramente não excederia cinco por cento do valor da exportação de açúcar" (Furtado, 2007, p. 97).

Apesar de sua baixa lucratividade, a atividade criatória era vital para a colônia. Ao fornecer praticamente a única fonte nordestina de alimentos (carne) e matéria-prima (couro), ela atendia às necessidades de subsistência da população, inclusive a ligada ao complexo canavieiro.

26 A análise de Furtado (2007) demonstra que 90% da renda nordestina estava concentrada nos engenhos ou em posse dos barões do açúcar, indicando a dependência quase total da economia regional à produção canavieira.

27 A população escravizada representava mais da metade dos habitantes das capitanias nordestinas no século XVIII, com picos entre 65% e 70% nas áreas produtoras de açúcar. (Schwartz,1987).

28 A produção de açúcar no Brasil colonial, que experimentou altos e baixos, é frequentemente periodizada em fases de expansão e regressão produtiva através do conceito de "ciclo do açúcar". Segundo a definição clássica de Simonsen (1977), este ciclo estende-se do início da colonização até 1760 (séculos XVI a XVIII). Dentro deste período, destaca-se o chamado "século do açúcar" (1570-1670), apontado por Fausto (2006) como a fase de apogeu da produção e da lucratividade.

29 A partir de 1670, as exportações de açúcar iniciaram um declínio contínuo que, em meados do século XVIII, as reduzira a apenas 60% de seu valor máximo do ciclo (Simonsen, 1977). Paralelamente, houve a desvalorização do produto: em 1710, correspondia a apenas um quarto do que valia em 1608, na comparação com o preço de um escravo (Schwartz, 1987).

30 A crise foi desencadeada pela consolidação da União Ibérica (1580-1640). Ao fundir as coroas de Portugal e Espanha, a cooperação comercial com a Holanda foi desfeita, o que levou à competição pelo controle do açúcar. A invasão do Nordeste pelos holandeses (1630-1654) foi crucial, pois permitiu-lhes assimilar a tecnologia da produção açucareira e transferi-la para suas colônias no Caribe. Ali, estabeleceram uma forte concorrência que abalou a hegemonia portuguesa. Para a colônia, a ocupação gerou graves prejuízos, desde a redução da produção na Bahia – devido a saques e incêndios (Azevedo, 1995) –, até uma crise generalizada na mão de obra, no transporte e no crédito (Cerqueira, 1950).

31 Essa estrutura de concentração de poder, baseada na polarização entre a aristocracia rural e o escravo, teve consequências institucionais de longa duração, perpetuando-se politicamente, após o século XIX, por meio do coronelismo. Conforme argumentaram Engerman e Sokoloff (1997; 2002), tal configuração colonial-exportadora contribuiu para a formação de oligarquias políticas ineficazes que impediram a industrialização e a diversificação da economia regional (Furtado, 1959).

Por sua natureza autossustentável[32] e alta capacidade de reprodução, a atividade de gado expandiu-se rapidamente. Contudo, os danos ocasionados pelos rebanhos às plantações levaram a Coroa Portuguesa, por meio da Carta Régia[33] de 1701, a proibir a atividade da faixa costeira (*Ibid*, p. 96).

Em busca de novos territórios, a pecuária expandiu-se para o interior, corroborando significativamente para a ocupação territorial extensiva[34] do sertão – estabelecendo-se como um "fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro" (*Ibid*, p. 97) –, muitas vezes às custas da espoliação de terras indígenas e da escravidão[35] de seus povos. No entanto, o fator que converteu essa expansão em um movimento demográfico massivo foi a crise da produção açucareira. Acentuada a partir do final do século XVII, a retração produtiva dos engenhos liberou um enorme contingente de mão de obra que, sem alternativas, migrou para o interior.

Uma vez no sertão, essa parcela da população ampliou não somente a pecuária [36], como também a agricultura de subsistência, gerando, consequentemente, um retrocesso nas formas de especialização e de divisão do trabalho. Longe de ser um desenvolvimento autônomo, essa economia sertaneja funcionava como uma estrutura subsidiária, cujo rendimento permanecia diretamente atrelado às flutuações da atividade açucareira, de modo que, em períodos de depressão do mercado externo, a migração dos engenhos para o interior reforçava a conversão da economia sertaneja em um polo de autossuficiência.

Em suma, o desenvolvimento do interior nordestino a partir do século XVIII ocorreu em um contexto de crise litorânea, demonstrando, exclusivamente, a ascensão de uma economia focada na subsistência (Vieira, 2019) – aspecto primordial do problema econômico brasileiro em períodos subsequentes. Intrinsecamente associado ao vagaroso declínio da grande empresa açucareira (Furtado, 2007), esse processo determinou a involução do Nordeste: de sistema econômico altamente produtivo em meados do século XVII – que, em sua melhor fase, possivelmente configurou "o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos" (*Ibid*, p. 105) –, a região converteu-se em uma economia na qual a maioria da população produzia somente o essencial para sobreviver.

32 Até mesmo o colono sem recursos podia acumular capital na pecuária. Segundo Furtado (2007), após quatro ou cinco anos de trabalho, o vaqueiro tinha direito a uma cria em cada quatro do rebanho, permitindo-lhe começar sua própria atividade.

33 Por meio do decreto da Carta Régia, a Coroa Portuguesa estabeleceu uma faixa de dez léguas a partir do litoral brasileiro, na qual a criação de gado foi expressamente vedada (Furtado, 2007).

34 A natureza extensiva e itinerante da pecuária, ditada pela necessidade de adaptação ao regime hídrico e a distância dos centros consumidores, demandava realocações periódicas do rebanho, resultando em uma fração irrisória de terras ocupadas permanentemente. Apesar de sua baixa produtividade e dos investimentos mínimos, seu modelo de acumulação de capital – baseado na reprodução do próprio rebanho – favorecia uma expansão contínua e autônoma. Mesmo com baixa produtividade e em cenários de pouca demanda, a atividade avançava sobre novas terras, garantindo a posse de vastos territórios, ainda que de forma rarefeita (Furtado, 2007, p. 96).

35 A indústria açucareira, em seu início no século XVI, teve como alicerce a mão de obra indígena, cuja escravidão atingiu o ápice entre 1540 e 1570. Apesar da proibição formal da Coroa Portuguesa em 1570, a sujeição dos nativos persistiu sob novas formas, como por ordens religiosas e o trabalho assalariado. Concomitantemente, o choque biológico do contato com os europeus deflagrou epidemias devastadoras de varíola (1562) e sarampo (1563) que dizimaram grande parte da população originaria e aceleraram a transição para o trabalho africano. Essa transição foi consolidada em XVII, quando a contínua expansão dos engenhos por demanda a mão de obra. O Engenho de Sergipe, na Bahia, ilustra essa tendência: a proporção de escravos africanos na força de trabalho saltou de 7%, em 1572, para 100%, em 1638 (Schwartz, 1987).

36 A pecuária sertaneja do período caracterizava-se por sua vasta escala e, contraditoriamente, pela baixa necessidade de mão de obra, o que assinalava seu caráter extensivo. No começo do século XVIII, por exemplo, o rebanho nordestino (Bahia e Pernambuco) era estimado em 1,3 milhão de cabeças de gado, mas a proporção era de apenas 1 trabalhador para cada 250 animais (Antonil, 2007; Furtado, 2007).

Instaurou-se, assim, a partir do final do século XVII, um ciclo de atrofiamento econômico que se estenderia por séculos no Nordeste. Ainda que nascida de um processo de declínio, a estrutura produtiva que então se estabeleceu provou-se notavelmente resiliente: apesar de um período crítico mais agudo entre final do século XVII e a primeira metade do XIX, o complexo econômico nordestino manteve seu cerne produtivo – a agricultura de exportação e a pecuária de subsistência – praticamente inalterado até meados do século XX. A recuperação parcial nesse período, concentrada entre o final do século XVIII e meados do XIX, deveu-se a um breve reaquecimento da produção açucareira[37] e, sobretudo, à ascensão do cultivo do algodão-mocó – uma planta xerófila[38] nativa que, aliada à pecuária, reconfigurou a economia sertaneja ao consolidar a fazenda como uma unidade produtiva que integrava a produção de autossustento à comercialização[39] (Furtado, 1959).

Foi o prolongado marasmo econômico que serviu de substrato para a institucionalização da "questão regional" entre o século XIX e XX, cujos contornos iniciais, de natureza substancialmente política, delinearam-se em meados do século XIX. Nesse período, a centralização do recém-formado Estado Imperial deflagrou reações provinciais temerosas de uma desintegração separatista (Vieira, 2004). A hegemonia do Centro-Sul[40] cimentada no século seguinte pela economia cafeeira, contudo, deu à questão sua feição eminentemente econômica, ao romper com o antigo mosaico colonial-agroexportador para impor uma unidade nacional hierarquizada – o arranjo no qual, como notou Celso Furtado (2007, p. 143), "nenhuma das regiões do país dispunha de suficiente ascendência sobre as demais".

Com a ascensão da economia cafeeira, o Centro-Sul acumulou poder suficiente para iniciar um processo de unificação do mercado a partir de uma nova divisão nacional do trabalho. A concentração industrial em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, aprofundou esse arranjo e consolidou a "nacionalização do capital" (Oliveira, 2008, p. 203), um processo que subordinou as antigas economias primárias ao comando do novo centro dinâmico por meio da exploração inter-regional (Furtado, 1959, p. 32), desarticulando, assim, as economias regionais periféricas.[41] A estruturação desse sistema de centro-periferia interna exacerbou as disparidades regionais e instituiu a polarização entre um Centro-Sul cafeeiro/industrial considerado "adiantado" e as demais regiões, notadamente o Nordeste pecuário/algodoeiro (Santos, 2005) – que passou a ser estigmatizado como o grande entrave ao "Brasil moderno" –, conformando a imagem de "dois Brasis".

37 Motivado por fatores externos, como o Bloqueio Continental de Napoleão (1805-1814), e por melhorias internas na agricultura, o "renascimento canavieiro" (final do séc. XVIII - meados do séc. XIX) foi marcado pela expansão de formas capitalistas de produção, pela modernização técnica do cultivo e fabrico do açúcar e pela gradual substituição da mão de obra escrava pela livre (Moreira, 1990). Contudo, apesar de sua relevância, esta fase é metodologicamente distinta do "ciclo do açúcar" original, dado que o final do período colonial e a ascensão dos movimentos abolicionistas configuraram um ambiente institucional híbrido.

38 Planta xerófila e perene do gênero *Gossypium*, nativa do semiárido brasileiro.

39 O cultivo do algodão-mocó pressupunha uma relação de longa duração entre o proprietário da terra e o meeiro. O meeiro era responsável pela plantação do início ao fim, recebendo como pagamento metade da colheita, enquanto a outra metade ficava com o fazendeiro. Adicionalmente, o meeiro garantia o sustento de sua família cultivando alimentos na parcela de terra que o proprietário lhe cedia para esse fim, complementando a renda obtida com a meação. Dessa forma, a economia local era sustentada por essa combinação de agricultura de subsistência e produção comercial (Furtado, 1959).

40 No âmbito do planejamento estatal brasileiro, a designação "Centro-Sul" foi utilizada entre as décadas de 1930 e 1970 para se referir a uma macrorregião geoeconômica que, embora sem delimitação consensual, foi consistentemente reconhecida como o polo principal de investimentos e planejamento estatal. A sua composição variava consideravelmente nos documentos oficiais da época, como o Plano de Metas e os PNDs. Em algumas de suas configurações mais abrangentes, como a utilizada no Plano Decenal de 1966, englobava a totalidade dos estados das atuais regiões Sul e Sudeste, acrescidos de Goiás e Mato Grosso, refletindo o processo histórico de integração nacional a partir do seu núcleo industrial (Chiquito, 2021).

41 A nova divisão nacional do trabalho superou o antigo modelo de "arquipélago", no qual as economias regionais se conectavam de forma relativamente autônoma ao mercado externo, e instituiu uma dinâmica de trocas internas. No novo arranjo, o Centro-Sul (especialmente São Paulo) especializou-se na produção industrial e no controle financeiro, tornando-se o polo hegemônico do capitalismo nacional. As demais regiões, sobretudo o Nordeste, foram integradas de forma subordinada, passando a fornecer matérias-primas e mão de obra barata em troca de produtos manufaturados do Sudeste. Tal relação de troca desigual não apenas aprofundou as disparidades regionais, como também perpetuou a manutenção da estrutura produtiva de caráter colonial no Nordeste, enquanto o Centro-Sul propulsionava seu desenvolvimento industrial (Furtado, 1959; Vieira, 2004; 2019; Oliveira, 2008; Farias, 2019).

A partir da década de 1930, a estrutura de desigualdade herdada do Brasil agroexportador foi redefinida em consequência de crises globais – especialmente a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Grande Depressão de 1929 –, que solaparam os fundamentos do modelo liberal. A consequente retração do mercado externo e a desvalorização cambial, por sua vez, minaram a economia cafeeira (Bresser-Pereira, 2014), dando lugar à ascensão de um novo modelo de intervenção estatal[42] que, por meio da substituição de importações, deslocou o centro dinâmico da economia do domínio cafeeiro para o urbano-industrial.

O catalisador político para essa nova ordem econômica desenvolvimentista foi a reestruturação autoritária do Estado, consumada com o golpe de 1937 e a instauração do "Estado Novo", que instrumentalizou o planejamento regional como o vetor da nova territorialização do capital. Este processo, definido por Francisco de Oliveira (2008, p. 140) como a "racionalização da reprodução ampliada do capital", efetivou-se em uma política de massivos investimentos estatais que, embora iniciados em 1930, ganharam escala e direção ideológica sob a égide do regime. Concretizados ao longo dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), esses aportes públicos na indústria de base, na infraestrutura de transporte e no setor de energia reforçaram os alicerces da nascente sociedade urbana e industrial (Tavares, 2021). Como resultado, a diversificação produtiva, aliada à unificação física[43] e política[44] do mercado interno, permitiu uma maior concentração de capital – antes obstruída pela fragmentação regional (Singer, 1985) – dando início, então, a um ciclo de urbanização[45] que, após um começo gradual, acelerou-se a partir de 1950 (Araújo, 2009).

42 A Grande Depressão de 1929 desacreditou a ideia liberal de um mercado autorregulável, abrindo espaço para novas teorias que defendiam um papel ativo do Estado na economia. A mais influente destas foi a teoria keynesiana, proposta pelo economista John Maynard Keynes, que parte do princípio de que o governo deve intervir para suavizar os altos e baixos da economia. Em tempos de crise ou recessão, ao invés de esperar que o mercado se recupere sozinho, o Estado assumiria um papel ativo para estimular a demanda e estabilizar o mercado. Isso é feito principalmente através do aumento dos gastos públicos – em obras, programas sociais etc. – e da redução de impostos, mesmo que isso gere um déficit temporário. O objetivo final é mobilizar os recursos do Estado para alcançar o que o livre mercado, em uma crise, não consegue por conta própria: proteger os empregos e reativar a economia.

43 O Plano Rodoviário Nacional (PRN) de 1944 é um exemplo da unificação física, que propunha, por meio da organização territorial do país, a interligação da cadeia produtiva nacional. O Plano formulou a construção de 27 rodovias federais, divididas em três eixos: o primeiro, consolidado por seis rodovias longitudinais (norte – sul); o segundo, estruturado por 15 rodovias transversais (leste – oeste); e o terceiro, conformado por seis rodovias de ligação (entre pontos importantes de duas ou mais rodovias) (Grandi; Huertas, 2023). Suas resoluções, contudo, foram guiadas pelos diferentes graus de urbanização e pela necessidade de equipar aquele que viria a ser o epicentro produtivo da nação: o estado de São Paulo (Tavares, 2021).

44 A unificação política do mercado interno foi consolidada, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1934, da criação do Conselho Federal do Comércio Exterior (1934) e da implementação de novas políticas fiscal e cambial. A nova Constituição lançou as bases da legislação trabalhista, garantindo aos trabalhadores direitos básicos como o salário-mínimo e jornada de trabalho de oito horas. A regulamentação de tais leis fizeram parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modelo de acumulação, que visava transformar a população que afluía às cidades em um "exército de reserva" (Oliveira, 2003). O Conselho, por sua vez, foi instituído com o objetivo de regular a concorrência, combater práticas desleais e promover a livre iniciativa. Por fim, o governo Vargas implementou uma série de medidas fiscais e cambiais a fim de estimular a produção nacional e proteger a indústria brasileira da concorrência externa. Isso incluiu a elevação de tarifas alfandegárias, o controle de importações e as políticas de crédito direcionadas à indústria.

45 Entre 1940 e 1980 ocorre uma inversão quanto ao local de residência da população brasileira. Em 1940 a taxa de urbanização era de 26,35%, já em 1980, alcança 68,86% (Santos, 2005).

O projeto de integração nacional, todavia, desenrolou-se de forma assimétrica pelo território. A infraestruturação fomentada pelo Estado, ao privilegiar os eixos produtivos do Sul e Sudeste[46] – áreas com vantagens preexistentes (Portugal; Silva, 2020) –, acentuou as desigualdades. Diante disso, a "questão regional", que já se delineava como uma polarização latente nas primeiras décadas do século XX, foi elevada à condição de pauta central na agenda do Estado Novo. O regime adotou o planejamento como principal estratégia para mitigar os "desequilíbrios regionais" (Chiquito, 2021; Trevisan *et al.*, 2022), elegendo a problemática da seca nordestina seu ponto de partida.

A escolha não foi fortuita. Ao peso da inércia de um século de políticas hesitantes no combate à estiagem – institucionalizadas em 1909 com a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS)[47] por um foco eminentemente técnico[48] facilmente cooptado por interesses privados[49] –, somou-se o impacto deflagrador da grande seca de 1931-1932. A dramaticidade desse evento, que forçou o Governo Federal a amparar 220 mil flagelados (Castro, 1967), tornou evidente que o problema transcendia a engenharia. A questão revelou-se, fundamentalmente, de economia política, a exigir uma resposta em escala nacional. Visando, então, mobilizar a moderna racionalidade do planejamento regional contra as antigas vulnerabilidades da região, propôs-se a delimitação de um polígono de intervenção, que serviu de base para as diretrizes do plano previsto no Art. 177 da nova Constituição de 1934 (Portugal; Silva, 2020).

O primeiro passo para concretizar essas diretrizes veio em 1936 com a Lei nº. 175, que delimitou o "Polígono das Secas"[50] como área de atuação prioritária da IFOCS (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2021). O arcabouço institucional evoluiu na década seguinte, com a transformação da IFOCS no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, e, de forma decisiva, com a promulgação da Constituição de 1946, que consagrou a obrigação federal de investir um percentual fixo de suas receitas na região, destinando no mínimo 3% da renda tributária da União em um Plano de Ação para o Nordeste (Art. 198) (Brasil, 1946).

46 A concentração industrial no Sudeste (48,24%) já era quase três vezes superior à do Nordeste (16,31%) em 1939, estabelecendo as bases para uma nova dinâmica socioeconômica entre as regiões (Farias, 2019).

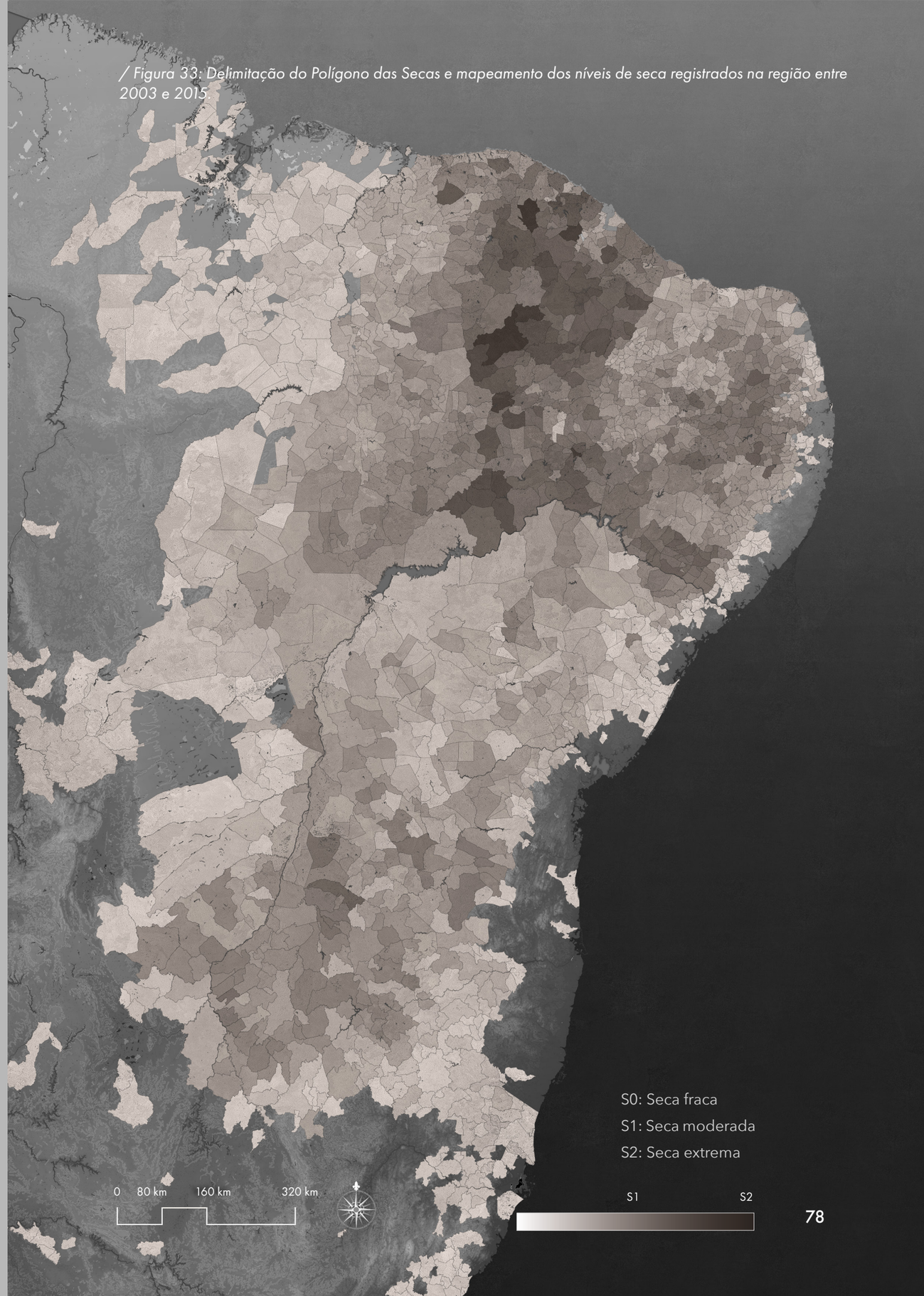
47 As políticas contra a estiagem foram institucionalizadas em 1909 com a criação da Inspetoria de Obras Contra a seca (IOCS). O órgão foi renomeado para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, por meio do Decreto nº. 13.687 e operou até 1945, quando o Decreto-Lei nº 8.486 o reestruturou, dando origem ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional, 2013).

48 Suas atribuições envolviam um foco eminentemente técnico, como estudos e obras que iam da perfuração de poços à construção de estradas e açudes, abrangendo desde o Piauí até o norte de Minas Gerais (Portugal; Silva, 2020).

49 Embora o discurso oficial justificasse a criação do órgão como um esforço para "amenizar os flagelos" da seca, autores como Francisco de Oliveira (2008) destacam que, pouco tempo após a sua criação, a instituição teria sido rapidamente cooptada pelas elites agrárias locais para o atendimento de interesses privados, a exemplo da construção de açudes em propriedades de grandes latifundiários.

50 A área original do Polígono (1936) abrangia todo o Ceará e partes do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A sua característica primordial era a escassez hídrica superficial, causada por um regime de chuvas de baixa pluviosidade, concentrado em uma estação úmida curta e com alta variabilidade entre os anos, promovendo estiagens cíclicas. Ademais, o ecossistema local era ainda mais fragilizado por altos índices de evapotranspiração, escassa cobertura vegetal e solos rasos, o que limitava sua capacidade produtiva (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2021).

/ Figura 33: Delimitação do Polígono das Secas e mapeamento dos níveis de seca registrados na região entre 2003 e 2015.



Paralelamente às políticas para o semiárido, surgia uma outra frente de desenvolvimento para o Nordeste, focada não na seca, mas no potencial hídrico do Vale do Rio São Francisco – que, embora se estenda para além da região, era então politicamente enquadrado como uma solução para a "questão nordestina". Tal abordagem conjugava o arcabouço jurídico do Código de Águas (Decreto nº. 24.643, de 1934) – que viabilizou a intervenção federal ao nacionalizar o potencial hidrelétrico, desvinculando-o da posse de terra[51] – com o paradigma de planejamento da *Tennessee Valley Authority* (TVA)[52]: um modelo norte-americano de 1933 concebido para superar o subdesenvolvimento crônico mediante uma burocracia técnica e centralizada, incumbida de executar um plano integrado de desenvolvimento energético e econômico em substituição aos interesses políticos locais.

A influência estadunidense ganhou uma nova dimensão durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a aliança entre os dois países foi formalizada pelos Acordos de Washington, de 1942. Como contrapartida à permissão para instalar bases militares no Nordeste, os acordos previam que o Brasil recebesse assistência financeira e técnica, a qual se materializou em diversas missões de cooperação.[53] Entre elas, destacou-se a Missão *Cooke*[54] (1942-1943), creditada tanto por realizar o primeiro diagnóstico global da economia brasileira, quanto por difundir no país o ideário de planejamento por bacia hidrográfica (Lopes, 2021). O relatório da Missão, com o duplo propósito de alinhar a produção brasileira ao esforço de guerra e de lançar as bases para a industrialização, foi categórico: apontou a urgência de uma política de eletrificação que aproveitasse o vasto potencial hidráulico do país e propôs a adoção do paradigma do *New Deal*.[55] A recomendação foi prontamente acatada, desencadeando o início dos trabalhos para a criação do Plano Nacional de Eletrificação (PNE)[56] já em 1943.

Nesse contexto de efervescência desenvolvimentista, concomitantemente à elaboração do PNE, o Vale do São Francisco se constituiu como o laboratório ideal para a nova estratégia estatal. A ideia de induzir o desenvolvimento por meio de grandes barragens, que já ganhava corpo em meio às discussões sobre a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso (BA), consolidou-se em definitivo após a visita do então Ministro da Agricultura, Apolônio Sales, à TVA em 1944. Sensibilizado pelo modelo americano, Sales concebeu um projeto de intervenção que, amparado pelo Código de Águas, ambicionava responder, num só gesto, à questão energética nacional e ao quadro de atraso socioeconômico nordestino (Marques; Wagner; Menezes, 2018).

51 A principal consequência jurídica do Código foi a instituição do regime de concessões como modelo exclusivo para a exploração do potencial hidrelétrico do país, agora considerado patrimônio da União (Marques; Wagner; Menezes, 2018).

52 Criada como um dos programas-chave do *New Deal*, pelo presidente Franklin D. Roosevelt, a TVA visava combater os efeitos da Grande Depressão naquela que era uma das áreas mais empobrecidas dos EUA, o Vale do Rio Tennessee. O diferencial do programa foi sua governança: confiada um triunvirato de diretores indicados pelo Presidente, a autonomia da agência permitiu transpor os interesses políticos locais e viabilizar uma intervenção sem precedentes. Baseada nos preceitos de descentralização urbana defendidos pela *Regional Planning Association of America* (RPAA), essa intervenção foi concretizada na construção de 38 grandes barragens na região (Scott; Brose, 2015; Chiquito, 2015).

53 Essas missões visavam estudar as potencialidades do território e recomendar medidas estatais para incrementar a infraestrutura em áreas específicas. Além da Missão Cooke (1942-1943), outras de grande relevância foram a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953) (Lopes, 2021).

54 Missão técnica norte-americana, chefiada por Morris Llewellyn Cooke (1872-1960), enviada ao Brasil em 1942, precisamente quando o país manifestou beligerância aos países do Eixo, aliando-se aos Estados Unidos. Seus objetivos declarados incluíam a otimização da produção local, a modernização da tecnologia industrial e o aperfeiçoamento dos transportes para apoiar o esforço de guerra aliado (Calicchio; Araújo, 1976).

55 *New Deal* foi o nome dado ao conjunto de programas implementado nos EUA entre 1933 e 1937, durante o mandato de Franklin Delano Roosevelt (1881-1945), com a finalidade de recuperar a economia estadunidense e assistir os prejudicados pela grande depressão.

56 O Plano Nacional de Eletrificação (PNE), cujo relatório foi apresentado em 1944, é considerado o primeiro estudo abrangente e sistemático do potencial hidrelétrico brasileiro. O plano defendia a eletrificação como instrumento de desenvolvimento regional e segurança nacional, propondo o planejamento por bacias hidrográficas e a criação de um órgão federal para coordenar o setor. Apesar de não ter sido implementado em sua totalidade devido às mudanças políticas com o fim do Estado Novo (1945), o PNE serviu como a principal matriz para o planejamento energético do país nas décadas seguintes, induzindo a criação de grandes hidrelétricas e da própria Eletrobras em 1962.

Essa visão não tardou a gerar seus primeiros frutos. Proposta por Apolônio Sales a Getúlio Vargas, ainda em 1944, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) foi formalmente criada em 3 de outubro de 1945. Sua institucionalização ocorreu por meio de três Decretos-leis (nº. 8.031; nº. 8.032; nº. 19.706) que, respectivamente, autorizavam a sua organização, abriam crédito para a subscrição de suas ações pelo Tesouro e lhe outorgavam a concessão de 50 anos para explorar o potencial hidráulico do rio São Francisco entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), com o objetivo de abastecer a vasta área de 450 km de raio em torno da cachoeira de Paulo Afonso (Vainsencher, 2004). Com este ato, o governo federal efetivou a intervenção direta do poder público na esfera de geração e transmissão de energia, adentrando um campo até então majoritariamente controlado por empresas estrangeiras (Oliveira, 2001).

Embora a CHESF compusesse a vertente energética do plano, a visão mais ampla de um desenvolvimento integrado para todo Vale ainda carecia de um respaldo jurídico e financeiro mais robusto. O alicerce institucional para o desenvolvimento do Vale foi progressivamente estabelecido a partir da segunda metade da década de 1940. O fomento público foi assegurado pela Constituição de 1946, que, ao alocar 1% de toda a receita da União à região (Brasil, 1946), institucionalizou o repasse de recursos e elevou o projeto à condição de prioridade nacional. Sob a égide desse novo ordenamento, surgiu em 1948 a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF).[57] Criada por iniciativa de "[...] membros do Congresso Nacional com interesses políticos e econômicos na região" (Ianni, 1971, p. 95), a CVSF foi estruturada como uma autarquia vinculada diretamente à Presidência da República. Coube a ela a elaboração do Plano Geral de Aproveitamento do Vale do São Francisco (1950), que detalhava as diretrizes para o desenvolvimento integrado da bacia – contemplando a regularização hídrica, a irrigação, o abastecimento e o aproveitamento de seu potencial energético (Brasil, 1948). Por fim, essa arquitetura foi complementada em 1952 com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o propósito de funcionar como a engrenagem de crédito do projeto, fomentando atividades econômicas no Polígono das Secas.

Assim, entre 1954 e 1994, um novo arranjo institucional, aliado a deliberações macroeconômicas, promoveu a construção de sucessivas hidrelétricas no rio São Francisco, a fim de assegurar o suprimento de energia para a região Nordeste (Torres, 2016). A consolidação desse parque hidrelétrico, porém, obedeceu a uma estruturação continua orientada pe-

57 No período da Ditadura Militar, em 1967, a CVSF foi extinta e substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) e esta, em 1974, teve suas funções absorvidas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (Codevasf), que existe até hoje.

las diferentes fases do Estado desenvolvimentista; embora suas bases remontem à Era Vargas, coube ao governo de progressista de Juscelino Kubitschek (JK; 1956-1961) a redefinição da arquitetura institucional do projeto em escala regional, dando origem a um planejamento cuja lógica seria maximizada e, por fim, levada à exaustão nas décadas seguintes.

A corrida desenvolvimentista do governo de JK de fato radicalizou o ideário dos megaprojetos no Brasil, explicitando, contudo, suas contradições internas. Sob o lema de "cinquenta anos em cinco", o Plano de Metas (1956) concentrou seus esforços na industrialização e na integração nacional, em detrimento do combate à inflação e às disparidades setoriais e regionais (Lessa, 1982). A almejada união físico-econômica do país foi, entretanto, novamente obstada pela massiva concentração de investimentos no Sudeste[58] – desequilíbrio evidenciado pela ausência de qualquer nova usina da CHESF em seu mandato – agravada por uma rigorosa seca que atingiu o Nordeste mais uma vez, em 1958. Para responder a essa conjuntura crítica, o governo criou, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)[59] (Tavares, 2021). A nova agência, ao planejar e executar a profunda remodelação da economia nordestina – integrando a capacidade de geração da CHESF à expansão da infraestrutura, à industrialização por incentivos fiscais e à modernização do campo (Furtado, 1959) –, tornar-se-ia um marco do planejamento regional precisamente por transferir para a própria região o protagonismo institucional na mediação dos conflitos inerentes ao modelo desenvolvimentista.

58 Análises governamentais oficiais de 1959 sobre a aplicação do Plano de Metas demonstram uma acentuada concentração de investimentos no Sudeste. O setor energético é o exemplo mais flagrante dessa disparidade, com 94,5% dos novos projetos de geração destinados à região (Tavares, 2021).

59 Originada a partir do diagnóstico do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, a Sudene foi concebida para atuar como um "estado articulador". Sua missão era centralizar os mais diversos interesses políticos e econômicos, alinhando as ações de municípios, estados e outros órgãos federais em prol de um projeto unificado de desenvolvimento. Sustentada por um corpo técnico especializado, a agência foi projetada como um "órgão catalisador" do progresso, informalmente conhecida como o "Ministério do Nordeste" (Portugal; Silva, 2020). A atuação da Sudene se materializou em um plano multifacetado que buscava atacar as raízes do subdesenvolvimento nordestino em três eixos. O primeiro, e mais conhecido, foi a industrialização: por meio de incentivos fiscais, a agência atraiu investimentos do Centro-Sul, promovendo a criação de um novo parque industrial para diversificar a economia regional. O segundo eixo voltou-se para a modernização do campo e a questão agrária, com projetos de colonização e reorganização da estrutura produtiva para aumentar a oferta de alimentos e modificar a estrutura fundiária. Finalmente, o terceiro eixo orientou-se para o fortalecimento da infraestrutura, com pesados investimentos em energia, transportes e comunicações, criando as bases materiais necessárias para sustentar tanto a nova indústria quanto a agricultura modernizada (Farias, 2019; Levy, 1981).

A dualidade congênita do paradigma desenvolvimentista – que buscava conciliar a aceleração industrial com a gestão das desigualdades – encontrou na Ditadura Militar (1964-1985) e em seu aparato de planejamento estatal, o agente que a levou às últimas consequências, elevando a intervenção estatal a uma escala colossal e autoritária, ainda que sob o pretexto de mitigar as disparidades regionais. Legitimado por um discurso nacionalista de segurança e integração, o governo militar elegeu as grandes obras de infraestrutura, com destaque para os projetos hidrelétricos, como a expressão máxima de seu poder e de sua utopia de progresso. A aposta do regime em projetos de grande porte – sustentada por um agressivo endividamento externo e justificada pela propaganda de um "Brasil Grande Potência" – materializou-se em obras faraônicas como a rodovia Transamazônica (inaugurada em 1972), a Ponte Rio-Niterói (1974) e a hidrelétrica de Itaipu (iniciada em 1975) (Pereira, 2020). No Nordeste, a aplicação dessa lógica se deu pela reconfiguração da estrutura institucional ali preexistente, submetendo-a ao comando central do regime. Nesse processo, os papéis se inverteram: a Sudene, cujo planejamento autônomo se chocava com a visão centralizadora dos militares, foi esvaziada de sua função original e reduzida a um órgão executor. Não obstante, a CHESF, a partir dos anos 1970, foi alçada à condição de principal instrumento da autoridade federal na região, deflagrando a fase mais agressiva de construção de barragens no São Francisco – como Sobradinho e Itaparica – para sustentar um projeto de modernização conservadora.

Acelerado pela crise da dívida externa na década de 1980,[60] o esgotamento do modelo de desenvolvimento implementado pela Ditadura Militar inaugurou o declínio de sua estrutura. Com a redemocratização (1985), a Sudene assistiu à atrofia de sua capacidade de planejamento, pois seu modelo verticalizado tornou-se anacrônico na nova conjuntura de descentralização política e ascensão de preceitos neoliberais. Na prática, o Conselho Deliberativo da Sudene – instância máxima do órgão, criada para ser o fórum de articulação política entre os governadores nordestinos e o governo federal – converteu-se em uma mera formalidade, uma vez que governadores e ministérios passaram a negociar recursos diretamente com o poder central. Consequentemente, a atuação da agência resumiu-se à administração de incentivos fiscais via Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), um refúgio funcional que se revelou uma armadilha: ao final dos anos 1990, denúncias de mau uso dos recursos do Fundo motivaram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujas conclusões sobre irregularidades e concentração de investimentos nos estados mais abastados da região constituíram o argumento decisivo para sua extinção, em maio de 2001 (Pedroza Junior; Andrade; Bonfim, 2011).

A CHESF, por sua vez, no início dos anos 1990, viu-se diante de uma tríade de desafios que redefiniram seu papel: o esgotamento do ciclo de grandes obras, a ascensão das críticas socioambientais[61] e a instauração de um paradigma de mercado, alavancado pelas reformas daquela década – como o Plano Nacional de Desestatização (1990) e a abertura da economia. Em conjunto, esses fatores encerraram a Era em que a companhia atuava como o braço investidor do Estado, forçando-a a se adaptar a um ambiente de competição. O antigo arranjo, que por décadas uniu planejamento regional e infraestrutura energética, chegava assim ao seu fim.

60 Conhecida como a "Década Perdida" na América Latina, a crise foi desencadeada pela súbita alta dos juros internacionais no início dos anos 1980, que tornou impagável a dívida externa contraída pelo Brasil nas décadas anteriores para financiar, entre outros, grandes projetos de infraestrutura. O resultado foi um longo período de estagnação econômica, hiperinflação e austeridade fiscal, que esgotou a capacidade de investimento do Estado e o próprio modelo desenvolvimentista (Burginski, 2016).

61 A crescente pressão internacional, desencadeada pela I Conferência da ONU sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972) e por ONGs como a *National Wildlife Fund*, *Sierra Club* e *Environmental Defense Fund* (EDF), levou os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento), principais financiadores de grandes projetos de aproveitamento hidrelétrico, a exigir estudos de impacto ambiental e a criar políticas de salvaguarda. Como resposta a essas demandas, o governo brasileiro criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Contudo, foi somente a partir de 1979 que o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) passou a exigir estudos de impacto ambiental para a construção de UHE, seguidos por diretrizes específicas para reassentamento (1980) e povos indígenas (1982). Tal processo ilustra o que Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) conceituaram como "efeito bumerangue", no qual organizações locais utilizam a pressão de atores e instituições internacionais para forçar mudanças nas políticas públicas de seus próprios países (Portugal; Silva, 2020).

A arquitetura do cristal: uma estrutura para a montagem

É esse recorte temporal – a transição do auge do autoritarismo para o processo de redemocratização – que delimitou os dois casos centrais desta pesquisa, unidos pelo fio condutor do paradigma desenvolvimentista. A usina de Sobradinho (1979), concebida e executada no ápice do regime, encarna o exercício unilateral do poder estatal. Já a usina de Itaparica (1988), sua sucessora, foi construída no contexto antagônico da abertura política, quando a sociedade civil já demonstrava força para pressionar e interpelar o poder estatal. Por encapsularem, respectivamente, a consolidação e a contestação desse paradigma, as UHEs de Sobradinho e Itaparica foram selecionadas como os eixos estruturadores desta dissertação.

Na imponência de Sobradinho, o modelo atingiu seu ponto máximo. Diferentemente das usinas anteriores, que operavam majoritariamente "a fio d'água"[62] com capacidade limitada, a barragem foi concebida para um propósito de outra ordem: a regularização completa do fluxo do rio São Francisco, um projeto cujo potencial de intervenção superou[63] o de suas predecessoras (Silva, 2011). A ambição monumental do projeto encontrou o respaldo político necessário em 1971, durante o governo ditatorial do General Emílio Médici (1969-1974). O regime utilizou a construção como principal artifício de uma retórica progressista – um discurso que ganhou ainda mais força com a eclosão da Crise do Petróleo de 1973 – para legitimar sua agenda de desenvolvimento autoritário.

Situada no Submédio São Francisco, em território baiano, a Usina Hidrelétrica de Sobradinho foi construída pela CHESF, com obras iniciadas em junho de 1973. Quatro anos mais tarde, em 1977, deu-se início ao processo de represamento parcial das águas, culminando no represamento total em 1978. Em 1979, instaurou-se a sua operação e, em 1982, a sua última unidade geradora foi acionada, finalizando a fase de construção do Projeto Sobradinho (CHESF, 2008). Ergueu-se, assim, uma muralha de 13 quilômetros que represou 34 bilhões de metros cúbicos de água, criando um dos maiores lagos artificiais do Brasil (4.214 km²). Contudo, esse portento assentava-se sobre alicerces de sofrimentos deliberadamente ignorados: a remoção compulsória de mais de 72 mil pessoas (Silva; Santos, 2012) e a submersão de quatro cidades,[64] tratadas como um sacrifício necessário, enquanto qualquer resistência era prontamente sufocada pela força da ditadura.

62 Designação para usinas sem grandes reservatórios, que geram energia com a vazão imediata do rio. Antes da construção de Sobradinho, os principais exemplos no Baixo São Francisco eram as três primeiras usinas do Complexo de Paulo Afonso (PA I, II e III) e a Usina de Apolônio Sales (Moxotó).

63 O potencial de regularização de Sobradinho, com uma potência instalada de 1.050,3 MW, representou uma mudança de escala no aproveitamento hidrelétrico do rio São Francisco. Em comparação, as três primeiras usinas do Complexo de Paulo Afonso (PA I, II e III) somavam 1.417,2 MW (sendo 180 MW de PA I, 443 MW de PA II e 794,2 MW de PA III), e a Usina de Apolônio Sales (Moxotó) possuía 400 MW. Embora a potência somada das usinas anteriores (1.817,2 MW) fosse superior, a concepção de Sobradinho como um grande regularizador do rio conferiu-lhe um potencial de intervenção e controle sobre o fluxo hídrico muito superior ao das usinas anteriores, que, na sua maioria, possuíam reservatórios limitados, gerando energia a partir do fluxo natural da água.

64 A construção da usina de Sobradinho submergiu terras em sete municípios ribeirinhos. Dentre eles, Sento-Sé, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado tiveram suas sedes municipais completamente submersas, sendo reconstruídas como "Cidades Novas" (Trevisan *et al.* 2022), enquanto Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Barra sofreram inundações parciais (Torres, 2016).

/ Figura 34: Mapeamento da infraestrutura de transmissão de energia (linhas de transmissão e subestações) na região da Usina Hidrelétrica de Sobradinho e suas cidades barrageiras.

0 5 km 10 km 20 km

Cidades Barrageiras
Usina Hidrelétrica Sobradinho
Subestações de energia
Torres de energia das linhas de transmissão

Se Sobradinho encarnou a vertente impositiva do desenvolvimento, a usina de Itaparica, sua sucessora direta, representou o momento em que as contradições do paradigma se tornaram insustentáveis. Iniciada pela CHESF em 1979, em pleno regime militar, a construção de sua barragem de 12,4 quilômetros na divisa entre Pernambuco e Bahia foi concluída somente em 1988, já sob a nova ordem constitucional. Apesar de sua escala igualmente avassaladora (834 km²) – com a inundação de três cidades[65] e o desterro de 65 mil[66] pessoas (Marques; Wagner; Menezes, 2018) –, a obra foi construída em um Brasil que se redemocratizava. Em contraste com o ambiente de repressão de Sobradinho, a construção da usina enfrentou uma resistência articulada, liderada pelo recém-formado Polo Sindical do Submédio São Francisco. A mobilização social, que culminou na ocupação do canteiro de obras da barragem, compeliu a CHESF a uma negociação direta. O resultado foi o histórico "Acordo de 6 de dezembro de 1986", que consagrou, sob o lema "terra por terra", a garantia do reassentamento em perímetros irrigados.

No entanto, a vitória no papel foi seguida por uma implementação desastrosa. Por mais de dez anos, grande parte das terras agricultáveis e dos sistemas de irrigação prometidos ao Polo Sindical foi adiada e negligenciada (Ribeiro, 2008). Lançados em um vácuo produtivo pela defasagem entre a expulsão de suas antigas terras e a tardia ativação dos novos sistemas de irrigação, os agricultores foram forçados a vender seus rebanhos a preços irrisórios e, desprovidos de sua principal fonte de subsistência, acabaram submetidos a uma dependência prolongada de cestas básicas e da "verba de manutenção temporária" (VMT) – que em alguns casos perdura até este século (Carvalho, 2009). Iniciou-se, assim, um ciclo vicioso no qual a dependência e a ociosidade da população corroeram o tecido social, desencadeando uma espiral de degradação – manifestada no aumento da criminalidade, no avanço do tráfico de drogas[67] e em quadros de depressão coletiva[68] – que, por sua vez, dificultava qualquer retomada de autonomia, perpetuava a condição de subordinação das comunidades e consolidava um ônus contínuo sobre os cofres públicos.

São essas fraturas expostas – o triunfo da operação arbitrária em Sobradinho e o fracasso negociado em Itaparica – que definiram o recorte metodológico desta pesquisa, distinguindo-as das outras grandes obras do São Francisco. A usina de Três Marias, por exemplo, pertence a outro contexto geográfico e institucional,[69] e seu impacto, embora extenso,[70] concentrou-se no deslocamento de populações rurais, sem implicar a erradicação em série de centros urbanos, traço que define os casos em análise.

Para além das diferenças de localização e de mandato, um terceiro ponto de clivagem surge no padrão de engenharia. No Submédio do São Francisco – em Sobradinho e Itaparica –, adotou-se o modelo de planície, cuja construção em vales abertos impôs a necessidade de lagos gigantescos, tornando a submersão de vastos territórios uma premissa do projeto. No Baixo do São Francisco, entretanto, o Complexo Paulo Afonso e a usina de Xingó foram concebidos para "encaixar-se"[71] na topografia de um *cânion*, uma estratégia que otimiza a geração de energia com uma inundação territorial mínima.[72] O contraste com as barragens de planície é expressiva: a usina de Xingó, por exemplo, gera quase o triplo da potência de Sobradinho (3.162 MW contra 1.050 MW) utilizando uma área inundada aproximadamente 70 vezes menor (apenas 60 km² em comparação com os 4.214 km² de Sobradinho).

É o caso de Xingó, em particular, que funciona como o contraexemplo técnico para esta análise. Sua escala reduzida evidencia que um caminho de engenharia menos destrutivo era tecnicamente viável, desconstruindo a narrativa de uma suposta inevitabilidade do modelo de inundação em massa.[73] Contudo, a relevância de Xingó vai além da técnica, pois, ao contrário de Paulo Afonso, seu projeto também implicou um *urbanicídio*: a erradicação da cidade de Canindé do São Francisco.

Apesar dessa semelhança, a própria lógica do sacrifício urbano foi distinta. A remoção de Canindé deveu-se a uma necessidade logística[74] para a construção da usina de Xingó, e não uma decorrência da escala monumental do lago, como ocorreu com as sete cidades submersas por Sobradinho e Itaparica.

Fica claro, portanto, que a exclusão de Xingó como caso principal não é um atestado de sua inocuidade; pelo contrário, é ao contrastar sua destruição "cirúrgica"[75] com o "*urbanicídio* em série" de Sobradinho e Itaparica que a magnitude e o caráter deliberado deste último modelo se tornam inegáveis. Com isso, Sobradinho e Itaparica consolidam-se como os únicos empreendimentos no São Francisco cuja viabilidade técnica foi sinônimo da erradicação em massa de centros urbanos – a submersão planejada de sete cidades – e de um êxodo compulsório que, em conjunto, desterrou mais de 137 mil pessoas.

65 O lago de Itaparica inundou áreas em sete municípios de Pernambuco e da Bahia. Deste total, Petrolândia (PE), Itacuruba (PE) e Rodelas (BA) foram completamente submersas e reconstruídas como "Cidades Novas" (Trevisan *et al.* 2022), enquanto Floresta (PE), Belém do São Francisco (PE), Glória (BA) e Chorrochó (BA) tiveram partes de seus territórios inundadas (Torres, 2016).

66 Ainda que a quantificação da população diretamente afetada seja atravessada por divergências nos dados, este trabalho adota como referência a estimativa de Juracy Marques, que aponta um total de 65 mil pessoas atingidas, incluindo 101 famílias Tuxá originárias de Rodelas (Chesf, 1988), totalizando 669 indígenas (Marques; Wagner; Menezes, 2018). Esse número de atingidos diretos insere-se em um panorama onde os sete municípios impactados somavam, segundo o Censo do IBGE de 1980, uma população de 118.233 habitantes. Ao se considerar a população indiretamente atingida em toda a área de influência da usina, esse quantitativo, segundo Carvalho (2009), salta para aproximadamente 120 mil pessoas. A consideração de um universo mais amplo, que inclui os indiretamente atingidos, justifica-se pela complexidade e pela subnotificação frequentemente associadas a grandes projetos de infraestrutura. As estimativas oficiais, por exemplo, apresentam números consideravelmente menores. Fontes como Carvalho (2009) e Scott (2009) indicam o impacto sobre 10.500 famílias (aproximadamente 40 mil pessoas). O plano de desocupação original da Chesf (1985a), por sua vez, previa o atendimento a 7.378 famílias (o que corresponderia a aproximadamente 35.905 pessoas), enquanto o relatório de Rice (1997) para o Banco Mundial detalhava um total de 9.400 famílias, entre reassentadas e indenizadas.

67 A expansão do cultivo de maconha na região, iniciada na década de 1980, está inserida em uma cultura sertaneja marcada pela violência. Segundo Ribeiro (2008), a planta surgiu como uma alternativa econômica diante da insegurança do trabalho na agroindústria e da indiferença estatal em concluir os projetos de irrigação. Atualmente, a região abriga duas agriculturas de êxito: a do agronegócio frutícola, financiada por grandes empreendedores externos, e a da maconha. Esta última gera os "novos ricos", que procedem de frações sociais intermediárias e passam a se associar às seções mais tradicionais de poder local.

68 O impacto na saúde mental em uma das novas cidades construídas para o reassentamento foi particularmente devastador. Em 2006, o município de Itacuruba chegou a registrar os maiores índices de depressão e tentativas de suicídio do Brasil. O quadro é agravado pela alta taxa de dependência de psicotrópicos na região, onde pesquisas apontam que um a cada quatro indivíduos faz uso de tais substâncias (Torres, 2016)

69 Localizada no Alto São Francisco, em Minas Gerais, a construção da barragem de Três Marias (1957-1961) foi o resultado de uma parceria que articulava um duplo interesse, estadual e federal: de um lado, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) cumpria seu mandato de gerar energia para o estado; de outro, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) atendia ao interesse federal de regular a vazão do rio para toda a bacia. Ambas as missões eram distintas daquela da Chesf, focada exclusivamente na eletrificação do Nordeste a partir do potencial do Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

70 A formação do reservatório da usina de Três Marias resultou na submersão de uma vasta área de 1.132 quilômetros quadrados, que implicou na desapropriação de novecentas propriedades em seis municípios (Paula; Nunes, 2013, p. 171).

71 O Complexo Paulo Afonso nasceu de um desnível natural de mais de 80 metros da cachoeira de Paulo Afonso (Reis, 2006), enquanto Xingó foi projetada como uma alta barragem de "enrocamento" para fechar o vale rochoso (Santos, 2019).

72 Além do exemplo de Xingó citado no texto, a eficiência do modelo de *cânion* é reforçada pelos dados do Complexo Paulo Afonso, que gera 4.280 MW com um reservatório de apenas 26 km². Em contraste, a outra grande barragem de planície, Itaparica, necessitou de 834 km² para gerar 1.479 MW. Tal disparidade se reflete na eficiência média: o modelo de *cânion* na região apresenta cerca de 86,5 MW/km², enquanto o modelo de planície resulta em apenas 0,5 MW/km².

73 O principal impacto urbano e imediato da UHE de Xingó foi o reassentamento completo da sede municipal de Canindé de São Francisco (SE) – um vilarejo que, em 1970, contava com 2.844 habitantes (IBGE, 1973) e que, após a desocupação, teve seu antigo sítio parcialmente inundado em 1994. Adicionalmente, o reservatório submergiu um número limitado de propriedades – cerca de 70 em sua totalidade, a maioria terras não cultiváveis em fazendas de médio porte (Costa, 1992).

74 A "necessidade logística", neste caso, refere-se ao fato de a cidade de Canindé ser um obstáculo físico à construção. Sua localização na área imediata do canteiro de obras e em uma zona de alto risco adjacente à barragem tornou sua permanência incompatível com a segurança e a viabilidade do projeto (Santos, 2019).

75 O termo "cirúrgica" é usado aqui de forma relativa, apenas em comparação com a vastidão dos projetos de Sobradinho e Itaparica. A construção de Xingó teve, de fato, reverberações de longo alcance, como a inundação parcial de Canindé do São Francisco, sendo a mais dramática a submersão do povoado de Cabeço na foz do rio.

/ Figura 35: Mapeamento da infraestrutura de transmissão de energia (linhas de transmissão e subestações) na área de influência das Usinas Hidrelétricas de Itaparica, Apolônio Sales e do Complexo Paulo Afonso, bem como das respectivas cidades barrageiras.

Cidades Barrageiras

Torres de energia das linhas de transmissão

Subestações de energia

Usinas hidrelétricas

1: Usina Hidrelétrica Itaparica

2: Usina Hidrelétrica Apolônio Sales

3: Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I, II, III

4: Usina Hidrelétrica Paulo Afonso IV

1

2

3

4

0 3,5 km 7 km 14 km

Trata-se do enxerto de um paradigma de modernidade sobre a realidade sertaneja que, para "salvar" o Nordeste de sua suposta natureza *primitiva*, redesenhou à força o mapa da região e impôs uma fratura socioambiental de escala inédita, na qual o sacrifício de múltiplas localidades e a expulsão de suas comunidades não foram apenas consequências, mas prerrequisitos para a sua implementação.

O corolário dessas fraturas – uma das consequências mais insidiosas do modelo desenvolvimentista aplicado ao Nordeste, e certamente a mais visível – materializa-se nas chamadas "cidades *barrageiras*" ou "cidades de realocação", as quais se constituíram, ao lado das ruínas de suas antecessoras, como objetos desta pesquisa:

> Cidades surgidas para ocupar o espaço – funcional, e não físico – de suas homônimas, alagadas permanentemente por águas fluviais represadas. Cidades que precisam do tempo e das relações sociais para readquirir uma identidade presente apenas na memória dos moradores e relacionadas a um espaço, agora, inabitável. Cidades afogadas, cidades mortas, que deram origem a CNs[76] em sítios estrategicamente escolhidos para novas realidades. (Trevisan, 2020, p. 156)

Um destino comum une essas "cidades barrageiras", selado tanto pelo adjetivo "nova" aposto ao nome que herdam de suas predecessoras – um lembrete indelével da localidade original –, quanto pela própria inundação que sepultou as terras das antigas cidades e, com elas, toda uma cultura e memória historicamente construídas. A análise recai, assim, sobre a dualidade que daí emerge: de um lado, a construção de sete novos núcleos urbanos, para onde milhares de famílias foram compulsoriamente transferidas – Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento-Sé (atingidas por Sobradinho) e Petrolândia, Itacuruba e Rodelas (atingidas por Itaparica) –; de outro, a resistência das ruínas espectrais de suas cidades de origem (Figura 37).

76 A sigla CN refere-se a "Cidades Novas", conceito desenvolvido por Ricardo Trevisan em sua tese de doutorado (2009), na qual o autor define essa tipologia urbanística a partir de seis atributos estruturadores que se articulam ao longo do processo de urbanização do novo assentamento: desejo, função, sítio, projeto, profissionais e tempo.

Antes confinada à memória, tal resistência tornou-se palpável nas últimas décadas. A combinação da seca regional com a gestão ineficaz dos recursos hídricos vem reduzindo o nível dos reservatórios, trazendo à tona escombros desse tempo perdido. As ruínas encarnam, assim, vestígios físicos de uma era em que o progresso foi medido pela profundidade das águas que encobriram a história, convertendo o passado submerso em presença na paisagem.

A partir desses fragmentos visíveis inscritos na paisagem do rio São Francisco – as sete cidades novas e as ruínas de suas precursoras –, esta dissertação propôs-se a iluminar histórias e relações que, encobertas pela profundidade das águas e pelo discurso ofuscante do progresso, persistem em seus rastros invisíveis. De modo análogo ao extinto farol de Cabeço que, mesmo apagado, ainda sinaliza outros enfoques, o objetivo é, portanto, perscrutar "estratos de tempo coexistentes em busca de vestígios, reminiscências, restos, para remontá-los e, assim, criar um outro passado" (Jacques, 2020, p. 25) – ou, quiçá, outros passados.

Para tanto, a arquitetura da narrativa elegeu como forças motrizes as barragens de Sobradinho e Itaparica. Transcendendo a condição de objetos de estudo, elas se constituíram como os próprios agentes estruturantes deste trabalho ao engendrarem – qual um divisor de águas no rio e na história – uma ruptura que não elimina o passado, mas o reinscreve no interior do presente. Esse corte, contudo, não foi apenas físico e temporal; ele se desdobrou em quatro fraturas análogas, as quais se compreendem, em conjunto, como manifestações de uma mesma ruptura que se expressa em diferentes dimensões do território: 1.) a ambiental, opondo o sertão original ao ecossistema dos novos lagos; 2.) a social, contrapondo o discurso do progresso à experiência do desterro; 3.) a material, justapondo as cidades submersas às novas realidades urbanas; e 4.) a memorial, confrontando a imaterialidade do trauma à materialidade das ruínas dispersas pelo Velho Chico.

/ Figura 36: Comparativo do leito do Rio São Francisco antes e após 1980. O mapa indica a localização das cidades originais submersas — hoje, ruínas espectrais — e dos novos núcleos de reassentamento, conhecidos como "cidades barrageiras".

1. Cidade barrageira de Pilão Arcado
2. Cidade barrageira de Remanso
3. Cidade barrageira de Sento-Sé
4. Cidade barrageira de Casa Nova
5. Barragem de Sobradinho
6. Cidade barrageira de Rodelas
7. Cidade barrageira de Itacuruba
8. Cidade barrageira de Petrolândia
9. Barragem de Itaparica

0 15 km 30 km 60 km

Ruínas espectrais da cidade de origem
Cidades barrageiras
Rio São Francisco até 1980
Rio São Francisco após 1980

A materialização dessa proposta investigativa desdobra-se, assim, em um objetivo geral que busca compreender o território do Vale do São Francisco como um cristal histórico fraturado pelas barragens de Sobradinho e Itaparica, no qual o passado não se encerra, mas permanece inscrito na paisagem, tensionando continuamente o presente. Para isso, a pesquisa se desenvolve por meio da análise dessas quatro fraturas, através das quais se apreendem diferentes planos de transformação do território e da experiência – ambiental, social, material e memorial.

Para alcançar esse objetivo geral, foram estipulados os seguintes objetivos específicos:

1. analisar a Fratura Ambiental: compreender a transformação do sistema fluvial a partir da tensão entre um regime de fluxo contínuo – no qual o rio estruturava ecossistemas, modos de vida e temporalidades (Cristal Perfeito) – e um regime de estagnação imposto pela engenharia hidráulica – formado por lagos artificiais e pela reorganização dos ciclos naturais em "poços" controlados (Presente Fraturado) –, mostrando que o "sertão que virou mar" não se limita a uma mudança de paisagem, mas instaura uma ruptura profunda na relação entre água, tempo e território;

2. investigar a Fratura Social: confrontar as duas faces do processo de deslocamento: de um lado, o discurso oficial da Chesf, os dados quantitativos e as promessas de modernização (Cristal Perfeito); de outro, a experiência vivida pelas comunidades, revelada nos relatos orais, na disparidade das indenizações (falha para uns, vantajosas para outros) e nas novas formas de sociabilidade e economia forjadas no desterro (Presente Fraturado);

3. mapear a Fratura Material: compreender oa coexistência entre formas urbanas que não se sucedem, mas se confrontam, justapondo a cidade cristalina – sedimentada na duração, inscrita na matéria e nos modos de vida ribeirinhos (Cristal Perfeito) – e a cidade projetada – imposta pelo planejamento (Presente Fraturado) –, de modo a evidenciar uma tensão permanente entre ambas, onde o passado persiste como matéria que não foi completamente absorvida pelo presente;

4. e explorar a Fratura Memorial: compreender como a ruptura territorial se inscreve na memória não como continuidade narrativa, mas como fragmento, instaurando uma experiência traumática (fraturas na memória) que resiste à simbolização e retorna de forma intermitente por meio de imagens, relatos e sintomas (Cristal Perfeito); e como essa experiência simbólica se ancora na presença física das ruínas espectrais da paisagem (fraturas na matéria – Presente Fraturado), permitindo ler o território e a memória a partir de seus fragmentos.

Visando atingir tais objetivos, a dissertação adota uma abordagem de pesquisa qualitativa e interdisciplinar, que articula os campos da história, do urbanismo e da filosofia para investigar as múltiplas fraturas – ambiental, social, material e memorial – instauradas pelo paradigma desenvolvimentista na bacia do rio São Francisco. A investigação centra-se nos impactos decorrentes da construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, analisando o processo de "*urbanicídio*" e realocação forçada de sete cidades.

Neste sentido, a pesquisa mobilizou um conjunto de instrumentos que se complementam: a análise documental, a cartografia crítica, a pesquisa de campo e a história oral. A compreensão da dimensão vivida da ruptura exigiu, portanto, um mergulho na realidade local, realizado em duas etapas, cada uma focada em um dos complexos hidrelétricos. A primeira imersão, entre 11 e 14 de dezembro de 2021, concentrou-se nas cidades impactadas pela barragem de Itaparica (Rodelas-BA, Petrolândia-PE e Itacuruba-PE). A segunda, entre 11 e 17 de julho de 2024, voltou-se para as comunidades atingidas pela barragem de Sobradinho (Casa Nova-BA, Pilão Arcado-BA, Remanso-BA e Sento-Sé-BA). Em cada localidade, a observação direta da paisagem, de suas ruínas espectrais e da dinâmica urbana contemporânea permitiu a constatação das fraturas analisadas.

O roteiro detalhado das duas etapas da pesquisa de campo, com as localidades visitadas, o estado dos vestígios e as principais atividades realizadas, está consolidado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Roteiro da Pesquisa de Campo

Etapa/ Foco	Data	Locais Visitados	Acesso/Estado das Ruínas	Principais Atividades Realizadas
1ª Etapa: Barragem de Itaparica	12 de dez. 2021	**Itacuruba-PE**: Nova Itacuruba, Observatório Astronômico de Itaparica (OASI) e Observatório de Centro de Estudos Astronômicos (CEA)	Diante da ausência de ruínas visíveis da cidade antiga, a pesquisa ressignificou simbolicamente um par de observatórios astronômicos, localizados no topo de um morro a 8,3 km da nova cidade.	• Visita ao OASI e CEA. • Realização de entrevista (Jailton)
	13 de dez. 2021	**Petrolândia-PE**: Nova Petrolândia; navegação sobre a Velha Petrolândia e percurso pela antiga rodovia de acesso à Velha Petrolândia	**Igreja do Sagrado Coração de Jesus:** parcialmente submersa, com acesso via barco.	Entrevista e passeio de barco (Carlos).
			Antiga rodovia: seus trechos visíveis e conservados seguem rente ao lago até desembocar na antiga cidade, hoje submersa. O percurso é acessado por uma estrada de terra que parte da vila Brejinho de Fora em direção ao Serrote do Padre.	Entrevista guiada com moradores de Brejinho de Fora.
	14 de dez. 2021	**Rodelas-BA:** Nova Rodelas e margens do lago com vista para a antiga cidade.	**Caixa d'água da Velha Rodelas:** parcialmente visível à distância, a depender do ponto de observação.	• Realização de entrevistas (Primitiva, Lucilene)
2ª Etapa: Barragem de Sobradinho	12 de jul. 2024	**Casa Nova-BA:** Viagem partindo de Petrolina (base) e a visita à Nova Casa Nova	Ruínas não visitadas neste dia.	• Visita à Barragem de Sobradinho • Realização de entrevistas (Bernadete e Ceiça)
	13 de jul. 2024	**Casa Nova-BA Velha:** o local da antiga cidade tornou-se a praia de água doce turística Dunas do Velho Chico	Ruínas submersas (nível alto do lago) ou soterradas pelas dunas. No local, por exemplo, uma duna alta se formou sobre uma antiga caixa d'água, hoje soterrada sob a areia.	• Realização de entrevistas breves nas dunas •Subida ao morro que encobre a antiga caixa d'água
	14 de jul. 2024	**Remanso-BA:** Nova Remanso e porto. **Pilão Arcado-BA:** Nova Pilão Arcado.	**Caixas d'água de Remanso:** visibilidade parcial e distante a partir do porto da nova cidade.	Realização de entrevistas (Moisés em Remanso; Guarabira em Pilão Arcado)
	15 de jul. 2024	**Lago de Sobradinho (Remanso):** navegação de (Iemanjá) **Sento-Sé-BA:** Nova Cidade	**Caixas d'água de Remanso:** Parcialmente submersas, observadas de perto durante a travessia pelo Lago.	• Travessia de balsa para observação das ruínas e acesso à Sento-Sé • Realização de entrevistas (Dona Geralda em Sento-Sé, Carlos Castro, Marcílio em Remanso, na volta).
	16 de jul. 2024	**Pilão Arcado-BA:** Nova Pilão Arcado; Sítio Arqueológico de Pilão Arcado Velho	A própria cidade é uma grande ruína, com seus vestígios totalmente expostos e acessíveis. Isso ocorreu porque ela não foi completamente inundada, mas sim ilhada, encontrando-se hoje em estado de abandono.	• Travessia de barco da nova para a velha cidade • Percurso a pé por toda cidade-ruína (guiado por Naldo) • Realização de entrevistas no Sítio Arqueológico (Naldo, Juraci)

O cerne dessa imersão, porém, foi a condução de entrevistas semiestruturadas com os moradores das cidades novas e dos sítios remanescentes. Os participantes foram selecionados por seus vínculos distintos com o evento – abrangendo desde aqueles que viveram a submersão na infância ou na vida adulta até os que chegaram depois, atraídos pelas novas dinâmicas socioeconômicas. Através de uma escuta atenta, buscou-se capturar as nuances da perda, da resistência e da reconstrução identitária. Os testemunhos orais de Jaílton, Carlos, Primitiva, Lucilene, Ceiça, Bernadete Caxias, Moisés, Guarabira, Dona Geralda, Carlos de Castro, Marcílio, Eva, Naldo e Juraci, entre outros, constituíram as fontes primárias fundamentais para confrontar o discurso oficial do progresso com a memória do desterro. A tabela a seguir oferece um panorama sinótico desse mosaico de vozes, detalhando o perfil, a origem e a contribuição central de cada participante para a pesquisa.

Tabela 2 – Mosaico de Vozes: Perfil e Relatos

Nome	Vínculo com o evento	Cidade de origem	Principais temas abordados
Jaílton	Morador da cidade antiga; vivenciou a mudança abrupta e a destruição da cidade. Trabalhou na nova cidade desde sua inauguração.	Itacuruba (Velha)	• Ruptura comunitária: perda do senso de "família" devido à migração de antigos moradores e à chegada de pessoas "de fora", sem ligação com os costumes locais. • Mudança no modo de vida: fim da rotina de trabalho na roça e nas ilhas, substituída pelo sedentarismo e pela falta de ocupação. •Impactos sociais e psicológicos: aumento da depressão, alcoolismo e uso de drogas na população, que atribui à ociosidade. • Dependência econômica: vício criado pelos salários pagos pela CHESF, que desacostumou a população do trabalho tradicional e gerou dificuldades quando o auxílio acabou.

Nome	Vínculo com o evento	Cidade de origem	Principais temas abordados
Carlos	Pescador nascido e criado em Barreiras, viveu a transformação da região, embora não residisse na Velha Petrolândia no momento exato da submersão.	Barreiras	• Impacto socioambiental: transformação do rio e da paisagem, com consequências para a agricultura, tristeza pela perda da terra fértil e do modo de vida anterior. • Crítica ao governo e empresas: ineficiência e injustiça na condução do processo de realocação. • Desigualdade social: beneficiamento dos mais ricos em detrimento da maioria. • Memória mapeada: durante um passeio de barco, seu gesto de mapear os edifícios invisíveis sob a água demonstrou o poder da paisagem em ancorar a memória e a identidade.
Primitiva e Lucilene	Moradoras da antiga Rodelas, o vínculo se dá pela memória de um modo de vida tradicional.	Rodelas (Velha)	• Modo de vida tradicional: A autossuficiência ligada ao rio – plantar, pescar, colher frutos nativos e produzir itens como sabão e rapadura. • Espiritualidade e mitos: conexão mística com a paisagem, expressa em "encantamentos" como o "fogo corredor", o "nego d'água" e outros. • Nostalgia: saudade de um tempo e de um modo de vida que "não volta mais", com o rio sendo a "raiz" dessa identidade perdida. • Luta e identidade indígena: contraste entre o passado perdido e a realidade presente de luta por direitos.
Bernadete Caxias	Moradora da cidade antiga, vivenciou a mudança forçada sem receber indenização pela casa. Teve que se separar temporariamente do marido, mudando-se com os 7 filhos enquanto a nova casa era construída.	Casa Nova (Velha)	• Desamparo coletivo: relatos de mortes por desespero (suicídio), resistência dos mais velhos e o trauma psicológico da mudança. Crítica à falta de assistência e preparação por parte dos engenheiros e do governo, que não ampararam adequadamente a população. • Ruptura cultural: perda de tradições comunitárias como o "samba de velho", Reisado, festas religiosas e o convívio social no Morro da Cruz. • Perda da relação com o rio: o rio, antes centro da vida cotidiana (banho, lazer, pesca, transporte), tornou-se inacessível, gerando um sentimento de exílio "na caatinga". • Violação dos mortos: angústia pela submersão do cemitério, com a impossibilidade de transferir os restos mortais dos entes queridos. • Desigualdade: contraste entre a perda do modo de subsistência dos antigos moradores e os benefícios da irrigação para os grandes agricultores "de fora".
Maria da Conceição Ferreira dos Santos (Ceiça)	Nascida em Pilão Arcado, era uma criança de 5 anos durante o processo.	Pilão Arcado (Velha)	• Duplo trauma: o primeiro é o "desastre total" da segunda inundação em Xique-Xique, um evento não planejado que transformou a realocação em uma tragédia de miséria e fome, forçando sua família a viver sob uma lona. O segundo é a denúncia da injustiça e abandono por parte da CHESF, que se aproveitou da vulnerabilidade de sua família para não oferecer qualquer reparação após "o erro de cálculo em Xique-Xique". • Violação dos mortos: relato sobre o cemitério inundado, descrevendo a cena de ossos e coroas de flores boiando na água, com os quais as crianças brincavam por inocência, e o horror de comer peixes que poderiam ter se alimentado de restos humanos. • Trauma: expressa a dificuldade de falar sobre o assunto, que a perturba até hoje. O trauma é tão profundo que ela evita o tema com sua mãe, que ainda chora ao lembrar, e prefere esquecer para poder seguir em frente. • Destruição da comunidade e dos laços familiares: descreve a vida antiga como um lugar de forte união e ajuda mútua, onde vizinhos eram "irmãos". A remoção forçada destruiu essa coesão e espalhou sua família por diversas cidades. • Crítica à barragem e ao rio: questiona a real necessidade da barragem, que considera um "cálculo muito errado". Lamenta a atual degradação do Rio São Francisco, que lembra como limpo e largo, e hoje vê como poluído e "morrendo".

Nome	Vínculo com o evento	Cidade de origem	Principais temas abordados
Moisés	Jovem na transição; visão de classe do processo	Sítio Caldeirão da Imburana a 36 km da antiga Remanso	• Visão de classe sobre a mudança: distinção clara entre os mais pobres (que moravam em casas de taipa e viram a mudança como uma melhoria) e os mais ricos (que tinham boas casas, não gostaram da mudança e lutaram por indenizações maiores). • Resistência e depressão: relatos de que as pessoas mais velhas não queriam sair, sentiam falta de sua rotina e de seus quintais, com muitos entrando em depressão após a mudança. • Lutas por indenização: descreve como os moradores mais ricos e com mais recursos, como advogados, recusaram as ofertas iniciais da CHESF e travaram longas batalhas judiciais por uma compensação justa, que às vezes só foi paga décadas depois. • Memória da vida na cidade antiga: descrição detalhada da infraestrutura (ruas de areia, luz a motor até as 22h, água carregada do rio), da vida social (encontros na Rua Chile para ouvir música) e da abundância do mercado. • Transformação do rio e da paisagem: contraste entre o rio antigo, que era estreito e com ilhas, e o atual, que se tornou imensamente largo ("largueceu muito"), alterando a forma de interação das pessoas com a água. • Perspectiva pessoal positiva: diferente de muitos, Moisés avalia que para ele a mudança foi positiva ("Para mim foi melhor"), pois representou uma oportunidade de deixar o trabalho pesado da roça.
Guarabira	Nascido e criado na velha Pilão Arcado, estava morando em Salvador durante a construção da barragem e a mudança da cidade. Seu vínculo se dá pela memória da infância e, principalmente, por sua atuação política posterior, retornando para ser vereador e lidar com as consequências sociais e administrativas do processo.	Pilão Arcado (Velha)	• O caso de Pilão Arcado: explica que a cidade não foi inundada, mas ficou isolada e foi abandonada, sofrendo com vandalismo e a retirada de sua infraestrutura pela própria prefeitura, o que ele considera uma perda de patrimônio histórico. • Crítica política à CHESF: aponta a falta de justiça social do governo e da CHESF, que penalizaram os mais pobres. Critica o período da Ditadura Militar, em que a região foi declarada "Área de Segurança Nacional" com prefeitos nomeados. • Desigualdade nas indenizações: afirma que os grandes fazendeiros foram bem indenizados, enquanto a população pobre, que vivia de pesca e da roça, recebeu valores irrisórios que os levaram à miséria ("bancarrota"). • Memória da vida antiga: descreve a infância, as brincadeiras no rio, a vida com energia elétrica fornecida por gerador (das 18h às 22h) e a passagem dos navios "gaiola" com turistas, que causavam um choque cultural. • Identidades regionais: explica a divisão cultural do município em três perfis, de acordo com o bioma: "Beiradeiro" (da beira do rio), "Catingueiro" (da caatinga) e "Brejeiro" (dos brejos).
Geralda	Moradora da antiga Casa Nova, tinha 19 anos na época da inundação. Perdeu sua propriedade e recebeu uma indenização irrisória ("170 conto"), que só permitiu comprar um terreno. Enfrentou uma mudança traumática e teve que recomeçar a vida do zero na nova cidade.	Casa Nova (Velha)	• Sofrimento e superação: a narrativa é marcada pela dualidade entre a lembrança do sofrimento extremo (perda, fome, dificuldade) e a celebração da superação, com a vida atual sendo descrita como "mares de rosa". • Injustiça na indenização: relata a desigualdade no processo, onde alguns foram bem pagos enquanto sua família recebeu um valor ínfimo que não cobria a construção de uma nova casa, apenas a compra do terreno. • Idealização do passado ("éramos ricos e não sabíamos"): descreve a vida anterior como materialmente pobre (sem luz, sem banheiro), mas rica em autossuficiência, trabalho e fartura de alimentos, uma vida que foi perdida com a barragem. • Reconstrução a partir do nada: chegou na nova cidade quando ainda era "mato" e teve que lutar para construir sua casa e sustentar uma família numerosa, trabalhando e superando as adversidades. • Falta de solidariedade: aponta a maldade e a falta de ajuda de terceiros, que preferiam deixar materiais de construção serem submersos a doá-los para quem precisava. • Fé e família: a fé católica e a união familiar são apresentadas como os pilares que permitiram suportar as dificuldades e alcançar a prosperidade atual.

Nome	Vínculo com o evento	Cidade de origem	Principais temas abordados
Carlos Antônio Ferreira de Castro	Morador da cidade antiga, tinha 29 anos durante a mudança. Viveu a incerteza inicial da comunidade e, posteriormente, como prefeito da nova cidade, participou ativamente de sua reconfiguração, inclusive com a criação de novos espaços de lazer como a "Prainha".	Remanso (Velha)	• Visão positiva da mudança: avaliação majoritariamente otimista, afirmando que a barragem e a nova cidade planejada trouxeram progresso e melhores condições de vida para a região, sendo incomparavelmente melhores que a cidade antiga. • Perda da coesão social: contraste entre a cidade antiga, onde "todo mundo conhecia todo mundo", e a nova, que cresceu e recebeu muitos migrantes, alterando os laços comunitários e os costumes. • Modernização e progresso: ênfase nas melhorias de infraestrutura, como a chegada da energia elétrica contínua (em oposição à luz de motor com horário para apagar) e a construção de casas de melhor qualidade. • Reconfiguração da relação com o rio: descreve a transição do lazer no antigo cais de pedra e na "coroa" (banco de areia) para a "Prainha", um espaço de lazer construído na nova cidade para recriar a interação da população com a água. • Saudade sem arrependimento: expressa uma lembrança afetuosa da vida e dos amigos na cidade antiga, mas sem demonstrar arrependimento pela mudança, que considera um grande benefício.
Marcílio Braga	Nativo da cidade submersa, se posiciona como um guardião da memória e um defensor dos que mais sofreram com a mudança. Seu vínculo é marcado por uma forte sensação de perda cultural e pela denúncia das injustiças do processo, que testemunhou sob o regime militar.	Remanso (Velha)	• Violência da mudança forçada: descreve a realocação como um ato violento e autoritário do regime militar, citando pessoas que foram retiradas de suas casas "algemadas" e "amarradas" à força. • Perda cultural irreparável ("cultura enterrada"): lamento profundo pela destruição da rica vida cultural da cidade antiga (cinema, teatros, filarmônicas, festas tradicionais), que, segundo ele, não foi substituída pela CHESF na nova cidade. • Agravamento da desigualdade social: afirma categoricamente que o processo enriqueceu os ricos e empobreceu ainda mais os pobres, criticando a falta de um projeto social que amparasse os mais vulneráveis. • Negligência institucional: acusa a CHESF e os poderes públicos da época de negligência por não exigirem a reconstrução de equipamentos culturais e sociais à altura dos que foram perdidos, como a igreja e as escolas. • Memória detalhada da vida antiga: oferece um rico relato sobre a organização social e cultural da cidade velha, incluindo a divisão por bairros, os "*points*" de socialização (Rua Chile, o Cais) e as tradições. • Luta pela preservação: narra sua tentativa, junto a um grupo, de impedir a demolição das ruínas da cidade antiga durante uma seca do lago, lutando para que fossem preservadas como um patrimônio histórico.
Juraci Ribeiro Rodrigues	Migrante que chegou a Pilão Arcado Velho vinda do Ceará há cerca de 40 anos, atraída pelo "*boom*" da pesca que se seguiu à formação do lago. Sua conexão não é com a perda da cidade, mas com a ocupação do espaço abandonado e a vida que se formou ali no pós-barragem.	Cidade não id. do Ceará	• Ocupação pós-êxodo: descreve como a cidade vazia foi reocupada por uma grande quantidade de pescadores de várias regiões, que se instalaram nas casas abandonadas e criaram uma nova comunidade. • Testemunha da destruição: relata ter chegado quando a cidade ainda estava intacta ("tudo em pé") e testemunhou sua destruição posterior, que atribui a moradores da cidade nova que saquearam os materiais para vender. • Apego ao lugar: expressa um forte sentimento de pertencimento a Pilão Arcado Velho, afirmando que ama o local e se recusa a se mudar para a cidade nova, apesar da insistência dos filhos e da precariedade. • O ciclo da pesca: narra o período de extrema abundância de peixe logo após a subida da água ("era peixe demais") e o posterior declínio, que afetou a principal fonte de renda da comunidade. • Negligência: critica o abandono do local pelo poder público, que não cuida do patrimônio restante nem oferece infraestrutura, e lamenta o potencial turístico desperdiçado.

Nome	Vínculo com o evento	Cidade de origem	Principais temas abordados
Josinaldo Brotas Ferreira (Naldo)	Nativo de Remanso, tinha cerca de 12 anos na época da mudança. Seu vínculo é o de quem viveu a experiência da realocação na infância, vendo a cidade antiga ser inundada e a separação de famílias, mas que hoje tem uma visão majoritariamente positiva sobre o resultado da barragem.	Remanso (Velha)	• Visão positiva com ressalvas: considera que, no final, a barragem foi um evento positivo ("estou feliz com essa barragem"), mas reconhece o sofrimento causado, principalmente pela separação de famílias que foram para localidades diferentes. • Crítica à falta de visão política: aponta a negligência dos prefeitos com o potencial turístico de Pilão Arcado Velho e a falta de projetos de irrigação na região, que ele atribui a uma política de manter a população dependente ("voto no cabresto"). • Análise ambiental: explica a degradação do Rio São Francisco, citando o plantio de capim para gado nas "croas" (bancos de areia) como causa do assoreamento, o que prejudica a pesca. • A dinâmica da pesca: confirma o "*boom*" de peixes após a formação do lago, que atraiu pescadores de todo o Brasil, e o declínio posterior devido à sobrepesca e às mudanças ambientais. • O processo de indenização: avalia que o processo de indenização da CHESF foi justo e abrangente, afirmando que "pagou todo mundo", mesmo aqueles que resistiram e buscaram a justiça anos depois.
Eva Maria de Jesus	Nativa da cidade antiga, viveu ali toda a sua infância e juventude. Tinha 20 anos durante a mudança, que descreve como um evento traumático e indesejado por sua família. Sua conexão é profundamente marcada pela memória de uma vida comunitária e autossuficiente que foi perdida.	Pilão Arcado (Velha)	• Idealização da vida antiga ("feliz e não sabia"): descreve a vida antes da barragem como simples, pobre, mas feliz, marcada pela autossuficiência (ciclo de roça e pesca), pela forte solidariedade comunitária ("muita partilha") e por um "sofrimento alegre". • Rica vida cultural e social: narra em detalhes as brincadeiras de infância, os eventos sociais como piqueniques ("paneladas") e festas ("assustados"), os passeios e a vibrante vida cultural que se perdeu com a mudança. • Lendas e folclore: resgata diversas lendas locais (o cavaleiro, o umbu encantado, o pavão misterioso, a corrente de ouro), demonstrando uma profunda conexão espiritual e mítica da comunidade com a paisagem. • Desumanização e destruição: afirma que no processo de remoção "não trataram a gente como ser humano". Relata que a cidade, embora não tenha sido completamente inundada, teve sua infraestrutura (hospital, igreja, escolas) intencionalmente destruída após a saída dos moradores. • Empoderamento e ativismo social: conta sua trajetória de superação pessoal na nova cidade, saindo de um casamento opressivo ("escravidão") para se tornar uma líder comunitária através do trabalho com a paróquia, atuando na saúde e na defesa de mulheres marginalizadas. • O papel central da igreja: destaca a importância fundamental dos padres na organização da vida comunitária, tanto na cidade antiga (saúde, educação) quanto no amparo social durante e após a mudança.

Paralelamente à pesquisa de campo, a investigação apoiou-se em um levantamento documental e em uma revisão bibliográfica crítica. O acervo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) foi mobilizado como fonte primária para compreender a "narrativa oficial" sobre a construção das barragens e a realocação das populações, por meio de relatórios de impacto socioambiental, planos de reassentamento e registros de monitoramento. Em contraponto, a revisão de livros, teses, dissertações e artigos permitiu situar os casos de Sobradinho e Itaparica no debate sobre o planejamento regional, articulando-os à "questão nordestina" e aos impactos das grandes barragens.

A partir desses registros distintos – da retórica institucional da CHESF às leituras críticas da produção acadêmica, bem como aos relatos e vestígios coletados, observados e cartografados ao longo da pesquisa – foi possível reunir múltiplas leituras sobre o Vale do São Francisco, considerando os casos de Sobradinho e Itaparica. A organização desse conjunto orientou a análise segundo quatro fraturas – ambiental, social, material e memorial – já apresentadas anteriormente, que estruturam os quatro capítulos da dissertação.

Na Fratura Ambiental, a investigação recorre a diferentes contribuições que permitem acompanhar as mudanças na relação entre o rio e as comunidades ribeirinhas. As descrições de viajantes e naturalistas – como Spix e Martius (1938), Saint-Hilaire (1937; 1938a; 1938b) e Richard Burton (1869; 1977) –, em diálogo com leituras históricas como as de Capistrano de Abreu (1907; 1930) e Rocha (1940), assim como interpretações posteriores como as de Pierson (1972a; 1972b; 1972c), Thèry (1980) e Neves (1998), permitem apreender uma forma de existência sedimentada no pulso do rio, na qual território, vida e ciclos naturais se refletiam mutuamente. A intervenção no vale do São Francisco, por sua vez, é examinada a partir de estudos sobre organização territorial e processos socioeconômicos – como os de Milton Santos (2003; 2005) e Paul Singer (1985) –, articulados às leituras históricas de Celso Furtado (1959; 1974), Francisco de Oliveira (2003; 2008) e Josué de Castro (1967; 1984), que situam a implantação das barragens no interior de um projeto mais amplo de reorganização do território. De modo complementar, estudos contemporâneos evidenciam as alterações hidrológicas, climáticas e ambientais decorrentes da regularização do fluxo e da formação dos reservatórios, como indicam Barbosa e Buriti (2024), Paredes-Trejo *et al.* (2021), além de dados recentes de instituições como Inpe e Cemaden (2023) e MapBiomas (2024).

Enquanto a base biofísica do rio se reorganiza sob novas dinâmicas ecológicas e aquáticas, a inundação dos lares e das terras de cultivo interdita, de forma definitiva, a permanência das populações ribeirinhas.

É nesse contexto que a análise se volta para a Fratura Social, na qual a ruptura se produz entre duas ordens. De um lado, a narrativa oficial do progresso é reconstruída a partir de relatórios e cartilhas da CHESF, registros governamentais, discursos presidenciais, balanços institucionais e peças de propaganda difundidas pela mídia, mobilizando fontes como Brasil (1978; 1988), CHESF (1973a; 1973b; 1973c; 1973d; 1980; 1981; 1982; 1984; 1985a; 1985b; 1986a; 1986b; 1986c; [1987/8]; 1989; 1992), Eletrobras Chesf (2025), Azevedo (1991), Campos (2014), além de materiais audiovisuais como Canoa de Tolda (2019), Canal Retrô (2022), TV Viva (1986; 2020a; 2020b; 2022) e Os Incríveis (1976). De outro, a fratura emerge no campo do *vivido* por meio dos relatos coletados em campo, em diálogo com estudos e documentos que acompanham o colapso social do reassentamento, como Fundaj (1988a; 1988; 1994; 1995;1996), World Bank (1987; 1997), Avaní Torres (2016), Maria do Socorro Figueiredo (2011) e Edcarlos Mendes Silva (2010). A ruptura, porém, não se encerra no momento da remoção. Persiste nas formas de habitar, nos deslocamentos cotidianos, nas novas economias e nas ausências que se instalam.

Na Fratura Material, a cisão se manifesta entre duas formas de constituição da cidade. De um lado, a cidade que se teceu na duração, em estreita relação com o chão, o rio e a experiência acumulada; de outro, a cidade pensada como projeção técnica, traçada previamente no papel e transferida ao território segundo uma ordem geométrica. As leituras de Ricardo Trevisan (2020) e Antônio Willamys Fernandes da Silva (2020) ajudam a situar esse deslocamento no contexto do planejamento regional e da formulação das chamadas "Cidades Novas". Entre a trama sedimentada no tempo e a grade lançada como projeto, a Fratura Material se explicita na passagem de uma forma urbana que surge da vida vivida para outra que a antecede e a enquadra, sem que a cidade nova apague a antiga, mas se sobreponha a ela.

Na Fratura Memorial, a fratura se apresenta como permanência. Aquilo que foi submerso não se apaga: permanece sob a forma de imagens, relatos, traumas e vestígios. Em diálogo com Walter Benjamin (1985; 2006; 2011) e Georges Didi-Huberman (2011; 2013), o passado se faz presente como sobrevivência, manifestando-se em lampejos, retornos e aparições. A imagem, nesse sentido, permanece ligada à experiência: irrompe da imaterialidade da memória – de forma intermitente, fugidia, como os vaga-lumes – e também se inscreve no espaço, onde ressurge na materialidade das ruínas. A memória, assim, retorna como trauma e se atualiza na cidade, fazendo dela um suporte ativo dessas permanências. Nesse sentido, as contribuições de Rita Velloso e Paola Berenstein Jacques (2023) permitem compreender como essas memórias se inscrevem nas práticas, nos usos e nas formas de ocupação do

espaço, fazendo da cidade uma trama de narrativas espaciais.

A partir dessa coexistência entre a memória e a matéria, delineou-se a produção visual autoral desta pesquisa. Diante da insuficiência da cartografia oficial para representar as transformações e as memórias do território, foi desenvolvida uma abordagem visual orientada pela articulação de diferentes registros e pela leitura em camadas do espaço. Inicialmente, realizou-se o mapeamento das transformações fluviais e regionais, a partir do qual foram elaboradas quatro composições cartográficas principais: (1) o traçado original do São Francisco antes da intervenção hidrelétrica; (2) o plano de inundação projetado sobre a paisagem original; (3) a configuração atual dos reservatórios; e (4) uma imagem-síntese que justapõe o rio de "antes" ao rio de "hoje", tornando visíveis as transformações territoriais produzidas pelo sistema de barragens.

A elaboração combinou o desenho manual com o geoprocessamento de dados. O traçado do rio original foi desenhado à mão, com base em fontes cartográficas primárias da CHESF, como o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986). A topografia atual, por sua vez, foi modelada a partir de dados *do Copernicus DEM GLO-30* (COP-30) – um modelo digital de elevação global com resolução de 30 metros –, processados no *software* QGIS. O curso atual do rio foi obtido no Catálogo de Metadados da Agência Nacional de Águas (ANA). Os diferentes estratos de informação (desenho manual, dados topográficos e hidrológicos) foram então integrados digitalmente e receberam um tratamento visual de cores, texturas e sombras, permitindo que diferentes estados do território se tornem simultaneamente legíveis em uma mesma superfície.

A segunda frente dessa metodologia dedicou-se à cartografia das cidades. A partir dos mapas vetoriais das cidades submersas e dos planos das cidades novas, disponibilizados por Antonio Willamys Fernandes da Silva[77], realizou-se um trabalho de recalibração e redesenho digital. Para as cidades de realocação, foram criados mapas inéditos a partir de um método híbrido. Utilizando imagens de satélite (*Google Earth*) como base, cada residência foi vetorizada manualmente ("casa por casa"), enquanto as vias foram traçadas a partir dos dados abertos do *OpenStreetMap* (OSM) e integradas digitalmente à topografia. Esse método cartográfico buscou capturar não apenas a morfologia urbana, mas também a apropriação do espaço pelos seus habitantes, evidenciando a tensão entre o espaço projetado e o espaço vivido.

A análise final dos dados foi conduzida pela montagem e pelo confronto das diferentes imagens, fontes e perspectivas reunidas em cada fratura. Nesse processo, as barragens de Sobradinho e Itaparica surgem como agentes de uma mesma cisão que atravessa as quatro dimensões investigadas, configurando dois regimes de espaço e tempo: o dos modos de vida e ritmos naturais anteriores às obras e o das novas configurações técnicas impostas pelas hidrelétricas. Como esses regimes não se sucedem, mas permanecem simultaneamente ativos na paisagem, a investigação assume o território como um cristal histórico fraturado, no qual a cisão não separa esses regimes, mas os mantém em coexistência. O cristal permite, assim, apreender uma realidade em que passado e presente se mantêm em tensão, expressa na fratura que cinde o cristal e o organiza em duas faces – o "Cristal Perfeito" e o "Presente Fraturado" – que estruturam os capítulos:

1. O "Cristal Perfeito" (Face do Passado), entendido como um estado em que a imagem virtual (a memória) e a imagem atual dessa memória coincidem, reunindo as formas de organização do território, da sociedade, das cidades e da memória anteriores à intervenção das barragens, tal como se configuravam em sua relação com o rio.
2. O "Presente Fraturado" (Face do Presente), deflagrado pela ruptura das barragens, momento em que a correspondência entre o passado e o atual se rompe e abre uma fenda para que o virtual – entendido como o próprio passado, com suas narrativas silenciadas e potências latentes – transborde no presente, inscrevendo-se e atuando nele.

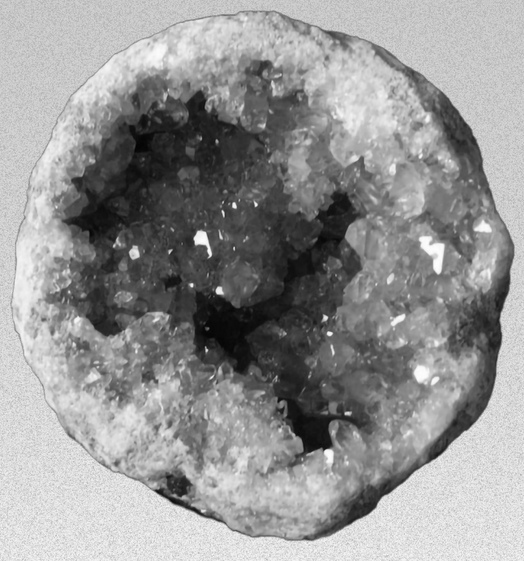
Como síntese dessa tensão, cada uma das quatro fraturas é introduzida por uma imagem-cristal. Tal escolha responde à necessidade de tornar perceptível, desde o início, a coexistência temporal antes de sua decomposição analítica no texto. Essa imagem condensa as duas faces que serão exploradas em cada capítulo, funcionando como uma síntese em que o "cristal perfeito" e o "presente fraturado" permanecem simultaneamente visíveis, orientando o olhar para as tensões que serão analisadas ao longo do texto.

Nesse sentido, a própria estrutura da dissertação configura-se como uma "obra aberta", fundada "sobre a ambiguidade [...] e a contínua revisibilidade dos valores e das certezas" (Eco, 2015, p. 75). Em consonância com a arquitetura temporal do território, a dissertação propõe ao leitor um percurso não linear que não se esgota na sucessão dos capítulos, mas se constrói nos atravessamentos entre eles. As fraturas operam, assim, como partes de uma mesma formação histórica – do cristal fraturado – na qual as faces se manifestam umas nas outras, permitindo que elementos de uma fratura iluminem as outras sob novas perspectivas.

77 Autor do livro "Do Plano da Região ao Traçado Urbano: A experiência de planejamento integrado da Chesf" (2020).

A obra convida, assim, a múltiplas travessias no próprio movimento da leitura: ao articular as relações entre o "antes" e o "depois", retomar elementos anteriores sob novos prismas e estabelecer nexos que excedem uma ordem sequencial. Desse movimento, emergem atravessamentos que conectam diferentes partes da dissertação, reconfigurando o percurso proposto, ao permitir que diferentes tempos e matérias se encontrem. O propósito final é construir um objeto de análise que, à semelhança do próprio território investigado, constitua-se como um campo em que ruínas e potências, memórias e esquecimentos permaneçam em tensão, aberto a múltiplas leituras, que se atualizam no olhar de quem o percorre.

A seguir, apresenta-se a estrutura de cada fratura que compõe o cristal territorial analisado nesta dissertação:



/ Figura 37: A fratura é aqui compreendida como procedimento de leitura. A Celestita torna visível essa operação: sua face externa e coesa associa-se ao cristal territorial, enquanto sua ruptura revela um interior composto por múltiplos cristais, nos quais diferentes faces se organizam. É nesse interior que se tornam visíveis, simultaneamente, o passado e o presente – não como tempos sucessivos, mas como dimensões que permanecem ativas na mesma formação cristalina, refletindo-se uma na outra. De modo análogo, a metodologia desta pesquisa – baseada na montagem e no confronto de registros – atua como um gesto de fratura, tornando perceptíveis as camadas do território e fazendo emergir memórias e realidades silenciadas. Cada capítulo constitui um recorte dessas formações, funcionando como ponto de entrada para a leitura das fraturas do espaço, do tempo e da memória.

***FRATURAS* (Capítulos):**

1. A FRATURA AMBIENTAL – O SERTÃO QUE "VIROU MAR"

A primeira fratura debruça-se sobre a transformação imposta à paisagem do Submédio do São Francisco, onde um ecossistema regido pelo pulso sazonal das águas e habitado por uma cultura simbiótica foi desmantelado pela infraestrutura hídrica, que converteu o sertão em mar e o rio em reservatório.

1.1. FACE 1: O SERTÃO ANCESTRAL (Cristal Perfeito)

Esta face desvela o sertão ancestral não como um espaço vazio ou primitivo, mas como um sistema interdependente, no qual três afluentes – o rio, o sertão e a vida ribeirinha – confluíam para formar uma ecologia hoje submersa.

1.1.1. Afluente I: o pulso do rio. Este subcapítulo traça a história dos ciclos de ocupação do rio São Francisco, em paralelo ao regime natural das cheias e à fertilidade das vazantes que sustentavam a vida.

1.1.2. Afluente II: o sertão e a sobrevivência sertaneja. Este subcapítulo examina a biodiversidade da Caatinga e sua relação com a cultura sertaneja, marcada pelos ciclos de seca, pelos retirantes, pela "geografia da fome" e pelas expressões de resistência e fé no Polígono das Secas, incluindo as articulações entre religiosidade popular e cangaço.

Afluente III: a ecologia ribeirinha. Este subcapítulo analisa a simbiose entre as populações ribeirinhas e o Velho Chico, baseada nos ciclos de pesca e agricultura.

1.2. FACE 2: A PAISAGEM DA ENGENHARIA (Presente Fraturado)

Em contraponto, esta face analisa a paisagem fraturada – onde antes havia um fluxo contínuo, restaram poços de estagnação. O acorrentamento do rio, o exílio da fauna e a criação de um "mar" artificial compuseram os vestígios de uma natureza silenciada pelo desenvolvimentismo.

1.2.1. Poço I: o pulso paralítico. Este subcapítulo aborda a morte do fluxo fluvial e a consequente estagnação das águas do Velho Chico após a construção das barragens.

1.2.2. Poço II: o "mar" do sertão. Este subcapítulo mapeia a nova paisagem hídrica e seus impactos climáticos e ambientais em escala regional.

1.2.3. Poço III: a ecologia invertida Este subcapítulo investiga os processos de extinção local, dispersão de espécies e o desequilíbrio ecológico decorrente da transformação do ecossistema.

A cartografia do rio foi inserida para ilustrar o antes (1.1.1), o depois (1.2.1) e a sua sobreposição (1.2.3).

2. A FRATURA SOCIAL – A LUZ REFRATADA PELO SAL

A segunda fratura dedica-se à análise do campo social, onde a luz abstrata do progresso incide sobre o corpo salino da população – matéria endurecida pela perda da terra e pela cristalização do trauma. É ao atravessar esse "cristal de sal" que a promessa do desenvolvimento é refratada, decompondo-se para expor a dissonância entre a claridade técnica anunciada e as sombras reais projetadas sobre as comunidades atingidas.

2.1. FACE 1: A PROMESSA DA LUZ (Cristal Perfeito)

Para compreender essa cisão, esta face mimetiza a racionalidade estatal para dissecar a força da narrativa que a legitimou – a chamada "Promessa da Luz". A análise imerge na lógica interna dos feixes de propaganda, dados técnicos e balanços oficiais, onde o Cristal Perfeito opera como uma saturação ótica. Trata-se uma projeção totalizante, sem falhas e sem sombras, fabricada para sobrepor-se à densidade histórica do território.

2.1.1. Feixe de Luz I: o futuro iluminado. Este subcapítulo reconstrói a arquitetura retórica da CHESF, do governo e da mídia, demonstrando como a narrativa do progresso foi erguida para ser inquestionável.

2.1.2. Feixe de Luz II: a clareza dos números. Este subcapítulo incorpora a premissa tecnocrática do regime, expondo como os dados demográficos e os planos de reassentamento operaram como soluções "racionais", legitimadas pela aritmética do "bem maior" e da segurança energética.

2.1.3. Feixe de Luz III: a promessa entregue. Este subcapítulo apresenta o inventário oficial de êxitos, compilando os dados quantitativos pós-construção utilizados para atestar os benefícios do empreendimento, em consonância com os relatos que corroboram a visão positiva da modernização.

2.2. FACE 2: A LUZ REFRATADA (Presente Fraturado)

Esta face posiciona a realidade como um prisma que refratou o feixe de luz do progresso, revelando suas cores ocultas. Através das refrações do passado represado, da injustiça e da sombra que permanece, o feixe de luz oficial se decompôs, expondo as verdadeiras consequências do desterro.

2.2.1. Refração I: o passado represado. Este subcapítulo investiga o desterro via metáfora da "porta ausente", denunciando a perda da soberania ancestral e a cristalização de um trauma que permanece escancarado ao desamparo.

2.2.2. Refração II: a injustiça velada. Este subcapítulo investiga a porta como interdição jurídica via Kafka, demonstrando como o sal do trauma desvia o feixe de luz oficial para revelar disparidades nas indenizações e o arbítrio que a métrica estatal não pôde iluminar.

2.2.3. Refração III: a sombra que permanece. Este subcapítulo examina a estagnação institucional e o trauma do desterro, manifestos no alcoolismo como anestesia social e no Polígono da Maconha como estratégia insurgente de sobrevivência nas fissuras do Estado.

3. A FRATURA MATERIAL – CIDADES DE PEDRA, CIDADES DE PAPEL

A terceira fratura volta-se para a dimensão física do espaço construído ao analisar a transição de um urbanismo orgânico – tecido pelo rio, pelo trabalho e pela cultura – para o funcionalismo planejado das pranchetas. Este deslocamento materializa o conflito entre a cidade que se depositou como duração e a cidade projetada como esquema, opondo a sedimentação lenta da história à abstração técnica do planejamento no papel.

3.1. FACE 1: A CIDADE CRISTALINA (Cristal Perfeito)

A primeira face explora a cidade como um organismo vernacular apreendido pela duração, onde o traçado e o ritmo social emergem de um processo temporal indissociável do leito do rio. Nela, o sal atua como matéria da permanência, memória destilada que resiste quando o fluxo se retrai. A partir dessa base comum, cada cidade faz emergir seu próprio cristal, constituindo uma configuração singular que retém a pulsação do rio e a sedimentação da história anterior à ruptura.

3.1.1. Trama I: a duração no chão. Este subcapítulo desvela a cidade como uma tecelagem viva, onde uso, trabalho e memória atuam como fios que escrevem o tempo no chão. Aqui, a trama histórica e a urbanística das sedes formam uma só trama.

3.1.2. Trama II: a duração em cristal. Este subcapítulo percorre a sedimentação pela qual o tempo acumulado ganha peso mineral e se torna matéria sólida. Ao observar as sete geografias do vale, analisa-se como o enredo da vida em cada margem resultou em cristais distintos.

3.2. FACE 2: A CIDADE ESPECULAR (Presente Fraturado)

A segunda face examina a cidade como um artefato da técnica onde o espaço deixa de emergir da duração e passa a ser projetado do papel. No lugar da sedimentação, impõe-se o reflexo; no lugar da duração, estabelece-se a representação de uma modernidade que se pretende plena, mas nasce cindida.

3.2.1. Grade I: a projeção no papel. Este subcapítulo investiga como o urbanismo racionalista da CHESF e a padronização da vida cotidiana converteram o território em uma "cidade de papel", ao substituir a duração em favor de um esquema de controle. O olhar técnico decompõe a realidade em variáveis abstratas e projeta a urbe para fora do tempo histórico.

3.2.2. Grade II: a projeção no espelho. Este subcapítulo analisa como as sete novas sedes materializam, em outro solo, o espelhamento da cidade antiga. Ao dar corpo construído a uma geometria exilada, o projeto revela que a cidade nova não recompõe a anterior, mas a reinscreve como forma deslocada.

A cartografia das cidades ilustrou o antes (3.1.1), o plano (3.2.1) e o hoje (3.2.2).

4. EPÍLOGO: ANVERSO – CRISTAL-CIDADE

Este epílogo introduz a inversão que orienta a fratura memorial: se antes a matéria sustentava a memória, aqui é a memória que passa a sustentar o que resta da matéria. Entre a cidade que reaparece como lembrança e a paisagem que já não garante permanência, estabelece-se uma existência instável, na qual a cidade subsiste na oscilação entre o visível e o lembrado.

5. A FRATURA MEMORIAL – DA MEMÓRIA CRISTALIZADA À MATÉRIA FISSURADA

A fratura memorial examina o momento em que o trauma deixa de permanecer apenas no interior dos sujeitos e passa a inscrever-se na paisagem. Entre memória e matéria, revela-se uma ruptura que persiste no tempo e se torna visível tanto na experiência quanto no território.

5.1. FACE 1: A SOBREVIVÊNCIA LUMINOSA (Cristal Perfeito)

Esta face aborda a fratura a partir de sua dimensão interior, onde a ruptura se conserva como memória latente. Antes de se inscrever na paisagem, o trauma persiste como uma presença intermitente no tempo, sobrevivendo em lampejos que atravessam a experiência e impedem o passado de se estabilizar como algo concluído.

5.1.1. Vaga-lume: o fulgor do trauma. Este subcapítulo investiga o trauma como memória latente que persiste por meio de lampejos intermitentes. A partir dos testemunhos e da imagem dos vaga-lumes, analisa-se como a fratura não se fixa como passado, mas retorna como fulgor descontínuo – uma presença que insiste sem se integrar plenamente à experiência.

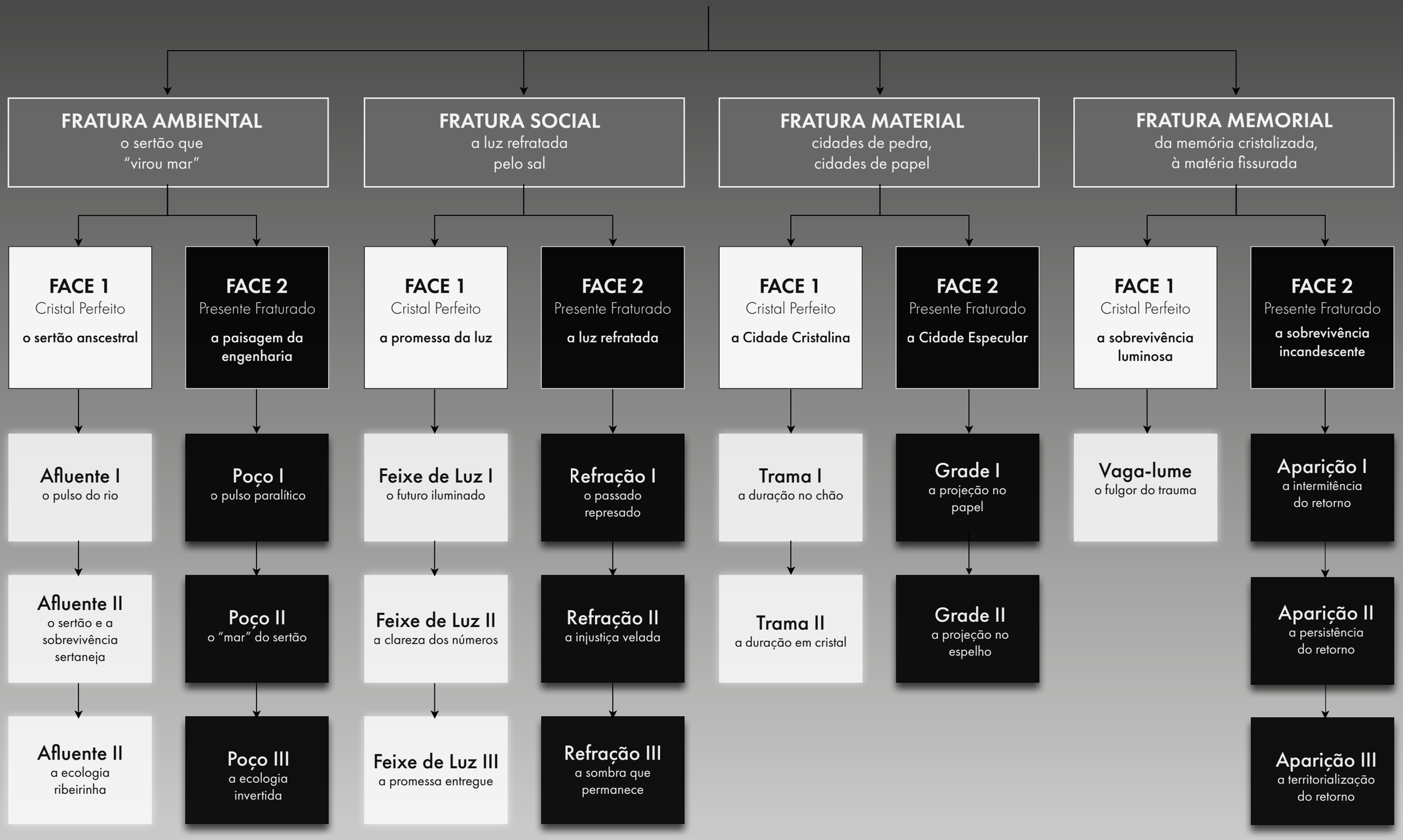
5.2. FACE 2: A SOBREVIVÊNCIA INCANDESCENTE (Presente Fraturado)

Esta face aborda a fratura a partir de sua dimensão interior, onde a ruptura se conserva como memória latente. Antes de se inscrever na paisagem, o trauma persiste como uma presença intermitente no tempo, sobrevivendo em lampejos que atravessam a experiência e impedem o passado de se estabilizar como algo concluído.

5.2.1. Aparição I: a intermitência do retorno. Este subcapítulo analisa a emergência episódica das cidades submersas durante períodos de estiagem, quando o recuo das águas faz irromper vestígios urbanos. Essas aparições não recompõem o passado, mas revelam, por instantes, sua persistência latente sob a superfície.

5.2.2. Aparição II: a persistência do retorno. Este subcapítulo examina as ruínas que permanecem visíveis independentemente das variações do reservatório, como igrejas, estradas e caixas d'água. Nelas, o retorno deixa de ser episódico e passa a inscrever-se na duração, sustentando na paisagem a presença contínua da cidade ausente.

5.2.3. Aparição III: a territorialização do retorno. Este subcapítulo analisa como a memória coletiva, após a perda de seu território original, passa a ancorar-se em novos lugares. Entre ruínas preservadas e espaços ressignificados, o passado deixa de permanecer apenas como lembrança e volta a inscrever-se no território, constituindo pontos de fixação onde a memória se torna novamente localizada, ainda que de forma deslocada.



/ Diagrama da estrutura geral da dissertação

Fratura Ambiental: *O sertão que "virou mar"*

Figura 38/



Em 1896 hade rebanhos mil correr da praia para o certão; então o certão virará praia e a praia virará certão. Antônio Conselheiro (18-- apud Cunha, 2011, p. 171)

Fratura Ambiental: O Sertão que "virou mar"

> Deste modo, por qualquer vereda, sucedem-se acidentes pouco elevados mas abruptos, pelos quais tornejam os caminhos, quando não se justapõem por muitas léguas aos leitos vazios dos ribeirões esgotados. E por mais inesperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada**, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto**, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens... [sic]. (Cunha, 2011, p. 33, destaque da autora).

No sertão da Bahia, em fins do século XIX, uma profecia atribuída[78] ao beato Antônio Conselheiro transcenderia os limites do Arraial de Belo Monte[79] – refúgio que o líder messiânico erguera para milhares de sertanejos – e se gravaria no imaginário nacional: "Em 1896 há de rebanhos mil correr da praia para o sertão; então o sertão virará praia e a praia virará sertão" (*apud* Cunha, 2011, p. 171).

Consagrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902) como uma premunição apocalíptica diluvial, fruto de uma mentalidade milenarista da virada do século (Vasconcellos, 2015), a predição seria mais tarde ressignificada no cinema por Glauber Rocha. Em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963), a promessa de uma redenção divina – a irrupção do reino de Deus que poria fim às agruras terrenas do povo – é convertida em um chamado revolucionário. A célebre adaptação "o sertão vai virar mar, e o mar vai virar sertão" torna-se, então, um grito pela redenção política[80] dos oprimidos (Ventura, [s.d.]).

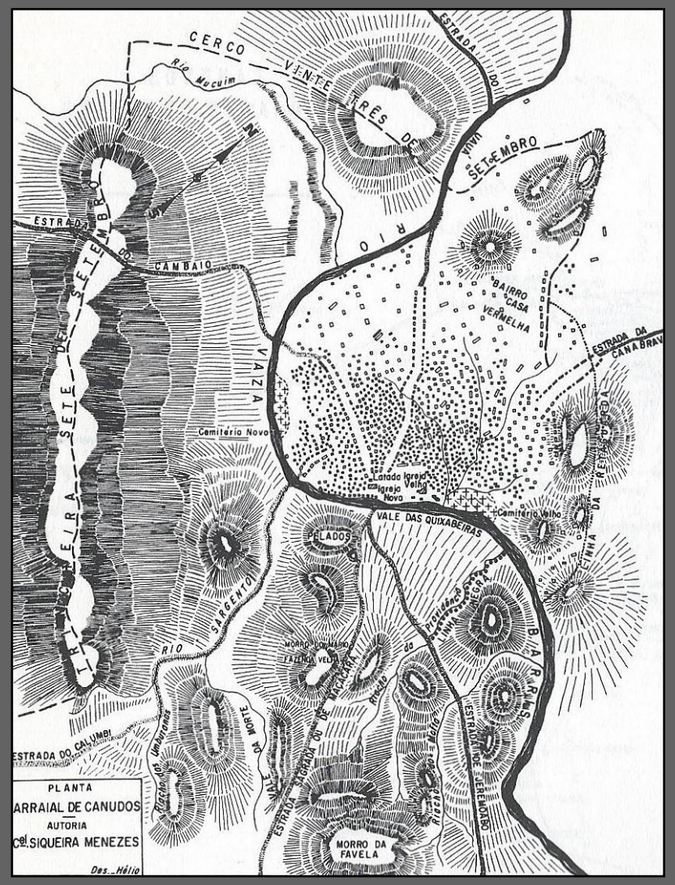
Entretanto, "como todo sertanejo da região sabe" (Emery, 2010, p. 29), a profecia original guardava outro sentido. Não entoava o vaticínio sobre o fim dos tempos na leitura de Euclides, tampouco conclamava ao levante popular idealizado por Glauber; antes, sugeria uma utopia mais terrena: a transformação do sertão árido na *Terra Prometida* da tradição cristã, na "praia" – a terra fértil da zona da mata –, promovendo uma nova era de fartura e justiça, ou seja, a plena realização de *Belo Monte*[81] (Emery, 2010).

78 Embora Euclides da Cunha tenha transcrito a profecia em *Os Sertões* (1902) e a atribuído a Antônio Conselheiro, alegando tê-la encontrado em cadernos com anotações populares em meio aos escombros de Canudos (Vasconcellos, 2015) – essa autoria é contestada. O motivo é que o autor não teve acesso aos sermões originais de Conselheiro – tais prédicas, reunidas pelo próprio beato em dois volumes manuscritos, só vieram a público em 1978, publicadas por Ataliba Nogueira (Ventura, [s.d.]). Prevalece, assim, a interpretação de que a profecia pertença à tradição oral do arraial, tendo sido absorvida e registrada por Euclides, sem ser, necessariamente, de autoria direta de Conselheiro.

79 Foi com o nome de Belo Monte que Conselheiro batizou o arraial; a designação "Canudos" era utilizada principalmente por seus detratores (Vasconcellos, 2015).

80 A ressignificação de Glauber Rocha, em seu filme lançado em 1964, é eminentemente política. Inserido na ebulição social pré-golpe militar, o filme dialoga com os debates sobre a reforma agrária e a ascensão das Ligas Camponesas. O Cinema Novo, como movimento, utilizava a história – neste caso, o episódio de Canudos – como uma alegoria para a opressão contemporânea, vendo no sertanejo explorado um espelho do camponês sem terra. Essa transposição se materializa na cena final: o protagonista Manuel não corre para uma terra fertilizada por um milagre – uma redenção passiva e espiritual –, mas para o mar. O mar torna-se, assim, a metáfora de um processo revolucionário pelo qual o oprimido tomará o poder. Trata-se da conquista da liberdade radical e da quebra do ciclo de opressão pela ação humana, ideia sintetizada na frase do personagem Antônio das Mortes: "A terra que é do homem, não é de Deus nem do Diabo".

81 O arraial de Belo Monte (Canudos) não se situava no Rio São Francisco, mas sim às margens do rio Vaza-Barris, a cerca de 170 km de distância da calha franciscana. A "praia" mencionada por Emery é, portanto, uma construção simbólica e social de fartura em meio à caatinga, independente da fertilidade natural associada ao "Velho Chico".



/ Figura 39: Planta Arraial de Canudos. Autoria: Siqueira Menezes.

Em um sertão castigado por flagelos como a grande seca de 1877 e a Abolição da Escravatura de 1888, essa *utopia terrena* já se construía. O povoado de Belo Monte, sob o comando de Antônio Conselheiro, oferecia a única alternativa à miséria e exploração para uma crescente população sertaneja, indígena e ex-escravizada. Nas palavras do historiador Manoel Neto, em depoimento ao documentário *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos* (1993), essa alternativa representava, para um povo historicamente silenciado, a oportunidade de dizer *não*:

> Canudos, no meu entendimento, é a cidade dos despossuídos, dos desesperançados, dos marginalizados. Pessoas que viviam sob o baraço e o cutelo dos grandes coronéis, dos grandes proprietários, senhores da verdade e senhores até da mentira. Donos de tudo e de todos, que marcavam o gado como marcavam gente. Então Canudos é essa alternativa,

> é essa perspectiva. **É a oportunidade de pessoas que nunca tiveram a chance de dizer não, dizer não!** Dizer não ao latifúndio, dizer não ao coronel, e participar de uma utopia ou da construção de uma utopia que facultava a eles essas formas de vida, ou essa forma de convivência, absolutamente nova no seu cotidiano. (Paixão..., 1993, 52 min 30s[82], destaque da autora).

82 PAIXÃO e guerra no sertão de Canudos. Direção e roteiro: Antônio Olavo. Produção: Ricardo Gaspar e Selma Santos. Salvador: Portfolium Laboratório de Imagens, 1993. 1 DVD (78 min), son., color.

Tal "convivência absolutamente nova" configurava uma profunda ruptura com a ordem social da época. Tratava-se de uma sociedade calcada à margem da soberania oficial, organizada em torno de princípios igualitários, onde não havia polícia, cobrança de impostos (Villa, 1995 *apud* Bovo, 2007), privilégios ou discriminação (Moniz, 1978 *apud* Bovo, 2007; Freitas, 2016). Sua economia baseava-se no rebanho caprino e na agricultura, enquanto um rígido código moral – em função da concepção política e autoritária da igreja – proibia o álcool e a prostituição (Mendes, 2020).

Chegando a abrigar cerca de 35 mil habitantes e a ser considerada a segunda maior cidade da Bahia (Bovo, 2007), esse núcleo constituía, portanto, um perigo iminente às estruturas de poder vigentes. Ameaçava, a um só tempo: a Igreja, abalada em seu monopólio sobre as almas do sertão; a oligarquia sertaneja, alarmada com a escassez de mão de obra e com a erosão de sua autoridade; e, por fim, o incipiente Estado republicano, que elegeu a comunidade como um bode expiatório para consolidar seu poder ainda instável no Nordeste.

O sertão "virou mar"

> **Mas se eu gritasse uma só vez que fosse talvez nunca mais pudesse parar.** Se eu gritasse ninguém poderia fazer mais nada por mim; enquanto, se eu nunca revelar a minha carência, ninguém se assustará comigo e me ajudarão sem saber; mas só enquanto eu não assustar ninguém por ter saído dos regulamentos. Mas se souberem, assustam-se, **nós que guardamos o grito em segredo inviolável. Se eu der o grito de alarme de estar viva, em mudez e dureza me arrastarão, pois arrastam os que saem para fora do mundo possível, o ser excepcional é arrastado, o ser gritante.** (Lispector, 1998, p. 62-63, destaque da autora).

E assim, à revelia de qualquer interpretação utópica ou apocalítica, aquele grito de insubmissão – encarnado em cidade e lido como ameaça – tornou-se o solo fértil onde a realidade lavraria sua própria sentença. Um ano após a data profetizada, em 1897, o prenúncio diluvial cumpriu-se, porém, reescrito em sangue. Na carnificina perpetrada pelo exército da recém-instaurada República, o "mar" prometido ao sertão fez-se rubro e denso, com milhares de habitantes de Belo Monte chacinados, o cadáver do seu líder religioso – morto semanas antes por disenteria – exumado e sua cabeça exibida como troféu. O arraial foi, então, varrido por chamas e artilharia, até não restar "pedra sobre pedra" – executando o designo do então Presidente da República, Prudente de Morais, que determinava a extirpação total, a fim de que "não mais possa se reproduzir aquela cidadela maldita" (Villa, 1997 *apud* Martins, 2012). Era preciso que não restasse nada. A erradicação daquele tecido urbano e tudo o que ele simbolizava foi movida por uma fúria republicana impetuosa, como se o ato de aniquilar a matéria pudesse também expurgar a afronta de um povo difícil de vencer – e que, no fim, não foi vencido por completo (Mendes, 2020):

> Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro, apenas: um velho, dous [sic] homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos. (Cunha, 2011, p. 578).



/Figura 40: Os sobreviventes do cerco: registro de 400 prisioneiros sob a guarda de tropas federais em 2 de outubro de 1897, três dias antes da queda final e da destruição total de Canudos.

A partir do desfecho de *Os Sertões*, de suas últimas linhas, a resiliência sertaneja forçou o início de um novo capítulo – um que a história oficial se recusava a escrever. Exterminados os defensores, restaram, ainda, os sobreviventes. Foram eles que, contrariando a própria morte, reergueram das ruínas desse crime fratricida uma segunda Canudos – agora órfã de Conselheiro, mas cativa da República. Essa frágil sobrevida, porém, não alteraria o destino daquela terra.

Como se o massacre anterior não bastasse, o mesmo Estado que antes brandira balas de canhão retornou, recorrendo agora à força da água. A decisão foi augurada ainda no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) – que visitou a cidade *revivida* em 1940 e, já em 1944, anunciou a construção de um açude. As obras arrastaram-se a partir de 1951, até que a ruptura institucional de 1964 lhes imprimisse um ímpeto renovado. A determinação do regime emergente era, no mínimo, sintomática, pois extinguir a cidade pela segunda vez seria o golpe de misericórdia para afirmar seu domínio (Mendes, 2020).

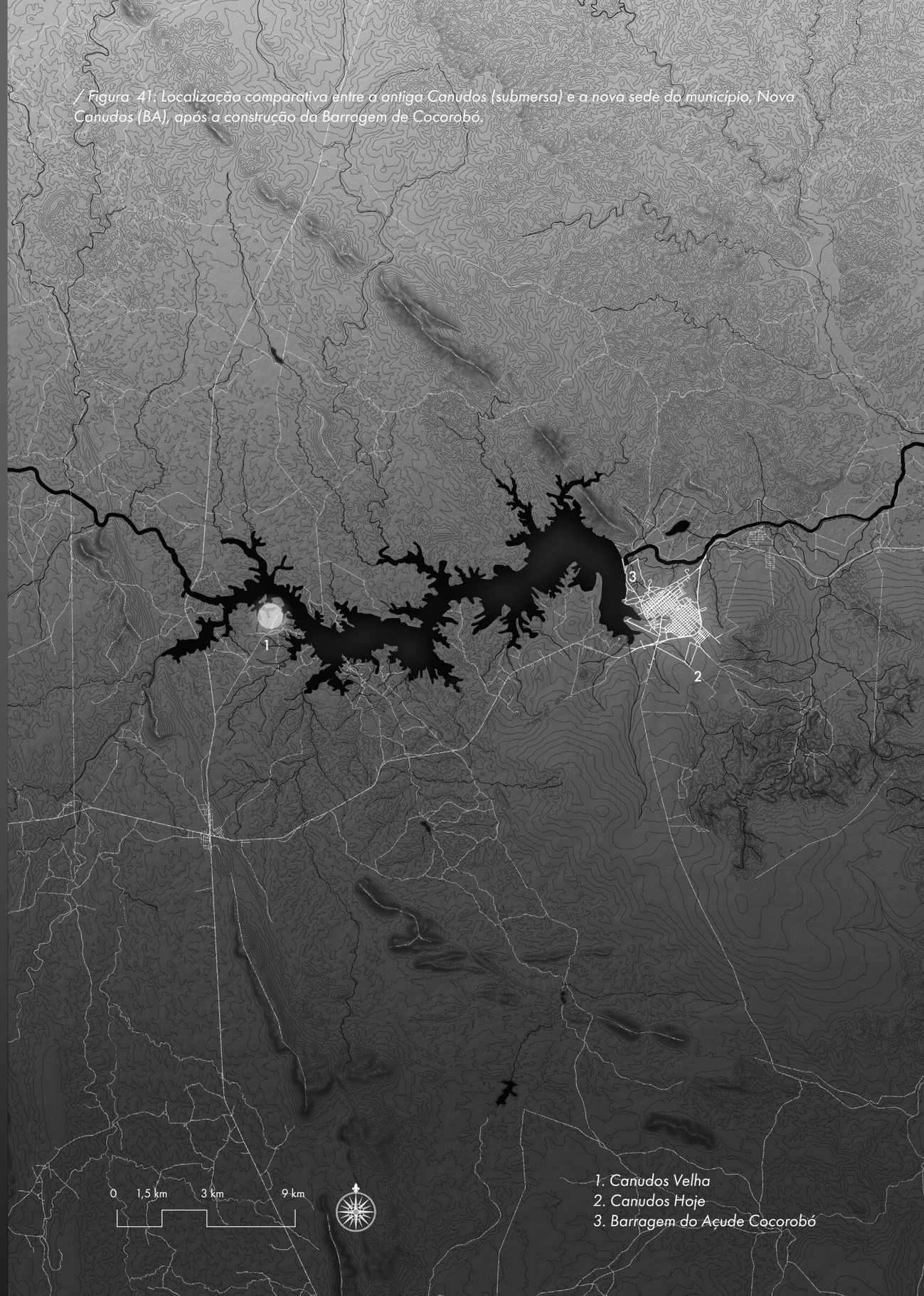
Finalmente, num esforço derradeiro para silenciar aquela terra, as comportas se fecharam e, em 1969, as águas do Açude de Cocorobó submergiram violentamente as duas cidades – a das ruínas e a reconstruída –, dando um novo sentido à antiga profecia, sob seu "mar" amnésico de *progresso*[83]. Valeram-se da força das águas – e de tudo o que ela representa para o sertão – para ocultar ao destroços e fragmentos restantes, tonando-os inacessíveis. Consumava-se, assim, uma vitória parcial, mas estarrecedora: uma vitória construída sobre a difamação de um líder e seu povo, rotulados de criminosos por ousarem vias de emancipação; uma vitória erguida sobre o trauma de famílias condenadas a um segundo enterro de seus mortos e de suas vidas pretéritas; uma vitória, enfim, concretizada no afogamento de uma cidade inteira.

Condenada a um segundo desterro, a população arredia da cidade inundada foi, mais uma vez, forçada a se reerguer. E, teimosamente, o fez. A poucos quilômetros dali, brotou um novo povoado – inicialmente rebento da resistência de seu povo, e não da prancheta de um planejador estatal, como nos casos de relocação compulsória aqui estudados. Nascida de uma aglomeração puramente orgânica, a terceira Canudos desafiava, como suas antecessoras, as lógicas do planejamento racional[84]. Surgia, portanto, para perpetuar o nome, a memória e a luta de um passado submerso.

83 O descompasso de tal "progresso" é que, embora a justificativa oficial para o açude fosse o abastecimento de água, o projeto avançou apesar da ausência de um plano de uso do recurso e de regularização fundiária. A realidade, contudo, foi a exclusão das camadas mais vulneráveis, como demonstram os dados de Dias e Neiva (1999, p. 94 *apud* Mendes, 2020) para Canudos mais de vinte anos após a inundação: "Em 1991, 63% dos domicílios de Canudos não tinham canalização interna e apenas 36% dos domicílios eram ligados à rede geral de abastecimento de água."

84 A visão euclidiana de Belo Monte é a de uma anti-cidade monstruosa, refletindo o choque de um representante da elite litorânea diante de um urbanismo popular e espontâneo. O que ele retrata, num relato de assombro, é o embrião de uma favela brasileira: uma urbanidade selvagem e labiríntica, na qual "não se distinguiam as ruas. Substituía-as dédalo desesperador de becos estreitíssimos [...] como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos" (Cunha, 2011, p. 183).

/ Figura 41: Localização comparativa entre a antiga Canudos (submersa) e a nova sede do município, Nova Canudos (BA), após a construção da Barragem de Cocorobó.



/ Figura 42: Mapa de situação regional: relação espacial entre a Nova Canudos (BA) e a área de estudo da Usina Hidrelétrica de Itaparica.

0 6,5 km 13 km 26 km

1

2

1. Canudos Velha
2. Canudos

Ironicamente, as falhas do próprio progresso – as crises ambientais e as secas ainda mais severas que delas decorrem – fizeram emergir os vestígios de um passado que as águas deveriam ter sepultado, um passado que o próprio projeto de desenvolvimento estatal se empenhou em silenciar. Os escombros de Canudos irromperam e irrompem, hoje, como a prova de que o antigo embate entre a força aniquiladora do Estado e a resiliência popular persiste; pois, se de um lado, "a tempestade que chamamos de progresso" (Benjamin, 2012, p. 245-246) segue deixando um rastro de devastação, de outro, a terra, em um ato de resistência, insiste em expor suas cicatrizes. Os gritos de Canudos, então, ecoam pelas fissuras desse mesmo progresso – pelas águas e pelo chão –, e nos convocam à luta. "Canudos, afinal, é todo dia. Todo dia é dia de lutar" (Mendes, 2020, p. 194).

A insurreição de Canudos – a luta de uma comunidade que ousou imaginar e construir novas formas de existência – forçou o país a olhar para dentro de si, para o sertão. Esse sertão, que pulsa "dentro da gente" (Rosa, 2001, p. 300) e no interior do Brasil, teve seu significado sistematicamente imposto pelo olhar externo da "civilização" litorânea. Ao se autodefinir como espaço do "certo", "conhecido" e "culto", essa cultura dominante construía o sertão como seu contrário: o "incerto", o "desconhecido", o "inculto" (Teles, 2011). Tal visão, porém, assenta-se em uma matriz colonial de imposição vertical, na qual a perspectiva europeia sobrescrevia as linguagens e os significados que ali vicejavam.

Ainda assim, sob a crosta da norma imposta pela Europa e ecoada pelo litoral, uma silenciosa contranarrativa nativista germinava – sinuosa e resiliente. Tal qual a vegetação intrincada do sertão, ela insistia em sobreviver à aridez, nutrindo uma raiz profunda da qual, por fim, brotou um dos símbolos mais potentes da identidade brasileira; a expressão de uma realidade que há tanto florescia à revelia do poder oficial. Esse universo cultural estigmatizado, no entanto, só ganhou projeção no debate público no início do século XX, com a publicação de *Os Sertões* (1902) (Teles, 2011). A obra de Euclides da Cunha – apesar de seu olhar elitista e de todos os percalços de uma perspectiva *externa* e *civilizatória* – obrigou o Brasil a confrontar o escárnio por seu próprio interior.

A dupla obliteração de Canudos – primeiro pelo mar de sangue da guerra, depois pelo mar de águas do progresso –, transcende o episódio histórico para revelar-se como o paradigma de um embate perene. Esse conflito, por sua vez, não apenas forçou o país a enfrentar o desprezo por aquilo



/ Figura 43: Descendentes que retomaram às ruínas da igreja da 1ª Canudos (1996).



/ Figura 44: Vista das ruínas da igreja parcialmente submersas (1994) (cf. Figura 45).



/ Figura 45: O reaparecimento das ruínas da antiga igreja devido à estiagem prolongada que secou o Açude de Cocorobó em 2013.

que considerava seu contrário, como também expôs a lógica de um desenvolvimento imposto pela força. A ferida aberta dessa cidade – bombardeada, soterrada, incendiada e, décadas depois, deliberadamente inundada – escancara até onde o Estado é capaz de ir para silenciar uma cidade, para silenciar um povo, para silenciar o sertão, afinal.

É dessa história de aniquilamento que emerge o conceito de Fratura Ambiental, central a este capítulo. Mais do que um impacto natural, trata-se da cisão premeditada da relação entre uma comunidade e seu território – um projeto de apagamento que, sancionado por estruturas de poder, aparta os seres de suas terras para impor uma determinada noção de progresso. Essa ruptura é, intrinsecamente, dupla, refletindo o que o engenheiro ambiental Malcom Ferdinand (2022) conceitua como a "dupla fratura da modernidade". Segundo o autor, a modernidade se funda sobre uma fratura ambiental, que separa natureza e sociedade para legitimar a exploração do meio ambiente (Ferdinand, 2022, p. 24); e uma fratura colonial, que divide a própria humanidade em hierarquias de dominação (senhores/escravos, colonizadores/colonizados) (Ferdinand, 2022, p. 26). Fica evidente, assim, como os processos históricos de exploração da terra e dominação social se entrecruzam, potencializando os impactos negativos.

Canudos, portanto, não é um caso isolado, mas um símbolo de um modelo que se repete. A "fratura colonial" que inicialmente aniquilou Belo Monte é a mesma que se reabriu em uma constelação de outras insurreições populares esmagadas em nome da ordem e do progresso. O mesmo grito por terra, fé e autonomia teve seus antecedentes em Pedra Bonita[85] (1836-1838), assumiu a escala de uma guerra civil no Contestado[86] (1912-1916), e se manifestou na arena política de Juazeiro[87] (1914), persistindo em comunidades

85 Pedra Bonita (1836-1838) foi um movimento messiânico-sebastianista ocorrido no sertão de Pernambuco, liderado por João Antônio dos Santos. A promessa de um "reino encantado" deu origem a uma comunidade autônoma cuja própria existência já configurava um ato de rebelião contra a autoridade da Igreja e os poderes locais. Contudo, o fracasso da profecia em se concretizar desencadeou uma crise que levou à delirante reinterpretação de que o reino exigia sacrifícios de sangue para se "desencantar". Essa crença culminou em um massacre ritualístico entre os próprios seguidores; porém, a aniquilação definitiva do movimento foi obra do Estado, que reprimiu violentamente os sobreviventes. Por essa dinâmica, Pedra Bonita é entendida como o embrião de uma rebelião, pois continha os ingredientes de levantes futuros, embora tenha implodido em sua crise interna antes que pudesse se transformar em uma guerra aberta contra o Estado – como ocorreria em Canudos.

86 Contestado (1912-1916) foi um conflito de proporções de guerra civil travado na fronteira disputada entre Santa Catarina e Paraná. A população sertaneja, liderada por "monges" como José Maria, lutava pela posse da terra contra a expropriação promovida por grandes companhias – madeireiras e ferroviárias. No Contestado, a morte do monge José Maria, principal líder espiritual, logo no início dos combates, não arrefeceu a revolta; ao contrário, a luta prosseguiu por quatro anos sob o comando de chefes leigos, o que demonstra — assim como em Canudos — a existência de uma robusta organização social e militar para além da figura do beato.

87 A "Sedição de Juazeiro" (1914), no Ceará, foi uma rebelião de natureza eminentemente política contra a intervenção do Estado representada pela "Política das Salvações" do presidente Hermes da Fonseca. Em reação à deposição da oligarquia local, o líder político Floro Bartolomeu organizou militarmente a revolta, enquanto o Padre Cícero, figura messiânica, lhe conferiu legitimidade sagrada. O movimento instrumentalizou o fervor popular, mobilizando milhares de romeiros que, após sangrentos combates contra as tropas estatais, marcharam sobre a capital e derrubaram o interventor federal. O episódio revela a fusão entre o poder coronelista e o misticismo popular, transformando a fé sertaneja no exército vitorioso de uma disputa entre elites pelo controle do Estado.

como Caldeirão[88] (1926-1937) e Pau de Colher[89] (1938). Em cada um desses episódios, a mesma "tempestade do progresso"[90] (Benjamin, 2012) avançou, deixando um rastro de ruínas. De todos eles, porém, Canudos emerge como o arquétipo desta Fratura, pois foi o único episódio em que a "dupla fratura da modernidade" (Ferdinand, 2022) se materializou, de modo singular, em um duplo "mar": o mar de sangue (social) e o mar das hidrelétricas (ambiental). E é essa mesma *tempestade* que, após dizimar o arraial original e retornar décadas mais tarde para inundar a nova cidade, segue seu curso pelo sertão, prometendo levar o "mar" às terras secas através de grandes obras hidrelétricas, como as aqui estudadas.

A partir de 1945, essa promessa foi implementada em larga escala, quando ações estatais transformaram o "polígono das secas" em uma vasta "mancha irrigada" de reservatórios. A água, antes ausente, avançou pela paisagem, inundando solos férteis e arruinando os ecossistemas aquáticos – e, com eles, as formas de vida que sustentavam a pesca e a agricultura de vazante. Desintegrou-se, assim, a força de trabalho das comunidades ribeirinhas (Torres, 2016), e a história vivida nas margens foi substituída por um tempo regulado pelas comportas. Nesse novo regime, desfigurou-se uma identidade cultural construída sobre os ciclos do rio, e a antiga relação de simbiose entre o homem e a água cedeu lugar a uma relação de submissão e estranhamento perante a lógica da engenharia.

A Fratura Ambiental, no entanto, não se restringiu aos impactos socioecológicos locais – a ruptura de um pacto ancestral entre o povo e o rio –; ela também se inscreveu na estrutura física do rio em escala de bacia. Com a maior sequência de hidrelétricas do Brasil, o curso do São Francisco foi acorrentado em uma sucessão de lagos artificiais, alargando seu leito e reduzindo drasticamente seu fluxo[91], tornando-se uma água parada que – vendida como "energia limpa" –, a contrassenso, agravou a crise climática ao emi-

88 Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (c. 1926-1937) foi uma comunidade rural de trabalho coletivo e forte religiosidade no Crato, Ceará, liderada pelo beato José Lourenço, discípulo do Padre Cícero. Sua notável prosperidade e autonomia representavam uma ameaça à ordem vigente: para a Igreja Católica, a comunidade que não se submetia à sua hierarquia era um foco de "fanatismo"; para os latifundiários locais, seu modelo de trabalho comunitário, sem propriedade privada e que drenava a mão de obra da região, era um perigoso exemplo de "comunismo". No auge da histeria anticomunista do Estado Novo, essa acusação serviu de pretexto para o seu aniquilamento por forças militares em 1937, em um massacre com bombardeio aéreo que dizimou centenas de moradores.

89 Pau de Colher (1938) foi um movimento messiânico ocorrido no sertão da Bahia, na fronteira com Minas Gerais, liderado pelo beato Enéas. Inspirado na memória de Canudos, o levante pode ser visto como uma tentativa de recriar a utopia de Conselheiro, reunindo centenas de sertanejos em uma comunidade autônoma que rejeitava a autoridade da República. Sua existência constituiu uma rebelião direta contra o Estado – por opor-se ao poder dos coronéis e, principalmente, por desafiar a soberania do recém-instaurado Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). O movimento teve um desfecho trágico e rápido: foi esmagado por tropas policiais (*volantes*), resultando no massacre da maioria de seus seguidores e consolidando o padrão de aniquilamento estatal contra experiências comunitárias rurais.

90 A "tempestade do progresso" é a força por trás dos dois "mares". O "mar de sangue" da guerra revela-se não como uma barbárie arcaica, mas como uma catástrofe moderna, justificada pela necessidade de eliminar um suposto entrave ao projeto progressista de nação. O "mar de águas" das hidrelétricas, por sua vez, é a manifestação tecno-econômica dessa mesma lógica, em nome do desenvolvimento. Ambos exemplificam a tese de Walter Benjamin (2012) sobre a modernidade como uma força que amontoa ruínas em nome do futuro.

91 Na foz, a perda de força do rio, consequência da redução de seu fluxo, o tornou incapaz de conter o oceano, permitindo que a água salgada avançasse por seu leito, salinizando a terra e a vida – o mesmo processo que, como visto, determinou o desaparecimento da vila de Cabeço. Em outras palavras, enquanto o sertão "virava mar" pela força da engenharia, o mar original avançava sobre o rio para criar um novo sertão salinizado.

tir gás metano[92], um gás de efeito estufa mais potente que o carbono (Guedes, 2019). Hoje, paradoxalmente, a mesma *tempestade do progresso* (Benjamin, 2012) que um dia trouxe o "mar de águas" agora gera uma tempestade de calor. Seus relâmpagos não mais anunciam a chuva, mas o estalo da terra seca, inaugurando a "seca-relâmpago"[93] (Barbosa; Buriti, 2024) – um fenômeno que inverte o próprio significado da *tempestade* no sertão. E o *mar da engenharia*, assim, ameaça voltar a ser sertão.

O mar "virou sertão"

Há tempos palpável na paisagem sertaneja, o processo de desertificação recebeu a chancela da ciência com a identificação inédita de um clima árido no norte da Bahia (Inpe; Cemaden, 2023). A fratura é visível no território: ali, na região recém-classificada como árida, municípios como Curaçá, Chorrochó e Juazeiro viram sua superfície hídrica encolher até 59% entre 1990 e 2020 (MapBiomas, 2024).

A Bacia do Rio São Francisco, o veio hídrico desse sertão, agoniza. De um lado, a desertificação é acelerada pelo avanço das "secas-relâmpago" (*flash droughts*), pois seus picos de calor extremo desencadeiam uma evaporação de água tão rápida que já sentencia 55% da Bacia ao esgotamento hídrico (Barbosa; Buriti, 2024). De outro, a resposta humana à disseminação da aridez alimenta um ciclo vicioso próprio: para salvar a agricultura da seca, intensifica-se a extração das águas subterrâneas, o que acelera o colapso dos aquíferos e, em última análise, agrava a crise hídrica (Paredes-Trejo *et al.*, 2021). A pesquisa de Paredes-Trejo *et al.* (2021) quantifica essa tendência a longo prazo, demonstrando uma aridificação anual em 37% de toda a Bacia – percentual que salta para 59% durante a estação seca. Toda essa degradação prévia – causada pela crise climática e pela pressão no uso do solo – acarreta o esgotamento do próprio rio, que, em apenas 35 anos, perdeu mais de 30 mil hectares de sua superfície de água (Madeiro, 2021; Monteiro, 2021; Letras Ambientais, 2021).

92 O metano origina-se da decomposição anaeróbica (sem oxigênio) da vegetação que prolifera nas margens lodosas durante os períodos de baixa do reservatório. Quando o nível da água sobe, essa matéria orgânica fica submersa e se decompõe, liberando o gás. Guedes (2019, p.45) critica o fato de que os responsáveis pelos empreendimentos frequentemente ignoraram como a operacionalização das barragens – a exemplo do controle de vazão – alterou a dinâmica fluvial, prejudicando atividades como a pesca e a navegação, sem promover um uso mais equitativo da água.

93 Detalhada na Face 2, a 'seca-relâmpago' (*flash drought*) distingue-se das secas convencionais por sua velocidade de intensificação. Trata-se de um evento de início abrupto e evolução rápida — ocorrendo em questão de semanas, e não meses ou anos —, catalisado por ondas de calor extremo e altas taxas de evaporação que exaurem a umidade do solo de forma acelerada (Barbosa; Buriti, 2024).

O sertão que "virou mar", "virou sertão"

É sobre esse rio já exaurido que a "tempestade do progresso" continua a se abater, reeditando a Fratura Ambiental em novas obras faraônicas. A Transposição do Rio São Francisco surge como a derradeira promessa de levar o "mar" de água ao sertão, mas drena um rio que, fragilizado, ameaça espelhar a aridez que veio a combater. Aprovada em 2005 e iniciada em 2007, a obra é apresentada como a redenção para a seca histórica, prometendo abastecer cerca de 12 milhões[94] de pessoas até sua conclusão, anunciada para 2025. Para dar forma a essa nova utopia de engenharia, uma infraestrutura de grande vulto foi implantada no território: um complexo de nove estações de bombeamento e vinte e sete reservatórios – energizados por pequenas usinas hidrelétricas próprias – conduz sertão adentro a água captada do trecho do rio entre Sobradinho e Itaparica, através de dois grandes eixos (Norte e Leste) que somam 477 km.

A contradição é que a mesma engenharia que antes afogava a terra com seus *mares artificiais*, hoje recorre ao rio que ajudou a debilitar, tentando sugar a vida de um leito fluvial que já desfalece. O discurso oficial é o de curar a secura; a prática, entretanto, não apenas falha em oferecer a reparação, como aprofunda a mazela, ao tentar salvar um sertão à custa de sacrificar o outro – o sertão da própria região doadora. Essa espiral de sacrifício é agravada pela matriz destrutiva da obra, na medida em que a construção dos canais, ao remover grandes volumes de vegetação nativa, acelerou o processo de assoreamento do rio, contribuindo para o enfraquecimento ainda maior de sua vazão. Foi nesse cenário de um rio fustigado, em meio à seca mais severa do último século – particularmente entre 2012 e 2017 –, que a obra impôs uma fratura social sobre a ferida ambiental já aberta, opondo a euforia e esperança das populações receptoras à apreensão e sofrimento da região doadora, cujos moradores passaram a temer pelo colapso do rio ao verem seu nível baixar a cada dia com o bombeamento incessante.



/ Figura 46

94 O número oficial, segundo Domingues (2019), é de 11,6 milhões de pessoas, divididas entre o Eixo Leste (4, 5 milhões) e o Eixo Norte (7,1 milhões).

/ Figura 47: A Transposição do rio São Francisco entre os raios da "tempestade do progresso" e das secas-relâmpago.

Rio Jaguaribe

Rio Apodi

Rio Piranhas - Açu

Rio Salgado

Eixo Norte

Rio Paraíba

Eixo Leste

Rio Caraibas

Cobrobó

Floresta

Rio Moxotó

Captação

Eixo Norte: 260 km de extensão, 3 estações de bombeamento, 15 reservatórios, 8 aquedutos e 3 túneis

Eixo Leste: 217 km de extensão, 6 estações de bombeamento, 12 reservatórios

Rios receptores / Açudes

0 20 km 40 km 80 km

/ Figura 48: A tempestade tomando conta de tudo
Visualização raster do MDE da região.

Afinal, o conflito gerado pela Transposição não é um evento fortuito, mas a exposição da cisão inerente a todo grande projeto de desenvolvimento na região, que opõe a esperança inebriante de um futuro próspero à defesa de um modo de vida enraizado na simbiose com o rio. Por trás dessa disputa visível, porém, movem-se interesses menos aparentes: os das grandes empreiteiras que executam as obras, os dos conglomerados empresariais que exploram o território e, fundamentalmente, os de uma lógica de modernização compulsória imposta a povos e comunidades tradicionais (Marques; Wagner; Menezes, 2018). É a contínua atuação desses interesses inconfessos que garante que a *dupla fratura da modernidade* não seja apenas uma ferida do passado, mas uma chaga constantemente reaberta no tecido social e ambiental do Nordeste.



/ Figura 49: Canal da Transposição do Rio São Francisco: leito seco e tomado pela areia em lugar do fluxo hídrico projetado.

"Sertão: é dentro da gente" (Rosa, 2001, p. 300)

> O importante não é a casa onde moramos. Mas onde, em nós, a casa mora. (Couto, 2003, p. 36)

A Fratura Ambiental, portanto, nasce dos propósitos invioláveis do progresso e de sua incessante atuação *subterrânea*.

Sua exteriorização aguda – a chaga que se reabre – ocorre no momento em que a violência contra a paisagem biofísica reverbera na paisagem interna, aquela cultivada pela herança cultural e pela vivência das comunidades. É nessa interação que as duas fraturas da modernidade de Ferdinand, a ambiental e a colonial, se fundem: a demolição do território (a ambiental) e o apagamento de seu povo – cuja memória e modo de vida são hierarquizados como inferiores (a colonial)[95] – cristalizando-se, enfim, em uma coisa só. Tal fusão deflagra um ciclo de aniquilamento no qual a profecia, ao fim, se cumpre, e o sertão vira um mar imenso: primeiro de sangue, derramado pela guerra; depois, de água, rasgado pelas barragens. Hoje, entretanto, assiste-se à inversão do vaticínio, e esse mesmo mar da engenharia evapora e recua, pressagiando um sertão ainda mais seco e fraturado.

O cumprimento às avessas da profecia revela o abismo da dupla fratura, uma vez que a inundação decisiva, no fundo, não é a do "sertão de fora", mas, sobretudo, a do "sertão de dentro" – esse "sertão" que "acaba sendo toda a confusa e tumultuosa massa do mundo sensível, caos ilimitado de que só uma parte ínfima nos é dado conhecer" (Rónai, 2001, p. 17). É no afogamento deste último e na expropriação de seu porvir que se dissolve a própria noção de início e fim: sem a âncora da memória para dar-lhe sentido, e sem a promessa de um futuro para lhe dar direção, o que resta é apenas a repetição de um presente fraturado. Uma vez cindida a comunhão ancestral com o território, a paisagem é condenada a um *eterno retorno*[96] de se fazer e desfazer, no qual a promessa de abundância – erguida sobre uma lógica de extração ilimitada –, resulta invariavelmente em uma nova forma de esgotamento, e cada intervenção, na tentativa de estancar uma ferida, torna-se a lâmina que abre outra em seu lugar.

Para compreender as raízes deste conflito recorrente, em que a antiga profecia do "sertão virar mar" se cumpre e se anula em um ciclo de repetição, este capítulo se voltará para o evento fundador da fratura moderna no território – a era das grandes barragens. A análise irá justapor duas faces desse mesmo "cristal rachado" ambiental. A primeira, a "Face 1: O Sertão Ancestral", reconstrói a paisagem como um Cristal Perfeito, um regime de confluência no qual três "afluentes" se encontravam: o pulso do rio, a cultura de sobrevivência sertaneja e a ecologia ribeirinha. Em contraponto, a "Face 2: A Paisagem da Engenharia" revelará o Presente Fraturado, um regime de estagnação materializado em uma nova realidade hídrica: os "poços" que restaram onde antes havia fluxo; o pulso paralítico; o "mar" artificial do sertão; e a sua "ecologia invertida". Ao contrastar esses três afluentes de vida com os poços de morte, pretende-se, enfim, tornar discernível uma nova dimensão da Fratura Ambiental.

95 Em outras palavras, a fratura colonial opera sobre o povo: ao hierarquizar sua cultura e modo de vida como "inferiores", ela legitima o apagamento de sua memória e, por consequência, a violência contra seu território.

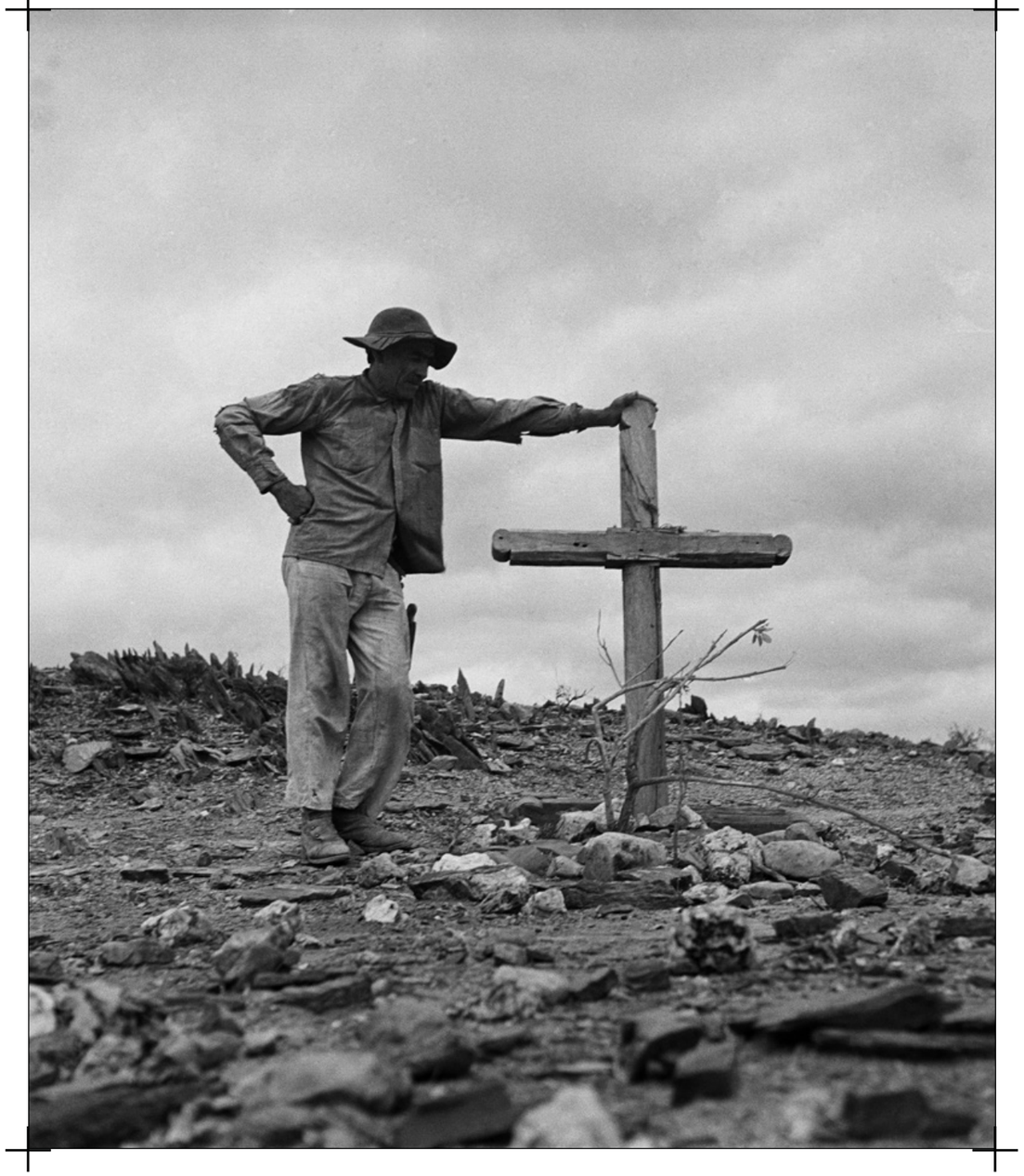
96 O conceito de "eterno retorno" em Nietzsche parte do pressuposto de que, com o tempo sendo infinito e a soma das forças do universo finita, toda combinação possível entre elas já ocorreu e está, portanto, fadada a se repetir eternamente. Essa concepção dissolve a linearidade do tempo, tornando fluidas as fronteiras entre passado, presente e futuro. Nas palavras do filósofo: "Tudo já aconteceu inumeráveis vezes no sentido em que a situação geral de todas as forças retorna (*Wiederkehrt*) sempre" (Nietzsche, 2001, p. 598).



/ Figura 50: João de Régis.

Face 1:
O sertão anscestral

/ Figura 51



-Desde que estou
retirando
só a morte vejo ativa,
só a morte deparei
e às vezes até festiva
só morte tem encontrado
quem pensava encontrar
vida
e o pouco que não foi
morte
foi de vida severina

[...]

Penso agora: mas por que
parar aqui eu não podia
e como o Capibaribe
interromper minha linha?
Ao menos até que as
águas
de uma próxima invernia
que leva direto ao mar
ao refazer sua rotina?

[...]

(será que a água destes
poços
é toda aqui consumida
pelas roças, pelos bichos
pelo sol com suas línguas?

(será que quando chegar
o rio da nova invernia
um resto da água do antigo
sobrará nos poços ainda?)
[...]

É difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;
mas, se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva;
e não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.

(Melo Neto, 1999, p. 176 – 202,
destaque da autora)

Um Rio sem História, uma História sem Rio

> O rio, malgrado seus mil rostos, recebe um destino único; sua fonte tem a responsabilidade e o mérito de todo curso. A força vem da fonte. A imaginação quase não leva em conta os afluentes. Ela quer que uma geografia seja a história de um rei. O senhor que vê passar a água evoca a origem lendária de um rio, sua fonte longínqua. Há um evemerismo potencial em todas as grandes forças da natureza. (Bachelard, 1997, p. 158).

Como adverte Bachelard, a imaginação tende a reduzir a geografia de "mil rostos" do rio à trajetória de uma única entidade, transformando seu curso na "história de um rei" – uma história *oficial*. O Rio São Francisco, todavia, desafia tal simplificação. Em seus 168 afluentes, em suas cheias e vazantes – que redesenham anualmente sua geografia, impondo-lhe identidades sazonais distintas – e em seus múltiplos ciclos históricos, desdobra-se uma miríade de nomes, na qual cada um designa uma faceta, uma época ou um povo: Opará![97], Rio-Mar[98], Rio São Francisco[99], Rio dos Currais, Rio Estrada, Rio Central[100], Rio do Sertão[101], Rio da Pátria, Rio Histórico, Rio Lendário, Rio Santo, Pará[102], Rio Moreno[103], Velho Chico, Rio de "Barbas Brancas"[104], Rio da Unidade Nacional (Souza, 2013).

Toda essa riqueza de identidades, por sua vez, contrapõe-se à fragilidade das fontes históricas que as documentam. Em raros momentos, encontram-se fragmentos minúsculos e marginais – afluentes em revés – escritos por homens que ousaram recontar a história "a contrapelo"[105] (Benjamin, 2011, p. 245). No caso do São Francisco, tal esforço começa ao se constatar a própria precariedade de suas fontes, um problema apontado na obra de Vicente Licínio Cardoso. Em *À margem da história do Brasil* (1933), o autor afirma que os documentos sobre o povoamento e penetração do Vale do São Francisco sempre foram limitados, restando "apenas depoimentos isolados, dados escassos ou detalhes insignificantes" (Cardoso, 1979, p. 10). Dessa carência emerge a conclusão fulminante do autor, registrada por Orlando Carvalho: o São Francisco é um "rio sem história" (Carvalho, 1937, p. 41). Mesmo os relatos preservados permanecem incertos, como demonstram as inexatidões apontadas por historiadores como Taunay (1926) e Ellis (1938); por isso, as reconstruções desse período seguem abertas a novos dados e interpretações.

Nesta dissertação, porém, o objetivo não é costurar uma crônica alternativa para um "rio sem história", mas, antes, investigar uma história que, no final, ficou sem rio. Para tanto, em vez de refazer o passado, a proposta é explorar a interação secular entre os ciclos do rio e os da história, para dali resgatar a *vida* que emanava de seu *fluxo contínuo*.

97 Denominação de origem indígena que remete à vastidão de suas águas, equiparadas às do oceano.

98 Conforme Sá (2005, p. 23), a alcunha provém das nações indígenas que se estabeleceram ao longo de suas margens.

99 A nomeação oficial remete à data em que sua foz foi descoberta pela expedição de Américo Vespúcio: 4 de outubro, dia consagrado a São Francisco de Assis.

100 Rocha (1940, p. 2).

101 Thèry (1980).

102 Burton (1977, p. 167).

103 Matos *et al*. (2011).

104 Silva (1982, p. 24).

105 "Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento da barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante. Por isso, o materialista histórico se desvia desse processo, na medida do possível. Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo". (Benjamin, 2011, p. 245).

/ Figura 52: Os "mil rostos" do São Francisco: a vasta rede de afluentes como reflexo geográfico de sua miríade de nomes e identidades históricas.



Afluente I: O pulso do Rio

> -Dize-me também se o rio te comunicou o misterioso fato de que o tempo não existe? [...]
> -Acho que te referes ao fato de que o rio se encontra ao mesmo tempo em toda parte, na fonte tanto como na foz, nas cataratas e na balsa, nos estreitos, no mar e na serra, em toda parte, ao mesmo tempo; de que para ele há apenas o presente, mas nenhuma sombra de passado nem de futuro. (Hesse, 2003, p. 90).

No rio não há começo nem fim, senão e tão somente fluxo – uma estrutura viva, multidimensional e inconstante. Ao desafiar a linearidade do tempo, ele encarna um limiar: um espaço intervalar onde coexistem fragmentos de tempos heterogêneos, no qual "os vestígios, os farrapos, os resíduos, de outros tempos aí sobrevivem" (Jacques; Velloso, 2023, p. 128).

No plano espacial, essa lógica se repete: por vezes demarcado como fronteira que separa, o rio revela-se, antes, como uma zona-entre: um meio de conexão que, ao vincular margens, comunidades, períodos e locais, origina as paisagens urbanas. É nesse limiar que a cidade encontra seu princípio, como afirmam Jacques e Velloso (2023, p. 128): "a cidade começaria em seus limiares, neles se reconciliam o tempo e o espaço".

Desde os primórdios da sedentarização humana, a presença dos rios teve papel fulcral na conexão do homem com a natureza (Viollet, 2004). Em suas margens, o livre acesso à água[106] favoreceu a ocupação humana que, paulatinamente, se consolidou em pequenas vilas, cidades e até mesmo impérios. Desse processo, emerge uma narrativa civilizatória inteiramente moldada pelas diferentes formas de apropriação e gestão das dinâmicas hídricas[107]. Inscrita na relação indissolúvel entre as cidades e as águas, essa evolução urbana se desdobra em ciclos históricos, espelhando as sucessivas fases de diálogo entre o homem e o meio. (Mello, 2008).

No caso da trajetória urbana do Brasil, "excluído o mar, caminho de todas as civilizações, o grande caminho da civilização brasileira é o rio São Francisco" (Silva, 1939, p. 67; Ribeiro, 1929). Consagrado como o principal agente de ocupação de suas margens, o caudaloso São Francisco foi alçado à condição de "rio da integração nacional" no século XX. Tal importância para a união do país, todavia, remonta aos primórdios da colônia, quando seu curso serviu de conector inicial entre os núcleos do Nordeste e do Sul, impedindo a fragmentação que marcou a América Espanhola. Por sua função de via interna, foi apelidado de "Mediterrâneo brasileiro" (Sampaio, 1905) e, por sua exclusividade territorial, de "o mais brasileiro dos rios" (Pierson, 1972a) – um gigante[108] que percorre mais de 2.800 quilômetros e banha 503 municípios.



/ Figura 53: A abrangência do "rio da integração nacional": delimitação da Bacia do São Francisco no território brasileiro e a malha dos 503 municípios em seu percurso. Escala: 1:37.000.000.

106 Tanto para o consumo e higiene, quanto para o desenvolvimento de atividades agrícolas, artesanais e, mais tarde, industriais e energéticas. O acesso à água também era um importante meio de comunicação e transporte, sendo assim um facilitador de práticas comerciais (Baptista; Cardoso, 2013).

107 Como exemplo de dinâmicas hídricas, podemos citar desde obras primárias do VI ao V milênio a.C. – como a construção de complexos sistemas de irrigação que espelharam os esforços iniciais do homem no sentido de controlar e sistematizar, de forma precisa, o acesso à água –, à criação de barragens, ao menos há 5.000 anos, de acordo com ruínas encontradas de reservatórios de água construídos com barreiras de terra, na Índia e Sri Lanka (antigo Ceilão) (Jansen, 1983); às relações precárias estabelecidas durante o século XVIII com a revolução industrial (e, até hoje) – onde os grandes rios foram transformados em fontes de abastecimento para as indústrias e, ao mesmo tempo, receptores de águas residuais altamente contaminadas (Reynoso *et al.*, 2010 *apud* Baptista; Cardoso, 2013, p. 132); ao manejo higienista do século XIX – a partir da construção de sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial com o objetivo de regular as enchentes e frear doenças de veiculação hídrica; entre tantos outros.

108 Dentro desse imenso corredor, a vastidão também fomentou por séculos um forte senso de isolamento e autossuficiência, a ponto de, como registrou o explorador Richard Burton em 1869, haver um plano para transformá-lo na vigésima província do Império.

À unidade orgânica do rio, porém, sobrepôs-se uma lógica de fragmentação. Embora o Velho Chico corra como um corpo único, sua escala monumental e sua diversidade topográfica serviram de pretexto para a imposição de uma fronteira administrativa sobre seu fluxo, repartindo-o em quatro trechos. Essa nomeação – Alto, Médio, Submédio e Baixo – encontrou sua coerência na própria geografia do rio, marcada, segundo Rego (1945, p. 24), por uma "ligeira variação de altitude" que lhe confere perfis distintos: o Alto São Francisco, uma torrente de corredeiras e cachoeiras que despenca de altitudes superiores a 1.200 metros da Serra da Canastra até Pirapora (MG); o Médio, longo percurso de Pirapora a Remanso (BA) onde o rio se alarga e se acalma correndo a cerca de 500 metros de altitude, de águas quase niveladas que, segundo viajantes, por vezes "parece mais um lago" (Saint-Hilaire, 1938b, p. 327); o Submédio, trecho da grande queda do planalto em Paulo Afonso (BA), onde as águas se precipitam de uma altura de aproximadamente 210 metros para o cânion; e o Baixo, o curso final até a foz no Oceano Atlântico. Assim, a diversidade natural foi instrumentalizada para legitimar uma categorização que, embora funcional, reflete uma visão estatal que transforma a bacia viva em um tabuleiro de zonas de intervenção estratégica, justificada em nome do "desenvolvimento regional".

Tal segmentação administrativa, entretanto, contradiz a vocação histórica do rio como um eixo unificador do país. Ele cumpriu esse propósito ao inverter o fluxo migratório e colonizador – um percurso em que as águas correm do interior para o litoral, do Sudeste ao Nordeste, costurando a nação de dentro para fora. Essa inversão, aliás, não se limitou ao fluxo humano; foi, sobretudo, ecológica. Chamado de "Nilo brasileiro" (Pierson, 1972a) por suas enchentes periódicas em uma região semiárida, o rio inverteu a dinâmica imanente do sertão, fazendo a vida também brotar de dentro para fora em terras que, sem seu fluxo, sucumbiriam à aridez. De sua nascente em São Roque de Minas (MG) ao seu encontro com o mar no Pontal do Peba (SE/AL), desenrolam-se 2.863 quilômetros de travessia, ladeados por municípios cuja existência está umbilicalmente ligada a esse fluxo vital.

Entretecida ao longo das margens, essa malha municipal deu forma mais tarde a um corredor civilizatório. O rio, que a princípio se mostrou um obstáculo à penetração europeia com suas cachoeiras a 300 quilômetros da foz (Pierson, 1972a), passou a ser ponto de convergência dos "olhares ambiciosos dos aventureiros", atraídos pelas promessas de riquezas "estonteantes" (Viana, 1935, p. 10).

/ Figura 54: Unidade orgânica versus segmentação administrativa: a divisão fisiográfica do Rio São Francisco em Alto, Médio, Submédio e Baixo.



Apesar da chegada de Vespúcio na foz do rio em 1501 tenha sido considerada o marco legal da conquista colonial[109], a exploração efetiva do sertão só ocorreria séculos mais tarde. Comissionadas por nações europeias, as expedições exploratórias que se seguiram – como as dos naturalistas Spix e Martius (1817), do botânico Saint-Hilaire (1816) e do explorador Richard Burton (1867) – concentravam-se quase exclusivamente no levantamento de recursos naturais de interesse econômico (Souza, 2013). Iniciava-se, assim, o primeiro ciclo de ocupação colonial do vale – um período que a historiografia tradicional classificou como "descobrimento", mas que a crítica contemporânea compreende como a apropriação inicial de suas margens.

A visão do rio reduzido a um alvo para a exploração estrangeira, no entanto, ofusca a presença humana que o moldou por milênios. Muito antes de ser um "caminho" para o colonizador, o vale já era um território consolidado, cuja ocupação estava enraizada nos inúmeros povos indígenas distribuídos de sua nascente à foz. A história do povoamento do São Francisco não começa, portanto, com as caravelas, mas em um passado milenar, de origens em grande parte imemoriais.

109 A data oficial da invasão do Rio São Francisco é 4 de outubro de 1501 (Hohenthal Junior, 1960, p. 37) evento tradicionalmente atribuído à expedição de Américo Vespúcio, que o teria nomeado em homenagem ao santo do dia a partir do relato de que "avistou, entre dunas escuras e as canafístulas, um grande rio que os índios chamavam de 'Oparapitinga'" (Barreto, 1992, p.48). Essa versão, no entanto, é contestada pelo historiador Tomás Espindola (2001), para quem o verdadeiro desbravamento das margens foi iniciado pelo Donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, em 1535, já no século XVI.



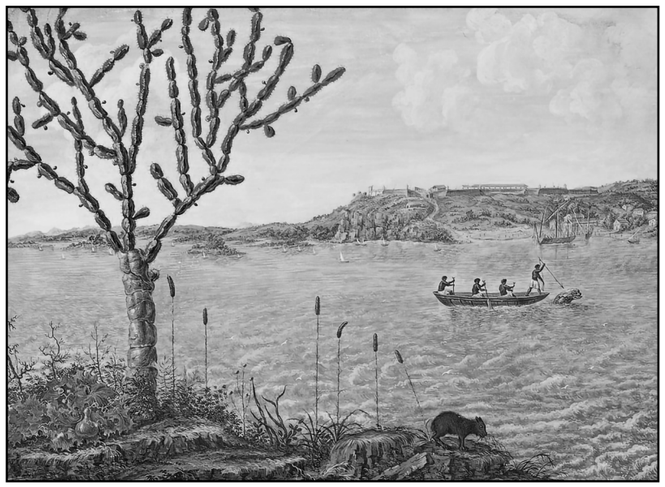
/ Figura 55: Vestígios de um passado imemorial: pinturas rupestres em sítio arqueológico na Bacia do São Francisco que atestam a presença dos primeiros moradores do sertão muito antes da chegada colonial.

O primeiro ciclo

As raízes milenares desse passado são indiciadas por vestígios arqueológicos espalhados pela bacia. Registros pioneiros – como a "série de desenhos primitivos" em serras na Bahia (Spix e Martius, 1938, p. 276); as inscrições rupestres em Piranhas (Sampaio, 1905, p. 19); os extensos painéis pintados em Campo Formoso (Ott, 1945, p. 11-40, p. 60-62); e o material encontrado nas margens do Baixo São Francisco e em serras de Pernambuco, como a da Cacaria, nomeada pelo "grande número de cacos cerâmicos" em suas encostas (Hohenthal Junior, 1954, p. 110) – sugeriam inicialmente uma ocupação esparsa. Descobertas recentes, porém, alteraram essa percepção – estudos sistemáticos decorrentes dos levantamentos ambientais para a construção da Usina de Xingó (1988) desvelaram uma das mais densas concentrações de bens arqueológicos do país, com mais de 500 sítios apenas na tríplice fronteira entre Alagoas, Sergipe e Bahia. Nesses locais, foram encontrados vestígios de uma ocupação humana que remonta a aproximadamente 8.950 anos, como atestam os achados no Sítio do Justino, em Sergipe[110] (Iphan, 2022). Apesar da abundância de material arqueológico – incluindo milhares de fragmentos cerâmicos que comprovam o domínio ancestral da agricultura (Iphan, 2022) – a reconstrução completa dessa história permanece um desafio, dificultada tanto pelo caráter seminômade dos grupos quanto pela fragmentariedade dos registros coloniais.

A dimensão desse impasse torna-se ainda mais palpável diante da imensa diversidade de povos que habitavam a região. Sabe-se que eles se concentravam principalmente nas margens do rio e de seus afluentes, dada a necessidade de água e do farto suprimento de peixes em uma região marcada pela semiaridez (Pierson, 1972a). Embora o registro de dezenas de etnias indígenas[111], por pesquisadores como Nimuendaju (*apud* Steward, 1946, p. 382), Hohenthal Junior (1960) e Pierson (1972a), confirme a presença de grupos dos troncos Tupi e Gê (Hohenthal Junior, 1954), a reconstrução desse cenário é limitada. Conforme assinalou Hohenthal Junior (1954), os pedaços e fragmentos de informação que restaram dificultam um mapeamento preciso. Tais registros oferecem, portanto, apenas um pálido reflexo da vasta constelação de etnias que ali existia.

Foi sobre esse mosaico de populações que se abateu o processo de colonização, um contato violento entre os povos originários, os invasores europeus e os africanos, trazidos como escravos. As incursões iniciais – ocorridas principalmente nos séculos XVI e XVII –, movidas pela cobiça por minerais preciosos[112] e pela captura de indígenas para o trabalho escravo (Pierson, 1972a), foram mediadas pela violência generalizada. Agindo por iniciativa particular ou a serviço da Coroa, as expedições de bandeirantes e sertanistas partiram de três centros principais – Salvador, Olinda-Recife e, mais ao sul, São Paulo. A essa frente extrativista, que visava os corpos para a escravidão, somou-se a missionária, que disputava as almas para a catequese. Protagonizada pelos jesuítas, especialmente a partir do final do século XVI e ao longo do século XVII, essa outra forma de conquista estabeleceu aldeamentos ao longo do vale, oferecendo uma alternativa à morte ou à escravidão, mas impondo, em contrapartida, a desestruturação da cultura e do modo de vida dos povos originários. O método das incursões laicas, contudo, consistia em dizimar, expulsar e escravizar os povos das margens, a fim de "limpar", na ótica do colonizador, o território para a exploração econômica que estruturaria a região em seu segundo ciclo de ocupação.

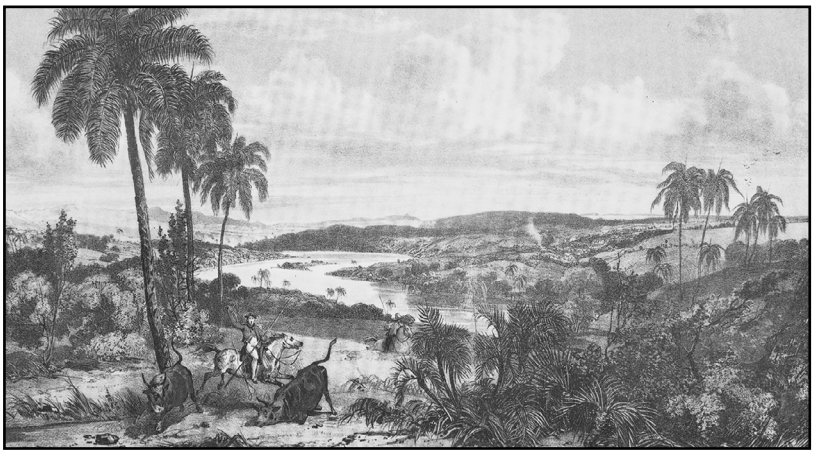


/Figura 56: A paisagem colonial em disputa: indígenas em canoa no Rio São Francisco, tendo ao fundo o Forte Maurício (atual Penedo-AL), símbolo da ocupação militar europeia.

110 A boa preservação de muitos desses achados é favorecida pelo clima semiárido, cuja escassez de umidade retarda a deterioração dos vestígios (Iphan, 2022).

111 Entre os inúmeros povos mencionados na bacia do São Francisco, destacam-se: Abaeté (no afluente Abaeté, séc. XVII); Aconã (Alagoas, 1746); Acroá (no alto do afluente Corrente, séc. XVIII); Amoipira (na região de Barra, 1587); Anaió (próximo ao rio Salitre, 1647); Ansu (em Pernambuco); Aramuru (margem direita do Submédio, 1759); Aricobé (próximo ao Rio Grande, 1744); Avi (entre os rios Moxotó e Pajeú); Boime (litoral de Sergipe, 1759); Caeté (na foz, margem esquerda); Cajaú (no Baixo São Francisco); Candindé (no Alto São Francisco); Carapó (sertões de Minas Gerais e Bahia); Carapotó (no afluente Ipanema, 1746); Cariri (e suas variações, como Kiriri, migraram para diversas áreas do vale); Cataguá (próximo ao rio das Velhas, 1553); Catolé (no afluente Verde); Caxago (próximo à foz, margem direita, 1759); Chocó (também Shocó, em várias localidades de Alagoas e Sergipe); Crixá (nos vales do Paracatu e Urucuia); Cururu(no afluente Carinhanha); Dzubucua-Cariri (no extremo norte do rio, 1746); Fuiniô (no afluente Ipanema, 1746); Garanhum (em Pernambuco); Goianá (no vale do Rio das Velhas, séc. XVII); Guaíba (ilha no Médio São Francisco); Huanoi (no baixo Ipanema, 1746); Iremembé (no afluente Paraopeba); Maquaru (no Baixo São Francisco); Massacara(próximo ao rio Salitre, 1818); Moriquito (em Alagoas); Natu (em Alagoas, 1746); Ocren (no afluente Salitre, 1739); Ouesque (no afluente Pajeú, 1749); Pancaruru (também Pancararu, em Pernambuco e Bahia); Pimenteira (em Pernambuco); Pipipa (entre os rios Pajeú e Moxotó, 1802); Ponta (próximo a Juazeiro e Cabrobó); Poriá (em Pernambuco); Prakió (em Porto Real do Colégio); Prarto (em Alagoas, 1746); Rodela (na margem baiana, séc. XVIII); Romari (na margem direita, em Sergipe); Sacragrinha (no afluente Salitre, 1739); Shacriabá (entre os rios Paracatu e Urucuia, séc. XVIII); Tacaruba (em ilha do rio, 1696); Tamaguiú (na Ilha de Pombal); Tamanquim (na margem pernambucana, 1746); Tamoio (próximo ao rio das Velhas, 1553); Tobajara (no afluente Paramirim, 1594); Truma (na margem direita, em Sergipe, 1759); Tupi (e suas variações como Tupiná e Tupinambá, presentes em diversas partes do vale, da foz ao limite com Minas); Tuxá (também Tushá, em ilhas do Submédio, 1789); Uma (entre os rios Pajeú e Moxotó, 1801); Vouvé (entre os rios Pajeú e Moxotó, 1801) (Pierson, 1972a, p. 228-234).

112 A busca por metais preciosos foi movida pelo deslumbramento europeu com as riquezas espanholas; nomes como "Peru e Potosi" eram constantemente mencionados entre os aventureiros (Magalhães, 1935, p. 21; Taunay, 1929, p. 127). Essa ganância foi ainda mais intensificada, especialmente entre os paulistas, por descobertas locais de ouro e prata no final do século XVI em regiões como Jaraguá e Biraçoiaba. A febre por riquezas se estendia à esperança de encontrar pedras preciosas e era alimentada por mitos como o da "Lagoa Dourada", lendária fonte de tesouros que muitos acreditavam ser a nascente do Rio São Francisco (Taunay, 1929, p. 132). Além da iniciativa privada, a exploração foi uma política de Estado: a Coroa Portuguesa ordenou expedições ao sertão desde 1540 (Sousa, [s.d.]), o que resultou, por exemplo, na entrada de Francisco Bruza de Spinoza em 1554, organizada pelo governador Tomé de Sousa. O patrocínio real se consolidou em 1584, quando o rei Dom Felipe nomeou Gabriel Soares de Sousa "Governador da Conquista e Descobrimento do Rio São Francisco", concedendo-lhe amplos recursos e autoridade para a exploração (Pierson, 1972a).



/ Figura 57: Ilustração evocativa do "Caminho dos Currais" como rota de penetração colonial e eixo de integração.

O segundo ciclo

A pecuária deu forma ao segundo ciclo econômico do vale do São Francisco, fazendo do rio o corredor por onde a ocupação colonial que se expandia em direção ao interior. O sucesso dessa empreitada, segundo Capistrano de Abreu (1930, p. 81), devia-se à sua baixa demanda por mão de obra, à sua adaptabilidade a terras impróprias para a cana-de-açúcar e, sobretudo, ao fato de ser uma riqueza que se locomovia sozinha até o mercado. Atraído por essas vantagens, o homem branco, nas palavras de Wilson Lins (1983, p. 21), saiu "plantando currais pelo ermo adentro", sobrepondo com "boiadas as tribos que se encontravam no seu caminho". Essa expansão estava intrinsecamente ligada à violência, pois, conforme Rocha (1940, p. 2), foi no contexto das "correrias contra os selvagens" que o colonizador vislumbrou o potencial da terra para a pecuária. Como consequência, a população indígena originária foi sistematicamente subjugada e removida de seus territórios.

A interiorização da pecuária pelo sertão, iniciada no final do século XVI, operou em contraponto à economia açucareira do litoral, aproveitando terras com pastagens naturais (Rocha, 1940). Esse avanço foi capitaneado por grandes sesmeiros, como Garcia D'Ávila e Guedes de Brito, que disseminaram o gado ao longo do vale do São Francisco e seus afluentes. Começava, então, o ciclo do gado – ou, na terminologia de Capistrano de Abreu (1930), o "ciclo do couro" – período em que a pecuária se tornou tão central que o próprio rio foi rebatizado como "Rio dos Currais". A navegação pelo São Francisco tornou-se, nesse contexto, a grande via fluvial que

complementava as "estradas de bois" em terra, permitindo o transporte de couro, charque e sal, enquanto o gado vivo era conduzido por terra em longas comitivas.

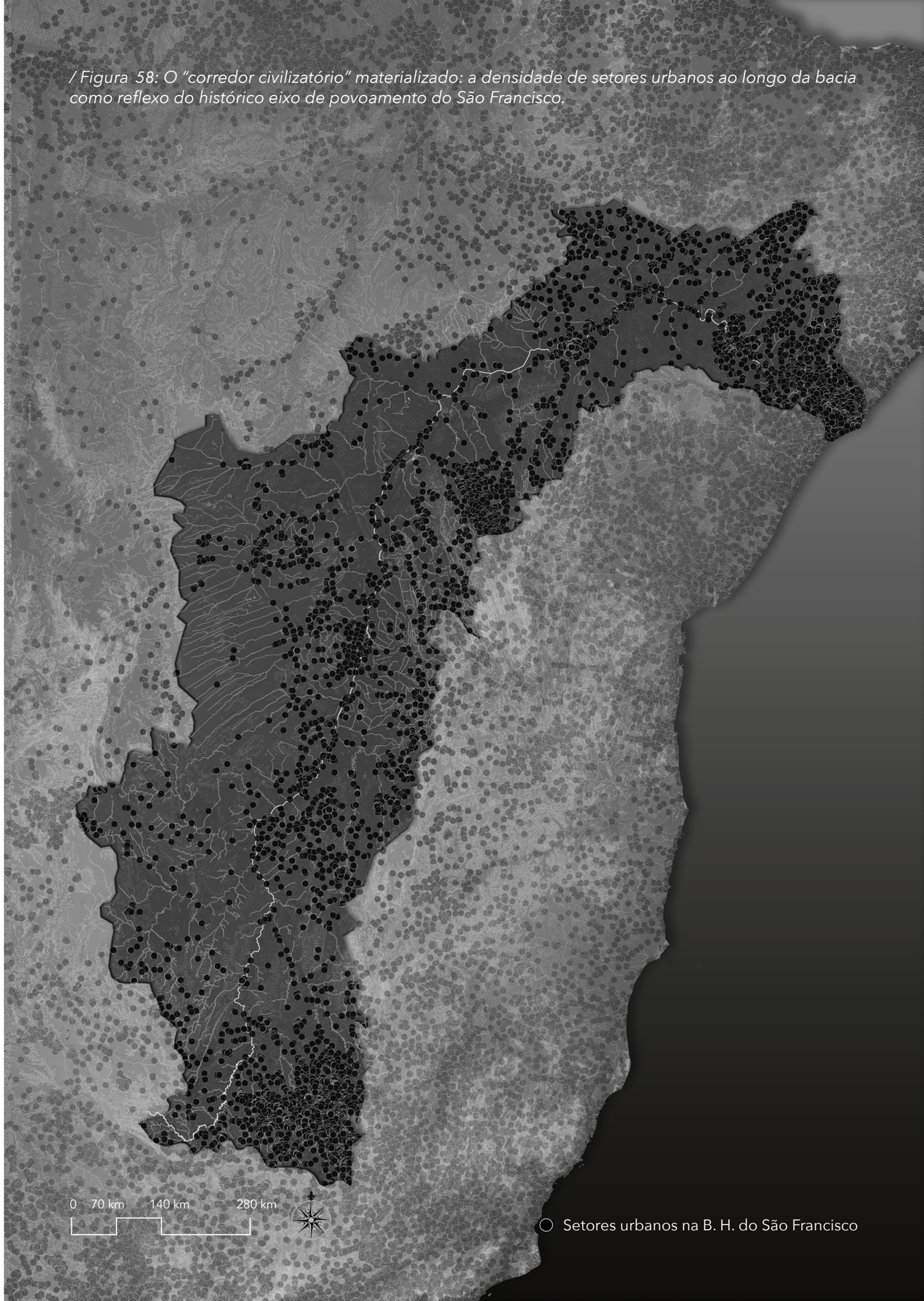
Por esse eixo logístico circularam os principais agentes da colônia: bandeirantes como Domingos Jorge Velho desciam o rio (Taunay, 1948, p. 351); expedições de ouro subiam em direção ao interior, sustentadas pela carne do sertão; e os criadores de gado, em seu vaivém, povoavam o vale – os baianos e pernambucanos vindos da foz, e os paulistas descendo das cabeceiras. O movimento de homens e mercadorias foi tamanho que, já no final do século XVII, um viajante podia ir de Salvador a Minas sem jamais dormir ao relento, pernoitando nos ranchos dos "numerosos e hospitaleiros" vaqueiros (Proença, 1944, p. 45). Foram esses pousos, feiras e portos que, ao florescerem, deram origem à cadeia de freguesias, vilas e cidades ribeirinhas[113] que definem o leito do rio, em uma correnteza que não carregava somente água, mas o fluxo incessante de uma história em disputa, cujo fragor ecoava de margem à margem.

Ao final do século XVII, com o início do ciclo do ouro, a economia do vale do São Francisco assumiu uma nova centralidade, firmando-se como principal fornecedora de alimentos e animais para as áreas mineradoras. Foi a descoberta de ouro no alto do Rio das Velhas, por volta de 1670, que desencadeou essa transformação, propiciando um fluxo migratório de garimpeiros, africanos escravizados e colonos que adensou a miscigenação na região. Entretanto, percebendo o vale como uma rota de fácil escoamento e difícil tributação, a Coroa Portuguesa proibiu o comércio pelo São Francisco em 1701 (Thèry, 1980, p. 1012). A medida, todavia, previa uma única exceção – o comércio de gado, que se tornou vital para o abastecimento das minas ao sul.

Embora decretada para coibir o contrabando de ouro pelo rio, a proibição acabou por fortalecer a pecuária, principal matriz econômica do vale. Ao restringir o transporte em larga escala ao gado, a Coroa, sem o prever, concedeu um monopólio aos pecuaristas da região. Essa nova configuração comercial, então, desviou o curso das rotas tradicionais, e os rebanhos que seguiam para o litoral norte passaram então a rumar para o sul. Conforme aponta Thèry (1980, p. 1012), a abertura desse "segundo mercado para a carne e o couro" não apenas "reforçou a sua prosperidade e a especialização da região", mas também estimulou uma nova fase de expansão dos rebanhos e do povoamento.

113 A cadeia de povoados e cidades que se consolidou às margens do São Francisco narra a própria história de ocupação do vale. A jornada urbana começa em Minas Gerais, com a nascente histórica em São Roque de Minas, passando por Vargem Bonita e Três Marias, até o rio se tornar a grande via de navegação em Pirapora e sua cidade-gêmea, Buritizeiro. O percurso mineiro continua por uma sucessão de portos históricos fundamentais, como São Francisco, Januária, Itacarambi e Manga. Ao adentrar a Bahia, o rio serve de marco a Carinhanha e Malhada, torna-se centro de fé em Bom Jesus da Lapa e define entrepostos comerciais como Ibotirama, o porto de Barra e a histórica Xique-Xique. A partir daí, a navegação segue por um rosário de cidades e municípios ribeirinhos que seriam centrais na história do vale, incluindo Pilão Arcado e Sento-Sé, antes de chegar às vastas terras de Remanso e Casa Nova. O percurso no estado culmina no importante polo de Juazeiro e na região de Paulo Afonso. Na margem oposta, em Pernambuco, floresce Petrolina, formando com Juazeiro a principal conurbação do sertão. O rio continua seu curso banhando Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Belém do São Francisco, Itacuruba e a vizinha Rodelas (BA), chegando por fim a Petrolândia. Em seu trecho final, já como divisa entre Alagoas e Sergipe, o rio passa pelas históricas Piranhas (AL) e Canindé de São Francisco (SE), e por uma sequência de cidades portuárias e tradicionais como Pão de Açúcar (AL), Porto da Folha (SE), Traipu (AL), o importante porto de Propriá (SE) e a histórica Penedo (AL). Seu curso finaliza entre Neópolis (SE) e as cidades de sua foz, Piaçabuçu (AL) e Brejo Grande (SE) (Souza, 2013).

/ Figura 58: O "corredor civilizatório" materializado: a densidade de setores urbanos ao longo da bacia como reflexo do histórico eixo de povoamento do São Francisco.



O terceiro ciclo

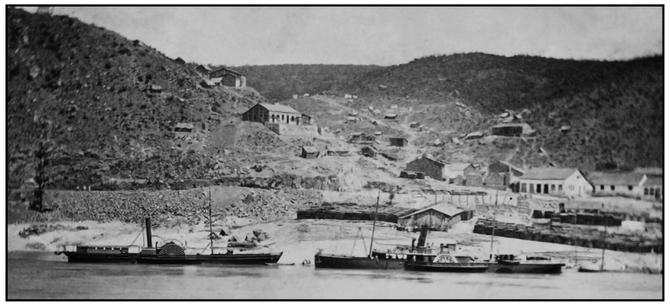
À medida que as vilas cresciam e o comércio se desenvolvia com a força da pecuária, a necessidade de transporte transformou o São Francisco em caminho para o comércio e fiador de uma nova riqueza, dando início ao terceiro ciclo econômico do vale: o da navegação. A introdução das barcas de origem europeia no século XVIII – mais rápidas e seguras que as canoas ou "ajoujos"[114] de uso tradicional – incrementou o comércio e o fluxo de pessoas entre os povoados (Neves, 1998). Segundo Lins (1983, p. 88), essas embarcações eram verdadeiras casas comerciais flutuantes, e seus barqueiros, comerciantes ambulantes que vendiam suas mercadorias "de vila em vila, de fazenda em fazenda".

Mas o rio estava prestes a conhecer uma nova soberania: a do vapor. No final do século XIX, os vapores, com sua silhueta fumegante, romperam a paisagem e passaram a reger o novo pulso da vida ribeirinha. Financiados pelo Estado e pela iniciativa privada – como a Companhia Viação Central do Brasil, de 1889 –, essas embarcações se instalaram como os novos árbitros do tempo e do comércio no São Francisco. A chegada de um vapor era um ritual que suspendia a rotina e convocava a população ao cais, transformando-o no epicentro para os grandes e pequenos dramas da vida: o comércio de lenha, fumo e sal, a ansiedade por uma carta, a promessa de um encontro amoroso e a catarse das festas embaladas por música e dança (Machado, 2002). O entusiasmo coletivo, descrito por Machado (2002, p. 266) como um "contentamento geral [...]" ganha dimensão sonora e afetiva no relato de Bernadete Caxias, moradora da antiga e da nova Casa Nova, que recorda o som que anunciava o evento[115].

> Minha gente! Os vapores começavam a apitar lá de longe, que ia para Pirapora. Aí, lá vinha então o vapor, a gente conhecia até o apito do vapor. Barão de Cotegipe, não sei o quê, a gente sabia (Bernadete Caxias, 2024, depoimento).

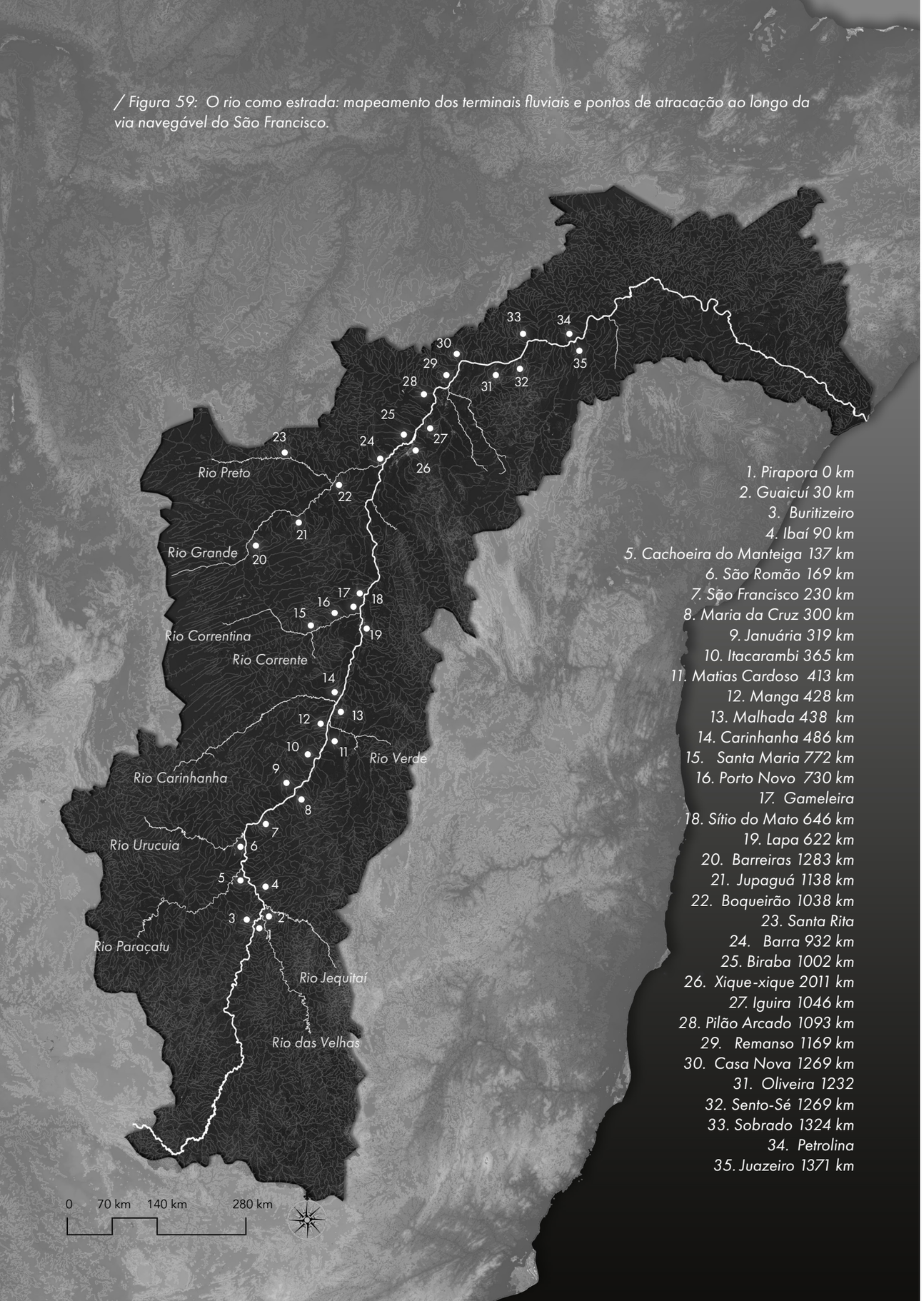
114 Embarcações tradicionais dos povos originários, que detinham a primazia da navegação no rio. As canoas eram escavadas em um único tronco, enquanto os "ajoujos" consistiam na junção de múltiplas canoas, formando uma espécie de jangada para travessias de maior porte (Lins, 1983).

115 Depoimento concedido por Bernadete Caxias à autora. Casa Nova (BA), 12 jul. 2024.



/Figura 60: A "soberania do vapor": navios percorrem o São Francisco em 1870, ilustrando a nova dinâmica comercial e social descrita nos relatos ribeirinhos.

/ Figura 59: O rio como estrada: mapeamento dos terminais fluviais e pontos de atracação ao longo da via navegável do São Francisco.



Além de reconfigurar a rotina social dos cais, os vapores, como conduto principal, redefiniram as noções de distância e conectaram o sertão às capitais. O depoimento de Marcílio Braga, morador da antiga Remanso, dimensiona a extensão dessa jornada – especialmente para os estudantes da região – e nomeia as embarcações que faziam parte da memória local[116]:

> [...] tinha vários vapores que passavam. Então, tinha época. Era em três em três meses passava um, um vapor. Tinha o Benjamim Guimarães, o Barão de Cotegipe e o Venceslau. Eram os três melhores vapor da época. Então, muito estudantes de Remanso, que estudavam fora, pegavam o vapor até Juazeiro. Juazeiro pegava o trem para Salvador, para estudar nos colégios interno. Porque naquela época ninguém estudava em colégio, assim, para viajar de vapor, era o quê? Quatro, cinco dias viajando para Juazeiro. Juazeiro pegava um trem, viajava mais três dias para Salvador (Marcílio Braga, 2024, depoimento).

A hegemonia fluvial do São Francisco, no entanto, começou a ser erodida pela concorrência terrestre. Esse processo iniciou-se com a malha ferroviária, que abriu rotas alternativas ao rio com linhas como Juazeiro-Salvador (1896) e a conexão de Pirapora ao Sudeste (início do século XX) (Neves, 2004). Tal supremacia, contudo, seria definitivamente comprometida pela ascensão do modal rodoviário. Se órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) promoviam a construção de estradas desde os anos 1930, foi na década de 1950 que a integração à malha nacional – com rodovias como a BR-116 – rompeu, definitivamente, o monopólio logístico do rio.

Em contrapartida, com o declínio da hidrovia comercial, o Estado prenunciava uma nova era de intervenção no vale que, a partir dos anos 1950, seria possibilitada com a fundação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Embora o Estado tenha criado a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave) em 1963, foi uma medida tardia, pois a era dos grandes vapores privados já se encerrara. O fim do ciclo da navegação, entretanto, não significou o abandono do rio, mas a reorientação de seu propósito em uma escala sem precedentes. Iniciava-se, após a Segunda Guerra Mundial, o ciclo aqui denominado rio "acorrentado"[117].

116 Depoimento concedido por Marcílio Braga à autora. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

117 Esse novo ciclo – que inaugura a próxima "Face" da análise, "A Paisagem da Engenharia" inserida nesse capítulo da Fratura Ambiental – representa o modelo de desenvolvimento baseado no planejamento governamental para a produção de energia e a agricultura irrigada, visando à industrialização e à transformação definitiva da paisagem regional.

Sob o ruído de séculos de ocupação, a presença humana apenas repousa sobre a cadência ancestral de uma força mais primeva: o regime natural do rio. Ao longo desse curso, a interação entre os ciclos de ocupação e os ciclos hídricos demonstrou ser ambivalente. De um lado, práticas de conflito, como a supressão as matas ciliares para expansão pecuária, que acelerava o progressivo assoreamento do leito; a contaminação das águas pelo mercúrio da mineração; e o despejo de dejetos urbanos. De outro, uma relação de simbiose, descrita como mais de prazer do que de temor" (Pierson, 1972a, p. 51), em que o pulso das águas modulava o próprio ritmo da existência.

O ciclo das cheias e vazantes

Rompendo com a noção de um fluxo constante e homogêneo, o regime hidrológico natural do São Francisco seguia uma cadência sazonal, um pulso que atuava como a força propulsora de toda a bacia, cuja oscilação se dividia em dois grandes movimentos anuais: a expansão das cheias e a retração das vazantes. Juntos, esses pulsos não apenas regulavam o nível das águas, mas também conduziam os ciclos da vida em suas margens. Tal comportamento hídrico era um espelho do regime climático da bacia, o qual, embora regido por uma alternância nítida entre as estações úmidas e secas, era também modulado por gradientes de altitude, que talhavam microclimas distintos – desde condições quase equatoriais em seu baixo curso até características análogas às de zonas temperadas em suas nascentes. Nos trechos Médio e Submédio, por sua vez, essa heterogeneidade se acentuava – ali, prevalecia uma condição semiárida, historicamente castigada por secas periódicas, frequentemente prolongadas (Pierson, 1972a). Dessa dualidade entre a estiagem e o pulso das águas, portanto, nascia a paisagem social e ecológica da região.

A fase de expansão do rio – ápice de sua sazonalidade – irrompia em dezembro, quando as chuvas nas cabeceiras inchavam o São Francisco. Esse pulso se manifestava em diferentes intensidades – enquanto as cheias médias e pequenas se desdobravam em picos de vazão que mantinham a paisagem em constante renovação, as enchentes extremas, mais raras, vinham como uma onda avassaladora (Luz; Guimarães; Genz; Borges, 2014). A memória coletiva do século XX foi atravessada por eventos dessa envergadura, como as cheias históricas de 1919, 1926, 1949 e 1960 (Pierson, 1972a, p. 51). Relatos descrevem um poder arrebatador, com as águas cobrindo as margens com

até três metros de altura (Pierson 1972a; Oliveira, 2005) e estendendo o leito por até 10 quilômetros de largura (Pereira, 1946, p. 462).

A força caudal ditava uma fuga recorrente, e o viajante Gardner (1838, p. 114) registrou os habitantes se refugiando em canoas, de onde viam suas casas com "apenas o telhado aparecendo acima da água", enquanto as barrancas eram "atacadas por um contínuo processo de solapamento". A urgência da retirada era amplificada pela geografia do vale, cuja topografia local – conforme detalhado pelos naturalistas Spix e Martius – era um fator determinante na escala do cataclismo:

> A pequena elevação da margem, em muitas regiões, é o motivo da enorme largura que o rio toma em diversos pontos, inundando tudo em quatro a cinco léguas de extensão. Em outros sítios, êle escorre em *sangradouros,* por entre os montes calcários, pelas terras a dentro, formando inúmeras ilhas [...] A rapidez com que o rio cresce, obriga-os muitas vêzes a abandonar as casas, durante a noite, e fugir […]. [sic] (Spix; Martius, 1981, p. 97-98).

Habitar uma terra que vive sob o arbítrio do rio é conviver com um sentimento dual de pertencimento e perda, ecoado na fala de Dona Deletina – moradora da Ilha das Pimentas, nas proximidades do município de Pirapora (MG): "É muito triste você chega aqui e vê tudo cheio d'água, você tem tudo e não tem nada. A gente mora no lugar do rio" (Souza, 2011, p. 109-110). A angústia perante as águas era, no entanto, suplantada pela esperança de uma colheita promissora, pois os ribeirinhos reconheciam na violência da cheia um ciclo de renovação necessário para "lavar a terra" (Souza, 2013, p. 46). O ciclo se completava com a chegada da vazante, que trazia a fartura a partir de junho. Em um longo e gradual movimento de contração, o rio se recolhia ao seu leito principal e, ao recuar, presenteava as margens e ilhas com o "lameiro": uma rica cobertura de matéria orgânica que sustentava não só a agricultura de vazante – a "lavoura dos lameiros" (Pierson, 1972a, p. 51) –, mas também uma pesca mais produtiva, ao favorecer a reprodução dos peixes nas lagoas marginais. Mais que anunciar a morte, a vazante inaugurava outro modo de vida, em que o estresse da seca adensava as águas e o ressecamento das margens fazia germinar a vegetação que nutriria o ciclo por vir. A profusão de ilhas fluviais, em particular, tornava-se oásis de fertilidade, alimentando a produção agrícola mesmo em pleno semiárido, como documentou o engenheiro alemão Halfeld (1860), que contabilizou 331 delas entre Carinhanha

e o rio Xingó – um trecho que se estende pelo médio e submédio São Francisco, do interior da Bahia até o Xingó.

Viver nas margens do São Francisco era, no fundo, participar de uma coreografia ditada pelo pulso do rio, que alternava os passos da fuga e do retorno, da perda e da fartura, moldando uma existência inerentemente nômade. O testemunho de Dona Eva, moradora de Pilão Arcado, personifica essa vida em constante movimento[118]:

> Quando era época da enchente, tinha os barranco, acho que vocês viram lá os barrancos né? Tinha os barranco quando a gente pescava. Pescava o mandi, pra gente sobreviver, pra gente comer, né? Pescava e era assim: na época da cheia, a gente vinha para a cidade, a gente ficava... O morro ficava... A cidade ficava ilhada, então a gente vinha para a cidade. Na época da seca, a gente ia pras ilhas, não é? Era a época do plantio. Época que a gente colhia, né, época que a gente estava, então... Essa época agora, julho, a gente estava lá, até outubro. Quando chegava outubro, aí começava a chuva, aí a gente vinha para a cidade. Então a gente plantava na seca, para comer no inverno, né. O que a gente tinha plantado durante a seca lá na ilha, a gente trazia na época do inverno para comer (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento).

118 Depoimento concedido por Dona Eva Maria de Jesus à autora. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

Sobre o ciclo perene das águas – de cheias e vazantes –, portanto, a história impôs seus próprios tempos – indígena, pecuarista, navegador – e seus múltiplos atores. Como sintetizou Euclides da Cunha (2011, p. 108), o São Francisco "foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira; no curso inferior, o teatro das missões; e, na região média, a terra clássica do regime pastoril [...] Bateram-lhe por igual as margens o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro". A síntese de Euclides, no entanto, captura o palco e seus personagens, mas oculta a natureza violenta de suas interações. O fim de um ciclo, nessa dinâmica, dificilmente era uma evolução natural; consistia, invariavelmente, em um movimento de apagamento e reescrita que impunha as bases para o ciclo seguinte. A implantação do ciclo da pecuária, por exemplo, não nasceu de uma transformação do modo de vida indígena; ao contrário, exigiu sua anulação, subjugação e, quiçá, o extermínio – um gesto de força que viabilizou a apropriação do território para os currais. Ainda que possa parecer uma evolução natural, a passagem para o ciclo da navegação impôs uma nova ruptura que dissolveu o isolamento secular do sertão. A transferência de poder da terra dos fazendeiros para a água dos comerciantes e vapores deflagrou uma nova ordem: o "Rio dos Currais" foi convertido no "Rio Estrada"

e, com ele, um universo autossuficiente foi reduzido a um corredor de escoamento que não servia à pecuária, mas a subordinava aos interesses de um capital litorâneo que lhe era indiferente. Cada ciclo, portanto, reescrevia a história do rio contra a sua própria corrente, erguendo seu domínio sobre os escombros e as oportunidades criadas pelo que o antecedeu.

É esse incessante *devir* que será rompido. Com o silenciamento do *discurso-rio* emanado pelo pulso fluvial, o fluxo responsável por novos começos é estancado, e a paisagem é fadada a reencenar, *em surdina*, seu próprio estado de fratura. Talvez seja essa, então, a "luta surda" a que se referia Euclides da Cunha (2011, p. 68): a de uma paisagem que, mesmo "entorpecida sempre pelos agentes adversos", permanece "tenaz, incoercível" transmutando-se não mais em direção a um novo ciclo, mas na repetição contínua de sua própria ferida – a de um rio que, antes, virava mar para depois voltar a ser rio, e que, agora, afogado em um mar de concreto, transbordou sem jamais poder retornar.



/ Figura 61: Afogado em um mar de concreto": o horizonte estático do Lago de Sobradinho, onde o devir do rio foi transmutado em represa.

Afluente II: O sertão e a sobrevivência sertaneja

> O traço mais marcante da carta ou fisionomia do Nordeste é o sofrimento. E não apenas o sofrimento do homem, mas também o sofrimento da terra. (Castro, 1967, p.38).

No Nordeste, a aridez que talha o chão é a mesma que sulca a alma de sua gente. Irmanados em um martírio secular, homem e terra tornam-se vítimas de um mesmo conluio entre a inclemência do clima e o abandono da história. Curtida pelo sol e castigada pelo tempo, a terra deixa de ser geografia para se tornar o relato em carne viva do sofrimento de sua gente, exibindo as fissuras de um suplício ancestral: um tormento cinzelado pela água, seja em sua fúria, seja em sua ausência. Dessa dualidade hídrica se origina a divisão da região e do destino de seus habitantes em dois Nordestes: o da Mata, onde a chuva generosa satura um manto verdejante sobre o massapê fértil; e o Sertão, onde, sobre um solo cravejado de seixos e parco em substância, a implacável bola de fogo condena a vida a uma resiliência acinzentada e eriçada de espinhos.



/ Figura 62: A persistência da cactácea em meio aos vestígios da morte na Caatinga.

Essa resiliência se estende por uma paisagem que ilude o olhar: a Caatinga. Seu nome Tupi, "floresta branca" (*caa-tinga*) (Martins, 2023), captura a aparência da estiagem, quando o verde se recolhe e a vegetação, ao se despir das folhas, revela seus esqueletos esbranquiçados e retorcidos. Por trás dessa imagem *em branco* de uma morte aparente, pulsa, entretanto, uma vida subjacente – uma vida que não se mostra na superfície pálida, mas se entrincheira em estratégias subterrâneas como o xilopódio, o caule-raiz que, sob a terra esturricada, resguarda a água e o prenúncio de toda folhagem futura. A Caatinga, afinal, não se mostra como um lugar, mas uma latência; um estado da matéria em suspensão, aguardando o retorno da água.

A matéria desse lume que não se apaga é a própria vida, lampejando em alerta numa paisagem adusta. Nela, reinam as cactáceas, com mandacarus e coroas-de-frade irrompendo do solo crestado, ladeado por árvores contraídas. Sob essa vegetação resignada, a entranha pétrea de granito e calcário perfura a pele do solo como a ossatura exposta de uma carcaça. Roída pelas agruras do clima, dilacerada pelas torrentes, a terra se abre em "fundas feridas" (Castro, 1967, p. 40) – e nenhuma ferida é mais profunda que o leito de um rio. Ali, na seca, seus rios não têm curso, só memória: um leito de areia ardente, mapa sedento pelo que a água já foi.

Rompida pela tirania do clima, a identidade da região emerge da matriz do Nordeste – de um lado, a Mata que a chuva fez opulenta; do outro, o Sertão que a seca sentenciou à luta. Trata-se de uma identidade enraizada não nas partes, mas na tensão que as une e as repele: a dependência do Sertão pecuário, moldado pela aridez, e a sina do fluxo de retirantes, empurrados ao litoral a cada estiagem[119]. Foi Djacir Menezes, em *O outro Nordeste* (1937), quem primeiro desvelou a lógica social por trás dessa paisagem de opostos, deslocando o foco intelectual para o interior. Em sua obra, ele contrapôs a visão nostálgica de Gilberto Freyre[120] (1989) sobre um litoral aristocrático à realidade de um sertão cuja sociedade foi forjada pela escassez de água, onde o regime de aparente submissão era uma resposta à brutalidade do clima, delineando uma cisão que, no Sertão, se alarga até apartá-lo não apenas da costa, mas, em última instância, do próprio Brasil.

119 A união manifestava-se na interdependência econômica entre o Sertão pecuário e a Zona da Mata açucareira, mas essa relação estava imbuída pela repulsa de uma estrutura hierárquica de exploração e subalternidade. De modo análogo, o fluxo de retirantes conectava as duas regiões pela tragédia (união), enquanto gerava na costa um movimento de exclusão social e conflito (repulsa).

120 A visão de Gilberto Freyre (2001; 1989) é, em suma, uma ode à Zona da Mata açucareira de Pernambuco, que ele consagra como berço da brasilidade. Em sua análise, a identidade nacional foi consolidada na dinâmica da *casa-grande*, em um passado aristocrático e patriarcal observado com uma questionável nostalgia, relegando o Sertão a uma função subalterna. Djacir Menezes, por sua vez, desvela um "outro Nordeste", demonstrando que ali existia uma formação social complexa e distinta, com sua própria economia (a pecuária), seu próprio poder (o coronelismo) e suas próprias rebeliões (o cangaço e o messianismo). Ao fazer isso, Menezes (1970 [1937]) argumenta que ignorar o Sertão era, portanto, ignorar as fontes da tensão social nordestina (Vieira, 2019).

Vida e morte – Morte e vida: Vivos-mortos – Mortos-vivos

> Encheram a terra de fronteiras, carregaram o céu de bandeiras, mas só há duas nações – a dos vivos e dos mortos. (Couto, 2003, p.13).

O abismo entre essas duas nações, no entanto, não se limita à demarcação de territórios; ele se aprofunda na relação desigual que cada solo trava com a fragilidade da vida e a iminência da morte. Sobre uma terra fustigada pela seca e explorada pela história, as marcas remanescentes do homem não são as de sua vida, mas as de sua morte – uma presença tão dominante que subjugou a própria existência. Tal inversão se materializa no estranho triunfo que a paisagem sertaneja narra: o das cidades dos mortos[121], que, muradas e cuidadosamente ajardinadas, florescem em contraste com a precariedade das cidades dos vivos, imersas em pó e esquecimento (Castro, 1967). Trata-se da consequência última do abandono, na qual o único projeto de futuro possível parece resumir-se a cultuar o passado, e a dignidade final reservada ao homem seja a de sua sepultura – um esforço derradeiro para conferir integridade aos *restos* que a vida jamais permitiu que fossem inteiros.

121 A expressão "cidades dos mortos" é uma escolha conceitual, fundamentada na análise de Josué de Castro (1967), para designar os cemitérios. Castro evidencia o paradoxo de um espaço mortuário cujo cuidado urbanístico e paisagístico (com muros, jardins e organização espacial) o converte em uma cidade *idealizada*, em oposição à desorganização e ao abandono das "cidades dos vivos". É a materialização de uma inversão radical, na qual a ordem e o investimento são devotados ao espaço da morte, e não ao da vida.

É essa condição que define a paisagem nordestina como "defunta", por sua "fraternal promiscuidade" com a morte (Castro, 1967, p. 41): uma morte que se faz onipresente, firmada por uma das mais altas taxas de mortalidade infantil do globo e encenada publicamente no rito do enterro – em flagrante contraste com a vida, que desponta em silêncio. Aqui, as crianças parecem nascer não para a vida, mas como um tributo à terra que logo as reclamará. A infância, assim, torna-se um breve preâmbulo para o túmulo, uma sentença confirmada pela estatística que, em certas cidades, dizimava quase metade delas, com índices que se aproximavam dos 500 por 1000[122] (Castro, 1984). É a consumação da "geografia da fome", onde a ordem natural se reverte: não é a terra que alimenta o homem, mas o homem que nasce para alimentar a terra – uma terra-cemitério que engorda com a matéria dos homens, homens que morrem de fome para saciar o solo (Castro, 1967).

122 De acordo com Castro (1984), o Nordeste concentrava as três maiores taxas de mortalidade infantil do país, lideradas por Aracaju (457 óbitos por mil nascidos vivos), Maceió (443) e Natal (352).

Ao nutrir o próprio chão que lhes nega o sustento, os homens sucumbem no Nordeste, sobretudo, de fome. Travestida de enfermidade, a fome age como uma estrategista, aniquilando

a população em duas frentes. A primeira é a morte direta, pela privação absoluta. A segunda, mais insidiosa, é uma guerra de desgaste que debilita o organismo para que o exército de doenças endêmicas – infecciosas e parasitárias – complete a devastação. No Sertão, em particular, essa condição se torna um flagelo incontrolável. Durante as secas, a fome não apenas surge, mas irrompe em surtos violentos – e não se limita a uma carência específica, mas a uma fome global, que nivela a todos, impondo-lhes uma única escolha: a inanição ou o êxodo.

O êxodo, todavia, simplesmente punha a inanição em marcha, transformando a fome estática em um calvário em movimento funesto. A primeira morte era a do desenraizamento: ser arrancado da terra, a única identidade que o sertanejo possuía, para ser lançado em um não-lugar – a estrada. A *retirada* era uma peregrinação profana, uma procissão de mortos-vivos, relatada por José Américo de Almeida em sua hesitação: "Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam" (1978, p. 5). A partir dali, a jornada se tornava um processo de despojamento; o sol lhes calcinava a pele, a fome lhes devorava a carne e a poeira da estrada lhes sufocava o nome. Eram, na síntese de Almeida (1978), uma massa anônima: "Não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais" (p. 5).

A chegada às cidades era a segunda morte: a da esperança. O socorro prometido se desintegrava nos "abarracamentos", os primeiros campos de concentração[123] do Brasil. Nesses currais humanos, havia apenas "uma multidão de homens em tudo semelhante a uma manada de porcos esfomeados, a disputar o maior quinhão da ceva" (Teófilo, 2011, p. 79). Eram infernos abarrotados de lixo e fezes, onde a fome se convertia em peste. O próprio Estado descrevia a catástrofe com uma clareza asséptica em seu relatório oficial:

> A aglomeração rápida em local não preparado convenientemente, a falta de hábitos de higiene na população sertaneja, o seu depauperamento físico, a falta de aparelhagem suficiente para tratamento do considerável volume de água a ser consumido e por último a escassez desse elemento, deram origem a surtos epidêmicos violentos principalmente de tifo, paratifo e disenteria. (Brasil, 1934, p. 53).

123 Para conter o fluxo de retirantes que chegavam às cidades, o poder público implementou uma política de confinamento no Ceará, construindo sete campos de concentração. O primeiro, erguido em 1915 no bairro do Alagadiço, em Fortaleza, sob a gestão do presidente estadual Benjamim Barroso, foi seguido por outros em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu (Campo de Patu), São Mateus (Cariús) e Crato (Buriti). A capital, Fortaleza, receberia ainda outros dois campos, o do Matadouro e o do Urubu (Selau, 2023). Segundo as estimativas de Kênia Rios (2014), cerca de 73 mil pessoas foram confinadas nesses locais.

O ciclo das secas

> É que haveis de fugir de vossas moradas, como a caça acuada, tendo horror ao próprio som das vossas pisadas. A seca, porém, vos seguirá os passos como um cão destro, e para onde quer que fujais, lá encontrareis o desabrigo, a fome e a morte. (Patrocínio, 1973, p. 3).

No sertão nordestino, a história se incrusta na geografia. É o ciclo das secas a força que apaga a fronteira entre *o tempo dos homens* e *o tempo da terra*, talhando em ambos o mesmo fim; o flagelo do êxodo e da fome, um cataclismo que a própria paisagem narra, cravada num regime de aridez[124] que se perde na memória sertaneja. Mesmo antes da chegada dos portugueses, a mobilidade dos povos indígenas já era ditada pelo regime das estiagens, com fluxos migratórios para o litoral documentados desde o início da colonização (Campos; Studart, 2001). Os primeiros registros oficiais dessa calamidade surgem em meados do século XVI – seja em 1552, quando o padre Antônio Pires relatou que em "Pernambuco havia quatro ou cinco anos que não chovia" (Villa, 2000, p.17), ou em 1559, data apontada por Guerra (1981) – estabelecendo um padrão que se repetiria, em média, nove vezes por século. Coube ao jesuíta Fernão Cardim, no entanto, relatar a dimensão humana dessa catástrofe, que atingiu o litoral de Pernambuco:

> [...] no ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província [...] que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos 4 ou 5 mil índios. (Cardim, 1978, p. 199).

Ainda que o domínio português no século XVI se restringisse ao litoral, a expansão da pecuária no século XVII impulsionou a ocupação para o interior, acorrentando o homem a uma terra que periodicamente o traía com secas cada vez mais devastadoras. Naquele século, registraram-se seis grandes secas (1603, 1605-1607, 1614, 1645, 1652 e 1692), que desencadearam conflitos entre colonizadores e indígenas pela posse das terras mais úmidas. A última delas, segundo o cronista Joaquim Alves (1982, p. 28), "ocasionou grandes prejuízos aos rebanhos e às populações interiores, tendo morrido à fome, na Capitania da Paraíba, inúmeros escravos das ordens religiosas".

124 Para Menezes e Morais (2002), a seca se manifesta de múltiplas formas, variando em intensidade entre relativa (má distribuição de chuvas) e absoluta (insuficiência hídrica para as necessidades mínimas). Medeiros (1997 *apud* Khan *et al.*, 2005), por sua vez, propõe uma classificação que a divide em estacional (anual e previsível) e periódica, a qual pode ser total, hidrológica (precipitação abaixo da média) ou, paradoxalmente, seca "verde", na qual a vegetação sobrevive, mas a produção agrícola é inviabilizada.

No século seguinte, essa progressão se agravou com sete secas ainda mais severas (1710-11, 1721, 1723-27, 1736-37, 1745-46, 1777-78 e 1791-93). A de 1723-27, por exemplo, foi um tempo em que, nas palavras de Rocha Pita (1976, p. 51 *apud* Villa, 2000, p. 19), o sol "abrasava [...] toda a nossa América, secando as águas, estragando os frutos, esterilizando as lavouras e matando os gados [...]". Essa devastação pecuária se repetiria na "Seca dos Três Setes" (1777-78), cujos rebanhos foram reduzidos em mais de 90% (Villa, 2000). Décadas mais tarde, a seca de 1791-93, provavelmente a maior do século, foi narrada pelo cronista Joaquim Catunda (*apud* Villa, 2000, p. 20) em termos de um colapso absoluto, com "estradas juncadas de cadáveres" de "famílias inteiras mortas de fome e sede" no Ceará. A essa hecatombe humana somaram-se pragas de gafanhotos, cobras e ratos, e uma epidemia de bexiga (varíola) que, sozinha, vitimou mais de 30 mil habitantes no Ceará, enquanto em Pernambuco estima-se que um terço da população tenha morrido (Guerra, 1981). A fome levou os sobreviventes a extremos, como se alimentar de "raízes e frutas de plantas agrestes" e "couros crus, torreados ao fogo", enquanto as capitanias vizinhas ficavam "atulhadas de retirantes" (Guerra; Guerra, 1909, p. 11).

O século XIX herdou esse legado de calamidades (1824-25, 1845, 1877-79 e 1898-1900), agora no contexto de uma nação recém-independente. A seca de 1824-1825, assim, não veio sozinha, sendo agravada pela instabilidade política que assolava o recém-criado Império do Brasil, por epidemias de varíola, pelo banditismo e pelo recrutamento compulsório para a Guerra da Cisplatina[125]. O ápice dessa crise foi uma catástrofe humana de tal dimensão que o presidente da província do Ceará descreveu como um "espetáculo de esqueletos mirrados de fome, só cobertos de pele, representando outras tantas imagens da morte." (Studart, 1997, p. 35). A ajuda do Imperador D. Pedro I, entretanto, só chegaria tardiamente, ao final de 1827[126]. Uma tímida mudança de postura, no entanto, surgiu no Período Regencial, quando o poder central, pela primeira vez, aprovou uma verba para combater a seca, e governos provinciais, como o de José Martiniano de Alencar (1834-1837) no Ceará, incentivaram ações pioneiras de construção de açudes, estradas e a abertura de poços e cacimbas (Villa, 2000).

Apesar disso, o ciclo de calamidades persistiu. A grande seca de 1845 trouxe de volta o êxodo, criando um cenário onde, segundo Guerra (1981), "nem pássaros se viam nas estradas, que eram viva imagem da desolação, desertas

125 A Guerra da Cisplatina (1825-1828) foi um conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pelo controle do território que hoje corresponde ao Uruguai. O recrutamento forçado para a impopular guerra agravou a crise social no Sertão, retirando homens da lavoura e desestruturando famílias já fragilizadas pela seca.

126 A ajuda autorizada por D. Pedro I, que chegou com mais de dois anos de atraso, consistiu no envio de 4 mil sacos de alimentos, incluindo feijão, farinha de mandioca, milho e arroz (Villa, 2000).

de tudo o que nos anos anteriores por ali morava" e, para agravar a tragédia, em alguns locais reapareceu a varíola (Villa, 2000). Essa crise, no entanto, também suscitou uma resposta intelectual. Em 1859, o cearense Thomaz Pompeo de Sousa Brasil publicou uma memória pioneira na qual argumentava que a crise não era apenas climática, mas ecológica, culpando o desmatamento e as queimadas pelo agravamento das secas[127].

A recusa em enfrentar as causas ambientais da seca, apontadas por intelectuais como Thomaz Pompeo, culminou em um dos mais bizarros capítulos da história das políticas públicas do Império: a aposta em camelos[128]. Ignorando a questão central da água, o debate se voltou para uma panaceia logística. A ideia, já sugerida por José Vieira Couto em 1799, foi transformada em lei no Ceará em 1837 por José Martiniano de Alencar, mas sucumbiu à instabilidade política do Período Regencial antes mesmo de ser implementada[129]. Assim, enquanto a solução contundente – a construção de açudes e o manejo dos recursos hídricos em larga escala, já incentivada anteriormente – era adiada, o imaginário político se voltava para uma promessa de engenharia zoológica. Buscava-se domesticar o semiárido com um animal do deserto, ratificando seu estado de aridez, quando o desafio era garantir a água que o tornaria fértil.

O adiamento de uma política infraestrutural para a questão da água, em favor de soluções paliativas, antecipava uma tragédia anunciada. A Grande Seca de 1877-1879 foi o paroxismo desse legado de calamidades, ceifando a vida de cerca de meio milhão de pessoas – o que representava 4% de toda a população brasileira da época. A fome foi a causa primária dessa mortandade; em seu rastro, porém, epidemias mortíferas se alastraram. A varíola, em particular, tornou-se a mais indomável das pragas, e seu rastro de morte alcançou em massa os centros que recebiam os flagelados. Em Fortaleza, a epidemia atingiu um terço da população e sua letalidade explodiu no final de 1878: foram 10 mil mortos em novembro e cerca de 16 mil em dezembro, com dias que superaram mil óbitos (Guerra, 1981). Foi uma hecatombe tão avassaladora que a cidade já não conseguia enterrar seus mortos, deixando mais de 200 cadáveres insepultos pelas ruas, onde o sol tropical acelerava a decomposição, e os corpos eram disputados por cães famintos e urubus (Jornal do Comércio 1859-1860 *apud* Villa, 2000). Em Mossoró (RN), a epidemia foi ainda mais violenta, matando 31 mil pessoas em dez meses (Villa, 2000).

Esse morticínio em massa foi acompanhado pelo maior êxodo populacional da história do Brasil até então. As cidades litorâneas foram invadidas por multidões famintas: Fortaleza saltou para 130 mil habitantes, dos quais 110 mil eram retirantes; a pequena Aracati, que tinha 5 mil moradores, recebeu mais de 60 mil flagelados. Em Recife, já eram 70 mil flagelados na capital e seus arredores. Cidades do interior, como Mossoró, viram sua população explodir para 80 mil habitantes, a grande maioria composta por recém-chegados. Em uma escala regional, estimativas de dezembro de 1877 apontavam um total assustador de mais de 2 milhões de flagelados espalhados pelas províncias do Nordeste. Esse desespero também alimentou a primeira grande onda migratória para a Amazônia, com cerca de 35 mil cearenses embarcando em vapores superlotados para os seringais em apenas seis meses de 1878 (Villa, 2000) – uma viagem que, para muitos, revelar-se-ia apenas uma nova forma de escravidão.

Para além da escala numérica do êxodo, o colapso do tecido social levou a cenas de horror e à banalização da vida humana. Um de seus exemplos mais brutais foi documentado por José do Patrocínio, que, em suas crônicas para a *Gazeta de Notícias* (1878), denunciou como a fome empurrava centenas de mulheres e crianças para a prostituição. Ele nomeou a prática de "transação ignóbil" – a compra da virgindade de meninas por homens ricos em troca de comida – e detalhou o ciclo de desumanização que se seguia à "profanação" inicial: um caminho que passava pelas "proximidades dos quartéis" e pela "imundície das vielas", até que, consumidas pela sífilis e pelo abandono, as vítimas fossem "irremediavelmente condenada[s] à vala do cemitério" (Patrocínio, 1878, p. 1).

A desestruturação familiar era tão extrema que, segundo os relatos compilados por Domingos Olímpio (*apud* Villa, 2000, p. 67), era comum ver "mães desnaturadas [...] traficarem com filhas impúberes; pais desalmados e incestuosos". A desumanização culminou nos relatos de antropofagia: na Paraíba, uma mulher que matou e comeu duas crianças foi absolvida pelo júri, que reconheceu que ela agiu pelo "medo irresistível de morrer de fome" (Jornal Comércio, 1878 *apud* Villa, 2000, p. 69). Tal abismo da condição humana foi, por fim, registrado pelo escritor Rodolfo Teófilo (2011, p. 62-64), ao descrever um flagelado que já não era "um bicho mas um homem que a fome reduzia a bicho":

> Do colchão alevantou-se o esqueleto […] que havia consumido a fome e deixado nuas as vértebras e costelas. O espinhaço, como uma coluna de nós, apenas coberto de pele, deixava contar todos os ossos. A ele se articulava uma cabeça, um pouco mais vestida do que uma

127 Em sua análise ambiental, Brasil (1997, p. 5-23) apontou "o pernicioso sistema de roteamento das matas" e "o incêndio dos campos no sertão" como agravantes das secas, fazendo um apelo ao reflorestamento: "Restituamos à natureza aquilo que nossa imprudência, ou dos nossos passados lhe tirou; ensaiemos a arboricultura no sertão, nas serras, por toda parte".

128 A aposta nos camelos visava criar um transporte resiliente à aridez, capaz tanto de romper o isolamento do sertão com suprimentos essenciais, quanto de facilitar a retirada dos flagelados para a costa, onde o auxílio era mais viável (Portugal; Silva, 2020).

129 A ideia, no entanto, ressurgiria duas décadas depois, em um contexto de fervor científico durante o Segundo Reinado. Conforme descreve o jornalista Delmo Moreira em "Catorze camelos para o Ceará" (2021), o governo de Dom Pedro II, por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, importou 14 camelos da Argélia para servirem de transporte à "Comissão Científica de Exploração" de 1859. A experiência, contudo, provou-se um fracasso, pois a aclimatação se revelou complexa e a gestão, inadequada. Desde o início, os animais foram vítimas de acidentes (como fraturas de perna) e predadores locais (picadas de cobra), mas a principal causa de mortalidade foi a vulnerabilidade a doenças, como uma forma de lepra, e a sensibilidade às "intempéries e à perseguição dos insetos", como relatado à época. O retorno dos tratadores argelinos à África e a dispersão dos dromedários em fazendas sob cuidados de locais inexperientes levaram ao fim do projeto, que foi oficialmente encerrado com o leilão dos poucos animais restantes em 1867 (Barroso, 1921).

caveira, com um rosto esquálido, a fisionomia carregada de ferocidade de animal faminto. Os dentes completos, de branco esmalte, sem lábios mais que os cobrissem, num riso perene de ironia e mofa, brilhavam em lúgubres cintilações, mais horripilantes tornavam-lhe a figura. O olhar era vago. As pupilas dilatadas quase tocavam o disco do íris, que lhes servia de debrum, e sepultadas no fundo das órbitas davam à caveira uma expressão de vida, mas de vida de fera. [...] O infeliz coçou-se, roeu as unhas com gula e desespero, rangeu os dentes, mastigou a saliva e articulou com dificuldade – fome – mas em um som abafado e todo gutural. [...] O faminto [...] continuava a roer as unhas e a comer as escamas que se desagregavam da pele. [...] O fazendeiro compreendeu que estava na frente de uma besta humana; e procurou dominá-la. Põe-lhe a mão do ombro [...] A frialidade do retirante impressionou desagradavelmente o fazendeiro, que, retirando a mão, tratou de fazê-lo sair dali. Num ímpeto de cólera e irritado com a teimosia do bruto, fere-o no antebraço. O faminto leva a ferida à boca e, com uma avidez que desarma e comove Freitas, suga o sangue que sai do ferimento, um sangue incolor como o dos insetos. A sucção era feita com uma gula infrene. O faminto parecia sugar pela ferida todos os líquidos do corpo. Nem uma gota mais vertendo o ferimento, começou a comer as próprias carnes! (Teófilo, 2011, p. 62-64).

Essa deserção generalizada da humanidade, que transbordava do sertão para as cidades, foi a crise que o poder imperial buscou gerenciar – não com amparo, mas com isolamento. A política de contenção se materializou nos "abarracamentos" – campos de concentração da época – criados ao redor da capital cearense para isolar os retirantes; num deles, a Colônia Sinimbu, que chegou a abrigar 10 mil pessoas, 4 mil pessoas morreram em apenas quatro meses, com os corpos sendo sepultados em covas rasas. Diante desse cenário, a indiferença do poder central foi duramente criticada, personificada pela longa viagem do imperador Dom Pedro II pelo exterior enquanto a tragédia se desenrolava e por políticos como José de Alencar, que inicialmente minimizou a crise como "exageração" da oposição (Villa, 2000, p. 43).

Não obstante, a dimensão da catástrofe e a repercussão negativa da inação imperial forçaram uma nova formulação do problema. Pressionado, o governo mobilizou-se e nomeou uma comissão para estudar o tema, que acolheu as propostas do Instituto Politécnico Brasileiro, a principal associação de

engenheiros da época. As sugestões incluíam um sistema de irrigação, a modernização de portos e ferrovias e, acima de tudo, a construção de açudes (Portugal; Silva, 2020). Embora tais propostas tenham enfrentado a resistência de setores que defendiam que a iniciativa deveria ser privada ou provincial (Guerra, 1981), a abordagem da açudagem como infraestrutura hídrica essencial prevaleceu (Campos; Studart, 2001). Foi nesse contexto que, pela primeira vez, o Estado brasileiro destinou uma verba específica para obras públicas contra a seca, com um dispêndio inicial de £ 2 mil entre 1878-1879 para a construção de açudes (Dandaro; Marcondes, 2018). Era o embrião da política de engenharia que marcaria o século seguinte, erguida sobre os escombros da maior tragédia humana do Império (Guerra, 1981).

Essa promessa de uma nova postura do Estado, contudo, não sobreviveria à mudança de regime. A virada do século não trouxe alívio, e a primeira grande seca republicana, entre 1898-1900, foi enfrentada pelo governo de Campos Sales com a negação da ajuda e o estímulo à emigração forçada. Ignorando os apelos dos governadores nordestinos, o presidente argumentou que qualquer gasto extra colocaria em risco sua política de estabilização fiscal. Um argumento que ressoava em figuras como Rui Barbosa[130], que via as despesas com os flagelados como uma "voragem" (Villa, 2000, p. 90) de sacrifícios indefinidos para o país. Retomando a estratégia de deslocamento populacional vista em 1878, a política oficial era clara: em vez de socorro, oferecia-se transporte para deslocar a população para os seringais da Amazônia, o que resultou na emigração de 40 mil cearenses em apenas um ano, entre 1900 e 1901 (Villa, 2000). Na prática, era um projeto de despovoamento do sertão, que visava transformar a crise em uma oportunidade de alocação de mão de obra (Menezes; Morais, 2002). O resultado humano dessa política foi uma calamidade que transformou as estradas em corredores da morte. Esse horror foi descrito pelo escritor José Américo de Almeida, que, com apenas 11 anos, testemunhou a passagem dos retirantes na Paraíba (1937, p. 129-131):

> Foi a minha primeira impressão pessoal da calamidade. [...] Nunca mais me esqueceu o espetáculo contristador que eu mal compreendia e que ainda hoje me arrepia a sensibilidade. Eram uma macabra procissão de múmias [...] Depois de terem palmillhado os sertões longínquos, mortos de sede, de fome e de fadiga, ainda marchavam, caveirosos e arquejantes, atrás de um conforto inatingível.

130 Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923) foi um dos mais influentes intelectuais e políticos da Primeira República. Jurista, diplomata, escritor e Ministro da Fazenda no Governo Provisório, foi um proeminente defensor do liberalismo econômico, o que contextualiza sua visão de que os gastos com as secas representavam uma ameaça à saúde fiscal da recém-criada República.

A reação a essa histórica política de abandono e o clamor por soluções permanentes para as secas começaram a ganhar mais força no governo de Rodrigues Alves. A iniciativa partiu do presidente que, após criticar a precária estrutura existente em 1904, passou a defender ativamente a necessidade de obras de infraestrutura, como açudes e ferrovias (Villa, 2000). Essa mobilização política foi fundamental para a criação, ao final de seu mandato, da Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas – a primeira grande agência estatal voltada ao problema, que em 1909 seria reestruturada como Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

No entanto, a crença na solução técnica era, desde sua concepção, subvertida por uma arraigada arquitetura de poder. A omissão estatal diante de cada grande seca seguia um roteiro de espanto e inércia, criando um vácuo de autoridade no sertão que era, por sua vez, a própria condição para o fortalecimento dos grandes latifundiários. Para eles, a seca tornou-se um instrumento de dominação: o controle sobre os poucos poços e a distribuição da parca ajuda governamental eram ferramentas que perpetuavam o coronelismo. Consolidava-se, assim, a "indústria da seca" (Matos *et al.*, 2011), um mecanismo perverso no qual a miséria coletiva era convertida em poder privado.

Essa arquitetura de poder, já consolidada, não apenas subverteu a missão da Inspetoria Contra as Secas, como a transformou em seu braço executor ao ser instrumentalizada pela elite agrária dominante do sertão. Conforme descrito por Oliveira (2008), foi a oligarquia algodoeira-pecuária – e não a decadente elite açucareira do litoral – que aparelhou a agência para servir à sua própria expansão econômica e política. Isso explica por que a instituição, desde seus primórdios, foi controlada por oligarquias do Ceará, onde "coincidentemente" se concentraram as primeiras grandes obras, evidenciando a cooptação da gestão dos recursos hídricos pelo poder político local.

Desde o início, o órgão operou sob uma premissa reducionista de que toda a miséria do Nordeste era um problema hídrico solucionável por grandes obras. Essa visão tecnocrática, que ignorava as estruturas sociais, acarretou o completo desvirtuamento dos objetivos da IOCS e a obsessão pela construção de açudes monumentais – os mares interiores do sertão –, sem a contrapartida de um sistema de irrigação, transformou os reservatórios em espelhos d'água estéreis. Assim, enquanto as águas aprisionavam a indiferente beleza do céu, suas margens se convertiam em focos de resistência, os últimos refúgios onde se aglomeravam as imensas massas de retirantes em tempos de calamidade (Portugal; Silva, 2020).

Pior que a miopia técnica, porém, foi a mistificação política. A IOCS tornou-se a ferramenta ideal para a perpetuação do coronelismo, canalizando as verbas destinadas ao socorro dos flagelados para os cofres dos senhores de terra e seus aliados, transmutando um órgão técnico em um mecanismo de dominação. A agência, que deveria combater a seca, passou a ser a mais eficiente ferramenta para perpetuar o poder que se alimentava dela.

Na prática, essa máquina de poder era alimentada pela corrupção sistêmica, denunciada pela imprensa da época, que deu origem à figura dos "donatários da seca": chefes políticos, padres e comissários que enriqueciam com a miséria alheia. A apropriação de recursos se manifestava em todos os níveis, indo do enriquecimento pessoal – como o de um comissário de socorro do 3º Distrito em Fortaleza que em poucos meses comprou casa e piano – ao desvio direto de suprimentos, com o chefe do "abarracamento" do 1º Distrito vendendo no mercado público os alimentos que deveriam salvar os flagelados da inanição (Villa, 2000, p. 78). O esquema atingia escala industrial em Pacatuba, onde os funcionários de um armazém desviaram 177 das 180 sacas de farinha, enquanto sua rede se mostrava tão capilar que se estendia até o clero, com párocos acusados de transformar suas casas em depósitos clandestinos para vender os gêneros alimentícios. Apesar de um relatório oficial confirmar os desvios, a impunidade era a regra e nenhum dos envolvidos chegou sequer a ser indiciado (Villa, 2000).

Perpetuada pela República, a lógica de apropriação que convertia a seca em lucro tornou a IOCS uma agência politicamente capturada e cronicamente subfinanciada, uma impotência que se revelou em seu batismo de fogo: a seca de 1915. Ocorrida em plena Primeira Guerra Mundial, a crise encontrou um governo federal indiferente – com o orçamento da agência já reduzido para apenas 0,9% da receita federal no ano anterior –, o que provocou uma catástrofe com uma estimativa de 100 mil mortos e 250 mil retirantes, deslocados principalmente para a Amazônia e o sul do país (Villa, 2000).

Um breve vislumbre de mudança viria somente após a seca seguinte, em 1919, com o ambicioso programa de obras do presidente Epitácio Pessoa. Contudo, o plano foi ferozmente combatido pelas oligarquias do sul, com o deputado paulista Cincinato Braga classificando-o como

"dispêndio ruinoso" (O Estado de S. Paulo, 1919 *apud* Villa, 2000, p. 129). A oposição se consolidou no governo seguinte quando seu sucessor, Artur Bernardes, paralisou os projetos e promoveu um desmonte orçamentário: os recursos para as obras caíram de 145 mil contos de réis em 1922 para irrisórios 4 mil contos em 1925. Máquinas foram vendidas como ferro-velho, desmantelando o plano de modernização e relegando a região, mais uma vez, à mercê do próximo ciclo de estiagem.

Tal oscilação entre avanço e retrocesso, no entanto, converter-se-ia em uma política de repressão explícita na década seguinte, na Era Vargas. A seca de 1932, uma das piores do século, deu expressão à lógica da contenção forçada por meio dos "Campos de Concentração" no Ceará. Posicionados cirurgicamente ao longo das ferrovias[131], tinham o propósito de interceptar os retirantes, isolando a capital de sua presença indesejada. Nesses espaços, um abismo de narrativas se abriu. Oficialmente, nos relatórios do governo Vargas, eram um esforço humanitário para transformar flagelados em operários (DNSP, 1936). Para seus internos, entretanto, eram "Currais" – um nome que por si só já denunciava a desumanização. Ali, a realidade era a de um espaço mortífero onde imperavam a comida insalubre, a água contaminada e as epidemias de varíola que dizimavam a população (Macêdo, 2024). Corpos eram descartados em valas coletivas, sem que ninguém tomasse "nota dos nomes", pois, na memória de um sobrevivente, já não "eram considerados pessoas" (Giovanazzi, 1998, p. 13). Os campos não foram, portanto, uma falha no sistema, mas o êxito calculado de uma necropolítica que, a pretexto de salvar, administrava a morte dos indesejáveis.

O modelo repressivo dos campos, porém, não ofereceu solução duradoura. Seriam necessárias quase três décadas e uma nova crise de proporções continentais, em 1958, para que uma revolução intelectual finalmente tomasse forma. A estiagem de 1958, assim, não apenas deflagrou uma crise social e econômica de vastas proporções, como expôs o esgotamento do antigo modelo de resposta à seca. Em uma área de 500 mil quilômetros quadrados, a pecuária foi dizimada, a produção de algodão reduzida em mais de 50% e as lavouras de subsistência, como feijão e milho, tiveram perdas praticamente totais. O colapso produtivo empurrou metade dos onze milhões de atingidos para a indigência, evidenciando o fracasso das respostas emergenciais e clientelistas (Villa, 2000).

131 A localização dos campos evidencia a estratégia de contenção. A Estrada de Ferro de Baturité (EFB) e a Estrada de Ferro de Sobral (EFS) não eram apenas linhas de transporte, mas os principais corredores migratórios que canalizavam o fluxo de retirantes do sertão (Cariri e oeste do estado, respectivamente) para a capital. O posicionamento dos campos ao longo dessas vias era, portanto, uma barreira calculada para interceptar e controlar essa massa populacional antes que ela chegasse a Fortaleza.

Foi nessa conjuntura de esgotamento institucional que o economista Celso Furtado (1920-2004) articulou a base intelectual para uma nova política: a Operação Nordeste (1959). O projeto foi detalhado no documento fundador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), intitulado *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* (1959). Rompendo com o passado, Furtado argumentou que a seca não era a causa, mas um acelerador da crise crônica do subdesenvolvimento estrutural. A solução, portanto, não estaria em mais açudes, mas em um planejamento regional integrado. Para executar a Operação Nordeste, o relatório propunha a criação de uma agência específica, que se materializou em 1959 com o nascimento da Sudene, inaugurando uma nova era na política para a região[132].

A mais longa seca do século, entre 1979 e 1983, no entanto, viria a expor a falência do planejamento tecnocrático da Sudene, que se mostrou incapaz de impedir a catástrofe humana em curso. A crise evidenciou como os múltiplos programas de desenvolvimento da década de 1970 – como o Polonordeste, o Projeto Sertanejo, o PROHIDRO e o Programa de Irrigação[133] – falharam em reduzir a vulnerabilidade estrutural da região. Em sua concepção, esses projetos já excluíam os mais necessitados ao focarem na modernização de médias e grandes propriedades e canalizarem o crédito rural para quem já o possuía. Quando a estiagem se agravou, a intervenção estatal, formalizada no "Programa de Emergência"[134], não só se revelou ineficaz, mas operou como um instrumento ativo de exclusão social.

Alavancada pela tragédia de 1979-83 e pelas crises subsequentes de 1993 e 1998-99, a abordagem do Estado transitou de uma política de "combate à seca" para um paradigma de "convivência com o semiárido". A "Seca do Século XXI" (2012-2017) viria, por sua vez, a testar o alcance de tal mudança. Embora tenha sido, uma das mais devastadoras da história – com perdas acumuladas superiores a 60% em culturas de subsistência como a mandioca (Santana; Santos, 2019) e prejuízos na agricultura estimados em 6 bilhões de dólares (Marengo *et al.*, 2017) –, seu impacto social foi distinto. Ainda que as políticas de resposta à seca tenham se mostrado insuficientes diante da magnitude do evento, como alerta Marengo *et al.* (2017), pela primeira vez uma estiagem de longa duração não se traduziu em catástrofe humanitária.

132 A emergência da racionalidade tecnocrática da Sudene, cujos contornos institucionais foram delineados na Introdução, é retomada aqui apenas como marco de encerramento do ciclo das políticas tradicionais de combate à seca. Deste ponto em diante – e especificamente na Face 2 –, a análise desloca-se da história política para as suas consequências materiais e científicas: a alteração dos regimes hidrológicos e a "fratura ambiental" inflingida ao rio São Francisco por esse novo modelo de desenvolvimento.

133 A análise de Campos (2004) sobre a década de 1970 demonstra que os programas de desenvolvimento da época, apesar de seus objetivos declarados, operaram sob lógicas "conservadoras e concentradoras" (p. 145). Iniciativas como o Polonordeste (1974), que buscava criar polos de desenvolvimento rural, e o Projeto Sertanejo (1976), que prometia fortalecer pequenos e médios produtores, acabaram por falhar em seu propósito social. O mesmo ocorreu com o PROHIDRO (1979) e com a reorientada Política de Irrigação. Segundo a autora, todos foram marcados por indefinições em seu público-alvo, o que, na prática, serviu para privilegiar os setores mais abastados e manter intactas as estruturas sociais que agravavam os efeitos das secas.

134 Principal resposta do governo à seca de 1979-83, o "Programa de Emergência" consistia em alocar verbas públicas e a mão de obra dos flagelados em "Frentes de Serviço". Essas frentes, majoritariamente, realizavam benfeitorias (açudes, cercas, preparo de solo) em propriedades privadas, valorizando as terras de médios e grandes fazendeiros. O programa foi duramente criticado por aprofundar a dependência dos trabalhadores e se tornou um exemplo clássico da "modernização conservadora" (Campos, 2004). O programa foi duramente criticado por usar recursos públicos para valorizar terras privadas, aprofundando a dependência dos trabalhadores, tornando-se um exemplo da "modernização conservadora" (Campos, 2004).

Com efeito, apesar de a crise ter afetado diretamente quase 9 milhões de pessoas e levado a 997 municípios a decretarem estado de emergência, Marengo *et al*. (2017) confirma que, desde a década de 1970, não se registraram mais mortes por seca e que os fluxos migratórios já não ocorrem em "proporções dramáticas" (p. 7). O fator decisivo que impediu a repetição de um colapso social e humanitário, nos moldes do passado, foi a existência prévia de uma rede de proteção social, consolidada por programas de transferência de renda como o Bolsa Família (2003), e no avanço de tecnologias de resiliência hídrica, como o programa "Um Milhão de Cisternas"[135].

Entre a Cruz e o Rifle

[Quando] O Lampião se acendeu,
Todo o sertão pegou fogo,
[...]
Dizem que agora morreu
Pro bem da população,
[...]
Acabou-se a cruel chama,
Findou-se a conspiração,
Haja festa no sertão,
Dê vivas toda pessoa,
Que a polícia de Alagoas
Apagou o Lampião.

Lá no estado de Sergipe,
Ele sempre se escondia,
Mas, quando Deus quer, um dia,
Não há mal que não dissipe.
Quem souber, me participe
Como apagaram o vulcão,
Se foi Deus, com sua mão,
Que mandou a trovoada,
Com uma chuva de rajada,
Apagar o Lampião.

Eu agora estou ciente
Que isso por Deus foi mandado:
Anjos, em vez de soldados,
Um santo, em vez de um tenente,
Agarraram ele de frente
Sem ter dele compaixão,
Com raio, corisco e trovão.
Fuzilaria e rajada,
Nessa horrenda trovoada,
Apagaram o Lampião
(Mello, 2018, p. 12, destaque da autora).

135 O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma iniciativa da sociedade civil, liderada pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) em 2003, que foi posteriormente incorporada e ampliada como política pública pelo governo federal. Focado na construção de cisternas de placas para captar a água da chuva para consumo familiar, o programa é um marco da transição para o paradigma da "convivência", pois prioriza a tecnologia social de baixo custo e a autonomia comunitária, em oposição às grandes obras hídricas do passado.

A experiência sertaneja de abandono absoluto – pela terra, pela chuva e pelo Estado – não engendra apenas uma escuridão; ela clama por uma luz. Nessa lacuna de miséria, a fé rebenta como um *lampejo*, e seu clarão mais intenso não é o do fogo, mas o da busca desesperada por reparação. Desamparado por um Estado que só se fazia presente "com os olhos do fisco, do delegado, da polícia" (Menezes, 1970, p. 19), o sertanejo ergue suas próprias soberanias de fé – ordens paralelas onde a esperança de salvação e a sede por justiça pessoal se converteram em lei.

A primeira dessas soberanias foi a fé mística na salvação coletiva: o fanatismo religioso. Diante de um sofrimento terreno sem solução, o messianismo de líderes como Antônio Conselheiro em Canudos foi a apropriação do sagrado como forma de libertação, buscando construir na Terra o reino de Deus – já que o reino dos homens se provara um inferno. A segunda foi a fé na justiça pessoal, na faca. Onde a prece não trazia alívio, a fé descia para a terra e se armava, tornando-se a contraface do messianismo: se o beato esperava a justiça divina, o cangaceiro a executava com as próprias mãos, encarnando uma *teologia da vingança*. A cultura sertaneja, portanto, não se resume a um produto do clima; é uma cultura de cicatrizes, sacrificada entre o sol calcinante e o descaso pétreo do poder, na qual um povo aprendeu a encontrar ordem – divina ou humana – no delírio dos profetas e lei no cano de um rifle.

Essa mesma ordem social deu forma a um litoral "gordo e escravocrata" (Vieira, 2019, p. 220), protagonizado pela oligarquia açucareira, e a um "sertão tardiamente feudal" (Mello, 2018, p. 58), controlado pelo coronelismo pecuário, configurações que, embora tivessem economias distintas, convergiram para um mesmo modelo – caracterizado por uma excessiva desigualdade social, uma elite política restrita e um arcabouço legal e tributário de viés extrativista[136] (Engerman; Sokoloff, 1997, 2002). Tal modelo contribuiu, assim, para a formação de oligarquias políticas ineficazes, arraigadas à história nordestina, cuja esterilidade estatal foi, aliás, condição primordial para o banditismo, fenômeno universal que incide onde a autoridade pública é ausente ou corrompida, prolongando etapas de desorganização social.

No sertão, essa estrutura ganhava ainda mais força, alimentada pelo isolamento rural, pelo imobilismo social e pela ausência de quaisquer outras iniciativas econômicas e institucionais que não fossem as de uma minoria latifundiária – que detinha poder ilimitado sobre uma vasta concentração de terras. Xavier de Oliveira (1920, p. 28-29) descreveu

136 Enquanto o "extrativismo" da economia açucareira se definia pela relação com a Coroa Portuguesa, através de impostos sobre a exportação, a economia do Sertão operava sob uma lógica extrativista interna. Nesse modelo, o latifundiário (o coronel) não extraía primariamente um produto para a metrópole, mas extraía a própria força de trabalho de uma população semi-servil, monopolizando os meios de subsistência – a terra e, crucialmente, a água. A "extração", portanto, era a do poder político absoluto e do excedente de trabalho. Isso gerou uma oligarquia regional que perpetuava a desigualdade sem necessitar da intervenção direta da Coroa, mas sim de sua omissão.

com amargura a cena da "feira de trabalhadores", onde centenas de homens se reuniam em praça pública, "enxada ao ombro", para que o fazendeiro os escolhesse como se fossem "bois para o corte". Sem ocupação segura, sem terra e sob a mais vil exploração, era forçoso que esses homens fossem revoltados. Perante tal truculência, a revolta era o fim inevitável e a justiça, nesse sistema, uma farsa controlada pelos mesmos potentados locais.

Como poderia haver justiça para os oprimidos, se o aparelho judiciário era apenas um dependente dos "sobas locais" (Facó, 1978, p. 34)? Ao se questionar quantas vezes um juiz não fora removido "por proferir uma sentença contra um político influente", Xavier de Oliveira constatava o cenário ilegítimo: "No sertão não há lei, não há direitos, não há justiça" (1920, p. 22). O mesmo descaminho se repetia com a polícia. Longe de representar a lei, sua chegada frequentemente demonstrou contra os sertanejos uma selvageria que excedia a dos cangaceiros mais sanguinários. Conforme descreve Rui Facó (1978, p. 36), onde quer que tenha chegado para perseguir cangaceiros ou "fanáticos", a polícia "praticou contra as populações rurais crimes mais hediondos do que os cangaceiros mais sanguinários", colocando-se "incondicionalmente a serviço de um dos potentados locais, a serviço, portanto, de suas intrigas, seus ódios, suas perseguições". A selvageria policial era sistemática, desde os massacres em Canudos até a destruição, em 1938, de um núcleo remanescente do Beato Lourenço, onde prisioneiros feridos, "na maioria mulheres e crianças" (Marques, 1938 *apud* Facó, 1978, p. 37), foram sumariamente fuzilados.

É dessa cultura violenta e dessa ordem social opressora que se cristalizam os arquétipos da cultura sertaneja – o capanga, o chamado "fanático" e o cangaceiro. O capanga ou "cabra" é o filho dileto do latifúndio, o "assalariado do crime" (Facó, 1978, p. 56) a serviço do coronel: aqueles que não eram "nem heróis nem bandidos, mas pareciam ambas as coisas" (Viana, 1935, p. 46-48). Em sua maioria, eram homens nascidos sob a proteção do "senhor", muitos deles ex-escravos que, embora livres, mantinham uma mentalidade servil. Submissos e sem vontade própria, formavam tropas irregulares que lutavam em batalhas sangrentas pelos seus patrões. Estes patrões, ou os "donos do São Francisco", foram descritos por Orlando Carvalho (1937, p. 101-103) como um "tipo de proprietário político cujo poder feudal parecia, à primeira vista, inexplicável", cuja escala militar era vastíssima, e o domínio era exercido através da violência[137]. O chamado "fanático", ou beato, representa a rebelião no plano espiritual, usando a fé para congregar os despossuídos em comunidades como Canudos. Não obstante, quando o poder oficial intervia, tal rebelião espiritual se convertia em uma defesa terrena, lutando para proteger sua comunidade e seu modo de vida. Por fim, o cangaceiro, é o rebelde autônomo que rompe com a submissão.

Embora o banditismo tenha existido também na zona da mata litorânea, foi no sertão que ele ganhou "volume social, aprofundamento na cultura [...] e caráter por vezes epidêmico" (Mello, 2018, p. 60). O individualismo do sertanejo, seu "brio de cristal" forjado na liberdade quase selvagem da pecuária extensiva – em contraste com o coletivismo agrícola da Mata – e a pobreza estrutural de uma terra demasiadamente pobre, criaram um ambiente onde, para um jovem sem laços com a elite local, restavam poucas opções além de ser "policial ou bandido. 'Macaco' ou cangaceiro. Uma e outra coisa se parecendo bastante em meio no qual a luta diária se orientava para a sobrevivência" (Mello, 2018, p. 60).

Não se compreendia, ou não se queria compreender, que aquela convulsão social não era um caso de crime comum, mas "um problema social a enfrentar". Tanto o cangaceiro quanto o fanático encarnavam o pobre rural em sua insurgência contra uma apatia generalizada, aderindo a lutas que passaram a adquirir um caráter social e das quais dependeria, cedo ou tarde, o seu próprio destino. Eram, portanto, "os elementos regeneradores" de uma sociedade estagnada, "em processo de putrefação". Sua ação subvertia a pasmaceira secular imposta pelo latifúndio; ao provocar choques de classes e lutas armadas, preparava os combates futuros, injetava-lhe sangue novo, revigorando-a e pondo em movimento o imenso território interiorano que "se degenerava dentro de si mesmo, em feudos quase fechados e paralisados". Embora não fosse, estritamente, uma luta pela terra, era, fundamentalmente, uma luta em decorrência dela: um embate contra o domínio do latifúndio semifeudal (Facó, 1978, p. 37).

Sua violência endêmica, de acordo com Pernambucano de Mello (2018, p. 58-59), advém sobretudo de dois traços: da indiferença do sertanejo em face da morte, talvez herdada do fatalismo de suas secas periódicas, e da naturalidade no trato com o sangue – consequência da natureza sangrenta da pecuária. Como descreve o autor, "o menino sertanejo muito cedo se banha em sangue", auxiliando o pai "a sangrar o boi ou o bode para a salga da carne de sol, cortando o pescoço do peru, do capão, da galinha, ou esfolando o mocó para a refeição imediata". Ajudava nas castrações, trazendo "a

137 Chefes políticos e coronéis igualmente poderosos conseguiam arregimentar milhares de capangas armados para suas disputas pessoais. De fato, o Coronel Franklin, de Pilão Arcado, repeliu um ataque de 200 capangas em 1918; por sua vez, em 1919, Horácio de Matos, senhor de vastos garimpos nas Lavras Diamantinas, mobilizou cerca de mil homens ao ocupar a cidade de Lençóis; na mesma época, Anfilófio (Castelo Branco), "chefe" de Remanso, ameaçou ocupar Juazeiro com mais de 1.000 homens; e, numa disputa entre o próprio Horácio de Matos e o Coronel Militão (cujo conflito abrangeu municípios desde Barra do Mendes até Morro do Chapéu), "mais de 600 homens" enfrentaram-se por meses. O Coronel Franklin, mais tarde, mobilizou 800 homens "num piscar de olhos" para combater o movimento militar Coluna Prestes – que contou com o auxílio, inclusive, de Lampião. Ocasionalmente, como no combate à própria Coluna Prestes ou na Revolução de 1930, esses coronéis rivais se uniam quando seus interesses de classe prevaleciam sobre as rixas locais (Facó, 1978).

cinza, o sal e a pimenta da assepsia rude". Num "mundo cruento, dividido entre o carnal e o cabelo", onde quase todos os utensílios eram feitos de couro, a faca se destacava como o bem mais estimado. Essa familiaridade com o sangue e a necessidade constante de defesa – contra o índio, a onça e outros homens – impôs um culto da coragem e do "adestramento no uso das armas branca e de fogo".

Enquanto o cangaço encarnava a fé na justiça pessoal, a outra soberania erguida contra o abandono foi a da fé mística na salvação coletiva. Se a cultura sertaneja tem no rifle um de seus símbolos, na cruz ela encontra seu contraponto igualmente potente. Essa manifestação, frequentemente rotulada de "fanatismo", não era simplesmente um delírio, mas a ideologia possível para populações rurais mergulhadas "no quase completo analfabetismo e no obscurantismo" (Facó, 1978, p. 39) e esmagadas pelo desamparo: o da natureza hostil e o de uma ordem social opressora. Sua ideologia só podia ter um cunho religioso, místico, uma seita adaptada que, embora "fortemente influenciada pela religião católica", traduzia suas "condições materiais de vida, seus interesses, seus anseios de libertação" (Facó, 1978, p. 40) e transferia para o além-túmulo o sonho de uma vida melhor.

Essa religiosidade popular propagou-se, fomentada pelo crescente descrédito da Igreja oficial. O prestígio da religião dominante entre as massas foi então abalado pela crise da "Questão Religiosa"[138] na década de 1870 e pela tradicional desmoralização do clero. A isso somaram-se o seu compromisso com a escravidão recém-extinta e a separação entre a Igreja e o Estado com o advento da República, que solaparam de vez essa autoridade. Não surpreende, assim, a ocorrência de assaltos a igrejas no Recife, Ceará e Minas Gerais, ou a violência dos "cerca-igrejas" (Facó, 1978, p. 40) no Cariri, que invadiam templos armados durante os pleitos políticos ali sediados. O alastramento dessa onda de *fanatismo*, de norte a sul, entre meados do século XIX e inícios do XX, descortinava, portanto, uma ruptura entre a ideologia das elites urbanas e a dos setores empobrecidos do campo.

Os movimentos messiânicos, por sua vez, não surgiam violentos; formavam-se simplesmente como ajuntamentos passivos de fiéis em torno de um líder carismático. A fagulha do conflito, todavia, era quase sempre acesa pelo poder oficial, assiduamente instigado pela própria Igreja Católica – que atuava como uma polícia ideológica, percebendo instintivamente que a heresia poderia degenerar na rebeldia contra a ordem constituída. Foi o que ocorreu

138 A "Questão Religiosa" (c. 1872-1875) foi um conflito de grandes proporções entre o Império Brasileiro (especialmente setores ligados à Maçonaria) e a Igreja Católica, influenciada pelo ultramontanismo (a reafirmação da autoridade papal sobre o poder secular). O conflito escalou a ponto de o governo prender e julgar bispos, como Dom Vital, o que aprofundou o desgaste entre o Estado monárquico e a Igreja.

com Antônio Conselheiro. A sua pregação itinerante como leigo, que arrebatava multidões, passou a ser vista pela hierarquia eclesiástica como uma ameaça ao seu monopólio doutrinário e como um desvio ideológico que subtraía os fiéis da influência oficial. Com efeito, já em 1882, anos antes da guerra, o arcebispo da Bahia expedira circulares que o taxavam de fanático e proibiam os fiéis de ouvir suas pregações. O mesmo se deu com o Padre Cícero em Juazeiro, a partir de 1889. Este, acusado de endossar um suposto milagre[139], foi suspenso de suas ordens pela hierarquia eclesiástica, ficando proibido de celebrar missas e sacramentos.

Em Canudos, a expulsão da missão religiosa (em maio de 1895) assinala o momento em que a liderança prática se transfere do Conselheiro para o chefe leigo João Abade. O padrão se repete em Contestado, onde, após a morte do "monge" José Maria no primeiro confronto, a resistência prossegue por três anos sob comando civil. Mesmo em Juazeiro, após o retorno do Padre Cícero de Roma, em 1898, o comando efetivo se transfere gradualmente para o chefe civil Floro Bartolomeu, cuja aliança política com o padre se consolida a partir de 1909 (Facó, 1978).

Uma vez estabelecidos, tais redutos de fé tornavam-se uma ameaça direta não só à Igreja, como também à ordem do latifúndio – pois não apenas congregavam mão de obra, mas estabeleciam um sistema social alternativo, muitas vezes baseado no trabalho cooperativo, como em Canudos e no Caldeirão do Beato Lourenço. Essa organização comunitária – talvez uma resposta a um ambiente hostil onde o homem sozinho não podia cultivar a terra sáfara – era uma subversão completa do sistema de semisservidão. O perigo, como percebia um jornalista em 1903, consistia em "congregar, longe das vistas das autoridades, multidões embrutecidas e fanatizá-las com milagres de salvação" (*apud* Facó, 1978, p. 44), tendo em vista que as promessas celestiais poderiam facilmente incitar a luta pela salvação terrena. Por isso, toda tentativa de arregimentação rural – quilombos, místicos de Pedra Bonita, conselheiristas, homens do Contestado e do Caldeirão – foi sempre "brutalmente combatida, a ferro e fogo" (Facó, 1978, p. 44).

No fundo, sob a espessa camada de misticismo – o "fanatismo" que era a ideologia necessária para a solidariedade grupal –, a luta, possivelmente, era em função da terra. Embora em Canudos o objetivo não fosse explícito e em Juazeiro fosse obscurecido pela liderança comprometida com os coronéis, no Contestado ele aparece com clareza cristalina. Um capitão

139 Trata-se do chamado "milagre de Juazeiro" (1889), no qual a hóstia consagrada, ministrada por Padre Cícero à beata Maria de Araújo, teria se vertido em sangue. O evento, considerado falso pela hierarquia católica (especificamente pelo bispo do Ceará, Dom Joaquim), foi o estopim para o processo eclesiástico que resultou na suspensão de Padre Cícero.

do Exército reconheceu: "A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de camponeses espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança" (Cabral, 1960, p. 214). Cartas encontradas com camponeses mortos confirmavam: "Nóis não tem direito de terra e tudo é para a gentes da Oropa; O governo [...] toca os Filhos Brasileiros dos terrenos [...] e vende para o estrangeiro, nós agora estamo disposto a faser prevalecer os nossos direito" (*apud* Facó, 1978, p. 41). A resposta do Estado a essa insurreição foi invariavelmente o massacre, e a Guerra do Contestado (1912-1916) não foi tratada como uma questão social, mas como uma operação de extermínio. O Exército, por conseguinte, mobilizou treze expedições militares e, pela primeira vez na história do Brasil, utilizou a aviação em combate (quatro aviões). O conflito, que segundo Figueiredo (2016) envolveu mais de vinte mil pessoas (incluindo 10.000 sertanejos), culminou no incêndio de 6.000 casas. Toda essa operação garantiu que a terra disputada fosse então *entregue* às companhias colonizadoras – principalmente a *Brazil Railway Company*, do magnata Percival Farquhar, e sua subsidiária, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* (Valentini, 2009).

Portanto, a figura do fanático na cultura sertaneja transcende a caricatura do alienado, sendo o agente de uma rebelião que, na ausência de uma ideologia política formal, apropria-se do sagrado como a única linguagem de libertação disponível. Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916) e Caldeirão (c. 1926-1937) não foram apenas focos de heresia; foram ensaios de uma nova sociedade, erguidos sobre a fé e a cooperação. Assim como o cangaceiro que, na ausência da lei, se fazia justiça, o beato, na ausência de um Estado que lhe garantisse a vida, buscava construir o seu próprio reino. Ainda que por caminhos diametralmente opostos – um pela força, outro pela fé –, o cangaceiro e o beato representam, portanto, a mesma insubordinação sertaneja contra a ordem vigente.

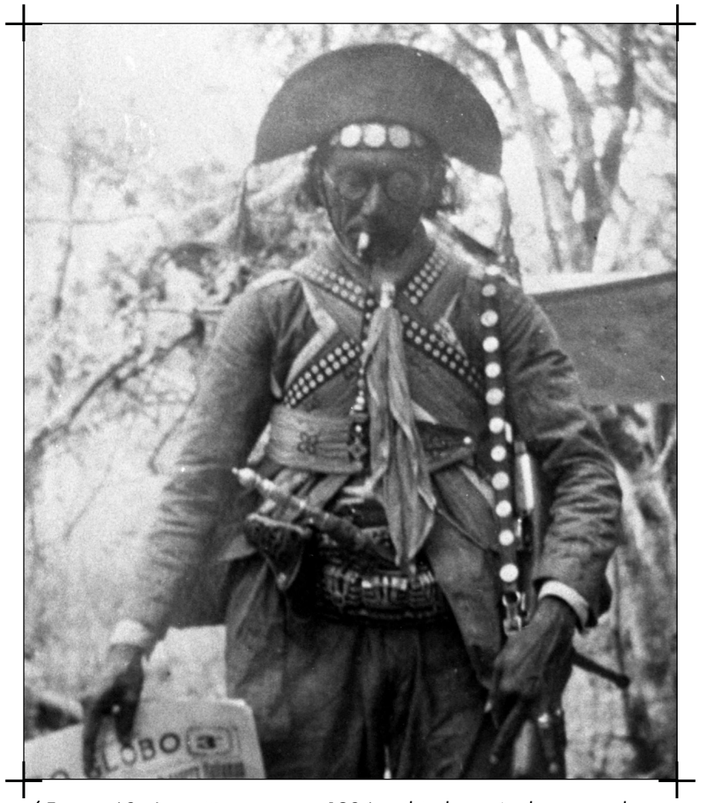
Embora existissem bandidos famosos como Antônio Silvino, Luís Padre e Sebastião Pereira (Motta, 1930, p. 55), nenhum cangaceiro alcançou a fama de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Descendente de uma "morigerada" família de pequenos criadores em Serra Talhada (PE), Virgulino viu os seus serem perseguidos por clãs poderosos locais – os Nogueiras e os Saturinos. Essa perseguição levou a família à fuga para Alagoas e, por volta de 1919, culminou no assassinato de seu pai. O evento foi, para ele e sua família, a "gota d'água que fez transbordar o copo" (Facó, 1978, p. 57). Com o objetivo declarado de vingar a morte do pai, ele e seus três irmãos (Antônio, Ezequiel e Livino) abraçaram o cangaço, juntando-se inicialmente ao bando de Sebastião Pereira. Foi após o declínio de Antônio Silvino – cujo auge foi de 1896-1914 –, que Lampião ascendeu e iniciou seu próprio reinado. Este duraria quase vinte anos, período em que percorreu os sertões de sete estados, praticando homicídios, saqueando grandes propriedades e promovendo investidas contra povoados, vilas e cidades. Entre as mais conhecidas estão as invasões de Sousa (PB), em 1924, Limoeiro (CE), em 1926, e a malograda tentativa de dominar Mossoró (RN), em 1927 (Facó, 1978, p. 57).

Enquanto o cangaceirismo proliferava no Nordeste ao ritmo das grandes secas, dissipando-se a maioria dos bandos quando a calamidade climática passava, o de Lampião ganhou outra dimensão. Ao fazer da sua tática um sistema – atravessar os limites estaduais para escapar de uma jurisdição policial para outra –, ele se consolidou como o "Rei do Cangaço" (Mello, 2018, p. 44) e "Governador do Sertão" (Facó, 1978, p. 57). Em 1926, as fronteiras entre o crime e a lei se dissolveram em Juazeiro. Com a benção de Padre Cícero, Lampião firmou uma aliança insuspeita com as oligarquias que o perseguiam e, em troca da patente de Capitão e de um arsenal do governo, ele deveria caçar os rebeldes da a Coluna Prestes. Armado pelo próprio Estado que desafiava, Virgulino viu seu poder de fogo transbordar; o bando, antes com 22 homens, agigantou-se para mais de cem, transformando a missão militar em uma oportunidade de expansão pessoal. No ano seguinte, no famoso (e fracassado) ataque à cidade de Mossoró (RN), seu grupo contava com 53 homens (Melo, 1953, p. 13-18). Entre os homens que Lampião comandava estavam "Labareda", "Diabo Louro" (Corisco), "Volta Seca", "Esperança", "Arvoredo", "Zebelê", "Moderno", "Pai Velho", "Pássaro Preto", "Moirão", "Canção" e "Pernambucano". Estes obedeciam-lhe "cegamente", confiando em sua "invicta estratégia de guerrilheiro caboclo" (Motta, 1930, p. 42). Lampião foi, também, o primeiro a incorporar mulheres ao bando; a mais famosa foi Maria Bonita, mas outras, como Dadá (mulher de Corisco) e Enedina, também participaram (Facó, 1978).

Fisicamente, Lampião era um homem de contradições. Apesar de descrito como de "estatura meã" (Motta, 1930, p. 7-8), seu 1,74m era considerado alto para os padrões da época (Abrahão, 1936 *apud* Mello, 2018, p. 44). Era um "caboclo" de pele acobreada, cujos longos cabelos ondulados, untados por brilhantina, recebiam, num rasgo de vaidade, respingos do perfume francês *Fleurs d'Amour* (Mello, 2018, p. 44). Esse requinte, porém, convivia com um

corpo ferido. O andar era um movimento pendular; coxeava, legado de um tiro que em 1924 que lhe fraturou o calcâneo. Seu olho direito, branco e cego por um leucoma desde a infância, era velado por óculos acinzentado com aros dourados (Pierson, 1972a, p. 305). Sendo destro, a cegueira desse olho o obrigou a tornar-se um "falso canhoto", adaptando o disparo do fuzil para o ombro esquerdo (Mello, 2018, p. 45).

Vestia paletó e camisa de riscado claro, calças de brim escuro e alpercatas reluzentes. A formalidade do traje era rompida por um grande lenço de cores vivas, preso ao pescoço com um anel de advogado. Coroando-o, o chapéu de cangaceiro vinha sobrecarregado de adornos metálicos. Mas os adornos não disfarçavam o arsenal que carregava: no cinto, pesavam duas pistolas *Parabellum* e um facão de 78 centímetros; o fuzil, esse, estava sempre ao alcance de sua mão. Dizia-se que, entre o couro e as armas, Lampião carregava ali também uma fortuna: "uma centena de contos de réis" (Pierson, 1972a, p. 306).



/ Figura 63: Lampião posa em 1936 exibindo os óculos que velavam seu olho cego e o chapéu "sobrecarregado de adornos", conforme os relatos da época.

A maior contradição, porém, não era física, mas comportamental. Lampião era extremamente religioso; seu peito era uma fortaleza de cartucheiras e amuletos, onde carregava medalhas do Padre Cícero, escapulários e "rezas fortes" (Pierson, 1972a, p. 306). Relata-se que ele parava pontualmente ao meio-dia para rezar; "mesmo que estivesse percorrendo uma estrada erma", descia do cavalo e, "ajoelhando-se na areia quente do caminho, inclinava a cabeça em oração". Até mesmo em meio a um combate com a polícia, era capaz de abaixar o fuzil e rezar "para que seu corpo permanecesse fechado" (Motta, 1930, p. 11).

Esse mesmo homem, porém, era dono de uma crueldade quase teatral. Os relatos, míticos ou não, trazem à tona um sadismo calculado. Diz-se que, em Queimadas (BA), humilhou um juiz de toga, obrigando-o a servir-lhe café; que, em outra ocasião, invadiu uma festa de casamento, despiu os noivos e os forçou a dançar. Sua frieza se estendia aos rendidos, como os sete soldados executados a faca, um a um, após Lampião pedir cinicamente que removessem suas "perneiras", pois "precisava delas" (Motta, 1930, p. 21-24). Chegou a castrar quatro homens em Tucano (BA); queimar viva uma mulher amarrada a uma árvore e usar um ferro com suas iniciais para marcar mulheres que lhe resistiam, tratando-as como "reses suas" ou "éguas brabas" (Motta, 1930, p. 21-24).

Era um "rei asiático" no sertão. Suas mãos longas, que "semelhavam garras", ostentavam "muitos anéis, com diamantes, tanto falsos quanto verdadeiros" (Motta, 1930, p. 7-8). Cobria-se de ouro, moedas raras e bebia licores franceses e whisky importado (*White Horse*). Esse reinado só foi possível graças à sua "organização feudal", uma rede de "coiteiros" (Pierson, 1972a, p. 311). Lampião extorquia coronéis e comerciantes através de cartas – por vezes datilografadas em papel timbrado – em troca de "proteção". Em contrapartida, "autoridades judiciárias" e fazendeiros lhe davam "coito" (abrigo), informações e, crucialmente, armas modernas – compradas, inclusive, de "vários oficiais que andavam em sua perseguição" (Facó, 1978, p. 62).

O fim desse reinado, no entanto, viria justamente pela quebra dessa "rede". O tenente João Bezerra, comandante da volante alagoana, entendeu que precisava caçar "os 'coiteiros', mais do que... Lampião" (Silva, 1940, p. 8-13). Astucioso, Bezerra conseguiu se infiltrar na "rede", fingindo simpatia pelos vaqueiros, lamentando a violência de outras volantes e até elogiando Lampião, fazendo-se passar por "mais um coiteiro do que um legítimo perseguidor" (Pierson, 1972a, p. 312). Ao ganhar a confiança deles, mapeou os esconderijos.

Por fim, Bezerra, já em Sergipe, confrontou um coiteiro que havia cooptado, mas que o vinha enganando para proteger Lampião. Sob a escuridão da noite e a mira de uma arma, Bezerra ameaçou: ou ele guiava a volante até o bando antes do amanhecer, "ou podia... mandar recado à família dizendo que deixaria de pertencer a este mundo". O coiteiro cedeu: "Seu Tenente, eu não vou morrer por causa dos outros! Enganei-o até hoje [...] porém pode preparar a espingarda que vai atirar nos cangaceiros" (*apud* Pierson, 1972a, p. 313).

Na madrugada chuvosa de 28 de julho de 1938, o coiteiro guiou a volante pela escuridão, através do Rio São Francisco, até a Grota do Angico, em Sergipe. A tropa surpreendeu o bando adormecido. Lampião, Maria Bonita e outros nove cangaceiros foram mortos na emboscada. Suas cabeças foram decepadas e levadas para Salvador. A vingança, no entanto, seguiu o ciclo: Corisco, o Diabo Louro, que escapara, retornou ao local e massacrou a família do vaqueiro que vigiava a fazenda, "para vingar a morte de Maria Bonita e Enedina" (Facó, 1978, p. 61).

Mesmo treze anos após sua morte, Lampião seguia como tema palpitante. A literatura de cordel o mitificou, atribuindo-lhe "virtudes jamais demonstradas em vida" e poderes miraculosos, como o de fazer o Rio São Francisco se abrir "para Lampião passa" (Pierson, 1972a, p. 309). Esse amálgama entre homem e lenda compõe o âmago da cultura sertaneja. Lampião, em sua dualidade de vítima e algoz, beato e demônio, é a encarnação máxima dessa realidade que se repete; sua própria morte, uma emboscada que apenas perpetuou o ciclo de retaliação, reforça a "teologia da vingança" de um povo que, abandonado pelo Estado, aprendeu a encontrar lei no cano de um rifle. A chama de seu apelido – o Lampião – é o próprio "lampejo" que irrompe da escuridão e da seca: uma luz que, ao mesmo tempo em que prometia a reparação e a justiça dos oprimidos, queimava tudo com o fogo da violência, tal qual o sol que devasta o sertão.



/ Figura 64: O casal do Cangaço: Lampião e Maria Bonita posam exibindo a indumentária e os adornos característicos do bando (1936)



/ Figura 65: Registro de parte do bando de Lampião realizado por Benjamin Abrahão (1936), com o líder cangaceiro posicionado como o terceiro da esquerda para a direita.

Afluente III: A ecologia ribeirinha

A noite que mergulha no sono. [...]
Esse outro hábito do tempo, a noite.
A purificação e o esquecimento. [...]
Que trama é esta
do será, do é e do foi?
Que rio é este cuja fonte é inconcebível?
Que rio é este
que arrasta mitologias e espadas?
É inútil que durma.
Corre no sonho, no deserto, num porão.
O rio me arrebata e sou o rio.
De matéria perecível fui feito, de misterioso tempo.
(Borges, p. 381, 1999, destaque da autora).

Você, meu neto, cumpriu o ciclo das visitas. **E visitou casa, terra, homem, rio: o mesmo ser, só diferindo em nome. Há um rio que nasce dentro de nós, corre por dentro da casa e desagua não no mar, mas na terra. Esse rio uns chamam de vida.**
(Couto, 2003, p. 169, destaque da autora).

Em outras palavras, gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco. Gostaria de ser um crocodilo porque amo os grandes rios, **pois são profundos como a alma de um homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como o sofrimento dos homens.**
(Rosa, 1965 *apud* Reinaldo, 2005, p. 74, destaque da autora).

A relação entre o homem e o rio desenrola-se aqui como um movimento pendular, que parte do exterior para retornar ao mais íntimo do ser. No início, sob a ótica de Borges, o rio surge como uma força externa que arrasta o sujeito – a "matéria perecível" – no fluxo de seu "misterioso tempo". É o momento da dissolução, ou seja, as águas "arrebatam" a forma estática do "eu", lançando-o ao *devir* e desembocando na coalescência existencial de quem se reconhece como o próprio fluxo: "sou o rio" (Borges, p. 381, 1999). Aqui, o homem deixa de ser observador para acessar a *duração bergsoniana*, onde a correnteza torna-se o próprio modo de experimentar a existência.

Em um segundo movimento, emerge a dimensão discorrida por Mia Couto, na qual o rio deixa de ser algo que corre "fora" e passa a nascer "dentro de nós". Rompem-se as fronteiras entre o ser ("homem"), o doméstico ("casa") e o natural ("terra"). Casa, terra, homem e rio já não constituem domínios apartados, mas modulações de um mesmo organismo – "o mesmo ser, só diferindo em nome" (Couto, 2003, p. 169).

Por fim, essa internalização se completa no espelhamento proposto por Guimarães Rosa . Se o rio passa a habitar o sujeito, também a alma se projeta para fora, afundando nas águas de Guimarães Rosa e *nascendo*, também, no rio. O rio é "profundo como a alma de um homem" porque suas profundezas e as do sujeito fundiram-se em um só lugar. O desejo de "ser um crocodilo" revela, portanto, o desejo de habitar a si mesmo, de mergulhar na própria alma que se tornou rio. Suas "águas vivazes e claras" figuram a face visível da psique; suas "profundezas" (Rosa, 1965 *apud* Reinaldo, 2005, p. 74) escuras, o leito onde repousa sofrimento humano. O rio, enfim, transfigura-se na paisagem visível da alma.

Essa tríade poética – a indistinção existencial (Borges, 1999), a internalização fluvial (Couto, 2003) e a externalização anímica (Rosa, 1965) – não é somente um recurso estético, mas a explicitação de uma mimese historicamente construída entre o homem e o rio, vínculo que se estabelece no porquê os seres humanos, de acordo com Lakoff e Johnson (1999), não se contentaram em estar no mundo: foi preciso *tornar-se* parte dele. A interação entre os povos e o ambiente, mediada pela faculdade mimética, alude, assim, à capacidade inata de imitar, representar ou interagir com o externo (Mowbray, 2009), produzindo e reconhecendo semelhanças (Benjamin, 1999). Essa propriedade da mimese, consequentemente, possibilitou uma forma de diálogo – tanto na esfera material quanto simbólica – onde sujeitos e águas se transformaram mutuamente.

Nesse entrelaçamento, o rio atua como uma espécie de *extensão* dos homens, sendo essa relação intrínseca desde as atividades cotidianas e laborais – cujo contato físico com a superfície "*vivaz e clara*" da água prevalece –, até as práticas míticas ou espirituais – associadas àquilo que o homem não consegue compreender completamente, mas que o rio talvez resguarde em suas "*profundidades escuras e tranquilas*". Simbolicamente, é dentro dessa relação mimética – onde a *mortalidade* sofrida do indivíduo toca a *eternidade* silenciosa do rio –, que os conceitos difíceis de serem vistos, conhecidos ou explicados por parte dos seres – tal como a vida e a morte –, emergem por meio de metáforas, lendas e encantamentos, advindos de uma possível *terceira margem*[140]: um espaço suspenso, que se encontra à parte das duas margens do rio.

140 Referência ao conto "Terceira Margem do Rio", publicado por João Guimarães Rosa em seu livro *Primeiras Estórias* (1994), lançado em 1962.

O afluxo dessa *terceira margem* (Rosa, 1994) verte para as crenças e histórias que permeiam o cotidiano, revelando como a superfície do rio, ao desbordar de seu leito, traz à superfície a *alma* que resguarda em suas profundezas. Nesse transbordamento, o rio extrapola sua condição de água que corre para se tornar o condutor de presenças que desafiam o que é possível enxergar na claridade do dia. Tal metamorfose aparece no relato de Dona Eva, para quem a cheia não era apenas um acontecimento material, mas o instante em que o mistério ganhava contornos humanos e passava a habitar o mundo dos homens na figura de um cavalheiro:

> Aí, quando o Rio estava cheio, [...] eles tinham a lenda que diz que tinha um cavalheiro. Um cavaleiro lá que entrava na cidade, com o Rio tudo cheio, não tinha por onde ele passar na seca não. Porque tinha um Marizeiro que enchia de água, e água descia no riacho todinha, rodeava a Pedra, né. Aí diz que tinha esse cavalheiro que ele entrava na cidade e saía e ninguém sabia por onde ele entrava nem por onde ele saía. E quem ia lá olhar que carvalheiro era esse? Ninguém! Que ninguém tinha coragem! (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento)

O cavalheiro de Dona Eva habita os interstícios entre o conhecido e o imponderável, manifestando-se no instante em que as águas desfazem a distinção entre o caminho da correnteza e o caminho dos homens. Esse estado de assombro ganha novas margens no depoimento de Primitiva[141], que situa o encantamento nesse mesmo limiar – onde o visível se deixa atravessar pelo oculto – à beira do São Francisco:

> A gente ficava também vendo o fogo corredor. [...] Um fogo que saía da Ilha dos Cabaço, para a Ilha do Tucú, para a Ilha da Viúva. Só um clarão... Parecia uma luz de carro. Nós chamava de fogo corredor ou fogo encantado. Contavam que existia também o nego d'água. Ele morava dentro do rio, mas diziam que não era todo mundo que via. Com a cabeça pelada. Pretinho... [...] Eu lembro quando eu lavava a louça na beira do rio... Os pratos de barro sumiam tudinho... Alguém pegava os pratos quando eu era pequena. [...] E embaixo dessas árvores [quixabeira, imbu, murici] eu via aquelas luzinhas da roça... Porque a gente aguava as plantas a noite. [...] Eu era criança ainda, eu ia pra de baixo do pé de quixaba e eu sentia que alguém chegava e balançava o pé. Mas quando eu olhava não tinha ninguém. **Era um encantamento. E ele existe.** (Primitiva, 2021, depoimento, destaque da autora).

141 Depoimento concedido por Dona Primitiva à autora. Rodelas (BA), 14 dez. 2021.

O relato de Primitiva é um fragmento de um cosmo muito mais amplo partilhado pelas populações tradicionais, um *encantamento* que tanto podia começar apenas como um *arrepio* sussurrado no cotidiano – a presença que balança o pé de quixaba na ausência de vento, o clarão solitário entre as ilhas, ou o desaparecimento repentino de pratos de barro –, quanto podia assumir a potência de *trovão*, desencadeando rituais e mitos fundadores. Era o caso das cerimônias indígenas nas cachoeiras, onde a água era reverenciada como elemento sagrado à vida, um bem comum que deveria fluir livremente para todos (Marques; Wagner; Menezes, 2018). José Maurício Arruti (1996), em sua dissertação *O Reencantamento do Mundo: Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararu*, explora a memória dessa mesma força, dispersa pelas águas das cachoeiras de Paulo Afonso e Itaparica. Ali, contam as narrativas, o "encantamento" dos "índios vivos" se consumou e uma população inteira, uma "tropa", lançou-se às águas, fundando a linhagem dos *Encantados*[142]. Estes passaram, então, a habitar as quedas d'água, encarnando entidades de "nações" antigas – isto é, espíritos ancestrais representantes de suas linhagens primordiais – cuja voz entoava o próprio estrondo das águas, um diálogo com a Natureza capaz de prever desgraças, mortes ou novos encantamentos. Entretanto, esse diálogo não perfazia apenas uma lembrança mítica, pois o ato primeiro, como Arruti (1996) discorre, nunca terminou, sendo ele apenas a origem de um processo que continua[143].

A presença que sacudiu a árvore de Primitiva é a mesma centelha que, através da devida preparação[144], ainda permite a um povo indígena, coletivamente, "encantar-se".

Mais do que um universo de entidades míticas, esse "encantamento" transborda da esfera da partilha para a experiência individual, operando à margem de delimitações tangíveis. Ele compõe, assim, um *não-lugar* "nessa água que não para, de longas beiras" (Rosa, 1994, p. 413) que corre dentro do homem, onde sua "matéria vertente"[145] jorra desordenada e, na interação com o rio, ganha margens, curso e um leito no qual seguir (Menezes, 2002). Nesse espaço subjetivo – onde o *vivido verte* em direção ao "rio abaixo, rio a fora, rio a dentro" (Rosa, 1994, p. 413) – foi inevitável a mimetização dos cursos d'água à condição existencial. Aliás, tal percepção mimética não é recente;

142 Entidades espirituais que, segundo as cosmologias dos povos indígenas do Rio São Francisco, habitam o mundo invisível – muitas vezes associadas a elementos da Natureza, como as águas e as cachoeiras – e atuam como guias e protetores da comunidade (Marques; Wagner; Menezes, 2018).

143 Esse encantamento coletivo é tido como a origem da própria aldeia, compreendida como uma unidade espiritual. Para Arruti (1996), esse ato primordial mantém a fresta aberta entre os mundos, impedindo que o encantamento se fossilize no passado e assegurando que ele permaneça acessível, aqui e agora, aos seus descendentes.

144 No sistema de crenças Pankararu, tal preparação passa pelo domínio do *segredo*, pelo ascetismo na mata e pela força da *juremada*, da *garapa* e do fumo. Mais do que requisitos, são esses elementos que afinam a percepção do indígena, habilitando-o a ouvir os *Encantados* e a sustentar a comunicação viva entre os mundos (Arruti, 1996).

145 Em *Grande sertão: veredas* (2001), João Guimarães Rosa apresenta a "matéria vertente" como a experiência vivida e narrada por Riobaldo em um longo monólogo dirigido a um interlocutor indefinido, o "senhor" doutor. Essa figura, que aparece somente através da fala de Riobaldo, serve como um pretexto para que o narrador tente articular de forma elaborada e linear suas vivências desordenadas. Seu relato, contudo, não seguirá uma ordem cronológica, mas tomará a forma ditada pela própria "matéria" a ser contada, que "não é uma vida de sertanejo [...], mas a matéria vertente" (Rosa, 2001, p. 99). Por isso, "contar é muito, muito dificultoso" (Rosa, 2001, p. 180), já que é uma tentativa de organizar e analisar a vida que *verte*. Portanto, narrar a "matéria vertente" é interpretar o *vivido* a partir de aspectos desnorteados, fragmentados e contraditórios: vertentes da matéria de que fala, *durações* de um tempo que se bifurca.

desde os primórdios[146], os rios foram associados não apenas à *arrebatadora* condição existencial ("eu sou"), mas também ao percurso da vida em si, de forma que: a nascente metamorfosearia a origem da vida; o curso com seus meandros, a trajetória *vivida*; e a foz, a passagem[147] para o mar, a dissolução e a morte.

Tal mímese entre povo e rio encontra sua expressão mais clara no Rio São Francisco, onde pensar no rio é ser remetido, quase que por instinto, ao nome afetuoso cunhado pelos sertanejos: *Velho Chico*. Mais que um apelido carinhoso, o nome nasce da tendência humana de personificar mimeticamente aquilo com que se estabelece uma relação vital. Essa personificação é natural, pois o próprio rio, em sua materialidade, oferece um possível análogo da existência humana: seus ciclos sazonais de cheias e vazantes mimetizam a pulsação da vida, em seus ritmos de fartura e escassez; seus movimentos, que guiam migrações e translados, espelham as correntes do destino, as idas e vindas dos encontros; e suas profundezas – desde a superfície "vivaz e clara" até o fundo escuro, que resguardava mistérios desconhecidos – incorporam a subjetividade que transcorre por sua "terceira margem". O rio deixa, assim, de ser somente um recurso para se tornar uma entidade personificada: a encarnação do 'rio da vida' – algo que não é apenas vivo, mas que possibilita que tudo ao seu redor, em meio à caatinga, também viva.

Em seu passado, a soberania do 'Velho Chico' como entidade era tamanha que moldava o próprio ritmo da existência. A vida produtiva da região era, em grande parte, coreografada pelo rio, cuja sazonalidade determinava os ciclos de trabalho. A agricultura, por exemplo, migrava pelo terreno, seguindo o pulso das águas: o plantio na caatinga, nas terras altas, dependia das chuvas, enquanto o cultivo nas 'vazantes' – terras férteis (incluindo as ilhas) expostas pela seca – florescia sobre o húmus deixado pela cheia. Também a pecuária extensiva, nômade por natureza, oscilava ao mesmo compasso hídrico: o gado buscava refúgio nas chapadas da caatinga durante as cheias, descendo novamente para as margens e ilhas onde o pasto vicejava com a vazante. A pesca, por sua vez, exigia um saber íntimo das variações do rio, demandando adaptação das técnicas e dos alvos conforme o nível das águas (cheia ou seca), os peixes de cada estação, principalmente, o período de resguardo da piracema – o ciclo reprodutivo (geralmente de novembro a março) que regia a atividade. Por fim, mesmo as atividades secundárias, que não dependiam diretamente de suas águas, dele necessitavam como via de transporte e comercialização.

Tal orquestração fluvial, porém, transcendia a imposição externa das condições naturais; ela se arraigava na existência das 'gentes do São Francisco', como um ritmo internalizado, um saber corporal e ancestral vivido em simbiose. Nessa mímese, o rio – com seus múltiplos estados e geografias – não somente oferecia sustento aos seus habitantes, mas também lhes delineava papéis a serem vividos, manifestando-se através das ações e saberes daqueles que o decifravam. Assim, essa relação com as águas e as terras engendrava a identidade de cada grupo, corporificando-se em personificações como o *ribeirinho*, o *barranqueiro*, o *vazanteiro* e o *ilheiro*.

O ribeirinho surgia, então, como figura basilar dessa personificação. Mais que um termo, ele encarna a condição intrínseca de viver sob a influência direta da água –, uma identidade geográfica e cultural traçada pela presença dominante do rio. Historicamente, segundo Rocha (1940, p. 19), esse tipo humano consolidou-se ao longo de "mais de três séculos", conservando "caracteres étnicos já muito nítidos e estáveis". Essa figura derivava da miscigenação – primariamente "do índio e do luso", incluindo "laivos de sangue negro" (vestígios de ancestralidade africana) – e da profunda adaptação ao ambiente. Para o autor, o ribeirinho representava "a perfeita encarnação do tipo bandeirante rijo, que lutou com a Natureza".

Dentro dessa categoria ribeirinha, emerge o barranqueiro como a expressão específica da margem, da "beira" do rio. Thèry (1980, p. 1014) aponta que, originalmente, ele era o habitante que fincava raízes às margens para viver da pesca e de uma "pobre agricultura de vazante", cultivando nas margens e nas ilhas descobertas pela baixada das águas algumas culturas de subsistência. Diferente do vaqueiro ou do fazendeiro, o barranqueiro tradicional vivia exclusivamente dos recursos imediatos do rio, buscando apenas a sobrevivência diária (Souza, 2013), tendo nas vazantes e ilhas – onde o limo fértil era anualmente reposto (Chagas, 2013, p. 29) – seu principal local de trabalho. Com o tempo e a urbanização, Neves (2004) observa que o termo se expandiu, passando a designar também o habitante (rural ou urbano) cuja conexão primordial com o rio persiste no olhar e na memória, mesmo quando as mãos já não dependem diretamente dele. O barranqueiro simboliza, assim, a interface, a fronteira porosa e vivida entre a terra firme e o mundo líquido.

146 Primórdios pré-socráticos (500-450 a.C.), através dos quais Heráclito de Éfeso já manifestava a mímese rio-vida, ao concluir que "a vida é como um rio, corre sem cessar, mas não podemos tocá-la duas vezes no mesmo ponto. O tempo flui incessantemente e, com ele, tudo o que existe se transforma" (Heráclito de Éfeso, 1999, p. 25).

147 Na mitologia grega, Caronte (o barqueiro) realizaria a passagem das almas dos mortos para o reino subterrâneo de Hades, por meio da planície de *Letes* ou do esquecimento (Platão, 1993, 621a). O rio Aqueronte (rio da Morte) corresponderia, então, à fronteira entre o mundo dos vivos e o dos mortos, que precisaria ser *atravessada* – de forma que morrer significaria a travessia para um outro estágio.

Numa relação umbilical com a sazonalidade do Velho Chico, formam-se o vazanteiro e o ilheiro. O vazanteiro é aquele que, alinhado ao ritmo da vazante, atualiza a promessa de fertilidade do rio em subsistência, cultivando o lameiro deixado pelo recuo das águas. Fundamentalmente definida pela prática da agricultura de vazante, sua identidade se perfaz, assim, nesse diálogo com a generosidade intermitente das águas. O ilheiro, por sua vez, personifica a resiliência e a adaptabilidade da vida insular. Embora frequentemente também realize a agricultura de vazante, sua singularidade reside primariamente no lugar de moradia. Tal condição de isolamento exige ajustamentos e o desenvolvimento de saberes próprios para navegar, plantar e pescar em um território inteiramente cercado e regido pelas águas. É como se a tenacidade solitária da própria ilha se materializasse na figura do morador, cuja existência era ditada pelos *caprichos* do rio. Assim, enquanto o ribeirinho representa a condição geral de viver próximo ao rio e o barranqueiro a conexão específica com a margem (seja ela prática ou memorial), o vazanteiro destaca-se pela *prática* agrícola ligada aos ciclos de seca e cheia, e o ilheiro pela *residência* e modo de vida adaptado ao ambiente insular. É preciso, contudo, reconhecer as sobreposições e evitar generalizações que homogeneízem esses grupos (Souza, 2013), pois existem vazanteiros que são ilheiros, barranqueiros que são vazanteiros, e assim por diante, em uma trama de identidades fluidas como o próprio rio.

Tal dinâmica identitária, entretanto, apresenta ainda outras nuances, incidindo por sobreposições de dimensões. À base territorial – que define o lugar de natureza socializada onde se vive (o barranco, a vazante, a ilha) – associa-se a dimensão laboral, que qualifica a atividade preferencial ali realizada (lavrador, agricultor, roceiro, pescador). Isso permite combinações identitárias como pescador-ilheiro ou agricultora-vazanteira (Souza, 2013). Além dessas, um qualificador étnico-político surge como um marcador que se intersecciona com as categorias anteriores. Araújo (2009), por exemplo, analisa "as comunidades negras vazanteiras" sob a ótica tanto territorial (vazanteira) quanto étnico-política (quilombola). De modo similar, o fator étnico constitui a característica predominante na definição dos povos ou comunidades indígenas; para estes, a identidade étnica sobrepõe-se às categorias laborais ou territoriais, e sua territorialidade específica é frequentemente reconhecida pela Funai como "terras indígenas".

Apesar da persistência de categorias territoriais, as identidades laborais mais autodeclaradas são as de pescador e agricultor (ou lavrador, roceiro), muitas vezes combinadas (Souza, 2013). Elas refletem a oscilação entre terra e água ditada tanto pelos ciclos físicos do rio (cheia e seca) quanto pelos ciclos regulatórios, a exemplo do defeso – período em que a pesca é legalmente suspensa para garantir a reprodução das espécies, obrigando o pescador a se voltar para a roça (De Paula, 2009). O depoimento de Dona Eva sobre seu pai humaniza essa combinação de papéis, ilustrando uma vivência que equilibrava a sazonalidade da agricultura com a constância da necessidade:

> Porque a gente vivia uma vida simples, né, a gente vivia da roça e da pesca, né? Era, então meu pai era pescador e plantava roça, e também trabalhava de pedreiro, né. Durante o dia, ele trabalhava de pedreiro e à noite ele pescava. Aí quando chegava a época de ir para a ilha plantar, ele ia um período, ficava plantando, e outro período ficava trabalhando, né, como pedreiro. (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento).

Essa simbiose, porém, não se definia apenas pela relação com a terra – margem, vazante ou ilha – e os ofícios lá desenvolvidos, mas também pelo domínio do rio como curso, como movimento. Havia aqueles que faziam do rio sua estrada, instaurando uma mímese não mais com o rio-lugar, mas com o rio-fluxo; uma integração cinética em que o homem não somente dominava a correnteza, mas se tornava o próprio caudal, fundindo seu ser à travessia. Hoje, praticamente lendários, os barqueiros, remeiros, canoeiros, passadores e vapozeiros corporificavam não o rio-estático, mas sua corrente, convertendo o movimento em um condutor de comunicação e cultura (De Paula, 2009; Neves, 1998). Os barqueiros, donos das embarcações, eram o centro social e econômico itinerante, levando e trazendo notícias, remédios, crédito e mercadorias (Chagas, 2013). Os remeiros, com o corpo marcado "em alto relevo" pelo "calo da vara" (Lins, 1983, p. 90) – estigma físico do fluxo em sua pele, inscrito pela força bruta exigida para mover as barcas contra a corrente –, eram a personificação do esforço, da resistência e da integração física com as águas. Eles não apenas navegavam; eles *eram* a própria propulsão do rio-estrada, difundindo canções, histórias e modos de vida ao longo de suas margens, contribuindo para a unidade cultural da bacia (Neves, 1998). A dureza de sua faina, uma "luta corporal e diária com a morte" (Lins, 1983, p. 90), sob condições frequentemente desumanas (Neves, 1998; Cavalcanti, 1998), evidencia a dimensão áspera dessa interdependência. O desaparecimento gradual dessas profissões, substituídas primeiro pelos vapores e depois pelas estradas de rodagem, não significou apenas uma mudança econômica, mas o silenciamento de uma forma particular de *ser-rio*, uma lembrança que hoje sobrevive apenas nos relatos dos mais velhos (Oliveira, 2009).

A função de "condutor de comunicação e cultura" (De Paula, 2009; Neves, 1998), encarnada pelos barqueiros e vapozeiros, testemunha que a mímese com o rio ia além da esfera laboral. A simbiose, seja na terra firme (com o rio-lugar) ou na correnteza (com o rio-fluxo), não se esgotava no indivíduo: ela se completava em uma *mímese* social. Além de encarnar as várias personificações do rio (barranqueiro, ilheiro, remeiro), as 'gentes do São Francisco' espelhavam sua natureza agregadora e partilhada, alinhavando um modo de vida pautado na 'irmandade'. As figuras que conectavam as margens eram, portanto, a presença itinerante desse *ethos*. O rio, como eixo de integração, não "ensinava" a partilha; ele a impunha como um imperativo de sobrevivência. Sua condição de bem comum, que a todos pertencia e por todos transitava, diluía a noção de um "eu" em um "nós", transformando a vizinhança em uma extensão da família – e essa família, em uma extensão do rio, e o rio, em uma extensão das gentes. Essa solidariedade, que emerge como a principal memória afetiva daqueles que viveram a antiga paisagem, é o que relata Ceiça[148], ao descrever sua infância como um tempo em que os vizinhos "não eram vizinhos [...] eles eram irmãos":

> Na minha infância a coisa mais linda que eu achava era que lá os vizinhos, eles não eram vizinhos, e eu tenho isso comigo vivo até hoje. Eles eram irmãos. Eles matavam um... digamos assim... um boi, uma ovelha, uma coisa assim... e saíam dividindo para os vizinhos, os amigos. No final do dia eles se juntavam e iam todos, eu me lembro muito bem, claramente, iam tudo lá para minha casa, que tinha uma, eles chamam de terreiro, um quintal, enorme, né, e se juntavam. Na época da colheita, os vizinho iam ajudar um a colher, ao outro. Aí terminava com a daquele vizinho, e ia para o outro vizinho. Ninguém cobrava nada de ninguém, era muito isso. [...] todo mundo se ajudava, todo mundo era muito unido. Isso era coisa que nunca me saiu da minha mente, as pessoas eram amigos de verdade. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

A "irmandade" descrita por Ceiça encontra ressonância no relato de Dona Eva. O depoimento dela destrincha a *partilha* como o mecanismo que tornava a vida, mesmo "pobre, humilde", não apenas suportável, mas "boa". Dona Eva introduz, então, seu "sofrimento alegre", um sentimento onde a dureza da escassez era contrabalançada pela onipresença da solidariedade, um sistema onde a interdependência garantia que "ninguém passa[sse] fome":

148 Depoimento concedido por Ceiça (Maria da Conceição Ferreira dos Santos) à autora. Petrolina (PE), 12 jul. 2024.

> E aí era a vida da gente: uma vida muito simples, uma vida pobre, humilde, né. A gente sofria mas era um sofrimento alegre, era um sofrimento que dava pra gente sobreviver, né. Então ninguém passava fome, porque o que um vizinho tinha dividia com o outro, né. Por exemplo tinha pessoas que pescavam, tinha um senhor mesmo que pescava, era a rede de caroá, e matava muito peixe. Então, as pessoas mais pobre, ele dava o peixe. E aí, o resto do peixe, ele salgava para vender para fora, né. Então era assim uma coisa muito... Tinha muita partilha [...] tinha pessoas que ajudavam, né? A ele tratar o peixe, e aquelas pessoas ele dava, ele pagava também em dinheiro, né. Então era uma vida assim... boa. Para nós era boa, não tinha... É claro que toda vida tem sofrimento, né. (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento).

Os relatos de Ceiça e Eva, ao humanizarem a 'irmandade' e a 'partilha', encerram este terceiro afluente. As "gentes do São Francisco", assim, não apenas viviam *do* rio, mas viviam *com* o rio e *sendo* o rio, replicando em sociedade o mesmo princípio fluvial de conexão e partilha. A "irmandade" e a "partilha" não eram, portanto, virtudes morais, mas a condição de existência – a transposição cultural da simbiose com um ecossistema que, ao mesmo tempo que ditava os ritmos da vida, regulava a reciprocidade como condição de sobrevivência. É essa interdependência total – do rio com o homem, da terra com o rio, do homem com a terra, e do homem com o rio – que compõe o "sertão ancestral", um sertão onde "tudo é e não é" (Rosa, 2001, p. 15), engendrando um ciclo de espelhamentos onde cada parte é o outro, sem nunca deixar de ser si mesma [149].

Completa-se, assim, a tríade da interdependência que definia a Face 1 (o "Sertão Ancestral"), não como uma soma de partes, mas como uma rede de mimetizações cíclicas. Nela, o Afluente I (o Rio) regeu os ciclos do tempo hidrológico e da ocupação humana que, por sua vez, esculpiram a Terra (Afluente II) – definindo tanto suas vazantes férteis quanto sua caatinga de resistência e fé. Por fim, este Afluente III (o Homem) demonstrou como a vida humana se embrenhava em ambos, mimetizando os ciclos da natureza em seus ciclos de trabalho (pesca, agricultura), e em sua estrutura social ('irmandade').

É nessa cadeia de reflexos mútuos – onde o rio reflete o homem, o homem reflete a terra, e a terra reflete o rio – que o Sertão Ancestral do Submédio São Francisco se cristaliza como o Cristal Perfeito da teoria deleuziana.

149 Esta frase encapsula a interdependência entre os três afluentes, seguindo o ciclo de espelhamentos. O "rio reflete o homem" alude ao Afluente I, onde os ciclos hidrológicos regem a ocupação humana. "O homem reflete a terra" remete ao Afluente II, na simbiose entre o sertanejo e a caatinga. "A terra reflete o rio" retorna ao Afluente I, focando em como o rio, através de suas vazantes, torna a terra fértil. Finalmente, a aparente repetição, "o homem reflete o rio", fecha o ciclo e refere-se ao Afluente III: a mimese cultural (o "ser-rio") onde o homem, ativamente, espelha o fluxo fluvial em sua identidade e estrutura social (irmandade, partilha).

Ali, a coincidência absoluta entre a imagem atual e a imagem virtual formava um sistema isomórfico (Deleuze, 1990), manifestado na circularidade do tempo, onde a realidade vivida (o atual) estava em perfeita sincronia com a memória ancestral dos ciclos naturais (o virtual). A cheia não era um evento imprevisto, mas a atualização de uma memória ecológica que o vazanteiro já aguardava; a seca não era o fim, mas a etapa necessária de um ciclo de renovação conhecido. Havia, portanto, um circuito fechado, uma "ciranda do tempo" (Santos, 2018, p. 20), que girava sobre si mesma, assegurada por uma dinâmica interna onde a cultura e a natureza se retroalimentavam. Essa unidade indissociável entre o visível (atual) e o invisível (virtual) faz-se imagem no dizer de Dona Eva sobre a corrente de ouro que unia as margens:

> O povo falava também que lá do Pico do Amor, lá da ponta da pedra pro morro, não tem um morro do outro lado do Rio, assim, uma ponta de um morro? Diz que tem uma corrente de ouro. E a gente tinha tanto medo dessa corrente, que diz que se a corrente quebrasse, a cidade sumia. E a gente tinha medo da corrente quebrar [...] (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento).

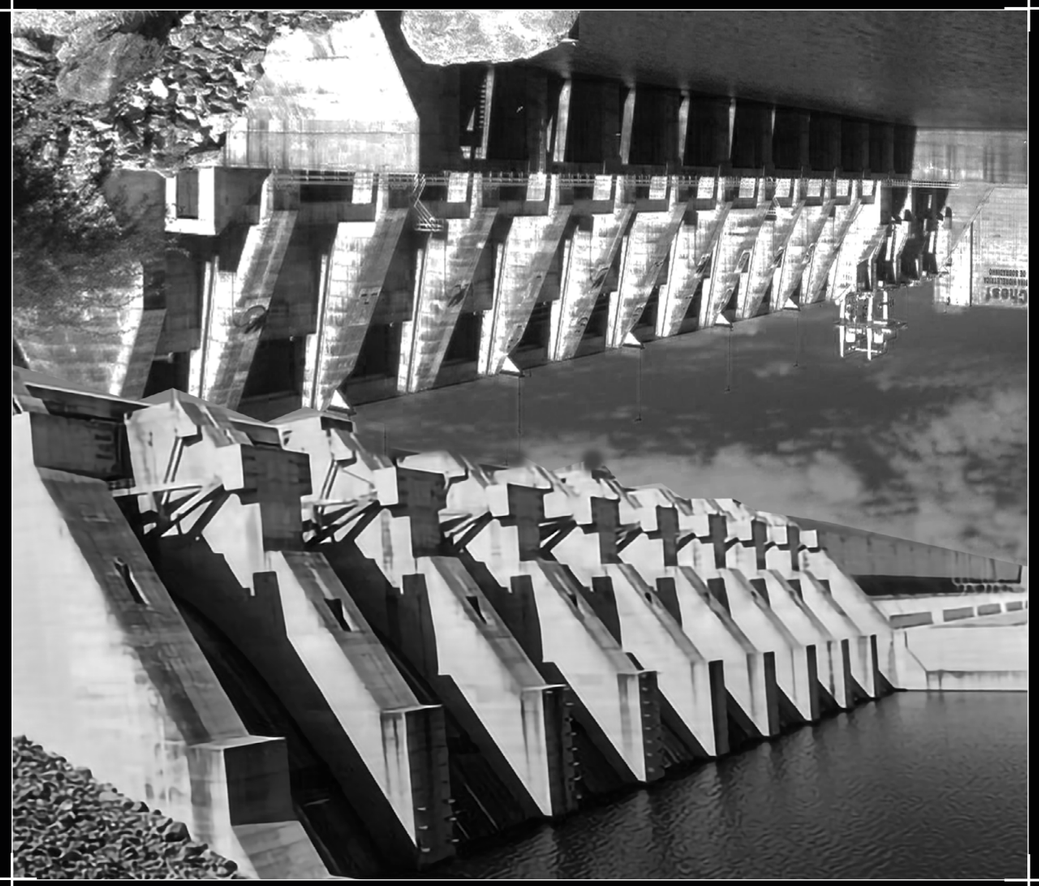
A corrente de ouro era o vínculo invisível que atava o destino daquelas gentes ao encantamento da paisagem, impedindo que a existência da cidade se dissolvesse no vazio. Sob esse amparo simbólico, o tempo não avançava em linha reta rumo a um "progresso" exterior, mas pulsava em um eterno retorno de cheias e vazantes. O "espelhamento" das águas do Velho Chico funcionava, portanto, como a membrana límpida onde a vida ribeirinha se mirava e se reconhecia, sem distorções. Era um mundo completo em si mesmo, autossuficiente em seus saberes laborais e simbólicos, suas crenças e suas técnicas de sobrevivência. A "perfeição" deste cristal, ainda, não residia na ausência de dor ou dificuldade – como atestam a fome e a violência –, mas na integridade de sua estrutura, onde cada dureza do caminho vertia em vida: ora pela técnica que arrancava sustento da terra, ora pela fé (ou do rifle) que conferia sentido ao sofrimento.

Nesse estado cristalino, o tempo não avançava em linha reta rumo a um "progresso" exterior, mas pulsava em um eterno retorno de cheias e vazantes. O "espelhamento" das águas do Velho Chico funcionavam como a membrana límpida onde a vida ribeirinha se mirava e se reconhecia, sem distorções. Era um mundo completo em si mesmo, autossuficiente em seus saberes laborais e simbólicos, suas crenças e suas técnicas de sobrevivência. A "perfeição" deste cristal, ainda, não residia na ausência de dor ou dificuldade – como atestam a fome e a violência –, mas na integridade de sua estrutura: era um sistema que possuía todas as respostas para as perguntas que o meio lhe impunha, fosse através da técnica que arrancava sustento da terra, fosse através da fé (ou do rifle) que conferia sentido ao sofrimento.

Todavia, a estabilidade do Cristal Perfeito é, por natureza, frágil. Sua beleza especular depende de que o circuito entre o atual e o virtual não seja interrompido por uma força exógena. Ele subsiste apenas enquanto o *espelho* permanece intacto. Mas todo cristal, em sua clausura, porta a iminência da fratura. Foi sobre essa superfície vítrea que, a partir da segunda metade do século XX, uma força *estranha* a esse ecossistema – a racionalidade tecnocrática da engenharia – incidiu. Não para refletir-se nesse espelho, mas para quebrá-lo. A construção das grandes barragens seria a fissura que romperia o circuito fechado do tempo ribeirinho , sendo o golpe que, ao estancar as águas, rompeu finalmente a corrente de ouro de Dona Eva. Estanca-se aqui o tempo cíclico. Na próxima face, adentramos o tempo da ruptura: o momento em que a barragem se ergue, o cristal se racha e, por suas fendas, o "sertão ancestral" escoa para dar lugar a uma nova paisagem: A Paisagem da Engenharia.

Face 2:
A paisagem da engenharia

/ Figura 66: A boca maior de concreto: colagem em preto e branco espelhando as estruturas das barragens (os pilares do vertedouro) de Sobradinho (acima) e Itaparica (abaixo) para simular os dentes da usina que tudo devora.



O operário velho com orgulho ostenta
no velho capacete sete cruzes talhadas a
canivete, **uma para cada cidade que com
as mãos próprias houve por afogar**. **É
ele quem instala dinamite e explode com
malvado gosto as paisagens condenadas.**
Granjou fama nos canteiros de obras de norte
a sul do país. **O matador de cidades. Mata
sem dó, compaixão ou piedade, a mando
do governo.**
**O operário velho viaja o país de ponta
a ponta, de barragem em barragem,
explodindo a sólida natureza para dar
passagem ao assassino líquido que afoga as
cidades.** Não vê a hora de talhar no capacete
a oitava cruz, resultante do assassinato dessa
mais uma cidade à morte condenada sem
direito a defesa.
(Rezende Jr., 2019, p. 35, destaque da
autora).

**Vira usinas comer
as terras que iam encontrando;
com grandes canaviais
todas as várzeas ocupando.**
O canavial é a boca
com que primeiro vão devorando
matas e capoeiras,
pastos e cercados;
com que devoram a terra
onde um homem plantou seu
roçado;
depois os poucos metros
onde ele plantou sua casa;
depois o pouco espaço
de que precisa um homem
sentado;
depois os sete palmos
onde ele vai ser enterrado.
[…]
Mas na Usina é que vi
aquela boca maior
que existe por detrás
das bocas que ela plantou;
[…]
**Só na Usina é que vi
aquela boca maior,
a boca que devora
bocas que devorar mandou.**

Na vila da Usina
é que fui descobrir a gente
que as canas expulsaram
das ribanceiras e vazantes;
**e que essa gente mesma
na boca da Usina são os dentes
que mastigam a cana
que a mastigou enquanto gente;**
[…]
Numa usina se aprende
como a carne mastiga o osso,
se aprende como mãos
amassam a pedra, o caroço;
[...]
**Para trás vai ficando
a triste povoação daquela usina
onde vivem os dentes
com que a fábrica mastiga.
Dentes frágeis, de carne,
que não duram mais de um dia;
dentes são que se comem
ao mastigar para a Companhia;**
[...]
**Vi homens de bagaço
enquanto por ali discorria;
vi homens de bagaço
que morte úmida embebia.**
(Melo Neto, 2012, p. 30-32,
destaque da autora).

Durante séculos, a perenidade do Rio São Francisco em plena região semiárida foi um fator privilegiado para atrair populações e consolidar cidades – honrando a máxima romana "*Acquae condunt urbes*": "as águas fundam cidades" (Torres, 2016). A nova paisagem da engenharia (Face 2), contudo, forçou o rio a renegar sua função ancestral e, após 1970, suas águas, ao invés de *fundarem*, *afundaram* cidades. Com o propósito de expandir a oferta energética e promover o desenvolvimento no "Polígono das Secas", o Estado – através da CHESF e da Cvsf – implementou um plano que acorrentou o rio com imensas paredes de concreto. Ao represar suas águas, tais infraestruturas converteram-nas em poços colossais que, além de afogar núcleos urbanos inteiros e deslocar compulsoriamente milhares de famílias, infligiram ao rio sua fratura fundamental.

Esta nova paisagem – apontada na obra do "matador de cidades" (Rezende Jr, 2019) e a partir da "boca maior" da Usina (Melo Neto, 2012), os devoradores da paisagem ribeirinha (Face 1) – espelha tal fratura, cuja expressão visível é o próprio lago. Ao dilatar-se, o lago transformou a antiga paisagem em distância, sangrando até onde a vista não alcança. Instaurando um novo silêncio sobre as águas, o rio, agora encapsulado, deixa de ser um diálogo com a vida para se tornar a imagem da estagnação – o poço. É este *poço* que o subcapítulo 1.2 analisa, decompondo a fratura em três escalas: primeiro, a morte do *pulso* (1.2.1), onde o rio se desfalece com seu "*pulso paralítico*", rompendo com a simbiose cíclica pré-estabelecida; segundo, a morte do *rio* (1.2.2), onde ele vira um 'mar' que, ao invés de produzir umidade, produz um *temporal* de secas-relâmpago; e terceiro, a morte da *vida* (1.2.3), na qual a ecologia se inverte e consagra um ciclo necrófago.

Poço I: O Pulso Paralítico

> – E então, doutor?
> – Então, o quê?
> O médico sacode a cabeça, sem expressão. Vezes sem conta já se tinha debruçado sobre o Avô, tomado o pulso, levantado a pálpebra, apalpado o peito. Uma vez mais se sujeitava ao repetido interrogatório:
> – Ele está morto, doutor?
> – Clinicamente morto.
> – Como clinicamente? Está morto ou não está?
> – Eu já disse: ele está em estado cataléptico.
> – Estado quê?
> Amílcar ergue os olhos para o tecto, enquanto os dedos, nervosos, percorrem a borda do copo já vazio.
> – Ninguém me pode encher outra vez este copo?
> – Explica melhor, doutor, não estamos habituados a esses vocabulários. Diga uma coisa: ele respira, o coração bate?
> – Respira mas a um nível quase imperceptível. E **o pulso está tão fraco que não o sentimos.**
> (Couto, 2003, p. 24-25, destaque da autora).

O "Pulso Paralítico" é o diagnóstico do Velho Chico "clinicamente morto" (Couto, 2003, p. 24), cujo "pulso está tão fraco que não o sentimos". Trata-se de uma consequência da implantação da "Usina" descrita por Melo Neto (2012): a "boca maior" da engenharia que, em seu *abocanhamento*, instaura um "trauma ecológico" (Sene; Moreira, 2000, p. 376), onde a ação devoradora do homem impõe uma alteração nas "propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente" (Brasil, 1986, art. 1º). Este "Poço I" não analisa um impacto distante, mas a própria *trituração* infligida pelas barragens de Sobradinho e Itaparica. Ao *repartirem* o Velho Chico, a "boca" faminta das Usinas substituiu sua "água viva" pela "água morta" (Acqua Movie, 2019), instaurando uma "morte que apodrece" (Melo Neto, 2012, p. 33) – uma morte que, como adverte o poeta, não é a morte natural do "rio [que] seca", mas a necrose decorrente da estagnação.

O objetivo deste subcapítulo é, portanto, dissecar a ação de *mastigação* – a mecânica hidrológica pela qual o rio foi *paralisado*. Um rio cujas águas, "de tão calmas, isentas de

marés e correntes [...] parecem incapazes de beber uma cidade inteira" – como o fizeram. "Mas que ninguém se engane com a sede das águas, menos ainda com a fome do homem pelos progressos" (Rezende Jr, 2019, p. 17). Foi essa "fome" que, ao erguer Sobradinho e Itaparica, impôs a estagnação ao Velho Chico. O "pulso do rio" (Afluente I) e o ciclo natural das cheias – evento que sustentava toda a "ecologia ribeirinha" (Afluente III) – foram, então, assassinados, substituídos por um sistema de controle de vazão comandado pela demanda energética. O resultado foi a transformação do rio *vivo* no "poço de água paralítica" (Melo Neto, 1994, p. 350) que a "Companhia" (Melo Neto, 2012, p. 32) *devorou*, atestando o potencial de um reservatório de modificar tanto espacialmente quanto temporalmente os fenômenos (Santos, 2008, p. 88).

A cascata de barragens, destrinchada na Introdução, é um sistema em série (Tabela 3), de grandes complexos *regularizadores* que provocou as modificações mais significativas no regime do rio (Martins *et al.*, 2011, p. 1055). Essa transformação foi protagonizada pelos dois maiores reservatórios de acumulação da bacia: a UHE de Sobradinho (1979), a principal "no quesito capacidade de acúmulo de água" (Martins *et al.*, 2011, p. 1056) – com seus 4.214 km² de lago –, e a UHE Três Marias (1952). São essas as duas *caixas d'água* – uma metáfora para sua função de acumular o fluxo do rio, ao represar o volume das cheias (originadas das chuvas nas cabeceiras) – que, de fato, ditaram o ritmo de todo o curso à jusante. A UHE de Itaparica (1988), com seus 834 km² de lago, situada cerca de 280 km a jusante de Sobradinho, atua em sequência, consolidando esse novo regime. Concebidas como "reguladores" (Silva, 2002, p. 29), essas usinas foram projetadas para gerar energia e controlar cheias; no entanto, conforme alertam Martins *et al.* (2011, p. 1055), essa "regularização" se tornou uma "fonte potencial de conflito" entre a geração de energia, o abastecimento público, a irrigação e a vazão ambiental – isto é, o fluxo mínimo de água necessário para manter a sobrevivência do ecossistema à jusante.

/Tabela 3 – Características das barragens localizadas no Rio São Francisco

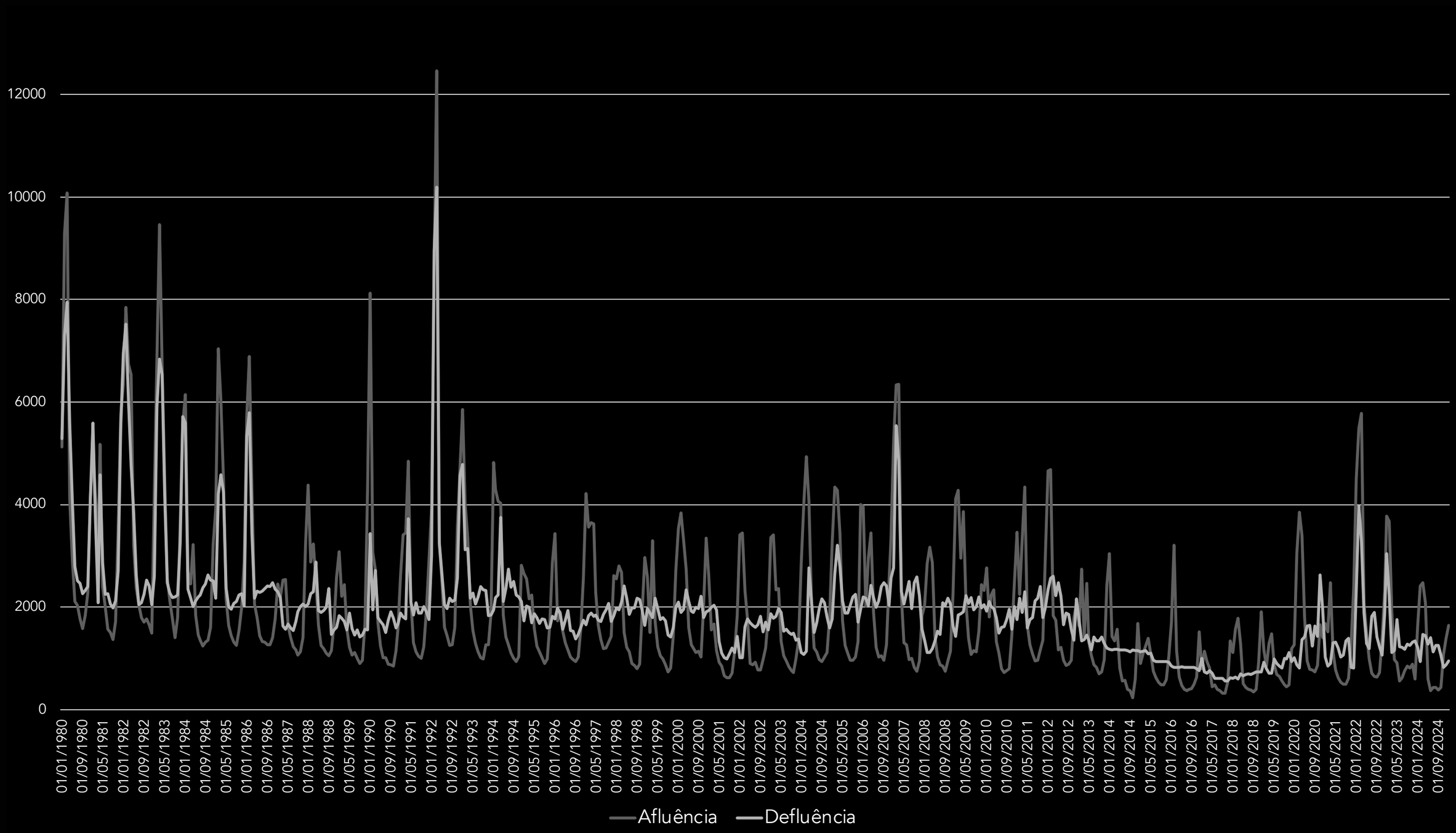
Complexo	Região fisiográfica	Abertura	Pot. (MW)	Volume Total (m³)	Volume Útil (m³)
Três Marias	Alto	1952	396	19 bilhões	15 bilhões
Sobradinho	Médio	1979	1.050	34 bilhões	28 bilhões
Itaparica	Submédio	1988	1.500	10 bilhões	3 bilhões
Moxotó	Submédio	1977	400	1,2 bilhões	180 milhões
Paulo Afonso I, II e III	Submédio	1954, 1961, 1971	1.489	26 milhões	9,8 milhões
Paulo Afonso IV	Submédio	1979	2.460	127,5 milhões	29,5 milhões
Xingó	Baixo	1994	3.000	3,8 bilhões	41 milhões

Fonte: Adaptado de Santos (2008) e ANA (2026). Nota: Os empreendimentos estão ordenados geograficamente no sentido do fluxo do rio, da nascente em direção à foz (montante a jusante).

Em essência, a função de "regularização" é a eliminação dos extremos sazonais. Essa intervenção, entretanto, *sufocou* o "pulso do rio" (1.1.1), que antes oscilava entre picos de cheia (superiores a 13.000 m³/s) (Andrade, 2004, p. 140) e uma vazão média natural de 2.980 m³/s no período chuvoso (Enge-Rio, 1993, p. 166). A *morte* desse pulso foi quantificada pelo estudo de Martins *et al.* (2011, p. 1054), que registra uma "redução percentual média de 6 a 12% nas cotas maiores" (correspondentes aos picos do período chuvoso, de janeiro a maio) e, inversamente, uma "elevação de 20 a 32% nas cotas menores" (referentes aos níveis do período de estiagem, de junho a novembro). Em suma, o rio foi forçado a parar de encher e a parar de secar – deixando de ser um rio para se tornar um canal de vazão controlada.

/Gráfico 1: O Eletrocardiograma do Pulso Paralítico: Sobradinho (1980-2025)

Gráfico de Afluência Média Mensal vs. Defluência Média Mensal de Sobradinho



/Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Agência Nacional de Águas (ANA). Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR). Dados históricos do reservatório Sobradinho, 1980-2025. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar0/MedicaoSin. Acesso em: 03 nov. 2025.

A análise de longo prazo (1980-2025) dos dados de Sobradinho – a *caixa d'água mestra* – ilustra o *eletrocardiograma*[150] completo desse "Pulso Paralítico" (Gráfico 1). Desde seus primeiros anos (1980-1981), o gráfico já expõe a barragem *amputando* o pulso natural segundo suas primazias, em vez de acompanhá-lo – enquanto a Afluência (água que entra) caía da média mensal de 5.030 m³/s (janeiro/81) para 3.249 m³/s (março/81), a Defluência (água que a CHESF libera) despencava de 5.593 m³/s para 2.090 m³/s, demonstrando a prioridade da Companhia em reter o fluxo para encher sua vasta *caixa d'água* nos primeiros anos de operação. Um último pulso ainda "perceptível", embora já controlado, ocorreu no pico de 1991-1992, quando uma cheia de 12.463 m³/s (média de março/92) forçou a liberação de 10.197 m³/s. Mesmo com uma retenção de 2.000 m³/s, que já *decapitava* o pico da cheia, o pulso ainda era visível, pois a Defluência (saída) ainda era forçada a reagir à Afluência (entrada); liberando um volume (10.197 m³/s) ainda assim gerava uma cheia à jusante – uma dinâmica de reação[151] que, como os dados do gráfico demonstram, cessa a partir de 1994.

O cessar desse pulso marca a "morte clínica" (Couto, 2003) – o momento em que a Defluência (saída) se descola da Afluência (entrada) –, uma virada imposta pela inauguração da UHE de Xingó (1994), que exigiu uma nova operacionalização de toda a cascata. Como Xingó é uma usina "a fio d'água" (com reservatório pequeno), ela demanda uma vazão constante para otimizar sua geração. A Companhia, portanto, reconfigurou o sistema, passando a usar Sobradinho (a "caixa d'água") para *matar* o pulso à montante. A partir daí, a Defluência (saída) se dissocia totalmente da Afluência (entrada), estabilizando-se em um *patamar* artificialmente *paralisado*. No período 1996-1997, por exemplo, a Afluência *natural* ainda tem um pulso sazonal (transitando da vazante de novembro/96, com 1.586 m³/s, para a cheia de janeiro/97, com 4.222 m³/s), mas a Defluência (saída controlada) ignora essa variação, privilegiando manter o reservatório de Sobradinho o mais cheio possível, garantindo a geração de energia futura, mesmo ao custo de "matar" a cheia vital para o rio à jusante. O desfecho, assim, é a efetiva *domesticação* do rio, que se acentua na fase de *asfixia* pós-2013[152], quando o gráfico mostra a Defluência despencar de seu patamar de 1.300 m³/s para níveis críticos de 550 m³/s.

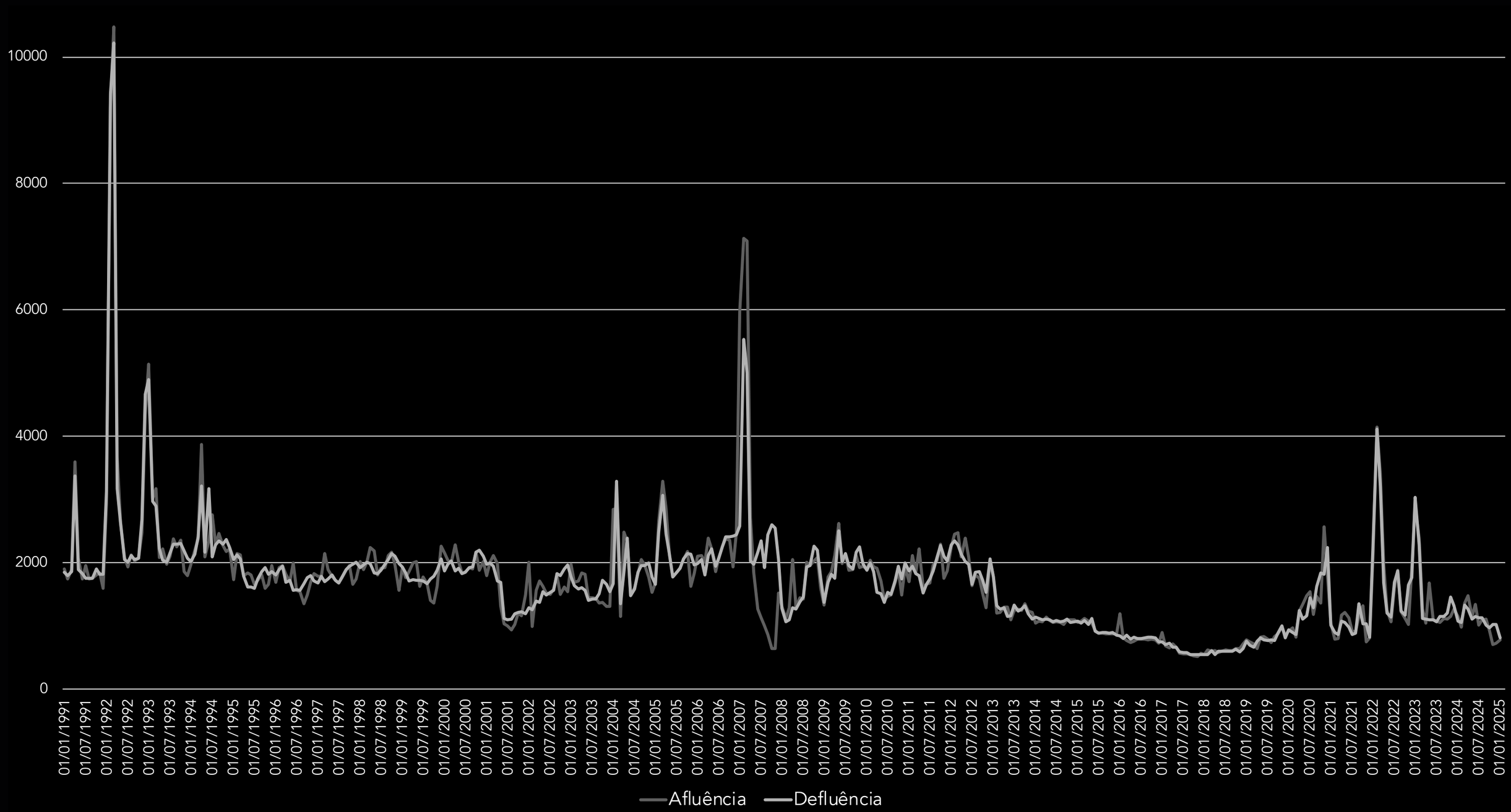
150 A metáfora do eletrocardiograma é usada aqui para elucidar a análise dos dados de vazão. A Afluência (água que entra) representa o "pulso natural" do rio, com seus picos e vales sazonais (o batimento cardíaco variável). A Defluência (água liberada pela barragem) representa a resposta controlada pela engenharia. Um rio "saudável", sem barragens, não teria "afluência" ou "defluência", apenas sua vazão natural. No contexto de um rio já represado (um corpo "doente"), um gráfico que ainda reflete um "pulso vivo" (como o período 1991-1992) mostraria a Defluência (saída) tentando acompanhar os picos da Afluência (entrada). Os gráficos 1 e 2 mostram, contudo, a transição para a "morte clínica" (a partir de 1994), onde a Defluência ignora a Afluência e começa a se tornar um patamar artificialmente constante – imagem análoga à assistolia (a "morte clínica" de Couto, 2003) –, provando que o pulso natural foi suprimido.

151 É importante notar que o que "cessa" não é a variação da Defluência (saída), que continua a apresentar "picos e baixas" operacionais, mas sim sua *correlação* com a Afluência (entrada). Como os dados de 1996-1997 demonstram (Gráfico 1), a Defluência passa a ignorar os picos sazonais da Afluência, estabilizando-se em um patamar regrado pela operação de Xingó. A "morte clínica" (próximo parágrafo) refere-se, portanto, a esse deslocamento.

152 A "fase de asfixia" refere-se à crise hídrica que se alastrou no semiárido a partir de 2012-2013. Diferente da "morte clínica" (uma mudança operacional para otimizar Xingó), a asfixia foi uma resposta emergencial à seca. Os dados do gráfico (Gráfico 1) atestam que a Defluência, antes mantida em um patamar mínimo regulado de 1.300 m³/s, foi progressivamente reduzida pela ANA/ONS, atingindo novos patamares emergenciais (como 800 m³/s, 700 m³/s) e, por fim, valores críticos de 550 m³/s em novembro de 2017, na tentativa de poupar o volume do reservatório.

/Gráfico 2 – O Eletrocardiograma do Pulso Paralítico: Itaparica (1991-2025)

Gráfico de Afluência Média Mensal vs. Defluência Média Mensal de Itaparica



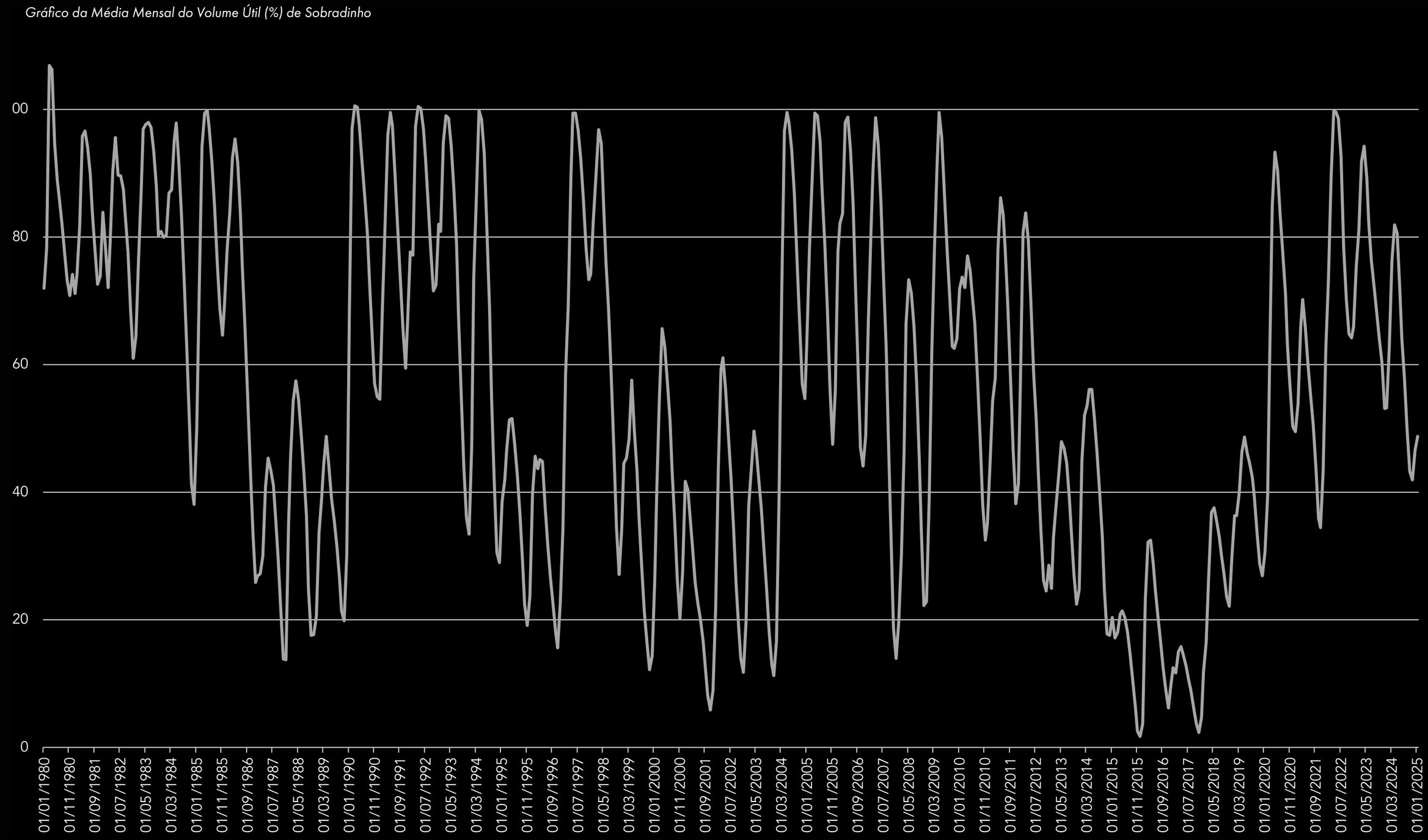
/Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Agência Nacional de Águas (ANA). Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR). Dados históricos do reservatório Luiz Gonzaga (Itaparica), 1991-2025. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar0/MedicaoSin. Acesso em: 03 nov. 2025.

A UHE de Itaparica (Gráfico 2), por também ser uma barragem "a fio d'água", confirma esse diagnóstico. Seus dados longevos (1991-2025) – onde a Afluência (entrada) e a Defluência (saída) são *quase idênticas* – comprovam que o pulso já chega "morto" de Sobradinho, evidenciando a perda de autonomia do lago, que se tornou somente um canal de passagem. A análise comparativa dos dados do Gráfico 2 prova tal subserviência: no período "vivo" (1991-92), Itaparica *recebeu* o pulso que Sobradinho liberou (média mensal de 10.473 m³/s, em março/92) e o *repassou* (10.219 m³/s). Inversamente, no período "morto" (pós-1994), Itaparica *recebeu* a "linha reta" ditada por Sobradinho (1.778 m³/s em fev/97) e *repassou* a mesma "linha reta" (1.785 m³/s). Os dados de Itaparica, portanto, repercutem o sufocamento que ocorre à montante: a Defluência é mantida artificialmente baixa, pois espelha a vazão que recebe de Sobradinho – um fluxo controlado, constante e "pré-paralisado" que reflete tanto a "morte clínica" (pós-1994) quanto a "asfixia" (pós-2013), não sendo mais um pulso sazonal.

Enquanto os eletrocardiogramas (Gráficos 1 e 2) dissecam a *ação* da paralisia (a gestão da vazão), o Gráfico 3 expõe a *consequência* dessa gestão – a criação do "poço". O gráfico do Volume Útil de Sobradinho (1980-2025), por conseguinte, espelha essa fratura. No período da "morte clínica" (1994-2012), a engenharia, ao reter as cheias vistas no Gráfico 1, manteve o "poço" artificialmente cheio. Entretanto, quando a política de "asfixia" (pós-2013) – comprovada no Gráfico 1 – sobrepõe-se a uma das maiores secas do século, o "poço", agora fragilizado, entra em crise. O sistema despenca para os níveis críticos (próximos de 1% em 2015 e 2017) que evidenciam sua falência. A recente recuperação do volume (pós-2022), por sua vez, fortalece o argumento – o Gráfico 1 mostra que, apesar do poço cheio, a Defluência permaneceu baixa e controlada. O pulso vivo de uma cheia foi, mais uma vez, transformado na "água morta" de um reservatório estagnado.

/Gráfico 3: O Nível do Poço: Volume Útil de Sobradinho (1980-2025)

Gráfico da Média Mensal do Volume Útil (%) de Sobradinho



/Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Agência Nacional de Águas (ANA). Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR). Dados históricos do reservatório Sobradinho, 1980-2025. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar0/MedicaoSin. Acesso em: 03 nov. 2025.

Uma consequência física dessa paralisia é um rio que pe o domínio sobre seu leito. Sem a força das cheias, ele não consegue mais transportar sedimentos nem limpar ou nutrir suas margens, iniciando seu progressivo aterramento. É, como atestam os ribeirinhos[153], um rio que perdeu a força para seguir seu curso, um rio onde "a água nem corre":

> Lá pra cima você, você atravessa o rio de um, de um lado para o outro com água na cintura aqui, ó. [...] Tudo raso, tá tudo aterrado, o rio aterrou demais. Tudo aterrado. Daí a correnteza para aqui, quando chega aqui, já fica pouca [...] já não tá mais fundo. [...] E a água nem corre [...] a água não corre não. (Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimento).

> o Rio tá estreito totalmente [...] a terra tá indo para lá, para beira do Rio, não tem planta - não tem planta para essas raízes segurar a terra -, para não aterrar o Rio, e o Rio tá morrendo. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

O que é, à montante, uma fratura dual – a domesticação hidrológica (o pulso morto) e a degradação das margens (as terras "sem planta" de Ceiça) – reverbera, à jusante, como colapso ecológico. Esta "água paralítica" não apenas extinguiu a atividade de subsistência – como a agricultura de vazante (Silva, 2002) – mas também, conforme visto na Introdução, reteve os sedimentos fluviais que condenariam a foz em Cabeço. Os impactos das barragens, confirmados por diversos estudos (Song *et al.*, 2007; Zahar *et al.*, 2008; Syvitski *et al.*, 2005), vão da redução de sedimentos e nutrientes na planície de inundação à diminuição de espécies de peixes e invertebrados – uma perda biológica descrita em detalhes pelos relatos da população ribeirinha, a exemplo daqueles coletados por Holanda *et al.* (2009) no Baixo São Francisco.

A água "regularizada" por Sobradinho, Itaparica e Xingó perdeu os nutrientes e a *turbidez* – a suspensão de partículas de sedimento e matéria orgânica na água. Essa água agora límpida, sem o lodo fertilizante, comprometeu o estímulo para a desova e aumentou a predação dos ovos, levando à diminuição drástica ou extinção local de espécies migradoras essenciais como o Dourado (*Salminus brasiliensis*), o Surubim (*Pseudoplatystoma spp*) e a Xira (*Prochilodus argenteus*) (Holanda *et al.*, 2009). Ao mesmo tempo, os solos de várzea, antes fertilizados naturalmente pelas cheias para o cultivo agrícola, perderam sua fonte de nutrientes, sendo, em contraste, substituídos por perímetros de irrigação criados como "compensação" pela própria regularização que matou a fertilidade natural.

É certo que a "regularização" – a diminuição das vazões máximas e o aumento das mínimas – trouxe efeitos tidos como positivos pela engenharia: ao mesmo tempo em que facilitou a captação de água para abastecimento público e projetos de irrigação, ela também atenuou os transtornos de inundações perigosas, que antes alagavam estações de bombeamento, áreas agrícolas e comprometiam os sistemas de abastecimento e drenagem dos municípios ribeirinhos (Martins *et al.*, 2011). Não obstante, tal estabilidade forçada gerou um conflito de uso. O controle da vazão, fundamental para armazenar água e gerar energia, passou então a competir diretamente com as múltiplas demandas de jusante – uma tensão agravada por um contexto de enfraquecimento do próprio rio, que, segundo Milliman *et al*. (2008), já havia perdido 20% de sua vazão média anual (entre 1951-2000) devido a mudanças climáticas e ações humanas. A "paralisia" imposta pelas barragens, portanto, não apenas "matou o pulso", mas o fez em um corpo que já adoecia.

O "poço" hidrológico estava criado. Mas quando a soma dos poços atinge a escala territorial dos mais de 5.000 km² de Sobradinho e Itaparica, ele transmuta – deixa de ser apenas a *ausência* de um rio (o pulso assassinado) para se tornar a *presença* de um 'mar', um mar artificial que atua como o gerador da contradição da nova aridez.

153 Depoimentos de Juraci e Josinaldo (Naldo), concedidos à autora em Pilão Arcado Velha (BA), em 16 de julho de 2024. Em seguida, depoimento de Ceiça, concedido à autora em Petrolina (PE), em 12 de julho de 2024.

Poço II: O “mar” do sertão

Primeiro, no dia 3 de novembro de 1979, a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, ao abrir sua primeira turbina, liberou as águas que começaram a tomar conta das cidades de Casa Nova, Sento-Sé, Pilão Arcado e Remanso. Depois, no dia 13 de junho de 1988, foi a vez da Usina Hidrelétrica de Itaparica, que, com a abertura de sua primeira turbina, lançou seu fluxo sobre Petrolândia, Itacuruba e Rodelas. Dois eventos separados no tempo, mas ligados pelo mesmo temporal – o silêncio que precedia o estrondo das águas:

> […] um silêncio de **fim** de mundo, o silêncio de **antes** do mundo, o silêncio que se dissolve aos poucos em forma desse barulhinho bom, o sonzinho há muito esquecido de água correndo percorrendo a passinho miúdo a paisagem seca, cantiga de ninar os mortos, mas logo os passinhos miúdos se transformando em algazarra feito manada de gente bravia em desespero de fuga, mas não há manada de gente, foram todos embora a bordo dos caminhões do governo [...] **E então o estrondo arrebenta de vez o silêncio, o estrondo engole a paisagem deserta**, e da porta da casa escancarada, porque não há mais razão para que se tranquem portas nem janelas [...] as águas [vão] crescendo engrossando feito um milhão de trompas-d’água despejadas em fúria sobre um pedacinho de nada do mundo, o aguaceiro vindo subindo afogando casas e árvores, as águas vingando os anos todos de grossa estiagem, as águas chegando querendo exigindo tomando posse de tudo. (Rezende Jr, 2019, p. 74, destaque da autora).

Estes não foram eventos cronológicos separados, mas um único e devastador evento temporal – o silêncio que, ao arrebentar no fragor da inundação, precipita a “tempestade que chamamos progresso” de Walter Benjamin (2012, p. 245-246) –, pois, “onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele [o anjo da história] vê uma catástrofe única […] uma tempestade [que] sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu”. O que se abriu, portanto – fosse em 1979 ou 1988 – não foram as asas do anjo, nem apenas as comportas; abriu-se, isso sim, a nova escala da fratura, que transbordaria por todos os lados. O poço hidrológico analisado em 1.2.1 como a morte do pulso, revelava-se agora em sua dimensão diluviana – a de um ‘mar’ estendendo-se como um manto que cobria o ‘amontoado de ruínas’ da paisagem.

É este ‘mar’ que, ao atingir a escala territorial dos mais de 5.000 km² de Sobradinho e Itaparica, cristaliza-se e deixa de ser apenas a ausência de um rio – o pulso assassinado – para se tornar a presença geradora da contradição da nova aridez. Sem cumprir a promessa de ser redenção para a seca, o ‘mar do sertão’ é a própria inversão dessa promessa, pois produz ativamente a nova aridez que o cerca: nele, a reação do metano (Guedes, 2019) e a ‘seca-relâmpago’ (Barbosa; Buriti, 2024) são os agentes do novo temporal, que engendra uma nova paisagem – um deserto de água.

O que foi projetado como “energia limpa” – visto que a hidreletricidade não emite gases de efeito estufa (GEE) diretamente, como a queima de combustíveis fósseis – esconde uma fonte de aquecimento global, na medida em que a vasta área alagada não é apenas água, mas um reator anaeróbico gigante. A controvérsia em torno das hidrelétricas como fontes de GEE é explicada pelo que Santos *et al*. (2008) definem como a diferença entre *emissões brutas* – pois ambientes naturais como florestas tropicais e pântanos já emitem metano – e as *emissões líquidas*: o aumento significativo na emissão de GEE provocado pela inundação. Em seu estado natural, um rio mantém um ciclo de carbono[154] equilibrado – no qual recebe carbono da terra (através da chuva e escoamento), absorve o carbono da atmosfera (pela fotossíntese de algas), armazena parte dele nos sedimentos (pelo soterramento da matéria orgânica), emite outra parte (pela degradação e respiração da biomassa) e transporta o excedente para os oceanos (Levasseur *et al.*, 2021). A criação de um reservatório, no entanto, subverte esse balanço.

O desequilíbrio começa com o ato da inundação. Ao alagar extensas superfícies – antes cobertas pela vegetação nativa da Caatinga, solos expostos, pastagens e áreas agrícolas – toda essa matéria orgânica submersa começa a se decompor. Esse processo define a “primeira fase” de emissões, um pico intenso que dura em média de 3 a 5 anos, durante o qual o carbono contido nessa biomassa pré-existente é decomposto e liberado (Santos *et al.*, 2008). A esse carbono inicial somam-se as fontes da “segunda fase” de emissões: o carbono que continua a afluir para o lago – via esgoto e poluição agrícola (World Bank, 2017) – e o aporte constante de nutrientes (esgoto e fertilizantes), que funciona como “combustível” para acelerar essa atividade biológica (Levasseur *et al.*, 2021). Todo esse processo é então agravado pela estagnação da água imposta pela barragem. O represamento aumenta o “tempo de residência da água” – a estagnação do “Poço I” – permitindo

154 O ciclo do carbono é o processo biogeoquímico contínuo pelo qual o carbono é trocado entre os principais reservatórios do planeta – a atmosfera (como CO_2), os oceanos, os solos e os organismos vivos (biosfera). No contexto fluvial, envolve a absorção de CO_2 pela fotossíntese (produção primária) e a liberação de gás carbônico (CO_2) e metano (CH_4) pela respiração e decomposição da matéria orgânica.

que mais sedimentos e toda essa matéria orgânica (antiga e nova) se acumulem no fundo e tenham mais tempo para o apodrecimento.

O efeito dessa atividade biológica é a liberação de GEEs. A emissão de CO_2, contudo, é relativizada por Santos *et al.* (2008), que notam que parte dele pode ser de "ciclo curto" – isto é, um carbono que o próprio sistema reincorpora da atmosfera (através de organismos como algas, por meio da fotossíntese), antes de expeli-lo novamente. O verdadeiro problema, por sua vez, é o metano (CH_4), um GEE muito mais potente e "sempre desfavorável" no balanço final (Santos *et al.*, 2008, p. 116), produzido em condições anaeróbicas (sem oxigênio) – o ambiente encontrado nos sedimentos profundos do lago, onde a matéria orgânica se acumula e o oxigênio não chega. Parte desse metano é "consumida" por bactérias e transformada em CO_2 antes de subir, mas o restante escapa diretamente para a atmosfera (Levasseur *et al.*, 2021).

O metano remanescente atinge o ar por diferentes caminhos. Parte dele difunde-se (troca passiva) pela superfície; outra parte sobe por ebulição na forma de bolhas visíveis, um fenômeno mais intenso em áreas rasas e braços do lago com baixa circulação, onde a menor pressão da coluna de água (a pressão hidrostática) facilita a liberação do gás. Entretanto, a forma mais polêmica é a degasificação à jusante, ou seja, a liberação do gás logo após a passagem da água pelas turbinas (Levasseur *et al.*, 2021; World Bank, 2017). Como o CH_4 se concentra em águas profundas, a água captada para gerar energia o arrasta das camadas inferiores até as turbinas, provocando uma descompressão súbita que libera o metano dissolvido diretamente no ar – um processo muito mais prejudicial por ser uma via de escape artificial e imediata para o gás que, de outra forma, poderia permanecer aprisionado no fundo ou ser oxidado por bactérias. São esses processos combinados – a difusão, a ebulição das áreas rasas e a degasificação das turbinas – que, ao expelir metano (Guedes, 2019), convertem o reservatório em um agente ativo do aquecimento global, e não apenas uma vítima dele.

Não obstante, o impacto do 'mar' não se limita à sua dimensão biogeoquímica; ele é, também, microclimático – um plano no qual o lago ativamente potencializa a aridez. Esta nova paisagem hídrica – um 'mar' raso sob o sol do semiárido – altera, assim, o balanço energético[155] regional. Contradizendo a intuição de que a evaporação traria umidade, a gigantesca superfície de evaporação dos lagos não se traduz em mais chuvas locais; ela atua como um espelho térmico que absorve a radiação solar, irradia calor, aquece a massa de ar adjacente e desencadeia a "seca-relâmpago" (*flash drought*). Diferente das secas convencionais, esse fenômeno[156] é definido por seu "início abrupto" (*rapid onset*) (Barbosa; Buriti, 2024, p. 7) e classificado como o "primeiro em características de perigo", devido à sua "gravidade no ambiente ecológico" (Barbosa; Buriti; Kumar, 2024, p. 1).

Ao atuar como esse espelho térmico, o lago retroalimenta o "mecanismo de feedback positivo" que define a seca-relâmpago: o "domo de calor" (*heat dome*) (Barbosa; Buriti; Kumar, 2024, p. 2). No Nordeste – um "*hot spot*" global para a sua ocorrência (Barbosa; Buriti, 2024, p. 1) –, o fenômeno manifesta-se quando um sistema de alta pressão "trava" ou estaciona sobre o continente formando um bloqueio persistente, intensificado por mudanças climáticas e temperaturas anomalamente quentes da superfície do mar (como no *El Niño*). A física de tal bloqueio é definida pela subsidência, ou seja, o ar convergente nas camadas superiores da atmosfera, por ser naturalmente denso e frio, "afunda" continuamente. Como esse fluxo de ar não pode atravessar o solo, ele é forçado a se acumular na superfície, e é a própria pressão desse ar acumulado que cria e sustenta a zona de alta pressão (Barbosa; Buriti; Kumar, 2024, p. 2) – a "cúpula" invisível que aprisiona o calor.

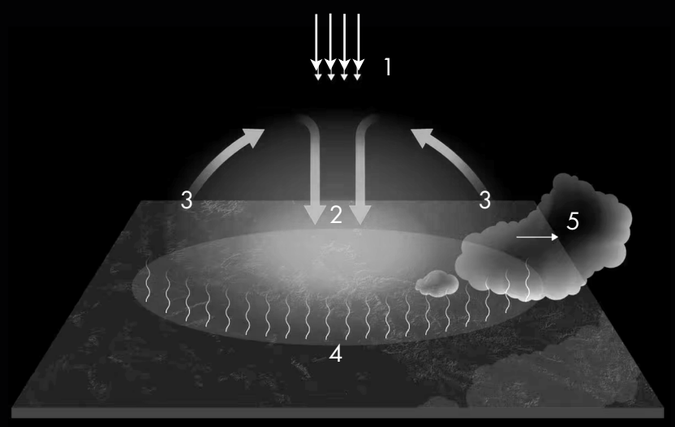
155 Refere-se ao balanço de radiação e energia térmica da região.

156 A seca-relâmpago (flash drought) é um evento de rápida intensificação – ou seja, estabelece-se em semanas, em vez de meses ou anos. Embora o texto se concentre na evapotranspiração (ET) como vetor, os gatilhos são diversos e interligados, incluindo "déficits de precipitação", "esgotamento da umidade do solo", "ondas de calor" (heatwaves), "altas temperaturas" e "alta demanda evaporativa" (Barbosa, Buriti, Kumar, 2024; Barbosa, Buriti, 2024; Gonçalves et al., 2025; Tomasella et al., 2025).

Essa cúpula invisível, no entanto, não é estática, mas um mecanismo ativo de aquecimento. Sua dinâmica, detalhada por Barbosa, Buriti e Kumar (2024, p. 2), descreve um ciclo vicioso (Figura 69) que se inicia uma vez que o sistema de alta pressão "empurra o ar quente para baixo" (1). À medida que esse ar "afunda" (3), ele aquece por compressão[157], e, agora superaquecido, se expande (2). Essa massa de ar quente e expandida atinge então o solo (4), desencadeando a "alta demanda evaporativa"[158], tornando-o ainda mais fácil de aquecer. Paralelamente, o lago – atuando como um espelho térmico que exacerba a "persistência de temperaturas cada vez mais altas" (Tomasella *et al*. 2025, p. 9) –, irradia o calor absorvido do sol de baixo para cima, que fica aprisionado sob a "cúpula", agravando o superaquecimento. Por fim, o próprio domo inibe nuvens e chuvas locais, desviando tempestades (5), sendo esta a dinâmica pela qual o lago "sufoca" a chuva (Barbosa; Buriti; Kumar, 2024, p. 2).

Esse ciclo, que "sufoca" a chuva, reverbera no leito do rio. Estudos recentes (Barbosa; Buriti, 2024, p. 12) atestam que, na Bacia do São Francisco, as secas-relâmpago demonstram uma "resposta sincronizada" com a vazão do rio *(streamflow)*. Tal sincronia advém de dois processos simultâneos: de um lado, o "domo de calor" – acelerado pelo lago – sufoca a chuva, causando uma queda imediata na entrada de água (afluência); de outro, o "pulso paralítico" da barragem controla artificialmente a saída de água (defluência), confinando o rio a um regime hídrico artificial e constante. Como os autores identificaram que justamente a "parte média" da bacia – onde se situam Sobradinho e Itaparica – experimenta "eventos frequentes e longos" de seca-relâmpago, o lago artificial pode ser visto, assim, não apenas como a causa do colapso hidráulico (o Poço I), mas também o catalisador do colapso meteorológi-

/Figura 67: O mecanismo de "feedback positivo" do "Domo de Calor" (Heat Dome)



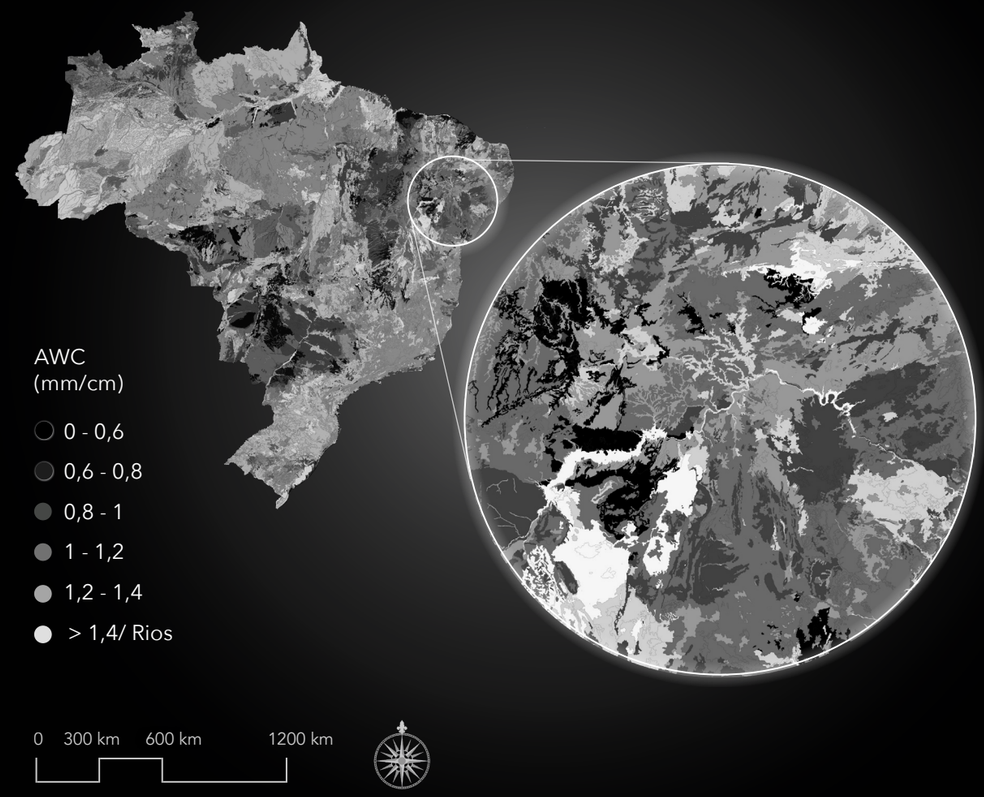
157 O aquecimento adiabático é um processo físico que ocorre sem troca de calor com o ambiente. Quando um gás (neste caso, o ar) é comprimido, a energia do trabalho de compressão é convertida em energia interna (calor), aumentando sua temperatura.

158 Segundo Gonçalves *et al.* (2025), ao estudarem grandes reservatórios no semiárido, esse processo "intensifica o estresse hídrico" e, com o esgotamento abrupto da água, o solo é impelido a uma rápida depleção – isto é, o esvaziamento de sua reserva hídrica – e impede que, mesmo após chuvas esparsas, recupere sua umidade basal. É assim que o ciclo transforma uma seca meteorológica (picos de calor) em uma seca agrícola (solo esgotado) (Tomasella *et al.*, 2025).

co (o Poço II), reforçando a morte da vazão ao matar também a afluência do rio.

Entretanto, tal colapso meteorológico (Poço II) transborda o leito do rio, atingindo um ecossistema terrestre vulnerável. O artigo de Tomasella *et al*. (2025, p. 8) demonstra que a Caatinga é um dos biomas com maior "frequência", "duração" e "severidade" de secas-relâmpago no Brasil, justamente porque o bioma é dominado por solos rasos de origem cristalina, que possuem uma baixa capacidade de armazenamento de água[159] (AWC) – frequentemente abaixo de 90 mm por metro. A pesquisa conclui que a maioria dos eventos de seca-relâmpago está restrita a esses solos de baixa AWC, enquanto "nenhuma seca-relâmpago foi detectada" em solos com alta capacidade de retenção (acima de 120 mm/m).

/Figura 68: Mapa do índice de Capacidade de Água Disponível (AWC) dos solos brasileiros, evidenciando as características hídricas na área de influência das barragens de Sobradinho e Itaparica.



159 A baixa Capacidade de Armazenamento de Água (AWC) é uma característica predominante dos solos do Semiárido, apesar de sua grande diversidade. A região é marcada pela dominância de "terrenos cristalinos" (cerca de 50% da área) que são "praticamente impermeáveis". Como consequência, os solos, com exceções (como os sedimentares), são geralmente "pouco desenvolvidos", "pedregosos", "pouco espessos" e, crucialmente, possuem "fraca capacidade de retenção de água". (Tomasella *et al.*, 2025, p.8)

Esse fenômeno, em clara ascensão, agrava a já crítica fragilidade dos solos nordestinos. A análise de tendências de longo prazo (1980-2020) realizada por Tomasella *et al*. (2025), detalhada na Tabela 4, fornece a comprovação estatística dessa aceleração. O dado mais alarmante para a Caatinga é a tendência positiva (valor de 0.2227*) no "Número de eventos". Essa intensificação, propulsionada pelo aquecimento global, sugere uma "transição de secas lentas para secas-relâmpago" no Nordeste do Brasil (Yuan *et al*., 2023 *apud* Tomasella *et al*., 2025, p. 2). Ao mesmo tempo, Gonçalves *et al*. (2025, p. 865), ao analisarem a persistência de índices como SPI (Índice de Precipitação Padronizada) e o SPEI (Índice de Precipitação e Evapotranspiração Padronizada) em anos secos (como 2012 e 2016), apontam para outro ciclo vicioso, no qual a maioria dos episódios de seca-relâmpago também "evoluíram para secas convencionais", destacando a "persistência e potencial impacto a longo prazo" do fenômeno. O rio, portanto, está sendo aprisionado em um novo regime de aridez, onde a seca-relâmpago e a seca convencional[160] passam a se retroalimentar.

160 Diferentemente das secas-relâmpago (*flash droughts*), que possuem um início abrupto e rápida intensificação devido à alta taxa de evapotranspiração, as secas convencionais (meteorológicas) desenvolvem-se de forma gradual e lenta. Elas são caracterizadas, primariamente, pela deficiência de precipitação acumulada ao longo de um período extenso (meses ou estações), sem necessariamente apresentar a velocidade de depleção da umidade do solo que define o fenômeno "relâmpago" (Tomasella *et al*., 2025).

161 Coeficiente estatístico utilizado para identificar e quantificar tendências em séries temporais de dados climáticos. O valor de *tau* varia entre -1 e 1: valores positivos indicam uma tendência de aumento (intensificação) do fenômeno ao longo do tempo, enquanto valores negativos indicam diminuição. O asterisco (*) *frequentemente associado ao valor (como em 0.2227*) denota que a tendência é estatisticamente significativa (p-valor < 0,05), ou seja, não é fruto do acaso (Kendall, 1975 *apud* Tomasella *et al*., 2025).

/Tabela 4 - Valores do tau[161] de Mann-Kendall das tendências de secas-relâmpago, calculados para a média dos diferentes biomas brasileiros.

Bioma	Número de eventos	Duração	Severidade	Velocidade
Amazônia	0.2402*	0.1210	0.1537	–0.0666
Caatinga	0.2227*	–0.0275	–0.0158	0.0462
Cerrado	0.2636*	–0.1070	–0.0847	0.1748*
Mata Atlântica	0.2940*	–0.0812	–0.0731	0.0018
Pampa	–0.0649	–0.0275	0.0397	–0.0491
Pantanal	0.1268	0.0099	0.0438	0.2051*

/Fonte: Adaptado de Tomasella et. al (2025)

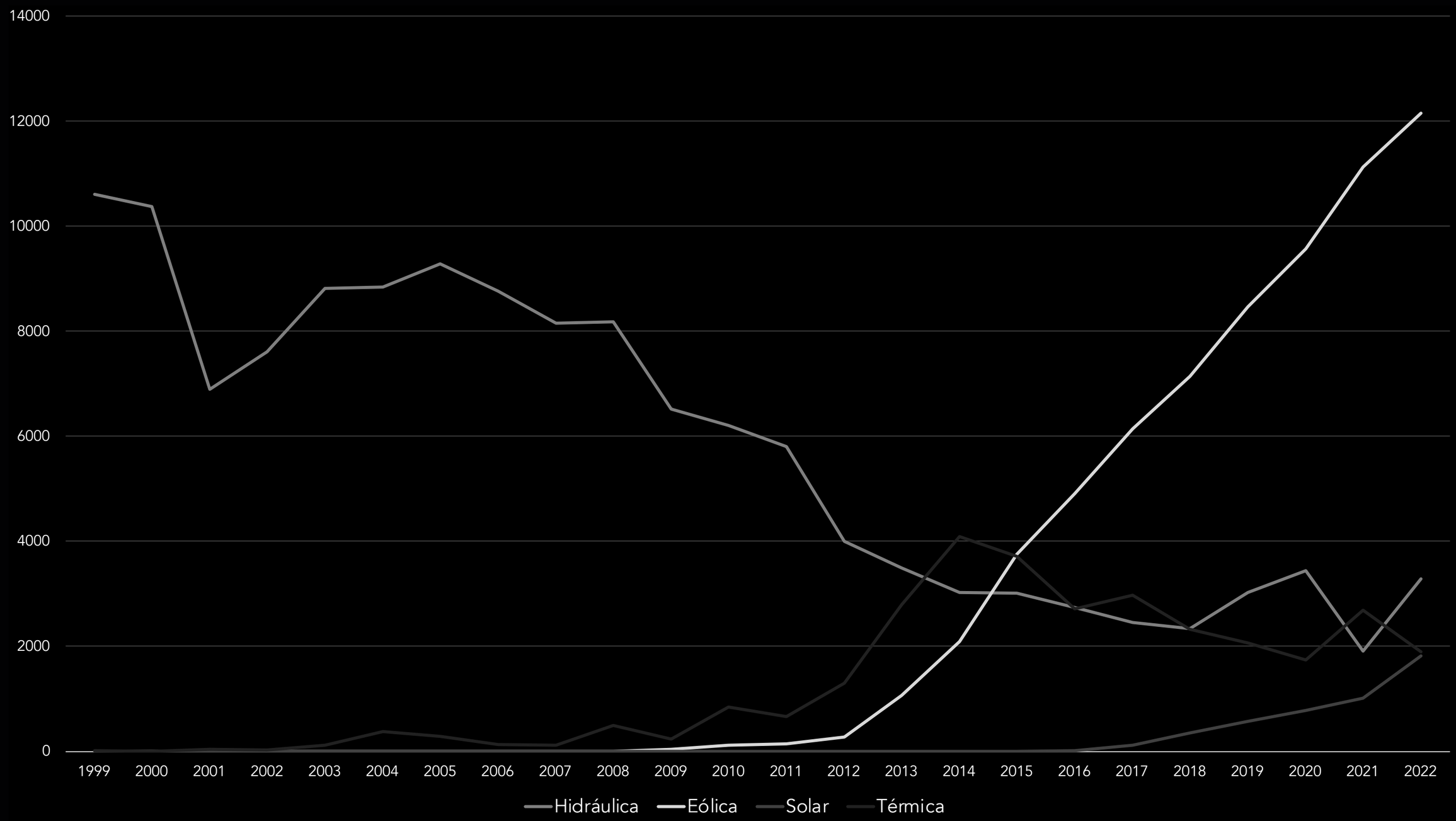
Diante desse novo regime, a projeção futura (2024-2050) é ainda mais assustadora, especialmente no cenário de altas emissões (CMIP6[162], SSP5-8.5[163]) – que projeta um futuro com alto consumo de combustíveis fósseis e poucas políticas de mitigação. O estudo de Barbosa, Buriti e Kumar (2024, p. 13) conclui, assim, que "o impacto principal está concentrado na Bacia do Rio São Francisco", onde o prognóstico é que a "bacia inteira será engolfada" por condições de seca-relâmpago, com um "aumento da severidade em sua região central" – justamente o coração onde se encontram os grandes lagos. O mesmo estudo detalha que, nesse cenário, um total combinado de 21% da área estará nas categorias mais extremas ("severa" e "extrema"), 23% em "moderada" e 28% "próxima ao normal", e que essa dinâmica acelerará o processo de desertificação, ou "secagem', de 55% da bacia (Barbosa; Buriti; Kumar, 2024, p.9), um dado corroborado pelo Inpe/Cemaden, já citado na introdução deste capítulo. O 'mar', então, não se limitou a ocupar o lugar do sertão; ele ativamente produz um novo sertão, mais árido, em seu entorno. O 'mar do sertão' é, enfim, o poço – um deserto de água.

162 Acrônimo de *Coupled Model Intercomparison Project Phase 6* (Projeto de Intercomparação de Modelos Acoplados, Fase 6), uma iniciativa global do *World Climate Research Programme* (WCRP) que padroniza as simulações de modelos climáticos usadas como base para os relatórios do IPCC.

163 Um dos "Caminhos Socioeconômicos Compartilhados" (*Shared Socioeconomic Pathway* - SSP). O SSP5 descreve um futuro de rápido crescimento econômico global movido a combustíveis fósseis, enquanto o 8.5 representa o nível extremo de forçamento radioativo (8.5 W/m² em 2100) oriundo desse cenário, sendo a projeção de mais altas emissões.

É aqui que a Paisagem da Engenharia (Face 2) encontra seu reverso, sendo o Gráfico 4 (Balanço Energético) o rastro dessa falência. Os dados (1999-2022) comprovam a inversão histórica na bacia, pois, enquanto a Hídrica – principal fonte de energia no início do século XXI (com 10.606 MW em 1999) – entra em colapso após a seca de 2012 (atingindo seu mínimo de 1.908 MW em 2021), as linhas da energia Eólica e Solar disparam exponencialmente. Consuma-se, assim, a fratura em forma de autodevoração. Esta, construída para gerar energia, falhou em seu propósito e a engenharia do concreto (Poço I), ao criar um deserto de água (Poço II), esvaziou o "poço" hidrológico, tornando-se secundária na matriz regional. Por fim, o sistema foi impelido a depender dos próprios elementos da aridez que o "progresso" negligenciou ao tentar domar o rio – e que sempre estiveram lá: o sol e o vento.

Gráfico 4 – A Falência Energética da Engenharia (1999-2022) (Gráfico do Balanço Energético por fonte no Nordeste, em MW médios)



/Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), 2024.

Poço III: A ecologia invertida

> [...] e a água foi chegando, chegando, chegando, invadindo, invadindo tudo, tudo, tudo. Se vocês forem na velha cidade, vocês veem, vê a, o horror de água que tem lá. A cidade era toda lá embaixo, daquela água. **Tem hora que eu digo, eu queria ser um peixinho para eu nadar e ver minha velha casa**. (Bernadete Caxias, 2024, depoimento, destaque da autora).

> [...] e então morrem afogados, os pulmões inundados pela água turva de detritos e destroços, mas já em seguida os pulmões mortos dando lugar às guelras e os corpos nus vestindo-se de escamas, o doloroso encompridar de braços e pernas, os ossos crescendo esticando além do limite arrebentando os músculos e a pele, os braços e as pernas feito velozes nadadeiras, garras e dentes afiados de rasgar carne crua, e por fim o alivioso milagre de respirar por sob as águas, os olhos feito lanternas de peixes do abismo alumiando as casas e coisas submersas […] feito bichos, as unhas um do outro arranhando as couraças enquanto os dentes arrancando escamas, tirando sangue, o sangue que não é mais sangue de gente, as nadadeiras em frenesi atirando-os feito flechas submersas através da paisagem turva, o relógio da praça marcando meio-dia quando nunca mais é noite nem dia, os dois agora bestiais criaturas mas ainda reféns da curiosidade humana arrombando entrando pelas janelas das casas inundadas, vasculhando fotografias, recordações e segredos deixados para trás, desenterrando esquecidas lembranças alheias, e os dois depois flutuando por sobre o cemitério, e as velhas sepulturas se abrindo por força da água e da podridão e pois então foi mentira do governo, o governo não transplantou os mortos para a cidade nova, se quase não leva nem os vivos imagina os mortos, os caixões se rompendo e os defuntos enfim libertos de suas clausuras inchados e ávidos pelo oxigênio e respirando mas enchendo de água os pulmões decompostos e se debatendo em desespero e morrendo pela derradeira vez, mortos recentes boiando com suas roupas em farrapos e as vísceras aparentes, mortos antigos descarnados mas os ossos ainda de bom paladar, e depois de se fartarem dos mortos, comerem a última víscera e roerem o último osso, o homem e a mulher agora não mais homem nem mulher, suas memórias de bicho aos poucos deslembrando os desencantos de gente, eles então se quedam à espreita da desavisada carne dos vivos que por essas águas algum dia ou noite por ventura em desventura navegarem. (Rezende Jr., 2019, p.35-36).

O "deserto de água" (Poço II) não é vazio – é o "horror de água" lembrado por Bernadete Caxias, um 'mar' tão cheio de perda que o único desejo é "ser um peixinho" para rever a casa submersa. Mas essa é uma água inabitável para a ecologia ancestral, turva de "detritos e destroços" e "repleta de podridão". Nela, a "casa" se foi e ficaram... os peixes. Ficaram?

O desejo inocente de Bernadete é então profanado pela metamorfose de Rezende Jr. (2019). Pois, que "peixinho" ela se tornaria, quando os únicos "peixes" que agora habitam essa paisagem são as "bestiais criaturas" que "se fartam dos mortos", comendo suas vísceras e roendo-os até seus últimos ossos? A água, afinal, não está vazia; ela está habitada por uma ecologia invertida. Essa fratura biológica se divide em duas partes. Inicia-se com o exílio de toda a vida pretérita – a desarticulação da flora, da fauna e dos ciclos reprodutivos da "Ecologia Ribeirinha". Consuma-se, por fim, na sua substituição por uma "nova ecologia", uma ordem que se desdobra em camadas: da industrial (a tilápia) à invasiva (o mexilhão), culminando em sua forma moral e necrófaga.

O Exílio

A desarticulação da "Ecologia Ribeirinha" (1.1.3) começa com a morte do pulso (Poço I), uma vez que, antes da engenharia, a dinâmica das cheias sazonais orquestrava o ciclo reprodutivo do rio. O pulso da inundação deflagrava a frenética movimentação dos peixes – a piracema –, que migravam rio acima para a desova. Ao mesmo tempo, essa mesma cheia conectava o rio às "inúmeras lagoas marginais" (Araújo; Sá, 2008, p. 407) (as várzeas), inundando-as com águas ricas em alimentos. As larvas e os filhotes recém-nascidos, então, eram levados pela correnteza abaixo e encontravam nesses berçários o plâncton e a proteção ideais para seu desenvolvimento, antes de retornarem ao rio principal. Era esse ciclo que fazia da região do baixo São Francisco a "área piscosa mais produtiva de todo o vale" (Codevasf, 1985, p. 5), sustentando as espécies migradoras de grande porte, como o surubim, o curimatã e o dourado (Soares *et al.*, 2007).

Entretanto, a formação dos lagos de Sobradinho (1979) e Itaparica (1988), entre outras barragens no São Francisco, desmantelou essa dinâmica (Araújo; Sá, 2008), desencadeando uma série de consequências. A água paralítica e controlada do reservatório passou a funcionar como um imenso filtro, retendo o lodo e os nutrientes vitais. A água liberada à jusante tornou-se então límpida, mas biologicamente estéril – incapaz de sustentar a cadeia alimentar dos peixes. Ademais, o próprio bloqueio físico da estrutura da barragem impediu a migração dos peixes para a desova, comprometendo "significativamente as condições de reprodução", como aponta o engenheiro de pesca Eduardo Mota (Frois; Fossati, 2013, p. 5), tendo em vista que a piracema não foi levada em consideração nos primeiros projetos. Mota, por sua vez, lamenta a oportunidade perdida, exemplificando que, se Sobradinho tivesse "escada ou elevadores de peixes, o impacto seria menor" (Frois; Fossati, 2013, p. 5). Para agravar o cenário, veio a redução da vazão. Sem o fluxo de sedimentos e com menor volume de água defluente (Torres, 2016), o ecossistema da foz foi alterado pelo aumento da cunha salina, dizimando ainda mais o já escasso estoque de pescado.

Esse estoque de pescado dizimado tem nomes e datas de desaparecimento, documentados por Sousa (2018)[164]. A pesquisa confirma a extinção local de espécies migradoras como o Pirá (Conorhynchus conirostris), que desapareceu há mais de duas décadas, enquanto o Surubim (Pseudoplatystoma corruscans) e o Dourado (Salminus franciscanus) não são vistos há mais de dez anos. Outras espécies, como os Curimatás (Prochilodus argenteus) e o Piau-Cutia (Megaleporinus obtusidens), tornaram-se tão raras na última década que sua captura é escassa; já o Mandi (Pimelodus spp.) enfrenta provável extinção à jusante de Xingó (Sousa, 2018).

Como um capricho da natureza, porém, esse desastre foi antecedido pela breve ilusão de fartura. O mesmo bloqueio físico que impediu a piracema fez com que os peixes simplesmente se acumulassem, em enormes cardumes, logo abaixo das comportas. Essa concentração anormal, no entanto, era uma armadilha, que fisgou os pescadores, feito eles faziam aos peixes com rede e anzol. Apesar de ter facilitado uma pesca predatória em massa nas regiões vizinhas ela era, na verdade, um efeito do bloqueio da desova, o que, posteriormente, determinou o esgotamento dos estoques pesqueiros. A fartura pré-existente, assim,

164 O estudo selecionou 107 pescadores de 22 localidades nos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas e coletou dados através de entrevistas livres, semiestruturadas, estímulos visuais e turnês guiadas (Sousa, 2018).

esvaiu-se e, com ela, foi devastado o consumo de espécies nativas – de "extrema importância cultural, econômica e nutritiva" para a população (Campeche; Melo, 2017, p. 18).

A memória dessa transição confusa é capturada nos relatos de Josinaldo Brotas Ferreira (Naldo), pescador, barqueiro e comerciante da nova Pilão Arcado, e Juraci Ribeiro Rodrigues, pescadora da antiga Pilão Arcado[165]. Juraci, inclusive, confessa ter deixado o Ceará para se mudar para a antiga cidade, atraída por essa abundância inicial vividamente relembrada por ambos:

> Assim quando chegou a barragem né, é... Que a água chegou, deu muito peixe, deu muito peixe. (Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimento).
>
> Deu, era peixe demais moço, era peixe demais. [...] Cada Surubim... cada uns enormes. [...] Eu mesmo peguei até de 48 kg... (Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimento).

Mas essa ilusão de fartura logo foi assombrada pela recordação do declínio:

> Foi diminuindo, diminuindo aí, tudo no mundo se acabou. [...] A barragem foi aterrando e os peixes foi sumindo... Sei lá. (Juraci Ribeiro Rodrigues, 2024, depoimento).
>
> É porque assim, veio muita, muitos pescadores de fora, né? [...] E aí, a tendência era o peixe diminuir, né? Aí também... secou um tempo aí... o Rio secou foi, para o casco. Aí o peixe vai sumindo também... (Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimento).

Simultaneamente ao colapso da vida fluvial, a vegetação nativa das margens do São Francisco foi aniquilada. A construção das hidrelétricas, por si só, fez com que muitas plantas aquáticas desaparecessem, alterando a composição da flora submersa. Em terra firme, o cenário se repetiu, e as matas ciliares – de onde os romeiros historicamente extraíam "cedro" e "tamboril" para suas canoas – foram destruídas, sobrando hoje menos de 4% de sua cobertura original (Siqueira Filho, 2015, p. 92). Nas ilhas próximas a Petrolina e Juazeiro, "imensos jatobazeiros, marinheiros e carnaubeiras" remanescentes são descritos como "sinais de uma realidade indelével, ainda que agonizante" (Siqueira Filho, 2015, p. 94). É uma agonia que nasce da interrupção de seus ciclos vitais, um definhamento causado pela luz artificial perpetuada pela presença humana. Diferente da luz do sol, esta não gera vida; ela cega e extingue.

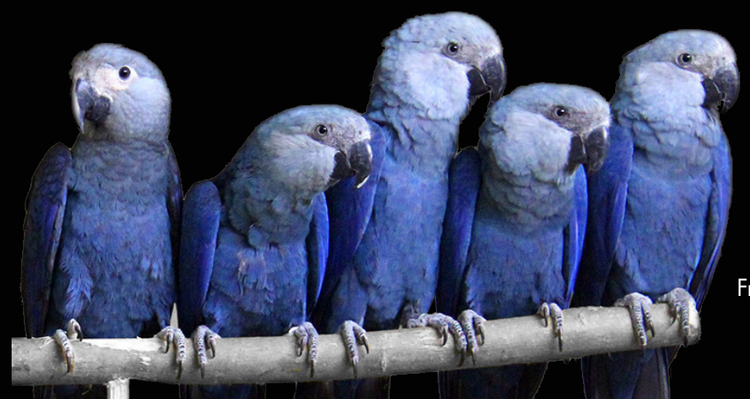
165 Depoimentos de Juraci e Naldo, concedidos à autora em Pilão Arcado Velha (BA), em 16 de julho de 2024.

Há, ainda, uma beleza sombria nos pormenores dessa tragédia, como nas árvores nativas denominadas "ingerias" – nome local para o Ingá (Inga spp.) – que pararam de se reproduzir (Siqueira Filho, 2015, p. 94). As mariposas noturnas que deveriam polinizar suas flores acabaram sendo atraídas pela intensa luminosidade das cidades adjacentes. Esses insetos, frágeis sinais de vida no ciclo ecológico – assim como os vaga-lumes de Didi-Huberman (2011, p. 45-52) – morrem na luz urbana que, tal qual os "projetores ferozes", "apagam os [seus] 'maravilhosos sinais intermitentes'". Ao interromper os processos que ocorrem na escuridão da natureza, esse brilho ofuscante guia as mariposas para a morte, deixando as flores das ingerias murchas e as árvores, mirradas em sua inércia fecunda.



/Figura 69: Detalhe da inflorescência de uma Ingá

Com o desaparecimento da flora nativa, o espaço foi ocupado por "ecossistemas simplificados" e espécies invasoras, como as "algarobas", uma árvore exótica que domina a paisagem por ser "alelopática" – ou seja, que libera substâncias químicas que "impedem ou reduzem consideravelmente a germinação de plantas nativas ao seu redor" (Siqueira Filho, 2015, p. 96). Assim, a perda generalizada de habitat levou à extinção em vida livre de diversas espécies. Ilustrando esse processo, está o caso da ararinha-azul, definida como "a única arara endêmica da Caatinga" que, ao ser intrinsecamente ligada a essa flora, teve seu declínio consumado pela "escassez das carnaubeiras, ingerias, jatobazeiros e marizeiros" – seu alimento –, e pelo "rareamento dos craveiros" – onde fazia seus ninhos (Siqueira Filho, 2015, p. 100).



/Figura 70: Ararinha-azul da caatinga

A inundação do habitat da Caatinga (1.1.2), por conseguinte, além de devastar a flora, também provocou o exílio literal da fauna terrestre. Maria da Conceição Ferreira dos Santos (Ceiça), moradora da antiga Pilão Arcado (BA)[166], descreve a cena apocalíptica da fuga dos animais:

> Meu pai [...] tinha que tirar aquela lona de lá, para subir mais para frente, para fugir das águas, fugir das cobras que vinha das águas. Subir dos bicho que vinha, fugindo das água, entrava entre a gente, eu nunca esqueci disso. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

A noção de 'exílio' da fauna, neste ponto, precisa ser compreendida a longo prazo. Embora a implantação das barragens hidrelétricas tenha levado tanto ao exílio terrestre – simbolizado pela fuga relatada por Ceiça – quanto ao fluvial, seus desfechos diferem. Ambas foram dinâmicas de erradicação, mas a distinção não está no desaparecimento em si, e sim no que veio depois. Enquanto a extinção terrestre culminou em fuga e desaparecimento, a fluvial abriu caminho para uma 'solução' paliativa – a reprodução artificial, que conformou uma nova simbiose substitutiva. Essa 'solução' foi levada a cabo como uma política de Estado, na qual a Codevasf, como recorda Mota (Frois; Fossati, 2013), já investia há 30 anos em tecnologias para propiciar a reprodução não somente de espécies exóticas, como também de peixes nativos[167]. Na prática, foi a ordem industrial – direcionada às espécies exóticas – que prosperou. Como a atividade de pesca perdeu a corrente do rio, restringindo-se aos lagos das hidrelétricas, foram aplicadas "novas tecnologias de criação confinada" focadas em espécies invasoras, como a tilápia e o tucunaré, inseridas no São Francisco para fins de pesca intensiva (Bezerra, 2006, p. 57-58). O esgotamento da vida nativa foi tão severo que, na Praça do Peixe em Petrolina (PE), "espécies amazônicas do Pará estão entre as mais comercializadas", o que sinaliza a "falência completa da economia pesqueira da região" (Frois; Fossati, 2013, p. 6). A "Ecologia Ribeirinha" (1.1.3), dessa forma, antes baseada na pesca extrativa de espécies endêmicas, foi substituída por uma nova ordem industrial, difundida através dessa intervenção estatal.

166 Depoimento de Ceiça, concedido à autora em Petrolina (PE), em 12 de julho de 2024.

167 Contudo, Sousa (2018) aponta uma reconfiguração de espécies reofílicas (isto é, adaptadas a águas correntes), como Piau-preto (*Leporinus piau*) e Piau-manteiga (*Leporinus reinhardti*), que conseguiram manter populações autossustentáveis, possivelmente graças aos afluentes, e hoje sustentam um papel fundamental na economia local que sobreviveu.

A Nova Simbiose

Implantada no início dos anos 1980, a piscicultura foi então "recomendada como uma alternativa de substituição" (Araújo; Sá, 2008, p. 405) para a pesca endêmica, mas também para a agricultura de vazante[168] – atividades que a CHESF e a Codevasf haviam destruído. A própria CHESF iniciou a produção de alevinos em sua Estação de Piscicultura em Paulo Afonso, visando mitigar os impactos do represamento (Soares *et al.*, 2007).

A espécie escolhida para essa "substituição" – a Tilápia-do-Nilo (*Oreochromis niloticus*) (Baccarin, 2002), uma "espécie exótica, de origem africana" (Araújo; Sá, 2008, p. 410), introduzida no Brasil em 1973 pelo DNOCS (Soares *et al.*, 2007). Com um pacote tecnológico de produção definido, ao contrário das espécies nativas (Tenório; Oliveira; Bertolini; Souza; Sabbag, 2021), e com a introdução dos tanques-rede nos anos 1990, a região se tornou um polo regional do setor (Araújo; Sá, 2008). Os reservatórios do Submédio e Baixo São Francisco (Itaparica, Moxotó e Xingó) tornaram-se o maior polo de tilapicultura do Brasil, com uma produção estimada de 50.065 toneladas/ano (Tenório; Oliveira; Bertolini; Souza; Sabbag, 2021, p. 44). A pesca, como descreve Bezerra (2006, p. 57-58), "é inteiramente diferente, não mais na corrente do leito do rio [...] mas no Lago de Itaparica, com novas tecnologias de criação confinada".

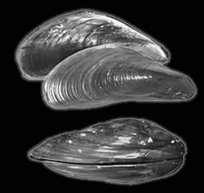


/Figura 71: A Tilápia-do-Nilo (Oreochromis niloticus)

No entanto, essa nova ecologia industrial demonstrou-se instável e propensa a novas invasões. A "água paralítica" do reservatório, agora enriquecida por sobras de rações e efluentes da piscicultura (Baccarin, 2002), criou o habitat propício para outra espécie exótica invasora: o Mexilhão Dourado (*Limnoperna fortunei*). Originário da Ásia e introduzido acidentalmente na América do Sul, o mexilhão foi registrado pela primeira vez no reservatório de Sobradinho em 2015 e, em 2016, já havia chegado ao reservatório de Xingó (Silva; Tavares; Tenório; Nogueira; Marques, 2021). A espécie se alastra rapidamente – com uma "dispersão média de 240 km/ano" devido à sua alta fecundidade, ausência de predadores e ao fato de suas larvas flutuarem livremente (Silva; Tavares; Tenório; Nogueira; Marques, 2021,

168 A agricultura de vazante (discorrida no Afluente I e III), era uma prática agrícola tradicional ligada ao pulso de inundação (Poço I), na qual os ribeirinhos cultivavam nas áreas de vazante – as margens férteis que emergiam após o recuo das cheias sazonais. O controle da vazão e a formação dos lagos pelas hidrelétricas eliminaram esse ciclo, tornando a prática inviável.

p. 88). As próprias pisciculturas, com seu "grande aporte de nutrientes", funcionam como incubadoras, com "maior concentração de larvas" registradas em suas proximidades (Silva; Tavares; Tenório; Nogueira; Marques, 2021, p. 93). O mexilhão dourado representa a inversão da inversão, ou seja, a praga que ataca a praga. Ele causa "colmatação" (*fouling*)[169], incrustando-se nas telas dos tanques-rede, reduzindo a troca de água e oxigênio, e elevando os custos de produção em até 15% (Silva; Tavares; Tenório; Nogueira; Marques, 2021, p. 87). A Ecologia Invertida revela-se, assim, não como um novo equilíbrio, mas como uma cadeia de desequilibro autoalimentada, onde a solução da piscicultura nutre a praga que agora a ataca.



/Figura 72: O Mexilhão Dourado (*Limnoperna fortunei*)

A Ecologia Invertida, porém, não é apenas biológica – que substitui o nativo pelo exótico, depois tilápia pelo mexilhão –, mas também socioeconômica. O relato de Jailton[170], morador local de Itacuruba e funcionário da Prefeitura, personifica essa cisão, contrapondo a antiga rotina de trabalho à realidade atual. "Antigamente, o dia amanhecia, você pegava seu barco, ia pra ilha... Trabalhava o dia todinho". Jailton confirma que a agricultura de vazante "não tem mais" e, embora a fruticultura (uva, manga, maracujá, acerola, goiaba, mamão) esteja ressurgindo, ele ressalta que esta é dominada por "grandes empresários", e não pelo "povo daqui". Questionado sobre a principal fonte de renda da cidade, Jailton resume a nova economia: "A piscicultura e a Prefeitura". Todavia, sobre a participação da população tradicional nessa nova economia, ele conclui: "Não. Só empresário, gente de fora. O custo é muito alto".

O depoimento de Jaílton expõe que o discurso oficial do "desenvolvimento sustentável" (Torres, 2016) é, assim, velado pelos dados puramente econômicos. Isso ocorre tendo em vista que o modelo de "revolução azul" (Assad; Bursztyn, 2000, p. 55) – a industrialização da aquicultura aos moldes da "revolução verde" –, focado na monocultura e em pacotes tecnológicos, repete um padrão de crescimento que, como definem os autores, "externaliza livremente os custos sociais e ecológicos e que alarga a desigualdade social

169 O termo "colmatação" (do inglês *fouling*) refere-se à incrustação de organismos biológicos em superfícies submersas, obstruindo-as. No caso do mexilhão dourado, as larvas se fixam e os juvenis formam colônias em camadas. O problema é que indivíduos menores preenchem todas as frestas entre os maiores, transformando a colônia em uma crosta densa e coesa, denominada *macrofouling* (entupimento) dos tanques-rede. O ambiente do São Francisco agrava a situação devido à temperatura. Enquanto o crescimento ideal da espécie em climas subtropicais ocorre a 25°C, no reservatório de Xingó a temperatura mínima registrada (27,21°C) já é superior, indicando que o local é propício para a reprodução do mexilhão durante o ano todo (Silva; Tavares; Tenório; Nogueira; Marques, 2021, p. 88-89).

170 Depoimento de Jailton, concedido à autora em Itacuruba (PE), em 12 de dezembro de 2021.

e econômica" (Assad; Bursztyn, 2000, p. 53). A atividade da piscicultura, assim, não beneficia os "mais pobres" – que deveriam ser compensados – e é dominada por "médios e grandes proprietários, mais capitalizados" (Araújo; Sá, 2008, p. 420), tornando os pequenos produtores uma presa fácil da armadilha desses mesmos pacotes e da "inevitável ditadura dos produtores de insumos e equipamentos" (Assad; Bursztyn, 2000, p. 59) – o que explica o "custo muito alto" advertido por Jaílton.

Embora 69% dos produtores do polo sejam classificados como "pequenos" (Ribeiro *et al.*, 2015, p. 102), a sua sobrevivência depende do subsídio governamental e do fornecimento de ração pela Codevasf, sendo a atividade paralisada "pela maioria quando cessa a ajuda do Estado" (Araújo; Sá, 2008, p. 406). A nova ecologia, portanto, apenas "concentra renda nas mãos de poucos" (Valenti, 2000, p.27), perpetuando a lógica extrativista sob a fachada de "energia limpa".

Mas a inversão não foi somente a socioeconômica, industrial e ambiental. Foi, acima de tudo, moral. A engenharia da paisagem não se contentou em exilar a vida; ela profanou a morte. O "mar" converteu-se, então, em um cemitério aquático, como lembra Bernadete Caxias:

> E aí, e o pior? E os defunto, as pessoas que já tinham morrido? Como era que ia tirar o cemitério? Não tinha como tirar. Num cemitério você tira os vivo mas os morto não tira. Ainda deram, assim né, ainda deram até a liberdade das pessoas: quem quisesse arrancar os ossos trazer para aqui... mas tinha gente que não tinha condição de trazer! (Bernadete Caxias, 2024, depoimento, destaque da autora).

E a profanação do sagrado transcendeu os mortos. Em Remanso (BA), a própria igreja matriz teve seu destino profetizado no dia de sua inauguração, cravando o futuro da cidade como uma tumba submersa nas lembranças de Marcílio Braga[171]:

> [Frei Henrique] disse: "Tenham cuidado, remansenses, essa casa que eu estou inaugurando hoje, esse templo, ainda vai ser cama de surubim". E aconteceu. Hoje a igreja é cama de surubim de peixe. (Marcílio Braga, 2024, depoimento).

171 Depoimento de Marcílio Braga, concedido à autora em Remanso (BA), em 15 de julho de 2024.

Esse "cemitério aquático", essa "cama de surubim", é o coroamento da Ecologia Invertida – uma ordem profana. Se a Ecologia Ribeirinha (1.1.3) era a simbiose onde o rio fértil (com seu "lodo") alimentava o homem (vivo); a Ecologia Invertida é um ciclo onde o homem (morto) é condenado a alimentar o rio, para que este, por sua vez, alimenta o homem (vivo). O depoimento de Maria da Conceição Ferreira dos Santos (Ceiça), de Pilão Arcado (BA), encarna esse coroamento que se anuncia em outras coroas – as flores dos mortos – flutuando inocentemente sobre a água, enquanto, sob ela, o horror do ciclo inimaginável se completava:

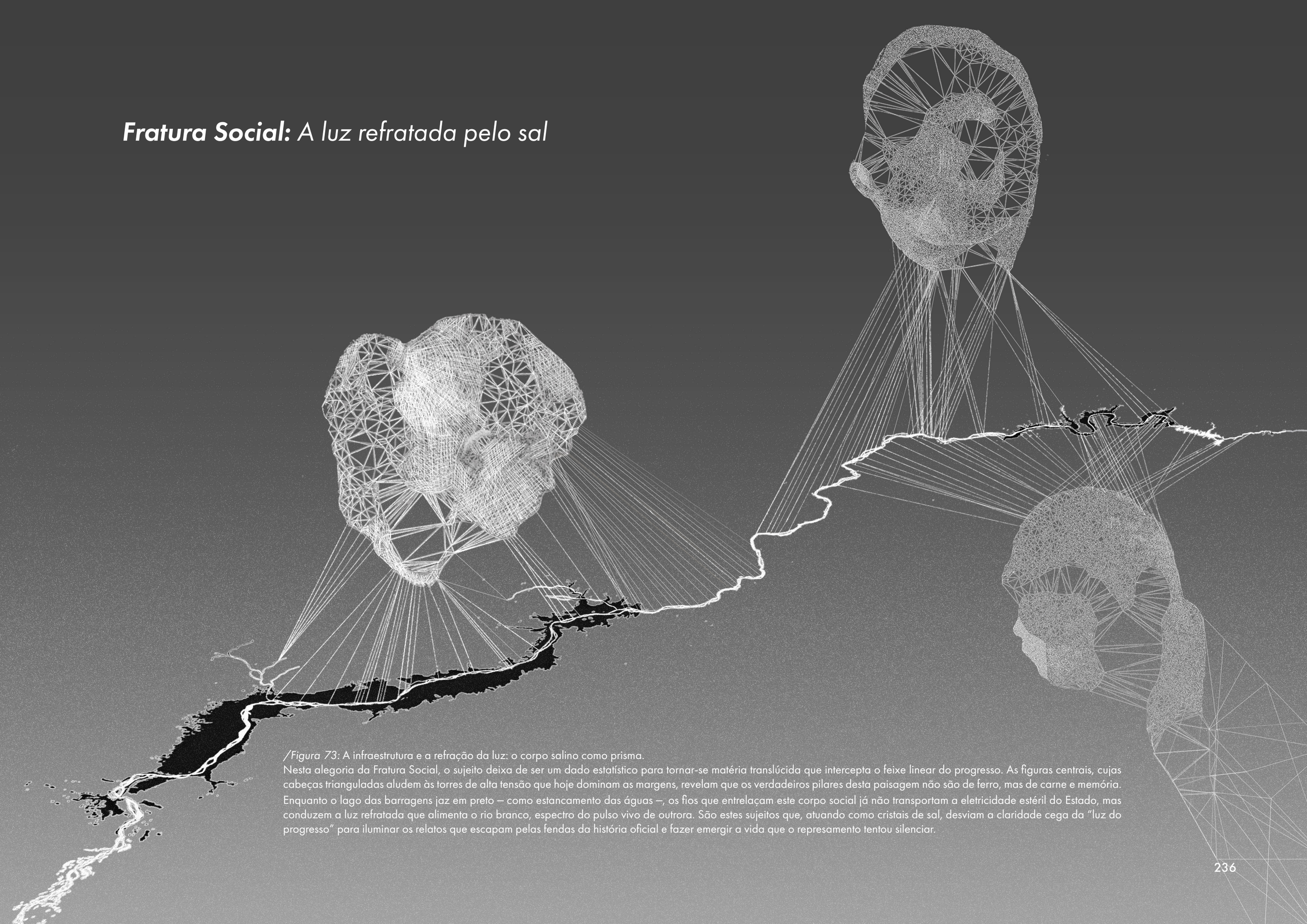
> [...] quando a gente voltou à cidade eu me lembro que o cemitério tava, inundado, né. E que a gente encontrava os ossos subindo assim nas, nas águas [...] A gente ia tomar banho no Rio e às vezes a gente... Eu era tão pequena, eu não tinha noção! Eu me lembro ele pegava aquelas aquelas flores, tinha aqueles colares, eu não me lembro como é o nome exatamente daquilo, e a gente brincava, a gente era tão inocente. Pegava e falava: olha meu colar! Que estava no pescoço, olha. E e aí a gente sorria quando lembrava disso. Aí a gente ainda brigava por aquilo: é meu, é meu! Meu Deus do céu... não sabe nem de quem era, podia ser da mãe da gente, do irmão do, né. De alguém da família, mas estava ali jogado, perdido. […] Mas levou... e os ossos se encontrando ali? Eu acho que não ficou um osso ali enterrado, que as águas cavando, os peixes, né, os animais do Rio cavando deve ter levado e esses ossos saía, é... espalhado nas águas.
>
> [...] e os peixes lá comendo [...], eu acho que os couro ou os ossos... Chupando os ossos dos defunto e a gente comendo aqueles peixes, né. Porque então ia, que pescavam, né. Pescavam pra comer, sobreviver... Eles vendiam... Todo mundo comeu esse peixe. [...] Todo mundo comendo peixe, bebendo da água. Jesus. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Como a alegoria inicial de Rezende Jr. (2019, p. 35-36) prenunciou, essa nova ecologia é uma inversão grotesca. Nela, os peixes necrófagos – as criaturas bestiais (Rezende Jr., 2019) – tornam-se as "bocas" menores que operam dentro da "boca maior" da Usina[172] (Melo Neto, 2012, p. 30-31). Uma boca que, insaciável, não se contenta com os mortos. Ela exila a fauna ancestral para também devorar os vivos, impondo um novo ciclo de interdependência, não mais para a vida, mas para a morte.

172 Introduzida no início da "Face 2: A Paisagem da Engenharia".

É aqui que a "boca" do peixe (Rezende Jr., 2019, p.35-36) e os "dentes" do humano (Melo Neto, 2012, p. 30-31) se fundem – bestializados, desumanizados, tornados peças funcionais da mesma Usina. Em Rezende Jr. (2019), inverte-se a morte: o humano vivo, ao afogar-se, morre e renasce como a "criatura bestial" que devora os mortos. Em Melo Neto (2012), inverte-se a vida: o ribeirinho vivo não morre, mas é expropriado e reduzido à engrenagem, aos "dentes / com que a fábrica mastiga", consumido em vida pelo sistema que o expulsou. Forma-se, assim, um mesmo ciclo de devoração. Os mortos alimentam os peixes-monstro que habitam o reservatório; os vivos, destituídos de suas terras, são incorporados como força de trabalho que alimenta a Usina. Uns tornam-se bocas, outros tornam-se dentes – ambos forçados a mastigar para a mesma máquina que os mastigou. No fim, a inversão da morte e a inversão da vida conduzem ao mesmo destino: ser devorado pela máquina. Já não há diferença entre sobreviver e perecer. Morrer produz monstros; sobreviver produz engrenagens. Enquanto os primeiros alimentam o reservatório, os segundos alimentam a Usina. Terminam, porém, reduzidos ao mesmo resto – "homens de bagaço", o resíduo fibroso e sem vida, que a "morte úmida" das águas agora embebe. Já não se trata de viver ou morrer, mas de ser consumido.

Fratura Social: *A luz refratada pelo sal*



/Figura 73: A infraestrutura e a refração da luz: o corpo salino como prisma.
Nesta alegoria da Fratura Social, o sujeito deixa de ser um dado estatístico para tornar-se matéria translúcida que intercepta o feixe linear do progresso. As figuras centrais, cujas cabeças trianguladas aludem às torres de alta tensão que hoje dominam as margens, revelam que os verdadeiros pilares desta paisagem não são de ferro, mas de carne e memória. Enquanto o lago das barragens jaz em preto — como estancamento das águas —, os fios que entrelaçam este corpo social já não transportam a eletricidade estéril do Estado, mas conduzem a luz refratada que alimenta o rio branco, espectro do pulso vivo de outrora. São estes sujeitos que, atuando como cristais de sal, desviam a claridade cega da "luz do progresso" para iluminar os relatos que escapam pelas fendas da história oficial e fazer emergir a vida que o represamento tentou silenciar.

Recostei a cabeça no espaldar da poltrona e fiquei olhando a cidade passar pela minha janela, sentindo – por meio do movimento da paisagem de luzes lá fora [...]. As luzes se desgarravam na esteira da paisagem [...]. Cheguei mesmo a imaginar que elas se desfaziam no ar como bolhas [...]. Eu grudava o rosto no vidro e girava todo o meu corpo para tentar ver as bolhas de luzes se dissolvendo no ar e deixando apenas a escuridão absoluta da noite atrás de mim. [...] custava a [me] desvencilhar daquela paisagem pálida de ruas e casas e luzes vazias. Dormi e acordei de novo, várias vezes, e [...] ainda atravessava a cidade. Só naquele momento pude perceber a extensão da cidade que eu deixava. Sempre vazia, escura, com suas luzes ralas se evaporando [...], mas sempre à minha janela. A cidade não acabava. (Barbosa, 2002, p. 24-25).



1


2



3


4


5


6


7


8


9


10


11

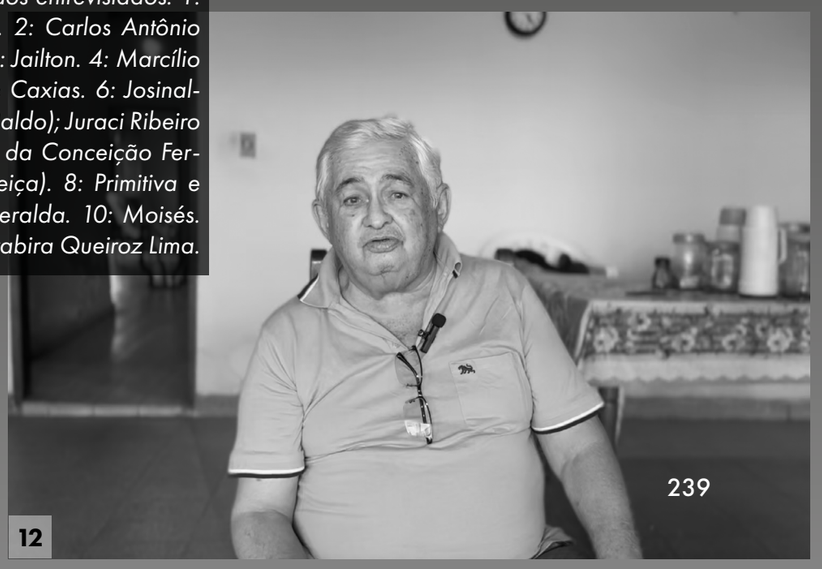

12

Figura 74: Mosaico dos entrevistados. 1: Eva Maria de Jesus. 2: Carlos Antônio Ferreira de Castro. 3: Jailton. 4: Marcílio Braga. 5: Bernadete Caxias. 6: Josinaldo Brotas Ferreira (Naldo); Juraci Ribeiro Rodrigues. 7: Maria da Conceição Ferreira dos Santos (Ceiça). 8: Primitiva e Jucilene. 9: Dona Geralda. 10: Moisés. 11: Carlos. 12: Guarabira Queiroz Lima.

Figura 75: A geometria triangular ressurge como imagem-cristal: cada rosto torna-se uma faceta da memória salina, isto é, uma memória bergsoniana que, ao se materializar no sal, conserva o passado como presença ativa no corpo. O fio branco revela a refração que atravessa os indivíduos, tecendo uma rede de luz coletiva. É essa rede que impede que a "eletricidade" do progresso dissolva definitivamente o sujeito, pois cada corpo guarda em si o sal da memória cristalizada.

Em contraponto à luminosidade abstrata do progresso, a matéria que refrata a luz estatal e guia a narrativa deste capítulo é o sal. Ele atua como um agenciamento estrutural e simbólico cuja força reside em sua natureza dúplice: substância extraída da terra e, ao mesmo tempo, sedimento do corpo. Se, em um primeiro momento, o sal aparece como matéria do trabalho e da autonomia nas margens do rio, com o desterro ele se converte no resíduo químico do trauma – um amálgama de lágrima, aridez e peso que se deposita na experiência social das populações deslocadas. É sobre a densidade dessa matéria, na qual o antigo labor se cristalizou em sofrimento, que a promessa do progresso incide; e é essa mesma substância endurecida que, ao refratá-la, decompõe a luz do desenvolvimentismo em suas verdadeiras nuances.

Fratura Social:
A luz refratada pelo sal

A linguagem[173] fez-nos perceber, de forma inconfundível, como a memória [*Gedächtnis*] não é um instrumento, mas um meio, para a exploração do passado. É o meio através do qual chegamos ao vivido [*das Erlebte*], do mesmo modo que **a terra é o meio no qual estão soterradas as cidades antigas. Quem procura aproximar-se do seu próprio passado soterrado tem de se comportar como um homem que escava. Fundamental é que ele não receie regressar repetidas vezes à mesma matéria [*Sachverhalt*] – espalhá-la, tal como se espalha a terra, revolvê-la, tal como se revolve o solo.** Porque essas "matérias" mais não são do que estratos dos quais só a mais cuidadosa investigação consegue extrair aquelas coisas que justificam o esforço da escavação. Falo **das imagens que, arrancadas de todos os seus contextos anteriores, estão agora expostas, como preciosidades,** nos aposentos sóbrios da nossa visão posterior [...]. E não há dúvida de que aquele que escava deve fazê-lo guiando-se por mapas de lugar. **Mas igualmente imprescindível é saber enterrar a pá de forma cuidadosa e tateante no escuro reino da terra.** E engana-se e priva-se do melhor quem se limitar a fazer o inventário dos achados e não for capaz de **assinalar, no terreno do presente, o lugar exato em que guarda as coisas do passado.** Assim, o trabalho da verdadeira recordação [*Erinnerung*] deve ser menos o de um relatório, e mais o da indicação exata do lugar onde o investigador se apoderou dessas recordações. Por isso, a verdadeira recordação é rigorosamente épica e rapsódica, deve dar ao mesmo tempo uma imagem daquele que se recorda, do mesmo modo que um bom relatório arqueológico não tem apenas que mencionar os estratos em que foram encontrados os achados, mas sobretudo **os outros, aqueles pelos quais o trabalho deve passar antes**. (Benjamin, 2015, p. 101, destaque da autora).

173 No contexto de Walter Benjamin (2006, p. 504), a linguagem é definida como "o lugar" onde se encontram as "imagens dialéticas". Estas imagens não são uma progressão contínua da história, mas sim o ponto de ignição, o "lampejo", onde o "ocorrido" (o passado) e o "agora" (o presente) colidem e "formam uma constelação" (Benjamin, 2006, p. 504). É, portanto, o meio onde a relação dialética com o passado (e não a sequência temporal) salta. Na metáfora da escavação (2015, p. 101), a "imagem dialética" corresponde ao "achado" ou à "preciosidade" arrancada do solo (o passado). A linguagem, por sua vez, é o "bom relatório arqueológico" (Benjamin, 2015, p. 101), ou seja, o ato de expor esse achado, assinalando no "terreno do presente" o local onde o lampejo ocorreu.

Escavar uma história soterrada é dar à luz o que jazia nos recônditos da escuridão. A trajetória dos Gilus, sedimentada no avesso da paisagem, *atualiza* a epígrafe benjaminiana: seu passado não é uma linha contínua, mas a própria *terra* onde repousa sua *cidade soterrada* – uma cidade que não acaba (Barbosa, 2002). Decifrá-la exige a postura do "homem que escava", aquele que não hesita em "regressar repetidas vezes à mesma matéria" [*Sachverhalt*]. Afinal, a tragédia dos Gilus constitui essa *matéria* – uma história de escavações e soterramentos acumulados em estratos de uma mesma ferida.

Tal *terra* compõe, em seu substrato, a história de um quilombo. Narrá-la requer, antes de tudo, transpor a crosta do senso comum: o quilombo não se reduz ao refúgio de escravizados fugidos, tampouco é "apenas um lugar geograficamente definido, historicamente documentado e arqueologicamente *escavado*" (Almeida, 1996, p. 18). É, antes, a "reunião fraterna" (Ratts, 2001, p. 331), "um processo de trabalho autônomo, livre da submissão aos grandes proprietários" (*id.*, *ibdi.*). Somente a partir de tal comunhão é que o quilombo se forma como a estratégia social e simbólica mais eficaz de resistência à discriminação racial e à dominação (Bezerra, 2006).

O grupo dos Izidoros, germe do que viriam a ser os "Gilus", encarnou essa resistência. Eram "remanescentes de quilombos" que, como esclarece Medeiros (2002, p. 79), "se dispersaram pelo Sertão ou continuaram ocupando as terras conquistadas". Inscrevendo-se como o rastro vivo de uma dessas diásporas, a jornada dos Izidoros começa não com a escravidão, mas com a liberdade. Uma liberdade que, no entanto, já nasce *soterrada* sob a terra que, na iminência de ser alcançada, lhes é interditada.

A primeira *escavação* coube ao ancestral Antônio Izidoro – que, ao *revolver* a terra em busca de um futuro, acabou por abrir a própria sepultura. Filho livre de escravos da região dos Palmares (AL), Izidoro entrelaçou seu destino ao de Maria Rufina da Conceição em 1874, iniciando uma peregrinação em busca de um chão. Embora subsistissem nas vazantes férteis da Fazenda Retiro, abençoadas pelo São Francisco, ansiavam por um solo que não lhes fosse emprestado. Movido por esse desejo de enraizamento, Antônio Izidoro adquiriu um terreno em Curral dos Bois, atual Glória (BA), vislumbrando ali a redenção de seus descendentes. O sangue, porém, antecipou-se à mudança e, ao preparar o solo para receber a família, foi assassinado em meio a disputas pela posse. Seu anseio por autonomia foi, assim, enterrado com seu corpo. Maria Rufina, vencida pelo luto, sucumbiu pouco tempo depois (Santos *et al.*, 2016), unindo-se a Izidoro nas profundezas daquela mesma terra.

A Rua de Baixo

Órfãos, quatro dos seus filhos – Maria Firmina, Josefa Maria, Pedro Izidoro e Manoel Izidoro – seguiram o curso do Velho Chico até aportarem no pequeno povoado de Itacuruba[174]. Carregavam a *ferida social* exposta, chegando como quem reafirma seu lugar no mundo: desterrados, prontos para se assentarem, mais uma vez, em solo alheio. O seu lugar era à margem – não apenas do rio, mas a da sociedade, a única geografia reservada aos sem-terra. Encontraram abrigo na periferia, nos domínios do influente Aníbal Alves Cantarelli (o Zeca Major), que consentiu a permanência, "sem cobrar nenhum custo" (*id.*, p. 43). Aquele lugar, um "misto de urbano e rural"[175] (*id.*, p. 54), tornou-se o berço dos Gilus. Ali, formaram seu arruado junto à embocadura do Riacho Manoel Custódio, uma barreira física que os apartava do povoado de Itacuruba e que acabou por batizá-los. O lugar virou a "Rua de Baixo", e eles, os "Negros da Rua de Baixo" (*id.*, p. 47).

Esse mesmo arruado na "Rua de Baixo" deixava entrever a relação ambivalente dos Gilus com o povoado de Itacuruba. Apesar de não viverem isolados – integrados que estavam à economia e à religiosidade local –, tal convivência era "permeada de discriminação racial" (*id.*, p. 46), confinando-os a "um espaço social de negro em espaço físico de branco" (Almeida, 2002 *apud* Bezerra, 2006, p. 54). Uma das raízes dessa ambiguidade residia na terra, pois, embora *pertencessem* à terra, a terra não lhes *pertencia*. Essa condição sustentava uma "sujeição simbólica", encoberta pela aparente *tolerância* senhorial, uma vez que os Gilus podiam ocupar o espaço "sem pagamento de foro ou renda", contanto que cumprissem o pacto silencioso de não contrariar os donos e "agradá-los sempre" (Bezerra, 2006, p. 54). Pairava, assim, no imaginário da Antiga Itacuruba um "sentimento difuso de escravidão" (*id.*, *ibdi.*), que os *rebaixava*, física e simbolicamente, à Rua de *Baixo*. O desejo de emancipação pela propriedade era frustrado não apenas pela escassez monetária, como também pela memória coletiva, a lembrança do ancestral fundador, assassinado justamente pela *ousadia* de comprar um terreno. Era a convergência entre essa precariedade material e o trauma histórico que perpetuava o ciclo de submissão, reencenando, a cada geração, um novo *soterramento* de sua liberdade.

174 Administrativamente, Itacuruba pertencia originalmente ao município de Floresta. Em 1938, passou a ser um distrito de Belém do São Francisco, condição que manteve até sua emancipação em 1963.

175 Na Antiga Itacuruba, os Gilus ocuparam uma área da cidade sertaneja desprovida de investimentos públicos, salvo a energia elétrica, inaugurada em 1958. Itacuruba foi o terceiro lugar de Pernambuco (após Petrolândia e Recife), a ser abastecida pelas usinas de Paulo Afonso (Bezerra, 2006).

/ Figura 76: A geografia da segregação e da resistência na Antiga Itacuruba. Planta urbana da cidade soterrada. O traçado evidencia a separação sócio-espacial imposta pela geografia física e política: ao centro, o núcleo urbano consolidado; à margem, separada pela barreira física do Riacho Manoel Custódio, situa-se a "Rua de Baixo". Era neste território limítrofe, banhado também pelo Riacho de Itacuruba, que os Gilus estabeleceram seu arruado — um espaço de exclusão convertido, pela prática comunitária, em reduto de autonomia e identidade quilombola.



/ Figura 77: Planta de localização regional anterior à formação do Lago de Itaparica. O mapa reconstitui o traçado original do rio, conectando as antigas cidades de Petrolândia, Rodelas e Itacuruba. O foco de luz incide sobre Itacuruba, destacando o território que, no presente, jaz "soterrado" sob as águas da barragem, servindo como o mapa do lugar (Benjamin, 2015) para a escavação da memória proposta no início deste capítulo.

1

2

3

0 2 km 4 km 8 km

1. Rodelas antiga
2. Itacuruba antiga
3. Petrolândia antiga

É nesse ponto que ocorre a segunda *escavação*. Diferente da primeira – a busca de Antônio Izidoro pela salvaguarda institucional da posse –, esta nova incursão volta-se à permanência. Enquanto o ancestral perseguia *adquirir* o título da terra, o esforço dos Gilus agora residia em *produzir* um território, guiados pelo saber tático de habitar as margens. A esperança de uma autonomia possível na Rua de Baixo não se ergueu sobre a escritura de um lote, mas na maestria desse engenho, que articulava um cotidiano espacialmente cindido: de um lado, a *fertilidade cativa* das ilhas; do outro, a *liberdade árida* extraída das bordas. Nessa alternância, a vida se repartia. Nas ilhas, o trabalho nas vazantes era prisioneiro do regime de partilha senhorial, um solo generoso que exigia o preço da submissão. Mas era na secura das frestas, nos vazios deixados pelo poder, que a sobrevivência emergia, como um minério da resistência. Por quais caminhos, afinal, movia-se essa sobrevivência? A resposta estava no rastro branco que brotava da terra: o sal.

Naquele grão de sal, a sobrevivência deixava de ser uma permissão concedida pelo senhor para se tornar um trato de independência firmado com o chão seco. Ali, o solo oferecia o mineral e o grupo oferecia a labuta, mas o fruto dessa colheita era, finalmente, só deles. Mais do que uma tática de sustento, tal dualidade geográfica revelava, no fundo, duas formas distintas de negociar a existência. Se o arado nas ilhas simbolizava o pacto de meiação – uma geometria da sujeição, onde o lucro minguava após o senhor deduzir cada custo e despesa (Bezerra, 2006) –, a busca pelo mineral nas fazendas vizinhas era o exercício da autogestão. A extração do sal resultava da anuência dos proprietários a uma itinerância furtiva por suas terras. Por serem negligenciadas pelo latifúndio devido à sua esterilidade, essas áreas salinizadas tornaram-se o campo onde os Gilus governavam o próprio suor, transformando o "vazio" do patrão na soberania do grupo.

Ao "raspar" a crosta das manchas improdutivas para extrair o sal, os beiradeiros perscrutavam a superfície de um mundo alheio para nele subsistir. Afinal, sulcar o chão de outrem é o preço da dívida histórica por uma terra própria, cuja posse lhes foi subtraída pela força. Uma terra que eles, agora, reinventam no brilho branco do cristal de sal.

Essa reinvenção, por sua vez, era consequência de uma decifração fina dos silêncios da terra. Não por acaso, eles detinham o segredo daquela paisagem calcada pelo "fenômeno da salga" (Yuri, 1961, p. 22); eles sabiam exatamente onde o chão resguardava o mineral. Com a anuência dos fazendeiros, o grupo dirigia-se aos locais de eflorescência para executar o ritual de extração detalhado por Bezerra (2006):

> Nas poucas áreas de produção natural de sal em algumas propriedades rurais, os proprietários de fazendas permitiam aos Gilus a extração gratuita, que ocorria com a técnica de **raspagem** de solo, seguida da **lavagem** do sal raspado em aguidá de barro, cuja água salgada é escorrida pelos furos do aguidá, **fervida e posta à evaporação, restando o sal, que é ensacado e enterrado por alguns dias**. Esse trabalho resultava da tolerância dos proprietários a um movimento de pessoas nas áreas salinizadas de suas fazendas, para a pequena exploração de sal. (Bezerra, 2006, p. 57-58, destaque da autora).

Nesse processo, portanto, o sal puro transcende a condição de mercadoria; ele cristaliza-se como um ato de territorialização, operando aquilo que Deleuze e Guattari denominam *ritornelo*[176]. É a *repetição rítmica* desse gesto – o raspar, o lavar, o ferver – que organiza o caos do mundo alheio e funda, ali, um *centro* habitável. Ao transmutarem esse movimento cíclico em substância, os Gilus dão corpo à memória de um saber-fazer: a técnica tradicional, antes invisível, solidifica-se na brancura tangível dos cristais. É essa matéria carregada de tempo que fixa o grupo ao solo, criando uma consistência interna capaz de desafiar a dispersão. Ao raspar o chão, os Gilus não apenas extraem o mineral; eles converterem o espaço em "casa", cristalizando um tempo próprio e soberano nas dobras do território alheio. O sal torna-se, enfim, esse vestígio "exposto, como preciosidade" (Benjamin, 2015, p. 101) que resiste à evaporação; um cristal que refrata a vida insistindo em aflorar onde a terra fora anunciada infértil. Portanto, a cada ciclo desse ritual, os Gilus invertem a condição de sujeição e, por uma *alquimia de resistência*, a escassez transforma-se em *autonomia*.

Entretanto, seria um equívoco ler essa ocupação nas margens como um sinal de penúria. Embora o sal fosse extraído de terras desprezadas pelo latifúndio, a garantia de fartura brotava de uma integração profunda ao ecossistema[177] (Bezerra, 2006, p. 97). Foi com essa intimidade com o meio – aproveitando a superfície salina para o mineral e as águas do rio para alimento – que os Gilus criaram seu próprio reduto de abundância. Tratava-se de quilombo erguido em "pequenas unidades produtivas, autônomas, baseadas no trabalho familiar, na cooperação simples entre grupos domésticos e no uso comum de recursos naturais" (Almeida, 1996, p. 18).

176 O conceito de ritornelo (*ritournelle*) em Deleuze e Guattari (1997) funciona como um agenciamento territorial, um ritmo que, ao se destacar do caos, cria um centro de ordem e estabilidade – uma "casa". Como explicam os filósofos: "O ritornelo é territorial [...] ele sempre leva terra consigo [...] ele está em relação essencial com um natal, um nativo" (Deleuze; Guattari, 1997, p. 102). No caso dos Gilus, a repetição do trabalho com o sal atua como esse "motor de tempos" (Ferraz, 2010, p. 72) que *territorializa* a existência. Mas o movimento não é apenas espacial, é também temporal, conectando o ritornelo à *imagem-cristal* (Deleuze, 1990). O sal manifesta-se, assim, como a cristalização do tempo acumulado, no qual a atualidade do gesto de raspar e a virtualidade da memória da terra tornam-se indiscerníveis, conferindo ao labor dos Gilus uma legitimidade que antecede a propriedade privada. Em suma, se o ritornelo é o movimento que desenha a "casa" através do ritmo, o cristal é o rastro luminoso que permanece – preservando a *duração* que o habita.

177 A integração ao ecossistema englobava, ainda, uma ética de cuidado com a terra: o aproveitamento integral da matéria (evitando desperdícios), o respeito pela cadeia alimentar, a prática de aguardar o tempo necessário para a recomposição do solo e a obediência ao ciclo anual das colheitas (Bezerra, 2006).

/ Figura 78: O arquipélago da fertilidade. Ampliação do recorte entre Itacuruba e Rodelas, revelando a complexa hidrografia que sustentava a vida ribeirinha. A imagem detalha as diversas ilhas (como Sorobabel e Coités) e canais que permeavam o fluxo entre as duas cidades.

3

2

4

1

0 500 m 1000 m 2000 m

1. Ilha Surubabel
2. Itacuruba antiga
3. Ilha Coités
4. Rodelas antiga

Grupos de adultos e crianças dedicavam-se à lavoura de subsistência – incluindo uma diversidade de hortaliças alimentares e medicinais[178] – e à criação de animais para consumo e renda, atuando em colaboração não remunerada de parentes (Bezerra, 2006).

Com o tempo, essa economia expandiu-se. Ao firmarem parcerias de meiação nas ilhas do São Francisco – Sorobabel, São Miguel, e Santo Antônio e Crueira (Bezerra, 2006, p. 59) – os Gilus ingressaram na agricultura intensiva. Foi o tempo das culturas de cebola e tomate, tão abundantes que as tranças de bulbos empilhadas nos terreiros rebatizaram a "Rua de Baixo" como "Rua da Cebola" (Bezerra, 2006, p. 60). O lucro dessa meiação, longe de converter-se em bens de distinção, era devolvido à própria sobrevivência, reinvestido como potência de trabalho: na aquisição de motores-bombas para irrigação e no aprimoramento das casas, cuja infraestrutura se adensava a cada safra (Bezerra, 2006).

Por décadas, a comunidade manteve-se ali, na Rua de Baixo, equilibrando a liberdade fluida que o rio concedia e a autonomia cristalizada no sal com o fardo das sujeições impostas pela sociedade. Até que, sobre essa estabilidade precária, sobreveio o segundo grande soterramento da história dos Gilus[179]: a chegada do "monstro poderoso" (Bezerra, 2006, p. 46) da Usina Hidrelétrica de Itaparica. A "Rua de Baixo" – o meio onde o "*vivido* [*das Erlebte*]" (Benjamin, 2015, p. 101) estava *depositado* – foi tragada, e a *cidade soterrada* (Benjamin, 2015) fez-se, por fim, literal.

Nesse novo cenário, o ato de escavar tornou-se impossível. Diferentemente dos soterramentos anteriores, nos quais a terra, ainda que encobrisse o passado, permitia o *revolver do solo* em busca de vestígios e raízes, a barragem impôs uma barreira intransponível: a água. Ao criar uma superfície líquida e homogênea, o reservatório anulou a distinção de lugares e a profundidade dos estratos investigáveis, silenciando o *vivido* e transformando a paisagem em um fundo *indiferenciado*. Ao perderem o chão, os Gilus perderam também a capacidade de rastrear a própria trajetória nos estratos da terra. Sob a matéria liquida do lago, desapareceram as terras férteis, as ilhas e as sedes dos municípios – como Itacuruba, Rodelas e Petrolândia –, precipitando o deslocamento compulsório e a dispersão de populações por extensas áreas nos territórios baiano e pernambucano.

A subsequente realocação forçada, ocorrida entre 1987 e 1988, fragmentou o corpo social ao tratar os sujeitos apenas como famílias nucleares, ignorando a coesão orgânica dos Gilus com o território. Nesse processo, a CHESF padronizou o reassentamento valendo-se de critérios estritamente econômicos de equivalência de bens, suprimindo as especificidades comunitárias fundamentais para a sobrevivência quilombola. De início, os Gilus depositaram esperança nas promessas estatais, imaginando que a posse de um lote individual promoveria a sonhada ascensão social e a emancipação do jugo dos latifundiários. Entretanto, não anteviram que essa nova *autonomia* lhes roubaria justamente único bem inalienável que possuíam – o seu modo de vida em comum.

Essa promessa de emancipação, porém, ruiu diante da nova realidade. Embora os lotes parecessem concretizar o antigo desejo pela terra própria, eles impunham uma racionalidade mercantil que acabou por atomizar o coletivo. De súbito, as famílias viram-se confinadas à solidão de suas unidades produtivas, apartadas da rede de colaboração parental e do uso comum dos recursos. O novo ordenamento das agrovilas desmantelou, assim, o ecossistema de solidariedade que sustentava a vida do grupo. Para agravar o desterro, a CHESF desconsiderou os laços étnicos no planejamento, optando pela diáspora: o grupo foi fragmentado geográfica e socialmente. Enquanto alguns aceitaram indenizações pecuniárias, dispersando-se em cidades vizinhas, outros foram alocados em casas na zona urbana de Itacuruba (tipos B ou C)[180] ou encaminhados para agrovilas distantes, nos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Orocó (Bezerra, 2006, p. 64).

Nesse percurso de deslocamentos, desenrolou-se um episódio particularmente doloroso em Jeremoabo, na Bahia. Em 21 de janeiro de 1987, treze famílias (84 pessoas) optaram pela transferência para um projeto de agrovila às margens do Rio Vaza Barris, atraídas pela presença de parentes na região (Bezerra, 2006, p. 67). A tentativa de recomeço, no entanto, deparou-se com a insustentabilidade do novo contexto, onde a precariedade institucional alinhou-se à rigidez do meio ambiente.

A vulnerabilidade das famílias aprofundou-se com a quebra do acordo firmado com o Polo Sindical, que resultou na suspensão da Verba de Manutenção Temporária (VMT) apenas vinte meses após a mudança, momento em que o grupo ainda lutava para dominar a nova terra[181]. Sem esse suporte, os Gilus não tiveram fôlego para enfrentar a diferença hidrológica entre o antigo e o novo lar: habituados à perenidade do Rio São Francisco, viram-se reféns do regime incerto do Vaza Barris. Enquanto a estiagem de 1988 inviabilizou a lavoura de sequeiro[182] e secou o rio, a cheia de 1993 destruiu os cultivos perenes[183] (Bezerra, 2006). A instabilidade ecológica e o estrangulamento financeiro, assim, enfraqueceram o grupo, adoecendo seus corpos e laços.

178 Os cultivos incluíam: as de folhas, flores e hastes (coentro, hortelã, endro, cidreira, erva-doce, mastruz, malva santa, capim santo, entre outros); as de frutos (feijão, milho, abóbora, jerimum, melancia, entre outros); e as de raízes, tubérculos, bulbos e rizomas (batata doce, mandioca, macaxeira, cebola, alho, entre outros) (Bezerra, 2006).

179 O ciclo de submissão simbólica na Rua de Baixo e a frustração da posse da terra são consequências da primeira tragédia: o assassinato de Antônio Izidoro, e causa da segunda escavação (o sal). A chegada da Usina Hidrelétrica de Itaparica, por sua vez, representa o segundo evento cataclísmico, o soterramento definitivo daquilo que fora arduamente conquistado.

180 A Nova Itacuruba foi erguida sob um modelo de segregação tipológica, oferecendo casas de padrões A, B e C para a transferência da população. Nesse esquema, os Gilus foram destinados quase que exclusivamente às unidades de tipo C – as mais simples –, com raras exceções no padrão B. Ocuparam, assim, a base da pirâmide habitacional planejada pela CHESF em parceria com a Codevasf, enquanto outros reassentados eram distribuídos em lotes de agrovilas (Bezerra, 2006).

181 Instituída pelo Acordo de 1986 entre a CHESF e o Polo Sindical, a VMT visava garantir a subsistência das famílias até a efetiva viabilidade produtiva dos lotes (Scott, 1994). O benefício, fixado em 2,5 salários de referência, deveria atuar como uma salvaguarda contra os riscos da fase inicial de adaptação, mas sua suspensão arbitrária no caso dos Gilus revelou a fragilidade das garantias pactuadas frente ao arbítrio estatal.

182 Perderam as safras inteiras de melancia, pimentão, tomate, cebola, macaxeira, feijão, entre outros produtos (Bezerra, 2006).

183 Tais como cajueiros, mangueiras, coqueiros, bananeiras e goiabeiras, cujos longos ciclos de maturação foram interrompidos pela água (Bezerra, 2006).

Perante tal dissolução, a matéria simbólica do grupo modificou-se. O sal, antes extraído do chão firme como garantia de vida, foi submerso para emergir liquefeito na forma de lágrima. E o que resta? Apenas a fissura íntima dos Gilus, agora sem a terra para raspar. Sem o solo para absorvê-la, essa dor transborda e converte-se em patologia. O elemento que extraíam da terra é o mesmo que agora escorre, impotente, de seus olhos.

Sob o peso da impossibilidade de subsistência e de tal adoecimento da alma, a decisão pelo retorno fez-se inadiável. O movimento de volta iniciou-se em 1993, com onze famílias, e concluiu-se em 1998, com as duas restantes. A volta, entretanto, cumpriu-se à sombra do luto. Em Jeremoabo, três vidas ficaram pelo caminho, e outras três se apagaram logo após a chegada à Nova Itacuruba; enfermidades que os Gilus tributaram ao sofrimento da perda da antiga terra e à falta de perspectiva de sobrevivência grupal (Bezerra, 2006, p. 68).

Ainda que pudessem ter buscado destinos economicamente mais promissores, uma vez que a Antiga Itacuruba jazia submersa, os Gilus retornaram à Nova Itacuruba como o *homem que escava* de Benjamin (2015), regressando repetidas vezes à mesma matéria, embora sua materialidade tangível (a cidade velha) tivesse sido irreversivelmente dissolvida. Ali, no entanto, persistiam a referência histórica e o senso de pertencimento, basilares para a cicatrização da identidade ferida. Para que a reconstrução fosse plena, no entanto, era preciso desvencilhar-se dos últimos lastros do desterro. O ciclo de Jeremoabo encerrou-se formalmente apenas anos mais tarde, quando, orientados pela Procuradoria Geral do Estado, os Gilus obtiveram autorização para alienar os lotes abandonados na Bahia. Esse ato jurídico permitiu sepultar os últimos vestígios do exílio, consolidando, em 2006, a presença de 165 famílias reagrupadas na Nova Itacuruba (Bezerra, 2006, p. 69).

O Alto da Caixa D'Água

Nessa outra terra, os Gilus não tateiam mais na *escuridão* do desterro, revolvendo o chão em busca de pertencimento e permanência. Conseguem ver a *luz* do Alto da Caixa D'Água mas, sob essa claridade, não encontram mais a *terra*. A terceira escavação acontece, portanto, no "agora". O retorno não se dá para a "Rua de *Baixo*", *soterrada* pela barragem e pelo tempo, nas profundezas, mas projeta-se para o "*Alto*": um terreno pedregoso e infértil onde "não nasce... nada" (Bezerra, 2006, p. 70). Uma vez que o solo estéril se recusa a dar-lhes o sustento e sequer oferece o sal, o que lhes resta escavar? A única matéria que resiste à supressão de sua base material: a memória [*Gedächtnis*] (Benjamin, 2015, p. 101).

Situado no ponto mais elevado da Nova Itacuruba, o Alto da Caixa D'Água fora originalmente reservado pela CHESF para abrigar o maquinário do sistema de abastecimento urbano. Contudo, após a transferência da área para a municipalidade, a destinação técnica do terreno cedeu lugar à urgência social, convertendo-se no território possível de reassentamento. Nesse novo sítio, a ocupação estruturou-se através de arranjos distintos, envolvendo tanto a doação de pequenos lotes pela Prefeitura quanto pela aquisição de terrenos de terceiros que desistiram de construir.

Foi sobre esse chão duro, à margem do plano urbanístico oficial, que os Gilus ergueram seu novo reduto. À direita de quem entra na cidade planejada, na *periferia da periferia*, levantaram suas casas – a maioria de alvenaria, uma minoria de taipa – através da solidariedade do mutirão. Nesse gesto de erguer paredes, davam corpo à memória de coesão que haviam resguardado, a única prática enraizada que o desterro não conseguiu *arrancar* totalmente. Entretanto, a autonomia ao erigir a casa não suprimiu a ausência da cidade. Desde o início da ocupação, em 1993, o Alto nasceu estigmatizado pela carência, desprovido da infraestrutura – de energia, saneamento, calçamento ou praças – que a "cidade nova" ostentava logo abaixo. Apenas em 2005, a intervenção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) mitigaria tal precariedade, instalando banheiros, reservatórios e fossas nas habitações (Bezerra, 2006, p. 69).

Cristaliza-se, assim, a inversão geográfica e existencial do grupo. Afinal, a "terra própria" surgiu como uma conquista mutilada, pois veio desacompanhada da cidade (infraestrutura) e desprovida de natureza (fertilidade). Ainda que finalmente detenham a posse jurídica, esta aterrissou em um solo infecundo, que recusa a vida. Forçados a sair da antiga Rua de Baixo, um baixio de solo fértil, banhado na embocadura do Riacho Manoel Custódio com o São Francisco, os Gilus foram empurrados para o Alto. A troca do "Baixo" pelo "Alto" não significou ascensão, mas suspensão. Se o antigo lar foi condenado à escuridão subaquática, o novo sítio ofereceu uma claridade estéril. Ao subirem, os Gilus não alcançaram a redenção, mas o desenraizamento: destituídos do húmus que lhes dava lastro, viram-se desgarrados sobre a pedra. Foi a substituição da vazante pela Caatinga – e da intimidade com o rio pela dependência da água encanada – que definiu a fratura entre a vida de antes e a de agora, lançando o grupo, privado da agricultura, em uma grave condição de pobreza.

Nos quintais das residências do Alto da Caixa D'Água, a presença eventual de plantas medicinais e frutíferas[184] resiste apenas graças à insistência de seus moradores em cultivar.

184 Dentre as quais as mais comuns são: cidreira, malva santa, manjericão, laranja, coqueiro, goiabeira, pinha, mamoeiro, limoeiro, romanzeira, capim santo, mastruz (Bezerra, 2006, p. 70).

Contudo, tal esforço não garante a necessidade, instaurando uma tensão irreconciliável entre a ética do grupo e a urgência da fome. Herdeiros de uma vivência ancestral com o solo, os Gilus historicamente rejeitam o trabalho assalariado, associando a figura do patrão à do antigo senhor. O desejo do grupo permanece sendo a emancipação pelo trabalho comum em terra fértil; todavia, a sobrevivência na Nova Itacuruba impõe o revés dessa autonomia. Resta-lhes a dura concessão de pleitear emprego aos políticos na Prefeitura Municipal, a maior entidade empregadora de uma economia estagnada (Bezerra, 2006, p. 71).

Diante da impossibilidade física da agricultura, o labor de escavar migra, então, para a esfera do *simbólico*. Ao se observarem as casas espalhadas no Alto, tem-se a impressão de tratar-se de um quilombo urbano; uma comunidade integrada à lógica da cidade, afastada dos ciclos da terra e das águas. Contudo, essa fachada de concreto não abafa a raiz primeira que os liga à terra e ao rio, insistindo em atravessar a urbanidade imposta. Quando indagado, Mário Alexandre dos Santos, presidente da Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombo Negros de Gilu, dissipa qualquer dúvida com uma incisão aprovada pelos presentes: "Somos quilombo rural, beiradeiros do Rio [...] é a agricultura, a pesca e caça o que nós sabemos fazer" (*apud* Bezerra, 2006, p. 72).

Essa afirmação ecoa como um manifesto de existência. A "Velha Itacuruba" não é mais um lugar físico; assim como o sal, ela é uma "preciosidade" (Benjamin, 2015, p. 101), mas esta foi arrancada do estrato do *trauma*, existindo agora como o *ritmo* que esse grupo entoa para se manter coeso. A *linguagem* dos Gilus assume, assim, a função do "bom relatório arqueológico" descrito por Benjamin (2015, p. 101), pois, ao enunciarem "somos um quilombo rural, beiradeiros" (Bezerra, 2006, p. 72), eles *escavam a si mesmos* no *terreno do presente*, assinalando o local exato onde o passado está *guardado*. A memória do "vivido" (a fartura da Rua da Cebola, o trabalho comum nas ilhas e o antigo ritual da extração salina) converte-se então em uma "imagem dialética"[185] (Benjamin, 2006). É através do choque provocado por essa imagem – o confronto entre a fertilidade de ontem e a aridez de hoje – que se recupera o brilho do sal que o soterramento tentou apagar. Trata-se da *recristalização simbólica* de um modo de vida que, mesmo submerso pela geografia física da barragem, recusou-se a ser dissolvido, fixando-se agora na narrativa. O ritornelo, enfim, desloca-se: deixa de ser o ato de *raspar a terra* para ser o ato político de contar a própria história, reivindicando, nessa enunciação, a identidade que lhes foi subtraída do mapa.

Se, no plano simbólico, o ritornelo *edifica* um abrigo contra o caos, no plano material a Nova Itacuruba representa a imersão

185 Embora guarde semelhanças com a imagem-cristal de Deleuze (1990) – na medida em que ambas tratam da coexistência do passado no presente –, optou-se aqui pelo conceito benjaminiano de *imagem dialética* (Benjamin, 2006) por seu caráter político de interrupção. Enquanto o cristal deleuziano foca no circuito indiscernível entre o atual e o virtual (a conservação da memória), a imagem dialética opera pelo *choque* (o lampejo). No caso dos Gilus, a memória da terra (o passado) colide com a realidade estéril do reassentamento (o presente); é desse enfrentamento que se produz uma tensão crítica que denuncia o apagamento histórico.

nessa *deriva* silenciosa. A perda da terra e a impossibilidade de "raspar o chão" não geraram apenas pobreza econômica para os Gilus; deflagraram uma fratura social que extrapolou as fronteiras do quilombo, inscrevendo-se na psique de toda a população, atingindo Gilus e não Gilus, irmanados pelo mesmo desterro. Nesse cenário comum, a experiência do grupo revela a dimensão de um naufrágio maior: sua trajetória não constitui um caso isolado, mas a fenda exposta de um destino compartilhado. A violência sofrida pelos remanescentes de quilombo: o corte do vínculo com a terra, a inviabilização do cultivo e a dependência da verba assistencial, replicou-se, em escala ampliada, sobre todo o corpo social da cidade. Afinal, assim como os Gilus, a antiga Itacuruba era, em sua essência, uma comunidade ribeirinha, cuja existência estava umbilicalmente ligada aos ciclos do São Francisco.

O desenrolar desse naufrágio coletivo, contudo, contrasta com a força do ato de resistência que tentou evitá-lo. Ainda em 1986, movida pela ameaça de rompimento do laço vital com o rio, a cidade insurgiu-se. Reagindo ao desmantelamento anunciado –um ano e meio antes do deslocamento final –, a população ocupou o canteiro de obras da usina e bloqueou sua operação por seis dias, forçando a assinatura do "Acordo de 86"[186]. Todavia, o que nascera como uma conquista política, um pacto que prometia estender a garantia de terras férteis e irrigação a todo o tecido municipal, transformou-se, com a chegada das águas em 1988, no símbolo das promessas estatais traídas. Embora os documentos previssem a continuidade da vida agrícola, as limitações físicas do novo território inviabilizaram a subsistência tradicional, levando os planejadores a recorrer a alternativas exógenas, como as piscigranjas[187]. O fracasso desses projetos, somado à infertilidade pedregosa dos lotes de reassentamento (Figueiredo, 2011), decretou a inviabilidade econômica da nova cidade, mergulhando a população em uma ociosidade compulsória. Sem roças para cultivar, restou aos agricultores ocupar os bancos públicos: as praças encheram-se de homens e mulheres sem função, ocupados apenas em *esperar*.

Nesse compasso de espera, instaurou-se uma assimetria perversa. Enquanto os Gilus sofreram o corte precoce do auxílio ainda durante o exílio em Jeremoabo, para a maioria dos reassentados de Itacuruba a sobrevivência transformou-se em uma dependência crônica da Verba de Manutenção Temporária (VMT)[188]. O que fora previsto para durar apenas meses cristalizou-se como uma condição permanente que já ultrapassa as três décadas. Apesar de imprescindível para a segurança alimentar, o benefício atuou como um *anestésico social*: garantiu o pão, mas não devolveu o labor, aprisionando a comunidade na inércia, em um estado de limbo existencial.

186 Firmado um ano antes do deslocamento das famílias, o documento assegurava à população diversos direitos compensatórios: boas terras para irrigação e cultivo, moradias, assistência técnica, financiamento de manutenção temporária, indenizações favoráveis e participação efetiva nas decisões do reassentamento (Figueiredo, 2011). Tais garantias, contudo, foram, em sua maioria, progressivamente desmentidas, esquecidas ou ignoradas na execução do projeto.

187 As piscigranjas consistiam em unidades de cultivo controlado de peixes e outros animais aquáticos, concebidas pelos idealizadores do projeto de reassentamento como uma alternativa econômica à produção agropecuária tradicional. Esta estratégia foi adotada em decorrência da baixa qualidade dos solos em certas localidades atingidas pelo reservatório, o que inviabilizava a implementação de projetos de irrigação coletiva. Planejada para absorver cerca de 134 agricultores de Itacuruba, Rodelas e Belém do São Francisco a iniciativa não prosperou devido ao elevado custo de manutenção e, principalmente, à falta de familiaridade (prática cultural) dos agricultores com essa nova modalidade de produção (Araújo; Galindo; Lima, 2000).

188 Instituída como medida paliativa, a VMT tinha vigência condicionada à "emancipação" dos lotes, termo técnico que designava o início da produção efetiva nos perímetros irrigados. No entanto, o colapso estrutural do Sistema Itaparica, que abrange desde a infraestrutura hidráulica inacabada até a inaptidão pedológica de solos sabidamente arenosos e rochosos, como os de Itacuruba, inviabilizou a autonomia produtiva. Diante da impossibilidade de prover os meios de produção prometidos, o Poder Judiciário impôs à CHESF a manutenção dos pagamentos indefinidamente, transformando o auxílio transitório em renda vitalícia para suprir, precariamente, a falência do projeto agrícola.

/ Figura 79: A mancha negra e a geografia do desterro. Configuração espacial contemporânea, dominada pela mancha negra estática do Lago de Itaparica em oposição ao fluxo contínuo do passado (cinza claro). A figura ilustra a própria fratura social: a distância física e simbólica imposta entre o corpo da população e o corpo do rio, onde a antiga conexão orgânica foi substituída pela rigidez do planejamento técnico.

1. Rodelas nova
2. Rodelas antiga
3. Itacuruba antiga
4. Itacuruba nova
5. Petrolândia nova
6. Petrolândia antiga

0 2 km 4 km 8 km

Contudo, esse vazio não permaneceu inócuo. A inatividade forçada logo degenerou em adoecimento, revelando que a supressão do *fazer* é a causa primária de uma moléstia que acomete a cidade: a depressão. Como diagnostica Jailton, morador local, a depressão nada mais é do que o preenchimento nocivo do espaço deixado pelo trabalho na terra:

> Rapaz... Tinha aquele hábito de ir pra roça, ir para as ilhas. Acho que é porque o povo não trabalha mais. Antigamente, o dia amanhecia, você pegava seu barco, ia pra ilha... Trabalhava o dia todinho. Quando voltava, voltava remando. Hoje o que o pessoal faz é caminhada, de um lado pro outro. O pessoal antes era saudável, não tinha remédio. Hoje em dia tem muita bebida. Muita droga. Muito crack e cocaína. Eu tenho pena. A juventude tá acabada. (Jailton, 2021, depoimento).

O diagnóstico de um tempo morto, onde a juventude se perde pela falta de rumo, reflete uma condição que ultrapassou as divisões locais. Tal estagnação não se restringiu a casos isolados; tornou-se o substrato dominante da cidade, erodindo, pelo compartilhamento do mesmo vazio, as fronteiras entre os grupos. Independentemente da duração do auxílio – curto para uns, permanente para outros –, o desfecho convergiu para um mesmo abismo: a impossibilidade de fincar raízes no novo solo. Portanto, a Nova Itacuruba não adoeceu apenas uma etnia; a patologia acometeu todo o tecido social. Como sintoma dessa generalização, a cidade carrega hoje o estigma de uma *depressão coletiva*, chancelada por dados do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco - Cremepe (2007)[189] e repercutida nacionalmente[190]. Analisados sob o prisma da desterritorialização, esses índices alarmantes de suicídio – dez vezes superiores à média nacional – deixam de ser apenas um problema de saúde pública para tornarem-se a manifestação clínica do *desenraizamento*. Eles representam o colapso de corpos que, privados da gravidade de sua terra original, não suportaram a suspensão no vazio da cidade nova.

Tais estatísticas ganham voz nos relatos colhidos por Maia (2024), emergindo como o espectro do que foi soterrado. Fica claro que a *cidade nova* – a despeito de sua luz elétrica e ruas traçadas – jamais conseguiu refratar a sombra deixada pela submersão da *cidade velha*:

> Aqui se mata um, morre enforcado aqui. [...] Agora você veja, aqui poucos dias morreu um aqui, pendurado ali na linha da casa dele, se matou. (Entrevistado 2 *apud* Maia, 2024, p. 72).

> Tem um psiquiatra aqui que atende só esses depressivos. Toda semana. Tem cinquenta, sessenta pessoas, viu? Que toma remédio controlado. (Entrevistado 3 *apud* Maia, 2024, p. 74).

Essa medicalização da existência é o sintoma final da fratura social. Aqui, cabe retomar a lição de Benjamin (2015, p. 101), que constata que a verdadeira escavação da memória exige não apenas o desejo de lembrar, mas o ato físico de "enterrar[191] a pá [...] no escuro reino da terra". Nesse contexto, manejar a pá transcende o esforço mecânico; trata-se do instrumento que permite ao sujeito romper a superfície do presente para alcançar as profundezas do *vivido*.

Ocorre que, na Nova Itacuruba, essa busca por profundidade topa com uma superfície de material intransponível: o próprio solo, infecundo e cimentado, que resiste ao gesto de *escavar*. Esse choque não é apenas geológico, é ontológico – atinge a própria condição de existir. Para uma cultura moldada pelo trabalho na terra, a impossibilidade de penetrar a matéria bloqueia o acesso à memória. Uma vez que, se a lembrança está ancorada na prática do cultivo, um solo que recusa a semente é também um solo que silencia a história.

Entretanto, se a barreira física foi imposta a todos, a elaboração simbólica desse trauma seguiu dinâmicas distintas. A diferença se dá no manejo desse bloqueio pois, enquanto os Gilus conseguiram, até certo ponto, coletivizar a falta – desviando a *escavação* para o terreno simbólico, empunhando a pá conjuntamente em busca de suas memórias cristalizadas –, a massa desarticulada da população absorveu o golpe isoladamente, colidindo sozinha com a materialidade bruta. Para este indivíduo desagregado, a tentativa de "enterrar a pá" – ou seja, de *sulcar* o solo para exercer seu ofício – foi sufocada pela ausência de um horizonte coletivo. Sem encontrar vazão externa para a sua dor, restou apenas o rebote do trauma. O gesto do trabalho, ao não penetrar o solo, retorna violentamente contra o próprio corpo. Impedido de plantar e vivendo sobre um cimento que recusa sua marca, o sujeito sente a angústia nascer dessa energia represada. É a vertigem de possuir um passado vivo (escavado na mente), mas habitar um presente morto (impenetrável na superfície). Diante de uma ferramenta que perdeu sua utilidade, resta-lhe, literalmente, "enterrar a pá": não para cavar memórias, mas para sepultá-la no esquecimento.

189 Pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) no município revelou um quadro crítico de saúde mental em Itacuruba. A aplicação de questionários indicou que 63% da população amostrada apresenta sofrimento psíquico. A gravidade da situação torna-se evidente na comparação às taxas de suicídio: enquanto a média anual em Pernambuco é de 3 casos por 100 mil habitantes, em Itacuruba esse índice atinge 25 por 100 mil; um valor mais de oito vezes superior à média estadual (Paes, 2007). Outros registros do próprio Conselho, referentes a 2002 e repercutidos pela imprensa local, indicam que a taxa chegou a 26,6 casos por 100 mil, um índice apontado como até dez vezes superior à média nacional daquele período (Setembro amarelo, 2020).

190 A repercussão midiática reforça o diagnóstico de colapso social. Matéria de *O Globo* (Campos, 2021) destaca o esvaziamento demográfico da cidade, que encolheu de 15 mil habitantes em 1988 para 5 mil atuais, na contramão do crescimento populacional brasileiro. Aprofundando o cenário clínico, o *Jornal do Commercio* (Machado, 2011) expôs a medicalização do cotidiano: o levantamento da psicóloga Mirthys Dantas identificou, à época, 312 moradores cadastrados para receber psicotrópicos da prefeitura, um número subnotificado que incluía 26 crianças. Os registros indicavam prevalência de depressão (41,8%), seguida de esquizofrenia (17,8%) e ansiedade (12%), evidenciando a incapacidade da estrutura local em lidar com surtos e a cronicidade do sofrimento mental.

191 No original alemão (*Ausgraben und Erinnern*), Benjamin utiliza o verbo *graben* (escavar) e a imagem de revolver a terra (*Erdreich umwühlen*). Portanto, a expressão traduzida como "enterrar a pá" refere-se ao ato ativo de cravar a ferramenta no solo para abrir as camadas do passado. A análise aqui proposta apropria-se intencionalmente da polissemia do verbo em português para evidenciar o contraste: enquanto para o filósofo "enterrar a pá" é o início do trabalho (penetração), para os desterrados de Itacuruba tornou-se o fim dele (sepultamento da ferramenta).

Não obstante, esse sepultamento não trouxe o repouso. A ferida social tornou-se interna. A depressão generalizada é a resposta de um corpo social onde a memória da terra antiga age como um *membro fantasma*: dói, coça e pulsa em um lugar que, fisicamente, já não existe: "É aquela coisa, aquela vida presa por dentro. Aquela coisa que não é, não é normal. Eu sinto que não é." (Entrevistado 2 *apud* Maia, 2024, p. 76).

A "vida presa por dentro" é a definição existencial, e física, da depressão em Itacuruba. Arrancados da beira-rio, a fluidez perdida do rio cedeu lugar à água salobra que verte das torneiras[192]. Ao ingerirem cotidianamente esse líquido denso, os sujeitos passam a reter a aridez, encarcerando no próprio organismo a rigidez do meio. O sal, ditado pela hostilidade do solo e privado da diluição que as águas do São Francisco outrora garantiam, sedimenta-se nas entranhas do corpo social. Sem o fluxo do rio para lavá-los, esse estancamento transforma a saturação química em *densidade afetiva*, cristalizando-se[193] como sedimento de uma melancolia que nenhum remédio controlado consegue dissolver.

A lógica que produziu esse soterramento, porém, não se deu por satisfeita. Como se a hidrelétrica não fosse suficiente, o espectro do "progresso" volta a rondar Itacuruba, agora sob a forma de uma ameaça atômica. Identificada desde 2011 pela Eletronuclear como o sítio ideal para a maior central nuclear do país, a cidade vê-se novamente no tabuleiro de um jogo que ignora suas dores. Trata-se de um megaprojeto de seis reatores, com potência de 6,6 gigawatts (GW) – mais do que o triplo das usinas de Angra 1 e 2 somadas – e investimentos previstos entre R$ 30 e R$ 60 bilhões, valor superior até mesmo ao da UHE de Belo Monte (Amâncio, 2023; Barros, 2021; Campos, 2021).

Para os entusiastas, como o deputado estadual Alberto Feitosa (PL), o projeto representa a promessa de movimentar "toda a cadeia produtiva", trazendo "aeroporto, heliporto, rodoviária, hotéis e supermercados em uma cidade definhante" (*apud* Campos 2021, p. 6). Todavia, a promessa de 6.000 empregos diretos (Mendonça, 2019) não seduz quem já conhece o custo do desterro – como os povos Tuxá e Pankará, habitantes ancestrais do território[194]. Para eles, o anúncio não é progresso, é a reabertura de uma ferida. Como denuncia a cacique Evani, do povo Tuxá: "Nós somos a pedra no sapato da usina. As nossas feridas da barragem ainda nem cicatrizaram e agora vem a usina. [...] O rio é a vida da gente" (*apud* Campos, 2021, p. 7).

O sentimento de repetição do trauma é ecoado por Lucélia Cabral, liderança do povo Pankará. Para ela, o projeto significa a decretação da morte para as 300 famílias que vivem no território:

> É a morte para nós. É preciso lembrar que parte da nossa história e da nossa vivência está embaixo da água. Mais uma vez, somos jogados feito bola para aqui e acolá. É como se a gente não tivesse significado e importância. (*apud* Mendonça, 2019, p. 3).

Atualmente, o projeto encontra-se em um impasse jurídico-administrativo que agrava a angústia local. Além da falta de previsão a curto prazo por parte do Ministério de Minas e Energia, o projeto enfrenta um entrave constitucional: o artigo 216 da Constituição de Pernambuco veta usinas nucleares no estado "enquanto não se esgotar toda a capacidade de produzir energia hidrelétrica e oriunda de outras fontes" (Pernambuco, 1989, art. 216). Em contrapartida, movimentos políticos buscam derrubar essa proibição via PEC na Assembleia Legislativa (Mendonça, 2019) e através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.933 no Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2021). Nesse vaivém, a cidade permanece, assim, refém de uma espera angustiante, com a ameaça nuclear pairando sobre o rio São Francisco como uma sentença iminente (Barros, 2021).

Traçada entre a barragem de Itaparica e a pretendida usina nuclear, uma linha de continuidade expõe a cicatriz da fratura social que atravessa este capítulo. Uma anatomia que se delineia no embate perpétuo entre o projeto traçado nos gabinetes ("Face 1") e a vida desmoronada no território ("Face 2"). Longe de ser um episódio fortuito, tal dinâmica reitera a norma histórica de uma vontade estatal impávida, que converte o chão *vivido* em mera extensão utilitária para a maquinaria do poder. Em Itacuruba e nas demais cidades inundadas, essa onipotência vale-se da "Promessa da Luz" – o mito do progresso energético como redenção regional – para engendrar um consenso aparente. Trata-se de um simulacro que valida o futuro projetado enquanto sequestra a densidade do presente, silenciando perdas e resistências imediatas sob uma narrativa que não admite sombras, muito menos falhas: apenas *luz*.

A manutenção desse clarão absoluto reclama a edificação do Cristal Perfeito – instrumento ótico que materializa a racionalidade estatal percorrida nesta análise. Idealizado para sobrepor-se à porosidade e aos interstícios das cidades, esse dispositivo opera por saturação visual, fabricando o desenvolvimento como um porvir luminoso e inevitável através de feixes de propaganda e balanços oficiais. É uma projeção totalizante que não ilumina, mas ofusca; uma perfeição técnica que higieniza a história ao substituir a rugosidade do vivido por uma superfície lisa e definitiva. Apresentando o território como um produto acabado, essa racionalidade torna a reali-

192 Conforme o Diagnóstico do Município de Itacuruba, realizado pela CPRM (Serviço Geológico do Brasil), a análise de amostras de água subterrânea evidenciou a predominância de água salina em 72% dos pontos amostrados, e salobra em 14%, indicando a necessidade de dessalinizadores (Beltrão *et al.*, 2005).

193 A cristalização é aqui compreendida como um fenômeno imagético e temporal. O estancamento refere-se à interrupção do devir e do fluxo vital (o *élan vital* bergsoniano) que antes era mediado pela relação com o rio. Na depressão itacurubense, o tempo deixa de ser sucessão e movimento para se tornar uma imagem-cristal: um ponto de indistinguibilidade onde o passado (a memória da beira-rio) e o presente (a aridez do solo atual) se fundem em um bloco rígido. O tempo não corre mais; ele se sedimenta em uma estrutura de dor onde a perda se torna um *eterno* presente, tornando-se indissolúvel pela química dos fármacos.

194 A oposição dos povos indígenas ao projeto nuclear é uma resposta à reativação do ciclo de trauma imposto pelo desterro. O grupo Tuxá, por exemplo, é analisado por Arruti (2018) como um caso de partogênese (fragmentação étnica após um trauma), decorrente da inundação de seus territórios pela UHE de Itaparica. Esse processo inicial gerou a conformação de subgrupos autônomos (Rodelas, Ibotirama e Inajá), desdobrando-se posteriormente nos Tuxá Campos e Pajeú, parte dos quais se encontra em Itacuruba, e que continuam relacionados aos processos de reassentamento da CHESF. Em paralelo, o grupo Pankará, com cerca de 110 famílias, iniciou em 2006 um movimento de emergência indígena em Itacuruba. Tal movimento reativou territorialidades na antiga cidade e introduziu novas interfaces políticas, confrontando, por vezes, os procedimentos da Funai com os do Incra (Silva, 2019, p. 97).

dade impermeável ao gesto humano, bloqueando o esforço do sujeito de imprimir sua marca ou de reconhecer seus próprios rastros sob o verniz do progresso. Diante da incidência desse brilho artificial, o resplendor das novas infraestruturas acaba por apagar o sentido do caminho de *volta – o vestígio* da memória que permitiria ao sujeito localizar-se na própria história.

Se, para Benjamin (2015, p. 101), o homem que escava deve ser capaz de "assinalar, no terreno do presente, o lugar exato em que guarda as coisas do passado", a fratura social opera como a interdição desse gesto. É a condição de quem retém a memória (o *achado*), mas foi alijado da materialidade do "terreno do presente" onde ela poderia ancorar-se. Sem esse solo externo, resta ao sujeito o abismo entre o rigor do mapa técnico e a espessura da vida. A memória, sem ter onde pousar, volta-se para dentro. Ao migrar do chão para o corpo, revela-se a geologia final do trauma: aquilo que, no início era a substância da *autonomia*, a liberdade extraída do labor com o chão, diante do desterro, cristalizou-se em matéria de pranto. Trata-se da impotência de quem guarda a terra em si, mas está interditado de *revolvê-la*.

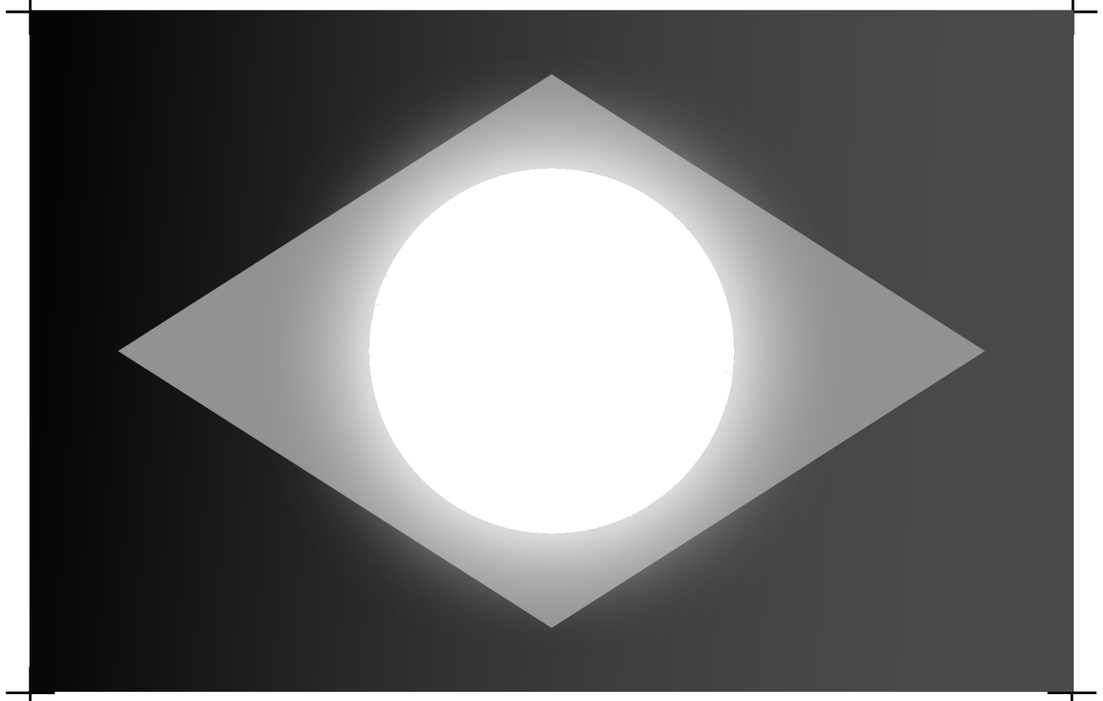
Sob tal paralisia, o fenômeno excede a demarcação étnica. Se a técnica de extração pertencia ao quilombo, a ingestão da aridez tornou-se o destino comum. O mineral, que antes circulava como abundância, é hoje retenção, incorporado ao organismo pela água pesada das torneiras e pelo luto represado. O que era labor compartilhado acaba, assim, por sedimentar-se como endurecimento interno, uma pedra íntima que atravessa Gilus e não Gilus, petrificando o sofrimento da cidade.

Nesse estágio, o sal ascende ao seu protagonismo simbólico, elevando-se de substância material – o lastro comum que unificou a todos numa mesma condição de perda – a elemento refrator. Aquele mesmo mineral, agora multiplicado por milhares de desterrados, funde-se em um estrato coletivo denso. A metáfora encontra, assim, sua convergência no acúmulo de todas essas vivências compactadas, amalgamadas pela esterilidade do solo, pelo suor do trabalho interrompido e pela sedimentação interna do sofrimento, atuando como o prisma da realidade regional.

É ao atravessar esse corpo salino, o substrato indissolúvel da história, que o feixe de luz projetado pelo Estado se decompõe. A estrutura que se segue, portanto, investiga esse fenômeno de refração em dois momentos antagônicos: de um lado, a "Face 1", dedicada ao Cristal Perfeito e sua promessa de um futuro absoluto; de outro, a "Face 2", na qual essa mesma luminosidade, ao incidir sobre a aspereza do sal, sedimentado pela sucessão desses projetos estatais, refrata-se, decompondo-se, por fim, nas cores ocultas do passado represado, da injustiça e da sombra que permanece.

Face 1:
A promessa da luz

/ Figura 80: Ao substituir o "Ordem e Progresso" por um clarão branco, a imagem revela a natureza do projeto autoritário: uma perfeição hermética que, de tão brilhante, torna-se vazia. É o futuro iluminado que não projeta vida, apenas ausência.



O Velho Chico, antigamente navegável em longos trechos, precisa hoje de um trabalho gigantesco de regularização para que se torne estável o fluxo de suas águas e se garanta o funcionamento das usinas de que depende a população nordestina. [...] Cada morador está tendo a oportunidade de levantar sua própria casa e de participar, como cidadão, do esforço comunitário que cabe a toda a comunidade. **A infraestrutura de serviços urbanos oferece uma qualidade de vida antes sequer suspeitada pelos ex-moradores dos antigos povoados e vilarejos. A voz do progresso ecoa no sertão, despertando os barranqueiros do São Francisco para novas tarefas e responsabilidades. O sertanejo se integra nos novos campos.** As novas agrovilas abrigam, agora, os que fizeram a história das velhas comunidades. [...] A rotina se recolhe para dar passagem ao dinamismo dos novos tempos.[195] (Canoa de Tolda, 2019a, 00:00:01-00:03:20, destaque da autora).

Sobradinho, na Bahia, **é um marco definitivo na redenção do Nordeste. Aqui se constrói a barragem gigante** que inundará terras de sete municípios, obtendo-se com isto, antes de todos os demais benefícios, a regularização do rio São Francisco. O Vale perderá quatro cidades de sua velha geografia: Remanso, Casa Nova, Sento-Sé e Pilão Arcado. **Carregando seus pertences, eles se retiram para que, nestes recantos ásperos e secos, venha estender-se um vasto lago de água doce – o maior lago artificial em superfície do mundo. E também eles se retiram porque contam com o apoio que os encaminha para uma vida mais fácil, numa região mais amena**.[196] (Canal Retrô, 2022, 00:00:29-00:01:23, destaque da autora).

Barragem de Itaparica: mais energia! Mais desenvolvimento para o Brasil! A segunda maior barragem do mundo, vai proporcionar a geração de 2 milhões e 500 mil watts de energia elétrica que alimentarão o crescimento das cidades e do campo nordestino. O Lago, com 150 km de comprimento, inundando uma área de 100 mil hectares, vai permitir a irrigação e a produção de alimentos na caatinga.[197] (TV Viva, 2020a, 00:00:22-00:00:47 destaque da autora).

195 Fragmento de propaganda oficial sobre barragem do Sobradinho. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Canoa de Tolda. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y0Edc4WuicM. Acesso em: 7 dez. 2025.

196 Trecho extraído de um documentário produzido pelo *Canal Retrô* em 2022, que compila imagens históricas sobre a construção da barragem – DOCUMENTÁRIO: Barragem de Sobradinho a notícia. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (12 min). Publicado pelo Canal Retrô. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FhGCyaCozws. Acesso em: 8 dez. 2025.

197 A citação foi retirada de um vídeo realizado originalmente em 1986, documentando a mobilização popular e o impacto das obras na região: BARRAGEM II - 1986. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (31 min). Publicado pela TV Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8. Acesso em: 8 dez. 2025.

Feixe de Luz I: O futuro iluminado



/ Figura 81: Cartaz do governo Médici (1969-1974).

Este é um país que vai pra frente, ôu, ôu, ôu, ôu, ôu! De uma gente amiga e tão contente, ôu, ôu, ôu, ôu, ôu! Este é um país que vai pra frente, de um povo unido, de grande valor! É um país que canta, trabalha e se agiganta! É o Brasil do nosso amor![198] (Os Incríveis, 1976, 00:00:30-00:00:59, destaque da autora).

198 Propaganda institucional do Governo Federal veiculada em 1976 com jingle interpretado pelo grupo Os Incríveis, que lançou um álbum especial para a Presidência da República intitulado *Trabalho e Paz*. A produção do material era de responsabilidade da Assessoria de Relações Públicas (ARP), órgão que substituiu a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). A obra audiovisual consultada para esta análise encontra-se disponível em: CANOA DE TOLDA. Este é um país que vai pra frente - Governo Federal – 1976. [S. l.: s. n.], 2020a. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-clIDiEsdf2Q. Acesso em: 5 dez. 2025.



/ Figura 82: "Este é um país que vai para frente".

As águas desviadas correm numa antevisão do que representará o Complexo Hidrelétrico de Sobradinho para a economia do Nordeste e a valorização do homem brasileiro numa região que enfrenta suas

dificuldades com realismo: para construir o futuro que merece. Parte desse futuro depende das águas do São Francisco, o Velho Chico que se torna mais uma vez presente para dar energia ao nordestino! (Canoa de Tolda, 2019b[199], 00:17:35-00:18:07, destaque da autora).

A narrativa do progresso no Vale do São Francisco inaugurou-se sob a trilha sonora do otimismo mobilizador. Em 1976, enquanto as máquinas revolviam as terras de Sobradinho, o governo federal difundia a imagem de um país em marcha acelerada, embalada pelos versos ufanistas: "Este é um país que vai pra frente! […] É um país que canta, trabalha e se agiganta!"(Os Incríveis, 1976, 00:00:30-00:00:55). Mais do que uma intervenção de engenharia, a obra era apresentada como um "espetáculo realmente comovente" (Canoa de Tolda, 2020b, 00:01:47-00:01:49)[200], onde a dinamite que rompia as rochas – imprescindível para abrir o canal de desvio e fundar a barragem – soava metaforicamente como a libertação de uma região arcaica. É o "ignoto nordeste brasileiro [...] e sua miserável população, [emancipados] de sua sina de atraso e abandono: chegara a hora do progresso libertador rumo ao futuro pujante!" (Ribeiro Junior, 2020, p. 9).

Tal intervenção física, no entanto, só se tornaria viável se precedida por uma sustentação simbólica – de um poder invisível, "que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)" (Bourdieu, 1989, p. 14). Antes de erguer o concreto, era preciso escavar o argumento. Para tanto, o discurso oficial diagnosticou o sertão como um território de *anomia* e *latência* onde a *voz do progresso* ecoava como um imperativo de salvação. Foi necessário orquestrar um cenário de *guerra* contra a natureza sertaneja para legitimar a barragem como única arma capaz de vencer a batalha, utilizando a dramatização da seca para prometer a transformação do sofrimento atávico em um futuro de "frutíferos jardins":

> Aparecem as primeiras cercas vivas de mandacarus, à margem das estradas. Na curva do caminho, surge o homem do sertão: é o vaqueiro nordestino – representante de uma raça que pela sua têmpera, pela sua coragem e resignação afronta a agressividade da natureza. Pode-se notar que é de couro a sua roupa: somente assim, ele encontra proteção contra os espinhos e contra os carrascais. […] A marcha continua para o interior: árvores desnudas, quase sem vida, pela longa estiagem. […] **Sertão bruto: a vegetação é marcada pelos espinhos.** [...] **Essa flora se esten-**

199 CANOA DE TOLDA. Construção barragem de Sobradinho BA. [S. l.: s. n.], 2019b. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal Canoa de Tolda. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qg_RcmuqW0M. Acesso em: 8 dez. 2025.

200 Cinejornal da Agência Nacional (Brasil Hoje, n. 160, 1976) cobrindo a inauguração de trechos da obra com a presença de autoridades: CANOA DE TOLDA. Usina de Sobradinho 1976. [S. l.: s. n.], 2020b. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Canoa de Tolda. Originalmente um cinejornal da Agência Nacional (Brasil Hoje, n. 160, 1976). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N-giH9WueGk. Acesso em: 8 dez. 2025.

de pelo interior, atestando que nessa terra somente viveriam cactáceas: somente espinhos, somente o emaranhado dos xique-xiques alastrados. **Cemitério de árvores que tombaram pela inclemência do tempo** e, muitas vezes, pelo próprio homem. O vale seco do rio Moxotó – um dos braços do São Francisco – nas longas estiradas, a família sertaneja vai matar a sua sede num poço d'água salobra aberto no leito do rio. No leito enxuto do riacho, a carcaça de uma rês quer tombar à inanição. A cruz também marca uma triste lembrança para o sertanejo. [...] [Até que] Aparece uma surpresa: o oásis. A exuberância dessas palmeiras demonstra que ali está a força da terra – a esperança do homem. Sinal de que não está longe do grande rio mediterrâneo: o São Francisco. […] Finalmente, avista-se o rio lá na distância, com suas praias solitárias. […] E, num instante, estamos à beira do São Francisco, junto à cachoeira de Paulo Afonso. **Paulo Afonso: um mundo de águas, uma sinfonia de forças e esperança. Coletora das energias do São Francisco.** [...] A sua garganta acumula um potencial hidrelétrico de 646 mil cavalos-vapor: a força viva do grande rio nordestino. **É o ato final da luta secular em que se empenhou a serpente líquida descomunal para libertar-se do aprisionamento granítico de umas colinas que ali não resistiram**. 'Eras virão em que os povos correrão em chusma sobre estas ribanceiras. Esses altos barrancos serão um dia decorados de frutíferos jardins, numerosas povoações branquejarão por essas ribeiras e vozes alegres retumbarão onde hoje só reina um profundo silêncio'.[201] (Canoa de Tolda, 2019b, 00:00:38-00:07:47, destaque da autora).

É sobre a espessura desse *silêncio* retórico que a narrativa estatal, reverberada pelos cinejornais da Agência Nacional, assenta sua arquitetura de redenção. O Rio São Francisco, "antigamente navegável em longos trechos", precisava de um "trabalho gigantesco de regularização" (Canoa de Tolda, 2019b) para cumprir seu destino moderno. Assim, o clarim da modernidade ecoava no sertão não apenas como imposição, mas como um despertar para "novas tarefas e responsabilidades" (*id.*, *ibdi.*). Tratava-se, afinal, de um projeto civilizatório: ao domar o "sertão bruto" e cobrir de água o "cemitério de árvores" (*id.*, *ibdi.*), o discurso oficial prometia apagar a imagem do jagunço e do retirante faminto, integrando finalmente

201 Transcrição dos primeiros 8 minutos do vídeo documental que apresenta o contexto geográfico e social da região antes e durante as obras do naturalista José Vieira Couto (1837-1898), escritas na obra *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais* (1897), aqui apropriadas pela narrativa oficial para validar a barragem como um destino histórico. Vídeo disponível em: CANOA DE TOLDA. Construção barragem de Sobradinho BA. [S. l.: s. n.], 2019b. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal Canoa de Tolda. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qg_RcmuqW0M. Acesso em: 8 dez. 2025.

a selvageria do sertanejo histórico à disciplina e à modernidade nacional. Toda essa operação era chancelada pela promessa da *luz* e pelos supostos "benefícios inestimáveis que o lago está oferecendo à população de 70 mil habitantes, localizados nas margens[202]" (Daniel Grade, 2015, 00:06:59-00:07:08).

A construção da *promessa da luz*, porém, não foi um evento espontâneo, mas o resultado de uma engenharia institucional meticulosa, forjada para projetar o desenvolvimento como um destino inevitável, convertendo a adesão individual em um imperativo cívico. Tal processo era cadenciado por *jingles* e hinos, que arregimentavam o imaginário patriótico à união nacional para erguer o colosso da modernização:

> Ô, ô, ô, ô, **Brasil, gente pra frente, construindo esta nação.** Com trabalho permanente, com firmeza e coração. **E no passo de gigante, levo meu Brasil avante!** Vamos todos cantar, a uma só voz: **o Brasil é feito por nós!**[203] (João Miguel Arantes, 2022, 00:00:00-00:00:31, destaque da autora).



/ Figura 83: "O Brasil é feito por nós".



/ Figura 84: "De mãos dadas é mais fácil".

202 Trecho narrado no documentário *Sobradinho - Travessia do Futuro* (1980), produzido por I. Rozemberg para a série *Coisas do Brasil* (nº 286). A obra audiovisual exalta a inauguração da eclusa e a transformação social da região. Disponível em: DANIEL GRADE. .Sobradinho - Travessia do Futuro – 1980. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (9 min). Série: Coisas do Brasil nº 286. Produção: I. Rozemberg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uPZmMOL5yqc. Acesso em: 9 dez. 2025.

203 *Jingle* veiculado originalmente em 1977, durante o governo Ernesto Geisel, exaltando o nacionalismo e a colaboração cívica como motores do progresso. Vídeo consultado: JOÃO MIGUEL ARANTES. O Brasil é feito por nós! - Propaganda do regime cívico-militar. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MOWiinoGmBA. Acesso em: 9 dez. 2025.

Para compreender a potência dessa voz desenvolvimentista, é preciso observar que tal engrenagem de propaganda e concreto, operando a todo vapor na década de 1970, foi montada peça por peça, décadas antes, sob forte influência internacional. As relações geopolíticas entre os Estados Unidos e o Brasil – conforme detalhado na Introdução – ainda nos anos 1940 e 1950, somadas ao suporte do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), vincularam a política energética nacional ao impulso da industrialização[204].

Foi esse alinhamento que pavimentou o caminho para o endividamento externo, cujo crescimento exponencial – iniciado no governo JK e radicalizado pelos militares – tornaria o país refém das diretrizes dos credores internacionais. Embora a explosão da dívida externa tenha raízes múltiplas, como a oferta de crédito global abundante via petrodólares (pós-crise de 1973) e a opção do regime militar pelo crescimento acelerado, foi essa matriz inicial que condicionou o setor elétrico aos padrões externos, consolidando uma dinâmica de interdependência técnica[205] e financeira que se aprofundaria nas décadas seguintes.

Nesse cenário de dependência e expansão, a CHESF, criada em 1945, constituiu-se como braço operacional dessa política nascente. Incumbida de integrar energeticamente todo o Nordeste – uma vasta extensão de 1,5 milhão de km² –, a companhia atuou como um catalisador regional dotado de "insuspeitada capacidade técnica" (Oliveira, 2001, p. 143). Ainda que seu protagonismo político tenha sucumbido à centralização imposta a partir da década de 1960, sua execução física foi superlativa. Ao longo das quatro décadas seguintes à sua fundação, a CHESF protagonizou uma sucessão ininterrupta de obras. Para além dos gigantes de concreto – o complexo Paulo Afonso, Sobradinho e Itaparica –, a empresa incorporou dezenas de outras barragens, erguendo uma rede hidrelétrica que alterou definitivamente a hidrologia da região. Tal expansão, irrigada por crédito internacional e fundos públicos, foi alavancada por um desenvolvimentismo que, herdado de Vargas e Kubitschek, ganhou escala faraônica sob o regime militar.

Contudo, para que esse *braço operacional* alcançasse tamanha envergadura, foi necessário reorganizar o centro de comando do setor elétrico. O "futuro iluminado" exigiu, portanto, uma arquitetura burocrática superior, traçada nos gabinetes por

204 As relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos nas décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pela transição da "política de boa vizinhança" para a cooperação técnica voltada ao desenvolvimento no pós-guerra. Esse processo iniciou-se com a Missão Cooke (1942) e a Missão Abbink (1948), culminando na criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Instituída formalmente em 1951 e operante até 1953, a CMBEU tinha o objetivo de diagnosticar os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira (principalmente energia e transporte) para viabilizar empréstimos internacionais. Mais do que apenas liberar verbas, a Comissão exigia que o Brasil elaborasse projetos técnicos padronizados segundo normas norte-americanas para serem aprovados pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Eximbank. Foi a partir das recomendações da CMBEU que o governo brasileiro criou, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), desenhando o modelo institucional que financiaria a infraestrutura nas décadas seguintes.

205 A dependência técnica não se restringiu à importação de componentes, mas à subordinação a um modelo de planejamento exógeno. O arcabouço do setor elétrico brasileiro foi delineado pelos estudos do consórcio CANAMBRA (1966), financiado pelo PNUD/ONU, que introduziu os padrões de inventário hídrico norte-americanos e a metodologia de Planejamento de Expansão de Menor Custo (*Least-Cost Expansion Planning*). Para o acesso aos financiamentos, os projetos da Eletrobras Chesf precisavam cumprir as Diretrizes de Licitação (*Procurement Guidelines*) e as metas de Taxa de Retorno Econômico (*Economic Rate of Return - ERR*) impostas pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo BID (World Bank, 1974; 1987). Complementarmente, o crédito fornecido por agências como o Eximbank operava sob o regime de "crédito amarrado" (*tied-aid*), que condicionava o financiamento à contratação de consultorias estrangeiras e à aquisição de bens de capital de fabricantes específicos, como General Electric e Westinghouse, limitando a autonomia tecnológica nacional.

meio de reformas estruturais, tais como a criação do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE)[206], em 1965, e a instrumentalização da Eletrobrás[207], instituída em 1961 (Barbosa; Souza Junior, 2024) e instalada em 1962. Essas manobras do Estado brasileiro, sob a égide do regime militar, reorganizaram o aparato burocrático para viabilizar a expansão hidrelétrica, centralizando o poder decisório e criando as condições financeiras para o ciclo intensivo de barragens que redefiniria a paisagem do São Francisco (Oliveira, 2018).

Como consequência dessa centralização, a CHESF foi absorvida como subsidiária da Eletrobrás. Despida de sua identidade autônoma, foi essa nova empresa hierarquizada que desembarcou em Sobradinho e depois em Itaparica na década de 1970 e 1980, respectivamente. No novo tabuleiro, ela deixava de ser uma agência de fomento regional para se tornar mais uma peça operacional da *holding*, mudança que transferiu para o Estado central a primazia absoluta da gestão dos recursos naturais. Não obstante a narrativa oficial ainda tentasse revesti-la com a aura de uma "estatal voltada para o enfrentamento de problemas regionais", na prática, ela havia sido convertida em uma ferramenta de intervenção federal (Campos, 2014, p. 52). Ou seja, a prioridade da companhia deixou de ser o bem-estar local para se tornar o fornecimento massivo de energia exigido pelo sistema nacional. Dessa forma, a luz que ela prometia trazer já não era apenas elétrica; era a luz civilizatória do progresso técnico centralizado, avalizada por organismos internacionais e financiada por um fundo de eletrificação robusto.

Enquanto o discurso oficial focava na lâmpada da casa do sertanejo, prometendo "dar energia ao nordestino!" (Canoa de Tolda, 2019b), os relatórios técnicos revelavam a verdadeira dimensão dessa luminosidade: a indústria. No discurso oficial, porém, o consumo industrial não era um desvio, mas a própria medida do sucesso nacional. A energia do sistema CHESF tinha endereço certo: os grandes polos de produção que integrariam o Nordeste à economia global. Conforme os dados de Azevedo (1991), o "futuro iluminado" era, sobretudo, um futuro de alta tensão para consumidores especiais:

> A CHESF conta com um razoável número de consumidores de grande porte [...], e cuja participação no consumo de energia elétrica passou de 13,5% em 1976 para 22,8% em 1981. Entre os consumidores especiais destacam-se as empresas: ALCAN, UIBA, FERBASA, COPENE, AÇONORTE, SALGEMA, DOW QUÍMICA, CARAÍBA METAIS "MINERAÇÃO", CQR, NITROFÉRTIL, CARAÍBA METAIS "METALÚRGICA", ALUMAR, SIBRA, ULTRAFER-

206 O DNAEE foi criado em 1965 para suceder a antiga Divisão de Águas, assumindo a função de órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica e do aproveitamento dos recursos hídricos da União. Sua implementação foi decisiva para o "futuro iluminado" ao centralizar a gestão dos recursos hídricos na esfera federal, garantindo o arcabouço legal e técnico necessário para viabilizar as concessões e a exploração hidrelétrica em larga escala.

207 Embora autorizada pela Lei nº 3.890-A de 1961, a Eletrobrás foi instalada de fato apenas em 1962. Sua atuação foi essencial para coordenar o planejamento e o financiamento das grandes obras, pois, ao atuar como *holding* federal do setor elétrico, a estatal centralizou decisões que antes eram regionais. Nesse processo, a CHESF, criada anteriormente (1945) com o objetivo amplo de promover o desenvolvimento econômico e social do Vale do São Francisco, foi formalmente incorporada à Eletrobrás como subsidiária na década de 1960. Essa relação hierárquica, acirrada pela centralização política pós-1964, culminou na supressão da autonomia da CHESF, que deixou de ser uma agência de fomento regional para se tornar apenas uma geradora de energia a serviço das diretrizes industriais nacionais.

> TIL, ALUNORTE, PETROFÉRTIL, POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI, PETROQUÍMICA UNIÃO em cujo capital social tem a participação do Banco Mundial com 10% [...]. A indústria consumiu em 1987, 52,7% da energia produzida pela CHESF, o comércio 10,9%, as residências 20,5%, outros consumidores 15,9%. (CHESF, 1987 *apud* Azevedo, 1991, p. 60-61).

Na perspectiva do planejamento estatal, essa lista de empresas não representava exploração, mas a musculatura de um "Brasil Grande". Tal visão alinhava-se *perfeitamente* ao espírito ufanista da época, que celebrava o desenvolvimento rápido como uma marcha irreversível: "É o Brasil caminhando para frente. Bem depressa. Em ritmo de Brasil grande. Contra a opinião dos pessimistas, dos saudosistas, dos comodistas, e dos derrotistas" (Revista Propaganda, 1970)[208]. Amparada nessa lógica, a barragem justificava-se pela matemática transparente do PIB: o apagamento do território local era a refração necessária para alimentar gigantes como a Dow Química e a Petrofértil. Assim, o "passo de gigante" cantado na propaganda ofuscava a submersão do sertão, garantindo a ascensão da economia nacional ao passo que a geografia humana era empurrada para baixo, para o fundo opaco das águas.



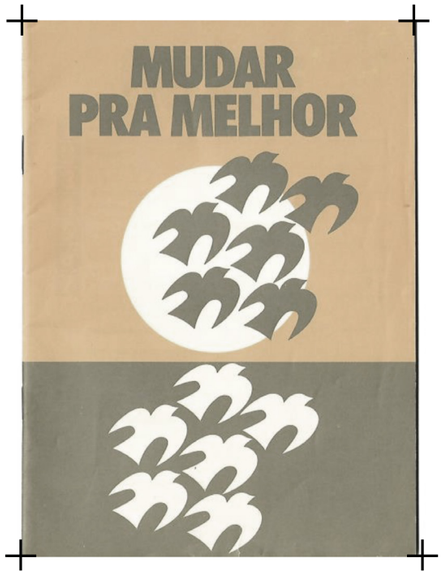
/ Figura 85: "A terra seca do nordeste é para inglês ver: há um oceano de água doce embaixo do chão" (1969).

Para viabilizar esse soterramento sem conflito e traduzir essa macroeconomia para a escala humana – garantindo a adesão das populações atingidas –, a CHESF desenvolveu uma tecnologia discursiva de "paternidade" (Silva, 2022). A empresa não se apresentava como a causadora do alagamento, mas como a tutora benevolente que guiaria a população através da transição inevitável. Esse discurso cristalizou-se no livreto

208 Trecho extraído de um anúncio da agência Salles-Interamericana, publicado em janeiro de 1969. A peça, eleita por unanimidade como o "Anúncio do Ano" pela *Revista Propaganda* (1970), foi pioneira ao lançar a expressão "Ritmo de Brasil Grande". Embora criada pela iniciativa privada, a estética e o *slogan* foram prontamente absorvidos pela narrativa oficial do governo (AERP) nos anos 1970 para caracterizar o "Milagre Econômico" e desqualificar opositores como "derrotistas". Fonte: Revista Propaganda, [S. l.: s. n.], jan. 1970.

institucional "Mudar para Melhor" (Chesf, [1987/8][209]). Com uma linguagem coloquial e pedagógica, o documento operava como um manual de etiqueta para o desterro, ensinando aos moradores como deveriam sentir e agir diante do progresso. A narrativa construída é a de que a mudança, embora dolorosa, era um imperativo para o bem maior:

> Todo mundo está sabendo que vai ser criado o reservatório de Itaparica, para o Nordeste ter mais energia. Será muito importante porque, sem energia elétrica, o Nordeste não pode crescer, se desenvolver. Mas, para isso, muitas cidades e povoados vão sofrer, porque vão ser cobertas pelas águas. As cidades são formadas por pessoas, por famílias, que vão ter que se mudar. (Companhia Hidrelétrica Do São Francisco, [1987/8])



/ Figura 86: Capa da peça de propaganda oficial intitulada "Mudar para Melhor", veiculada pela CHESF.

A estratégia retórica do documento é transformar o deslocamento compulsório em uma "oportunidade" concedida pelo Estado. Através de um jogo de perguntas e respostas, a cartilha antecipava as dúvidas para anular as angústias: ao indagar "Como pode ser melhor?", a resposta oficial não deixava margem para o luto: "Tudo está sendo preparado para que o

209 Livreto institucional da Chesf, sem datação de publicação ou paginação. A datação presumida [1987 ou 1988] justifica-se por evidências internas do conteúdo, que faz alusão aos 40 anos de fundação da empresa (completados em 1988) e ao processo de reassentamento das famílias atingidas pelo reservatório de Itaparica. A ausência de indicação de página nas citações decorre da inexistência de numeração no documento original.

pessoal das cidades e do campo tenha condições de morar melhor, plantar melhor, enfim ter melhores condições de vida" (Companhia Hidrelétrica Do São Francisco, [1987/8]). Mais do que promessas técnicas, o aparato estatal centralizava as frentes de provisão institucional, assumindo a gestão integral das funções vitais, da construção das casas ao planejamento da lavoura (Silva, 2022). Quando questionada sobre a razão de a empresa construir as habitações e não as próprias famílias, a resposta era carregada de uma benevolência paternalista: "Porque fica difícil, para quem vai cuidar da roça, fazer as duas coisas" (Companhia Hidrelétrica Do São Francisco, [1987/8]). Nessa face luminosa do cristal, não havia espaço para conflito, apenas para a gratidão: a estatal cuidava de tudo, e ao morador restava apenas aceitar o *direito* de ser removido para um lugar *melhor*, devidamente cadastrado e tutelado pela luz do progresso. Dessa forma, tornava-se inexistente o direito de escolha por parte dos trabalhadores rurais: diante da construção do lago, o reassentamento não era uma opção, mas um destino compulsório (Silva, 2022).



/ Figura 87: Imagem de divulgação da obra "Mudar para Melhor", produzida pela CHESF.

Essa engenharia de consentimento, sincronizada ao ritmo acelerado da marcha desenvolvimentista e inserida no cotidiano pela CHESF através de cartilhas e assistencialismo, era ratificada no plano político pela voz suprema do Estado. Se os jingles e hinos mencionados anteriormente já haviam mobilizado o imaginário popular para a união nacional, o palanque presidencial vinha consagrar essa adesão em um dever de ofício – tudo isso em nome da ordem e do progresso glorioso do Brasil. Assim, se o livreto instruía o camponês a aceitar a mudança como norma, o verbo presidencial elevava essa resignação à categoria dia missão histórica, conferindo-lhe o estatuto de contribuição indispensável. A inauguração das obras não funcionava apenas como a entrega de uma estrutura de concreto, mas como a celebração litúrgica dessa ideologia de "redenção" do Nordeste.

Nos discursos a seguir, proferidos pelos presidentes Ernesto Geisel na inauguração de Sobradinho (1978) e José Sarney em Itaparica (1988), observa-se a cristalização final dessa narrativa. Ainda que em contextos políticos distintos, a retórica permanece blindada: o impacto social é rebatizado como "humanismo" (Brasil, 1988), o desterro forçado é sublimado na monumentalidade da "obra da Revolução" (Brasil, 1978) e o drama local é diluído na promessa de um futuro grandioso. Tais palavras cimentaram o destino do Vale, criando a justificativa moral que antecedeu a intervenção burocrática. Elas serviriam, portanto, como o alicerce ideológico sobre o qual a tecnocracia ergueria, em seguida, seu edifício de dados e cálculos, ordenando-os sob uma aparência de controle absoluto:

> Estive nesta região em várias oportunidades da minha vida. Mas recordo a visita que aqui fiz, acompanhando o Presidente Castelo Branco. Recordo, ainda, outra visita, alguns meses antes de assumir a Presidência da República, quando vim a esta região - Juazeiro e Petrolina - para ter um contato mais íntimo com os problemas desta área. **Hoje, retorno para participar da inauguração de uma das maiores obras que a Revolução realizou no Nordeste. Refiro-me à Barragem de Sobradinho.** Empreendimento de um vulto extraordinário, não só pela regularização que traz ao São Francisco, permitindo uma geração contínua, ininterrupta, de energia elétrica com alta potencialidade, mas, também, pelo benefício que vai trazer aos programas de irrigação. A água não será apenas um fator de produção de energia, mas será, também, um instrumento para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, que são atividades típicas da região. Servirá, ainda, para outras atividades humanas e, com real destaque, para uma melhor regularização da navegação.
> Além da barragem com sua represa da usina de energia elétrica, construir-se-ão, em continuidade, com breve complementação, as necessárias eclusas.
> Ao lado disso, como vimos há pouco, há um grande esforço do Governo em utilizar uma das molas propulsoras do progresso, que é o crédito. Aí está o Banco do Brasil sempre florescente, sempre crescendo em benefício do povo brasileiro. **São realizações, são verdades concretas e não apenas promessas, mas são, sobretudo, obras da Revolução. Da Revolução que renova o Brasil, da**

Revolução que repele velhos chavões, mas da Revolução que, sobretudo, procura irmanar o povo com o Governo para, em esforço conjunto, construir o país que nós queremos.
Agradeço aos que vieram me homenagear.
Agradeço-lhes sinceramente e creio que a presença dos que estão aqui traduz que todos nós comungamos dos mesmos ideais, que todos nós alimentamos, uns com os outros, a confiança recíproca de que tanto necessitamos (Brasil, 1978, p. 243-244, destaques da autora)[210].

Acabamos de acionar a primeira turbina da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Vencemos, assim, mais uma grande etapa no suprimento de energia para o nosso Nordeste. Seis unidades geradoras, fornecerão até 1989, mil e 500 megawatts, acrescentando 34 por cento da energia ao sistema da CHESF. Este novo aporte de energia afastará, como aqui já foi acentuado, a perspectiva de um novo racionamento para o Nordeste. [...] Todos sabem a importância capital da energia elétrica. Se quisermos que a economia do nosso País cresça 1,2 por cento a cada ano. E por isso, que, ao lado dos setores sociais, o meu Governo tem dado uma prioridade ao sistema energético. [...] **O Brasil está aproveitando cada vez mais o seu imenso potencial hidráulico. O investimento aqui de Itaparica é de um bilhão e 700 milhões de dólares, justificados com os retornos econômicos e sociais que esta obra proporcionará.** Um grande aparato técnico-científico foi mobilizado para proteção ambiental, para o salvamento de animais silvestres, enquanto foram realizados estudos arqueológicos e antropológicos, voltados para o melhor conhecimento do homem do Vale do São Francisco. A construção de Itaparica é um modelo de intervenção no ambiente que respeita o meio natural, valoriza e promove as populações atingidas em seus aspectos econômico, cultural e social. As 40 mil pessoas atingidas pela formação do lago, foram reassentadas em cidades construídas dentro de critérios modernos e funcionais. Transmito ao presidente da CHESF, José Carlos Aleluia, minhas congratulações pela dimensão humanística e integral que soube dar, na continuidade de todos aqueles que o antecederam, ao processo de construção da Hidrelétrica de Itaparica. [...]
Iniciam-se aqui novas conquistas e novas vitórias para o Nordeste, vitórias essas que poderão contribuir ainda mais decisivamente para a construção do progresso e do bem-estar social. Quero dizer, ainda, umas duas palavras às brasileiras e aos brasileiros do Nordeste que aqui me ouvem. Esta obra, que hoje inauguramos, no seu aspecto de grandeza e monumentalidade, não diz tudo o que ela representa. Porque ela representa sobretudo a vontade e determinação do Nordeste, através de gerações e gerações de romper o seu ciclo de miséria e de pobreza, em busca de enaltecer dentro do País uma região que somente não assista à passagem do progresso, mas que seja uma parte integrante do progresso do Brasil.
[...]
Em Itaparica, como foi visto, nós tivemos a oportunidade de conjugar a técnica ao humanismo, quando foi feito o projeto de assentamento das populações que aqui moravam, projeto que se deve em grande parte à decisão deste Governo de olhar o social dentro de todas as coisas. E mais, dezenas de casas, dezenas de escolas, dezenas de postos de saúde, e um projeto que também não faça com que o homem tenha apenas esse instrumento para sua sobrevivência, esses equipamentos para sua sobrevivência, mas também ele possa também, através de projetos agrícolas, de piscicultura, de irrigação, ter condições de obter um peixe, realizar o que um provérbio chinês aconselha: saber pescar. O setor social neste País tem sido o alvo das nossas preocupações de tal modo que eu posso afirmar com orgulho que nenhum governo deste País olhou o povo pobre como nós olhamos. [...]

Obras como esta, na crise atual do estado brasileiro de recursos, eu não sei se haverá condições de dar-lhes continuidade. E, se os governos do futuro não tiverem condições de dar aos estados pobres, os meios para que eles saiam da pobreza, eu não acredito, que um povo aceite de olhos fechados e de cabeça baixa essa injustiça. Portanto, que se coloque o repasse do País na consciência nacional, de que nós temos que ver o País como um todo e não podemos deixar de reconhecer que os es-

210 Refere-se à transcrição oficial do discurso (registrado como improviso) proferido pelo então presidente Ernesto Geisel durante a solenidade de inauguração da Barragem de Sobradinho, em Petrolina (PE), no dia 28 de maio de 1978.

tados pobres têm o direito de receber um pedaço do bolo nacional, para sair da sua pobreza. Com esta reflexão, termino as minhas palavras, estendendo a minha mão, a todos os brasileiros e brasileiras que aqui se encontram e desejando que, de mãos dadas, nós possamos, cada vez mais, dar força ao nosso Brasil (Brasil, 1988, p. 473-479, destaques da autora)[211].

211 Discurso proferido pelo presidente José Sarney durante a inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaparica, em Petrolândia (PE), no dia 9 de setembro de 1988.

E foi assim, sob os aplausos protocolares e a promessa de que o Nordeste finalmente alcançaria seu ingresso definitivo na modernidade, que a cerimônia oficial encerrou o ciclo da retórica. No entanto, enquanto a mão estendida do presidente encenava a *união do país*, a outra mão do Estado – a burocrática e executora – já operava com a rigidez impessoal dos decretos e das planilhas. A dimensão "humanística" exaltada nos palanques não resistiria ao teste da verdade concreta" (Brasil, 1978, p. 244) da realidade e, longe dos holofotes e dos microfones, a engenharia do *consentimento* cederia lugar à engenharia do *deslocamento*, onde a clareza dos números, analisada a seguir, serviria para revestir a complexidade do remanejamento de racionalidade, convertendo as variáveis sociais em um aparato numérico padronizado e necessário ao progresso.

Feixe de Luz II: A clareza dos números

Enquanto a propaganda e os discursos presidenciais apresentados no subcapítulo anterior forneceram o substrato ideológico de convencimento para viabilizar o empreendimento, coube à engenharia burocrática operacionalizar sua execução. Neste subcapítulo, examina-se a realocação populacional enquanto procedimento logístico padronizado, estruturado por dispositivos administrativos, jurídicos e censitários. Para a CHESF – e, posteriormente, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA –, a retirada de milhares de pessoas não foi planejada como ruptura social, mas como uma variável de planejamento territorial, cuja validação dependia da consistência dos registros e da mensuração dos fluxos envolvidos.

Essa engrenagem de controle territorial demandava, por sua vez, um lastro financeiro capaz de assegurar a viabilidade material do projeto técnico. Para tanto, a sustentação econômica do empreendimento formalizou-se através da criação do Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE), instituído pelo Decreto nº 1.202, de 1972. Concebido como o vetor financeiro da integração regional, o programa direcionava vultuosos recursos para obras estruturantes, priorizando a expansão das redes de energia, transporte e saneamento – requisitos indispensáveis para integrar a geografia do sertão aos mercados do Centro-Sul. Tais aportes, exibidos nos balanços oficiais como índices da capacidade estatal, materializavam a ambição do "Brasil Potência", onde a infraestrutura de base e a agroindústria compunham os alicerces da soberania nacional. A tabela abaixo detalha essa racionalidade orçamentária, evidenciando a hierarquia de valores[212] que presidiu o planejamento regional.

212 A decomposição analítica do orçamento revela a hierarquia de valores do regime. O contraste entre os investimentos expõe a disparidade entre o capital fixo e o fator humano, pois, enquanto a "implantação de rodovias" (Cr$ 350 milhões) e o "apoio ao desenvolvimento agroindustrial" (Cr$ 200 milhões) receberam aportes massivos, a rubrica destinada à "reurbanização ou relocação de cidades e vilas" – isto é, a reconstrução da vida de milhares de pessoas — obteve a menor dotação de todo o cronograma (Cr$ 30 milhões) (Brasil, 1972c).

/Tabela 5: Quadro com discriminação de recursos para a Barragem de Sobradinho e Melhoria Regional.

Obras estruturantes	Cr$
Implantação e pavimentação da rede de rodovias básicas	350.000.000,00
Serviços de dragagem, balizamento, derrocamento, melhoramentos das condições de navegabilidade e aquisição de equipamentos	20.000.000,00
Reaparelhamento da frota fluvial	5.000.000,00
Construção do sistema de estradas vicinais	15.000.000,00
Apoio aos programas de colonização e reflorestamento	50.000.000,00
Financiamento de projetos de desenvolvimento agrícola e agroindustrial	200.000.000,00
Realização de obras de urbanização, infraestrutura social, saneamento e irrigação	100.000.000,00
Reservatório de Sobradinho:	**Cr$**
Construção de eclusas na barragem	70.000.000,00
Reurbanização ou relocação de cidades e vilas	30.000.000,00

/Fonte: Decreto 1.202/1972. Elaboração da autora.

Garantida a base econômica, o Estado instrumentalizou um arcabouço jurídico para sincronizar a execução da obra aos prazos do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)[213]. Em Sobradinho, esse movimento de regularização foi inaugurado pelo Decreto nº 71.005, de agosto de 1972. Mais do que liberar as áreas físicas, como canteiros de obras e portos, o dispositivo operou uma modulação *temporal* absoluta ao autorizar a CHESF a invo car o "caráter de urgência" nas desapropriações (Brasil, 1972b). Tal prerrogativa viabilizou a *imissão provisória na posse*[214], mecanismo que garantia à estatal o ingresso imediato nos imóveis, independentemente da concordância do morador ou do desfecho dos litígios indenizatórios.

213 Instituído pela Lei nº 5.760, de 3 de dezembro de 1971, o I PND (1972-1974) foi a peça angular do governo Médici. Sob o *slogan* "Brasil Potência", o plano visava sustentar as altas taxas de crescimento do "Milagre Econômico" mediante investimentos massivos em infraestrutura. No setor energético, estabeleceu-se a expansão da capacidade hidrelétrica como prioridade para evitar estrangulamentos na industrialização, contexto em que a Barragem de Sobradinho foi classificada como empreendimento estratégico para a segurança energética do Nordeste e para a regulação do Rio São Francisco (Brasil, 1971).

214 Para além de um rito processual, tal dispositivo instaurou o *congelamento* da vida social no território. Proibidos de realizar benfeitorias e sob a iminência de remoção, os sertanejos viram-se imobilizados em uma temporalidade suspensa, na qual a interdição do presente tornou o planejamento do futuro uma impossibilidade prática.

Simultaneamente, o decreto promoveu uma redefinição estatutária do *espaço* ao classificar as ilhas e ilhotas – epicentros da vida vazanteira – como terras de domínio público da União[215]. Num único movimento burocrático, transmutou-se o estatuto jurídico das famílias de proprietárias para ocupantes, operação que redimensionou o passivo financeiro da CHESF: isenta de indenizar a terra (reclassificada como pública), a empresa restringiu as compensações exclusivamente às benfeitorias, como casas e plantações, recalibrando o custo social aos limites do orçamento.

No ano seguinte, a gestão territorial foi reforçada por meio do Decreto nº 73.072, que classificou a região como "prioritária para fins de Reforma Agrária" (Brasil, 1973). No âmbito do planejamento, essa medida fundiu as competências do INCRA e da Eletrobrás/CHESF, adequando a política fundiária às demandas do setor elétrico. No plano dos efeitos, o decreto redirecionou a *Reforma Agrária* como um instrumento de desimpedimento territorial, pois, ao acionar o aparato federal de terras (INCRA), o Estado converteu a questão demográfica em uma variável de desocupação programada[216].

A centralização do comando atingiu seu ápice com o Decreto-Lei nº 1.316, de 1974, ao enquadrar os municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso na categoria de "interesse da Segurança Nacional" (Brasil, 1974). Dada a importância sistêmica da usina, a União avocou a tutela política da região, unificando a gestão político-administrativa sob o comando central. Tal arranjo transcendia a esfera administrativa: amparado na premissa de assegurar a integridade da infraestrutura, instituiu-se um perímetro de monitoramento militar permanente, concebido para imunizar o território contra instabilidades locais. Esse aparato instaurava a ordem operacional indispensável à continuidade dos trabalhos[217]. Uma vez pacificado o cenário político, o ciclo normativo encerrou-se com o Decreto nº 75.658, de 1975 (Brasil, 1975), que sancionou a desapropriação final de 257.500 hectares, consumando a transferência legal da área para o patrimônio público e liberando, definitivamente, o vale para a formação do reservatório.

Esse mesmo regime de cálculo, que presidiu a distribuição dos recursos e a blindagem jurídica do empreendimento, projetou-se sobre a malha social, convertendo o espaço vivido em objeto de gestão sistêmica. Se, no plano orçamentário, o território era ordenado por rubricas e índices, no plano social essa lógica passou a operar sobre populações inteiras, reorganizadas segundo critérios administrativos de legibilidade e controle.

215 Tal interpretação jurídica desconsiderou a realidade ancestral das ilhas e vazantes, onde, muito antes da intervenção estatal, famílias organizavam seu trabalho e sustento. Nessas áreas, a posse era exercida, predominantemente, de forma coletiva e a legitimidade da permanência era transmitida de geração em geração, independentemente de titulação formal. Conforme observa Duqué (1984, p. 1060), a imposição do conceito de bem "público" substituiu regimes informais de posse por marcos legais de titularidade pública consolidada. Consequentemente, a diretriz transformou o território, base da reprodução social, em um ativo não indenizável, restringindo a compensação financeira apenas aos bens materiais (o que foi construído ou plantado), desconsiderando completamente o valor da terra compartilhada.

216 A lógica de desocupação, referida no vernáculo técnico como "limpeza de área", manifestava-se em protocolos de comunicação direta e prazos peremptórios. Souza (1981, p. 7) documenta que a aceleração do processo envolvia o esclarecimento sobre a inevitabilidade do cronograma hidráulico, garantindo que a transição ocorresse em estrita aderência com as etapas de engenharia da barragem.

217 Silva (2010) analisa a estabilização estratégica do território como dispositivo de segurança preventiva, visando assegurar a ordem operacional. Ao enquadrar a dinâmica local na doutrina de Segurança Nacional, a ação estatal conteve focos de resistência e desarticulou a organização comunitária antes da etapa de remoção física, garantindo a *passividade* necessária ao processo expropriatório.

A execução desse processo coube, inicialmente, em 1972, à empresa Hidroservice[218] e, a partir de 1973, ao INCRA, responsáveis pela administração populacional via inventários censitários. Assim, para os 11.853 núcleos familiares catalogados, o planejamento oficial não ofertou trajetórias singulares, mas protocolos de triagem, segmentados em três alternativas previamente delimitadas.

A primeira vertente foi o reassentamento na Borda do Lago. Embora a projeção inicial da CHESF admitisse a permanência de cerca de 1.500 famílias (A Tarde, 1980)[219], o projeto condicionava essa fixação à transformação do *antigo vazanteiro* em um *moderno irrigante*. No entanto, tal obrigatoriedade de conversão produtiva atuou como um filtro de otimização demográfica: a exigência não visava adaptar a totalidade dos moradores, mas selecionar apenas a minoria apta, direcionando o excedente para novas frentes de expansão. Ao estipular uma rígida barreira de entrada tecnológica e financeira – que demandava capitalização prévia inacessível para a maioria, além do domínio de métodos intensivos –, o modelo inviabilizou a alternativa para a massa de camponeses *tradicionais* (mais de 10 mil famílias), conforme estabelecido nos critérios de seleção da CODEVASF e ratificado em parecer especializado da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia - ANCARBA (Sigaud, 1996, p. 24).

Essa triagem fundamentou-se em um diagnóstico oficial que definia a dinâmica produtiva do barranqueiro como estruturalmente incompatível com os paradigmas agricultura de escala. Tal percepção foi formalizada em documentos da CHESF[220], nos quais o morador local era tipificado sob o estigma de um sujeito "subdesenvolvido", "sem qualificação profissional" e cuja "mentalidade não pode evoluir" (Brasil, 1983, p. 63); classificação que o posicionava fora do horizonte produtivo desejável. Nessa codificação administrativa, acesso à borda do reservatório passou a ser condicionado à mutação do antigo vazanteiro em agente da irrigação de alto rendimento, operando como barreira tecnológica e financeira. Assim, do universo de quase 12 mil famílias impactadas, apenas 1.426 unidades foram fixadas localmente, não como resultado de uma seleção posterior, mas como ratificação de um cálculo de viabilidade previamente estabelecido. A justificativa técnica sustentava que a instalação de infraestrutura hidráulica representava um custo irrecuperável se destinado a culturas de subsistência, devendo o investimento estatal concentrar-se em perímetros empresariais de produtividade maximizada (Torres, 2016, p. 240).

218 A contratação da Hidroservice (Engenharia de Projetos Ltda.), em 1972, – e, posteriormente, da Acqua-Plan, por volta de 1974-1975 – consolidou a expansão da tecnoestrutura da CHESF, uma medida exigida pela complexidade inédita do remanejamento populacional, que ultrapassava a competência exclusiva da engenharia hidráulica. Para sistematizar a intervenção, a estatal acoplou ao seu organograma quadros interdisciplinares externos, incumbidos de aplicar diretrizes de reordenação espacial pautadas em critérios de zoneamento funcional e ordenamento urbanístico. Conforme analisa Silva (2022, p. 7), essa incorporação de know-how privado para o controle territorial ocorreu no ápice do paradigma do planejamento regional no Brasil, momento em que a gestão do espaço era legitimada por intercâmbios técnicos e políticos institucionalizados com os Estados Unidos. Nesse contexto, tais consultorias funcionaram como dispositivos de transferência metodológica, importando os modelos de urban planning norte-americanos para otimizar a adequação dos territórios atingidos.

219 SOBRADINHO: autoritarismo não domou o homem. Jornal A Tarde, Salvador, Caderno 2, 3 jun. 1980.

220 Refere-se à correspondência do Diretor de Obras da CHESF anexada ao relatório oficial: BRASIL. Câmara dos Deputados. *CPI das Cheias do São Francisco*: considerações sobre o Projeto de Resolução nº 331/82 (relatório e conclusões). Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1983. 130 p.

Para gerir o contingente excedente, classificado como inapto à integração local na borda do lago, o INCRA acionou a segunda diretriz de alocação: o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR). Situado, pasmem (!), a 700 km da barragem, no município de Bom Jesus da Lapa, o empreendimento foi concebido como *vitrine*[221] da ortogonalidade civilizatória, prevendo a transferência de 4.000 a 5.000 famílias para uma malha de "urbanismo-rural"[222] (Torres, 2016, p. 243), geometricamente ordenada em agrovilas. Nesse perímetro, o aparato estatal projetava entregar não apenas a base fundiária, mas uma infraestrutura de serviços comunitários inerente ao modelo – incluindo educação, saúde e assistência técnica –, arquitetada para promover a transição do ribeirinho para o colono tecnificado, plenamente acoplado aos circuitos de mercado (Germani *et al.*, 2007, p. 95).

A definição da coordenada geográfica para abrigar tal projeto respondeu a uma convergência de racionalidades, alinhando a engenharia social à estabilização jurídica do patrimônio fundiário nacional. Conforme aponta Bursztyn (1988, p. 23), a delimitação da área de 180.000 hectares recaiu sobre glebas vinculadas a figuras centrais do estamento político e administrativo da época[223]. Sob tal ótica, o reassentamento funcionou como um elaborado mecanismo de liquidez institucional, pois, ao desapropriar áreas com titularidade jurídica difusa, o Estado saneou passivos fundiários de lastro duvidoso, convertendo-os em capital financeiro garantido. Utilizou-se, assim, o fluxo demográfico de Sobradinho para conferir legitimidade territorial e utilidade pública a ativos anteriormente subutilizados, consolidando uma transferência de capital sob a égide do desenvolvimento regional.

Contudo, ao transpor essa malha cartográfica para a rugosidade do território, a execução do PEC-SR materializou-se em uma bipartição funcional. Demarcado pela rodovia BR-349 (Torres, 2016, p. 243), o assentamento foi instituído sob o regime de sequeiro[224], atuando como um complemento sistêmico do Projeto Hidroagrícola Formoso – perímetro contíguo, intensivo em tecnologia e capital. Nesse arranjo, a alocação seletiva de recursos definia vocações produtivas diferenciadas: enquanto a infraestrutura de irrigação concentrava-se no setor empresarial para maximizar o rendimento hídrico da bacia (*id.*, *ibdi.*), o PEC-SR absorvia a demanda social sob condições de subsistência. Na lógica do planejamento, essa distinção não era uma privação, mas uma hierarquia de otimização, orientada à maximização da produtividade do investimento público sobre o solo.

221 A alcunha de *vitrine* performava a face modernizadora do regime, dando forma à promessa do urbanismo rural. Ao organizar o campesinato em agrovilas cartesianas, o Estado buscava demonstrar a viabilidade de uma transição civilizatória para o Sertão, substituindo a ocupação espontânea pela estética da ordem planejada.

222 O desenho territorial do projeto abrangeu a desapropriação de 257 mil hectares pelo INCRA, estruturados geometricamente em quatro eixos viários principais que interligavam um total de 23 agrovilas, distribuídas entre o núcleo central e áreas periféricas, garantindo a capilaridade administrativa do projeto (Estrela, 2004).

223 Sob o prisma do ordenamento fundiário, o complexo territorial vinculado a uma alta patente militar da época, cujas glebas encontravam-se sob titularidade indireta em nome de terceiros, foi submetido a um rigoroso saneamento burocrático. No âmbito desse escrutínio, as áreas pleiteadas por um então senador e por um então ministro, que originalmente projetavam uma posse conjunta de 180.000 ha., foram confrontadas com o rigor da chancela oficial. O refinamento documental evidenciou a necessidade de ajustes técnicos, consolidando registros formais de apenas 17.000 ha. para o primeiro e 5.000 ha. para o segundo, assegurando a estrita conformidade com os protocolos de precisão cartográfica do Estado (Bursztyn, 1988, p. 23).

224 Modalidade produtiva caracterizada pela dependência exclusiva da água da chuva. No contexto do planejamento, essa técnica exigia do colono um manejo resiliente do solo devido à irregularidade das precipitações, atuando em complementaridade produtiva com a segurança hídrica dos lotes irrigados vizinhos (Torres, 2016).

Essa organização projetou-se na própria microfísica do traçado urbano, que impôs uma separação funcional entre moradia e trabalho. Ao concentrar as residências em núcleos aglomerados, o desenho priorizou a eficiência da rede de serviços públicos, gerando, contudo, um hiato espacial médio de 3 km até os lotes agrícolas. Tal distanciamento, operado pela estética da ordem, reconfigurou o cotidiano do trabalhador: o tempo de deslocamento foi processado pelo planejamento como um ônus logístico necessário para viabilizar a centralidade da assistência técnica e social, integrando o trajeto à nova rotina disciplinar do colono. Simultaneamente, a variabilidade da produção de sequeiro – fator intrínseco a um modelo cujas margens de produtividade não permitiam a capitalização necessária para amortecer as oscilações climáticas sazonais – transformou o PEC-SR em um polo estratégico de disponibilidade laborativa. Diante da instabilidade das colheitas individuais, o sistema a atuar como reservatório de força de trabalho, canalizando o excedente da energia humana para o subsistema vizinho do agronegócio (Pereira Filho, 2013, p. 57)[225], garantindo a sinergia ocupacional da região e a viabilidade dos grandes empreendimentos de irrigação do entorno.

Por fim, a terceira modalidade operacional consistiu na chamada "Solução Própria", concebida como um canal de desvinculação programada da tutela estatal. À luz do sistema, essa vertente funcionou como o estágio avançado da desoneração institucional ao converter a complexidade das demandas sociais em uma transação direta de ativos financeiros. Com a indenização das benfeitorias, a CHESF externalizou a logística física do remanejamento, transferindo a gestão da realocação ao próprio indivíduo, embora tal autonomia operasse estritamente sob a égide do plano. Consumava-se, desse modo, o obscurecimento da singularidade biográfica pela métrica global de ocupação, permitindo que a tecnocracia processasse a dispersão populacional como um reordenamento territorial de natureza estritamente contábil, conforme demonstra a evolução registrada na década (Tabela 6).

225 Essa divergência entre a projeção de fixação e a estabilização definitiva, na qual o contingente residente se consolidou em aproximadamente 1.000 das 4.000 famílias previstas, foi processada institucionalmente como um redimensionamento estratégico dos fluxos demográficos. Tal reorientação populacional resultou em vetores de mobilidade que redistribuíram a força de trabalho para áreas de maior demanda laborativa, assegurando a fluidez necessária para a integração econômica regional (Pereira Filho, 2013).

/Tabela 6: Distribuição da população na área do reservatório de Sobradinho (milhares de habitantes)

Local de origem		Borda do Lago				"Solução Própria"			PEC SR	Falecido e Destino Ignorado	Total Geral
		Novas cidades	Núcleos	Caatinga	Subtotal	Áreas Vizinhas	Outras Áreas	Subtotal			
Área Urbana	Sento-Sé	264	-	2	266	19	5	35	1	-	291
	Casa Nova	577	-	5	582	27	12	29	2	9	632
	Remanso	1.752	2	19	1.773	25	109	134	7	69	1.983
	Pilão Arcado	284			284	22	16	38	3	3	328
	Subtotal	2.877	2	26	2.905	93	142	235	13	81	3.234
	%	88,96	0	0,8	89,82	2,87	4,39	7,26	0,4	2,5	100
Área Rural	Juazeiro	14	99	4	117	93	2	95	9	2	223
	Sento-Sé	458	1.620	265	2.343	522	368	890	296	68	3.597
	Xique Xique	-	-	-	-	74	11	85	-	1	86
	Casa Nova	321	658	581	1.560	454	139	593	652	42	2.847
	Remanso	101	273	531	905	54	156	210	21	64	1.200
	Pilão Arcado	80	3	370	453	95	79	174	35	4	666
	Subtotal	974	2.653	1.751	5.378	1.292	755	2.047	1.013	181	8.619
	%	11,3	30,78	20,31	62	14,99	8,76	23,75	11,75	2,1	100
Total do Reservatório		3.851	2.655	1.777	8.283	1.385	897	2.282	1.026	262	11.853
%		32,49	22,4	14,99	70	11,68	7,56	19,25	8,65	2,21	100

/Fonte: CHESF- Aspectos socioeconômicos da implantação do Reservatório de Sobradinho: Relatório Técnico (1980a). Adaptação da autora.

A análise da Tabela 6 evidencia o fechamento geométrico do reassentamento de Sobradinho. Neste inventário de precisão, a massa demográfica é exaurida até que nenhum componente reste fora do campo de visibilidade administrativa. Não se tratava apenas de quantificar pessoas, mas de definir os termos sob os quais a vida se tornava cognoscível para o Estado, isto é, passível de inscrição e cálculo. É nesse horizonte que se insere a rubrica "Falecido e Destino Ignorado", na qual, do total de 11.853 pessoas registradas, 2,21% foram classificadas. No interior da gramática estatal, essa categoria não é lida como uma falha de monitoramento, mas como uma margem estatisticamente integrada. Ao catalogar o "ignorado", a burocracia dilui o desaparecimento enquanto evento social, reinscrevendo-o no balanço como variável controlada. O planejamento, assim, apresenta-se como completo não por eliminar perdas, mas por torná-las mensuráveis.

Essa diretriz de ordenação numérica, longe de se esgotar com o fechamento das comportas de Sobradinho, ascendeu a um novo patamar de sofisticação técnica na década seguinte com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Esse refinamento do controle foi amparado pela intervenção estatal do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)[226], que buscou mitigar o esgotamento do Milagre Econômico[227] e responder aos choques globais do petróleo[228] por meio de uma estratégia de substituição de importações e da busca imperativa pela autonomia energética. Tais eventos consolidaram a falência de um modelo de desenvolvimento cuja propulsão dependia estritamente do aporte de capital estrangeiro. Uma vez exaurido esse fluxo, o projeto revelou sua face insolvente, projetando sobre a década de 1980 os custos de uma modernização financiada que não mais se sustentava (Machado, 2018; Singer, 2014).

226 Instituído no governo Geisel (1974-1979), o II PND visava descentralizar o progresso industrial para minimizar disparidades regionais através do incentivo a polos secundários e cidades de médio porte. Nesse redesenho espacial, o Nordeste deixou de ser visto sob a ótica da passividade assistencialista frente à seca para ser eleito como fronteira estratégica do agronegócio e da integração energética. Megaprojetos na região, como Itaparica, passaram então a atuar como âncoras para fixação populacional, visando reter a força de trabalho na região e reduzir o fluxo migratório para o Sudeste através da oferta de atividades econômicas modernizadas (Tavares, 2021; Brasil, 1974b).

227 O crescimento acelerado do "Milagre Econômico" (1968-1973) foi sustentado por arrocho salarial, repressão política e um massivo aporte de financiamento externo. Esse fluxo foi favorecido pela abundância de liquidez internacional e pelas baixas taxas de juros – o chamado ciclo de crédito barato –, que mascarava o risco do endividamento. Entretanto, a elevação dos juros globais tornou crítico o passivo financeiro herdado, levando o Estado ao aprofundamento do modelo desenvolvimentista. Diante da impossibilidade de liquidar o estoque da dívida, o refinanciamento contínuo tornou-se imperativo, exigência que demandava a apresentação de novos projetos de infraestrutura como salvaguardas de rentabilidade futura. Tais empreendimentos, como Itaparica, funcionavam como vitrines de modernização técnica, assegurando aos credores a capacidade nacional de converter aportes externos em capital produtivo e garantindo, por conseguinte, a manutenção do fluxo de crédito (Singer, 2014).

228 Os choques do petróleo de 1973 e 1979 desestabilizaram economias dependentes de capital estrangeiro. No Brasil, a escassez de liquidez resultante incitou o Estado a acelerar grandes projetos energéticos para atrair novos financiamentos. Em Itaparica, essa necessidade impôs a adoção de uma gestão populacional milimetricamente mensurável: o rigor estatístico servia para sinalizar aos credores internacionais, como o Banco Mundial, a eficiência de um projeto que prometia converter o diagnóstico de "atraso" em índices auditáveis de valorização e produtividade (Machado, 2018).

Nesse cenário, a necessidade de manutenção do fluxo de liquidez externa impeliu a tecnocracia a buscar novos créditos junto ao Banco Mundial[229] (Marques; Wagner; Menezes, 2018), o que exigiu a adequação institucional aos novos requisitos normativos internacionais, bem como a depuração de sua retórica sob o influxo da redemocratização. Assim, a realocação compulsória foi ressignificada como um *programa de desenvolvimento integrado* (CHESF, 1985b; World Bank, 1980), elevando o projeto a uma "clara singularidade" (Galvão, 1999, p. 35) no Vale do São Francisco. Dentro desse regime de visibilidade, a estatística deixa de descrever somente a intervenção para atuar como seu próprio fundamento normativo, sendo apresentada sob o estatuto de "imperativo social" (Galvão, 1999, p. 36). Nesta lógica, o dado não apenas contabiliza, mas sanciona o deslocamento social, reconfigurando o remanejamento como uma etapa indispensável da promoção humana e da integração produtiva.

Dessa forma, a função política do dado estatístico em Itaparica sofreu uma mutação qualitativa frente ao modelo restritivo de Sobradinho. Enquanto nesta a engenharia social limitava-se a triar quem seria "apto" ou "inapto" à colonização, em Itaparica ela se reconfigurou em um sistema de gestão integral, capaz de saturar as múltiplas dimensões do vivido. Sob o olhar do planejamento científico, a inundação das terras ribeirinhas deixou de ser enquadrada como uma perda patrimonial de "grande monta" (Galvão, 1999, p. 36), para ser lida como a redução necessária de um território marcado pela baixa produtividade e pela incipiência material. Dentro dessa mesma lógica, a população – ao ser reduzida a um *estoque de capital humano* economicamente destituído[230] – passou a fundamentar o projeto de reconversão total rumo a perímetros de alta densidade técnica. O reservatório transmutava-se, assim, na própria condição para a inscrição da modernidade: uma arquitetura de controle projetada para transfigurar a pobreza absoluta nos maiores índices de capital físico por trabalhador de todo o Nordeste (CHESF, 1985b).

229 No ocaso do regime militar, o escrutínio internacional sobre o Banco Mundial intensificou-se em decorrência das críticas globais de movimentos ambientalistas e de direitos humanos contra o financiamento de megaprojetos de alto impacto socioambiental. Esse cenário permitiu que movimentos locais (como o Polo Sindical do Submédio São Francisco) adotassem uma tática de triangulação, estabelecendo alianças com coalizões transnacionais – como o *Environmental Defense Fund* (EDF) – para pressionar o Banco Mundial a intervir sobre o Estado brasileiro. Em resposta ao risco reputacional, o Banco incorporou tais demandas às suas normas internas, instituindo a Diretriz Operacional sobre Reassentamento Compulsório (conhecida como a OD 4.30), publicada em 1990 (World Bank, 1990), que transformou salvaguardas sociais em condicionantes de crédito. Essa nova engenharia institucional, assim, obrigou o estamento gerencial brasileiro a sofisticar seus métodos de controle e monitoramento populacional, garantindo o fluxo de capital externo através de padrões internacionais de conformidade técnica (Marques; Wagner; Menezes, 2018, p. 19-20).

230 O diagnóstico de pobreza estrutural da região era corroborado pelas estatísticas oficiais do Censo de 1980, que indicavam que mais de metade (55%) da força de trabalho local operava à margem do circuito monetário. A acentuada concentração de renda era evidenciada pelo fato de que apenas 5,5% dos ativos registravam rendimentos acima de dois salários-mínimos, enquanto a vasta massa populacional, cerca de 85,5%, situava-se entre a ausência total de remuneração e o limite da subsistência de um salário mínimo (CHESF, 1985b). Na lógica do planejamento, essa ausência de renda formal legitimava a substituição das práticas tradicionais por um modelo de irrigação mecanizada, no qual a vida ribeirinha seria reformatada para caber nos índices de produtividade exigidos pelo capital transnacional.

Essa ambição de modernização traduziu-se em uma injeção massiva de capital que, em valores reais, saltou de uma estimativa inicial de US$ 303,7 milhões em 1987 (World Bank, 1987) – quantia originalmente alocada para o custo do reassentamento e da infraestrutura hidráulica – para um dispêndio acumulado de US$ 1,3 bilhão até o final de 1997 (World Bank, 1997; CHESF, 1997). Tal montante consolidou-se historicamente na cifra de US$ 1,5 bilhão (Rice, 1997), incorporando os custos de manutenção das agrovilas. Esse incremento de aproximadamente 400% em apenas uma década, por sua vez, não foi processado pela burocracia como uma falha de projeto, mas como um ajuste estrutural necessário para a preservação do capital social e para a viabilidade produtiva dos sete municípios atingidos no Submédio São Francisco. Desses municípios, três se encontram no estado da Bahia (Glória, Rodelas e Chorrochó) e quatro em Pernambuco (Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco), dos quais as sedes de Petrolândia, Itacuruba e Rodelas tiveram que ser reconstruídas em outros territórios.

O Plano de Reassentamento estruturou-se em dois eixos de realocação, baseados na origem e na função produtiva dos sujeitos. Enquanto a população urbana foi alocada nas novas cidades (Zona Urbana), o contingente rural foi distribuído em uma rede de Agrovilas (Zona Rural), unidades habitacionais planejadas e integradas aos perímetros irrigados. Nesse arranjo, o direito à moradia fixa foi assegurado tanto aos pequenos agricultores quanto à categoria dos *não agrícolas* (profissionais e aposentados), garantindo a estabilização social de ambos os segmentos no interior dessa nova malha territorial (Silva; Santana, 2020).

Dentro dessa lógica de perfeição operacional, a elevação dos custos foi absorvida pelo discurso oficial como um "substancial acréscimo no estoque do conhecimento da região" (Galvão, 1999, p. 34). Sob essa ótica, a Verba de Manutenção Temporária (VMT), que antes deveria ser um auxílio emergencial de transição, passou a figurar como o suporte financeiro de uma etapa pedagógica compulsória. No registro institucional, os prazos dilatados deixaram de ser computados como lacunas de gestão para serem reconfigurados como um período indispensável de tutela técnica. Argumentava-se que a população ribeirinha, habituada à agricultura de vazante, demandava um tempo de maturação para absorver as competências gerenciais e tecnológicas exigidas pelos novos sistemas de aspersão. Dessa forma, a ociosidade forçada foi apresentada como uma condição necessária para a modernização do irrigante, legitimando a extensão do cronograma não como uma falha, mas como um investimento estratégico no capital humano e na adaptação dos colonos ao novo paradigma produtivo (World Bank, 1997; CHESF, 1992).

Para conferir o rigor analítico a esse aporte, a execução do projeto passou a ser balizada pelas salvaguardas operacionais e imperativos de conformidade (World Bank, 1990; Redwood II, 1993). Sob a orientação dessas salvaguardas e em interlocução com a organização sindical emergente, a CHESF refinou seus protocolos de regulação, incorporando a *expertise* da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj (Araújo, 2001)[231] para ampliar sua escala de legibilidade social (Scott, 1998). Nesse arranjo, o censo consolidou-se como o alicerce analítico e socioambiental da intervenção (Sigaud, 1996), permitindo que cada percurso humano na área de inundação fosse processado sob o estatuto da cifra. A base de dados resultante pretendia converter o reassentamento, de um evento inerentemente disruptivo, em uma operação de reordenamento validada pela pretendida imparcialidade estatística, conforme demonstra a Tabela 7.

231 A contribuição da Fundaj (1987-1996) consistiu na aplicação de métodos multidisciplinares que codificaram a complexidade do cotidiano ribeirinho em variáveis mensuráveis. Através de um monitoramento sistemático, a Fundação proveu o aparato técnico para que o planejamento estatal pudesse estratificar a população em perfis socioeconômicos precisos. Essa acuidade diagnóstica permitiu que o estamento gerencial não apenas contasse os indivíduos, mas mapeasse capacidades produtivas e redes de vizinhança, transformando a massa populacional em um objeto de gestão científica apto a ser inserido nas seis modalidades de reassentamento operacionalizadas no projeto (Araújo, 2001).

Tabela 7: Famílias e pessoas cadastradas na área de Itaparica (Setembro/1985)

Municípios	Zona Urbana		Zona Rural		Total	
	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas
Margem Esquerda (PE)	2.450	10.878	3.092	16.062	5.542	26.940
Belém do São Francisco	-	-	681	3.540	681	3.540
Floresta	-	-	702	3.675	702	3.675
Itacuruba	380	1.854	670	3.503	1.050	5.357
Petrolândia	2.070	9.024	1.039	5.344	3.109	14.368
Margem Direita (BA)	754	3.867	1.082	3.098	1.836	8.965
Chorrochó	284	1.468	119	556	403	2.024
Glória	-	-	312	1.431	312	1.431
Rodelas	470	2.399	651	3.111	1.121	5.510
Total	3.204	14.745	4.174	21.160	7.378	35.905
%	43,42	41,06	56,57	48,93	-	-

/Fonte: CHESF - Reservatório de Itacuruba - Plano de Desocupação (1985b). Adaptação da autora.

A análise da Tabela 7 evidencia a evolução do controle estatal ao transpor o inventário populacional em uma escala de intervenção material sem precedentes. Com base nesse universo de 7.378 famílias e quase 36 mil pessoas, a burocracia estatal, assessorada pela Fundaj (Fundaj, 1988) e sob chancela financeira do Banco Mundial, estruturou um "Plano de Desocupação" (CHESF, 1985b), instrumento desenhado para retificar os passivos de imagem herdados de Sobradinho. Tal operação de engenharia territorial objetivou-se no vasto reordenamento de 100 mil hectares, que abrangeu a gestão de 4.160 imóveis urbanos, 3.988 moradias rurais e a supressão de 150 km de estradas (CHESF, 1985b). Para saturar todas as variáveis do território e garantir a eficácia dessa reconfiguração, o planejamento desdobrou-se em um espectro de seis modalidades de reassentamento (Araújo, 1990), constituindo uma arquitetura de opções projetada para direcionar o fluxo populacional rumo a canais pré-determinados.

Para os agricultores, as possibilidades apresentadas foram de viver nos "Projetos Especiais de Irrigação", distantes do lago, ou no "Projeto de Irrigação Borda do Lago", localizado às margens do reservatório. Esta primeira modalidade foi distribuída em uma malha de 530 lotes na Bahia (municípios de Glória e Rodelas) e 1.798 lotes em Pernambuco (Petrolândia) (CHESF, [1987/8]), destinada a absorver 23% dos atingidos. Essa modalidade procurava estabilizar a lógica ribeirinha sob novas cotas altimétricas, tornando-a exequível mediante estritos ajustes de manejo técnico[232].

O vetor estruturante dessa matriz, contudo, consolidou-se nos chamados "Projetos Especiais de Irrigação", concebidos para absorver 37% das famílias rurais em grandes perímetros de alta tecnologia localizados a uma média de 100 km do reservatório (Araújo, 1990). A distribuição desses núcleos obedeceu à seguinte configuração técnica: Apolônio Sales (Petrolândia, PE), com 100 lotes para a população de Barreiras; Brígida (Orocó, PE), com 429 lotes para a população de Itacuruba; Caraíbas (Santa Maria da Boa Vista, PE), com 1.603 lotes para a população de Itacuruba, Floresta e Belém; Jusante (Glória, BA), com 612 lotes para a população de Glória e Rodelas; e Pedra Branca (Curaçá, BA), com 763 lotes para a população de Rodelas e Chorrochó (CHESF, [1987/8]). Tais enclaves eram projetados sob a premissa de que o investimento em hortifruticultura irrigada representava a opção de maior eficiência alocativa para a geração de postos de trabalho no semiárido. Os relatórios governamentais legitimavam essa escolha comparando a densidade de capital por setor: enquanto o custo de criação de um emprego na Indústria Química era de US$ 220 mil e na Metalurgia de US$ 145 mil, o setor de irrigação demandava apenas US$ 6 mil por posto de trabalho (Brasil, 1996).

232 A viabilidade produtiva foi garantida pela aplicação de protocolos de manejo pedológico, nos quais a predominância de solos de textura arenosa (70%) e a baixa concentração de matéria orgânica (inferior a 0,6%) foram processadas como variáveis técnicas a serem estabilizadas via correção química intensiva e tecnologia de irrigação. Nos perímetros de Petrolândia e Jusante, onde a complexidade edáfica exigiu maior rigor analítico, o cronograma priorizou a readequação dos índices de demarcação, assegurando que a ocupação dos lotes ocorresse em estrita conformidade com os imperativos de rendimento projetados pelo sistema.

A estrutura desses projetos de irrigação foi desenhada como um sistema de suporte integral, composto por casas de alvenaria com água e luz, lotes cercados e desmatados, sistemas de irrigação por bombeamento e tubulações, além de orientação para crédito e assistência técnica para produção e comercialização (CHESF, [1987/8]). Em geral, as unidades residenciais mediam de 45 m² a 70 m² – contendo duas salas, quarto, cozinha e depósito –, enquanto os loteamentos eram dimensionados pela medição do potencial da força de trabalho, estimada de acordo com a quantidade de homens no interior de cada família. Assim, os lotes foram divididos em quatro dimensões (3, 4, 5 e 6 hectares), entregues em nome de um membro da família. Além disso, garantiu-se uma fração ideal de área coletiva situada nas imediações dos projetos: entre 19 e 23,5 hectares no Projeto Borda do Lago e 10 hectares nos Projetos Especiais (CHESF; Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio do São Francisco, 1986).

Complementarmente, o planejamento institucionalizou mecanismos de flexibilidade através dos "Projetos em Grupo", categoria que visava acomodar as singularidades das trajetórias coletivas sob a tutela estatal. Esse modelo de reassentamento abrangeu desde experiências controladas, como o projeto experimental de Manga de Baixo e as 40 famílias de Remanso, até a reordenação territorial dos indígenas Tuxá – cuja espacialidade foi fragmentada entre o polo de Ibotirama, a 1.000 km de distância, e o núcleo de Riacho do Bento, posicionado nas adjacências da aldeia original (Fundaj, 1994).

Nas zonas onde as restrições biofísicas impunham limites físicos absolutos à agricultura convencional, a tecnocracia operou uma reprogramação produtiva por meio das *Piscigranjas*. Destinada prioritariamente a agricultores de Itacuruba, Rodelas e Belém do São Francisco (Amaral; Guimarães, 1994), essa inovação buscava converter as características pedológicas impeditivas[233] em um novo vetor de rentabilidade aquícola. O redesenho territorial completou-se com o incentivo à transição para a modernidade urbana via cidades novas, facilitando a permuta de ativos rurais por imóveis nas novas sedes planejadas, enquanto, em última instância, o sistema acionava a "Solução Própria". Esse dispositivo, herdado da lógica operacional de Sobradinho, funcionava como o mecanismo final de desvinculação, permitindo a exclusão voluntária do sistema mediante indenização monetária (Amaral; Guimarães, 1994).

Contudo, para aqueles que permaneciam integrados à malha do projeto, a estabilidade no território era configurada como uma concessão técnica vinculada ao desempenho. Sob essa racionalidade, o lote operava como uma unidade de pro-

233 O projeto operou a conversão sistemática das restrições pedológicas, verificadas nos solos de Itacuruba, Rodelas e Belém do São Francisco, em um vetor de produtividade através de perímetros aquícolas, integrando as limitações geográficas à geometria de rendimento do sistema. A fase de implementação desta alternativa foi processada institucionalmente como um ciclo de maturação experimental, cujos indicadores de desempenho forneceram os subsídios necessários para a recalibragem das diretrizes operacionais. Diante da necessidade de otimização dos parâmetros de sustentabilidade financeira, a gestão institucional evoluiu para a prospecção de novas matrizes de geração de renda, assegurando que o contingente originalmente alocado fosse reintegrado a fluxos produtivos de maior intensidade tecnológica e eficiência alocativa.

dução assistida, na qual o acesso à terra era condicionado à adesão plena aos protocolos de modernização agroindustrial. Nesse arranjo, a permanência do irrigante era legitimada por sua conformidade gerencial: a observância estrita às recomendações técnicas, a saturação produtiva da área e a integração harmônica aos regulamentos da Associação. Eventuais distanciamentos das normas de manejo não eram lidos como punição, mas processados como uma incompatibilidade com o sistema de rendimento, resultando no desligamento do programa para salvaguardar a integridade sistêmica e a eficácia coletiva do empreendimento (CHESF, [1987/8]).

Tal reconfiguração programática concretizou-se juridicamente no Decreto nº 93.205, de 02 de setembro de 1986 (Brasil, 1986). O documento declarava de utilidade pública uma área de 1.012 km², abrangendo municípios de Pernambuco (Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco) e da Bahia (Abaré, Chorrochó, Rodelas, Glória) (Brasil, 1986). A gestão desse território fundamentou-se na mudança de limitações produtivas em vetores de rentabilidade. Tratava-se de processar a perda de 47.545 hectares de terras agricultáveis, dos quais 16.537 hectares já operavam sob agricultura irrigada (CHESF, 1985b).

A leitura técnico-econômica do Estado identificava que a produção anual renunciada de US$ 19 milhões era o sintoma de uma pobreza estrutural, caracterizada por uma renda bruta de apenas US$ 670 por pessoa/ano (World Bank, 1987). Sob a ótica da tecnocracia, o deslocamento compulsório deixava de ser uma disrupção, para tornar-se o gatilho necessário para evoluir de uma produção de 160 mil toneladas para 357 mil toneladas anuais (World Bank, 1987), atingindo, em projeções otimizadas para a fruticultura, um Valor Bruto de Produção (VBP) de US$ 200 milhões (Brasil, 1997).

Nesse contexto, a "clareza dos números" servia para legitimar a distribuição espacial da população. O rigor algorítmico do Plano de Desocupação da CHESF (1985b) estruturava-se sobre a conversão das intenções individuais de reassentamento em indicadores de desempenho, gerando uma chancela numérica necessária para transformar a adesão dos chefes de família em evidência de eficácia operacional. Consolidada essa malha cadastral, ao tabular a preferência pelo lote irrigado, o Estado higienizava o gesto do sujeito de sua natureza compulsória, processando-o como uma adesão espontânea ao paradigma da modernidade, conforme se observa na distribuição das escolhas rurais apresentada (Tabela 8).

/Tabela 8: Opção dos chefes de família da zona rural (Plano de Desocupação Itaparica)

Municípios	Borda do lago	Novas cidades	Projeto irrigado oficial	No município	Outras localidades	Não sabe	Total de famílias
Margem Esquerda (PE)	449	293	406	102	223	1.619	3.092
Belém do São Francisco	14	-	145	55	36	413	681
Floresta	44	-	74	39	62	483	702
Itacuruba	118	37	185	6	88	236	670
Petrolândia	273	256	2	2	37	469	1.039
Margem Direita (BA)	205	43	286	43	71	414	1.082
Chorrochó	35	-	-	3	3	78	119
Glória	50	12	160	28	6	56	312
Rodelas	140	31	126	12	62	280	651
Total	654	367	692	145	294	2.033	4.174
%	15,6	8,7	16,5	3,4	7	48,7	100

/Fonte: CHESF/DIR - Cadastro de Famílias (1985b). Elaboração da autora.

A leitura institucional dos resultados opera uma conversão semântica fundamental visto que, ao tabular a preferência pelos lotes irrigados, a tecnocracia não identifica apenas o imperativo vocacional de agricultores em busca de solo, mas a adesão formal ao pacote tecnológico oferecido pelo Estado. Essa convergência, que somada à modalidade Borda do Lago totalizava 32,1% das intenções imediatas em Itaparica (Tabela 8), espelhando a métrica de fixação planejada para Sobradinho (Tabela 6), era processada nos gabinetes como a evidência de que a lógica operacional do projeto lograra sincronizar a necessidade de subsistência com o ideal de progresso. O planejamento apresentava-se como uma engrenagem totalizante, na qual a continuidade da prática agrícola era ressignificada como o desejo de inserção na modernidade agroindustrial competitiva (Iniciativa pelo Nordeste, 1997).

Assim, tanto em Sobradinho quanto em Itaparica, a "Face 1" do cristal apresentava-se imaculada. Fosse pela imposição linear dos anos 1970 ou pela engenharia social multidimensional dos anos 1980, a luz do progresso projetava uma imagem de estabilidade sistêmica, na qual o território era integralmente capturado pela norma. Nos gabinetes da Eletrobrás e nas planilhas do Banco Mundial, a hierarquia orçamentaria (Tabela 5) e a estratificação cadastral (Tabela 7) garantiram que não houvesse famílias desamparadas, apenas abstrações gerenciais; não havia dor ou ruptura, apenas fluxos de reassentamento e vetores de desenvolvimento (World Bank, 1990). A clareza dos números, portanto, cumpria sua função primordial de neutralizar a espessura do vivido: ao converter trajetórias humanas em coordenadas de rendimento, o Estado selava a coerência ótica de um plano no qual a densidade da vida tradicional era petrificada em cronogramas de obras e metas de rendimento. Sob a luz da métrica censitária, a vitória da ordem técnica sobre a anomia do sertão consumava-se enfim como uma conta geometricamente fechada – não porque nada se perdesse, mas porque tudo passava a ser contabilizável. Nessa perfeição imóvel, o Cristal apresentava-se, nos gabinetes e nas planilhas, como uma verdade totalizada, resistente à experiência.

Feixe de Luz III: A promessa entregue

Nesta terceira seção da "Face 1", a racionalidade estatal atinge sua apoteose justificadora. É o momento em que o discurso oficial deixa de se ocupar com os custos ou com os percalços do processo para concentrar-se, exclusivamente, na concretização do que foi pactuado. Aqui, a destruição do patrimônio anterior é definitivamente quitada pela materialização de um *superávit* de desenvolvimento, onde o planejamento oficial converteu a submersão das formas tradicionais de cultivo como uma operação asséptica de substituição de ativos. Trocou-se uma economia de subsistência e vazante por complexos irrigados e tecnificados, solidificando por fim, o território em um objeto de gestão sistêmica orientado à maximização da produtividade. Sob o título de "A promessa entregue", esta seção apresenta a peça final que enverniza essa face, traduzindo o passivo social da inundação em um lucro civilizatório calculado em toneladas de alimentos e milhares de novos postos de trabalho irrigados.

No plano institucional, essa promessa regional encontra seu principal suporte na solidez da Eletrobras/CHESF que, ao somar mais de sete décadas de operação, reafirma em 2025 seu comprometimento com a geração de energia em larga escala. A maturidade da Companhia reflete-se em um parque gerador predominantemente hidráulico, responsável por transformar o curso do Rio São Francisco em uma variável técnica de alto desempenho. O sistema conta com 12 usinas hidrelétricas estrategicamente distribuídas: oito no Rio São Francisco, duas no Rio Contas (BA), uma no Rio Parnaíba (PI) e uma nos Rios Piancó e Aguiar (PB), totalizando uma potência hídrica instalada superior a 10.200 MW. À luz dessa configuração, a CHESF detém cerca de 20,7% da capacidade total instalada das Empresas Eletrobras, ratificando a matriz hidráulica como o esteio da segurança energética do país[234] (Eletrobras Chesf, 2025a).

No interior dessa engrenagem técnica, as UHEs de Sobradinho (1.050 MW) e Itaparica (1.479 MW) configuram-se como os pilares de um aparato de funções complementares, porém operativamente distintas. Sobradinho detém a centralidade como o *estoque regulador* do sistema – a caixa d'água[235] do ordenamento hídrico regional. Sob essa lógica, apesar de sua potência instalada representar apenas cerca de 10% do parque hídrico da Companhia, seu reservatório exerce hegemonia funcional ao concentrar aproximadamente 58,2% da capacidade de armazenamento de energia (EAR) de todo o Subsistema Nordeste (Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2025b). É essa soberania que permite ao complexo do Rio São Francisco sustentar aproximadamente 70% da energia

234 A capacidade total gerenciada pela Eletrobras/CHESF atinge 13.103 MW. Esse montante compreende a soma da Geração Corporativa própria (10.460,43 MW), composta por seus ativos diretos em hidrelétricas e parques eólicos, com a capacidade proveniente de participações em Sociedades de Propósito Especial (SPEs), que somam 2.642,95 MW e incluem grandes projetos nacionais como as usinas de Belo Monte (PA) e Jirau (RO). Esse total gerenciado pela CHESF equivale a 20,7% da capacidade instalada total do Grupo Eletrobras, que em sua totalidade (incluindo Furnas, Eletronorte e CGT Eletrosul) ultrapassa a marca de 63.000 MW (Eletrobras Chesf, 2025a). Tais cifras demonstram que, embora monumental em escala regional, a infraestrutura do Rio São Francisco é operada como um subsistema estratégico dentro de uma arquitetura energética de domínio nacional.

235 A metáfora de Sobradinho como a "caixa d'água" do Nordeste refere-se à sua função de regularização plurianual, característica de reservatórios de acumulação de grande porte. Diferente das usinas "a fio d'água", cuja geração é refém da vazão instantânea do rio, Sobradinho possui a capacidade de estocar o excedente hídrico dos períodos chuvosos para liberá-lo de forma controlada durante as estiagens. Tal gestão do estoque assegura a vazão regularizada necessária para que todas as usinas situadas a jusante, como Itaparica, o Complexo de Paulo Afonso e Xingó, operem com previsibilidade e máxima eficiência operativa, independentemente da sazonalidade natural (Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2025b).

consumida na região (Eletrobras Chesf, 2025c), alimentando, em cascata, a produtividade de Itaparica, do Complexo de Paulo Afonso e de Xingó.

Em uma lógica inversa, a Usina de Itaparica destaca-se por sua performance geradora superior e pelo suporte vital aos perímetros de agricultura irrigada, a despeito de sua contribuição residual para a resiliência sistêmica do modelo, restringindo-se a apenas 6,6% da capacidade de armazenamento (Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2025b). No que tange ao suprimento da demanda elétrica regional, Itaparica responde por cerca de 11% do consumo do Nordeste, superando os 6% da carga direta suprida por Sobradinho, cuja vocação permanece atada à regularização do fluxo (Eletrobras Chesf, 2025c). Todavia, na arquitetura rígida deste Cristal, a magnitude estática de Sobradinho provê o lastro necessário à fluidez dinâmica de Itaparica: a produtividade agrícola desta última torna-se, portanto, intrinsecamente dependente da guarda hídrica da primeira. Sem essa custódia, as usinas de jusante perderiam tração operativa ante as oscilações sazonais, comprometendo a estabilidade da matriz energética. Por conseguinte, o controle hidráulico do sertão assegura que o sustento dos grandes polos urbanos e agroexportadores do Brasil repouse sobre essa simetria administrada.

Essa estabilidade promovida pela engenharia transborda a gestão energética para impor um ordenamento social rigorosamente gerido. Dentro desse enquadramento, a precisão aplicada ao controle das águas expande-se para o manejo das populações, onde a vida – em suas dimensões habitacionais, produtivas e domésticas – passa a ser processada como uma variável do próprio projeto. A partir dessa premissa de aferição, o sucesso do empreendimento é chancelado pelo salto nos indicadores sociais, convertendo a eficácia da engenharia em um inventário de progresso humano traduzido na evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme demonstram os dados consolidados na Tabela 9.

/Tabela 9: Evolução do IDH-M nos Municípios Deslocados (1991-2010) [236]

Barragem	Município	IDH 1991	IDH 2000	IDH 2010	Crescimento (91-10)
Sobradinho	Pilão Arcado (BA)	0,172	0,304	0,506	194,00%
	Remanso (BA)	0,294	0,432	0,579	96,90%
	Sento-Sé (BA)	0,269	0,387	0,585	117,50%
	Casa Nova (BA)	0,28	0,373	0,57	103,60%
Itaparica	Rodelas (BA)	0,435	0,5	0,632	45,30%
	Itacuruba (PE)	0,392	0,51	0,595	51,80%
	Petrolândia (PE)	0,401	0,527	0,623	55,40%

/Fonte: IBGE (2010). Cálculos de crescimento realizados pela autora.

Tais indicadores transcendem a abstração aritmética para se consolidarem como a face polida de uma superioridade sistêmica apresentada como inquestionável. A concretização desse êxito operou-se sob o rigor de uma assepsia técnica, um processo de lapidação espacial no qual a engenharia do progresso removeu a "porosidade" da vida orgânica (o barro da taipa, a rudimentariedade das fossas e a precariedade da escuridão) para instaurar a malha hermética de controle e conforto das novas sedes urbanas. Nesse movimento, o brilho incipiente das cidades antigas foi deliberadamente encoberto sob o volume técnico do reservatório para que a região pudesse, finalmente, "dar luz" à nação, inaugurando a Era da energia ininterrupta e da plena conformidade administrativa. Dentro dessa simetria operativa, uma mesma matriz hídrica articulou esse sofisticado jogo de espelhos: enquanto o represamento das águas impunha o apagamento definitivo da sedimentação histórica, a iluminação tecnificada da modernidade selava a impermeabilidade de um futuro planejado, impregnando o sertão com sua claridade.

236 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta que sintetiza três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: longevidade (saúde), educação e renda. A classificação adotada, em conformidade com a metodologia do PNUD incorporada pelo IBGE, divide os resultados em faixas de desempenho: IDHM inferior a 0,500 indica Baixo Desenvolvimento Humano; valores entre 0,500 e 0,799 caracterizam Médio Desenvolvimento Humano; e índices iguais ou superiores a 0,800 representam Alto Desenvolvimento Humano (IBGE, 2010).

Essa claridade absoluta encontra sua comprovação factual na superação da intermitência tecnológica do passado. O registro da precariedade que precedeu a ordem elétrica é detalhado por Guarabira[237] – atualmente residente na nova sede de Pilão Arcado (BA) – que descreve o antigo sistema de geradores locais na velha Pilão Arcado não como um serviço público estável, mas como uma frágil concessão política e discricionária, regida por um código de avisos que sentenciava o fim da atividade social:

> Ah, tinha um motor gerador. [...] era ligado 6 da tarde e apagava 10 horas da noite. **Dava o sinal pra apagar, acendia e apagava três vezes**. [...] Em outras cidades era diferente. E a maioria dos anos passava sem energia, era sem ligação nenhuma, era no escuro mesmo. Mas aí quando o Prefeito estava de boa vontade, comprava o combustível, botava o motor pra funcionar, aí tinha uma energia [...]. Então, era uma vida terrível nesse sentido. Era escuridão, a gente já estava até acostumado. (Guarabira Queiroz Lima, 2024, depoimento, destaque da autora).

Esse *sinal* – o pulsar intermitente das lâmpadas que antecedia o apagão – arbitrava o ritmo do território e a própria coreografia doméstica. A iminência do escuro reordenava silenciosamente o tempo social, comprimindo deslocamentos, encontros e práticas cotidianas sob uma temporalidade de exceção. Carlos Antônio Ferreira de Castro[238], morador do novo núcleo urbano Remanso (BA), recorda a urgência desse movimento:

> Lá, quando nós morava lá, ainda não havia a... Era luz à motor. Luz elétrica, mas luz à motor. [...] Aí não era energia 24 horas por dia. Então, durante o dia... E à noite ia até 22-23 horas. E então, ali, já sabiam, né. Eu lembro que eu era meninote, então, quando dava mais tarde um pouquinho: **"Vamo embora que a luz vai apagar". Então tinha que correr para casa, para chegar antes da luz apagar.** [...] Não havia na cidade... Havia geladeira, vamos dizer... à gás, depois passou a geladeira, vamos dizer, à bujão... À bujão... E aí, posteriormente, veio as geladeiras elétricas. Naquela época, claro, que não era todo mundo que tinha geladeira elétrica, lá na cidade velha, viu. (Carlos Antônio Ferreira de Castro, 2024, depoimento, destaque da autora).

237 Depoimento concedido por Guarabira Queiroz Lima à autora. Pilão Arcado (BA), 14 jul. 2024.

238 Depoimento concedido por Carlos Antônio Ferreira de Castro à autora. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

Essa percepção da urgência de retornar ao lar, mencionada por Carlos de Castro, era balizada por um ritual manual de avisos que Marcílio Braga descreve com precisão. Em seu relato, ele revela o caráter humano por trás do sinal luminoso e quais eram os recursos que voltavam a reger o espaço doméstico assim que o motor silenciava:

> E lá, era engraçado nessa época, a iluminação da cidade era feito, era tipo um, um foquete. [...] Então, um rapaz, quando era a partir de 6 horas da tarde, ele ia acendendo poste por poste. Aí, quando era 10 horas da noite, ele piscava, aí que era para avisar que ia apagar todas as luzes da cidade. Quando era 11:30 para meia-noite, aí apagava, não existia mais energia. Aí existia o candeeiro [...] uma coisa de alumínio de flandres, aí tem uma tiara dentro e ele é, tem um querosene que acende e fica a tocha de luz, né? Quem tinha dinheiro para comprar vela, comprava, mas quem não tinha era o candeeiro. Ou então a fogueira, né? Que o pessoal juntava cascos de madeira e fazia fogueira. (Marcílio Braga, 2024, depoimento).

A narrativa de eficácia do Cristal Perfeito perfaz-se, especialmente, no contraste com essa submissão do tempo social à limitação técnica. Nessa chave interpretativa, a modernização é apresentada como a força que libertou as manifestações mais vibrantes da convivência local da regência precária dos motores. Eva Maria de Jesus, residente em Pilão Arcado Nova (BA), descreve como a efervescência dos "Assustados" – as festas juvenis na antiga cidade – era rigidamente cronometrada pela regência do gerador municipal, subordinando a alegria à finitude do combustível:

> Tinha os Assustado, Assustados, sabem o que era os assustado? Era as festas. [...] Ah, então juntava todo mundo de noite, levava radiolinha e ia brincar lá no Assustado, né. Aí o Assustado, todo mundo dançava, quando dava 9 e meia da noite todo mundo vinha embora, porque a luz apagava 10 horas, 9 e meia a luz dava sinal. Então quando a luz dava sinal, corria todo mundo para casa, né? Aí a gente vinha embora, né, e não ficava mais ninguém na rua. Aí quando era 9 e meia, entrava todo mundo. (Eva Maria de Jesus, 2014, depoimento, destaque da autora).

A superação desse tempo fragmentado e a instauração da rede ininterrupta operaram, portanto, como um eixo estruturante da retificação do cotidiano. Sob tal égide, a confiabilidade da rede elétrica substituiu a precariedade dos candeeiros e a obsolescência das geladeiras a gás, convertendo o que era um privilégio temporal em um direito técnico perene. Bernadete Caxias, moradora da atual Casa Nova (BA), ratifica essa percepção de conquista material:

> Tem coisas que melhorou, claro, que melhorou na cidade. Porque lá tinha a energia só era até onze horas da noite, sabe? A gente só tinha geladeira a gás, e aqui não, a gente melhorou isso. (Bernadete Caxias, 2024, depoimento).

Essa reconfiguração das conveniências domésticas desdobrou-se, seguindo o roteiro prescrito pelo planejamento estatal, em uma requalificação ampla do padrão habitacional, cuja materialidade foi integralmente convertida à alvenaria nas novas sedes urbanas. No olhar tecnocrático, a solidez da alvenaria das novas sedes urbanas atesta a superioridade funcional do sistema sobre o arcaísmo da taipa. Essa narrativa de ascensão encontra respaldo nos balanços oficiais, que, ao registrarem décadas de investimento ininterrupto, singularizam o Polo de Itaparica frente a qualquer experiência anterior.

Conforme discriminado no Decreto nº 70.472/1972, a dotação destinada à "reurbanização ou relocação de cidades e vilas" no reservatório de Sobradinho configurou-se como uma alocação cirurgicamente planejada de Cr$ 30 milhões (Brasil, 1972a). No regime interpretativo do Cristal, essa cifra racionalmente contida, representando menos de 4% do orçamento total do Plano de Obras Regional, permitiu a concentração absoluta de esforços na espinha dorsal da infraestrutura rodoviária e energética, alicerçando o progresso nacional.

Em Itaparica, porém, essa racionalidade inicial evoluiu para um paroxismo do investimento social; o custo histórico acumulado para o reassentamento e a reestruturação produtiva atingiu a marca de US$ 1,5 bilhão, estabelecendo uma paridade de 1:1 em relação ao valor da obra civil da barragem (Rice, 1997). A liquidação dos custos de construção não encerrou a responsabilidade financeira do Estado; pelo contrário, o projeto consolidou-se como um custeio operacional permanente, indispensável para subsidiar o funcionamento dos perímetros irrigados e a preservação do novo tecido urbano. Prova dessa manutenção perpétua reside no fato de que, décadas após a inundação, o *Relatório Anual da Administração* (Chesf, 2011) consignou, apenas no exercício de 2010, o desembolso de R$ 142,3 milhões para garantir a infraestrutura produtiva e agrícola do Polo. Sob esse prisma, o aporte monumental em

Itaparica, que alcançou a média de US$ 37.000 por família urbana, é projetado como a expressão tangível do êxito institucional, na medida em que o Estado utiliza a magnitude do gasto como prova de seu compromisso com a modernização, transfigurando o território em um emblema da eficácia estatal.

Entretanto, se Itaparica representa a culminância financeira desse padrão, seu modelo de intervenção já se manifestava com precisão em Sobradinho. Mesmo pautado por uma estrita economia de meios, o projeto exibia uma eficácia transformadora capaz de estruturar o novo cotidiano civil, uma vez que o alinhamento de mentalidade necessário para a mudança derivou do rigor pedagógico do planejamento, conforme delineado nos "Feixes" anteriores. Essa conversão sustentou-se na didática do progresso institucional e na inexorabilidade técnica da obra, aliadas à força com que a nova realidade física – a alvenaria e a rede elétrica – suplantou o passado. Tal movimento ganha corpo no relato de Dona Geralda[239], antiga moradora de Casa Nova (BA) e atualmente residente em Sento Sé (BA). Embora guarde memórias da autossuficiência rural, seu relato valida o cânone do saneamento das novas moradias, nas quais o "sofrimento" do passado é neutralizado pela valorização patrimonial do presente:

> Hoje não, hoje a propriedade está avaliada em, em 20.000.000 – 10.000.000... Porque é muito boa, está boa. [...] foi uma vida muito boa, de sofrimento mas bom. [...] Foi só o sofrimento pra gente na época, mas hoje é mares de rosa. Hoje eu posso dizer que vivo tranquila. Já estou com casinha aí de lado para viver, casinha não casarão, porque eu vim do interior brabo meus pais eram pobre […] Não tinha luz, não tinha banheiro nas casa. [...] A gente era empregado de um fazendeiro. Meu pai não tinha água encanada […]. Mas é, como o mundo é bom, Deus existe, hoje eu já tenho para mim e para dar. (Geralda, 2024, depoimento).

A transformação do "interior brabo" em "mares de rosa" encontra sua justificativa técnica na convergência de avanços estruturais que operam, simultaneamente, a tecnificação dos espaços íntimos e a elevação do padrão de vida. Dentro da gramática da eficiência técnica, o ganho estrutural é reiterado por Marcílio Braga, que articula a superação das condições rudimentares através da funcionalidade das novas redes de infraestrutura:

> Mas, em termo de casa, essa troca foi, eu acho assim, um lance legal. Porque você morava numa casa num, de, é, uma casa

239 Depoimento concedido por Dona Geralda (sobrenome não informado) à autora. Sento Sé (BA), 14 jul. 2024.

que não tinha piso, que não tinha nada, que não tinha banheiro, era uma fossa. E aí veio pra cidade nova, ganhou uma casa com banheiro, com sanitário, com rede de esgoto, com água encanada, com iluminação, com tudo, né? Aí foi bom por esse motivo (Marcílio Braga, 2024, depoimento).

Expandindo esse espectro de proteção, o Estado assumiu o papel de patrimônio provedor, estendendo o padrão construtivo até mesmo às camadas mais vulneráveis. No prisma da equidade planejada, Moisés[240] e Guarabira observam como a substituição da taipa pelo bloco de cimento configurou uma valorização imediata na dignidade habitacional:

240 Depoimento concedido por Moisés (sobrenome não informado) à autora. Remanso (BA), 14 jul. 2024.

> Aí veio a CHESF para indenizar, né? As casas, né? Esses pessoal assim mais fraco, que morava em casa de taipa, que lá tinha muita casa de taipa. [...] E esse pessoal gostaram muito, né? Da mudança. Que eles receberam uma casinha de bloco, uma casinha boa, né? De bloco, né? Bem-feitinha, né? (Moisés, 2024, depoimento).

> Então, o pessoal melhorou de, de situação, melhoraram de vida. Mas antes, eles tinham as casinhas populares, só vinha as casinhas populares. Quem não tinha condição de fazer, de ter uma casa, a CHESF dava. A casinha, até os doidos. A CHESF, dava a casa e era boa para a família dos doidos, que ficavam satisfeitos (Guarabira Queiroz Lima, 2024, depoimento).

Essa sensação de avanço pessoal, ancorada na segurança das novas moradias, ultrapassa as paredes de casa para estruturar uma nova percepção coletiva sobre a cidade. O êxito do plano habitacional atua, desse modo, como o alicerce de uma gestão territorial abrangente, na qual o traçado urbano deixa de ser apenas um projeto de urbanismo para se converter em um espaço de bem-estar social funcional. Carlos Antônio Ferreira de Castro, cuja trajetória política confunde-se com a própria concepção do novo desenho de Remanso, narra a transição da saudade da cidade velha para a aceitação da superioridade do novo assentamento:

> O tempo foi passando, e graças a Deus, viu, hoje nós estamos numa cidade planejada, muito boa, e cresceu muito, e tem crescido a cada dia... e vindo, vamos dizer, é... essa mudança, que houve, né. Então Remanso velho / Remanso novo... Quer dizer, a gente tem aquela saudade, aquela lembrança boa de morar, porque

> havia muitos amigos, havia muita gente. Mas não pode se comparar com Remanso novo. Remanso novo, como se diz. [...] Foi uma das coisas boas que aconteceu na nossa vida, dessa região toda, foi a vinda da barragem de Sobradinho. Trouxe condição melhor para todo mundo, todo mundo passou a viver melhor, viu. Houve uma preocupação muito grande com os que moravam lá, de fazer, construir casas melhores. Então hoje Remanso é uma cidade que tem muitas casas boas, muitas casas boas mesmo, viu (Carlos Antônio Ferreira de Castro, 2024, depoimento).

Essa percepção não se limitou ao espaço privado; ela transbordou para o reordenamento do ócio. Em Remanso, a engenharia urbana substituiu as margens irregulares do antigo rio pela geometria turística da "Prainha de Amaralina". Castro, idealizador do projeto em 1993, detalha a passagem do lazer orgânico da "coroa de areia" para o entretenimento estruturado:

> [Na cidade velha] todos os rapazinhos, toda mocinha, todo mundo ia tomar banho no Rio, coisa e tudo. Era muito bom, nós tínhamos uma coroa lá muito boa que, é... Parecia uma praia lá. [...] Mas, claro, num pode se comparar de jeito nenhum com hoje. [...] quando foi construída aqui a cidade, então, tinha um Lago, mas não se tinha um ponto, é... Turístico, como se diz, para o povo tomar banho. Então, naquela época, em 93, o prefeito da época [eu], resolveu então indenizar aquela área, que era roça. Indenizou aquela área ali e então colocou a energia, colocou água, fez barracas rústicas, e então se criou a Prainha. [...] foi uma beleza, foi a inauguração, foi a coisa mais linda do mundo. [...] Fui prefeito e quem, na época, realmente, construiu o que foi a praia fui eu. [...] E então muito bonita, e nos fins de semana, sábado e domingo, é cheio, cheio, cheio. É festa, é o povo tomando banho, muita gente que vem de fora. (Carlos Antônio Ferreira de Castro, 2024, depoimento).

Ao chancelar a funcionalidade desse novo aparato, Moisés ressalta a previsibilidade técnica do banho de rio na cidade, agora domesticado pela engenharia para oferecer segurança e acessibilidade:

> Virou uma prainha. Porque você vai mais longe, a água é rasa, né? Você pode ir mais longe. [...] Aqui ficou melhor. E esse braço aqui, é um braço de rio que corre? [...] Aqui ficou melhor. E a prainha ficou melhor da gente tomar banho. (Moisés, 2024, depoimento).

Essa organização do território, que se inicia no rigor das sedes planejadas e na domesticação do lazer, expande-se para a vocação produtiva do Vale. Para quem habita as margens do reservatório em Pilão Arcado, cidade reestruturada sob a égide do planejamento estatal, o olhar capta com nitidez o contraste geográfico entre a subsistência local e a opulência dos polos vizinhos. No depoimento de Naldo, a pujança agrícola das áreas situadas "rio abaixo", beneficiadas pela regulação hídrica de Sobradinho, é descrita como um emblema da abundância técnica:

> De Casa Nova para baixo você já vê o plantio de tudo, né. Uva, côco, melão. É tudo. Você chega no Ceasa de Juazeiro você encontra tudo o que você precisa. Tudo daquela região ali: Salitre, Petrolina... (Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimento).

Tal percepção de que a paisagem foi transfigurada em um polo de fertilidade é legitimada pelo testemunho de Bernadete Caxias. Para ela, a promessa de progresso realiza-se na profusão de culturas irrigadas que agora definem o horizonte regional, consolidando a vitória da técnica sobre a aridez:

> Agora, uma coisa para os agricultores melhorou, para plantar, melhorou. É. Tem muita planta, muita coisa, planta manga, fazenda de manga, de uva, para eles lá. (Bernadete Caxias, 2024, depoimento).

A consagração desse progresso cristaliza-se na funcionalidade sistêmica das duas grandes engrenagens do Vale, materializadas em Sobradinho e Itaparica. Se para Pilão Arcado, Sento Sé, Casa Nova e Remanso o reservatório de Sobradinho representou primordialmente a imolação territorial necessária para converter o solo em estoque de água, para o agronegócio global ele constitui o eixo de estabilidade hídrica. Na condição de regulador central do curso do rio, o reservatório assegura a perenização do fluxo que sustenta, rio abaixo, a pujança de Petrolina e Juazeiro. Esse êxito traduz-se em cifras monumentais, a exemplo do projeto Senador Nilo Coelho[241], cujo valor bruto de produção atingiu R$ 4,5 bilhões em 2024 (Abrafrutas, 2025), inserindo o sertão nos circuitos internacionais de exportação frutífera, dos quais o Vale do São Francisco responde por 98% das uvas e 90% das mangas comercializadas pelo Brasil no exterior (Abrafrutas, 2025).

241 Localizado entre os municípios de Petrolina (PE) e Casa Nova (BA), o Projeto Público de Irrigação Senador Nilo Coelho é um dos maiores empreendimentos hidroagrícolas do Brasil. Sob a gestão da Codevasf, o perímetro simboliza o triunfo da técnica sobre o semiárido, utilizando a infraestrutura de captação e canais para viabilizar a fruticultura de exportação em alta escala. Na ótica do planejamento estatal, o projeto é o emblema da "terra prometida" tecnológica, onde a regulação hídrica de Sobradinho garante a produtividade ininterrupta de mais de 23 mil hectares irrigados (Distrito de Irrigação Nilo Coelho, 2021).

Complementarmente, o Sistema Itaparica consolidou a reengenharia do habitar através de um investimento social sem precedentes, voltado à conversão das populações deslocadas em novos agentes do agronegócio regional. Sob essa perspectiva de reestruturação produtiva a longo prazo, o polo registrou, em 2024, um valor bruto de produção (VBP) de R$ 503,6 milhões, integrando-se a um complexo regional que sustenta, atualmente, cerca de 356 mil postos de trabalho[242] (Portal do Agronegócio, 2025). Ao considerar as atividades dos 39 perímetros irrigados sob jurisdição da Codevasf, dos quais dez compõem o sistema de Itaparica e 29 foram desenvolvidos diretamente pela Companhia, o faturamento total atingiu a marca de R$ 8,15 bilhões, Esse montante, ancorado em uma produção recorde de 4,42 milhões de toneladas de itens agrícolas[243], reflete um crescimento de 43% (Portal do Agronegócio, 2025) em relação ao ano anterior. Tal desempenho chancela, portanto, a eficácia da engenharia estatal ao metamorfosear a infraestrutura hídrica no motor de desenvolvimento econômico regional.

À luz do Cristal, a eficiência operacional do Vale do São Francisco apresenta-se como resposta técnica integral a um mundo que exige crescimento contínuo. Em uma realidade onde a estabilidade social, o abastecimento energético e a produção de alimentos dependem de fluxos ininterruptos, o progresso consubstancia-se como um imperativo sistêmico, aferido exclusivamente pela expansão de seus indicadores. Dentro desse enquadramento de validação, os dados deixam de ser instrumentos de leitura para se tornarem os próprios critérios de verdade. Tal eficácia é ratificada, por exemplo, pela universalização energética, que converte o controle hídrico do sertão em suporte vital para aproximadamente 57 milhões de pessoas em toda a região (Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2025a). O alcance social dessa modernidade elétrica, materializado no atendimento a mais de 1,81 milhão de domicílios no Nordeste via programas como o *Luz para Todos*[244] (Brasil, 2024), consolida-se, portanto, como a chancela empírica da exatidão sistêmica do projeto.

A partir dessa lógica, o salto do IDHM, a expansão do VBP agrícola e a estabilidade da malha energética operam como provas autoevidentes de validação, neutralizando qualquer resíduo que escape à mensuração estatística. É nesse ponto que a intervenção estatal revela sua natureza teleológica[245], na medida em que o progresso deixa de figurar como horizonte negociável e passa a se impor como finalidade última. O planejamento, imbuído dessa missão, reorganiza o território, o

242 Este contingente refere-se à operação dos 39 perímetros agrícolas ativos (Portal do Agronegócio, 2025), englobando empregos diretos, indiretos e induzidos pela cadeia produtiva. O cálculo exclui os postos gerados temporariamente para a construção civil das barragens, estradas e novas sedes urbanas.

243 O montante de 4,42 milhões de toneladas refere-se à produção consolidada de todos os 39 perímetros irrigados sob gestão da Codevasf no Vale do São Francisco em 2024 (Portal do Agronegócio, 2025). O dado reflete a capacidade sistêmica da bacia do São Francisco e não se restringe exclusivamente às áreas imediatamente lindeiras aos reservatórios de Sobradinho e Itaparica.

244 O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) é uma política pública do Governo Federal, gerida pelo Ministério de Minas e Energia, que visa democratizar o acesso à eletricidade para populações rurais e comunidades remotas. Instituído originalmente pelo Decreto nº 4.873/2003 e relançado pelo Decreto nº 11.628/2023, o programa prioriza famílias de baixa renda, comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais, com metas de universalização estendidas até 2026 (meio rural) e 2028 (Amazônia Legal) (Brasil, 2024).

245 O termo *teleologia* (do grego *telos*, "fim" ou "propósito", e *logos*, "estudo" ou "explicação") descreve a racionalidade que orienta ações em função de uma finalidade predeterminada (Abbagnano, 2007). No contexto do planejamento de grandes infraestruturas, essa visão pressupõe que o sentido de uma intervenção não reside nos processos ou nos custos sociais imediatos, mas sim no resultado final projetado. Assim, o "sucesso" futuro (mensurado por indicadores como o IDHM, VBP ou a produção de energia) atua como uma força justificadora que retroage sobre o presente, legitimando o desterro e a desestruturação do território como etapas inevitáveis para o alcance de um bem maior e tecnicamente superior (Habermas, 1987).

tempo e a vida, internalizando as fricções sociais como etapas lógicas e necessárias da realização técnica. O sucesso futuro, assim projetado, retroage sobre o presente para higienizar o trauma e justificar a intervenção.

Nesta face totalizante, o Cristal não admite sombras. A densidade do vivido é filtrada pela métrica da perenidade produtiva; o fluxo outrora imprevisível do rio converte-se na pulsação regulada de uma máquina de crescimento. O mapa cede lugar ao gráfico, o tempo biológico ao tempo do capital, e a paisagem, enfim estabilizada, passa a existir apenas enquanto função de desempenho. A vitória da ordem técnica sobre o sertão consuma-se como transparência absoluta: uma realidade onde tudo aquilo que não se deixa converter em dado é sumariamente desconsiderado, carecendo de validade para o balanço final do desenvolvimento.

Face 2:
A luz refratada

E agora, José?
[...]
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
[...]

[...]
está sem discurso,
[...]
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou,
e agora, José?

[...]

Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
[...]
José, e agora?

Se você gritasse,
se você gemesse,
[...]
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...

Mas você não morre,
você é duro, José!

Sozinho no escuro
qual bicho do mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
[...]
você marcha, José!
José, para onde?
(Drummond, 2002, p. 23, destaque da autora).

Enquanto a "Face 1" se ergueu sob o império de uma claridade totalizante, uma saturação ótica que pretendia anular as sombras ao converter o território em vitrine de êxitos estatísticos, a "Face 2" irrompe no instante em que, como no verso de Drummond, "a luz apagou" (Drummond, 2002, p. 23). No reverso do cristal perfeito, o que subsiste não é o fulgor da rede elétrica ininterrupta, mas o frio de uma noite atravessada pelo luto da terra e pelo esgarçamento da coesão social. Tal escuridão, adensada pelas disparidades nas indenizações e pela violência de economias precárias, precipita um cenário de adoecimento e abandono que escapa ao cronograma estatal. Sob a superfície polida dos gráficos de desempenho e da produtividade hídrica, portanto, subsiste a irredutibilidade do que foi represado: o *sedimento salino* das vidas interrompidas, avesso às métricas administrativas.

É sobre esse acúmulo que incide a luz do progresso. Ao iluminá-lo, ela revela o corpo salino da população; matéria simbólica que, nas sete cidades atingidas, depositou-se no âmago social à medida que a desterritorialização e o trauma se cristalizavam. Tal concreção produz uma opacidade que desafia a transparência pretendida pelo plano estatal, denunciando a silhueta de vidas e memórias que persistem à margem da norma. Nesse embate, a rigidez do desterrado revela-se como a única forma de permanência: para não ser dissolvido pela lógica estatal e proteger a humanidade que lhe resta, o sujeito endurece – "Você é duro, José" (Drummond, 2002, p. 23) – constituindo-se pelo sal da memória, couraça sólida que resta após a exaustão da vida orgânica. O sal corporifica, assim, a própria duração *bergsoniana*: um passado que não se extingue, mas coexiste com o presente, endurecendo sob o desamparo como um cristal de resistência que se recusa à diluição na amnésia institucional.

Ao transpassar esse prisma de *sal* – a corporeidade subjetiva da população desterrada –, a promessa do desenvolvimento sofre uma refração inevitável. A trajetória retilínea do planejamento desvia-se ao colidir com a densidade desse sujeito-mineral: é o *José de sal* quem, embora segure a "chave na mão", descobre que, para ele, "não existe porta" (Drummond, 2002, p. 23). A chave técnica, entregue pela burocracia como símbolo de posse, revela-se inútil diante de uma morada sem portal de acesso ao pertencimento ou ao futuro projetado. Resta ao desterrado o confinamento entre paredes de alvenaria desprovidas da porosidade e organicidade que outrora o conectavam ao fluxo do rio e à espessura de sua história, transformando a nova casa não em um lar, mas em um invólucro estéril de sua própria exclusão.

Essa habitabilidade pré-fabricada inaugura uma esterilidade que nasce, primordialmente, do divórcio entre o morador e a matéria. Enquanto nas antigas comunidades a taipa permitia que o lar fosse um prolongamento do solo, onde o gesto de *revolver* o barro, o labor da memória evocado por Benjamin (2015, p. 101), convertia o chão em abrigo, a rigidez da alvenaria nas novas sedes institui uma interdição técnica e existencial. Uma vez que o solo originário foi reclamado pelo reservatório, o novo território é entregue como um artefato pronto e selado, alheio ao manejo de quem o habita. Impedido de modular seu mundo, o desterrado vê sua identidade ser convertida em *resíduo*, uma memória salina relegada aos interstícios de uma estrutura imposta pelo asfalto e pelo concreto, vãos residuais onde o passado ainda tenta, em vão, ancorar um pertencimento.

Ao sepultar o passado sob a lâmina d'água e encerrar o presente sob o cimento, ergue-se uma barreira que subverte a transparência pretendida pelo Estado em obstrução física e simbólica. A imagem-cristal do plano oficial exibe, enfim, seu avesso opaco: o *lodo*. Onde a engenharia vislumbrava o *desimpedimento territorial*, o presente fraturado tropeça na utopia que mofou (Drummond, 2002, p. 23), transformando o monumento do progresso em um mausoléu de esperanças estancadas. A partir de tal rompimento, esta seção posiciona a realidade como o prisma que decompõe o feixe oficial em suas matizes ocultas através de três movimentos: 1.) o passado represado do luto, 2.) a injustiça velada das relações de poder e 3.) a sombra permanente de um "bicho do mato" que "marcha, sozinho no escuro" (Drummond, 2002, p. 23). Em tais existências "sem teogonia" (Drummond, 2002, p. 23), habita-se o limiar de um planejamento que, malgrado a precisão para deslocar corpos, carecia da espessura necessária para acolher destinos. Se a máquina burocrática sabia exatamente em qual coordenada depositar o desterrado, o sujeito – apartado de seu roteiro existencial – confrontava o próprio vazio. Tratou-se de um erro de cálculo humano, denunciando que, no limite do censo, o poder público entregou a José o endereço, mas apagou-lhe o caminho. Mapeado pelos inventários, porém extraviado de si, resta ao homem a interrogação que nenhuma tabela comporta: para onde a vida segue quando o destino está fixo no mapa, mas o caminhante já não se reconhece em seus próprios passos?

Refração I: O passado represado

> Porque não tinha como fazer a casa, não tinham como botar a porta, como **teve um senhor mesmo que morreu porque foi pedir uma porta, aí não achou quem desse, ele chegou em casa e bebeu o veneno.** Quer dizer, seus filhinho à toa né, ficava à toa porque não tinha onde morar, aí ele bebeu veneno e morreu. Muita gente morreu, muitos velhos morreram, pessoas que, que não queriam sair. (Bernadete Caxias, depoimento, 2024, destaque da autora).

O relato de Bernadete Caxias retira a interdição das abstrações jurídicas e a lança na materialidade do dia a dia. Nesse espaço, a casa deixa de ser apenas uma falha técnica para tornar-se uma existência impedida de virar abrigo. Essa negação ganha corpo na falta da porta: muito mais que um componente físico, ela instaurava o limiar necessário para resguardar a intimidade e fixar sobre o chão o domínio que permite ao sujeito habitar a si mesmo. Com essa ausência às costas, o homem peregrina em busca do objeto e, sem encontrar quem lhe conceda, retorna a uma morada incapaz de acolher não apenas o corpo, mas o próprio curso de sua história.

Privado da possibilidade de fechar-se, o habitante perde o gesto que conclui o dia, o ritornelo (Deleuze; Guattari, 1997) que transforma o espaço em território[246]. Sem o corte da porta, o ciclo nunca se encerra plenamente e a noite, desguarnecida, perde a força de acolher o repouso. A vigília permanente funde a noite ao dia, de forma que o despertar já nasce impregnado pelo *sedimento* de um mundo que deveria ter ficado do lado de fora, mas que inundou o íntimo, paralisando o fluxo do tempo. Despojado desse limite, o desterrado passa a habitar uma continuidade sem pausas, onde o ontem e o agora se confundem. Nesse descompasso, a porta que falta na fachada da morada é a mesma que se rompe no interior do sujeito, privando-o da fronteira íntima necessária para habitar o que viveu. A casa, à imagem de seu habitante, permanece incompleta, suspensa e, fundamentalmente, "sem porta".

Essa fenda na alvenaria abre-se como uma fissura viva por onde o trauma do passado invade a negligência do presente. Tal desarticulação remonta ao instante em que o abrigo originário foi engolido pelas águas: ao solapar aquele chão de raízes profundas, o reservatório *soterrou*, com a vila, a própria história do habitante. Arrancado de suas origens o sujeito é lançado a uma *deriva* onde a casa, incompleta, recusa-se a servir de ancoragem. Nesse espelhamento entre a morada e o ser, a ausência de uma fronteira física impede que o desamparo seja contido, permitindo que a inundação, antes restrita à geografia do Vale, invada o território subjetivo. Essa incursão, agora simbólica, ocorre porque, ao ver-se vulnerável ao movimento e ao olhar da rua, o morador perde a distância necessária para pacificar o próprio passado, convertendo o íntimo em um campo exposto, incapaz de reter a história que ali tenta assentar-se.

Afinal, a elaboração de um trauma exige recolhimento: faz-se necessário um "dentro", um receptáculo protegido onde o tempo possa, enfim, decantar. No entanto, ao habitar uma morada escancarada, o sujeito torna-se permeável, deixando vazar o que deveria ser preservado. Assim, o sofrimento permanece em estado bruto. Sem a cesura física para interromper a invasão do mundo, a dor não se transforma em lembrança; em vez disso, o passado reflui incessantemente sobre o agora, agigantando-se como um fardo que a existência já não consegue conter.

O ato extremo narrado por Bernadete – a ingestão do veneno – consuma-se como o desfecho desse transbordamento, marcando o instante em que esse peso tornou a vida insustentável. O suicídio irrompe, assim, como denúncia final de uma existência progressivamente esvaziada de si, destituída de agência sobre o próprio chão e órfã de amparo simbólico; uma vida para a qual a falta da porta tornou-se uma sentença, interditando qualquer travessia possível entre o sofrimento e o horizonte do que ainda poderia ser vivido.

Essa cena inaugural, embora flagrada na singularidade de um caso isolado, revela a dimensão de um luto que escapa à lógica aritmética do ressarcimento estatal. Mais do que uma falha de acabamento, a ausência da porta funciona aqui como um vestígio tangível de uma reparação que jamais se completou. Seja pela demora na entrega das terras irrigadas, pela insuficiência das indenizações ou pelo abandono burocrático, o Estado lançou essas vidas em um estado de exposição permanente. O que se evidencia, portanto, é o choque violento entre a cronologia do Estado, orientada pela aceleração das metas de infraestrutura e pela marcha cega rumo ao progresso, e a temporalidade do desterrado, estancada no trauma. Enquanto o mapa administrativo, indiferente, prossegue em marcha celebrando indicadores de saneamento e energia, o cotidiano no reassentamento cristaliza-se em um presente imóvel. Ali, a inundação não submerge apenas as paredes das casas; confirma-se o estancamento do íntimo que despoja o habitante de seu refúgio e de sua memória, desarticulando as redes de vizinhança e o domínio sobre o próprio chão, suportes que deveriam sustentar a reconstrução da vida comum.

246 Em termos deleuzianos, a porta opera como um ritornelo (Deleuze; Guattari, 1997), um gesto mínimo que, ao se repetir, produz território e acolhimento frente ao caos. Abrir e fechar a casa transcende o hábito funcional; é a cadência que ritma o tempo, permitindo ao sujeito afastar-se do mundo para, depois, a ele retornar. A ausência da porta, tal como narrada no depoimento, pode ser lida como a interrupção desse ritornelo fundamental, impedindo que o espaço se estabilize como lugar habitável.

Barradas desse manancial memorial, as trajetórias do agora, que antes corriam por caminhos conhecidos, feito o Velho Chico, que fluía continuamente protegido por suas margens (Figueiredo, 2011), sofrem o mesmo destino das águas: o desvio forçado de seu curso e a violência de uma cheia sem vazante. Com a vida *represada*, o passado surge como um fluxo que transborda por dentro, satura a memória e ali se detém, negando-se a baixar. Ante um presente sem pertencimento, o regresso ao que foi perdido torna-se o único leito onde a história ainda consegue correr. É nesse movimento que a palavra "inundação" ganha um novo sentido, sendo, no íntimo, tanto a ferida que paralisa quanto o mapa que orienta. Nesse transbordamento, a dor da perda convive com a insistência do que resta; enquanto uma aprisiona o olhar no que se foi, a outra tateia, no escuro, o antigo caminho de casa. Trata-se da memória perfeita de Toni Morrison (1995): o entendimento de que cheia que ocupa o peito não é apenas o que afoga, mas a lembrança que se nega a apagar o mundo que lhe dava margem:

> [...] eles endireitaram o rio [...] em alguns lugares, para abrir espaço para casas e terrenos habitáveis. Volta e meia o rio inunda esses lugares. "Inunda" é a palavra que se usa, mas na realidade não é inundação; é lembrança. Lembrança de onde ele costumava correr. Toda a água tem memória perfeita e para sempre tenta voltar para onde estava. (Morrison, 1995 *apud* Ferreira; Evaristo, 2016, p. 258).

Seguindo esse rastro, a ausência da porta passa a figurar como o símbolo dessa margem subtraída, a materialização de uma fratura social que expõe a vida à falta de amparo. Para o *vazanteiro*, esse amparo entre o exterior e o interior residia primordialmente no rio, eixo da indissociabilidade entre a comunidade e o solo. Muito além de um corpo hídrico, ele era o ritmo que organizava a existência: se o pulsar das águas, o manejo da terra e os laços coletivos ditavam a cadência do sustento que o lançava ao mundo, era também na estabilidade desse conjunto que se preservava o sagrado capaz de recolhê-lo em si mesmo. Ao ter seu curso *endireitado* pela frieza burocrática, o rio perde a capacidade de *ser* margem; a subjetividade do desterrado colide, então, com a rigidez de um planejamento que ignora a curva, o desvio necessário onde o fluxo desacelera para que a memória decante e a existência não transborde em trauma.

Nessa insuficiência de contorno, a idealização do passado já não habita o campo da nostalgia; ela é a própria vereda de sobrevivência. Para o desterrado, a lembrança permanece como

o único território que a lógica técnica da CHESF não pôde retificar; por isso, é para lá que a memória reflui, buscando recompor a margem que lhe foi subtraída no presente, um regresso às raízes que, embora submersas, ainda sustentam a identidade por dentro. Ao ancorar-se nesse refúgio imaterial, o sujeito escancara a contradição de um progresso que operou a conversão de uma autossuficiência orgânica em uma miserabilidade técnica. Enquanto o planejamento estatal diagnosticava o *Sertão Ancestral* como um território de carências a serem saneadas pelo concreto e pela luz, os relatos de Dona Eva e Dona Geralda revelam a descoberta tardia de que a verdadeira riqueza não residia na posse de objetos, mas na autonomia de *ser-rio*.

Surge, então, a máxima que atravessa gerações de desterrados: "*éramos ricos e não sabíamos*" e "*éramos felizes e não sabíamos*". Essas frases, recorrentes nos relatos, não sinalizam uma cegueira sobre as dificuldades de outrora, mas uma clareza tardia sobre a soberania perdida. A "riqueza" e a "felicidade" de que falam não se contam em moedas, mas na posse do próprio tempo e no domínio sobre o sustento. Como narra Dona Geralda, a riqueza era a abundância da terra e a liberdade do movimento:

> A gente tinha chácara, tinha da fruta, era um povoado que tinha umas 500 pessoas, habitantes. Era só beleza, porque a gente tinha tudo, era acostumado a movimentar com roça, com gado e tudo. **E aí a gente era rico e não sabia**. (Geralda, 2024, depoimento, destaque da autora).

Já para Dona Eva, essa soberania manifestava-se como uma felicidade entranhada no cotidiano da cidade que foi deixada para trás:

> O meu nome é Eva, eu vim da cidade velha [...] minha vida na cidade velha... como a gente sempre diz, que **a gente lá era feliz e não sabia, né?** (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento, destaque da autora).

Enquanto a riqueza e a felicidade dos moradores residiam na integridade local, o Estado operou sob uma visão técnica e reducionista, alheia à profundidade do vivido. O reassentamento, por conseguinte, não foi uma mudança de endereço, mas o desenraizamento de mundos inteiros. Forçados ao papel de espectadores, os moradores viram sua história ser posta abaixo a olho nu. Jailton descreve o impacto desse corte abrupto:

> Ah... Foi complicado. Sair foi rápido, teve que sair de repente. **Eles destruíram ela nos nossos olhos.** Foi muito difícil acostumar. Foi uma emoção que não sai da cabeça. A gente vendo a água subir... Uma emoção triste (Jailton, 2021, depoimento, destaque da autora).

Tal *emoção triste* descrita por Jailton, fruto de um rompimento abrupto, projeta-se sobre a geografia ferida que Dona Eva recorda. Se o relato dele foca no susto da despedida, o dela expõe a cicatriz deixada pela desintegração dos espaços que sustentavam a vida coletiva. A destruição ultrapassou o limite das moradias para atingir os marcos que davam sentido à cidade – do hospital à igreja –, transformando a sobrevivência em um esforço de persistência sobre o vazio:

> A CHESF logo mandou destruir as casa tudo... tiraram o material da igreja, tiraram de quartel, tiraram de prédio escolar... Lá tinha um hospital que era um dos maiores hospital da margem do Rio São Francisco... Era lindo, cê se perdia dentro. Era enorme, enorme o hospital. Destruíram tudo. Destruíram tudo, acabaram com tudo. **Então, ficou difícil, né, de sobreviver**. (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento, destaque da autora).

A devastação não cessou no plano físico; ela atravessou a alma e alcançou a própria vitalidade dos moradores. Apesar de o planejamento estatal tratar o desterro como um transplante técnico, não houve como transferir o pertencimento histórico ao chão. Moisés testemunha a letalidade desse rompimento, lembrando que a perda das referências do cotidiano – da configuração urbana ao universo afetivo dos quintais – foi o limite da própria existência para muitos que, alijados de suas terras, acabaram eles próprios sob a terra, enquanto as raízes de suas arvores eram deixadas para trás, submersas:

> Pessoas que já até faleceram, né? Porque não gostaram da mudança, sentiram a mudança... estavam acostumados com a cidade, com o pé de manga, o pé de coco... (Moisés, 2024, depoimento).

O eco dessa finitude perdura como uma herança silenciosa no corpo dos que ficaram. Aquela mesma inundação, agora sem leito ou vazante, alojou-se como uma herança silenciosa no corpo dos que ficaram. A demolição dos lares provocou uma fratura na continuidade da memória das famílias, tornando o passado um território de dores interditadas, onde

a memória só consegue emergir através do pranto. Maria da Conceição Ferreira dos Santos, a Ceiça, que testemunhou esse colapso ainda na infância, recorda como o desespero das mães e a depressão se instalaram no cerne do ambiente doméstico, uma angústia tão presente que, décadas depois, o silêncio permanece como a única defesa contra o desmoronamento emocional:

> Eu vi quando eles destruíram a casa da gente, minha mãe chorava. Eu vi as pessoas chorar, eu vi as pessoas triste, eu vi as pessoas passarem mal, porque tudo estava ficando ali, né. [...] Eu evito falar com a minha mãe, que até hoje quando ela fala, ela chora. [...] Eu lembrava da minha mãe chorando todo dia, eu lembrava da minha avó chorando todo dia. Então ali era uma depressão. [...] Eu via ela chorar e ela dizia: o que é que tá acontecendo com a minha vida? (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Nesse cenário de desmonte, a ausência da porta – aquela lacuna simbólica na casa descrita por Bernadete – acaba sendo, sobretudo, o testemunho da negligência estatal. Como reminiscência de uma restituição que permanece em aberto e do resguardo que lhes foi confiscado, tal fenda universaliza o desamparo de quem foi privado da governança de seu porvir. Essa mesma abertura que desprotege o íntimo estende-se para a escala do planejamento e o "vão" na alvenaria de Bernadete desdobra-se no "vão" administrativo que vitimou a família de Ceiça. Seu relato desmascara, assim, a farsa da "realocação planejada" ao detalhar o erro de cálculo sofrido por sua família em Xique-Xique, um dos principais centros urbanos destinados a absorver a população deslocada pela área de interferência da barragem de Sobradinho. Se a morada incompleta, por si só, já era uma sentença de exposição, o equívoco cometido pela CHESF representou o ápice da violência estatal, pois, o que o Estado vendeu como uma oportunidade de ascensão – a transferência da roça para um centro urbano supostamente desenvolvido – revelou-se, segundo a moradora, como um "desastre total". Ceiça descreve como a promessa de uma vida melhor para os filhos foi o impulso que lançou sua família em um abismo de privações:

> **Eles achavam que ia ser benefício, porém foi desastre total. [...] Então a CHESF veio, imaginando que, tirando eles dali, botando em lugar seguro, que ia proporcionar uma vida melhor... porque todos moravam na roça, então levar para a cidade, onde poderiam estudar.**

> **[...] No entanto, foi muito o contrário. Trouxe miséria, fome, desastre total. Na minha família eu sou a prova viva.** [...] Então, assim, eu era muito pequena quando tudo começou, mas é uma coisa que nunca saiu da minha mente. **É uma coisa que me perturba até hoje, eu não gosto de falar... e ao mesmo tempo é bom falar, é bom falar porque não é só um desabafo, é até um pedido de socorro não só por minha família, mas por tanta gente que ali perderam tudo**. Eu, eu a minha família perdeu tudo. E a gente perdeu total porque por meus pais não terem uma educação, um conhecimento melhor na época... Porque aquele tempo poucas pessoas não sabiam ler, e eles era literalmente da roça, viviam da roça, eles foram criados na roça, os pais deles eram da roça. Então eles eram ignorantes, né. **Não tinham conhecimento de leis, do que poderiam buscar, ir atrás, conhecer um advogado e procurar os seus direitos.** Então até hoje meus pais, minha família, literalmente, perdeu total. E eu tô falando da minha família, mas foram várias famílias, **foram muitas pessoas como a minha família que tiveram a mesma perca e tiveram o mesmo sofrimento**. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento, destaque da autora).

No caso de Ceiça e de sua família – e de tantas outras –, a substituição da justa indenização por uma simples "gratificação" denunciou o empenho institucional em destituir o habitante de sua própria humanidade. Valendo-se do desconhecimento jurídico de quem pautava a vida pelos costumes da lida e pela posse ancestral da terra, o Estado conduziu uma expropriação baseada em cálculos administrativos equivocados que, em poucos meses, deixou as famílias sem recurso algum. O trauma, então, expõe sua face mais absurda quando o "lugar seguro" (o bairro das Pedrinhas, em Xique-Xique) é alcançado pelas águas que a engenharia prometeu controlar. Ceiça recorda o instante em que a família descobriu que o pouco que lhes restava fora tragado pela negligência prepotente, pela miopia tecnocrática e pelo abandono deliberado da CHESF:

> Deram essa **gratificação**, a gente se mudou para Xique-Xique com meu pai, nós éramos todos pequenos, eram 5 filhos, na época. [...] Então, é... moramos lá por algum tempo: um ano e pouco... ai, eu não me lembro exatamente o tempo precisamente. Mas ficamos lá por algum tempo, e meu avô veio a falecer. Então eu já estava de férias com meu pai na roça, ou seja, na cidade natal, em Pilão Arcado, né, onde que meu avô de lá não saiu. [...] E Deus sabe de todas as coisas, a morte do meu avô foi ruim, mas para a gente poderia ter sido nossa salvação. **Houve um descontrole da CHESF, naquela época, então as águas subiram**, né, **foi até a nossa casa, em Xique-Xique** [...]. Eu lembro exatamente, o bairro chama "As Pedrinhas" [...] Então quando a gente veio a ficar essa semana na casa dos meus avós que aconteceu tudo isso: as águas subiram novamente, onde acharam que era seguro, a CHESF, assim, entre aspas, né, imaginavam, é... **Levou tudo, tudo que a gente tinha, tudo, tudo. [...] e deixou a gente apenas com aquela roupa, praticamente a roupa do corpo.** Minha mãe grávida, e eu era maior com 5 anos e meus outros quatro irmãos [...]. Imagina aí o sofrimento de um pai e de uma mãe, sem ter uma casa sem ter um prato para comer, né. Que é tudo o que tinha, que tinha conquistado, que não era pouco... Meu pai tinha conquistado muito, ele tinha roça, ele tinha, tinha os seus bodinhos lá, tinha seus bezerro, os seus gado, né. **Ele tinha tudo para a gente viver bem, e de repente a gente não tinha nada. [...] E o que mais me dói é que a CHESF, sabendo que tudo isso tinha acontecido – porque sabiam, eles visitaram e eles sabiam do erro deles – e nunca procuraram, pelo menos a minha família. E muita família que ali eu conhecia**, meus pais, que eram amigos meus pais, família da gente inclusive, nunca procuraram. [...] E a gente ficou por um tempo nisso, e **depois as águas baixaram**, a gente não pode mais ir para Xique-Xique, claro, não tinha mais nada lá, **voltamos para a roça do meu pai, e começamos do zero. E assim muita gente, aconteceu**. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento, destaque da autora).

Sem teto em Xique-Xique e com o território de origem definitivamente submerso, a família viu-se reduzida à vulnerabilidade da lona. Sob esse abrigo de improviso, a solidez da morada foi substituída por um estado de alerta constante, onde o resguardo deu lugar ao sobressalto. O pai, outrora senhor de sua autonomia e de seu sustento entre roças e rebanhos, viu-

-se convertido em um errante acossado pela cheia. O ato de morar tornou-se, então, um gesto desesperado de fuga, uma tentativa de arrebatar das águas cada palmo de terra seca que o reservatório ainda não tivesse engolido:

> A gente foi morar embaixo da lona. [...] meu pai armava a lona, eu lembro disso claramente como se fosse hoje. Meu pai encontrava um lugar alto e imaginava que o Rio não ia ali, ele armava essa lona. [...] Meu pai é armava a lona em um lugar, na madrugada ele tinha que tirar aquela lona de lá, para subir mais para frente, para fugir das águas, fugir das cobras que vinha das águas. Subir dos bicho que vinha, fugindo das água, entrava entre a gente, eu nunca esqueci disso. Eu nunca esqueci disso, é uma coisa que nunca saiu da minha mente é, assim, é... como eu posso dizer, não só o sofrimento, foi um trauma. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Diante da memória irredutível de Ceiça, a distinção entre a parede de alvenaria e a cobertura de plástico desfaz-se. O que permanece, em ambas, é a experiência de um abrigo incapaz de conter o corpo ou pacificar o tempo. A casa, qualquer que seja sua matéria, deixa de cumprir a função de recolhimento para tornar-se apenas um ponto provisório de sobrevivência, um lugar onde a vida não se assenta, pois está sempre sob a ameaça do que retorna.

Tal instabilidade não se limita ao espaço e infiltra-se na duração. Apartado do ritmo que antes organizava o viver, o tempo deixa de fluir para se acumular. O passado, assim, não decanta como lembrança; ele reaparece como um fardo, como presença insistente que ocupa o agora. Vive-se em um presente denso, onde cada gesto carrega o peso daquilo que o desterro não permitiu deixar para trás.

É nesse acúmulo que a vida persiste. Não como continuidade ou projeto, mas como resistência silenciosa. O que se sustenta não é a promessa do que virá, tampouco a restauração do que foi, mas a permanência obstinada de quem segue existindo apesar da perda do chão, da casa e do tempo compartilhado. Aqui, o caminhar já não aponta para um destino; é apenas a maneira possível de não sucumbir ao soterramento definitivo.

A porta que falta, enfim, não inaugura uma passagem. Ela marca, antes, a impossibilidade do fechamento, a ausência de um gesto final que permitiria resguardar o íntimo e interromper a exposição ao mundo. Ali onde o limite deveria abrigar

o repouso, escancara-se o vazio: o vão. É nele que se inscreve esta "Face", não como memorial das perdas submersas, mas como registro do que continua em aberto, sem margem, muro, ou "parede nua" onde a existência possa "se encostar" (Drummond, 2002, p. 23). Sob a luz fria de uma fenda que o Estado perpetuou como abandono, a dor ainda persegue um contorno para que possa, finalmente, caber.

Refração II: A injustiça velada

Diante da lei está postado um guarda. Até ele se chega um homem do campo que lhe pede que o deixe entrar. **Mas o sentinela lhe diz que nesse momento não é permitido entrar na lei.** O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar. **"É possível", diz o guarda, "mas agora não". A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre**, e o guarda se põe de lado; então o homem, inclinando-se para diante, olha para o interior através da porta. Quando o guarda percebe isso desata a rir e diz: "Se tanto te atrai entrar, procura fazê-lo não obstante a minha proibição. Mas **guarda bem isto: eu sou poderoso e,** contudo, não sou mais do que o guarda inferior; **em cada uma das salas existem outros sentinelas, um mais poderoso que o outro.** Eu não posso suportar já sequer o olhar do terceiro". **O camponês não esperava tais dificuldades; parece-lhe que a lei tem de ser acessível sempre a todos,** mas agora que examina com maior atenção o guarda, [...] decide que é melhor esperar até que lhe deem a permissão para entrar. **O guarda dá-lhe então um escabelo e o faz sentar-se a um lado, em frente a porta. Ali passa o homem sentado, dias e anos.** Faz infinitas tentativas para entrar na lei e cansa o sentinela com suas súplicas. **O sentinela às vezes o submete a pequenos interrogatórios, [...] mas no fundo não lhe interessam especialmente as respostas. Pergunta como o faria um grande senhor e sempre termina por manifestar-lhe que ainda não pode entrar**. [...] Durante muitos anos aquele homem não afasta os seus olhos do sentinela. Esquece-se dos outros sentinelas e chega a parecer-lhe que este primeiro é o único obstáculo que lhe impede entrar na lei. [...] **Por fim vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam. Mas agora, em meio às trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta.** Resta-lhe pouca vida. Antes de morrer concentram-se em sua mente todas as lembranças e pensamentos daquele tempo em uma

pergunta que até esse momento não tinha ainda sido formulada ao sentinela. Como seu corpo já rígido não se pode mover, fez um sinal ao guarda para que se aproxime. Ele precisa inclinar-se profundamente pois a diferença de estatura entre um e outro chegou a fazer-se muito grande. "Que é o que ainda queres saber?", pergunta o sentinela. "És incontestável." **"Dize-me", fala o homem, "se todos desejam entrar na lei, como se explica que em tantos anos ninguém, além de mim, tenha pretendido fazê-lo?**" O guarda percebe que o homem já às portas da morte, de modo a alcançar o seu ouvido moribundo ruge sobre ele: "**Ninguém senão tu podias entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti. Agora eu me vou e a fecho**" (Kafka, 1979, p. 229-230, destaque da autora).

A porta, que antes faltava na alvenaria como signo da impossibilidade de abrigo, reaparece agora em outra escala, migrando da matéria física para o domínio jurídico-institucional. Nesse novo limiar, o Estado, encarnado na CHESF, assume o papel do sentinela kafkiano, convertendo-se no agente de uma injustiça velada. Sob essa guarda, embora a entrada da Lei permaneça aberta "de par em par" (Kafka, 1979, p. 229-230), o ingresso é por sucessivos adiamentos interditado, oferecendo ao camponês não o pertencimento, mas o "escabelo" (Kafka, 1979, p. 229-230) de uma espera sem fim. O "homem do campo" de Kafka, que definha diante de um sinal que nunca vem, espelha a trajetória do sertanejo em sua vigília por direitos que lhe foram prometidos, mas jamais entregues

Sobradinho: O "laço" do Sentinela

A interdição que se processa em Sobradinho, foco inicial desta análise, é naturalizada por uma demora administrada. Nela, o poder público não se limita a vigiar a porta; tal como o guarda kafkiano que assiste indiferente ao perecimento do homem, a instituição agia com plena consciência do soterramento social que estava prestes a operar. A injustiça, portanto, não decorreu de uma falha de planejamento imprevista ou de uma cegueira técnica, mas de uma decisão política que antevia o colapso e, ainda assim, permitiu que ele se consumasse. Ainda em 1973, anos antes do fechamento das comportas e da inundação definitiva, Eunápio Peltier de Queiroz (1905-1998), engenheiro-chefe da CHESF e figura central da companhia durante a

década de 1970, redigiu uma mensagem de oito páginas à presidência da Eletrobrás que funciona como uma confissão antecipada. Nela, o engenheiro não apenas admite o pavor diante do contingente humano "pobre e subdesenvolvido", como também antecipa a própria omissão ao declarar que a magnitude do problema transcendia as atribuições da Companhia.

Ao lavar as mãos institucionalmente, Peltier acaba sentenciando, precocemente, o destino daqueles que seriam submetidos a um regime de espera administrada. Nessa perspectiva, o que o poder público rotulava como "inadmissível" não era a dor profunda do desterro, mas o risco de que a degradação social pudesse macular a narrativa de eficiência do projeto. Essa vigilância administrativa, portanto, voltava-se para as externalidades que poderiam comprometer a estética do desenvolvimento, tratando a marginalização humana como um problema de gestão de danos à reputação, e não como uma violação de direitos. Assim como o guardião da Lei, que permanece impassível ante a desintegração do sujeito para preservar a integridade da regra, o Estado via na miséria futura não uma tragédia humanitária, mas um ruído que precisava ser isolado para que a vitrine da "Face 1" permanecesse inabalável:

> Em Sobradinho, pela sua extensão, aridez de suas terras, vultuoso contingente humano – pobre e subdesenvolvido – apresenta-se um profundo problema social que está a exigir uma consideração toda especial quanto à assistência que deve ser dada às populações atingidas. **Dada sua magnitude, ao nosso ver, transcende dos poderes e atribuições desta Companhia**. [...] Obviamente, é impossível deixarmos de prestar a essas famílias, subitamente despertadas de sua vida pacata e tranquila para a imposição dramática do abandono de tudo o que constitui os meios e as razões de viver, a nossa solidariedade e a assistência eficiente e decisiva do Poder Público, a fim de que possam reconstruir um novo meio de vida. **Não fazê-lo, seria permitir sua emigração desordenada e consequente marginalização, expondo-os ao tráfico, à mendicância, à delinquência e à prostituição e isso é, evidentemente, inadmissível**. (Boletim Caminhar Juntos, 1980[247]).

Utilizando-se da escala da tragédia como argumento para a própria inércia, a despeito de classificá-la como 'inadmissível', o poder público confinou o território a uma zona de penumbra. Nesse espaço, as salvaguardas fundamentais foram sistematicamente substituídas por uma estase programada. Nesse cenário, o ressarcimento, reduzido a uma simbólica e insuficiente "gratificação", assume a função do próprio "escabelo" kafkiano: um assento precário oferecido para imobilizar o sertanejo em uma espera extenuante pela justiça. Trata-se de uma estratégia de exaustão na qual o tempo burocrático, calculado friamente, caminha em compasso com o avanço das águas e, enquanto a represa aniquila fisicamente o patrimônio material, a morosidade institucional tensiona a unidade política dos atingidos.

Essa paralisia forçada, contudo, desmorona ante a urgência da cheia. Sem recursos para sustentar uma mobilização prolongada, as famílias veem-se empurradas para a dispersão em busca de sobrevivência – um movimento que as destitui da posição de credoras do poder público para situá-las como suplicantes de favores, dependentes da condescendência estatal para o acesso ao teto ou ao sustento. Nesse vão entre a despossessão material e a compensação tardia, a essência jurídica da indenização se dissolve, processo agravado pela vulnerabilidade informativa quanto à real extensão de seus direitos. Como revela o relato de Ceiça, natural de Pilão Arcado, o que deveria ser justiça acabou por se converter em uma benesse providencial:

> Onde que diziam que estava indenizando na verdade era uma **gratificação**, que nunca houve indenização, nunca teve isso no papel. Deram essa gratificação, a gente se mudou para Xique-Xique [...]. **Então se aproveitaram de pessoas que não tinham conhecimento, né, de pessoas pobres** – que se fosse pessoas ricas eles sabiam que iam atrás, então eles iam, né, resolver da melhor da melhor forma. Só que eles nunca procuraram, porque eram pessoas pobres, eles não queriam saber da fome, da dor, né, de como eles estavam, como a gente estava. […] Algumas pessoas, com o tempo, eu ainda vejo pessoas falando de indenização, inclusive esses dias eu procurei um advogado e ele disse que a gente tinha esse direito. E o maior direito seria dessa casa de Xique-Xique, né, onde que eles imaginaram que estava tudo certo, era para indenizar, literalmente, né. [...] Eu não sei a que, assim, a que ponto ainda está isso, mas que a **gente nunca conseguiu nada, nada, literalmente da CHESF. A gente teve que começar do zero**, plantando de novo, nas mesmas terras de antes, sem ter casa

247 O *Boletim Caminhar Juntos* foi uma publicação periódica da Diocese de Juazeiro (BA), editada entre 1975 e 1983 sob a liderança de Dom José Rodrigues de Souza. Vinculado à Teologia da Libertação, o periódico atuou como um dos principais veículos de denúncia e mobilização política dos trabalhadores rurais atingidos pelas barragens do Rio São Francisco, servindo como contraponto à narrativa oficial dos órgãos estatais. Os números 22 a 32, especificamente, cobrem o período de intensificação dos conflitos em Sobradinho no ano de 1980.

> mais, construindo casa, construindo tudo. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento, destaque da autora).

A reconstrução de toda uma vida descrita por Ceiça revela que a despossessão do sertanejo é, na verdade, o fundamento sobre o qual se ergue a monumentalidade da "Face 1". Esse apequenamento da existência ao seu mínimo é o que permite à obra projetar-se como um sucesso técnico inquestionável, uma vez que o Estado neutraliza o morador ao destitui-lo de seus meios físicos de subsistência e de sua capacidade de mobilização coletiva. Com essa desarticulação, suprime-se a dissonância das contestações e os entraves territoriais que poderiam vir a comprometer a integridade e a idealização do projeto.

Por conseguinte, ao empurrar a intervenção até o limite – quando a água já invade o abrigo e a fome sufoca o Direito –, o Estado transforma a reparação compulsória no "espetáculo realmente comovente" (Canoa de Tolda, 2020b) da *salvação*, dissimulando, sob essa benevolência, a face de um progresso que ignora a dignidade daqueles que foram forçados a viabilizá-lo. O barranqueiro, antes mestre do rio, termina então à margem de um desenvolvimento que só existiu às custas de sua autonomia, transformando o antigo dono do chão em espectador do próprio desterro, uma perversão já denunciada pelo editorial do jornal *A Tarde* em 1980:

> Dono do rio, o barranqueiro do São Francisco foi transformado, pois, em mero espectador de um hollywoodiano show de turbinas gerando a energia que gera riquezas para nove estados do Nordeste na área da CHESF. (…) Que recebeu em troca, o cidadão do São Francisco? Água. Mas, não a água bem comportada das torneiras e dos canos de irrigação do progresso. Recebeu ele, em troca, a incontinência das águas invadindo suas terras, suas casas, destruindo suas lavouras e lhe pondo ao desabrigo com toda a família. (A Tarde, 1980[248]).

Tal performance redentora, peça central dessa *mise-en-scène* de amparo, ancora-se na retórica do *Estado Salvador*, que justifica a intervenção como uma missão civilizatória destinada a emancipar o Nordeste de sua "sina de atraso" (Ribeiro Junior, 2020, p. 9). Nesse liame de subordinação, alimentado pelo desconhecimento jurídico do atingido, a reivindicação do valor real do patrimônio passa a ser moralmente desqualificada como ingratidão mesquinha frente ao Brasil que se "agiganta" (Os Incríveis, 1976). Essa percepção era verbalizada pela

248 Trata-se de um editorial publicado no jornal *A Tarde* em 29 de março de 1980. O documento original foi consultado em suporte (recorte de arquivo) que não preservou a paginação. Por essa razão, a localização do trecho baseia-se na data e na seção, conforme faculta a NBR 10520:2023.

própria cúpula da estatal. Eunápio Peltier de Queiroz chegou a classificar a resistência e a dor dos atingidos em Sobradinho como uma "guerra impatriótica" movida contra a eficácia de uma "empresa séria":

> **A CHESF e, particularmente, Sobradinho tornaram-se alvos de uma guerra impatriótica e injusta, como se fossem responsáveis por todos os males que agridem o sofrido Nordeste.** Digo impatriótica e injusta, porque não será agredindo, desmoralizando, solapando a credibilidade, insuflando populações contra uma empresa séria e eficiente, principal fator do desenvolvimento regional, que se ajudará a erguer o Nordeste e defendê-lo contra os que proclamam que investir recursos da nação ao Norte do Paralelo 14 constitui crime de lesa-pátria. (Neto; Freitas, 1980, p.1).

Ao inverter os papéis de agressor e vítima, a retórica oficial buscava assim interditar o conflito, tratando a busca por justiça como um entrave ao desenvolvimento. Nesse deslocamento, a defesa do território e da memória era lida como traição à pátria. João Paulo de Aguiar, engenheiro-chefe durante as atividades em Sobradinho, chegava a distorcer a ética revolucionária para validar o arbítrio, justificando a agressão patrimonial como um mal necessário em nome de uma "ternura" institucional:

> [...] estão lembrados da frase de Guevara**: *hay que endurecer sin perder la ternura jamás***? Você tem que saber que os atingidos pela barragem estão sendo agredidos, sofrendo uma violência ao serem obrigados, contra a vontade, a se retirar dali. Mas a saída deles vai permitir você produzir energia elétrica para milhões de pessoas – no caso do Nordeste, 40 milhões – que, com isso, vão ter energia elétrica para a sua residência, para as ruas, para o lazer etc. (Freitas; Almendary, 2003, p.18, destaque da autora).

Camuflando o dever de reparação sob a máscara de ternura estatal, a burocracia escamoteia a violência da expulsão ao fazer da urgência energética a regra que autoriza a exceção sobre os direitos individuais. Projetada como uma transição planejada e benfazeja pelo livreto *Mudar para Melhor* (Chesf, [1987/8]), permitia que a porta da Justiça fosse trancada por dentro pela própria linguagem técnica. Por meio dessa engenharia, a instituição convertia o que os atingidos percebiam

como "esmola" no carimbo oficial de "indenizado", garantindo ao Estado uma desoneração definitiva e silenciosa cujo verniz, no entanto, trincava-se à primeira fricção com os fatos. Em 1977, a crueza da experiência dos desterrados de Sobradinho desmentia a maquiagem publicitária, uma vez que, sob a iminência da inundação, a desocupação atabalhoada forçou milhares de famílias a arranjos desesperados, enquanto a imprensa registrava, com estupefação, a mudança degenerar em fuga:

> As populações da sede do município de Casa Nova e dos distritos de Santana do Sobrado, Pau-a-Pique e Bem-Bom estão apavoradas e choram os pertences deixados para trás, para fugirem das águas [...] **utilizando as árvores, principalmente umbuzeiros, e das lonas fornecidas pela própria CHESF, para se abrigarem, uma vez que o valor da indenização recebida não foi suficiente para construir suas novas moradas**. (A Tarde, 1977 *apud* Silva, 2010b, p. 186, destaque da autora).

Sob o teto precário das lonas de plástico, a miséria dos despossuídos aflorava como o avesso necessário da prosperidade celebrada nos relatórios oficiais. Essa discrepância revela que a "ternura" de gabinete, aquela mencionada pelos engenheiros para disfarçar o arbítrio como um mal necessário, manifestava-se, no chão da realidade, como uma tontura, ou seja, uma desorientação existencial que imobilizava o sujeito entre o mundo que submergia e a promessa que não chegava:

> Foi muito difícil a trajetória, no período da mudança, sem contar que **todo mundo ficou meio tonto**, né, porque... você amanhecia o dia, antes da barragem, todo mundo já sabia o que ia fazer... depois da barragem, que veio a inundação, então, **a gente ficou um ano mais ou menos, pra receber o lote...** pra poder saber onde é que ia ser sua roça, porque todo mundo era agricultor. (Guimarães; Telles, 2008, documentário[249], destaque da autora).

Dessa forma, enquanto a CHESF "perdia a ternura" para garantir o cronograma, o camponês perdia a capacidade de se localizar no tempo, vivendo um limbo de um ano, sem solo e sem ofício. Nesse intervalo, a paralisia institucional consolidou-se como divisor de águas político, visto que o tempo de espera não era imparcial; funcionava, antes, como vantagem produzida em favor dos estratos abastados, amparados por retaguardas materiais, conchavos e privilégios históricos.

249 Refere-se ao documentário "Dos que sobraram das águas", dirigido por Inês Guimarães e Patrícia Telles (2008).

Enquanto os grandes proprietários utilizavam o período para articular acordos de bastidores e garantir indenizações vultosas, a base da pirâmide, desprovida de influência e de reservas, era consumida pela própria estagnação. Portanto, o que a racionalidade tecnocrática vendeu como um progresso linear desdobrou-se, na base da pirâmide social, em uma expropriação agressiva e seletiva, na qual o Estado estratificou quem deveria arcar com o ônus da perda para preservar o lucro de segmentos privilegiados. Marcílio Braga, de Remanso, denuncia a engrenagem que definiu essa assimetria entre vencedores e vencidos:

> Aí eu digo, eu sou também um dos defensores, né? Da causa da minha terra, da minha cidade, das pessoas mais necessitadas que, que sofreram mais nessa transformação da cidade, entendeu? Porque **os ricos ficaram mais ricos e os pobres ficaram os mais pobres**. Então, **a CHESF, na época, era o regime militar, então era forçado a tirar as pessoas de casa. Teve gente que saiu de casa algemado, amarrado, né? Jogado em cima do caminhão com a mudança, cachorro, pote e tal, pra vir embora pra cidade, porque a água estava chegando**. [...] Essa casa aqui, essa casa a gente não ganhou a casa. Minha casa foi indenizada e nós ganhamos o terreno. No caso, você, você derrubava, você indenizava a sua casa e ganhava um terreno. Então, **teve indenizações absurdas, que valia 100.000, eles davam 300.000, e aí ficava com 20.000, com 30.000, entendeu? Então teve muito esse tipo de coisa** (Marcílio Braga, 2024, depoimento, destaque da autora).

Essa *economia da expropriação*, engendrada sob o manto da "Segurança Nacional", permitia que os números se multiplicassem para as elites, ao passo que minguavam até a insignificância quando recaíam sobre os camponeses. A injustiça velada sustentava-se, então, nesse ambiente de exceção, em que a pretendida *clareza dos números* servia como fachada para institucionalizar desigualdades e calar direitos. Assim, enquanto para os aliados do regime a conta era inflacionada, para os despossuídos a aritmética estatal produzia apenas a subtração do futuro. É o que transparece no relato de Dona Geralda, que descreve a humilhação de um cálculo que ignorou sua trajetória, reduzindo o enraizamento material e simbólico construído no município de Casa Nova a um valor irrisório:

> **Pior coisa é você morar num lugar que você está estruturada, como nós mora-**

> **va no município de Casa Nova, tinha de tudo... E de repente, toda a indenização de meu marido foi 170 conto, aquele dinheirinho que era...** Aquele realzinho. 170 conto. […] **quando eu cheguei nós não tinha casa para morar...** Uma amiga minha me deu esse terreno, a vizinha. [...] Que a gente não pode dessa indenização que foi 170 era conto. Era conto, não era? [...] Cruzeiro, era. Aí a gente não podia gastar, que não podia... Que era para comprar essa propriedade. Isso aqui foi feito pelas graças, pela graça de Deus. [...] [Pesquisadora: Não recebeu o terreno? Quem teve indenização não recebeu o terreno?] Não. Se receberam por as agrovilas, Bom Jesus da Lapa, ou Pilão Arcado, eu não sei. **Agora aqui, a gente não teve direito.** Pelo menos a gente, não sei os outros. (Geralda, 2024, depoimento, destaque da autora).

O testemunho de Dona Geralda atesta a eficácia do guardião institucional ao mostrar que a porta da Lei não apenas permaneceu cerrada, mas a própria noção de "direito" sucumbiu a um aviltamento pecuniário. Nesse processo, o Estado agiu por meio de uma indiferença estrutural, sonegando informações e obstruindo canais de fala que poderiam consubstanciar qualquer reivindicação. Em contrapartida, um episódio ocorrido em Remanso revela o reverso dessa lógica. Se contra Geralda o *sentinela* – Eunápio Peltier de Queiroz – protegia-se no anonimato da omissão, diante de Carlos Dias Ribeiro, ele foi arrastado ao embate direto, perdendo a conveniência do descaso. Ao confrontar uma autoridade que não podia ser silenciada, a Companhia substituiu a negligência pelo adiamento, protelando o cumprimento de suas obrigações reais:

> Eu tomei posse, e na outra semana, fui lá em Dr. Eunápio. [...] E ele me deu assim umas dicas por cima, mas não me deu tudo. E eu fui insistindo, ia lá, ele me dava chá de cadeira, recebia, não recebia, e eu sempre procurando saber... Mas aqui, não se falava em esgoto, não se falava em energia, telefone, só se falava em mudar a cidade. E eu dizia: mas Eunápio a gente tem que pensar... e ele respondia: "Ah, mas você não tem esgoto". (Ribeiro, 2010 *apud* Silva, 2010b, p. 178[250]).

A resposta escarnecedora de Peltier: "você não tem esgoto" sintetiza o cinismo de uma administração que utilizava a carência pretérita da região para desobrigar a Companhia de

250 Trata-se de depoimento oral concedido por Carlos Dias Ribeiro (ex-prefeito de Remanso) a Edcarlos Mendes Silva em 23 de fevereiro de 2010, na cidade de Remanso (BA). A entrevista, com duração de 51 minutos, integra o material de pesquisa utilizado por Silva (2010) para documentar as negociações e os impasses infraestruturais durante a realocação da sede urbana do município de Remanso devido à barragem de Sobradinho.

projetar o futuro. Ao lançar mão desse argumento, o gestor sugeria que, como os moradores nunca haviam desfrutado de saneamento, a estatal sentia-se desimpedida de incluí-lo no novo projeto. Sob o comando de Eunápio Peltier de Queiroz, a "Nova Remanso" nascia condenada a repetir as precariedades do passado, pois o Estado usava o atraso que ele mesmo deveria superar como justificativa para omitir serviços fundamentais, de modo que infraestruturas básicas, como esgoto e luz, sequer constavam no plano urbanístico (Silva, 2010b).

Diante da porta trancada pela arrogância tecnocrática, Carlos Dias Ribeiro, prefeito de Remanso durante a realocação da cidade, compreendeu que o direito era insuficiente e a única forma de ser ouvido era invocar uma instância superior à do sentinela. Reproduzindo a estrutura de poder do período, o prefeito recorreu ao Comandante da 6ª Região Militar, o General Fontoura de Moraes. Ao deslocar a "questão técnica" para o campo da Segurança Nacional, Ribeiro forçou uma rachadura na porta burocrática da empresa:

> Fui falando, do esgoto, que não estava no projeto... a energia, o porto, e foi assim, pá, pá, pá... Quando eu olhei o Eunápio do meu lado, ele estava amarelo, vermelho, de toda cor... Agora você veja, a dependência e o medo que tinha esse povo, quando eu terminei de falar, ele [Eunápio] virou e disse: "General, eu preciso responder?" O General disse: "O senhor é obrigado a responder!" Foi assim. Aí ele realmente abriu a guarda: "Não, eu não sabia que era assim, nós vamos rever esse projeto, vamos ver como é que estão sendo essas indenizações, e vamos rever a questão da água, do esgoto, energia, e eu prometo, assim, e assim... porque eu não tinha conhecimento disso...". (Ribeiro, 2010 *apud* Silva, 2010b, p. 179).

O episódio evidencia que a CHESF operava em uma profunda negação de alteridade[251], recuando somente quando o constrangimento imposto pelo alto escalão do regime militar a desautorizava. O recuo forçado desnuda o fato de a empresa não se sentir responsável perante a população, mas apenas diante da verticalidade do poder que a sustentava. Dessa forma, a "injustiça velada" tornava-se explícita no instante em que a tecnocracia admitia que a lacuna infraestrutural era uma escolha deliberada, e que tal descompromisso era passível de reversão imediata sob uma ordem superior.

251 O conceito de negação de alteridade, aqui aplicado, refere-se à incapacidade ou recusa institucional em reconhecer o atingido como um sujeito dotado de dignidade e voz política. Para Paul Ricoeur (1995, p. 135), a alteridade pressupõe uma articulação dialética entre o "eu" e o "outro", rompendo com perspectivas que reduzem o outrem a um mero espelhamento de si mesmo. Essa relação é a base para a constituição das comunidades humanas, sendo a origem de uma "multiplicidade de um conjunto" (Ricoeur, 2009, p. 230). Nesse sentido, a justiça atua como a virtude que, por excelência, é voltada para outrem, constituindo o próprio "componente de alteridade" que impede o curto-circuito do egoísmo institucional e das virtudes voltadas apenas para si (Ricoeur, 2007, p. 101). Na lógica da CHESF, a negação dessa alteridade rompe o liame da justiça ao tratar o morador não como um fim em si mesmo, mas como um objeto de gestão.

Entretanto, o desfecho do episódio desvela o funcionamento oculto dessa engrenagem. Logo após o confronto público, Peltier buscou refúgio na esfera privada, aproveitando-se do almoço oferecido pelo prefeito em sua residência para as autoridades, na tentativa de converter a derrota institucional em um pacto de cordialidade (Silva, 2010b). Ao abandonar a mesa de reuniões e entrar na cozinha da residência do prefeito para interpelar sua mãe, Dona Arlinda, e sua esposa, Terezinha, o diretor da estatal recorreu ao personalismo como último recurso.

Eunápio evocou, então, o antigo laço escolar com o avô de Terezinha e prometeu a ela – e não à coletividade – que faria de Remanso "a melhor cidade entre as quatro"...(Ribeiro, 2010 *apud* Silva, 2010b, p. 180). Tal postura confirmava que o progresso não representava um compromisso com o desenvolvimento regional, mas um instrumento de barganha. Assim, o acesso à "Lei" e à infraestrutura básica, negado ao camponês no balcão da estatal, era devolvido à elite local como um favor pessoal mediado pela força, perpetuando uma relação de dependência que substituía o direito do cidadão pela benevolência do burocrata.

Contudo, se nos espaços de sociabilidade da elite a força manifestava-se como mediação política, nas áreas rurais ela abandonava qualquer máscara de cordialidade para assumir a forma bruta da ameaça física. Nesse cenário de remoção compulsória, o Estado assumia a postura do "grande senhor" kafkiano, realizando interrogatórios e censos cujas respostas pouco importavam diante da decisão já tomada. O censo era, em última análise, o instrumento burocrático para gerir a chamada "limpeza de área" – um eufemismo técnico que escamoteava a operação de desterro autoritária. Sobre as arbitrariedades dessa fase, o então Bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues de Souza, relatou em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (1981 *apud* Souza, 1981) como a pressa institucional servia de pretexto para o arbítrio e a coação direta:

> Na pressa de convencerem as pessoas a deixarem a região ("limpar a área", dizia o pessoal da CHESF), usavam frequentes vezes de pressões e ameaças ao povo: "Ou aceita essa indenização ou perderá tudo debaixo d'água". "Se vocês não quiserem sair, virá o Exército, virão os tratores da CHESF". "Se você não derruba a cerca, meto-lhe o pé na b.". (Souza, 1981, p. 7).

Nesses termos, a governança do projeto impunha-se de forma estritamente unilateral, sem brechas para a interlocução.

Sob a racionalidade do planejamento, as comunidades eram reduzidas a meros obstáculos cartográficos, cuja remoção era legitimada pelo léxico asséptico da "limpeza". Na memória de Dona Eva, tal expressão perde qualquer pretensão de neutralidade para revelar o desterro em sua crueza. Para ela, a "limpeza" materializou-se em um processo de descarte humano, no qual o direito à dignidade foi ignorado: "Eles não trataram a gente como ser humano. Era assim, chegou, jogou para lá, tem que sair" (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento).

Tal desumanidade não era um acidente de percurso, mas a própria matriz de uma gestão que convertia sujeitos em resíduos logísticos do progresso. Germani (1993) sublinha que esse descaso planejado carregava uma negligência inerente à sua própria concepção, já que a premência em cumprir o cronograma de engenharia subjugava a integridade e o destino das famílias atingidas:

> Mas as empresas não têm planejado a "operação limpeza". Nem a nível do orçamento, nem de tempo, nem de metodologia. A população passa a ser vista como um problema para as empresas e para o estabelecimento de prazos a serem cumpridos. Portanto, o resultado é uma ação extremamente violenta e traumática, onde a população é deixada à própria sorte. (Germani, 1993, p. 559).

Essa população, "deixada à própria sorte", viu seu horizonte estreitar-se nas três vias de remanejamento traçadas pela estatal: a Borda do Lago, a Solução Própria ou o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR). Dentre estas, o PEC-SR consolidou-se como a mais precária das alternativas – o destino compulsório daqueles que não se enquadravam na ínfima parcela considerada apta a permanecer nas margens. Enquanto a fixação na borda do reservatório foi restrita a uma minoria selecionada pelo crivo técnico e financeiro da Companhia, para cerca de um terço de toda a população atingida, uma massa de famílias dentro dos quase 12 mil núcleos catalogados que não contava com o apelo de generais, com o artifício de conchavos ou com a moeda dos subornos, restou o desterro imposto pelo Banco Mundial, o deslocamento forçado para Serra do Ramalho, a 700 km de distância do rio.

Vendido pela propaganda estatal como o "paraíso" em *slides* e amostras, onde funcionários exibiam espigas de milho e melancias gigantes para alimentar uma ilusão de fartura, o projeto descortinou-se, na chegada, como um verdadeiro "purgatório" (Silva, 2010b, p. 231). Segundo Silva (2010b, p. 232), a experiência do desterro impôs um cortejo de adversidades

que contrastavam com a geografia e a cultura da terra natal, exigindo um esforço de adaptação e uma carga de trabalho hercúlea diante das dificuldades encontradas.

Uma vez desfeita a miragem midiática, o que restou aos desterrados foi a rigidez do "laço" (Silva, 2010b, p. 234). À semelhança de uma presa seduzida por uma isca atraente, as famílias que buscaram as agrovilas, movidas pela esperança legítima de uma vida melhor, viram-se enredadas em uma trama de carência estrutural e cerceamento da autonomia. A liberdade das vazantes, onde o rio fertilizava o chão para o milho e a mandioca, e a sombra fresca dos coqueirais que emolduravam o cotidiano, deram lugar ao sol implacável de um deserto planejado. Onde outrora pulsava a perenidade do Velho Chico, restavam agora apenas a poeira e o isolamento à quatro paredes. Ergueram-se, nas agrovilas, muros invisíveis que transformaram a desproteção do novo lar em uma existência sitiada, uma clausura sem grades que a memória coletiva guarda em travo persistente como cativeiro.

Para além das quatro paredes, esse cativeiro estendia-se ao próprio chão, onde a malha cartográfica instituía uma segregação produtiva demarcada pelo abandono estatal, que condenava os desterrados ao regime de sequeiro[252] enquanto reservava a água e o capital para o vizinho Projeto Formoso. A vulnerabilidade da agricultura de sequeiro, incapaz de sustentar as famílias diante da irregularidade das chuvas, transformou o PEC-SR em um celeiro de mão de obra precarizada. Sem condições de colher o próprio sustento no chão seco que lhes foi imposto, os colonos viram-se forçados a vender sua energia vital nos lotes irrigados dos grandes empreendimentos vizinhos contíguos (Pereira Filho, 2013)[253]. O fracasso do chão seco no PEC-SR era, portanto, o sucesso da agroindústria vizinha, que encontrava nos atingidos uma massa laborativa exaurida, forçada a vender sua energia vital para não sucumbir à fome no lote de sequeiro. Dessa forma, o projeto de colonização cumpria sua função oculta ao despojar o sertanejo de sua autonomia produtiva para convertê-lo em engrenagem subalterna da expansão do capital regional.

Ao tratar existências como força de trabalho, essa racionalidade atravessava a própria rotina administrativa do assentamento, onde a precariedade material vinha acompanhada por uma vigilância punitiva. Sob o jugo de uma microgestão autoritária exercida pelos "Prefeitinhos" (Silva, 2010b, p. 232), prepostos do INCRA, o desterro se desfazia de qualquer simulação de amparo. Tais administradores locais personificavam o descaso estatal quando, em 1979-1980, as grandes cheias do São Francisco transbordaram em chuvas torrenciais sobre o solo mal drenado de Serra do Ramalho (Estrela, 2004), transformando a água em agente de destruição. Sem estrutura para o

252 A imposição do regime de sequeiro – que torna a produção totalmente dependente da chuva – representou uma violência específica contra populações que secularmente dominavam as técnicas de vazante e a proximidade com o rio. Ao negar a irrigação ao PEC-SR enquanto a concedia ao Projeto Formoso, o planejamento estatal institucionalizou a vulnerabilidade do pequeno agricultor, tornando sua sobrevivência uma variável climática e forçando-o à dependência institucional (Torres, 2016).

253 O que a retórica oficial descreve como "fluidez laborativa" ou "integração econômica" foi, na prática, a expulsão silenciosa de milhares de famílias que não suportaram a fome no sequeiro. Das 4.000 famílias previstas, apenas cerca de 1.000 lograram permanecer, enquanto o excedente, expropriado duas vezes – primeiro pelo rio, depois pela seca planejada –, foi absorvido como mão de obra volante e desqualificada pelos projetos agroindustriais vizinhos (Pereira Filho, 2013).

escoamento, a população assistiu à calamidade das safras de mandioca apodrecendo sob a terra encharcada (Silva, 2010b). Diante do sustento convertido em limo, a inércia dos "Prefeitinhos" assemelhava-se à dos carrascos, evidenciando que a preocupação institucional se encerrava no exato momento em que o caminhão descarregava as famílias no pó.

Daquele pó de estrada, o desterrado era lançado às malhas de uma injustiça que se tornava ainda mais asfixiante no campo econômico, onde o "laço" estatal apertava o pescoço da independência camponesa. Retirado de seus quintais produtivos e da sombra generosa dos coqueirais, o trabalhador viu as cooperativas[254] projetadas pelo INCRA transfigurarem-se no que o saber popular batizou de "exploprativas" (Boletim Caminhar Juntos, 1980). A despeito do anúncio de modernização da estrutura fundiária contido no Decreto n° 73.072 (Brasil, 1973), o que se impôs foi o esvaziamento do discurso oficial frente às conveniências do capital local. Esse 'aperto' manifestava-se na ausência das infraestruturas prometidas – como as casas de farinha e as oficinas de manutenção das ferramentas agrícolas – que, ao nunca saírem do papel, encurralavam o colono em um estrangulamento planejado (Silva, 2010b). Sem meios para processar a colheita e agregar valor ao fruto de seu suor, o colono era compelido a comercializar sua produção bruta a valores irrisórios para a cooperativa, apenas para, meses depois, ver-se obrigado a recomprar o próprio milho que colhera para poder alimentar a família.

Essa negligência, porém, encontrou resistência na mediação da Diocese de Juazeiro. Atuando como interlocutora entre o aparato estatal e a vulnerabilidade local, a Igreja articulou, em janeiro de 1978, um abaixo-assinado endereçado ao General Ernesto Geisel. O documento dava nome à espoliação ao revelar que o sistema revendia o saco de milho por CR$ 450,00, enquanto o valor real de mercado orbitava os CR$ 100,00 (Silva, 2010b, p. 232). A missiva denunciava, ainda, o abandono burocrático encarnado na retenção dolosa de documentos de aposentadoria por mais de um ano, enquanto as comunicações enviadas aos órgãos responsáveis eram sumariamente ignoradas. Esse silêncio administrativo – que não negava, mas tampouco respondia – tornava-se a própria forma de dominação, que bloqueava qualquer possibilidade de reparação e estendia a sujeição até o limite da sobrevivência. A denúncia era, por fim, um grito contra o isolamento, ao registrar que a assistência médica assegurada se resumia a um único veículo semanal para transportar enfermos até Bom Jesus da Lapa. Nos casos de urgência, restava o desamparo; ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais sobrava o fardo de tentar remediar, sem recursos, o abandono de um projeto que divulgava riqueza, mas entregava indigência (Silva, 2010b).

254 O dispositivo legal previa a "reformulação da estrutura fundiária da região" (Brasil, 1973) através de ações múltiplas, como a constituição de propriedades familiares e a organização de cooperativas integrais. No papel, o Art. 2° do Decreto n° 73.072 ordenava ao INCRA a organização de até cinco dessas Cooperativas Integrais de Reforma Agrária para promover o desenvolvimento agrário.

A mediação da Igreja, mantida à margem em 1978, veio à tona dois anos depois, no inventário de perdas registrado pelo sindicato local. Em janeiro de 1980, Antônio Pereira de Macedo, então presidente da entidade, endereçou à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e ao INCRA o testemunho de uma agonia que a propaganda estatal insistia em omitir. Sua carta, que percorreu os corredores de Brasília carregando o peso de crises acumuladas, resumia a experiência do desterro como uma "triste calamidade":

> Venho através desta levar ao conhecimento desta CONTAG a triste calamidade em que se acha os colonos das Agrovilas da Serra do Ramalho, com relação à Agrovila 6, de onde recebi lamentável queixa de falta de água, assistência médica, remédio, transporte e alimento, que não estão recebendo fornecimento por parte do Projeto, não temos cooperativa, e sim explorativa, que compra nosso produto pelo preço baixo e vende e não se vê retorno, arrastando os pobres pais de família lá de Mato Grosso e outras paragens com palavras meigas de bondade, iludindo os pobres trabalhadores, dizendo que só com um ano estão todos ricos e que não se lembrariam de Mato Grosso, e chegando dentro de 4 paredes e viram as costas sem a menor atenção. (Boletim Caminhar Juntos, 1980[255]).

Eram essas "palavras meigas de bondade" que sustentavam o engodo de um "futuro iluminado", o qual jamais chegou a desembarcar naquelas agrovilas. A penúria dos desalojados era aprofundada por uma engenharia de promessas vãs, na qual a luz elétrica, gerada justamente pelas águas que lhes impuseram exílio, permaneceria um privilégio inacessível por três décadas. Assim, enquanto o progresso cruzava o céu sobre as cabeças dos antigos beiradeiros, pelos linhões, em direção aos grandes centros industriais, a vida no interior daquelas "quatro paredes" seguia mergulhada no breu. A dignidade de uma lâmpada acesa só chegaria muito depois, por meio de programas federais como o "Luz Para Todos" (Silva, 2010b, p. 238).

Esse escuro, por sua vez, não era simplesmente um lapso da Companhia, mas o reflexo de uma política de desamparo institucionalizado. No início de 1980, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa escancarava o vão entre o conforto dos gabinetes e a poeira das agrovilas:

255 Trecho extraído do *Boletim Caminhar Juntos*, n. 22, jan. 1980. Trata-se de obra impressa originalmente paginada; contudo, a consulta foi realizada por meio de cópia digital, suporte que não preservou a numeração original das páginas.

> Antes de nos mudarmos para estas Agrovilas, diziam-nos que cada colono teria direito a iluminação elétrica em suas residências, o que não vem acontecendo, e, se algum colono tenta obtê-la, terá de fazer a instalação às suas próprias custas. Senhor Presidente, não sabemos se V. Exa. está inteirado do que vem acontecendo nestas Agrovilas, mas a verdade é que há muita gente aqui passando fome, enquanto outros colonos estão indo embora, em consequência da condição de vida precária que a tanto os obriga. As queixas dos colonos jamais são recebidas com a necessária atenção pelos seus superiores administrativos ou às vezes são impedidos de fazê-lo para que não surjam comentários. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, 1980[256]).

Ao transferir ao camponês o ônus de uma energia anunciada como reparação, o Estado redefinia os limites do suportável. A escuridão elétrica fundia-se, assim, a um regime mais amplo de abandono, no qual o interdito dos "comentários" – o medo institucional de que o descontentamento ganhasse voz – expunha um governo que agia pelo silenciamento**.** Nesse horizonte de opressão, o limiar da morada delimitava o fim da cidadania e o isolamento no interior das habitações, onde o breu ocultava a fome e o desamparo reduzia o lar a um território de clausura. Ali, onde o receio de represálias impedia o exercício da fala, a mão do Estado estendia-se apenas para a mordaça, nunca para a *ternura*.

Nessa arquitetura de cativeiro, a água – antes doce e corrente no rio – reaparecia no encanamento das agrovilas impregnada de sal, tornando-se o impasse derradeiro que levou, afinal, ao abandono dos lotes. Trata-se de uma saturação que decanta tanto nos egressos das vazantes quanto nos quilombolas do Alto da Caixa D'Água; neles, materializa-se um tempo que não flui, mas que se acumula no fundo do pote e nas entranhas do corpo social. O impulso de saciar a sede, outrora um movimento de busca, assume então o peso de um passado que se recusa a ser diluído. Como recorda Antônia Nunes Café em depoimento recolhido por Silva (2010b), a abundância aparente escondia uma substância que negava o sustento:

> Mas só que tinha poço artesiano, tinha muita água, rios também, tinha água era muita mesmo. Mas só que a água não prestava, a água era ruim, a água era salgada. […] Você botava a água numa vasilha de barro, quando era no outro dia, tinha, assim,

256 Carta datada de janeiro de 1980, transcrita no *Boletim Caminhar Juntos*, n. 22. Assim como na nota anterior, a ausência de indicação de página decorre da impossibilidade de verificação da paginação original no suporte de consulta utilizado.

> um dedo de sal. Aquele negócio branco, assim, no vaso, tinha um dedo, assim, de sal na água quando ela assentava. (Antônia Nunes Café *apud* Silva, 2010b, p. 231).

Seja na vastidão calcinada de Serra do Ramalho ou no solo pedregoso da Nova Itacuruba, a violência do deslocamento impôs uma realidade avessa ao ideal. Ali, os habitantes endureceram e, inevitavelmente, perderam a ternura defendida por Guevara (Freitas; Almendary, 2003). No avesso da promessa luminosa do estado, o desterrado assume a dureza do cristal para não ser desintegrado pelo descaso, fazendo de si um "homem de sal" armado contra o vazio institucional. Onde o progresso acenou com o brilho da eletricidade, restou a aridez; onde o rio oferecia fluxo, o projeto impôs o cárcere do poço salobro. Sorver essa água é, portanto, acolher a hostilidade do mundo nas entranhas, transformando o gesto vital em um lento soterramento interno, quando não em adoecimento declarado. O corpo, incapaz de filtrar essa carga cotidiana, tornava-se o último território de inscrição do abandono:

> É porque eu adoeci, num sabe? Eu adoeci e muita gente dizia que era o clima do lugar, era modo da água. A água era salobra. […] E a gente bebia aquela água, num sabe? E aquilo assentava toda no pulmão, no intestino da pessoa. E as pessoas não aguentavam, adoeciam mesmo. (Antônia Nunes Café *apud* Silva, 2010b, p. 235).

A agressão da água deixava, então, de ser um fardo cotidiano para se tornar uma ameaça real à vida. Para Euvaldo Moura, a impossibilidade de fazer vingar a vida em um território cuja água era refratária à própria existência precipitou o fim do exílio, evidenciando que a sobrevivência coletiva era incompatível com a 'sede salgada' de Serra do Ramalho:

> A água era salobra, meu filho quase morre, foi isso que fez eu vim mais ligeiro, foi isso, a gente trouxe filho que quando chegou aí no porto, no vapor, tava quase morrendo já... (Euvaldo Moura *apud* Silva, 2010b, p. 231).

Como Euvaldo e Antônia, dezenas de famílias verteram o desespero em retirada. Já em maio de 1980, registros sindicais alertavam que mais de 70 grupos familiares de Barra da Cruz abandonavam os lotes da Lapa para retornar às margens do lago (Boletim Caminhar Juntos, maio de 1980), preferindo o desabrigo na terra natal ao cárcere institucional do projeto. Para romper o "laço" estatal e a asfixia das cooperativas, centenas de migrantes custearam a própria fuga e desfizeram-se do pouco que restava – vendendo pequenos animais e abandonando lotes e casas que já não possuíam valor de mercado – enquanto as benfeitorias deixadas em Serra do Ramalho eram confiscadas pelo INCRA, sob a alegação de pertencerem à União (Euvaldo Moura *apud* Silva, 2010b, p. 236).

Ao aportarem novamente nas "beiras", doentes e desorientados pela "tontura"(Guimarães; Telles, 2008) de uma geografia imposta, tais fugitivos do paraíso encontraram um território irreconhecível. Sem direito a novos lotes ou indenizações, restou-lhes ocupar os interstícios da paisagem rearranjada, sobrevivendo em "barraquinhas de lona" erguidas em meio à "mata bruta":

> A gente já veio por conta própria. A gente pagou as passagens da gente pra poder vir embora. E as coisas que a gente recebeu lá, casa nossa, os lotes grandes, ninguém conseguiu vender, ficou tudo lá. [...] Quando chegamos aqui, era multidão, um bocado de nós. Aí o que fizemos? Todos em barraquinha de lona. Uns fazia de barro e outros só mesmo a coberturinha de lona. Isso aqui era uma mata, mata bruta. (Antônia Nunes Café *apud* Silva, 2010b, p. 236).

Consumava-se, assim, um êxodo circular: expropriadas pelo Estado, as mesmas comunidades regressavam agora na condição de invasoras de seu território ancestral. Confinadas às franjas da represa, permaneciam no escuro, vigiando um progresso que as turbinas de Sobradinho continuavam a girar, mas cuja claridade nunca lhes pertenceu. Enquanto o país iluminava o futuro de milhões, o desterrado sentava-se sobre o seu "escabelo" de poeira, aguardando uma cidadania que o Estado-guarda mantinha obstinadamente do outro lado da porta.

Corroída pela sede e pelo adoecimento, a dignidade deixou de ser apenas uma ferida do território para assinalar o colapso visível da ordem institucional. A esperança de ingressar na "Lei" do progresso consumiu vidas inteiras em súplicas ignoradas pelos "Prefeitinhos" e gestores locais, custódios da espera que entre interrogatórios e negligências transformaram a assistência em cativeiro. Tal qual o personagem kafkiano, que só percebe um "raio de luz inextinguível" (Kafka, 1979, p. 230) através do portal quando seus olhos já se nublam pela morte, o camponês de Serra do Ramalho só viu a luz chegar três décadas depois. Quando a lâmpada finalmente se acendeu, o corpo, já rígido pelo sal e pelo cansaço, já não podia usufruir da promessa.

O modelo de reassentamento de Sobradinho serviu, anos mais tarde, como um contraexemplo para as políticas globais. Relatórios de auditoria do Banco Mundial (1987) admitiram, enfim, a precariedade do planejamento e a deficiência da execução (World Bank, 1987). No entanto, para os que tombaram à beira do caminho ou retornaram no desabrigo das "barraquinhas de lona" (Antônia Nunes Café *apud* Silva, 2010b, p. 236), a revelação final do sentinela de Kafka ainda ecoa: aquele portal – aquele projeto, aquela dor, aquele exílio – estava destinado exclusivamente a eles. O Estado, após exaurir a vitalidade de uma geração, "fecha a porta" com a frieza de um relatório técnico, deixando para trás o sedimento de uma injustiça que não se vai. A auditoria internacional, portanto, apenas confirmou o que as cartas sindicais, os corpos adoecidos e o sal decantado nos potes de barro já denunciavam: para o atingido, o Estado não foi o garantidor da Lei, mas o guardião zeloso de uma cidadania que jamais o deixou entrar.

Itaparica: O escabelo da VMT

> Desde o ano setenta e seis / Que a gente iniciou / Nossa organização / Para não perder as terras / Que a gente sempre plantou / Isso a gente iniciou / Quando se ouviu falar / Que essa empresa CHESF / Aqui ia começar / A construção de uma barragem / Pra poder nos afogar / Assim foi se organizando / Fazendo reunião / Orientando os companheiros / E fazendo concentração / Hoje já tem gente unida / Que se faz um batalhão (Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA, [1987/8], *apud* Movimento dos Atingidos por Barragens, 2005, p. 4).

O trauma coletivo em Sobradinho não encontrou repouso; desceu rio abaixo e reemergiu em Itaparica, como resistência. Em meados da década de 1970, o Vale do São Francisco já não era o mesmo; a CHESF, uma vez portadora da luz, era agora o rosto do inimigo, e qualquer tentativa de diálogo nascia sob o signo da desconfiança. Tal hostilidade agravou-se com a crise fiscal que assolou o Brasil na década de 1980, transformando a construção da barragem em uma espera que perdurou dez anos. O atraso decorreu da incapacidade do governo federal em garantir a contrapartida financeira necessária para a liberação dos empréstimos do Banco Mundial; sem o aporte brasileiro, o financiamento internacional também era interrompido. Esse fluxo irregular de verbas condenou milhares de famílias a uma imobilidade forçada entre 1976 e 1986 (Galvão, 1999).

Retidas em um limbo, elas habitavam casas que o mapa oficial já havia destinado ao fundo do reservatório, mas sem um chão real para onde fugir. A existência organizou-se, então, em torno de uma espera agoniante pelo próprio fim – a subida das águas –, um destino que se aproximava como uma ameaça imanente enquanto o Estado mantinha trancadas as portas do novo território.

Nesse tempo suspenso, a incerteza sobre o amanhã era mais profunda que o próprio leito do rio. O desamparo de quem via a água subir sem ter um chão para onde migrar foi capturado, às vésperas do desalojo, pelo desabafo de um trabalhador cujo nome a história não guardou, mas cuja dor ecoa o sentimento de uma multidão de desterrados:

> E agora tamo nessa situação sem saber pra onde vamo. É... agora a gente sente muito só essa... [emoção] essa dor do cabra num saber pra onde ir. Porque eles, [..], nunca dissero... o local que a gente vai, né! (TV Viva, 2020a,[257] 00:09:25-00:09:46).

Nos albores da década de 1980, o atrito entre as comunidades e a CHESF atingiu seu ápice. A fundação do Polo Sindical, em 1979, erguido como espaço de enfrentamento e defesa dos trabalhadores rurais, ao qual se somaram sindicatos, partidos e setores da Igreja, tornou a pressão incontornável, forçando o Estado a nomear, ainda que a contragosto, o destino reservado às populações atingidas. À medida que o diálogo institucional se arrastava**,** a vida se desdobrava no ritmo lento da burocracia, em uma sucessão de estudos e cadastros que pareciam cada vez mais distantes da urgência do campo. Em dezembro de 1980, o Ministério de Minas e Energia instituiu um grupo de trabalho para definir as diretrizes e critérios para o reassentamento, dando início a um ciclo de quatro anos de levantamentos técnicos e mapeamentos das famílias sentenciadas ao desterro (Galvão, 1999). Foi apenas em 1984 que a voz dos atingidos finalmente rompeu o cerco de papéis para denunciar que, embora a barragem avançasse, a vida do trabalhador permanecia estanque: "só tá progredindo a barragem, mas os trabalhador não. [...], até agora a gente num viu nada feito"[258].

Diante dessa paralisia operacional, o Polo Sindical sistematizou e encaminhou as reivindicações à CHESF em um documento que condensava propostas e princípios para o reassentamento, inscrevendo no papel aquilo que até então circulava como urgência dispersa. Em resposta, no ano seguinte, a empresa concluiu o Plano de Desocupação das áreas destinadas ao reservatório, estabelecendo as linhas mestras da recomposição das atividades produtivas, tanto para a população rural quanto urbana (World Bank, 1987; CHESF, 1985b; CHESF,

257 Trabalhador não identificado. TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s. Acesso em: 21 de nov.2025.

258 *Id., ibdi.*

1992; Freitas; Soares, 1994; Galvão, 1999).

Entretanto, a formalidade dos planos não bastava para apaziguar uma terra que já estremecia sob o prenúncio da inundação. Essa insatisfação represada transbordou em 15 de outubro de 1985, quando cerca de seis mil trabalhadores converteram a angústia em marcha, saindo de Petrolândia para "tomar" simbolicamente o canteiro de obras de Itaparica. Ali, a multidão rejeitou as indenizações insuficientes, que mal alcançariam para recompor o que a água levaria, e cunhou a palavra de ordem que ecoaria como um imperativo de sobrevivência: "terra por terra e casa por casa".

O manifesto daquela 7ª Concentração, registrado nos anais da Assembleia Legislativa, desenhava a magnitude da perda econômica e humana que o fechamento das comportas acarretaria, denunciando o sacrifício de uma das áreas mais produtivas do Nordeste em nome de um progresso que os excluía:

> Essa população é altamente responsável pela produção de 30 mil toneladas de cebola[259] por ano, fora produtos industriais. Os alimentos básicos produzidos na região somam entre outras tantas toneladas, cuja produção abastece os mercados consumidores de diversos Estados do Centro Sul do país, além da Região Nordeste. A inundação de Itaparica fará desaparecer completamente toda essa economia agrícola regional de uma das áreas mais produtivas do Nordeste – o Vale do São Francisco – sem contar os prejuízos sociais, culturais e históricos a que serão submetidos os lavradores e as três cidades inundadas. NÃO PERMITIREMOS O FECHAMENTO DAS COMPORTAS SEM A NOVA TERRA, irrigada, com condições, capacidade e meios para nela produzirmos e vivermos como seres humanos, violentados que fomos por uma mudança que não desejamos e sobre a qual não nos foi permitido opinar. (Manifesto..., 1985[260] *apud* Azevedo, 1991, p. 152).

No ano seguinte, o ultimato registrado no papel deixou as instâncias legislativas para ganhar o canteiro de obras. A advertência de que o rio não seria represado sem a garantia da terra tomou corpo em dezembro de 1986, por meio da ocupação física da estrutura da hidrelétrica. Faltando apenas onze meses para a inundação, o conflito abandonou a esfera dos documentos para se travar no terreno da obra.

Entre os dias 1º e 6 de dezembro, a população das cercanias

259 Embora o manifesto se fundamente nos indicadores do Censo de 1980, a realidade produtiva de 1985 já acusava uma retração severa na atividade agrícola regional (Azevedo, 1991, p. 152).

260 Manifesto da 7ª Concentração dos Trabalhadores Rurais do Polo Sindical do Submédio do São Francisco e dos atingidos pela barragem de Itaparica. Itaparica, 15 out. 1985. Arquivo Polo Sindical.

de Itaparica transformou sua lida cotidiana em vigília política, interrompendo o curso da construção. Caminhões, antes carregados com a safra de cebolas mencionada no manifesto, agora transportavam a infraestrutura da resistência: sacos de mantimentos, redes e utensílios domésticos destinados a um acampamento de tempo indeterminado. Enquanto a rede de informações transmitida pelas emissoras católicas mantinha o alerta nas roças, assegurando que os trabalhadores que permaneciam no campo estivessem prontos para se juntarem aos companheiros ao menor aviso, os ocupantes enfrentavam a presença ostensiva de tropas militares. O medo cedeu lugar à determinação de quem, ciente do valor de seu trabalho e de sua história, dispunha-se a confrontar e domar a "fera" estatal:

> A CHESF duvidou da capacidade dos trabalhadores durante 10 anos. Agora os trabalhadores mostraram que têm capacidade de fazer parar a obra, a barragem. [...] Temos a capacidade de entrar numa obra dessa e não depredar nada, só como uma demonstração de força de que somos capaz de mudar este país. Não mudar só essa política da barragem. Estamos organizados aqui dominando uma fera que há muito tempo vem nos massacrando. [...] A gente não tá iludido, não tá iludido não. Todo mundo que tá aqui, tá consciente. Por isso que vale a pena, [...] tá todo mundo consciente a enfrentar a fera mesmo. (TV Viva, 1986[261], 00:22:04-00:23:18).

A paralisação converteu em ato aquilo que vinha sendo dito em cartas, assembleias e documentos: sem reassentamento digno, não haveria barragem em funcionamento. Ao exigir que a CHESF entrasse em campo pra resolver o problema dos trabalhadores (TV Viva, 2020a[262]), os ribeirinhos reivindicavam "[...] terra boa para irrigação, casa para morar, terra para o criatório, assistência técnica, a quantia de 2,5 salários-mínimos até o início da produção, indenização justa, e a nossa participação efetiva nas decisões do reassentamento" (Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA, 1987/8, p. 13).

Ao levante que brotava do chão, somou-se uma pressão de ordem distinta, vinda das instâncias financeiras internacionais. Em 1985, o Banco Mundial aceitara participar do financiamento do projeto de reassentamento – uma iniciativa inédita para a instituição, que, embora acumulasse amplo histórico no apoio a grandes obras hidrelétricas no Brasil e no mundo, jamais havia se implicado no financiamento do destino das populações deslocadas. A confluência entre a radicalização

261 Trabalhador não identificado. TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s. Acesso em: 5 de dez.2025.

262 Vicente da Costa Silva, então presidente do Sindicato de Petrolândia/PE. TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s. Acesso em: 5 de dez.2025.

do movimento dos trabalhadores e a pressão financeira internacional produziu um ponto em que a espera deixou de caber. Ao condicionar o desembolso das parcelas do empréstimo à apresentação de um plano de reassentamento que mitigasse o sofrimento das populações atingidas, o Banco Mundial constrangeu o governo brasileiro a rever sua postura e a reconhecer, pela primeira vez, a legitimidade da negociação com as comunidades (World Bank, 1987, p. 8).

Foi desse ponto em que a espera já não cabia – e a negociação deixou de ser escolha para tornar-se imposição – que emergiu o acordo de dezembro de 1986**.** Firmado entre o Ministério das Minas e Energia, a Eletrobrás, a CHESF e o Polo Sindical, o documento não representava uma conciliação pacífica, mas estabelecia as garantias mínimas para romper o impasse que mantinha paralisada a infraestrutura do Estado. O acordo compreendia, entre outros pontos, um cronograma rigoroso para o reassentamento, medidas de manutenção econômica até a efetivação dos perímetros irrigados (Verba de Manutenção Temporária - VMT) e a definição das estruturas das futuras agrovilas e loteamentos (CHESF; Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio do São Francisco, 1986).

Encerrava-se, deste modo, um hiato de quase uma década de incertezas, aberto pelo presságio da inundação e dilatado por sucessivos adiamentos e silenciamentos. Com a ratificação do acordo, os recursos do Banco Mundial, em conjunção com as verbas aportadas pela Eletrobrás, conferiram suporte material à execução do plano de desocupação elaborado pela empresa. O projeto avançou quase sem alterações em relação à versão apresentada em 1985, incorporando apenas ajustes pontuais demandados pelo financiador internacional e as salvaguardas pactuadas no acordo de 1986.

A partir de 1987, o plano de reassentamento passou a avançar sob o peso contínuo da urgência. Em abril daquele ano, teve início a construção das agrovilas destinadas às populações rurais, ao mesmo tempo em que se acelerava a reconstrução das quatro cidades condenadas à submersão: Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco, além de Rodelas e da vila de Barra do Tarrachil, na Bahia, erguendo um futuro sobre um solo estranho enquanto o passado ainda não havia sido abandonado. Em agosto, o deslocamento das comunidades rurais começou a se efetivar. Casas, roças e rotinas foram subitamente substituídas por assentamentos ainda em gestação, marcando um processo de transferência que, em março de 1988, já alcançava a totalidade das populações rurais e urbanas.

O cronograma projetava um horizonte de normalização: sistemas de irrigação concluídos em julho de 1988 e o início da produção nos lotes irrigados em janeiro de 1989. Entre 1989 e 1993, o plano previa a consolidação plena do novo sistema produtivo, com a formação técnica dos irrigantes, a assistência à operação dos projetos e a abertura de canais de escoamento da produção (Galvão, 1999). Tratava-se de inscrever, no tempo acelerado das obras, a promessa de uma existência que ainda precisava aprender a se recompor naquele novo território.

Se os entraves que retardaram o início do reassentamento pareciam, enfim, contornados, a execução do projeto logo se encarregou de desmentir qualquer sensação de estabilidade. A calmaria que se seguiu à conclusão das relocalizações revelou-se fugaz, visto que novos acontecimentos voltaram a turvar o porvir, reabrindo fissuras num quadro que apenas em aparência se mostrava estabilizado. No plano da infraestrutura urbana e viária, o reassentamento seguiu um caminho mais direto, quase automático, distante dos impasses que estrangulavam a produção no campo. As novas cidades foram sendo entregues à rotina administrativa à medida que a CHESF se desincumbia de sua gestão, repassando a manutenção dos serviços e da infraestrutura aos governos estaduais e às prefeituras. Assim, o espaço urbano foi rapidamente integrado à malha institucional, seguindo um percurso de normalização administrativa que o espaço rural jamais conheceria.

No espaço rural, contudo, o percurso foi outro. Ali, os entraves retornaram com força, exacerbados pela interrupção das transferências do Governo Federal à CHESF e pelo descumprimento da contrapartida brasileira aos recursos do empréstimo concedido pelo Banco Mundial. A crise fiscal que atravessou o Estado brasileiro ao longo da década de 1980 permeou o projeto, solapando seus prazos e fragmentando sua continuidade. Já nos primórdios de 1981, a imprensa noticiava o corte de 55% do orçamento da CHESF, golpe que anunciava as postergações que se seguiriam na obra da barragem (Azevedo, 1991, p. 123).

Sob essa sombra orçamentária, o reassentamento avançou em um compasso que a vida, privada de seus meios, não logrou acompanhar. Em março de 1988 toda a população rural já ocupava as agrovilas, mas os lotes irrigados – o solo onde a produção deveria, enfim, se reconstituir – permaneciam como um horizonte represado. Esse descompasso entre a celeridade da transferência e a inércia da infraestrutura produtiva reintroduziu, no cotidiano de Itaparica, a atmosfera de insatisfação que se julgava vencida no momento da partida.

O reassentamento rural de Itaparica viu-se, então, imerso em sucessivas paralisias, até que, entre 1990 e 1992, as obras cessaram por completo. Entre a terra prometida e o chão efetivamente irrigado, instalou-se um novo vão, dimensionado pela espera e pelo esgarçamento das condições de vida. Os projetos de irrigação, iniciados em 1987 e previstos para conclusão no ano seguinte, permaneceram suspensos no tempo e só viriam a ser retomados em 1993. Mesmo com a retomada em 1993, a entrega da água seguiu um calendário fragmentado: enquanto os primeiros perímetros operaram entre 1993 e 1994, outros contingentes de famílias aguardariam mais de duas décadas para ver o chão efetivamente molhado.[263] Sob o vácuo de prazos e a escassez de verbas federais, o futuro restava como pura indeterminação, agudizando o sentimento de desamparo dos atingidos. Tal paralisa consolidou-se como um inventário de negligências que mantém o território em um estado de suspensão técnica e jurídica ainda entre 2024-2025[264], conforme detalhado na Tabela 10.

263 O plano de ocupação de Itaparica priorizou a transferência habitacional em detrimento da funcionalidade produtiva. Embora 4.232 famílias tenham sido alocadas em 111 agrovilas planejadas em 1988, a operação dos 4.420 lotes irrigados foi dilatada por gerações. A primeira fase (Apolônio Sales, Icó-Mandantes, Brígida e Fulgêncio) entrou em atividade em 1993-1994, enquanto o projeto de Barreiras só teve sua etapa complementar entregue em 2010. Outros sistemas, como o de Jusante (BA), permaneceram em um limbo técnico-financeiro denunciado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 287/2011, que apontou o regime "antieconômico" de um programa de reassentamento cujas obras inacabadas ultrapassavam os vinte e cinco anos de espera (Brasil, 2011).

264 A suspensão técnica mencionada no biênio 2024-2025 atingiu um limite crítico em maio de 2025, quando o governo federal precisou quitar, às pressas, dívidas de energia de aproximadamente R$ 40 milhões para evitar o desligamento emergencial das bombas de irrigação (Carvalho, 2025; G1 Petrolina, 2025; Diário de Pernambuco, 2025). O episódio expôs uma infraestrutura que ainda opera sob regime de exceção, marcado por cortes recorrentes de água e eletricidade. Atualmente, o projeto *Retrofit*, destinado à revitalização integral do sistema, permanece imobilizado na Casa Civil (Canal Rural, 2025), reiterando que essa precariedade é a forma política pela qual o Estado administra a espera (Scott, 2009).

/Tabela 10: Perímetros Irrigados do Sistema Itaparica: Situação Geral 2024.

Perímetro Irrigado	UF	Área Irrigável (ha)	N° de Lotes (2024)	Início da Operação	Situação Atual (Dados Técnicos e Jurídicos)
Fulgêncio	PE	5.413,00	1.552	1998	Manutenção precária; alto risco por débitos de energia e equipamentos obsoletos.
Icó-Mandantes	PE	2.402,00	749	1994	Pendências em ações expropriatórias desde 1987; infraestrutura sob risco.
Pedra Branca	BA	2.400,00	759	1994	Conflito territorial (etnia Tumbalalá); problemas graves de drenagem no solo.
Jusante	BA	1.600,00	199	Inconcluso	Obras paralisadas; famílias recebem auxílio financeiro (VMT) integral.
Brígida	PE	1.579,00	428	1994	Operação sob risco; histórico constante de interrupções no bombeamento.
Rodelas	BA	1.200,00	414	1993	Alto custo de energia (cotas altas); impacto da privatização da Chesf na gestão.
Apolônio Sales	PE	873	106	1993	Moradia no próprio lote; dívidas de energia acumuladas; cogestão não iniciada.
Barreiras (I e II)	PE	767	188	1993 / 2010	Pendências judiciais de terra; operação dependente da rede do Bloco 1.
Glória	BA	390	146	1992	Solo em cotas altas encarece a produção; infraestrutura de serviços dispersa.
Manga de Baixo	PE	102	26	1987	Menor perímetro do sistema; infraestrutura original com desgaste natural.
Borda do Lago (Sequeiro)	PE	--	199[265]	--	Lotes sem irrigação por solo inadequado; famílias recebem Verba de Manutenção.

265 O número de 199 famílias na região de Borda do Lago refere-se aos núcleos cujos lotes foram tecnicamente inviabilizados para irrigação. Para estes, a Verba de Manutenção Temporária (VMT) conformou uma medida permanente de recomposição de renda sob as diretrizes do Acórdão 101/2013 - TCU, que buscou mitigar a falha estatal em garantir a autonomia produtiva prometida no acordo de 1986.

/Fonte: Elaborado pela autora. Dados baseados em Codevasf (2024), Vieira e Dias (2013) e Brasil (2013).

À estase temporal revelada pelos indicadores, que denunciam obras inconclusas e infraestruturas em colapso, acrescentava-se, enfim, a descoberta de um território infértil[266]:

> Inicialmente, a CHESF tinha uma proposta de fazer um reassentamento aqui, como nos outros lugares; projeto de irrigação, plantio de ciclo curto, que seria cebola, melancia, melão, porque realmente era o que o pessoal já trabalhava na época; a cultura do povo de Itacuruba era, e ainda é, a agricultura. Era um projeto de alto custo e a CHESF achou que se fizesse isso poderia ser pega pelo Banco Mundial, que era quem financiava, na época, o projeto, então ela mandou fazer um estudo pedológico, e até fomos nós do sindicato que pedimos, porque o nosso solo era completamente diferente da velha Itacuruba. **Nesse estudo se constatou que nosso município não tinha terra fértil pra trabalhar com esses tipos de cultura**, e aí a gente começou a trabalhar outra forma de projeto. (Ademilson Nunes de Souza *apud* Figueiredo, 2011, p. 128, destaque da autora).

A constatação da infertilidade do solo não ficou contida nos relatórios; ela passou a reger o tempo e o trabalho dos reassentados. Arremessados das margens férteis do São Francisco para as glebas áridas da Caatinga, os trabalhadores viram o solo prometido se desfazer em areia e o tempo da vida ser devorado pela impossibilidade do plantio. A trajetória de Carlos[267], pescador que hoje trabalha na nova Petrolândia, após atravessar vinte e cinco anos de imobilidade em uma agrovila, dá corpo a essa paralisia que transformou agricultores em prisioneiros de um chão estéril:

> Até os 13 anos morei em Velha Barreiras. [...] Nós ia morar em Itaparica, ao invés de Petrolândia [...] **mas a região lá é tudo pedra e não tinha a irrigação**. [...] Meu pai trabalhava na Velha Barreiras, aí foi transferido para uma agrovila na Nova Barreira... Aí a gente foi pra lá... **trabalhamos na agrovila 25 anos**... aí ele morreu e a gente vendeu... [...] A gente plantava. **Nessas agrovilas é tudo irrigação. Mas os terrenos não prestam... A terra não presta**. Nenhum projeto desse aqui. São 28 agrovilas que a CHESF fez para o pessoal aqui. A maioria todo mundo vendeu, deu. [...] **Antes, na beira do rio, os terrenos daqui era bom, era legal. Quando era no outro dia ainda tinha água no terreno, que era barro. Aqui não, tudo é areia... A maioria dos agrovilenses sobrevive é de aposentadoria.** Hoje em dia, você pagar um saco de 50 quilo, de adubo... Você vai fazer um plantio, você gasta 30 saco de adubo... Dá quanto? Fora o veneno, fora o trabalhador... Tem condições pra uma pessoa**? Os político esconde as coisa... se os político ajudasse a população, ninguém existia desse jeito aí não.** [...] **Óia aqui quando a gente chegou aqui, o governo era pra pegar dois salário... Mas ele nunca pagou. Aí cortaram o salário... a fome aumentou pra todo mundo... Meu depoimento é esse. É de tristeza mesmo**. (Carlos, 2021, depoimento, destaque da autora).

266 A inviabilidade agrícola dos perímetros de Itaparica decorre da incompatibilidade entre o paradigma técnico e as condições pedológicas locais. Levantamentos da Fundação Joaquim Nabuco (1996) indicam que a predominância de areia quartzosa e os níveis irrisórios de matéria orgânica (inferiores a 0,6%) comprometeram a viabilidade produtiva em cerca de 70% das áreas. Esse cenário manteve diversos lotes sob "estudo" por décadas, impossibilitando o cultivo planejado de ciclo curto (Araújo, 2001, p. 21). De acordo com Rice (1997, p. 6), em junho de 1997, aproximadamente 27% do total de lotes demarcados (correspondendo a 1.447 unidades) permaneciam sob análise técnica ou haviam retornado a essa classificação mesmo após a instalação de aspersores, evidenciando o colapso da infraestrutura diante da realidade física do solo.

267 Depoimento concedido por Carlos (sobrenome não fornecido) à autora. Petrolândia (PE), 13 dez. 2021.

As dolorosas experiências vividas pelas famílias reassentadas, marcadas pela fratura entre a promessa institucional e a realidade concreta, encontram-se vasta e detalhadamente registradas em relatórios da própria CHESF, em estudos independentes e nos documentos de acompanhamento e auditoria do Banco Mundial, que, ainda que em linguagem técnica, deixam entrever a dimensão humana do colapso cotidiano que se instaurou nesse período (Fundaj, 1988a; World Bank, 1987; 1997; CHESF, 1992). Toda essa tragédia social e técnica, no entanto, não é lida pelo sistema como uma falha moral, mas como uma contingência financeira. Enquanto o camponês conta os anos de ociosidade, o aparato jurídico-administrativo contabiliza os prejuízos de uma obra que, ao se tornar interminável, gerou uma sangria orçamentária sem precedentes.

Convém sublinhar, ademais, que os atrasos na implantação das obras de irrigação não produziram efeitos apenas sobre as populações atingidas; eles reverberaram no âmago do empreendimento, convertendo a espera em uma hemorragia financeira. A estimativa inicial para o projeto de Itaparica, fixada em cerca de 300 milhões de dólares, escalou para o patamar de 1,3 a 1,5 bilhão – um custo quatro vezes superior ao previsto, conforme mencionado no "Feixe de Luz II" desta dissertação. O discurso oficial, contudo, simplifica essa escalada ao atribuí-la "em decorrência do próprio atraso e das paralisações constantes das obras"[268] (Galvão, 1999, p. 44) e ao custeio da VMT.

Originalmente prevista para perdurar entre seis e nove meses, tempo que cobriria a espera da primeira colheita a ser obtida nos projetos de irrigação implantados, a VMT acabou por se converter, diante do colapso do cronograma, em uma ponte precária que se estendeu por décadas. O benefício transfigu-

268 Sob a ótica institucional, essas "paralisações constantes" converteram-se em um ralo financeiro alimentado pelo retrabalho e pelo desperdício logístico. Relatórios oficiais e estudos da época indicam que o abandono de frentes de obra inacabadas resultou na destruição sistemática de serviços de terraplanagem e infraestrutura civil, consumidos por erosão e enxurradas durante as interrupções. Além disso, a narrativa oficial elenca a depreciação e o desvio de materiais estocados à intempérie, bem como a necessidade de retificar falhas técnicas em projetos de agroengenharia que se tornaram obsoletos ou inadequados ao longo dos anos de paralisia (World Bank, 1993; 1997; Pólo Sindical, 1997/1998; Freitas; Soares, 1994).

rou-se em um marcador cotidiano da incompletude do projeto, transformando a CHESF no "novo patrão" e consolidando uma relação de dependência paternalista (World Bank, 1997; Giovenardi, 1995) que envelheceu uma geração inteira na fila de uma irrigação que nunca chegou[269]. Mesmo quando o direito parecia consolidado pelo histórico acordo de 1986, o sistema jurídico-administrativo continuou a operar por meio de sucessivos recursos e questionamentos de legitimidade, estendendo o conflito para além das fronteiras do razoável[270].

Diferente do que sugerem as avaliações internas da estatal, o colapso orçamentário de Itaparica deu origem a um dos maiores impasses jurídico-financeiros da história do país, o caso "Mendes Júnior vs. Chesf" (Gomes Júnior, 2011; Pereira Jr., 2025). A contratação da Mendes Júnior tornou-se imperativa após a CHESF constatar que a magnitude de Itaparica superava sua capacidade de execução direta, exigindo uma especialização logística, maquinário pesado e mobilização de pessoal que apenas uma empreiteira de porte transnacional poderia oferecer. Assim, o Estado delegou a execução técnica, mas, diante da escassez de recursos públicos, transformou essa relação em um vínculo financeiro compulsório.

O mecanismo operava por meio das cláusulas 69ª e 71ª do contrato, que limitavam o direito de rescisão da empreiteira: a CHESF só seria considerada juridicamente inadimplente se os atrasos superassem 180 dias por três vezes consecutivas. Ao manejar os pagamentos para que ficassem próximos a esse limite, mas sem ultrapassá-lo, a estatal impedia que a construtora paralisasse as atividades legalmente pois qualquer interrupção seria lida como abandono de obra, sujeitando a empresa a multas e à proibição de licitar. Sem o repasse das faturas e impedida de suspender o canteiro, a Mendes Júnior foi compelida a recorrer aos empréstimos bancários privados para sustentar um cronograma que o próprio Estado estrangulava (Gomes Júnior, 2011).

O que nasceu como um financiamento forçado nos canteiros de obra da década de 1980 projetou-se no tempo, alimentado por décadas de judicialização e pela incidência de juros sobre juros. Esse passivo, outrora restrito ao âmbito administrativo, agigantou-se no vácuo jurídico até transbordar em uma cifra impensável para os padrões nacionais. O Estado, assumindo a postura de um devedor contumaz, permitiu que o débito atingisse a cifra de R$ 1,22 trilhão, rejeitada pelo Judiciário (Tribunal Regional Federal da 5ª Região) por ser grande demais para ser paga (Brasil, 2010).

Criava-se, assim, um "escabelo" para o capital: a empreiteira era forçada a buscar recursos externos para honrar obrigações que o Poder Público inviabilizava. Nesse cenário, o cinismo

269 Estima-se que cerca de 5.200 famílias (aproximadamente 26 mil pessoas) tenham sido cadastradas para o recebimento da VMT em Itaparica. Embora o plano original previsse o auxílio por apenas 6 a 9 meses (World Bank, 1987), a interrupção das obras de irrigação entre 1990 e 1993 e a lentidão das décadas seguintes tornaram o benefício a principal fonte de sobrevivência para milhares de reassentados. Em 2010, mais de vinte anos após o reassentamento, cerca de 10 mil pessoas ainda dependiam parcial ou totalmente desse auxílio (CHESF, 2015).

270 Um exemplo da utilização estratégica do tempo jurídico pelo Estado é a Ação Civil Pública (Proc. 81643-3) movida pelo Ministério Público de Pernambuco em Petrolândia (Pernambuco, 2010). Nela, a CHESF buscou desconsiderar o pagamento de diferenças retroativas da VMT alegando que o acordo firmado em 06/12/1986 seria "inexistente" por suposta falta de legitimidade do Polo Sindical para representar os trabalhadores. O caso revela um labirinto recursal que se arrasta por décadas: após decisões desfavoráveis à estatal no TJPE (2010) e no STJ (2012), a empresa continuou a interpor Agravos Regimentais e Recursos Extraordinários para protelar o desfecho, conforme registrado em suas próprias demonstrações financeiras (CHESF, 2015, p. 120).

institucional foi escancarado quando consultores jurídicos do Estado passaram a rotular esse financiamento forçado como um "ato de patriotismo", enquanto, nos bastidores, negava-se o ressarcimento dos juros reais da dívida acumulada. Em 1984, o então Presidente da Eletrobrás, General José Costa Cavalcanti (1918-1991), admitiu o constrangimento institucional ao observar que a principal construtora do projeto estava sendo forçada a utilizar capital próprio para dar continuidade aos serviços. Na ocasião, o militar utilizou um tom apologético para classificar tal estrangulamento financeiro como uma prova de competência técnica e, sobretudo, um gesto de cooperação e patriotismo dos empresários brasileiros:

> Ninguém faz uma ideia do nosso constrangimento mesmo, em vermos a situação da empresa principal de trabalho nessa área – a Construtora Mendes Júnior – lutando e financiando propriamente com seus próprios recursos a construção dessa obra. Isso mostra a capacidade não só técnica de construir, mas também o espírito de cooperação de verdadeiro patriotismo dos empresários brasileiros. (Cavalcanti *apud* Gomes Júnior, 2011, p. 10[271]).

A "injustiça velada" sofre uma refração reveladora no desfecho judicial do caso Mendes Júnior, quando o Tribunal, ao rotular o montante como "inadmissível" (Brasil, 2010), acaba por desviar a responsabilidade estatal para a dimensão do impossível. Nessa inversão, a dívida agigantada, fruto da morosidade e do arbítrio público ao longo de décadas, deixa de ser evidência para se tornar o instrumento de negação do pagamento. O trilhão de reais ergue-se, assim, como um guardião burocrático, uma porta que se fecha não porque o direito não exista, mas porque a escala do dano tornou-se uma barreira intransponível diante da incapacidade financeira do Estado em adimpli-lo, impedindo que o próprio sistema admita a falha que gerou.

Essa mesma blindagem que isenta o Estado de sua dívida astronômica é a que sustenta o abandono vivido hoje nas agrovilas. A escassez de recursos funciona menos como um imprevisto financeiro e mais como o véu burocrático que encobre a desoneração do sistema, tratando os direitos das famílias com o mesmo distanciamento frio aplicado aos passivos contratuais. Uma vez que a existência de milhares de pessoas acaba velada por um cálculo contábil, ela perde sua urgência ética e passa a ser regida como mera cifra administrativa da conveniência orçamentária. Assim, se o cálculo não fecha, o sujeito é simplesmente ocultado como uma variável deficitária, fazendo com que a contabilidade não sirva para organizar

271 Referência à matéria "Construção da hidrelétrica de Itaparica apresenta problemas financeiros", publicada no jornal *Diário de Pernambuco* em 27 de novembro de 1984, e recuperada no estudo de Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (2011, p. 10) sobre os litígios judiciais entre a Construtora Mendes Júnior e a CHESF.

a reparação, mas para racionalizar a negligência, conferindo uma aparência de objetividade técnica ao que é, em essência, um projeto de apagamento social.

Sobradinho e Itaparica, portanto, não se sucedem como episódios distintos de uma mesma história, mas imbricam-se como variações de um mesmo regime de gestão do sofrimento. Em ambos, a porta da Lei permaneceu aberta, protegida por um sentinela cuja função não era impedir a passagem, e sim prolongá-la até a exaustão. O "escabelo" oferecido – ora na forma da gratificação simbólica de Sobradinho, ora na Verba de Manutenção Temporária (VMT) convertida em suspensão vitalícia em Itaparica – não era um lugar de repouso, mas de contenção. No assento provisório entre o que já não existia e o que nunca chegava, os atingidos aprenderam que, no Vale do São Francisco, esperar também podia ser uma política de Estado.

É nesse intervalo reiterado que o sal adquire sua espessura histórica. Ele não nomeia apenas a aridez do solo infértil imposto, mas o sedimento de uma injustiça que não se dilui e de um passado que não se dissolve. Trata-se de uma substância que se deposita nos corpos, como na sede salgada relatada por Antônia, e na memória de Carlos, cuja imobilidade de décadas em uma agrovila testemunha a paralisia do projeto. Esse sal não apenas recobre o chão; ele endurece as relações e as paisagens. É o que resta quando a água do progresso recua, deixando à vista o resíduo de uma violência administrada, prorrogada, nunca reparada. O que se delineia é a persistência de um mesmo dispositivo que converte direitos em expectativa indefinida, negociação em adiamento e vidas em resíduos logísticos. Entre a vigília paciente de Sobradinho e a urgência tensa de Itaparica, o guarda permanece em seu posto: não para fechar a porta, mas para assegurar que a travessia nunca se complete.

Refração III: A sombra que permanece

Vocês, que me leem, estão ainda entre os vivos, mas **eu, que escrevo, desde há muito ingressei no reino das sombras**. Pois, em verdade, coisas estranhas acontecerão, e coisas secretas serão reveladas, e muitos séculos decorrerão antes de os homens terem conhecimento destas memórias. E, quando o tiverem, mostrarão uns descrença, outros dúvida; poucos hão de achar sobre que refletir nas palavras aqui traçadas com pena de ferro. **Foi um ano de terror**, e de sentimentos mais intensos que o terror. Sentimentos para os quais até hoje não se achou nome apropriado. Muitos prodígios e sinais haviam ocorrido; em toda parte, […] a pestilência estendera suas asas negras. [...] O espírito peculiar dos céus, se não me engano demais, evidenciava-se não só na órbita física da Terra, como também nas almas, nas imaginações, nas meditações da humanidade. […] **Para nossa câmara não havia outra entrada além de alta porta de bronze** […] **aferrolhada por dentro. Cortinas negras ocultavam-nos a vista** […] **das ruas despovoadas, embora não excluíssem o pressentimento e a lembrança do flagelo.** Havia coisas à nossa volta […] – **a atmosfera pesada – a sensação de sufocamento – ansiedade – e, sobretudo, aquela terrível condição de existência experimentada pelas pessoas nervosas, quando os sentidos estão vividamente aguçados e o poder de reflexão jaz adormecido. Um peso morto acabrunhava-nos. Oprimia nossos ombros** […] **Todas as coisas estavam opressas e prostradas; todas as coisas** […]. **Aos poucos, porém, acabaram-se minhas canções, e os ecos, perdendo-se** […], **enfraqueceram, tornaram-se indistintos, calaram-se de todo**. Mas, aí, […] **por onde se perderam os ecos das canções, emergiu uma sombra escura e indefinível** […]. Aquela, porém, não era sombra de homem, nem de Deus, nem de coisa alguma conhecida. […] **estendeu-se em seguida sobre a superfície da porta de bronze**. Mas a sombra era vaga, e sem forma […] **E a sombra jazia sobre o brônzeo portal,** sob a cornija arqueada, e não se movia, nem dizia palavra: permanecia imóvel e muda. […] não ousávamos encará-la; des-

> viávamos os olhos, mirávamos fixamente as profundezas do espelho de ébano. Por fim, […] indaguei da sombra qual era seu nome e morada. E a sombra respondeu: — Eu sou a sombra. […] Porque **o tom de voz da sombra não era o tom de voz de nenhum ser individual, mas de uma multidão de seres, e, variando de cadência, de sílaba para sílaba, ecoou confusamente aos nossos ouvidos, com os acentos familiares e inesquecíveis das vozes de milhares** de amigos **mortos** (Poe, 2009, p. 17-18, destaque da autora).

É nesse umbral de sombras, onde a porta de bronze não se abre nem responde, apenas sustenta o peso de uma sombra imóvel, que esta terceira refração se consubstancia. Aqui, a porta atinge sua concreção última, abandonando as tensões que definiram as etapas anteriores. Na primeira refração, a porta faltava; sua ausência produzia uma abertura sem limiar, pela qual o passado irrompia livremente e se acumulava no interior como um tempo bruto, ainda por elaborar. Na segunda, o limiar reaparecia sob a forma da vigilância, adiando o acesso ao Direito e projetando a vida para um futuro sempre anunciado e jamais alcançado. Agora, porém, a porta já não se orienta nem pelo passado que invade, nem pelo futuro que promete; ela se fixa no presente como um plano de estagnação onde a sombra não passa, permanece. Não se trata mais de falta ou adiamento, mas da opacidade de uma estrutura "aferrolhada por dentro" (Poe, 2009, p. 17), endurecida pela racionalidade tecnocrática e fechada não para resguardar, mas para converter o tempo em sedimento.

O ferro que tranca esse portal não é bruto nem visível. Ele se forja na rigidez dos relatórios técnicos, na frieza dos pareceres finais e na indiferença burocrática que, uma vez declarada a obra concluída, encerra balanços, arquiva processos e retira-se para o interior hermético de seus gabinetes. Atrás de "cortinas negras" (Poe, 2009, p. 17) – as normas e protocolos que abafam uma multidão de vozes –, o Estado passa a iluminar o mundo apenas pelos números que produz. Os balanços oficiais erguem-se como fachos intensos de superexposição que esmaece os contornos da realidade, proclamando o êxito técnico quando os sentidos da população "estão vividamente aguçados" pelo desamparo e seu "poder de reflexão jaz adormecido" pelo trauma (Poe, 2009, p. 17). Do lado de dentro da instituição, celebram-se megawatts e curvas de desempenho; do lado de fora, estende-se um território entregue ao "flagelo" (Poe, 2009, p. 17), de cujas ruínas emana uma sombra múltipla e indefinível: um "peso morto" projetado pelo desterro, onde as existências permanecem "opressas e prostradas", constituindo o que Poe descreve como aquela

"terrível condição de existência" (Poe, 2009, p. 17) em que a vida já não percorre seu curso, apenas se deposita.

Essa deposição final condensa, como um ponto de saturação, toda a matéria percorrida na "Face 2". O sal, que na comunidade dos Gilus ritmava a autonomia produtiva através do ritornelo, endureceu-se na abertura dessa Face como couraça defensiva, liquefez-se na Refração I sob a forma de uma inundação desamparada e, na Refração II, impregnou os corpos e o chão como uma crosta de amargura e aridez. O que antes se espalhava para entranhar-se na carne e no solo, agora se avoluma, pois este mesmo resíduo, que se recusa a diluir ou dissolver, precipita-se nesta terceira etapa como uma massa compacta. Trata-se do acúmulo de vivências comprimidas que se petrificam no corpo social, cujas vozes represadas projetam a sombra espessa que agora jaz sobre o território. Essa "grande pedra"[272] funciona como a estratificação final da omissão que acompanhamos desde Sobradinho.

É o peso dessa massa saturada que, ao buscar vazão, colide com o umbral do Estado. Camada por camada, o silêncio institucional endureceu até adquirir a impenetrabilidade do "bronze" (Poe, 2009, p. 17). Este portal, impávido, assume a feição burocrática da própria barragem; assim como o concreto represou o rio, o bronze da instituição conteve o Direito – aqui entendido como o direito à memória, ao reconhecimento e à reparação histórica. Diante desse bloqueio, a lembrança ferida não encontra passagem. Ela bate contra a frieza técnica da CHESF e, impedida de atravessar o limiar estatal, reflui para o âmago do sujeito. No entanto, o trauma que não encontra a escuta institucional não se dissipa, mas retroage sobre si mesmo e espessa-se em sombra. Essa mancha acaba por aderir à própria infraestrutura da usina, já que a barragem nada mais é do que o suporte físico desse silêncio de bronze, vestígio persistente daquilo que o progresso tentou sepultar sob o concreto.

A história, portanto, não desaparece. Ela se recalca. Permanece comprimida, empurrada para o fundo e guardada como quem cerra um baú para não fustigar a ferida. Sem circulação possível, o sofrimento atravessa o tempo e as gerações como uma matéria endurecida que testemunha o que nunca pôde ser reparado. O gesto que obstrui a porta institucional reaparece, então, na escala íntima da vida cotidiana: perante um Estado que se encerrou em seu bronze, o morador aprende a soterrar o próprio passado sob uma pedra. Não como esquecimento, mas como estratégia de sobrevivência para que a dor não impossibilite o agora.

Ainda assim, a sombra que repousa sobre o portal não se cala. Ela fala baixo, fala tarde, mas fala por quem permanece. Do

272 Esta "petrificação" do corpo social manifesta-se, em sua dimensão psíquica, no adoecimento coletivo e nos altos índices de depressão observados em comunidades como Itacuruba (PE), conforme discutido na Introdução deste capítulo. O sofrimento, ao ser privado de reparação, converte-se em uma estagnação que acompanha a paralisia do próprio projeto de reassentamento.

interior desse acúmulo, algumas vozes ainda emergem, não para romper o fechamento, mas para testemunhar o peso do que foi guardado. É desse lugar que a fala de Ceiça irrompe, trazendo à superfície o que nunca deixou de doer:

> E sei lá de um reparo, ou sei lá, de alguma forma, pedir uma desculpa qualquer coisa que alivia a dor de muita gente que eles, eles não esqueceram, **eles colocaram uma pedra para não ter pra não lembrar**, com certeza, com certeza... **É como se tivesse num baú, fechou a botou a tampa para não lembrar, para não estar olhando aquilo**, né. Mas esquecer... Muita gente eu acho que ainda sofre com isso. Muita gente não, com certeza, minha mãe sofre com isso até hoje, minha avó sofre com isso até hoje, é isso (Ceiça, 2024, depoimento, destaque da autora).

Escutar essa sombra é reconhecer que a voz de Ceiça não caminha sozinha; nela, ecoa uma "multidão" (Poe, 2009, p. 18). O que transborda de seu relato não é um luto isolado, mas a persistência de uma dor transgeracional que se faz presença no agora. Aproximar-se desses *murmúrios* é perceber que o Sertão não fala hoje a um só corpo nem a uma única época, mas à transmissão de milhares de trajetórias que, embora riscadas como "vencidas" pelo progresso, ainda latejam na superfície. São feridas sociais que o solo, agora endurecido pelo sal, já não consegue absorver.

O desamparo do passado reaparece hoje na falta de horizonte dos jovens, reunidos não por promessa de futuro, mas por uma vizinhança de afeto. Um gesto de cuidado que não se escolhe plenamente, mas se assume pelo vínculo, ao acolher no próprio corpo um sofrimento herdado, muitas vezes sem nome e sem origem clara, para que pais e avós não precisem carregar sozinhos o peso de um exílio que continua a atravessá-los. É esse coro, das "vozes de milhares de amigos mortos", vidas interrompidas pela força do rio, pela espera exaurida dos lotes ou pelo lento definhamento sob a tutela da VMT, que denuncia um silenciamento institucional prolongado. Não um vazio, mas a lenta gestação de um "peso morto" que hoje se deposita sobre o território.

Esta pedra é, portanto, o resíduo de um presente que insiste. Enquanto a luz do progresso continua a incidir, o corpo salino da população segue refratando essa claridade em uma escuridão espessa. O soterramento narrado por Ceiça – o baú cerrado sob o peso da omissão – não constitui o jazigo de uma lembrança estagnada, mas um núcleo de saturação onde o sedimento do trauma segue pressionando as paredes da psi-

que e do território. Assim, quando o *fazer* camponês é desalojado e substituído por uma ociosidade compulsória – o tempo estagnado de quem aguarda no escabelo kafkiano por uma vida retida nos pórticos de bronze do Estado –, o sedimento não permanece imóvel. Perante a gravidade dessa mudez imposta, ele se adensa, infiltra-se nas relações e corrói o tecido social. Esta grande pedra, ao comprimir a memória contra o fundo do vivido, exaspera a contenção até o limite, forçando a dor a encontrar rachaduras por onde vazar.

As patologias que hoje marcam os territórios de Sobradinho e Itaparica conformam, assim, as únicas vias de escape possíveis para um trauma que encontra o pórtico institucional aferrolhado. Onde a irrigação prometida falhou e a "terra não presta" (Carlos, 2021), a lacuna produtiva foi preenchida pela "pestilência" (Poe, 2009, p. 17) social. Sem o canal da produção ou da escuta, a energia represada sob o peso mineral da pedra transborda e se infiltra pelas fendas.

Essa busca por vazão inaugura um escoamento torto, que se deixa ver à medida que o *pulso* do rio silencia e o acesso à água doce *recua*. O brilho das turbinas permanece ininterrupto, mas, longe delas, os canais de irrigação, quando ainda existem, seguem secos, e os perímetros prometidos são abandonados ao sucateamento. À medida que as promessas de prosperidade evaporam, o território vai sendo lentamente descoberto, como um corpo após a cheia. O que permanece visível em sua superfície após o refluxo, contudo, não é o limo fértil que recobria os solos após a vazante natural, e sim a crosta daquela massa saturada que se precipitou como o sal do trauma, um resíduo acumulado coletivamente ao longo de décadas de abandono. Uma vez que a água limpa deu lugar ao sedimento salino que queima as entranhas, a vida endurecida tenta escoar, inicialmente, pelo entorpecimento.

O alcoolismo, que hoje grassa nas praças planejadas das "cidades novas" (Trevisan, 2020), surge como um recurso para diluir essa rigidez petrificada no corpo social. Se o Estado inundou a geografia externa com o reservatório, mas negou ao sertanejo o fluxo pleno da vida, o sujeito utiliza a bebida para promover uma inundação interna, em uma tentativa de silenciar a consciência da própria paralisia. Nesse movimento, busca-se amortecer uma existência que se tornou pedra, em um esforço desesperado para submergir o "peso morto" (Poe, 2009, p. 17) e afrouxar a couraça de autodefesa que, se um dia conteve a desintegração, agora imobiliza o sujeito no desamparo.

Beber "até não levantar", como relatam Juraci e Naldo, funciona como um anestésico para que o corpo não sinta o ardor

do sal que o desterro fixou no peito. Diante de um Estado aferrolhado em sua porta de bronze, que oferece apenas o descaso ou a água salobra, a "bebedeira", mencionada por Dona Eva, torna-se então o único solvente capaz de enfrentar o que restou da memória:

> Não tinha esse negócio de droga, de bebedeira. Era tudo simples, né. Todo mundo respeitava todo mundo [...] não tinha essas malandragens que tem hoje, né (Eva Maria de Jesus, 2024, depoimento).

> Bebe muita [pinga]. Bebe que nem levanta. Vende o peixe pra comprar pinga. E acha bom. Ô! E acha bom demais, meu irmão! (Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimento).

Enquanto a barragem reteve o curso do São Francisco, a bebida se interpõe como outro estancamento, erguido para conter a dor que não encontra vazão. O sofrimento fica ali, abafado, sem jamais se extinguir. Entretanto, quando o trauma não se dilui no copo – e o líquido, assim como na terra, logo se esvai – ele procura saídas mais áridas por onde vazar. Onde a anestesia já não sustenta o peso da história, a urgência por sobrevivência insurge-se pelas rachaduras da terra, infiltrando-se nas fendas da ilegalidade que viabilizam o sustento no Polígono da Maconha[273]. Esta configuração viceja no intervalo entre o planejamento tecnocrático e a realidade dos perímetros de irrigação no então denominado "polígono das secas" – território que, a partir de 1970, sob o direcionamento massivo de ações estatais voltadas à geração de energia e ao fomento de uma agricultura de exportação, passou a ser lido como "mancha irrigada".

Até os anos 1960, a promoção do desenvolvimento social da área ainda era idealizada pelo estímulo a projetos de colonização fundamentados na pequena propriedade, a exemplo dos perímetros pioneiros de Bebedouro e Mandacaru[274]. Eram lotes de 4 a 8 hectares que beneficiavam o cultivo da cebola, da uva e do algodão, mantendo a vida ancorada na escala e na autonomia do produtor local. No entanto, a partir da década de 1970, a atuação da SUDENE redesenhou os destinos regionais ao consolidar um modelo que subordinou a autonomia camponesa à expansão do agronegócio. O incentivo estatal, que ocorria por meio de isenções fiscais, crédito rural subsidiado e o aporte de infraestrutura hídrica voltada à alta produtividade, passou a priorizar uma produção extensiva voltada ao mercado externo, permitindo que novos empreendedores ocupassem áreas até dez vezes maiores do que as pertencentes às famílias locais. Como consequência, as terras familiares foram paulatinamente consumidas, convertendo os

273 Denominação atribuída à região que compreende o Sertão e o Vale do São Francisco, entre os estados de Pernambuco e Bahia – destacando-se municípios como Cabrobó, Belém do São Francisco e Juazeiro –, caracterizada pela produção intensiva e o tráfico de *cannabis*. A consolidação desse território vincula-se ao vácuo de autoridade estatal e à "especialização" da mão de obra local: agricultores que, historicamente habituados ao trato com a terra e à irrigação pelo Rio São Francisco, encontraram no cultivo ilícito uma estratégia de sobrevivência diante da crise econômica e das promessas não cumpridas dos perímetros irrigados oficiais. Assim, a fertilidade do solo e a infraestrutura hídrica do Vale são convertidas em suporte para economias marginais que preenchem as lacunas deixadas pelo planejamento tecnocrático (Silva, 2024).

274 Embora a irrigação em escala de projeto tenha se consolidado no final da década de 1960, o cultivo experimental no Submédio São Francisco remonta aos anos 1950, sob coordenação da extinta Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e da SUDENE. Nesse período inicial, foram realizados os primeiros levantamentos de solos da Caatinga para fins de irrigação. Entre 1963 e 1964, foram instaladas estações experimentais em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que deram origem, respectivamente, ao Projeto Piloto de Bebedouro e ao Perímetro Irrigado de Mandacaru (Silva, 2010a). Em 1965, a SUDENE instalou em Mandacaru uma coleção de cultivares (incluindo videiras importadas da FAO e do IAC), que serviu de base para o atual Banco de Germoplasma de Videira da Embrapa Semiárido (Leão, 2020). Geridos posteriormente pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) – antecessora da CODEVASF –, esses perímetros representaram a fase de colonização dirigida, planejada originalmente como instrumento de fixação do homem no campo e fomento à policultura familiar (cebola, algodão, tomate), antes da reorientação definitiva do Estado para a monocultura exportadora a partir de 1970 (Ribeiro, 2008).

velhos colonos em empregados assalariados de latifúndios tecnologicamente reformulados, mas socialmente excludentes (Ribeiro, 2008).

Esta transição identitária, pautada pela concentração da terra e pela transformação do rurícola em força de trabalho disponível, começa a tomar forma já com a construção da UHE de Sobradinho. Ante o esvaziamento da territorialidade e a extinção de qualquer viabilidade produtiva, multidões engolidas pela expropriação acabaram relegadas às periferias metropolitanas e cidades médias da região. Esse desterro foi agravado por indenizações irrisórias, que pretendiam substituir o vínculo com o chão por um frágil "laço" com o poder público, aquela armadilha estatal que imobiliza o sujeito em uma dependência burocrática identificada anteriormente.

Ao desarticular as economias de subsistência durante a formação do lago de Sobradinho, o Estado instituiu um regime de abandono que viria a ser replicado no Sistema Itaparica. Naquele novo arranjo, a infraestrutura que deveria garantir a sobrevivência dos que ficaram permaneceu estagnada por uma desídia técnica prolongada. Assim, ao suspender o tempo que prometeu – o tempo da água, da luz acesa, do progresso anunciado –, o poder público abriu um intervalo que o sertão preencheu por conta própria. É nesse ponto que o "apagão" da infraestrutura encontra sua sombra refletida, visível no desamparo de uma multidão de desterrados, absorvida como mão de obra barata pelo agronegócio, e no lampejo de uma insurgência que ressuscita o espírito do cangaço. Tal sombra não é apenas um rastro, mas a formação de uma fratura que se aprofunda no chão.

Diante da impossibilidade de reprodução da vida camponesa nos moldes pactuados, o Submédio do São Francisco assenta-se como um território cindido. Enquanto a fruticultura de exportação avança mediante a proletarização dessa massa de despossuídos, os lotes familiares permanecem paralisados pela espera, forçando o sertanejo a improvisar rotas de existência onde o Estado se retirou. É nesse interstício que o cultivo da maconha ganha corpo a partir da década de 1980. Arraigada em uma tradição sertaneja historicamente atravessada pela violência e pela pistolagem, surgiu como uma mediação precária entre a insegurança do trabalho assalariado e a indiferença institucional (Ribeiro, 2008).

Onde a luz oficial falha, o Polígono da Maconha se expande como dispositivo de ruptura, transformando a mística de Lampião em um imperativo de sobrevivência: o reconhecimento de que, onde o Estado se ausenta, a lei é ditada pela necessidade. Se dantes a "cruel chama" (Mello, 2018, p. 12) de

Virgulino se acendia para incendiar o sertão com uma justiça forjada no próprio punho, o Polígono é hoje a rachadura social onde o desassistido persegue a reparação como clarão de soberania; uma luz súbita e violenta que rasga a penumbra da omissão para afirmar existências que mapas e números ignoram. Ali onde o poder público estanca a torrente do desenvolvimento, o território busca o seu fulgor tanto no cano de um rifle quanto na folha que brota dessa fenda: a planta que enraíza na fratura social, alimentada pela mesma sede de desforra que converte, secularmente, a desesperança em incandescência.

À luz desse clarão insurgente, torna-se visível um panorama de permanências, dividindo o Submédio do São Francisco em três realidades que coabitam a mesma fratura social. A primeira reside no êxito do agronegócio globalizado, movido por capitais externos e alta tecnologia. A segunda manifesta-se na ascensão dos "novos ricos" da *cannabis*: grupos oriundos de camadas intermediárias que passam a compor as elites tradicionais ao reproduzirem o brilho econômico e a sofisticação técnica da "mancha irrigada". Ao apropriar-se de tecnologias como a irrigação por gotejamento e os métodos de fertirrigação, além de ocupar as mesmas rotas de escoamento, essa rede clandestina absorve a mão de obra submetida à precariedade que todo esse processo de abandono produziu. Por fim, a terceira é a condição da população reassentada, herdeira de uma luta sindical histórica, mas que permanece estagnada por um sistema que ainda não concretizou o *seu* "futuro iluminado".

Em vez de conduzir a história adiante, o projeto técnico ergueu-se como uma barragem, represando não apenas a água, mas o próprio tempo, convertendo o futuro em promessa reiterada, nunca em experiência vivida. Sobradinho e Itaparica não são, portanto, monumentos de um progresso que chegou, mas de um tempo que parou. O que se vê hoje no Submédio São Francisco não é o "atraso" de um povo, mas o interdito deliberado de sua história sob o peso de um portal que permanece aberto, mas nunca para eles. A sombra que jaz sobre o bronze não é silêncio, é o acúmulo de milhares de vozes que, impedidas de atravessar, começam a estilhaçar a rigidez do cristal tão cuidadosamente lapidado pela retorica oficial.

Se o beato de outrora esperava a justiça e o cangaceiro a executava, a teologia do sertão atualiza-se agora na insubmissão de quem vive na fenda. Trata-se de uma revolta que não se ajoelha pelo céu nem se esgota no cano do rifle, mas que planta o seu direito de existir nas brechas da ilegalidade, convertendo o desvio no único solo onde a dignidade ainda

consegue germinar. Neste estágio, o brio do sertanejo deixa de ser espera para tornar-se faísca. A grande pedra do abandono, saturada de sal e memória, lateja sob o sol do Vale, não como um sepulcro, mas como um núcleo de saturação prestes a explodir.

Essa saturação transborda nas encostas do desterro. Ali, o que a história tentou enterrar volta à superfície, e cada desnível da nova geografia expõe uma camada da dor sedimentada no tempo. Enquanto, na antiga Rua de Baixo, os Gilus equilibravam a sujeição com a soberania que raspavam do chão salobro, no Alto da Caixa D'Água eles descobrem que a "ascensão" prometida pelo Estado era, na verdade, o seu desenraizamento. Ao trocarem o húmus fértil do baixio pela claridade estéril do pedregulho, perceberam que *subir* a ladeira da "cidade nova" significava distanciar-se do rio para habitar o vazio da promessa. E o sal, que antes era o cristal da independência colhido nas frestas do latifúndio, liquefez-se em pranto para depois recristalizar-se como insurgência. O que lateja hoje no Alto não é apenas o sofrimento de uma cidade que adoeceu de saudade, mas a energia comprimida de quem guarda a terra em si mesmo enquanto o solo lhe é negado. Essa grande pedra, gestada no descaso que remonta a Sobradinho, já não suporta o peso do silêncio; ela incendeia o presente como a prova de que nenhuma barragem – nem mesmo a de bronze – consegue sepultar para sempre a vida que aprendeu a vingar na fissura.

Fratura Material: *Cidades de Pedra, Cidades de Papel*

/ Figura 88.

Os antigos construíram Valdrada à beira de um lago [...]. Deste modo, o viajante ao chegar depara-se com duas cidades: uma perpendicular sobre o lago e a outra refletida de cabeça para baixo. Nada existe e nada acontece na primeira Valdrada sem que se repita na segunda, porque a cidade foi construída de tal modo que cada um de seus pontos fosse refletido por seu espelho [...]. Os habitantes de Valdrada sabem que todos os seus atos são simultaneamente aquele ato e a sua imagem especular, que possui a especial dignidade das imagens, e essa consciência impede-os de abandonar-se ao acaso e ao esquecimento mesmo que por um único instante. [...] Às vezes o espelho aumenta o valor das coisas, às vezes anula. Nem tudo o que parece valer acima do espelho resiste a si próprio refletido no espelho. As duas cidades gêmeas não são iguais, porque nada do que acontece em Valdrada é simétrico: para cada face ou gesto, há uma face ou gesto correspondente invertido ponto por ponto no espelho. As duas Valdradas vivem uma para a outra, olhando-se nos olhos continuamente, mas sem se amar. (Calvino, 2009, p. 53-54, destaque da autora).

Espelho Cristalino

Essa rua sem céu, sem horizontes
Foi um rio de águas cristalinas
[...]
O olho d'água sangrava numa fonte
Meu anel cravejado de brilhantes
São os olhos do capitão Corisco
E é a luz que incendeia meu ofício
Nessa selva de aço e de antenas
[...]
Derretidas na insensatez do asfalto
Mas eu tenho meu espelho cristalino
[...]
Ói, ele tem uma luz que me alumia [...]
Ao meio-dia, clareia a luz do sol [...]
[...]
Que me dá o veneno da coragem [...]
Pra girar nesse imenso carrossel [...]
Flutuar e ser gás paralisante [...]
E saber que a cidade é de papel [...]
Ter a luz do passado e do presente [...]
Viajar pelas veredas do céu [...]
Pra colher três estrelas cintilantes [...]
E pregar nas abas do meu chapéu [...]
Vou clarear o negror do horizonte
É tão brilhante a pedra do meu anel
Olha que eu tenho meu espelho cristalino [...].
(Valença, 1977, destaque da autora).

O Vale do São Francisco tornou-se uma Valdrada de concreto. À superfície, o rio parece liso e as cidades, novas. Para quem passa, nada se move. Mas para quem perdeu o chão, a água devolve outra imagem. Basta olhar com demora para que o fundo se imponha e a "luz do passado e do presente" (Valença, 1977) se encontre em um mesmo reflexo. O que foi submerso não desapareceu, permanece guardado na espessura da duração.

No plano visível, a cidade planejada ergue-se sobre esse avesso silencioso, como se cada quarteirão tivesse diante de si outro, invertido, separado por uma lâmina d'água. Sob o espelho do rio represado persiste o cristal, a cidade orgânica estratificada na duração. Outrora feita não só de pedra, mas de sal, ela subsiste como matéria virtual no fundo. O cristal de cada cidade, "cravejado de brilhantes", reluz no horizonte da memória para desafiar o "negror" da omissão (Valença, 1977). Dissolve-se na inundação, infiltra-se, parece desaparecer. Mas retorna, décadas depois, recristalizado como trauma.

A nova malha urbana, por sua vez, vive como projeção na lâmina do reservatório. Planejada para ser pedra, permanece figura do presente. É o rio represado, tornado plano refletor, que duplica os traçados, enquadra o território e vigia a paisagem, enquanto a imagem urbana que se impõe na superfície jamais coincide com a cidade submersa que a sustenta. Assim, o Vale desvela sete Valdradas (Calvino, 2009): em cada uma, duas cidades coexistem – uma perpendicular e outra refletida – encarando-se continuamente sem coincidir. Uma cristalina, sedimentada na duração. Outra especular, erguida como projeção. Não porque uma seja "real" e a outra "cópia", mas porque a primeira permanece como duração acumulada no fundo, enquanto a segunda se impõe ao olhar como forma do presente. O espelho não as reconcilia. Apenas as mantém frente a frente, ligadas não pelo amor, mas pela impossibilidade do esquecimento.

Represado, o rio deixa de correr para sustentar o espelho. Sua superfície não reflete apenas o presente: mantém-no suspenso sobre a cidade que continua retida nas profundezas. O que aparece acima não apaga o que persiste abaixo; ambos permanecem, simultâneos, na mesma paisagem. Entre ambos, o território sustenta uma tensão contínua, como se o tempo tivesse sido forçado a coexistir consigo mesmo.

Fratura Material:
Cidades de Pedra, Cidades de Papel

Clarisse, cidade gloriosa, tem uma história atribulada. **Diversas vezes decaiu e refloresceu, mantendo sempre a primeira Clarisse como inigualável modelo de todos os esplendores** [...]. Nos séculos de degradação, a cidade, esvaziada por causa das pestilências [...], enferrujada e bloqueada por negligência [...], repovoava-se lentamente com hordas de sobreviventes emersos de sótãos e covas como férvidos ratos movidos pelo afã de revolver e roer e que ao mesmo tempo se reuniam e se ajeitavam como passarinhos num ninho. **Agarravam-se a tudo o que podia ser retirado de onde estava e colocado em outro lugar com uma outra utilidade**: as cortinas de brocado terminavam por servir de lençóis; nas urnas cinerárias de mármore, plantavam manjericão; as grades de ferro batido arrancadas das janelas dos gineceus eram usadas para assar carne de gato em togo de lenha marchetada**. Montada com os pedaços avulsos da Clarisse imprestável, tomava forma uma Clarisse da sobrevivência,** repleta de covis e casebres, córregos infectados, gaiolas de coelhos. Todavia, não se perdera quase nada do antigo esplendor de Clarisse, estava tudo ali, apenas disposto de maneira diversa [...] a nova abundância fazia a cidade extravasar de novos materiais edifícios objetos; **afluía gente nova de fora; nada e ninguém tinha a ver com a Clarisse ou as Clarisses anteriores; e, quanto mais se estabelecia triunfantemente no lugar e com o nome da primeira Clarisse, mais a nova cidade percebia afastar-se desta, destruí-la com a velocidade dos ratos e do mofo: apesar do orgulho do novo fausto, no fundo do coração sentia-se estranha, incongruente, usurpadora. Eis então os fragmentos do primeiro esplendor, que haviam se salvado adaptando-se a necessidades mais obscuras, sendo novamente deslocados, ei-los protegidos sob recipientes de vidro [...] não mais porque ainda podiam servir para alguma coisa, mas porque por meio deles seria possível reconstruir uma cidade sobre a qual ninguém sabia mais nada.** Seguiram-se outras deteriorações e outras pujanças em Clarisse. As populações e os costumes mudaram diversas vezes; restam o nome, o lugar em que está situada, os objetos mais resistentes. **Cada uma das novas Clarisses [...] ostenta como um colar aquilo que resta das novas Clarisses fragmentárias e mortas.** [...] **A ordem de sucessão das épocas havia se perdido; que existiu uma primeira Clarisse é uma crença muito difundida, mas não existem provas para demonstrá-lo**; os capitéis podem ter estado primeiro nos galinheiros e depois nos templos, as urnas de mármore podem ter sido semeadas primeiro de manjericão e depois de ossos de defuntos. **Sabe-se com certeza apenas o seguinte: um certo número de objetos desloca-se num certo espaço, ora submerso por uma grande quantidade de novos objetos, ora consumido sem ser reposto; a regra é sempre misturá-los e tentar recolocá-los no lugar.** (Calvino, 2009, p. 98-100, destaque da autora).

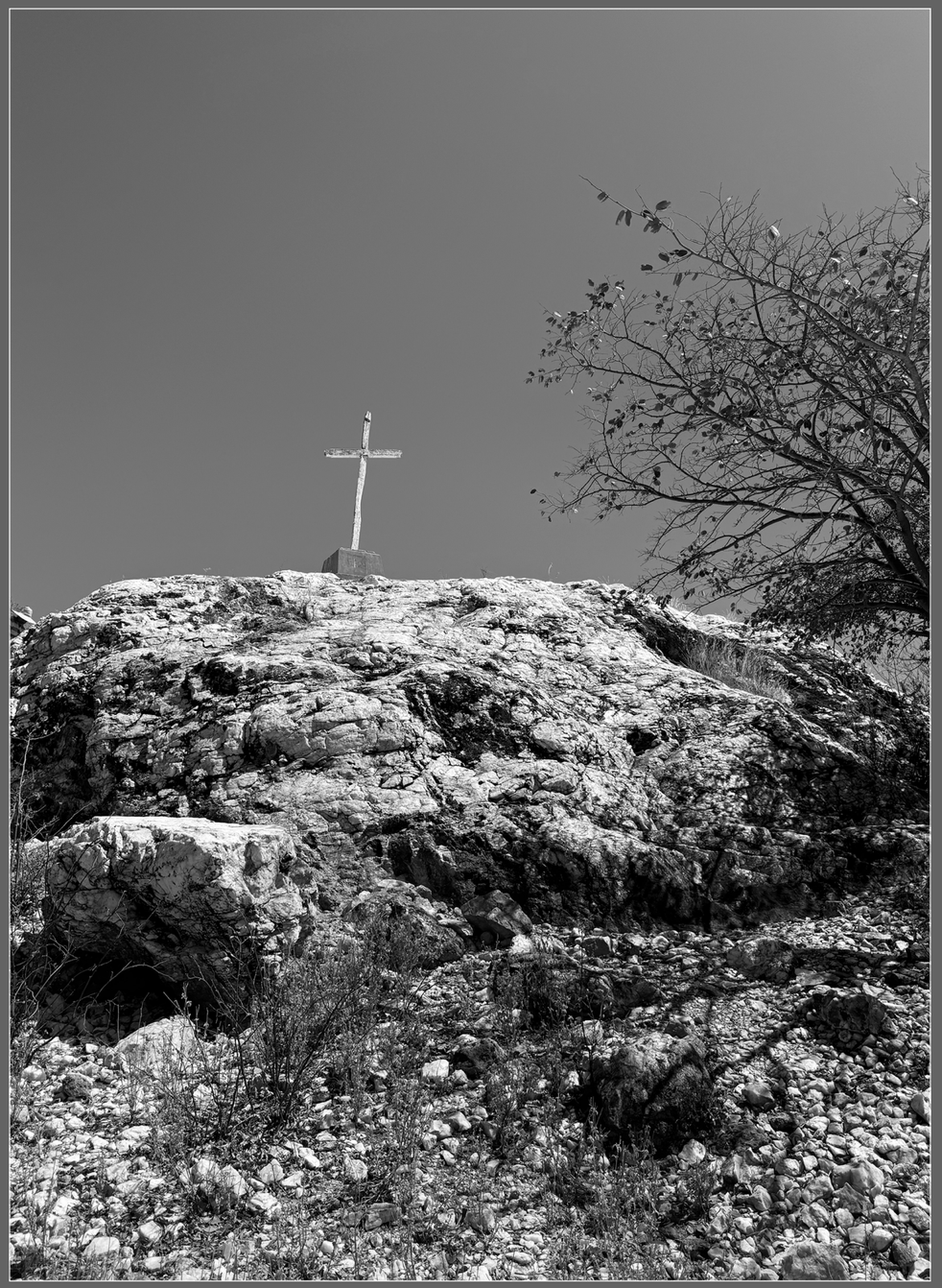


/ Figura 89: Pilão Arcado vista do alto da Pedra Branca: a vegetação que recobre as ruínas e o Rio São Francisco ao fundo.

Uma pedra entalada na garganta

A travessia pelo rio São Francisco prepara o impacto. O barco avança devagar, a água se abre e, então, a antiga sede municipal começa a despontar: uma ilha agarrada à base do serrote, sob o peso, bem ao alto, da Pedra Branca – grande, brilhante e cristalina. Nesse instante, a visão de Pilão Arcado Velha, durante a visita *in loco* em 2024, se prende à garganta como um mineral, entalado. O assombro não vem apenas da paisagem, mas da percepção de uma outra cronologia: ali, o tempo já não flui; estratifica-se em camadas espessas, sobrepondo-se ao que foi. É um lugar onde o passado não passou. Isolado da pulsação do presente, foi deixado para trás. Nada o move. Não há ruas, lojas ou carros em circulação. É uma cidade perdida no tempo.

Sob o sol escaldante que trinca o solo, a antiga sede emerge cercada pela água azul-esverdeada do Velho Chico. O silêncio que pesa sobre as pedras é subitamente rasgado pelo berro das cabras que nos perseguem. Não é um som disperso na paisagem – é um clamor que se repete, volta, insiste, como se procurasse resposta entre as casas vazias. Ecoa nos escombros e retorna mais áspero, atravessando o corpo como um pedido que ninguém pode atender. Ali, onde a arquitetura já não fala, são os animais que gritam. O tempo não avança; lateja. Cada berro parece arrancado da própria pedra, como se a ilha ainda chamasse por quem partiu.



/ Figura 90: Pedra Branca – suspensa sobre a antiga sede, cristaliza-se como marco imóvel do tempo: densa e clara, atravessada por uma cruz que não redime, apenas fixa a permanência daquilo que não passou – onde o tempo se deposita e endurece.

Pilão Arcado é a matéria que o rio tentou digerir e cuspiu de volta: um fragmento sólido de realidade que se recusa a virar lama. Uma imagem crua, feita de pedras expostas que se incrustam na memória como um mundo que não se deixa digerir pelo esquecimento.

Caminhar pela velha cidade é perceber que a natureza não voltou para ocupar o espaço, mas para reinventá-lo. Galinhas atravessam o que um dia foi rua, porcos remexem o chão onde havia quintais, cães circulam sem dono entre paredes abertas. As ruínas cedem, pouco a pouco, à vegetação: o capim contorna cercas, sobe pelas pedras, se adensa e molda quase novas construções sobre o esqueleto das antigas.

/91.



/92.



/93.





/94.

/95.



/96.



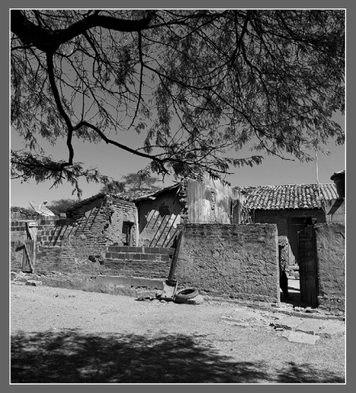
À revelia do planejamento estatal, restaram ainda dez ou quinze casas e as paredes resistentes da igreja. Diante da casa que um dia foi de "Dona Pira", um vira-lata preso a uma corrente corre em círculos, latindo para o vazio, guardando um território onde quase sempre reina o silêncio. Ao cruzar a soleira da moradia – uma estrutura que a CHESF condenou à destruição, mas se manteve de pé pela resistência da matéria – a luz de súbito se recolhe. O interior é feito de sombras, paredes descascadas e apenas duas frestas por onde o dia insiste em passar. No corredor, o canto de um passarinho engaiolado atravessa a escuridão.

Hoje, quem habita a quietude daquelas ruínas é Dona Juraci Ribeiro Rodrigues. Vinda de longe, ela chegou quando a água já havia passado, quando o impacto da inundação já havia se depositado no chão e nas paredes como uma incrustação de trauma. Juraci não viu o rio subir, mas encontrou abrigo no que restou dele. Mora em uma casa cuja história não era sua e, ainda assim, é ali que o tempo volta a se recompor. Sua vida passa a se assentar sobre as camadas de um passado que ela não viveu, fazendo dos vestígios em alicerces para o agora.



/ Figura 97: Casa de Juraci Ribeiro Rodrigues – no corredor em penumbra, a luz insiste pelas frestas enquanto um pássaro engaiolado sustenta o tempo suspenso.

/98.

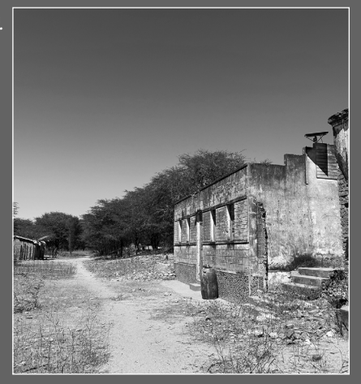


À direita da foto acima, encontra-se a entrada da casa de Dona Juraci.

/99.



/100.



Sua presença, e das poucas famílias que ali resistem, desloca o sentido da ilha. A ruína deixa de ser um resquício arqueológico para se tornar um espaço de vida e acolhimento, e o que deveria desaparecer oferece permanência. Trata-se de uma existência que, à maneira do tempo bergsoniano (1999), não avança nem retorna: permanece. Entre pedras fendidas e paredes feridas, a vida se ajusta e aprende a *durar* nas frestas do que foi projetado para terminar.

Essa insistência atravessa Pilão Arcado como uma sutura material que já pulsava muito antes de Juraci chegar, entranhada na resistência daquelas pedras – nos esteios de adobe, a cal das fachadas e a fundação das moradias – que já haviam sido empurradas para um fim imposto. Pilão Arcado, portanto, não apenas testemunha a interrupção; ela é a própria encarnação da Fratura Material que veremos a seguir.

Situada no limite onde o projeto de apagamento falhou, a ilha permanece à vista, irresoluta. Nela, a cidade de outrora e a ruína de hoje não se sucedem; tangenciam-se, presas na aspereza das paredes de adobe que o rio tentou, em vão, engolir. Nos interstícios, a vida segue insinuando-se, seja no labor de Juraci ou no berro das cabras ocupando os sulcos deixados pela ruptura. Sob o sol, o que se expõe ali é o avesso do progresso: uma matéria que resistiu ao fechamento e permanece aberta porque o projeto de governo não foi capaz de consumi-la.

A primeira morte

Em 1979, o ultimato que ecoava nos gabinetes burocráticos, protegidos atrás de suas portas de bronze aferrolhadas pela indiferença técnica, era implacável: *debandem-se, pois o mundo conhecido será convertido em um abismo de água!* "Encaixotem suas memórias", ordenavam as vozes sem rosto, enquanto o ronco metálico dos tratores já riscava o horizonte, aguardando o sinal para moer o que a duração havia erguido, pedra por pedra. A aceitação do esquálido quinhão oferecido pelo Estado surgia como a última e desesperada tentativa de resgate antes que a inundação chegasse para liquidar o passado sem deixar vestígios.

Para quem ousasse hesitar, o "progresso" despia sua máscara de cordialidade e a promessa de energia cedia lugar ao ronco das esteiras mecânicas, ao estalo do metal e ao peso das botas militares, prontas para pisotear cercas, pomares e corpos. Sob a pressa cega do cronograma, eram as pessoas que vinham primeiro abaixo, tratadas como "entulho" inicial a ser removido para que água pudesse subir sem obstáculos.

No entanto, a destruição não avançou de forma homogênea. O que caía e o que permanecia de pé não obedecia a um cálculo técnico, mas a um confronto irregular entre a fúria mecânica do Estado e a densidade do apego local. As máquinas seguiam seu curso sobre aquilo que julgavam descartável, até esbarrarem na teimosia de quem se recusava a trocar a casa por uma indenização, o chão por um recibo. Essa recusa criava um nó burocrático que a força bruta nem sempre sabia desatar, pois, sem a assinatura do despojo, a casa não se convertia formalmente em "detrito". Continuava sendo um lugar, um território juridicamente vivo, capaz de obstruir o fluxo da chamada "limpeza de área". Diante disso, para o Estado, tornava-se mais simples isolar aquela obstinação e entregá-la ao rio do que arcar com o custo político de demolir o lar de quem por idade ou influência fazia do afeto uma barreira intransponível:

> Só pessoas que eram muito ricas, que tinham aquelas casas porque tinham carinho... pessoas de mais idade têm isso, né? Apego. Como meu avô, que não quis sair de lá e não deixou indenizar a parte das terras dele... Então essas aí não derrubaram. Mas as demais, ali ó... meu pai mesmo, tudo o que a gente tinha, foi destruído. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Para os moradores cujas casas não dispunham dessa "imunidade" do apego, a saída foi encenada como um ritual de destruição. O "progresso" não se satisfazia em tomar a terra: impunha que as famílias ficassem, de pé, assistindo à própria vida ser desmoronada. Nos procedimentos da CHESF, o despejo transbordava a perda material e se tornava um espetáculo, um trauma visual sem cura, no qual paredes despencavam diante dos olhos de quem ainda reconhecia nelas um lar:

> [Vocês viram, vocês viram eles destruindo?] Sim. Sim. Sim, eu vi quando eles destruíram a casa da gente, minha mãe chorava. Eu vi as pessoas chorar, eu vi as pessoas triste, eu vi as pessoas passarem mal, porque tudo estava ficando ali, né. Vi tudo. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Enquanto as casas eram violadas e a geografia íntima dos moradores se desmantelava, a fúria das escavadeiras obedecia a uma diretriz distante, formulada nos gabinetes: poupar somente as igrejas. O teto de Deus permanecia incólume no papel, resguardado com esmero, ao passo que seus fiéis eram lançados para fora, à intempérie de um desterro triturado. Preservavam-se as pedras sagradas não por devoção, mas para blindar, no isolamento dos escritórios climatizados, a conveniência política dos gestores. Longe da poeira e do desamparo, zelava-se pela cúpula do sagrado como quem lustra um verniz eleitoral, garantindo que o pó das vidas moídas não ensebasse o brilho das carreiras.

Entretanto, em Pilão Arcado, tal preservação assumiu a forma de uma mutilação lenta. À medida que a "limpeza de área" prosseguia e a comunidade se esfacelava ao redor, a Igreja de Santo Antônio (1873) (Gandara, 2014), destinada, nos mapas, a esperar o rio em sua integridade, começava a ser desfigurada. Antes mesmo que a água chegasse para cumprir o destino traçado, o templo foi reduzido ao osso: o teto e o forro de madeira, aquela "riqueza" que fazia do espaço sagrado um lugar de acolhimento, foram extirpados. Ao rio não restou um templo suntuoso, mas a carcaça exposta de uma memória, imagem que Ceiça ainda hoje evoca com pesar:

> Tinha uma igreja linda que derrubaram, o que eu não sei por quê... tanta maldade, crueldade. [...] A maior tristeza que eu tenho, quando eu olho para aquela igreja. A igreja foi derrubada, só tem alguns paredões, daquela torre linda. Se vocês forem lá, é muito linda, a torre ela é feita de pedra, linda, na beira do Rio [...] uma vista, linda, linda, uma riqueza. É... ainda tem,

> só que só os paredões. Não tem teto, eu lembro que o teto era um teto, era forrado de madeira, aqueles teto de madeira, a coisa mais linda. […] não tinha necessidade de derrubar, inclusive os paredões que ficaram ainda hoje estão em pé, intacto, intacto. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Seja por desígnio divino ou pela burocracia dantesca dos gabinetes, em janeiro de 1979, as águas enfim executaram sua sentença. Vergados pela debandada forçada, os moradores recolheram os fragmentos de suas vidas e partiram rumo ao incerto. À distância, escutavam o avanço do rio, o múrmurio das casas sendo sepultadas sob o estridor abafado da água "bebendo" as paredes, agora submersas pelo peso de um espelho opaco. As águas subiram, subiram e subiram, invadiram tudo, nível por nível, e escalaram as pedras até silenciarem o topo da torre da Igreja de Santo Antônio (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Naquele instante, o mergulho da carcaça desfigurada do templo não cumpria apenas um acontecimento, mas o ato final de um rito de apagamento iniciado longe dali. Sob o peso de um espelho líquido que já não refletia a vida, apenas encobria o despojo, a cidade de pedra cessou – não como quem desaba, mas como quem é abafado até perder o ar – e tornou-se um vestígio comprimido sob a lâmina imóvel da superfície. Consumava-se ali, sob o estridor surdo do rio represado, o que a indiferença técnica já havia decretado no papel: a primeira morte.

O primeiro renascimento

Foi quando, passados cerca de cinco anos da inundação, o abismo de água começou a recuar. O território que os relatórios técnicos haviam condenado ao esquecimento não retornou como lembrança, mas como corpo. A superfície líquida cedeu, e dali rompeu uma cidade que não aceitara desaparecer: dura, irregular, ferida, mas irrevogavelmente presente. Trata-se da resistência mineral que a água não logrou dissolver; uma forma de permanência que atravessara o afogamento para reivindicar a luz. Onde antes imperava o plano liso da represa, despontaram primeiro os marcos, depois os relevos e, por fim, os volumes – sinais de uma cidade que não se deixara levar. Não era ainda um lugar para viver, mas já era um lugar para voltar:

> [Quanto tempo levou, você lembra? Para as águas abaixarem...] Foram muitos anos, foram muitos anos. Para baixar literalmente, eu acho que levou aí uns 10 anos, mas com 5 anos, é... Pelo menos a cidade velha, já... já... eu voltei nesses, nesse mais ou menos nesse período, de 5 anos, 4 a 5 anos. E fiquei na cidade velha. Você não pôde ir para as roças, né. Porque eram ilha e estava embaixo da água, e a cidade, parte da cidade, estava embaixo da água. Mas como era um pé de serra, né, aí... é, nunca, nunca... Teve lugar que nunca água chegou. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Com o lento recuo das águas, Pilão Arcado trazia consigo o desmentido. Aquilo que os papéis oficiais haviam apresentado como necessidade surgiu à vista como excesso. O rio, de fato, avançara sobre as partes mais baixas, alcançando a igreja e sitiando o vilarejo por anos, mas fora incapaz de engoli-lo por inteiro. Assentada num pé de serra, a cidade conservara altura suficiente para permanecer acima da cota da inundação. O reaparecimento de Pilão Arcado, exposta em sua quase totalidade, tornou visível que o esvaziamento do território não fora uma exigência da água, mas uma deliberação do projeto. Como lembra Ceiça, a topografia da cidade desautorizava a sentença anunciada em 1979:

> Ah, se lá, a cidade literalmente, como eles falam, ficou submersa, ficasse literalmente, aqui em Petrolina também ficava. Porque a cidade é muito alta, é um pé de serra. Não tinha necessidade daquilo, de derrubarem de fazer aquele estrago. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Quando as pedras voltaram à luz, a extinção foi desmentida. O que o rio devolveu à margem não era ruína, mas permanência. Acima da cota, a arquitetura de Pilão Arcado desfazia a ficção dos mapas e expunha o apagamento como decisão, não destino. Como uma afronta ao cálculo técnico, a cidade reapareceu – e, com ela, irrompeu o primeiro renascimento.

A segunda morte

Mas a cidade que rompeu a superfície não era a mesma que havia afundado. O que o rio devolvia, a mão humana logo desfazia, arrancava. Coberturas, travamentos, fragmentos de alvenaria, tudo passava a ser retirado, como se ainda se pudesse reaver aquilo que já havia sido tomado à força em 1979. Havia fome, havia carência mas havia também um desejo de justiça tardia, por vezes atravessado pela cobiça. Inaugurava-se ali um novo ciclo de violência, no qual o território reemergido deixava de ser um chão de retorno e se transformava em matéria bruta a ser consumida – uma *Clarisse* (Calvino, 2009).

A cidade passou a comer a si mesma pelas mãos de quem sobrevivera a ela. Não era um saque apressado, mas um retorno. Se o Estado decretara a primeira morte com papel e máquina, a segunda se cumpria ali, no movimento daqueles que voltavam para reclamar, dos próprios restos, o que ainda podia sustentar a vida. Portas eram desencaixadas, telhas empilhadas, vigas carregadas nos ombros, em um labor onde cada retirada abria mais uma ferida no corpo da cidade. Aquilo que o rio não conseguia ocultar seguia agora em barcos carregados de ruína, cruzando as águas para se dispersar pela "Pilão Novo" e por mercados informais em Xique-Xique e Passagem:

> Aquela igreja ali não era pra pra pra ter derrubado, ser derrubada. Era pra pra até hoje ela está em forma. Quando eu cheguei aqui ela ainda era em pé […] O pessoal vim para... Lá, é... tirar a negócio só deixaram as paredes. As paredes é mais ou menos dessa largura assim, ó. Não acaba nunca. [...] A igreja tava em pé! Quem derrubou foi até aquele velho que morreu no final, o Pombinho. Vinha gente derrubar o material para vender em Xique-Xique, para vender por esses cantos aí, foi que derrubou foi... […] Sumiram tudo e foi tudo derrubado aqui porque tava tudo... eu quando cheguei aqui, tava tudo isso em pé. […] Tudo tudo tudo. Aqui é tudo era bem organizadozinho isso aqui. [Na época que a senhora chegou aqui, a cidade tava inteira, tava em pé.] Tava. (Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimento).

Não foi um desmoronamento imediato, nem um desabar ruidoso, mas um esvaziamento contínuo, feito à vista de todos. A cidade foi sendo desmontada peça por peça, não por aqueles que lá se estabeleceram, impelidos pelo ciclo da pesca, mas pelos próprios sobreviventes do desterro. Confinados pelo Estado na "Pilão Novo", eles regressaram à cidade matriz, entretanto, para extrair dela aquilo que a nova sede lhes negara. O retorno já não buscava abrigo, mas sustento; não prometia permanência, apenas a vida reduzida ao que ainda podia ser carregado:

> Quem destruiu a cidade foi os homem que foi morava lá no Pilão Novo, não foi o povo daqui não. Foi o homem que morava lá e […] começou a derrubar pra pegar o material. [...] Derrubava para vender material, criatura! Não foi o povo que chegou de fora não. [...] Se não fosse o povo de fora [os pescadores], não tinha ficado nenhuma inteira, eles tinham roubado era tudo! Pois o povo foi chegando e entrando pra dentro de casa, aí ninguém derrubou mais, mas se não fosse eles tinha ficado tudo. Quem derrubou foi o finado Pombinho mais o filho dele. [...] Que eu vi derrubando aqui, foi deles. Ele e o filho. […] [Vocês que já estavam aqui não tinham como segurar isso não?] Não tinha como, porque eles era daqui e nós era de fora, nós não tinha vez. É, eles eram daqui, eram morador daqui, eles fazia porque eles queriam que ele era morador, fazia. Como a gente era de fora, ia dizer o quê? Nada. [...] E essas outras derrubaram, porque chegou o povo de fora e entrou para dentro, se não tinha ficado nem uma. [É, né. E derrubava para levar o material e ninguém fazia nada? O prefeito lá Pilão...] Ô, o prefeito fazia nada. O prefeito não faz nada. [Não faz nada até hoje, né?] Não! (Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimento).

O ponto extremo dessa desolação veio de cima. A cidade passou a ser vencida em altura, tomada por assaltos verticais. Homens desciam por cordas, suspensos no vazio, para desmontar o que ainda resistia no topo: cumeeiras, calhas, coroamentos e as fiadas derradeiras de pedra. Cada incursão despia a arquitetura até restar da moradia apenas o esqueleto. O saque prosseguiu, impiedoso, até alcançar o território dos mortos. O cemitério, lugar onde o tempo deveria ter estancado, foi tratado como pedreira comum. Arrancaram-se lápides e removeram-se lajes; o mármore e a pedra funerária foram reciclados como insumo de construção, moendo a memória para erguer paredes e bancadas alheias. As sepulturas foram devassadas não para o luto, mas para o desmonte. A ruína se completava, enfim, como sacrilégio. Em Pilão Arcado, nem mesmo o repouso da morte teve direito à inviolabilidade.

> Eles pegavam aquelas linha e descia, e chamava um bocado de gente. Descia numas corda e tirava tudo. Em cada linha que, dava 10, agora. Acabaram com tudo e carregaram e vendiam para Xique-Xique, vendia para Passagem, vendia para todo canto. Até o cemitério velho, derrubaram. Eu cansei de ver derrubando lá, quebrando, né. Foi finado Pombinho que fez isso, já morreu. (Juraci Ribeiro Rodrigues, 2024, depoimento).

A segunda morte não veio com estrondo, mas como um desgaste contínuo, consumado pelas próprias mãos que retornavam. Aquilo que o rio havia devolvido como corpo, a necessidade e o abandono transformaram em matéria de troca. Entre o desmonte das fachadas e a violação das sepulturas, a cidade foi se dispersando em fragmentos úteis, atravessando o lago em barcos carregados de portas, telhas e pedras. Restaram poucas casas e paredes nuas, expostas ao sol e ao vento, recusando-se a desmoronar como se ainda guardassem o que ali se passara. Enquanto a primeira morte fora decretada pelo Estado e executada pela água, a segunda cumpria-se no esvaziamento lento daquilo que sobrevivera – até que o território, ferido e rarefeito, mas ainda habitado, persistisse como ossatura viva. Era a segunda morte: não o desaparecimento, mas a mutilação prolongada de um corpo urbano que continuava de pé, sustentando vidas entre ruínas.

O segundo renascimento

Entretanto, a fratura de Pilão Arcado não se esgotou no desmonte. Não fossem as presenças vindas de fora, a cidade teria sido devorada até o último tijolo pela sanha do saque. Quando o estrépito das quedas finalmente cessou, naquele 1979 em que o Estado deu por encerrada a "limpeza" e se retirou de cena, a destruição total da matéria só foi interrompida pela confluência providencial de quem vinha com o rio. Foram os pescadores, homens que chegaram pelo curso das águas, quem impediram que o território fosse reduzido ao nada. Como Juraci, que vinda do Ceará encontrou abrigo no que restara, esses novos moradores, ao se demorarem nas casas abertas e nelas se instalarem, ergueram um anteparo invisível contra a pilhagem.

Pilão Arcado Velha, ilhada mas devolvida ao olhar, passou então a pulsar por essas vidas discretas, que não vieram para levar, mas para *durar*. Onde a ruína ainda oferecia sombra, houve repouso; onde havia paredes em pé, houve o limite. Não se tratava de um projeto de reocupação, mas de um modo mínimo de estar, dormir, cozinhar, pescar, olhar o rio. Assim, ali onde o governo cortara a luz e decretara o vazio, o sol voltou a marcar a duração e a vida se insinuou outra vez entre as pedras. A cidade, portanto, não se recompôs; ela resistiu. Como observa Ceiça, Pilão Arcado é uma cidade que *poderia ser cidade* – e talvez nunca tenha deixado de o ser –, preservada por insistências anônimas que insistem em não se apagar:

> E a cidade velha tá lá, inclusive pessoas que não moravam na cidade, que nem faziam parte de lá, hoje voltaram para lá para plantar, para morar, porque acha bonito, porque é na beira do Rio, né. Botaram barzinho, sei que lá tem barzinho, é... a última vez que eu fui, tinha barzinho. Ficou linda ela, só não tem energia mais, eu acho que não tem mais, acho que não, pelo menos até a última vez que eu fui, não tinha, e eu não sei porque tiraram porque era, é [hoje só tem energia solar, em algumas casas]... poderia ser uma cidade, né. (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Onde o projeto viu deserto, a vida insistiu. Ao ocupar as casas sem dono, mãos anônimas interromperam a dissolução da cidade e provaram que existir não exige reconstrução – apenas permanência. Reduzida ao essencial – viver, pescar e atravessar os dias – a cidade voltou a respirar, não como projeto urbano, mas como presença. Assim, na duração frágil das margens, cumpriu-se o segundo renascimento.

Uma pedra entalada na garganta

Essa "cidade que poderia ser", delineada por Ceiça, não anuncia um futuro, mas afirma uma duração que desafia o findar. Mesmo atravessada pela violência que lhe dilacerou as formas em feridas expostas, Pilão Arcado não se deixou desfazer. Embora o rio tenha submergido o instante, a cronologia exígua ditada por normas e protocolos em 1979, o mesmo não conseguiu processar a espessura do tempo cristalizado nas pedras. Hoje, o lugar persiste como um espaço de *reexistência*: há quem volte para habitar o que restou, há quem erga novas paredes sobre alicerces antigos ou instale painéis solares onde o Estado cortou a luz. Nessa retomada, a ruína deixa de ser um vestígio do passado e passa então a sustentar vida de um presente que *dura*.



/101.

É preciso, então, distinguir. Pilão Arcado não é apenas uma cidade machucada; ela é a própria fratura tornada matéria. Trata-se do corpo exposto de um território que não se deixa cicatrizar pelos dispositivos do apagamento. A cidade ilhada permanece como uma ferida que não sangra, germina. Não se fecha, insiste.

É dessa insistência que Pilão Arcado reemerge como imagem-cristal em estado bruto. Nela, o passado mutilado e o presente resistente não se sucedem; coexistem em fricção, criando uma rugosidade que interrompe o curso retilíneo da história oficial. Nesta dobra do agora, a velha sede já não é mais a *cidade orgânica* guardada na memória (o cristal perfeito), tampouco a *cidade funcional* que tentou substituí-la (o presente fraturado). Ela habita o limiar: uma cidade orgânica fraturada no presente, onde a pulsão da vida e a inércia dos escombros se entranham. Pilão Arcado é, enfim, uma *Clarisse* de entulho e memória que, ao mostrar suas entranhas de pedra e cal, denuncia a assepsia da história oficial e persiste como um encerramento que nunca se completou.

Ao fim desta travessia, voltamos à visão de 2024, alojada no corpo como uma pedra avessa à deglutição; uma obstrução que fere tanto a sensibilidade de quem olha quanto a pretensão de quem decretou o desaparecimento. A pedra segue entalada porque a ruína não obedeceu à cartografia projetada; ocupou o chão que o planejamento destinara ao nada. Para quem a encara, ela não desce porque nela a dor e o pertencimento resistiram à inundação. E, assim, o território revelou-se mais vasto que o mapa, mais pesado que o cálculo, mais durável que o decreto, maior, enfim, que a tentativa de fazê-lo passar.

Assim, Pilão Arcado Velha permanece à margem como uma sentinela[275] de pedra. De sua imobilidade mineral, ela compele a "cidade nova" a sustentar o olhar diante daquilo que foi *projetada* para apagar. Como em Valdrada, ambas se encaram sem descanso, presas a um confronto surdo estendido sobre o espelho do rio São Francisco. O que o projeto estatal tentou lançar às profundezas retorna, incessantemente, como reflexo. E quanto mais Pilão Novo, com seu traçado limpo e planejamento funcional, procura afirmar-se como o porvir de um recomeço, mais a antiga se adensa como um sedimento material incontornável, desmentindo, pela simples presença, a eficácia do esquecimento planejado. Já não se oferece como vestígio, mas como duração, também de pedra: um passado que não se deixa ir e continua a pressionar o presente desde o chão.

Esse imperativo, que já não se oferece ao olhar, mas se impõe como limite, concentra-se em um lugar preciso da antiga trama urbana. Nesse desfecho, a Igreja de Santo Antônio – o símbolo que o governo tentou preservar nos documentos, mas que o saque desnudou no cotidiano – torna-se o reduto de um terceiro ciclo. Ali, onde a matéria foi aberta à pilhagem e, depois, deixada à deriva pelas passagens humanas – nunca realmente habitada, mas ainda visitada, tocada, convocada –, a vida ensaia outra forma de fechamento. Abelhas rainhas instalaram sua regência no alto das paredes que "não acabam nunca" (Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimentos), reconstituindo o templo não com telhas, mas com camadas de favos e mel e a vibração contínua do zumbido.

275 Chamar Pilão Arcado Velha de *sentinela* é reconhecer o modo como suas ruínas permanecem de pé não como restos, mas como presença. Diferente da ruína que se entrega ao esquecimento, a cidade persiste: vigia. Exposta e reemergida, sem a cobertura da água que deveria apagá-la, ela observa a "cidade nova" desde a margem, como quem guarda a memória de um erro técnico e humano cristalizado no próprio território. Entre uma e outra, instaura-se o confronto especular de Valdrada (Calvino, 2009): o real e o reflexo frente a frente, condenados a se olhar sem cessar. À luz de Bergson (1999) e Deleuze (1990; 1998; 1999), essa sentinela não é metáfora, mas duração em estado material, um fragmento do passado que não aceita ser atualizado como ausência, permanecendo como uma face virtual que tensiona o presente.

O que fora entregue ao roubo e ao desgaste começa a se recompor por uma ordem ínfima, quase imperceptível, que converte o esqueleto da história em um organismo indomável. É como se o sagrado retornasse não pelo monumento, mas pelas miudezas que se instalam no vão deixado pelo desterro, convertendo a Igreja de Santo Antônio em um território interditado. O espaço do templo, antes vulnerável ao desmonte, passa a reagir, a repelir quem tenta transpor seus portais. Essa transformação é acompanhada de perto por aqueles que convivem com essa nova tutela e aprendem, na pele, os limites de onde já não se pode mais entrar:

> A igreja, foi derrubada, né. [...] tá daquele jeito ali, como é que ele pode fazer... Mas assim mesmo o padre ainda vem aqui pedir ordem daquele jeito aí. Veio. Só que lá tá tá perigoso. Por que […] as ouropa [as abelhas] tão tomando conta, né. […] Aí, as pessoas que chegam lá para fazer alguma coisa... é até já vou avisar que, para filmar, vocês têm que filmar ela de fora... Mas se vocês entrar lá dentro ela, elas ataca. Uma vez aqui, ela pegou uma mulher, duas mulher e deixou só uma viva... Bem naquela igreja ali, bem naquela igreja. [...] Tinha dia que elas nem escapavam, que ela não mexia nem os olhos mais. Ficou feito caída, meio morta. Elas são perigosas. Se entrar e fazer zuada lá dentro, ela sabe, ela ataca na hora. […] Se tá com cheiro de perfume elas vem, minha filha. Acho que elas pensam que é flor pra fazer mel... (Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira, 2024, depoimentos).

A ordem que agora emana da ruína já não responde à inundação de 1979, nem à vontade dos homens. Ali se configura uma coordenação entre espécies[276] que reivindica o território por contágio[277]; uma vida que irrompe pelas frestas, sobe pelos muros e reinstaura um ritmo biológico no intervalo deixado pelas águas e pela extração. Esse terceiro renascimento não devolve a cidade ao passado, nem a projeta como futuro; afirma, antes, uma soberania imprevista que, alheia à rigidez técnica, persiste na matéria como se a antiga fluidez, interrompida à força, encontrasse outros caminhos para voltar a circular.

276 Ver Anna Tsing (2019) sobre as *coordenações multiespécies* (p.101). A autora propõe que as paisagens são cocriadas por uma miríade de agentes, humanos e não-humanos, em processos de colaboração (p.45) e contaminação (p.6) cujos rastros se entrecruzam para garantir, ou ameaçar, a habitabilidade do território.

277 O contágio aqui se refere à contaminação involuntária (Tsing, 2019, p.6), que descreve o modo como os encontros transformam os agentes envolvidos. Nas ruínas de Pilão Arcado, essa contaminação ocorre pela ocupação indisciplinada da vida que altera a própria natureza da matéria monumental, transfigurando o que restou em um organismo vivo e indócil ao controle humano.

Mutilada pelo Estado e despojada pelo saque, a cidade não se recompõe: ela reina. Reina pela vida que se instala, pela natureza que reordena os restos e inaugura outras formas de habitar sobre os escombros de um progresso exaurido, ainda marcado, aqui e ali, pelos painéis solares que não chegam a acender a cidade. E, assim, imóvel, Pilão Arcado permanece não como ruína morta, mas como domínio vivo onde o plano falhou, o tempo desacelerou e algo seguiu, irredutivelmente, a pulsar sob o sol.



/ Figura 102: Igreja de Santo Antônio – entre paredes e janelas remanescentes, o frontão triangular ergue-se como coroa de um núcleo de um domínio vivo, guardado pelas abelhas, onde a ruína reina sobre o tempo.

O triunfo de abelhas rainhas e operárias, que re-telha o sagrado com favo, mel e ferrão, não se estendeu, todavia, a todos os territórios atingidos. Nas demais cidades do Vale, o apagamento parece ter se consumado sob o peso da água ou naquelas que terminaram "derretidas na insensatez do asfalto" (Valença, 1977). Pilão Arcado reemergida assume-se, portanto, como uma cidade cristalina em um presente fraturado, no qual a forma de outrora e a projeção especular[278] do agora não apenas se sucedem no tempo, mas se enfrentam, face a face, em um confronto de pedras e papel.

Como afloramento a céu aberto dessa Fratura Material, a ilha mineral permite escandir o atrito que atravessa o destino das sete cidades atingidas pelos complexos de Sobradinho e Itaparica. Nelas, o ímpeto que nasce do chão e o urbanismo que emana das pranchetas permanecem em confronto. Usaremos essa tensão como guia para percorrer as sete geografias afetadas, dividindo a análise em dois momentos: a exploração da Cidade Cristalina (Face 1) em sua harmonia vernacular; e o exame da Cidade Especular (Face 2) em sua geometria exilada.

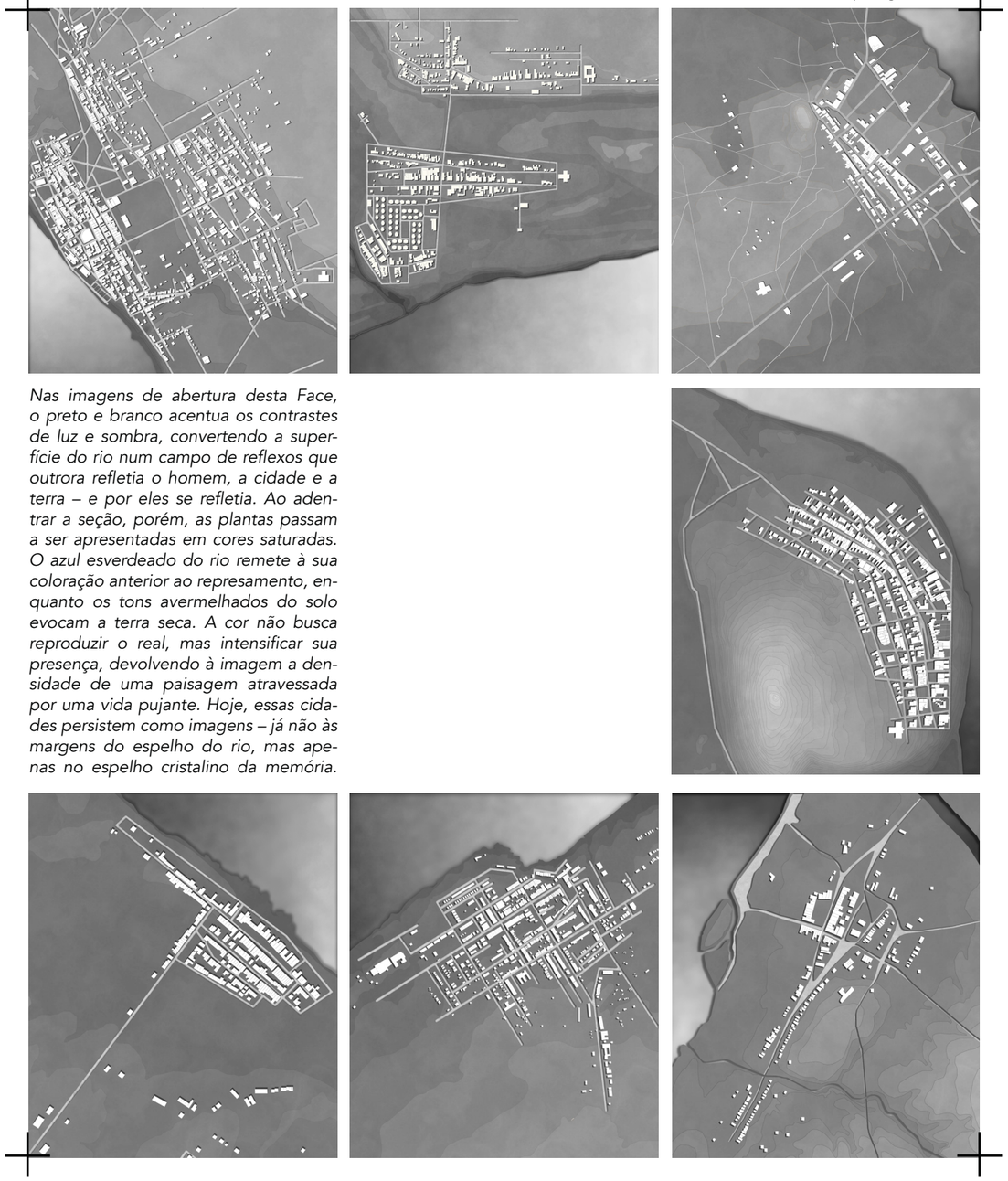
278 O termo "especular" é empregado tanto no sentido físico do reflexo quanto na acepção deleuziana (1990), segundo a qual o espelho estabelece uma relação entre o atual (o objeto presente) e o virtual (sua imagem refletida) até o ponto de indiscernibilidade – isto é, uma imagem simultaneamente atual e virtual, "bifacial" (Deleuze, 1990, p. 87-88). Aplicado ao Vale do São Francisco, o termo não designa apenas a submersão literal das antigas sedes, mas o regime relacional instaurado pelo represamento, no qual formas urbanas de tempos distintos passam a coexistir como atual e virtual uma da outra. Nas cidades totalmente inundadas, essa relação manifesta-se entre o fundo submerso e a superfície habitada; em Pilão Arcado, onde a antiga sede reemergiu, ela se estabelece entre a cidade remanescente e a nova cidade planejada. À maneira do espelho descrito por Deleuze (1990), cada cidade é atual no plano em que subsiste materialmente e virtual em relação à outra. A cidade projetada é atual no espaço habitado, mas virtual diante da permanência da cidade anterior; a cidade cristalina é atual no plano retido – submerso ou reemergido – e virtual em relação ao território reorganizado que a substituiu. Não se trata, portanto, de sucessão, mas de coexistência entre planos heterogêneos. Embora ambas coexistam nesse regime especular, não são intercambiáveis, pois designam posições distintas no dispositivo: "cristalina" refere-se ao polo de retenção da duração – onde o passado persiste como matéria estratificada –, enquanto "especular" nomeia o polo de projeção visível, onde o presente se organiza como imagem dominante. "Especular" refere-se, assim, menos à posição física das cidades do que ao regime de coexistência instaurado pelo espelho do reservatório, no qual passado e presente permanecem em relação sem jamais se reduzir um ao outro.



/ Figura 103: Sob o sol de Pilão Arcado, o painel solar captura a luz como ironia de um projeto que pretendia apagar a cidade para transformá-la em energia. Instalado sobre a ruína, o painel já não projeta outra cidade, como fez a barragem – que, para produzir energia, fez as antigas desaparecerem e projetou novas. Aqui, a luz não apaga: revela Pilão Arcado de pé.

Face 1:
A Cidade Cristalina

/ Figura 104.



Nas imagens de abertura desta Face, o preto e branco acentua os contrastes de luz e sombra, convertendo a superfície do rio num campo de reflexos que outrora refletia o homem, a cidade e a terra – e por eles se refletia. Ao adentrar a seção, porém, as plantas passam a ser apresentadas em cores saturadas. O azul esverdeado do rio remete à sua coloração anterior ao represamento, enquanto os tons avermelhados do solo evocam a terra seca. A cor não busca reproduzir o real, mas intensificar sua presença, devolvendo à imagem a densidade de uma paisagem atravessada por uma vida pujante. Hoje, essas cidades persistem como imagens – já não às margens do espelho do rio, mas apenas no espelho cristalino da memória.

O limiar desta primeira Face é a "grande pedra" entalada na garganta, resto denso de um passado que não passa. Não é apenas imagem, mas peso. Formara-se no ponto em que o Estado interrompeu a escuta e obstruiu o diálogo, permitindo que o silêncio se depositasse, camada sobre camada, até ganhar consistência mineral. Para retroceder à fluidez anterior a essa petrificação, é preciso romper a crosta do presente e escavar até o tempo em que o sal não paralisava em ferida nem couraça, mas vibrava em grão: substância capaz de desenhar o território pelo uso.

Ao longo das sete geografias que futuramente seriam atingidas pelos complexos de Sobradinho – Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Sento-Sé – e de Itaparica – Itacuruba, Petrolândia e Rodelas –, o sal manifestou-se como princípio de ordenação. Em parte significativa dessas cidades, sobretudo em Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Itacuruba, foi matéria concreta de fixação humana, sustentando permanências, ritmando o trabalho e oferecendo medida ao tempo.

O mineral que mais tarde viria a queimar as entranhas como trauma foi, antes, fundamento de estabilidade. A própria fundação de Pilão Arcado confunde-se com o trabalho de moer o sal à beira-rio. O achado de um pilão de pedra por pescadores transformou aquele trecho da orla em centro de moagem, onde o mineral bruto era triturado para preservar o peixe e garantir a sobrevivência. Ali, o instrumento tornou-se nome, e o nome, permanência urbana.

Antes de ser a ruína que o rio *cuspiria de volta*, Pilão era o lugar onde a aspereza do chão, moída pela cadência do trabalho, fazia-se sal e, no sal, sustento; no sustento, continuidade. Nesse compasso repetido, esfacelar o mineral era também fixar-se à margem. Entre o grão espalhado nas salinas e a rocha em que a cidade lentamente se transformava, o território se inventava (Silva, 2010; Lima, 2005). O espaço urbano erguia-se da pedra e consolidava-se pelo trabalho que o sal exigia: era o ritmo da coleta e da moagem que mantinha as casas habitadas, o comércio ativo, a margem povoada. Seus alicerces não eram feitos de pilares e vigas, mas da própria acumulação desse tempo moído – estratos da lida diária que, sob o sol, ganhavam solidez e aprendiam a resistir à umidade da beira-rio.

Nas demais – Sento-Sé, Petrolândia e Rodelas –, mesmo onde o mineral não estruturou diretamente a economia, o sal persistiu como imagem fundadora. Não somente como minério, mas como princípio de permanência; aquilo que, ao secar, fixa-se; que, ao se depositar, ganha forma. Ao longo do vale, o que era disperso – matérias, práticas, ritmos – sedimentava-se em hábito; e o hábito, reiterado no tempo, inscrevia-se na terra como traço. E assim a cidade se adensava, cristalizando na paisagem a duração de seus próprios movimentos.

O território, assim, não se afirmava como uma superfície dominada, mas como uma trama perpassada por forças. Onde essas forças puderam fluir, deixaram cristais: matéria assentada; quando interrompidas, deixaram peso: matéria sem destino. E o que antes vibrava como força em formação, aberta à vida comum, acabou por se comprimir em silêncio: pedra na garganta.

Trama I: a duração no chão

> [...] tentarei descrever a cidade de Zaíra [...]. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, [...], de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada.
> **A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado**: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela balaustrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoa a água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal; os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe.
> **A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaira como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras**. (Calvino, 2009, p.14-15, destaque da autora).

A cidade cristalina não se narra; ela se sedimenta. Forma-se por camadas de uso, de espera e de adaptação, escapando ao relato linear para se deixar apreender no contato, como um corpo que resguarda a memória dos gestos que o atravessaram. À semelhança de Zaíra de Calvino (2009), as sete cidades inundadas pelas águas represadas do São Francisco não se erguiam como simples aglomerados de alvenaria e zinco, mas como esponjas porosas, embebidas em uma mesma onda de água, trabalho e memória, na qual a matéria construída e a vida cotidiana se impregnaram mutuamente ao longo do tempo.

Nesse território, cidade e campo entrelaçavam-se de tal modo que qualquer distinção nítida entre vida urbana e vida rural se tornava rarefeita. A agricultura de subsistência organizava o cotidiano em pequena escala, distribuindo-se pelos roçados de vazante, pelas ilhas temporárias e pelas faixas de terra que o rio concedia e retomava conforme o ritmo das cheias. A infraestrutura, igualmente moldada por essa instabilidade, mantinha-se precária e muitas vezes improvisada, composta por caminhos de terra, trapiches frágeis, casas que se recompunham após cada avanço das águas. O rio, mais do que delimitar a cidade, sustentava-a, funcionando como estrada, fonte, alimento e medida do tempo. Por ele circulavam pessoas, mercadorias e notícias, em embarcações a remo que substituíam qualquer sistema viário formal.

Essa condição submetia o urbano a uma movência contínua, na qual o pulsar das águas forçava o casario a ceder, recuar e refazer-se, ajustando-se incessantemente ao desenho impermanente das margens. Cada variação do rio era assimilada pela matéria construída por meio de modificações mínimas e reiteradas: pisos alteados, muros recompostos, caminhos desviados, até que o tempo do rio se cristalizasse, pouco a pouco, na própria carne da cidade. A morfologia deixava então de ser apenas traçado para tornar-se estrato, registro sensível de uma vida que precisava aprender a fluir com o rio para não ser por ele dissipada.

Solo, água e duração fundiam-se numa mesma substância, adensada pelas existências humanas que, ao habitarem o fluxo, aprendiam a conformar-se à natureza local e, nesse movimento, conferiam espessura histórica àquele chão. A ocupação não se impunha ao terreno, mas deixava-se guiar por ele, amoldando-se aos declives suaves, às várzeas alagáveis e às alternâncias do Velho Chico. Os contingentes populacionais distribuíam-se tanto ao longo do curso do rio quanto nas caatingas adjacentes, articulando um modo de vida fluvial e rural, no qual a lavoura de subsistência, a pesca e o uso cotidiano das águas garantiam a continuidade da vida.

Mesmo inseridas em uma economia frágil, marcada por rendimentos monetários ínfimos e irregulares, essas populações não viam sua sobrevivência anulada pelas condições naturais. Ao contrário, era da negociação contínua com o ambiente que emergia uma relativa estabilidade, sustentada por hábitos compartilhados, práticas agrícolas semelhantes e uma homogeneidade cultural que permeava as localidades ribeirinhas. O cotidiano reiterava-se com poucas variações, instaurando uma cadência discreta que, ao retornar, produzia território. Era um gesto insistente – o *ritornelo* (Deleuze, 1997) – que orientava a vida: plantar quando a água baixa, colher antes que ela volte, reconstruir o que foi levado, seguir.

A cada repetição, reinscrevia-se a permanência no interior da instabilidade.

A análise dos núcleos antigos de Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Rodelas, Itaparica e Petrolândia torna legível uma configuração urbana linear que acompanhava as curvas de nível e se distribuía em paralelo à calha fluvial (Silva, 2020). Na maior parte desses sítios, o relevo mantinha-se baixo e pouco acidentado, com ondulações suaves e extensas áreas sujeitas à inundação. Em lugares como Remanso e Casa Nova, na área de Sobradinho, cada cidade se apoiava em altiplanos apartados por várzeas que o rio reclamava para si nos períodos de cheia. Onde a água insistia em voltar, a ocupação recuava, conformando vazios no tecido construído que evidenciavam a ausência de um traçado preconcebido. O desenho da cidade surgia, antes, como um rastro deixado pelo vaivém das águas que, ao molhar a terra, fixavam na matéria as medidas exatas da sobrevivência ribeirinha.

Essa consolidação iniciava-se por edificações fundantes, como a igreja, e se ramificava paulatinamente por meio de vias que mimetizavam o contorno das margens, em um arranjo no qual a proximidade com a água organizava o espaço e definia a própria hierarquia urbana. A chamada "rua da frente", muitas vezes referida como "rua de baixo", funcionava como o limiar poroso entre a cidade e o rio, concentrando o porto, o comércio e a efervescência da vida pública. Em oposição, as "ruas de trás" ou as "ruas de cima" ofereciam refúgio e permanência, situando-se em cotas mais elevadas e menos expostas às cheias, onde a vida residencial se recolhia quando o rio, mais uma vez, reivindicava a margem inferior.

Contudo, essa nomenclatura não se restringia à altimetria, pois frequentemente indicava posições de centralidade e prestígio social em relação ao núcleo institucional e religioso[279]. Nesse tecido urbano, a Praça Cívica afirmava-se como um ponto de ancoragem da visibilidade e do poder, suspendendo momentaneamente a linearidade das ruas graças à sua centralidade urbanística. Era ali que se organizava um sistema composto por zonas cívica, a residencial e mista, ainda que suas delimitações fossem pouco claras, permitindo a convivência constante entre o uso privado e o público. O parcelamento irregular do solo, avesso à normatização das métricas modernas, dificultava a identificação precisa de lotes ou quadras, aproximando a organização espacial de uma ordem orgânica mais guiada pela sociabilidade e pelo uso cotidiano do que por divisões rígidas ou abstratas (Silva, 2020).

Nesse tecido, o traçado não precedia a vida – nascia dela.

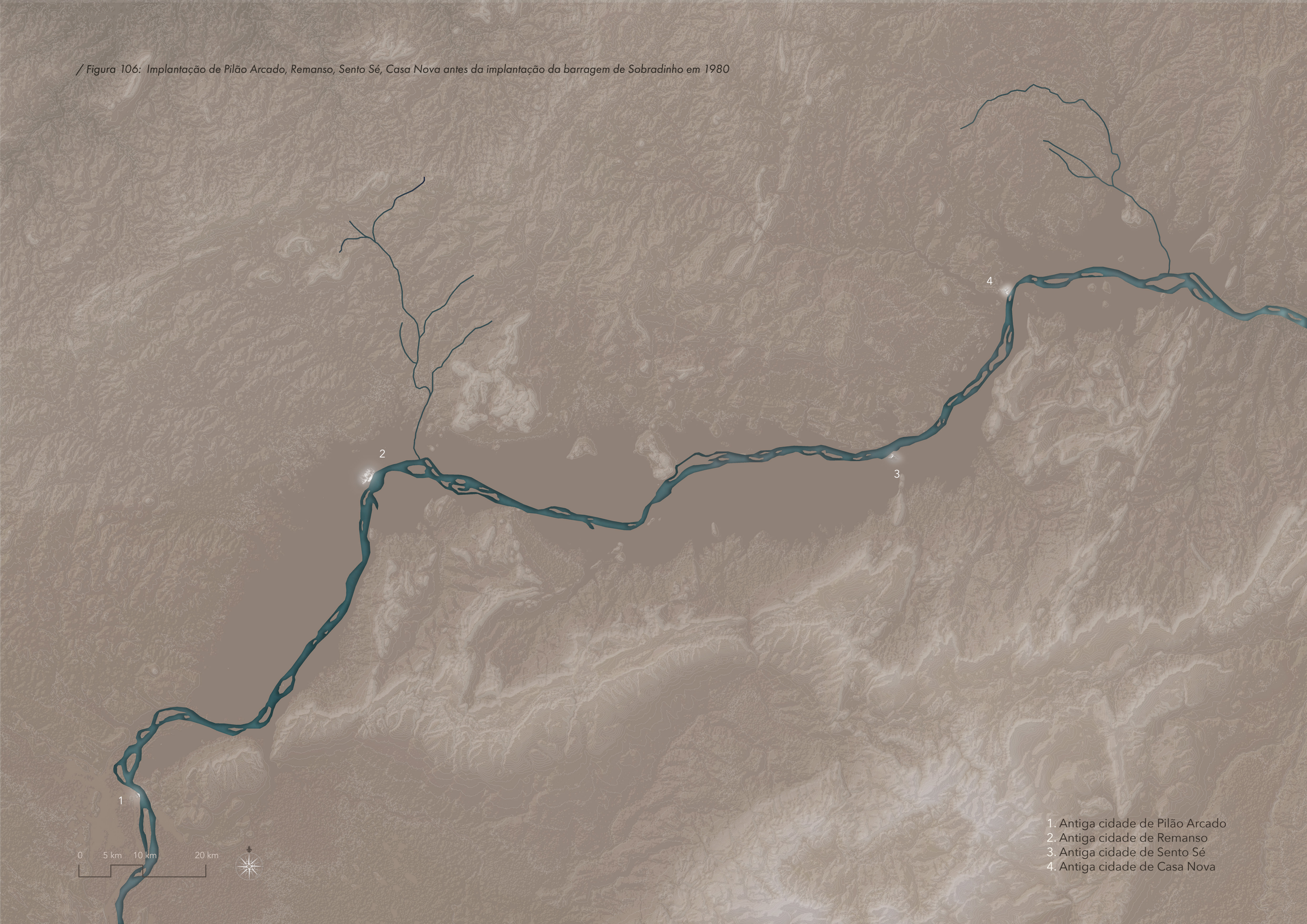
279 Cabe notar que essa toponímia local subvertia frequentemente a lógica da proteção contra as cheias em favor de uma estratificação social. Em Remanso, por exemplo, o prestígio concentrava-se no bairro Remanso – o núcleo portuário e comercial –, enquanto os "Capões" (de Baixo, do Meio e de Cima) constituíam as zonas periféricas. Nessa estrutura, a denominação de "Cima" e "Baixo" atuava como marcador funcional e moral, de forma que o Capão de Cima abrigava a zona de meretrício (Rua do Cruzado), enquanto o Capão de Baixo era destinado aos estratos de menor poder aquisitivo. Essa configuração de oposição ao centro institucional também se verifica em Itacuruba, com a Rua de Baixo dos Gilus, reforçando que o termo "baixo" frequentemente designava a marginalidade em relação ao coração cívico e religioso da cidade (Pinheiro, 2019; Bezerra, 2006).

/Figura 105: Mapa de situação geográfica das antigas cidades até 1980

1. Antiga cidade de Pilão Arcado
2. Antiga cidade de Remanso
3. Antiga cidade de Sento Sé
4. Antiga cidade de Casa Nova
5. Antiga cidade de Rodelas
6. Antiga cidade de Itacuruba
7. Antiga cidade de Petrolândia

0 12 km 24 km 48 km

/ Figura 106: Implantação de Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Casa Nova antes da implantação da barragem de Sobradinho em 1980



1. Antiga cidade de Pilão Arcado
2. Antiga cidade de Remanso
3. Antiga cidade de Sento Sé
4. Antiga cidade de Casa Nova

Trama II: a duração em cristal

Após percorrer essa organização moldada pelo rio, aproxima-se o momento em que o fio da duração – esse gesto que costura a vida e o chão – ganha espessura. Nesse adensamento, duas tramas deixam de correr paralelas. A trama histórica, feita de ações, memórias e práticas cotidianas, infiltra-se no solo; repete gestos, firma caminhos, ergue volumes. O que era prática torna-se tecido; o que era encontro torna-se praça; o que era abrigo torna-se rua. Ao sedimentar-se, essa experiência vivida encontra sua expressão na trama morfológica, composta por alinhamentos, vazios e permanências, em que ambas passam a compor um mesmo processo de formação. Em cada território, essa convergência assume ritmo próprio. Distinto é o solo, distinta é a memória, distinto é o modo de habitar a margem. A duração, ao sedimentar-se em cada cidade, cristaliza-se de maneira singular.

Pilão Arcado: O Cristal Moído

Muito antes de a cartografia fixar seus limites, a região que viria a ser Pilão Arcado já calcava sua identidade no atrito entre a permanência e a instabilidade das várzeas do Baixo Médio São Francisco. Antes da cidade, o território organizava-se como um palimpsesto (Corboz, 2001) no qual, sobre o habitat ancestral dos povos Mocoá e Acoroá, sobrepuseram-se, em camadas sucessivas, as frentes colonizadoras da linhagem lusa dos Guerreiro, encabeçada por figuras como Bernardo José (Lima, 2005). Cada nova inscrição não apagava a anterior, mas a deslocava, reordenando usos e pertencimentos submetidos ao mandonismo local que, décadas mais tarde, seria consolidado pela ascensão dos Antunes. É nesse encadeamento de substituições, mais do que em um gesto fundador, que a localidade começa a se reconhecer como unidade, desde cedo tensionada entre o vivido e as exigências do administrável. Esse processo de fixação encontrou seu primeiro esteio institucional em 1771, com a criação da freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado. Naquele momento, a vida comunitária gravitava em torno de uma capela modesta, enquanto a igreja matriz definitiva – símbolo de uma solidez que o território ainda não detinha – só se materializaria mais de um século depois, em 1873, pelas mãos do Frei Henrique de Coimbra (Silva; Felice; Alves, 2023).

Entre a precariedade da capela e a pedra tardia da matriz, entretanto, o sertão são-franciscano transformou-se em um

teatro de guerra. O conflito que marcou os anos 1840 fundiu as linhagens lusas iniciais sob a liderança do patriarca Bernardo José Guerreiro, cujos filhos passaram a representar a resistência ao avanço da família Antunes, liderada pelo influente Militão Plácido de França Antunes. As rivalidades ancestrais acirraram-se em 1842, quando uma mudança na legislação provincial permitiu que o Presidente da Província nomeasse diretamente os comandantes da Guarda Nacional, medida que ignorou o resultado das eleições locais, que haviam sido vencidas pelo grupo de Militão. Ao entregar o controle das patentes e das armas aos quatro filhos de Bernardo José Guerreiro, o governo destituiu o líder dos Antunes de sua autoridade militar legítima, transformando a disputa política em uma questão de honra e sobrevivência para os clãs (Araújo, 2012).

Ao longo de uma década de cercos e emboscadas, o Estado passou a existir como uma ficção administrativa naqueles confins do São Francisco. A centralização pretendida pelo Império permanecia, sobretudo, no papel e se esvaziava conforme se afastava do litoral. As ordens que partiam de Salvador ou do Rio de Janeiro perdiam-se pelo caminho, desconsideradas por magistrados que, isolados e desprotegidos, preferiam o silêncio ao embate com a fúria das milícias locais. A distância geográfica convertia a justiça em um acontecimento extemporâneo. Quando o governo finalmente mobilizava tropas de linha, a precariedade das estradas e as dimensões continentais do sertão impunham um ritmo de marcha que tornava qualquer intervenção inútil. Os soldados cruzavam as divisas apenas para atestar os óbitos, chegando, por regra, meses após o desfecho das tragédias. Enquanto o governo fracassava na tentativa de costurar a nação a partir da capital, em Pilão Arcado vigorava uma ordem paralela: o extermínio. Essa autoridade de fato culminou, em 1° de agosto de 1849, no massacre que quase extinguiu a família Guerreiro, consolidando a supremacia absoluta de Militão como a única autoridade de fato na região (Araújo, 2012).

A hegemonia de Militão, erguida sobre o massacre de seus opositores, não se limitou à alternância de comando; foi a manifestação da natureza bruta do território. Naquele sertão da década de 1840, a lei não passava de uma miragem. A única força que organizava o espaço humano era, portanto, a soberania da arma de fogo. Nesse contexto, a identidade de Pilão Arcado não se fixou em decretos, mas se fez no sangue – aquele que lavava a honra e que separava aliados de inimigos. À falta de um poder central que garantisse a paz, pertencer já não era questão de cidadania, mas de sangue. A história local, portanto, deposita-se no intervalo entre a memória fluida das águas e o rastro seco das guerras; conflitos que definiram, afinal, quem possuía o direito de permanecer naquelas margens.

Se a violência dos clãs decidia a posse da terra, era o trabalho da sobrevivência que lhe dava forma. À sombra de uma autoridade imperial ausente, o território passava a se sedimentar no ritmo reiterado dos hábitos. Fora dos registros oficiais, a identidade local era batizada no trabalho; a tradição oral recorda que pescadores, ao descobrirem um pilão às margens do rio, incorporaram o objeto arcado à sua subsistência. Era no côncavo dessa pedra que os cristais de sal se convertiam em pó, permitindo a conservação do peixe e, por extensão, a própria viabilidade da permanência humana naquelas terras (Silva; Felice; Alves, 2023). Desse contato repetido entre corpo, objeto e água nasceu a denominação que, simplificada para Pilão Arcado em 1810, passou a designar a freguesia no momento em que ela se consolidava como a principal – e, por muito tempo, a única – divisão política de relevo naquelas margens (Silva, 2010).

Todavia, enquanto o nome se enraizava no dia a dia, a existência administrativa permanecia em suspensão, sujeita às oscilações da Coroa e, mais tarde, do Império (1822-1889). Originalmente vinculada à Comarca do Sertão de Pernambuco, a área funcionou como um tabuleiro de retaliações políticas associadas às insurreições pernambucanas contra a monarquia. Em um curto intervalo de tempo, Pilão Arcado orbitou entre diferentes províncias, partindo da vinculação a Pernambuco pelo Alvará Régio de 1820 para ser transferida a Minas Gerais por ordem imperial de 1824, até ser definitivamente integrada à Bahia em 1827, por resolução da Assembleia Legislativa (Santos, 2005).

Essa errância cartográfica, que fez Pilão Arcado oscilar entre três províncias em menos de uma década, revela a insignificância política do lugar para o Império; reduzido a um ponto figurativo, movido conforme as conveniências de um jogo de represálias. Enquanto a burocracia se enredava em decretos alheios ao chão que almejavam reger, e o sangue dos clãs riscava, à força, os contornos do mando, era no ofício repetido que a vila se deixava reconhecer. Não foi de uma outorga que nasceu o nome "Pilão Arcado", mas da premência do uso, transformando o objeto gasto em uma referência estável frente à inconstância das fronteiras e ao arbítrio das armas. Ainda assim, havia um limite que nem o poder de Militão nem a memória dos pescadores podiam contornar: a materialidade da própria terra.

Enquanto, no plano das leis, o território se movia à mercê das decisões externas, no plano físico impunha-se um limite inescapável. Diferente das fronteiras políticas, que podiam ser redesenhadas sobre o papel, o sítio natural de Pilão Arcado impunha barreiras que guiariam, desde o primeiro traço, a silhueta da cidade. A malha urbana viu-se então compelida a expandir-se de modo contido, espremida entre a força do rio São Francisco e a imponência do Morro do Serrote (CHESF, 1973b). O relevo, embora majoritariamente plano, era interrompido por essas elevações e pelos desdobramentos da Serra da Boa Vista a oeste, definindo um território no qual a expansão encontrava, desde cedo, limites naturais difíceis de transpor (Panerai, 2006).

Entre o Velho Chico e a serra, a cidade alongou-se, acompanhando as curvas de nível paralelas ao leito do rio como quem segue um curso já dado. Desse ajuste ao terreno nasceu uma configuração linear, estruturada em três vias principais dispostas em paralelo – a rua da praça, a rua do meio e a rua do Serrote – enquanto as ruas transversais permaneciam secundárias na organização do tecido urbano. Poucas ruas conheciam o rigor do calçamento, de forma que o chão da cidade, em sua maioria, permanecia em terra batida, com caminhos moldados mais pelo uso cotidiano do que por qualquer intenção formal ou técnica. Das vinte e sete ruas existentes, somente cinco possuíam pavimentação em paralelepípedos, e mesmo nelas as calçadas surgiam de forma intermitente, como exceções breves ao longo do percurso (CHESF, 1973b).

Essa configuração espacial se desdobrava na própria matéria do assentamento, fazendo da fragilidade um atributo compartilhado do conjunto edificado, uma vez que menos de um quinto das edificações apresentava padrão regular ou bom estado de conservação (CHESF, 1973b). As poucas construções melhor estruturadas concentravam-se, sobretudo, na chamada "rua do meio", no caso das residências, e no entorno da praça Castro Alves, onde se agrupavam os principais edifícios públicos: a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal, o Ginásio e Grupo Escolar e o Mercado Municipal (CHESF, 1973b). Fora desse núcleo mais consolidado, predominava uma arquitetura de subsistência, moldada pelas exigências imediatas de abrigo e por táticas de resistência diante das condições do meio.

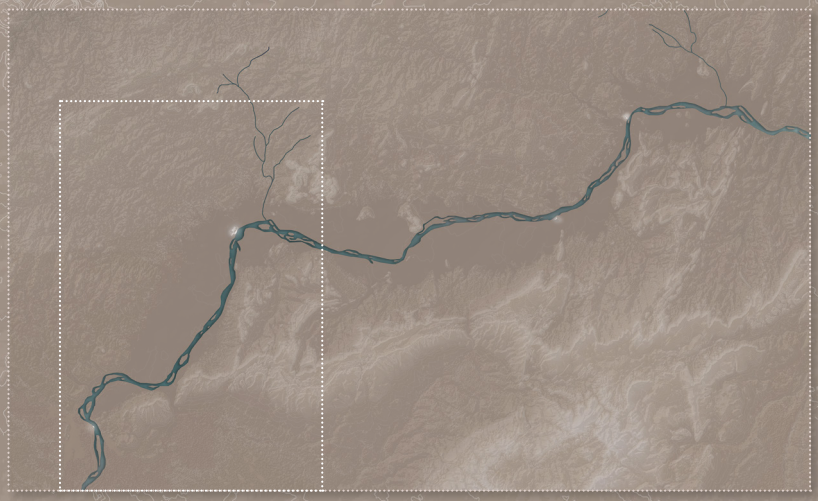
Nessa paisagem, a matéria construída existia em estado de ensaio, como se a própria alvenaria respondesse à insegurança do chão. A dureza do mineral e a fragilidade da vida tornavam-se ali indistinguíveis, erguendo um casario cuja permanência o Estado ignorava, mas que o labor cotidiano sustentava sobre o solo. Por isso, Pilão Arcado não se fundou por decreto, mas por atrito. Antes de qualquer mapa, foi o gesto repetido de moer o sal que conferiu coesão ao que a guerra e a errância administrativa insistiam em dispersar.

No côncavo da pedra arcada, o mineral deixava de ser apenas elemento da terra para tornar-se condição de resistência; conservar o peixe era, em última análise, conservar o corpo, era resistir. Sua morfologia urbana, espremida entre a fluidez do rio e a imobilidade do Serrote, refletia, portanto, o desenvolvimento de um cristal sob pressão constante. Pilão é, portanto, o cristal moído deste território, um núcleo que se organizou pelo desgaste e se consolidou pelo uso, sem deixar de carregar, em sua matéria, a memória do conflito que o fez emergir.



/ Figura 107: Implantação da antiga cidade de Pilão Arcado

/ *Figura 108: Implantação da antiga cidade de Pilão Arcado e Remanso*



2

1

0 3,5 km 7 km 14 km

1. Antiga cidade de Pilão Arcado
2. Antiga cidade de Remanso

Remanso: O Cristal de Decantação

O massacre de 1° de agosto de 1849, em Pilão Arcado, firmou a supremacia de Militão Antunes e fez da vitória uma correnteza que expulsou os vencidos para longe de suas margens. Marcados pelo estigma da derrota ou pelo luto das linhagens ceifadas, aqueles que sobreviviam à guerra, ocorrida na então única divisão política efetivamente consolidada na região, foram expelidos para fora das várzeas e lançados a destinos incertos. À procura de um interstício de poder, um território onde a "soberania do fuzil" cedesse à soberania da sobrevivência, o clã dos Guerreiro e as famílias aliadas aportaram-se na Fazenda Nossa Senhora do Remanso, posicionada na margem oposta a Pilão Arcado.

A propriedade, uma extensão de duas léguas de margem por quatro de fundo, havia sido arrematada por Joaquim José Gonçalves pela soma de "quatro contos de réis" (Silva, 2010, p.62). O nome não era um acaso; descrevia a índole da fazenda original, um trecho onde o fluxo do Velho Chico, fatigado de sua própria potência, recuava em curvas lentas, formando águas paradas e seguras para o ancoradouro. Essa suavidade das águas, cuja calmaria e baixa profundidade facilitavam a travessia e o abrigo, seduziu, muito antes do conflito de 1849, fluxos migratórios de diversos pontos do Nordeste. A pujança das terras marginais e o acesso perene ao rio mobilizavam aqueles que buscavam subsistência, criando uma base populacional que, embora difusa, já contava com um ordenamento burocrático prévio.

Em seus primórdios, o então Arraial de Nossa Senhora de Remanso funcionava como um ponto de pouso sob a jurisdição administrativa e judiciária de Juazeiro, a principal Comarca da região. Tal configuração administrativa alterou-se em 1810, quando a criação do município de Pilão Arcado reorganizou a malha do sertão são-franciscano e, pela proximidade, o Arraial foi integrado à nova sede na condição de distrito subordinado. No entanto, enquanto Pilão Arcado se afirmava como lugar do atrito, Remanso era, por definição etimológica e física, o lugar da pausa. Distante da tradição beligerante de sua vizinha e livre de seu confinamento topográfico, o povoado prosperou no trecho onde o leito do São Francisco altera seu curso, deixando a orientação sul-norte para seguir em direção ao oceano. Essa singularidade geográfica permitiu que a vila se consolidasse como um entreposto entre as margens do rio e as regiões vizinhas do Piauí e de Pernambuco, transformando o antigo porto de paragem em um centro de proeminência regional (Silva, 2010).

Foi esse vigor comercial que, em meados do século XIX, redesenhou as hierarquias de poder na ribeira. Através da Resolução Provincial nº 650, de 1857, o governo provincial dissolveu o município de Pilão Arcado para criar a nova unidade denominada "Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado". Institucionalmente, completou-se uma inversão política na qual a antiga sede do município de Pilão Arcado não foi extinta, mas rebaixada à condição de distrito subordinado, perdendo sua autonomia para o Arraial de Remanso, então elevado à categoria de vila. Este novo polo econômico, fortalecido pelo refúgio das famílias em 1849 e pelo comércio, oferecia a estabilidade e a arrecadação que a Província buscava. Assim, a transferência da sede em 1857 não foi apenas uma formalização administrativa, mas o reconhecimento de um outro modo de ocupar o sertão, no qual o trânsito das mercadorias e a segurança do porto sobrepuseram-se à tradição do mando pelas armas que imobilizara a antiga sede[280].

Embora esse arranjo tenha sofrido idas e vindas até se pacificar em 1890, momento em que a República restaurou a autonomia municipal de Pilão Arcado, o dinamismo do lugar já era latente nas descrições de Henrique Halfeld décadas antes. Ainda que o engenheiro não estabeleça um confronto entre os núcleos em seu relato, os dados da expedição de 1860 apresentam Remanso como o ponto "mais significativo" da região. A densidade populacional e a efervescência mercantil registradas contrastam com o esvaziamento político da antiga sede, evidenciando uma vila onde a reconstrução das vidas seguia a cadência das barcas (Silva, 2010):

> O Arraial de Remanso, que tornou-se vila em 1857, é bastante animado, e o mais significativo [...] Remanso possuía, nesta época, 227 casas com 4.400 habitantes no arraial. Além da criação de gado vacum e culturas de mandioca, arroz, feijão e abóbora, praticava-se a caça e a pesca. Mas a animação de Remanso advém principalmente do comércio, cujos produtos principais eram o sal e a rapadura. Assim como em Sento Sé, a atividade comercial em Remanso justificava a condição de barqueiros, pilotos e remeiros de boa parte de sua população. (Halfeld, 1860, p.29).

Essa trajetória de ascensão material, movida pelo binômio do sal e da rapadura, encontrou o seu amparo simbólico na fé ainda antes da virada do século. Enquanto o sal conferia durabilidade à carne, resguardando-a da corrupção da matéria, e a rapadura conferia durabilidade à lida, provendo a persistência necessária ao movimento dos corpos, a fé materializada no

280 Apesar da imagem de Remanso refleti-la como um porto de "decantação" e repouso, isso não pressupõe a ausência de tensões internas. O processo de estabilização da nova sede foi marcado por fraturas políticas, notadamente o embate entre os grupos "Cascudos" e "Borboletas" (1896-1920), cuja disputa pelo controle territorial e simbólico do município só arrefeceu com a ascensão hegemônica do Coronel Anfilófio Castelo Branco, em 1919. Mesmo após essa consolidação, a década de 1920 assistiu a episódios de violência coronelista que atingiram a cidade, acarretando o saque de comércios e da própria Igreja Matriz. Essa organização social e política viria a ser definitivamente "solidificada" na morfologia urbana em 1939, quando a Lei Municipal nº 21 formalizou o zoneamento entre a área urbana – feudo das elites, do mercado e do sagrado – e a periferia suburbana, concentrada no bairro Capão (Pinheiro, 2019).

templo conferia durabilidade à própria cidade. Na arquitetura da igreja, a luta pela vida e o peso do labor cotidiano convertiam-se em memória e pertencimento. A transição da economia para a devoção revela que a permanência da cidade não se deu apenas pela circulação do lucro, mas pela necessidade de materializar, em pedra e cal, a coesão de um povo que habitava a impermanência das águas. Embora a transferência jurídica da sede datasse de 1857, esse deslocamento de poder tornou-se irreversível apenas em 1894, com a inauguração da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Silva, 2010; Pinheiro, 2019).

Ao deixar Pilão Arcado para se estabelecer definitivamente no porto vizinho, a sede da paróquia – o coração das decisões sociais e registros da época – carregou consigo o prestígio da fé, fazendo do antigo refúgio de sobreviventes o novo centro simbólico daquelas bandas. Erguido em alvenaria e visível à distância, o templo à margem do Velho Chico dispunha-se como uma cristalização do esforço; a solidez da igreja era o depósito final do suor de quem transportava o sal e a rapadura nas barcas de passagem. Esse percurso de afirmação foi finalmente coroado em 9 de agosto de 1900, quando a Lei Estadual nº 369 elevou a vila à categoria de cidade, fixando Remanso como o principal nó de integração daquela margem do rio (Pinheiro, 2019).

Num tempo em que as rotas terrestres eram escassas e a comunicação seguia a velocidade das águas, era no porto que se concentrava a pulsação econômica e a relevância política de Remanso. O papel da cidade, entretanto, era condicionado pelas particularidades do sítio, cujas características naturais acabaram por definir o tipo de assentamento que ali se formava. Sua localização geográfica estratégica, próxima à divisas estaduais entre Bahia, Piauí, Ceará e Maranhão, tornava a cidade um ponto de convergência natural. Produtos eram escoados do rio São Francisco para o Parnaíba e vice-versa, propulsionando a economia regional que via em Remanso um de seus principais entrepostos (Gandara, 2014). A partir de 1930, essa vocação comercial passou a definir de vez a fisionomia da sede quando o antigo ancoradouro rudimentar cedeu lugar a um cais de maior porte, que redesenhou a margem e reorganizou os fluxos do rio. Por ali não circulavam apenas mercadorias, mas também vozes, notícias e promessas vindas de longe. O que antes era ponto de parada tornou-se passagem contínua, ligando a cidade a outras margens e ampliando o alcance de sua presença no Vale.

Erguido às margens do Velho Chico, o cais tornou-se o elemento espacial responsável por consolidar essa soberania regional. Além de facilitar o abastecimento de mercadorias para cidades do interior, funcionava como ponto de apoio aos pescadores e ancoradouro para uma frota diversa. Pelo porto de Remanso, a logística ganhava corpo e movimento: navios a vapor – as "Gaiolas do São Francisco" –, lanchas-ônibus e grandes barcas com carrancas e saveiros aportavam em seus píeres e molhes, fazendo dele o segundo porto mais importante do Médio São Francisco, superado apenas por Juazeiro (Gandara, 2014).

Essa pujança ancorada no cais, entretanto, precisava de um solo firme onde pudesse se organizar. A sobrevivência de remanso assentou-se sobre a geografia de dois altiplanos divididos por uma várzea inundável, uma configuração que condicionava o tecido construído à convivência com o regime sazonal das águas. No primeiro desses platôs, posicionado rente à margem e a salvo das cheias, situava-se a porção mais antiga e provida de infraestrutura. Ali, concentravam-se os símbolos do poder institucional, religioso e comercial, distribuídos entre o bairro do Remanso, à esquerda de quem olha do rio, e o Pizeiro, à direita. Já o segundo altiplano, erguido para além da depressão da várzea, abrigava o complexo dos Capões, com o Capão de Baixo posicionado à direita, o do Meio à esquerda e próximo à rodovia, e o de Cima também à esquerda, porém mais próximo ao curso do rio.

Para absorver e distribuir a circulação de mercadorias e pessoas que o rio depositava na margem, a malha urbana expandiu-se, organizando-se em sessenta e três ruas com larguras que variavam entre 4 e 16 metros (CHESF, 1973c). O sistema era articulado por uma via principal orientada no sentido Noroeste/Sudeste que, ao correr perpendicular ao rio, funcionava como o grande cordão umbilical entre o pulsar do porto e a extensão da BR-235 (Silva, 2010). Contudo, apesar da relevância regional do núcleo, sua infraestrutura de circulação era majoritariamente sem pavimentação, sendo apenas um quarto das vias pavimentada com paralelepípedos (CHESF, 1973c).

Essa organização espacial refletia uma dinâmica funcional bem definida, na qual a dependência comercial definia a gravidade de cada setor. Enquanto o centro polarizava as atividades portuárias e administrativas, os distritos residenciais do Capão de Cima e do Meio criavam sua própria rede de vizinhança, vinculando-se ao comércio desenvolvido no Capão de Baixo. Ao mesmo tempo, o bairro Pizeiro, também de caráter residencial, mantinha sua existência orbitando a centralidade do núcleo histórico. (Pinheiro, 2009). Na sede de Remanso esse arranjo totalizava 1.871 edificações, das quais a grande maioria (1.537) possuía uso residencial, contrastando com um núcleo de 188 unidades comerciais e 49 de uso misto que sustentavam a economia local (CHESF, 1973c).

Era nessa assimetria entre a massa do casario residencial e o vibrante núcleo mercantil que o cristal de Remanso encontrava seu ponto de equilíbrio; uma estabilidade feita de permanência e fluxo. Essa harmonia, porém, não se convertia em solidez material. Com raros passeios e a predominância de funções residenciais, a cidade mantinha uma forma ainda sujeita às variações do rio e às desigualdades que atravessavam o território. Tal fragilidade das construções, que também espelhava uma vulnerabilidade socioeconômica, aparece na classificação estabelecida pelo IURAM/CHESF (*apud* CHESF, 1973c), os quais indicavam que 79,28% das construções pertenciam à categoria "precário e baixo", enquanto apenas 16,27% alcançavam o padrão regular e ínfimos 4,45% eram considerados de bom nível.

Foi ali, onde o rio desacelera, que os expulsos de Pilão encontraram margem. A cidade trocou a urgência da arma de fogo pela paciência da travessia, e o sal com a rapadura passaram a circular nas barcas, sustentando o porto e fixando a vida onde antes havia fuga. Do refúgio ergueram-se o cais, a igreja, o mercado e as ruas que se alinhavam sobre o platô, como se a pausa do rio tivesse encontrado o desenho na terra. A animação do cais e o prestígio da Matriz sugeriam uma solidez que a matéria ainda não possuía. As ruas, em grande parte sem calçamento, levantavam poeira no tempo seco e barro nas chuvas e cheias, lembrando que a cidade permanecia em ajuste com o chão e com as águas. O cristal de Remanso havia decantado o bastante para adquirir forma, mas não peso. Era uma organização em repouso, uma pausa confundida com permanência.

Figura 109: Implantação da antiga cidade de Remanso



Casa Nova: O Cristal de Inflorescência

O surgimento de Casa Nova delineia-se na primeira metade do século XIX como um gesto arrancado da terra, uma vez que o sal, extraído das jazidas abertas no chão seco, convocou gente, trabalho e enraizamento para aquelas ribeiras. É desse chão que a tradição historiográfica local situa sua fundação, atribuída a um português conhecido como senhor Viana – figura quase espectral, cujos registros biográficos ainda carecem de maiores informações (Casa Nova, [202-?]). Sua autonomia política viria somente em 1879, quando esse núcleo inicial se desatou de Remanso, herdeiro direto da antiga Pilão Arcado, para afirmar-se como município. Batizada incialmente de "São José do Riacho de Casa Nova", a cidade cresceu guiada pela riqueza mineral que lhe dava forma e sentido, como se as inflorescências salinas – mineral da duração – tivesse moldado sua vocação e traçado seu percurso nas barrancas do rio.

Este mundo em formação encontrou um observador atento no engenheiro Teodoro Sampaio (1855-1937). Em sua obra *"O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina"* (1905), Sampaio capturou a pulsação de uma economia que perpassava não apenas Casa Nova – à qual dedicou o capítulo exclusivo "As Salinas de Casa Nova" – mas uma rede de centros produtores como "Santa Anna do Sobradinho[281], [...] Pilão Arcado, Taboleiro[282], Santo Antonio das Salinas[283] e Chique-Chique[284]" (Sampaio, 1905, p.43) em uma produção que chegou a atingir cinco mil alqueires anuais:

> *Casa Nova*, onde domina a família Vianna, é uma pequena villa que se mantem com a indústria do sal. Visitamos-lhe as salinas, e achamos interessantíssimo o processo de trabalha-las. [...] O solo da salina é ordinariamente um terreno argiloso, secco, de aluvião, com superficie mais ou menos plana onde aparece **manchas irregulares como as de um corpo graxo ou óleo derramado sobre a terra. São estas manchas inflorescências salinas, superficiaes e pouco extensas, que o povo costuma raspar**, **reunindo a terra para lança-la em cochos de madeira em que fazem a decoada, que é evaporada depois ao sol do concavo de grandes lajedos ou fervida ao fogo.** Não se emprega nesse serviço instrumento algum metallico. Todos os utensílios são de madeira ou de procedencia vegetal, **porque é crença arraigada do sertaneja que o ferro extingue a salina.** O sal assim obtido é impuro, lamelar ou escamoso, corado e contendo magnésia. [...] **A lama retirada da decoada é amontoada ao lado da salina e ahi fica até que com os anos se degrada e volta muita vez a produzir sal. É certo que as salinas produzem maior quantidade de sal nos anos chuvosos e que a safra é tanto mais abundante quanto mais tempestuoso correu o tempo.** A origem do sal no valle de S. Francisco não foi bem explicada ainda: presumo, porem, com certo fundamento, que o solo das salinas, composto de aluviões marnosos, com detrictos de rochas calcáreas, e de gesso ainda abundantes dentro do valle, e contendo particulas de sal, só mui lentamente se desaggrega e se decompõe em contacto com o ar e com as aguas meteóricas amoniacaes, dando então a logar às inflorescências. **Por esse motivo, a produção é muito superficial e tenue, e por isso tambem é que a argila depois de lavada, volta a produzir sal depois de alguns annos de exposição ao ar e à chuva.** O emprego de instrumentos de ferro leva de certo o explorador a cavar o solo mais profundamente do que o permittiriam os toscos apparelhos de madeira em uso e, portanto, **porá a descoberto camadas mais profundas, não amadurecidas e que só mui lentamente viriam a decompor-se, gerando ou desprendendo o sal latente**. **[sic]** (Sampaio, 1905, p.41-42, destaque da autora).

O olhar de Teodoro Sampaio, ao visitar a vila naquele período, capturou a materialidade daquilo que definimos anteriormente como "tempo moído", aquela sobreposição de camadas onde o hábito vira substrato e o território, tempo acumulado. Ao descrever o processo artesanal de extração do sal, no qual o uso de instrumentos de ferro era proibido pela crença de que o metal "extinguiria" a salina, o engenheiro registrou a preservação de um ritmo amparado pelo uso exclusivo da madeira e da palha como a guarda de um equilíbrio entre o gesto humano e a reação do solo.

Havia ali uma paciência mineral. Sampaio observou que a lama lavada, amontoada ao lado das salinas, voltava a produzir sal anos depois, após a exposição ao ar e às chuvas. Embora a colheita ocorresse na superfície, a renovação do mineral dependia da coexistência entre estratos, em que o labor humano deveria desgastar a camada superior para que o sal

281 Antigo distrito de Sobradinho (BA), polo salineiro histórico hoje sob as águas da barragem.

282 Refere-se às áreas de "tabuleiros" (planaltos sedimentares) vizinhos a Juazeiro e Casa Nova, onde o sal aflorava.

283 Histórica região salineira que remete tanto ao norte de Minas quanto a áreas de influência geológica similar no Vale.

284 Atual Xique-Xique (BA), importante entreposto fluvial no Médio São Francisco.

das profundezas fosse, pouco a pouco, alcançado pelo tempo. Ao recusar o ferro, o trabalho preservava na integridade as camadas mais jovens e permitia ao solo respirar em seu próprio ciclo de cristalização, garantindo que o afloramento do sal seguisse o ritmo de sua maturação interna.

Tal como o sal que decanta lentamente na lama, a cidade de Casa Nova também se apresentava em um estado de maturação latente sobre o solo. Em sua superfície, ostentava uma aparência robusta, mas, em seus estratos mais profundos, permanecia vulnerável e ainda não plenamente consolidada para enfrentar a força do ecossistema que a cercava. A sede municipal de Casa Nova assentava-se na margem esquerda do rio, sobre um altiplano pouco extenso que, nos períodos de cheia, deixava a cidade praticamente ilhada, em um território onde o urbano precisava conciliar constantemente seu espaço com a várzea (CHESF, 1973a).

Diferente de seus núcleos vizinhos, Casa Nova ostentava um aparato infraestrutural que sugeria uma tentativa de maior estabilidade mineral. Das vinte ruas que compunham sua malha, doze já eram pavimentadas com paralelepípedos e dotadas de calçadas; um esforço de urbanidade que, embora fosse alheio ao rigor técnico ou planejamento construtivo, conferia ao lugar uma fisionomia de solidez. O corpo da cidade dividia-se em dois tempos e dois estratos sociais que se manifestavam na ocupação do relevo. No Tabuleiro, núcleo original situado na zona de maior elevação, concentrava-se um padrão habitacional ordenado e o intercâmbio comercial que se articulava entre o porto, a Praça Sete de Setembro e a Rua Artur Conrado. Em contraponto, o Morro surgia como expansão rumo à estrada, desenvolvendo-se a partir da Praça da Bandeira com um tecido edificado mais pobre. Tratava-se da franja de crescimento da cidade, onde o enraizamento se mostrava mais precário e o traçado urbano perdia a rigidez encontrada no núcleo central.

A análise das 739 edificações de Casa Nova dimensiona a densidade desse assentamento, formado por um conjunto majoritariamente residencial de 469 unidades, acompanhado de uma presença comercial e industrial significativa para os padrões daquele ecossistema fluvial. Contudo, essa aparente robustez era uma "pele" fina. Mesmo com o uso de materiais mais perenes, como o paralelepípedo (acho que aqui não é sobre o uso de materiais, mas pela aparente superioridade infraestrutural), a vulnerabilidade às investidas do rio São Francisco continuava a condicionar o tempo de vida das construções. A contradição era latente, pois embora as habitações fossem consideradas "satisfatórias" quando comparadas às cidades vizinhas, o rigor dos números da CHESF (1973a) deixava à mostra a realidade de que apenas metade do casario mantinha um estado de conservação aceitável. Dos 469 imóveis residenciais, mais de 50%, totalizando 241 unidades, eram classificados como "baixos ou precários".

Essa "solidez" urbana era, portanto, um estrato superficial. Por baixo das pedras das ruas, a durabilidade do ambiente construído permanecia prematura, submetida às intempéries fluviais. Onde o Estado via uma infraestrutura superior, a vida cotidiana experimentava uma estabilidade sempre sob ameaça – confirmação de que, naquelas margens, nem mesmo a pavimentação conseguia blindar a cidade da força que a sustentava e, ao mesmo tempo, a sitiava. Essa vulnerabilidade oculta nos reconecta à lição de Sampaio sobre o mineral guardado na lama, cuja renovação dependia sempre de um evento disruptivo. Seja pela enxurrada, capaz de desmembrar as partículas do solo para dar lugar às inflorescências, seja pela tempestade *benjaminiana* que, mais tarde, faria todo esse sal virar mar, quando o sal da terra viria a se recristalizar em trauma na memória.

É nesse momento crítico de saturação que o sal "salta" para fora do solo e se rebela contra o anonimato da terra. Na história de Casa Nova, esse fenômeno mineral encontra seu espelho nas *insurgências* que irromperam do chão, fazendo da aridez social uma inflorescência quase tão potente quanto a do próprio mineral. A harmonia entre o corpo e o solo, que exigia uma maturação lenta e respeitosa, seria atravessada pela intrusão do ferro – o mesmo metal que, na lida das salinas, era evitado para não extinguir a vida do solo – no instante em que essa rebeldia deixou de ser mineral para se tornar política.

O massacre de Pau de Colher (1934-1938), um povoado situado nos limites do município, surge como o ápice desse processo eruptivo. Enquanto a sede municipal ensaiava uma compostura urbana em suas ruas pavimentadas, o território expandia-se para além dessa pele de pedra, encontrando nos seus distritos o "sal" – substância humana saturada pela lida e pelo desamparo – que se rebelava contra o silenciamento imposto pelo coronelismo. Este sistema de domínio das famílias oligárquicas, para manter a ordem e a rigidez daquelas ruas, controlava o território através do voto e da violência dos jagunços, classificando como "impureza" ou "fanatismo" o que escapasse à sua estrutura (Pompa, 2009).

Alimentado pelo fantasma de uma "nova Canudos", o estigma do "fanatismo" serviu de pretexto para que o ajuntamento messiânico liderado por José Senhorinho fosse convertido em alvo militar (Pompa, 2009). O que as elites locais inicialmente descreveram como uma reunião de pessoas que "só estavam

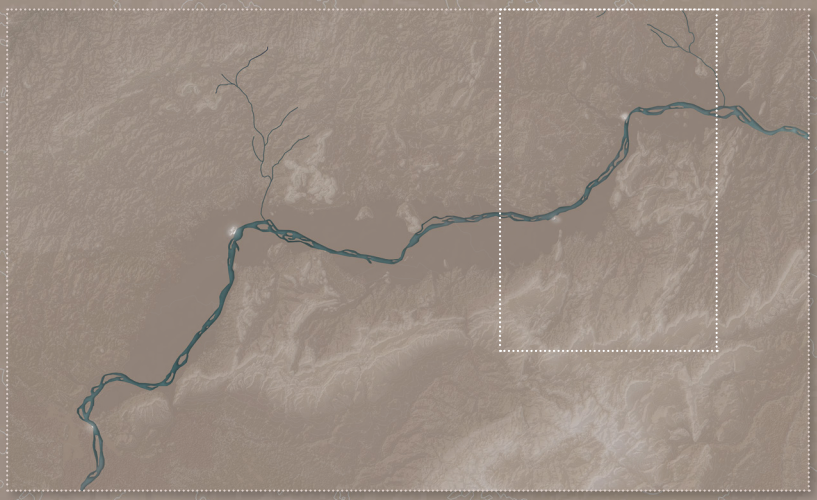
rezando" (Leandro, 2008, p.88), logo se transformou no pavor de uma subversão contagiosa, justificando, sob a égide do Estado Novo de Getúlio Vargas, uma missão de extermínio. Sob o imperativo de restaurar a "ordem e o progresso", o governo federal determinou a formação do Destacamento do Vale do São Francisco com o objetivo de extinguir o reduto a qualquer preço, mobilizando as brigadas militares da Bahia, de Pernambuco e do Piauí.

Se a maturação da cidade era incompleta em suas pedras, o transbordamento de sua gente – forçado à superfície pelo "ferro" letal do Estado antes mesmo que seu tempo de maturação se completasse – rompia a crosta da opressão. Ocupado em 19 de janeiro de 1938, o povoado testemunhou três dias de fogo ininterrupto, onde metralhadoras Thompson foram acionadas contra homens, mulheres e crianças. Estima-se que cerca de quatrocentas pessoas tenham morrido no conflito inicial (Leandro, 2008), embora o rastro de sangue pelas picadas da caatinga e as valas coletivas sugiram um número que alcança mil vítimas (Magalhães, 2018). Essa insurgência, e sua subsequente repressão sangrenta, refletia a força do que ainda fervilhava nas profundezas de um solo que, tal como o sal, não aceitava o soterramento sem antes precipitar-se em fratura.

/ Figura 110: Implantação da antiga cidade de Casa Nova



/ Figura 111: Implantação da antiga cidade de Pilão Arcado e Remanso



2

1

0 2,5 km 5 km 10 km

1. Antiga cidade de Sento Sé
2. Antiga cidade de Casa Nova

Sento-Sé: O Cristal Estratificado

> A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); [...] de política (o compadrismo) […] A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. Feias e fortes. Paredes grossas. Alicerces profundos. O irônico, porém, é que, por falta de potencial humano, toda essa solidez arrogante de forma e de material foi muitas vezes inútil: na terceira ou quarta geração, casas enormes edificadas para atravessar séculos começaram a esfarelar-se [...] toda essa glória virou monturo. No fim das contas as igrejas é que têm sobrevivido às casas-grandes. (Freyre, 2002, p.131-132).

Em Casa Nova, o sal permanecia entranhado na lama como latência de insurgência – mineral físico que pressionava a crosta opressora em busca de ruptura. Em Sento-Sé, ao contrário, o "sal da terra" nomeia a própria substância humana, diluída no húmus da tradição. Aqui, o sal não se oferece como cristal bruto a tensionar a superfície, mas como uma estrutura que estratifica o solo de significados sociais, sobrepondo tempos e ordens em uma sedimentação secular. Diferente de suas vizinhas, onde as distâncias sociais se insinuavam à medida que a urbe se expandia, em Sento-Sé as hierarquias compunham a trama invisível sobre a qual a cidade se fundou. A ordem não se seguiu à cidade; ela foi o rastro que permitiu ao território existir. Enquanto Casa Nova vibrava na iminência do estilhaço, em Sento-Sé nada precisava romper, visto que a sua densidade se impunha pela persistência de um destino que se aprendia antes mesmo de ser questionado.

Essa densidade aparece, primordialmente, na origem do nome Sento-Sé, um estrato fundacional que reúne a violência da invasão e a sobrevivência da linhagem indígena em uma narrativa única. Nesse momento inicial, cristaliza-se o encontro entre o Rio, força ancestral e territorial, e a Casa-Grande, símbolo da ordem colonial, manifestado no confronto pela terra entre o chefe tribal e o colonizador luso. Conforme demonstra o relatório da CHESF (1974), a derrota do líder indígena e sua posterior submissão o compeliram a habitar o povoado junto aos portugueses, local onde se uniu a uma mulher de ascendência europeia. Da vontade de permanecer com sua companheira nasceu um filho batizado como Centocê (Amaral; Santos, 2021), vocativo que, com o tempo, assentou na grafia atual a memória de uma mestiçagem imbricada entre mundos em atrito. Tal nome constitui o primeiro sedimento de uma história territorial em que o encontro de subjetividades foi vertido em fundamento da própria urbe, inscrevendo o conflito inicial entre a dominação e a resistência do dominado no chão da cidade.

Esse estrato inicial ganhou densidade no início do século XVIII com a chegada dos colonos vinculados à Casa da Torre de Garcia D'Ávila[285], cujas lavouras de cana-de-açúcar e a imposição das sesmarias estruturaram um domínio agrário sobre a região. Ao transformar a fluidez das margens em território demarcado, as concessões de terra procuraram fixar o que antes era movimento, convertendo o solo ribeirinho em domínio nobiliárquico sob o nome da Coroa. Esse esforço de ordenação encontrou respaldo institucional em 1752, quando a chegada do vigário Padre Domingo Alves de Souza formalizou o núcleo de povoamento como Arraial de Sento-Sé (Amaral; Santos, 2021). A presença da autoridade religiosa conferiu uma organização administrativa e simbólica às ocupações preexistentes, provendo o amparo necessário para que a posse da terra deixasse de ser provisória e se tornasse definitiva.

A solidez dessa organização social, amadurecida lentamente ao longo das décadas, ganhou respaldo jurídico em 06 de julho de 1832, com a criação do município de Sento-Sé por decreto provincial, processo que atingiu sua maturação com a confirmação da emancipação política em 21 de novembro de 1883 (Amaral; Santos, 2021). Tais marcos consolidaram uma hierarquia de poder gestada entre a força do Rio e o rigor da Casa-Grande, assegurando à cidade uma estabilidade duradoura. O solo passou, então, a concentrar as marcas de posses, linhagens e disputas que se transmitiam pelo uso contínuo da terra, pela permanência das famílias e pela solidez das construções.

A permanência, antes princípio, tornou-se forma. A antiga Sento-Sé distinguia-se no conjunto das sedes que seriam submersas por Sobradinho por ocupar uma posição de transição, situada entre margens, entre tempos e entre forças. Sendo a única situada na margem direita do rio, em um ponto entre Juazeiro e Xique-Xique (CHESF, 1973d), seu traçado urbano refletia essa condição de limiar: nem inteiramente ribeirinha, nem afastada do rio, a urbe organizava-se onde a história parecia acomodar-se à geografia.

285 Instituição que geriu o maior latifúndio das Américas, estendendo-se da Bahia até o Maranhão e Piauí. Fundada por Garcia de Sousa d'Ávila, a Casa da Torre foi o principal agente de expansão da pecuária e da ocupação do sertão nordestino, utilizando o sistema de sesmarias para consolidar vastos domínios territoriais e atuando como braço armado da Coroa Portuguesa nas chamadas "guerras justas" contra as populações indígenas (Secundino; Lubambo; Araújo, 2009).

Ao contrário das outras povoações ribeirinhas que se debruçaram rente ao leito do São Francisco, Sento Sé recuava aproximadamente 1.800 metros da margem principal. Essa implantação foi imposta pela natureza física dos terrenos alagadiços que ladeavam o rio, o que condicionou a expansão da urbe para áreas mais firmes e elevadas. A conexão com a vida fluvial era garantida pela Vila Beira-Rio, também conhecida como Sento-Sé Margem, um pequeno núcleo situado em um platô que se erguia entre o rio e a zona inundável, ligado à cidade por um aterro que vencia as variações sazonais das águas (CHESF, 1973d).

Urbanisticamente, a cidade de Sento-Sé estruturava-se a partir de uma avenida de acesso que conduzia a um grande largo, a praça central que possuía um coreto, símbolo maior da sociabilidade local, ao redor da qual se concentravam os principais edifícios públicos, como a Igreja Matriz. Apesar do aspecto conservado dessa praça principal e do asseio das vias, a cidade carecia de infraestrutura urbana básica, apresentando uma pavimentação incipiente que alcançava apenas 6,48% de sua área total. O conjunto era formado por dezessete ruas, das quais a Avenida Osvaldo Lopes, composta por duas pistas com canteiro central, servia como via de acesso desprovida de calçamento, enquanto alguns trechos pavimentados com paralelepípedos limitavam-se ao contorno das praças Juvêncio Alves e da Bandeira. O restante das vias mantinha o leito *in natura*, refletindo um traçado que respondia de forma orgânica à topografia e buscava pontos de apoio seguros frente à instabilidade das cheias (CHESF, 1973d).

A dinâmica socioeconômica da região organizava-se pela rodovia BA-210, que na década de 1970 recebia asfalto apenas no trecho inicial vindo de Juazeiro até o acampamento de obras da barragem, abrangendo um trecho de 55 km enquanto o restante permanecia como "estrada de chão". Essa via permitia o intercâmbio com os polos de Juazeiro e Petrolina, além de servir como entreposto para a exportação da matéria-prima da mina Castela, pertencente à indústria COMINAG. Na Vila Beira-Rio, a arquitetura era composta por apenas duas ruas de padrão modesto (CHESF, 1973d), abrigando edifícios residenciais e comerciais que serviam de porta de entrada para o fluxo de mercadorias e passageiros que cruzavam o sertão.

A configuração do casario da sede deixava entrever as estratificações sociais do território, com um total de imóveis que variava entre 294 (CHESF, 1973d) e 362 (Amaral, 2020) dependendo da fonte documental utilizada. As análises técnicas da época apontavam que a grande maioria dessas habitações era precária, atingindo o índice de 61%, enquanto as residências consideradas regulares representavam 11,4% e as de bom padrão restringiam-se a uma pequena elite de 2,5%. As construções eram geralmente contíguas, aproveitando as paredes laterais dos vizinhos em um alinhamento que ignorava recuos frontais, o que acabava por criar uma fachada contínua cujo tecido urbano serpenteava a paisagem de acordo com as necessidades e conveniências da vizinhança (CHESF, 1973d).

Para além de índices técnicos, a desigualdade morava na própria inclinação das ruas e na organização do espaço. Deixava-se entrever na disposição dos eixos e na qualidade variável de suas edificações, delineando uma hierarquia que se estendia do chão batido às fachadas mais sólidas. Era nesse intervalo, entre a terra que cedia ao passo e a parede espessa que se impunha ao olhar, que a cidade conduzia seus encontros, guiando a fluidez da vida cotidiana para o núcleo onde ela, inevitavelmente, tocava a ordem instituída: a praça.

Ali, a sociabilidade encontrava compasso sob a vigilância do poder. A ordem e o abastecimento, garantidos pela Delegacia e pelo Açougue municipal, ladeavam uma gestão cívica, onde o Fórum e a Prefeitura partilhavam o mesmo edifício. Sobrepondo-se a esse arranjo institucional, uma Caixa d'água branca de quinze metros de altura elevava-se como presença dominante na paisagem, anunciando o centro a quem se aproximava. Mais do que um marco visual, aquela estrutura integrava a rede que nutria o cotidiano, sustentando tanto o sistema de água encanada quanto os dois chafarizes que pontuavam o pátio central (Amaral, 2012).

Arrematando esse centro, a Igreja Matriz de São José (1719) mantinha-se como um estrato profundo da memória urbana, situada em um terreno recuado para se esquivar do alcance das águas e afirmar uma permanência que sobrevivia às transformações do entorno. A partir desse núcleo simbólico, a topografia social ascendia em direção à Rua de Cima, o eixo de maior prestígio que elevava a hierarquia da urbe ao abrigar a Casa-Grande da família Sento-Sé.

Materializando o prestígio da família Sento-Sé, a residência de 1813 exibia uma arquitetura imponente, composta por caibros de carnaúba de trinta palmos vindos do Rio Verde de Goiás e um assoalho de madeira elevado sobre porões. A fachada era emoldurada por uma varanda ampla, onde vinte janelões vigiavam o espaço público, projetando a autoridade da casa sobre a cidade. Essa mesma atmosfera de exclusividade estendia-se defronte à Igreja, onde a Rua São José alinhava o seleto conjunto de moradias pertencentes aos estratos mais abastados (Amaral, 2012). Nesse perímetro, as casas senhoriais e os prédios públicos abriam suas fachadas para o rio São

Francisco, por onde as embarcações passavam em movimento contínuo. Voltavam-se ao rio como quem se expõe a um espelho; a margem tornava-se horizonte e palco, paisagem e vitrine, onde o poder se deixava ver ao ritmo das águas que corriam.

Casa-Grande, igreja e edifícios administrativos formavam um núcleo que, mais do que organizar o traçado das ruas, assentava no chão a própria hierarquia social. Como em tantas outras cidades, havia uma organização de proximidades e distâncias, de centro e margem. Contudo, em Sento-Sé essa separação encontrava uma forma particularmente nítida na Casa-Grande, não apenas como residência senhorial, mas como princípio organizador do espaço.

Mesmo onde a terra batida prevalecia e o calçamento era escasso, a ordem se impunha por meio de um eixo de referência que projetava a autoridade sobre o relevo, convertendo a inclinação natural do terreno em uma topografia moral. Assim, na cota mais alta e protegida das cheias, consolidava-se o reduto da elite agrária, onde a Casa-Grande da família Sento-Sé dominava a Rua de Cima menos pela altivez física do que pela soberania da perspectiva; via-se de cima, via-se antes, via-se mais.

Seu domínio, porém, não se continha em suas paredes espessas nem na sombra fresca de seus alpendres. Ele transbordava. Escorria pelo traçado das ruas, insinuava-se na distância medida entre as raras casas de bom padrão e a vastidão das moradias precárias. Mais do que um modelo arquitetônico, tratava-se de um regime de visibilidades que estruturava o modo de aparecer na cidade. Em Sento-Sé, o centro tinha forma, varanda e janelões.

Tal como pressentiu Freyre (2002), se as casas-grandes esmorecem, as igrejas permanecem. Em Sento-Sé, era a Matriz de São José que atravessava as gerações (Marx, 2003). A Casa-Grande sustentava a superfície visível do mando, erguida em paredes espessas, varandas largas e nomes que se repetiam. Era a arquitetura da evidência. A Igreja, porém, recolhia aquilo que não dependia da linhagem nem da posse. Quando as famílias rareiam, os rebocos se desfazem e as paredes perdem o viço, é ela que continua; não porque resista à erosão, mas porque se abriga em um tempo suspenso pela memória coletiva: nos ritos repetidos, nas promessas sussurradas e nos sinos que ainda ecoam mesmo depois que a pedra se cala.

Enquanto a Casa-Grande precisava do solo para se sustentar, a Matriz bastava-se na lembrança. Era nela que se firmava o cerne de um cristal estratificado, constituído não apenas pela sobreposição de camadas na terra e na memória, mas pela distância rigorosa mantida entre elas. O que se acumulava através dos séculos recusava a homogeneidade, uma vez que cada geração, cada nome reiterado e cada aliança renovada acrescentava peso às camadas anteriores e tornava ainda mais discrepante o desnível que sustentava a ordem. Assim, mesmo quando a aparência física da Casa-Grande cedesse ao avanço inexorável das águas, não era a estrutura que se desfazia. As camadas permaneciam, comprimidas umas às outras, guardando nos altares da memória a genealogia profunda de sua própria formação.

/ *Figura 112: Implantação da antiga cidade de Sento-Sé*



/ Figura 113: Implantação de Rodelas, Itacuruba e Petrolândia antes da implantação da barragem de Itaparica em 1988

1

2

3

0 2 km 4 km 8 km

1. Antiga cidade de Rodelas
2. Antiga cidade de Itacuruba
3. Antiga cidade de Petrolândia

Rodelas: O Cristal Poroso

Ainda que partilhe com Sento-Sé a mesma gênese mestiça, nascida do encontro entre o sangue originário e o colonizador, Rodelas traçou um outro caminho. Em Sento-Sé, o cruzamento de mundos acabou por estratificar uma ordem rígida, simbolizada pela Casa-Grande; em Rodelas, por sua vez, a mistura assumiu a forma de travessia contínua. Ali, a ordem colonial não logrou soterrar a ancestralidade; precisou, antes, pactuar com ela. Rodelas pulsava, então, como um cristal poroso, onde nada se fecha por completo e o território não se afirma como posse, mas como circulação.

Sua formação não brotou da rigidez dos senhores rurais, e sim do movimento. Antes que qualquer pedra delimitasse ruas ou erguesse paredes, o espaço já era desenhado pelas rotas migratórias dos povos originários que, partindo do Piauí, encontraram no abraço do rio o seu pouso. No século XVI, quando os primeiros registros coloniais de Garcia d'Ávila (1552) e os requerimentos de sesmaria da Casa da Torre (1646) começaram a tatear o sertão de Rodelas, a tribo Tuxá já habitava a duração daquele território, conduzindo tramas de uma existência que se confundiam com o próprio curso das águas. Quando os frades capuchinhos franceses, como François de Domfront, ali aportaram entre 1670 e 1671 (Rodelas, 2019, s./p.), encontraram um aldeamento estabelecido, dando início a uma convivência que se estenderia por séculos.

Ao redor de uma capela de pedra e cal erigida pelos missionários, o povoamento cresceu integrando indígenas, fugitivos da Zona da Mata e colonizadores em uma confluência social diversa. Nesse cenário, a cidade foi se configurando como uma zona de encontro entre dois ritmos distintos do sertão. De um lado, o avanço das boiadas que rasgavam o interior em direção ao Piauí, abrindo trilhas, erguendo currais e consolidando a economia do couro. De outro, o compasso fluvial das canoas, das ilhas cultivadas e do comércio itinerante que animava as margens. Enquanto os sertanistas empurravam o gado em direção ao Piauí, a Missão de Rodelas fixava-se no solo como um núcleo de mediação territorial e cultural, articulando o mundo pastoril que avançava pelo sertão e a vida ribeirinha que se organizava em torno do rio. Ao longo de 190 anos, sucederam-se ali jesuítas, carmelitas e capuchinhos italianos, moldando um tecido social onde a população escrava, que chegava a 22% no século XVIII, e os rendeiros-curraleiros conviviam com os remanescentes indígenas em uma economia de subsistência e intercâmbio (Rodelas, 2019, s./p.).

Até o século XX, nessa rede viva de trocas, o desenvolvimento populacional e econômico da cidade organizava-se em torno do rio, utilizado para o transporte de passageiros e mercadorias em navegações que interligavam o Vale, de Paulo Afonso (BA) a Pirapora (MG) (Durazzo, 2019). Era por esse eixo que circulavam também os "regatões": barqueiros que exerciam o comércio de porto em porto, transportando desde o sal grosso de Jatobá até os filtros de arenito e rapadura (Rodelas, 2019, s./p.). A cidade, assim, não se encerrava no casario assentado em terra firme. Espraiava-se sobre o leito fluvial, conectando-se aos fluxos de mercadorias e, sobretudo, a um conjunto de mais de trinta ilhas (Salomão, 2007) que, sob a cadência das cheias e vazantes, proviam o solo fértil[286] necessário à subsistência. Tal alternância dissolvia a separação entre terra e rio, confirmando que o rio não constituía limite, mas extensão: era ele quem ora emprestava a terra para o plantio, ora a recolhia para o seu seio.

Às margens do Velho Chico, Rodelas desenhava-se como um prolongamento dessas mesmas águas oscilantes. A disposição das casas seguia um padrão colonial simples, com quarteirões irregulares[287] que se ajustavam à topografia, como se a malha aceitasse a contingência do terreno. Enquanto a via principal e suas quatro paralelas reforçavam a linearidade das cidades de margem – mantendo o casario em um diálogo constante com a beira-rio –, o traço possivelmente mais forte de sua planta residia no eixo perpendicular que se projetava para o interior. Esse braço urbano funcionava com um desdobramento do próprio rio terra adentro; era por ele que o movimento das ilhas e do porto se infiltravam no sertão baiano, costurando a vida anfíbia das águas à vastidão das zonas rurais até alcançar a ligação com a estrada BA-210.

Essa mesma porosidade entre o fluxo e a transitoriedade, que impedia a cidade a se conter em paredes espessas no seu casario, atravessava também suas formas simbólicas. A Igreja de São João Batista, construída em pedra e cal, destacava-se com suas grossas paredes brancas, como se pretendesse fixar o que o rio ensinava a mover. Mas não era fortaleza. Cresceu com o povoado e tornou-se o lugar onde as identidades fluidas da margem eram ancoradas e consagradas.

Inicialmente singela, a capela passou a resguardar duas imagens do padroeiro, e já nessa duplicidade se insinuava a natureza híbrida daquele chão. O São João do Altar, em madeira, recolhia-se à liturgia oficial e à ordem do dogma. O São João da Porta, esculpido em pedra e portador de traços indígenas, guardava o limiar; instalado na fachada frontal, voltado para o rio São Francisco, ele não protegia apenas a igreja, velava a passagem.

286 A atividade agrícola regional concentrava-se nas áreas de vazante e nas ilhas, onde o manejo da irrigação favorecia o cultivo de ciclos curtos, como arroz, feijão, tomate e melão. A cebola, contudo, representava a produção de maior vulto, mobilizando a estrutura técnica local durante todo o ano, em paralelo às lavouras plurianuais de cana-de-açúcar e de algodão arbóreo (CHESF, 1982).

287 Tais irregularidades refletiam também uma materialidade frágil que, até a década de 1930, demarcava a fronteira social entre a "povoação dos brancos" e a "aldeia dos índios", distinguíveis pelo asseio das casas caiadas em contraste com as de taipa. O relatório da CHESF (1982) registrava que, dos 860 domicílios da sede, cerca de 30% eram rústicos e a rede de abastecimento, insuficiente, evidenciando que a solidez institucional da urbe ainda não havia se traduzido em infraestrutura plena.

A lenda que envolve essa imagem narra uma tentativa de fixação que não se completou. Encontrado pelos Tuxá na cachoeira de Rodelas, acima da cidade, o santo de pedra foi conduzido em procissão até o altar. No dia seguinte, porém, desapareceu. Reencontrado aos pés da queda d'água, retornou ainda uma segunda vez ao seu lugar de origem. Só então se aceitou que ele só permaneceria se pudesse continuar olhando o rio. A escultura foi instalada em um nicho na fachada, voltada para as águas, para que pudesse ficar sem deixar de pertencer ao que a chamava.

Assim, São João permaneceu na soleira: nem inteiramente dentro do templo, nem fora dele. Não habitava o centro da ordem, mas sua borda. Tornou-se uma centralidade da identidade local, reafirmando que ali o sagrado não se impõe pela clausura, mas pela permeabilidade. Ainda hoje, na nova Rodelas, a escultura erguida no alto de um mastro mantém o olhar voltado para o rio. Como o cristal poroso que define a cidade, a igreja não encerra o território: deixa-o respirar. E o santo, voltado às águas, recorda que até ele aprendeu a permanecer em travessia.



/ Figura 114: Implantação da antiga cidade de Rodelas

Itacuruba: O Cristal de Concentração

Na margem oposta a Rodelas, Itacuruba não surgiu de um ato administrativo, mas de um lento adensamento. Como um cristal de concentração, formou-se menos por decreto do que por aproximações sucessivas, por forças que se reuniram em torno de um centro invisível. A fundação de 1870 (Figueiredo, 2011), ligada ao pouso de boiadeiros e tropeiros (Moreira; Maia, 2020, p.43), registra apenas um momento de um processo muito anterior, que se confunde com a própria dinâmica do rio.

A história remonta a 1696, quando a imagem de Nossa Senhora do Ó, de origem holandesa, alcança a região e passa a circular por margens que, segundo a memória local, formavam uma única extensão de terra acompanhando o curso do São Francisco. Foi a enchente de 1792 que redesenhou esse contorno. As águas subiram, rasgaram o chão e fizeram emergir ilhas onde antes havia apenas terra contínua. Entre elas, Surubabel permaneceu na memória como território impregnado de sacralidade. Nos relatos, o episódio ultrapassa o registro de uma cheia extraordinária. Evoca-se um tempo em que "a terra era junta", rompida por um dilúvio que a separou, como se a própria paisagem tivesse atravessado um instante inaugural (Figueiredo, 2011, p.33).

No tumulto dessa transformação se situa o achado da imagem. Arrastada pela corrente quando as águas tomaram a capela capuchinha onde se encontrava, Nossa Senhora do Ó foi encontrada dias depois por pescadores na ponta da ilha do Surubabel (Figueiredo, 2011). Não era apenas um objeto devolvido pela cheia. Era um centro à deriva que reaparecia no território recém-fraturado. Ao recolhê-la, não resgatavam apenas uma escultura sagrada; recolhiam um princípio de agregação, como se da dispersão das águas emergisse novamente um ponto de convergência.

Quando, em 1889, a igreja foi concluída à beira do São Francisco para abrigar a imagem resgatada, consolidou-se mais do que um templo; instaurou-se um centro de gravidade. Casas, caminhos e presenças aproximaram-se como partículas atraídas por um núcleo. Retirada do fluxo, a Santa tornou-se o ponto em torno do qual a matéria urbana começou a se adensar. Ao seu redor, definiram-se os cruzamentos e se concentraram as trocas. Atrás da Igreja abriu-se a praça. Rente a ambas se firmou o principal entroncamento, diante do qual se estabeleceu a Prefeitura. Um pouco mais adiante, a Feira livre e o Clube completavam o circuito da vida coletiva (Moreira; Maia, 2020). A cidade crescia acompanhando o rio, mas era a Santa que lhe conferia orientação. Invisível como a força que mantém coesas as partes, sua presença fixava o crescimento e convertia a errância em forma.

As moradias preservavam a tradição colonial, repetindo a sobriedade da igreja: paredes espessas de alvenaria, alcovas profundas e corredores estreitos, cobertos por telhas-canal que vertiam a chuva para o interior dos quintais (Moreira; Maia, 2020). A solidez que aparentavam era, entretanto, apenas a camada exterior. Por trás da cal e da pedra, a vida se sustentava em condições materiais precárias. Décadas mais tarde, esse quadro seria confirmado em números. Em 1981, a CHESF (1981) registrou que 96% das habitações possuíam qualidade baixa ou regular, carecendo, em sua maioria, de infraestrutura hidráulica e sanitária básica. A firmeza das fachadas ocultava uma existência exposta, revelando o contraste entre o enraizamento profundo no território e a instabilidade cotidiana que o atravessava.

A tensão entre o resguardo das paredes e a abertura ao mundo parecia ganhar corpo na própria igreja. No altar, a fé não repousava imóvel; havia nela um movimento de inclinação, uma imanência voltada ao rio. Conta-se que, sempre que tentavam girar a escultura de Nossa Senhora do Ó para que abençoasse o interior da cidade, a imagem amanhecia novamente voltada para o leito do São Francisco. Repetia-se o gesto humano de fixação, repetia-se a rotação da santa para a margem. Havia nessa insistência a atração de um corpo ao seu ponto de origem, como se a imagem recusasse o confinamento de um interior estanque e buscasse, obstinada, a corrente que a trouxera. Só quando se abriram portas laterais, permitindo-lhe manter o olhar sobre o Velho Chico, a escultura permaneceu parada, como se, enfim, estivesse habitando o lugar que escolhera (Figueiredo, 2011). Não foi preciso dizer mais. A orientação estava dada. Entre a espessura da pedra e o curso das águas, a padroeira escolhia o fluxo, lembrando aos habitantes que a fundação daquele lugar não estava na firmeza da alvenaria, mas na corrente que a atravessava; a mesma que um dia separara as terras e redesenhara o destino daquelas margens.

Enquanto o rio havia traçado a primeira grande fissura, outras divisões delineavam-se, mais discretas, no interior do próprio assentamento. Um corte natural o atravessava: o riacho Manoel Custódio que, junto ao riacho Umburana, moldava os contornos da vila. Entre esses braços d'água menores e a margem do Velho Chico, com suas ilhas desenhando as divisas, a cidade acomodava-se em faixa linear, estreita e alongada. Embora formalmente não houvesse bairros, a memória oral distinguia três regiões: o Centro, o Umburana e a Rua de Baixo (Moreira; Maia, 2020). Esta última, oposta ao núcleo

principal, demarcava uma zona de segregação social e racial onde viviam os chamados Gilus, descendentes da trajetória quilombola já discutida em capítulo anterior.

Na Rua de Baixo, o sal extraído das manchas improdutivas do latifúndio tornava-se sustento. Raspado da terra, lavado e fervido, ia cristalizando no tacho até adquirir corpo e forma. Entre o fogo e o vapor, revelava-se um princípio simples: o rio corre, algo permanece. O mineral que surgia no fundo do tacho e a imagem da santa no altar partilhavam a mesma natureza: ambos eram resíduos da água, vestígios do mesmo fluxo que os atravessava.

Itacuruba também era esse resíduo, um sedimento humano deixado pela corrente do tempo. Enquanto o sal guardava a reminiscência do encontro do São Francisco com a terra, a vila encarnava esse mesmo encontro em forma urbana. Tudo ali – pedras, ruas, casas, memórias – se acumulou onde o rio, após a enchente de 1792, permitiu que a vida se fixasse. A cidade se ajustava à curva e ao ritmo do leito; suas ruas acompanhavam o traçado das águas; suas casas adaptavam-se às elevações da margem.

Assim, Itacuruba não "beirava" o rio apenas; ela era o rio transformado em cidade, um fluxo cristalizado em forma. Sua força não vinha de deter a impermanência – afinal, até a construção da barragem, o pulso do rio não podia ser aprisionado –, mas de concentrá-la, de tornar a vida da cidade tangível e sólida, organizada sem interromper o movimento das águas que a atravessavam. O sal da Rua de Baixo, a santa que insistia em mirar o Velho Chico, a pedra da igreja, cada qual com sua singularidade, respondia ao mesmo impulso: a corrente que os percorria. A cidade se mantinha coesa não por isolamento, mas pela capacidade de transformar a fluidez em núcleo, de fazer do rio um fio condutor que passa, sustenta e orienta a existência. Itacuruba não detinha a corrente, mas deixava-se atravessar, tornando visível, em cada esquina, a força de se concentrar. Era, assim, um cristal atravessado pelo fluxo, visível apenas porque o rio a percorre, atualizando a cada instante a vida que se recusa a dispersar.

/ Figura 115: Implantação da antiga cidade de Itacuruba



Petrolândia: Cristal da Articulação

Em meados do século XVIII, antes do traçado urbano fixar linhas sobre o chão, o território de Petrolândia já era um ponto de convergência habitado pelos povos originários Pankararu. A paisagem era atravessada por fluxos migratórios que desciam dos vales potiguares e cearenses, penetrando o Vale do São Francisco e dando origem aos currais e fazendas que repartiam as sesmarias ao longo do rio (Abreu, 1907). Núcleos como Floresta e Jatobá emergiram dessa lógica pastoril, erguidos por vaqueiros que, nas estiagens, conduziam o gado aos pontos de água, pequenas clareiras de sobrevivência abertas na vastidão da Caatinga.

Foi de um desses pontos, repetidamente buscado nos períodos de estiagem, que Petrolândia começou a se insinuar como lugar. Não passava de um bebedouro, que servia ao rebanho das fazendas Brejinho da Serra e Brejinho de Fora. À sombra espessa dos jatobazeiros, a água acumulada tornava-se repouso e ocasião. Os vaqueiros chegavam com o pó do sertão impregnado nas roupas, deixavam o gado cansado saciar a sede e, enquanto o rio cumpria sua função, trocavam mercadorias, alinhavam acordos, partilhavam notícias. Assim o espaço passou a ser conhecido como "Bebedouro de Jatobá" (Menezes, 2014, p.1).

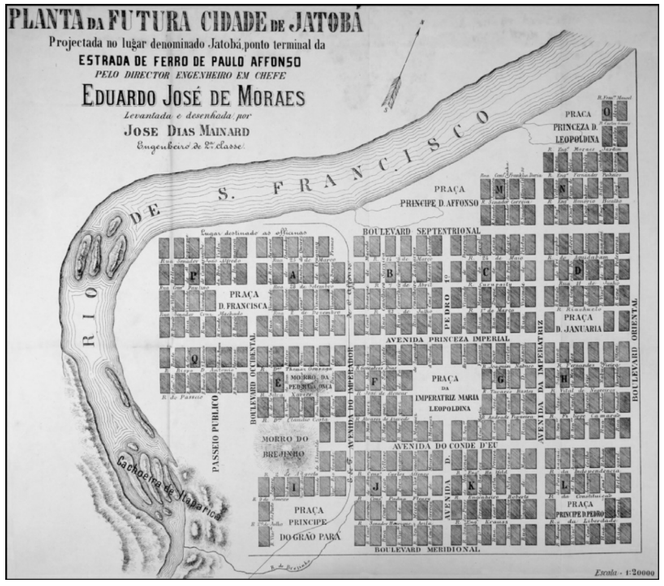
Durante quase um século, a região seguiu o lento compasso da lida pastoril. A locomoção dependia da força de cavalos, burros e canoas (Menezes, 2024); ali, o tempo era medido pelo passo do rebanho, e o espaço, vencido pela resistência dos remos. Desenhava-se ali uma articulação primordial entre o sertão e a margem, guiada pela necessidade e pela proximidade da água. Nesse ritmo reiterado, a paragem começava, quase imperceptivelmente, a adquirir densidade de povoado.

O destino daquele povoado começou a ser reescrito em 1859, quando o imperador Dom Pedro II (1825-1891), em viagem pelo Norte do Brasil, deteve-se diante da força da Cachoeira de Paulo Afonso. Daquele impacto nasceu a ambição de converter o rio São Francisco em uma estrada líquida e ininterrupta até o oceano. O sonho de uma navegação contínua, porém, esbarrou na materialidade das pedras. As cachoeiras de Itaparica e Paulo Afonso interrompiam o curso navegável, impondo um limite intransponível à imaginação hidráulica (Menezes, 2024). Foi desse impasse que emergiu a solução técnica: onde a água encontrava abismos, o ferro haveria de contorná-los.

Projetou-se, então, a Estrada de Ferro Paulo Afonso, destinada a ligar o Médio ao Baixo São Francisco e a alinhar o sertão aos circuitos do Império. A grande seca de 1877 acelerou a execução do projeto, conferindo-lhe também um caráter de resposta emergencial. Ao final, 115.136 quilômetros de trilhos passaram a conectar Jatobá ao município alagoano de Piranhas (Menezes, 2024), recalculando distâncias e reorganizando fluxos.

Em julho de 1883, com a inauguração da estação de Jatobá, o território que vivera da pausa começou a vibrar sob o ferro e o vapor. O apito do trem, ao rasgar o silêncio da Caatinga e ecoar sobre o rio (Menezes, 2024, p.41), anunciava que a margem se tornara engrenagem. Nas imediações da estação, a construção do cais Dom Pedro II completava essa operação, estendendo-se sobre o São Francisco como prolongamento dos trilhos e, enquanto o trem costurava o sertão por dentro, o cais abria a cidade ao fluxo das águas. Entre ferro e correnteza, mercadorias e passageiros transitavam, e o antigo bebedouro consolidava-se como ponto estratégico de transbordo (Menezes, 2014; Menezes, 2024).

No entanto, diferentemente das cidades que se acumularam como duração no chão, Jatobá já se anunciava sob outro regime de formação. No ponto terminal da ferrovia, o território não apenas se adensava pelo uso, mas passava a ser antecipado como desenho, projetado antes mesmo de se consolidar como cidade.



/Figura 116: Planta da futura cidade de Jatobá — projetada no ponto terminal da Estrada de Ferro Paulo Afonso. Desenho técnico que fixa no território uma ordem anterior à cidade construída.

Mais do que encurtar distâncias, a nova infraestrutura acelerou o tempo, atraiu habitantes, avolumou trocas e adensou a vida ao redor dos trilhos e do cais. Em 1913, a Lei Estadual nº 991 reconheceu formalmente esse movimento ao elevar Jatobá à categoria de cidade. O que já se afirmava na prática – como ponto de convergência regional – ganhava estatuto jurídico. Ainda assim, nada estava fixo. Em 1926, a Lei Estadual nº 1.830 transferiu a sede do município para Tacaratu, deslocando o eixo político e esvaziando, ao menos administrativamente, a centralidade construída ao longo de décadas. A cidade que organizava fluxos viu-se subitamente apartada do comando institucional, como se sua importância territorial não encontrasse correspondência no desenho oficial do mapa. As mudanças prosseguiram e, em 1935, a Lei Estadual nº 12 alterou o nome de Jatobá para Itaparica, convocando a memória da cachoeira que frustrara a navegação contínua sonhada por Dom Pedro II e que, ao mesmo tempo, emprestava sua potência ao imaginário local (Menezes, 2024). O nome evocava força e obstáculo, natureza e técnica, tensões que atravessavam a própria história local.

Apenas em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 952, o município desmembrou-se definitivamente de Tacaratu e passou a se chamar Petrolândia. Após sucessivos deslocamentos e renomeações, consolidava-se, enfim, uma identidade administrativa própria. O novo nome cristalizava, em sua própria etimologia, a marca de uma origem técnica ao unir *Petrus*, do latim, à desinência anglo-saxônica *land* (terra). Sob a alcunha de "Terra de Pedro", Petrolândia inscrevia na linguagem a homenagem ao imperador que, décadas antes, impulsionara o cais e a ferrovia, fixando no plano simbólico aquilo que o ferro e a água haviam iniciado no território (Agência Condepe/Fidem, 2006, p.13).

Todavia, enquanto o nome se estabilizava, sua forma urbana já se deixava conduzir pela função. Em contraste com a malha orgânica de Itacuruba, Petrolândia estruturava-se segundo uma geometria de transbordo. Quatro eixos longitudinais paralelos à margem direita organizavam o núcleo em ruas largas ajustadas às curvas de nível, interceptadas por quatro vias transversais que compunham uma malha ortogonal induzida pela logística portuária e ferroviária. O adensamento concentrava-se junto ao cais, em frente à igreja, onde a convergência entre o comércio e o transporte definia o pulso da cidade (CHESF, 1984).

De acordo com o zoneamento registrado pela CHESF (1984), a cidade distribuía-se em áreas bem delimitadas: Centro, Nossa Senhora de Fátima, São José, Avenida Central, Cachoeirinha e o Alto da Raposa. O Centro, estruturado pelas avenidas D. Pedro II, Manoel Borba e a Travessa D. Pedro II, constituía o núcleo mais consolidado, concentrando infraestrutura e equipamentos urbanos. A partir dele, a malha urbana expandia-se em setores de qualidades desiguais. Contígua ao núcleo central, Nossa Senhora de Fátima surgia como uma zona de crescimento relativamente organizada. No entorno da rua da Maternidade, mantinha-se certa regularidade no traçado, com infraestrutura instalada e residências de melhor padrão, ainda que sem calçamento. Logo adiante, porém, em São José, essa continuidade se rompia. Apesar da proximidade espacial em relação a Nossa Senhora de Fátima, predominavam moradias precárias e ausência de serviços básicos, evidenciando o declínio das condições urbanas (CHESF, 1984).

As descontinuidades tornavam-se ainda mais visíveis nos eixos voltados para a circulação externa. A Avenida Central, correspondente à BR-110 na entrada da cidade, concentrava comércio e serviços de apoio rodoviário, além de bares e do baixo meretrício, configurando uma zona de transição marcada por tensões funcionais. Essa dinâmica estendia-se em direção à Cachoeirinha, que alcançava trechos da rodovia e avançava para o interior até as proximidades da linha férrea. Nessa região predominavam ruas desalinhadas, pouca ou nenhuma infraestrutura e residências muito precárias, consolidando mais um espaço de exclusão urbana (CHESF, 1984).

Por fim, no Alto da Raposa, a fragmentação tornava-se mais aguda. Notadamente periférico, o setor concentrava residências desprovidas de qualquer suporte público ou sanitário (CHESF, 1984). A aparência de solidez – 66,3% dos 3.759 prédios classificados como duráveis – contrastava com a precariedade interna generalizada (CHESF, 1980). Em 1980, apenas 23,7% dos domicílios estavam ligados à rede de água e somente 2,7% possuíam fossas sépticas; o esgoto confundia-se com o escoamento superficial e atendia parcela ínfima da população. Por trás da robustez das fachadas e da imponência do porto, ocultava-se uma base urbana precária. À primeira vista, Petrolândia (antiga Jatobá) apresentava-se sólida, ajustada ao ritmo do trem e ao vaivém das embarcações; sob essa superfície ordenada, porém, o saneamento incipiente e as periferias desassistidas expunham outra camada da cidade. Era um cristal de linhas firmes no centro, lapidado pela logística, mas marcado por fissuras profundas nas extremidades: reluzente naquilo que projetava, instável naquilo que o sustentava.

Desse contraste emergia sua definição mais precisa. Petrolândia afirmava-se menos como lugar de contemplação e mais como território de operação. O rio deixava de ser paisagem para tornar-se dispositivo técnico; sua correnteza não era mi-

rada, mas mobilizada, convertida em elo entre margens, trilhos e caminhos do sertão. Como um *cristal de articulação*, a cidade consolidava sua existência na capacidade de fazer convergir fluxos: entre o cais e a ferrovia, entre a margem e o interior, entre o comércio e o transporte. Sua centralidade nascia desse movimento contínuo, da aptidão para transformar a circulação em estrutura e a travessia em permanência. Era nessa engrenagem, simultaneamente ordenada e tensionada, que Petrolândia atualizava sua forma.



/ Figura 117: Implantação da antiga cidade de Petrolândia

O Estilhaço dos Cristais

O estilhaçamento dos cristais – do cristal moído de Pilão Arcado, do cristal de decantação de Remanso, do cristal de inflorescência de Casa Nova, do cristal estratificado de Sento-Sé, do cristal poroso de Rodelas, do cristal de concentração de Itacuruba e do cristal de articulação de Petrolândia – não se iniciou com a subida das águas, mas com o golpe seco do ferro. Foi ali que a solidez se partiu. Antes que o rio tocasse as paredes, as máquinas já as haviam atravessado. Não foi presságio, nem perda anunciada; foi presença. Eles estavam lá. Viram as casas tombarem uma a uma, as fachadas abrirem-se como cascas, o pó erguer-se onde antes havia sala, quarto, altar. A imagem das cidades se fragmentava enquanto ainda era habitada pelo olhar de quem a reconhecia. A quebra não se consumou na imaginação nem na iminência da cheia. Foi assistida de perto, no ruído do metal contra a pedra, no instante em que o sólido se desfazia antes mesmo de se tornar líquido.

O que restou foi o que se passou a chamar, com a aspereza de quem perde o chão, de "bagaceira" – a memória convertida em entulho, a matéria destituída de sentido. Foi ali que o progresso mostrou seus dentes. As cidades novas ergueram-se, em grande parte, sobre os escombros das antigas. Mas não para todos. Aos menos abastados, aos que não tiveram direito assegurado nem destino garantido, coube recolher os cacos e disputar tábuas, portas, pedaços de parede, como quem mendiga não apenas abrigo, mas vestígios de si. É a matéria que retorna apenas aos que não têm para onde retornar; o entulho como única saída para quem foi deixado à margem. Aquele que vê a casa cair, sem que lhe tenham assegurado outro lugar, percebe que o que desaba não é só a parede, mas a possibilidade de permanecer.

O "sal" triturado das fachadas demolidas tornou-se agregado do concreto planejado, impondo uma continuidade material onde houve ruptura existencial. As paredes da "Grade" carregam, em suas vísceras, o pó da "Trama" moída pelos tratores. Essa fratura, que converte os escombros da cidade em abrigo compulsório dos que não puderam partir, reaparece dilacerante no diálogo com Dona Dézia, registrado em Petrolândia enquanto a cidade era posta abaixo em 1990:

> [A senhora ainda reconhece, a Petrolândia que a senhora conheceu?] **Reconheço... a bagaceira toda**. [O que que sente, ao ver a cidade que a senhora morou desse jeito?] Sinto muito, minha fia. Muita tristeza, que é demais, ave Maria. Nunca vi uma coisa dessa não... [A senhora morava aqui a muito tempo?] Seis anos. [E conseguiu casa?] Não tive direito a nada. [Que que tá fazendo aqui?] **Ajuntando tijolo e telha velha**. [Para que, Dona Dézia?] **Fazer uma cozinha**. (TV Viva, 2020[288], 00:05:26-00:05:57).

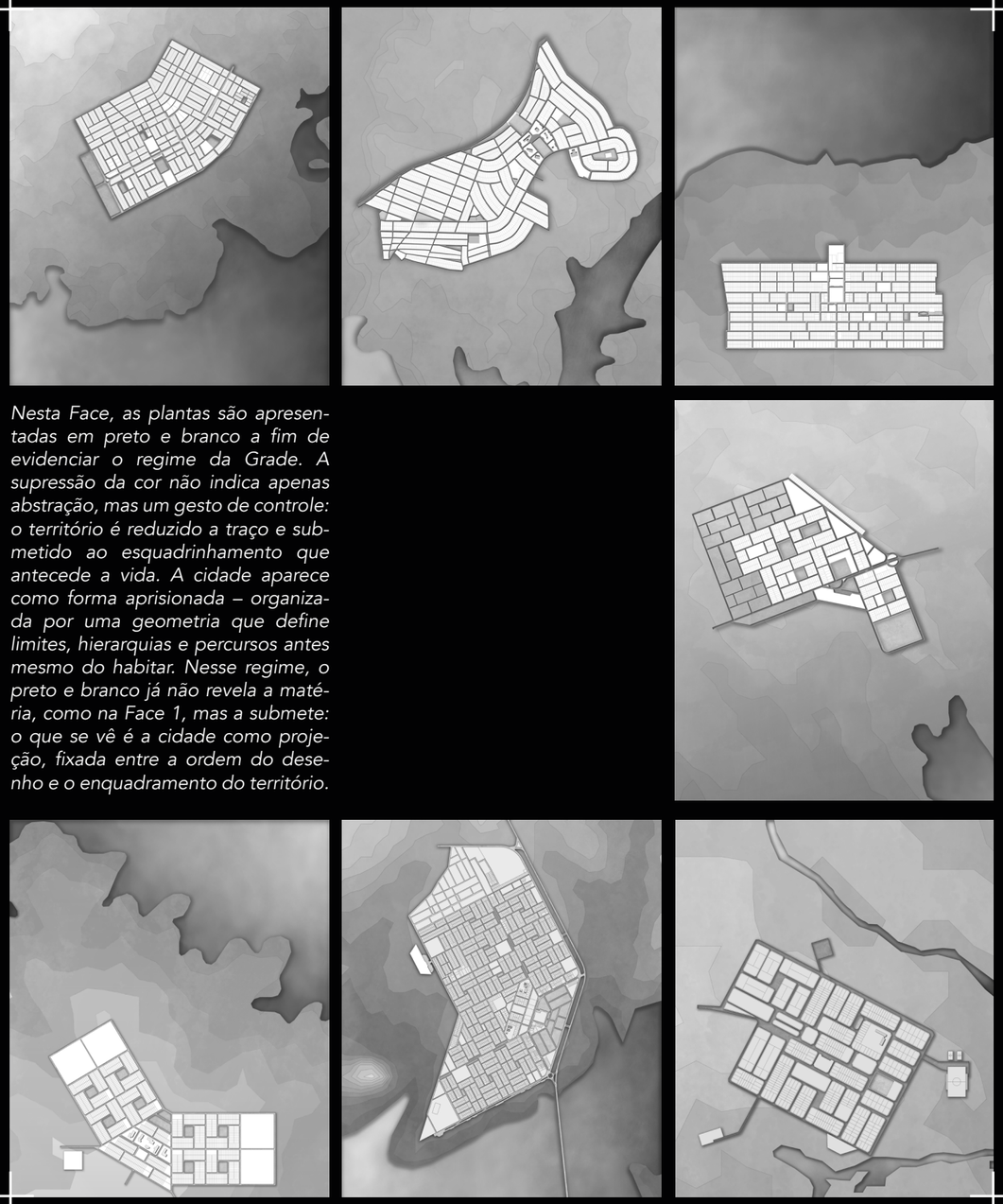
A água chega por fim. Espraia-se, ocupa o vazio, cobre a "bagaceira" (TV Viva, 2020), o resto dos restos. O cristal, já estilhaçado, afunda, e o que fica é a superfície lisa do reservatório. As tramas agora permanecem como espelho cristalino (Valença, 1977), como uma ressonância que vem de dentro, habitando o plano do virtual. Então emerge a Valdrada de Calvino com suas catorze cidades. Sete cidades novas, traçadas no papel, projetam-se sobre a lâmina represada. Outras sete, cristalinas, permanecem no fundo, perpendiculares à superfície, guardando sob o peso do rio a duração que o ferro tentou moer.

É sobre essa superfície lisa, feita de esquecimento e reflexo, que a "Face 2" começa a se delinear.

288 TV VIVA. Barragem, o resgate das raízes – 1990: os problemas sociais no reassentamento dos moradores de Itaparica. YouTube, 12 set. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-aMHwF06nNc. Acesso em: 15 fev. 2026.

Face 2:
A Cidade Especular

/ Figura 118.



Nesta Face, as plantas são apresentadas em preto e branco a fim de evidenciar o regime da Grade. A supressão da cor não indica apenas abstração, mas um gesto de controle: o território é reduzido a traço e submetido ao esquadrinhamento que antecede a vida. A cidade aparece como forma aprisionada – organizada por uma geometria que define limites, hierarquias e percursos antes mesmo do habitar. Nesse regime, o preto e branco já não revela a matéria, como na Face 1, mas a submete: o que se vê é a cidade como projeção, fixada entre a ordem do desenho e o enquadramento do território.

Em Ercília, para estabelecer as ligações que orientam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as arestas das casas, brancos ou pretos ou cinza ou pretos e brancos, de acordo com as relações de parentesco, troca, autoridade, representação.

Quando os fios são tantos que não se pode mais atravessar, os habitantes vão embora: as casas são desmontadas; restam apenas os fios e os sustentáculos dos fios.

Do costado de um morro, acampados com os móveis de casa, os prófugos de Ercília olham para o enredo de fios estendidos e os postes que se elevam na planície. Aquela continua a ser a cidade de Ercília, e eles não são nada.

Reconstroem Ercília em outro lugar. Tecem com os fios uma figura semelhante, mas gostariam que fosse mais complicada e ao mesmo tempo mais regular do que a outra. Depois a abandonam e transferem-se juntamente com as casas para ainda mais longe.

Deste modo, viajando-se no território de Ercília, depara-se com as ruínas de cidades abandonadas, sem as muralhas que não duram, sem os ossos dos mortos que rolam com o vento: teias de aranha de relações intricadas à procura de uma forma. (Calvino, 2009, p.72).

As relações que sustentam a vida coletiva não permanecem invisíveis, elas se materializam. Entre uma casa e outra, os moradores lançam fios que correspondem aos vínculos que os unem: parentescos, trocas, hierarquias, alianças. O que em outras cidades ficaria depositado na memória ou no hábito, passa a compor a própria configuração espacial, em um diagrama de fios brancos, pretos, cinzas ou mesclados. Com o passar do tempo, essa rede cresce. Novos vínculos exigem novos traçados e o entrelaçamento se adensa até comprometer a circulação. Quando o tecido relacional se torna intransitável, a estrutura construída é desmontada e o assentamento se desloca. Ficam para trás apenas os vestígios da rede, marcas de uma organização que já não abriga ninguém. À distância, observa-se a forma que subsiste sem seus habitantes. Em outro ponto do território, recompõe-se um arranjo semelhante com a intenção de aperfeiçoá-lo, torná-lo mais ordenado, mais elaborado. Ao longo da paisagem, acumulam-se essas inscrições sucessivas; traçados abandonados que registram tentativas reiteradas de dar forma às relações.

Diferente da Cidade Cristalina, cujo enredo permanecia entranhado no chão e na lembrança, em Ercília aquilo que se acumulava no fundo da experiência emerge entre as moradas. Apesar da distinção entre as tramas, Ercília ainda permanece próxima da Cidade Cristalina porque conserva a densidade das relações. Os fios continuam a compor histórias, vínculos, memória em ato. Tal espessura encontra reverberação na realidade ribeirinha do São Francisco, onde a sobreposição de usos, caminhos e significados – no comércio, nas romarias, na lida com o rio – saturava o território de vida. Também ali a trama se adensava no cotidiano, tornando a forma urbana inseparável do movimento dos corpos.

Mas, ao tornar-se transposta e visível, a trama de Ercília inclina-se em direção à cidade especular. Ambas compartilham a mesma vocação para a superfície; uma vontade de converter o enredo vivido em uma figura geométrica capaz de ser reproduzida noutro ponto do território. No instante em que os fios se acumulam a ponto de impedir a travessia – que, na contraparte do Vale, corresponde ao momento em que as tramas cristalinas são bruscamente interrompidas pelo ultimato da barragem –, as casas são desmontadas e refeitas em outro ponto do território. "Do costado de um morro" (Calvino, 2009, p.72), os antigos moradores observam o enredo que permanece na planície. Em outro lugar, recompõe-se um arranjo semelhante, agora ajustado segundo novos critérios.

A partir desse deslocamento, a diferença anuncia-se na gênese do traço. Tanto na Cidade Cristalina quanto em Ercília, a forma exigia memória; na primeira, sedimentada na duração do chão; na segunda, vivida nos gestos dos habitantes, que teciam e reteciam os fios no espaço da convivência. Em ambas, o desenho só se mantinha pela experiência, seja na espessura acumulada, seja na constante recomposição dos vínculos.

Com isso, ingressa-se em outro regime de forma, o da Cidade Especular. Sua trama não brota da vida vivida, mas antecede-a. Não se forma entre casas habitadas; é traçada antes mesmo da habitação. Os fios de Ercília convertem-se então em linhas de prancheta, transferidas não mais de um solo a outro, mas do papel para o solo. Na tentativa de planificar, ordenar, a existência sobre a superfície do papel, a dimensão sensível e relacional das tramas originais cede lugar a um desenho que se pretende completo, mas que só pode existir como projeção; uma cidade lançada sobre o espaço, cuja forma precede a própria possibilidade de habitar.

A reconstrução em "outro lugar" – a busca por uma forma mais "complicada" e, ao mesmo tempo, mais "regular" (Calvino, 2009, p.72) – demarca a passagem ao domínio da Grade. Os fios móveis de Ercília, que ligavam as relações, cedem à ordem rigorosa do tapete de Eudóxia, onde as conexões já não se estendem no espaço, mas se fixam no desenho.

Grade[289] I: a projeção no papel

> Em Eudóxia, que se estende para cima e para baixo, com vielas tortuosas, escadas, becos, casebres, conserva-se um tapete no qual se pode contemplar a verdadeira forma da cidade. À primeira vista, nada é tão pouco parecido com Eudóxia quanto o desenho do tapete, ordenado em figuras simétricas que repetem os próprios motivos com linhas retas e circulares [...], cujo alternar de tramas pode ser acompanhado ao longo de toda a urdidura. Mas, ao se deter para observá-lo com atenção, percebe-se que cada ponto do tapete corresponde a um ponto da cidade e que todas as coisas contidas na cidade estão compreendidas no desenho, dispostas segundo as suas verdadeiras relações, [...] o tapete prova que existe um ponto no qual a cidade mostra as suas verdadeiras proporções, o esquema geométrico implícito nos mínimos detalhes. (Calvino, 2009, p.91).

Em *Eudóxia*, conserva-se um tapete no qual se poderia vislumbrar a estrutura invisível da cidade. À primeira vista, o tecido parece afastar-se da irregularidade das ruas, organizando-se em um desenho simétrico. No entanto, à medida que o olhar se detém, percebe-se que a trama não é estranha à cidade, mas recompõe, em desenho, aquilo que nas ruas aparece disperso. O tapete sugere que há um ponto de vista a partir do qual a cidade mostra suas proporções e deixa entrever o esquema geométrico que a sustenta, ainda que ele não se anuncie na superfície. É nesse deslocamento, da cidade vivida ao desenho que a sintetiza, que se delineia o domínio da Grade. Aquilo que na experiência urbana aparece como fragmentação pode ser reorganizado em um plano que torna visíveis conexões dispersas. Afirma-se, assim, a possibilidade de um olhar exterior capaz de reunir a cidade em uma figura coerente.

As cidades realocadas no Vale do São Francisco tornam esse princípio particularmente visível. Antes que as casas sejam construídas, a malha já está traçada; antes que a convivência se reorganize, quadras regulares e ruas numeradas estabelecem o campo onde a vida deverá se inscrever. Não por ausência de cuidado técnico, mas como consequência de um planejamento sistemático e imposto. A diferença está na origem da forma. O que antes se configurava gradualmente a partir das práticas e relações passa a nascer como esquema

289 Emprega-se aqui Grade como nome para um dispositivo de aprisionamento da cidade realocada: uma prisão da forma, do planejamento e do próprio espaço. A Grade opera em dois momentos articulados**.** Primeiro, no papel **(***Grade I*), como esquadrinhamento técnico que antecede a vida: a matriz geométrica define traçados, hierarquias e limites antes que o cotidiano exista, convertendo o habitar em inscrição dentro de um desenho previamente determinado. Depois, na água (*Grade II*), quando o represamento transforma o rio em moldura estática: a lâmina do lago enquadra a cidade e fixa sua relação com a margem, convertendo o antigo eixo fluvial em fronteira. Assim, a cidade nova não apenas "beira" o São Francisco: ela é enquadrada por ele — presa entre a ordem geométrica que organiza o chão e o espelho hídrico que delimita o horizonte, enquanto a Trama (submersa ou remanescente, como em Pilão Arcado) permanece como exterior inacessível que torna sensível o confinamento.

organizador, concebido para orientar uma experiência que ainda não ocorreu. A Grade, assim, deixa de ser apenas um instrumento de leitura da cidade e assume a condição de matriz construtiva.

A cidade submersa não desaparece nesse processo. Ela permanece como referência silenciosa para aqueles que atravessaram a mudança. A nova malha não substitui simplesmente a anterior; ela a reflete e, ao mesmo tempo, a distancia. Cada alinhamento, cada proporção, é confrontado com aquilo que ficou sob as águas. A relação entre as duas cidades estabelece-se menos por continuidade material do que por um jogo de espelhamentos. A forma atual organiza-se com clareza, mas é atravessada pela presença persistente da cidade anterior, que subsiste como fundo invisível da experiência. A Grade, portanto, não é apenas uma configuração espacial; ela constitui o modo pelo qual a cidade se projeta sobre o papel antes de se erguer no território, redefinindo a sequência entre forma e vida.

A aplicação da Grade, porém, não se limitava ao momento em que o traçado urbano finalmente surgia no papel. Muito antes de se tornar desenho, ela já estruturava todo o processo que conduziu à construção das novas sedes urbanas vinculadas aos grandes reservatórios de Sobradinho e Itaparica. À Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF coube planejar e executar não apenas as usinas, como também o conjunto de medidas destinadas a enfrentar os impactos do represamento. Entre essas medidas estavam os sete planos urbanos, concebidos ou coordenados pela empresa (Silva, 2020). As cidades não surgiram desse processo como iniciativas isoladas, pois integravam uma operação territorial de maior escala, vinculada a um projeto desenvolvimentista de intervenção estatal na bacia.

O ideário desenvolvimentista constituiu o primeiro nível dessa operação ampliada e foi incorporado à formulação dos planos urbanos durante as décadas de 1970 e 1980. Em um segundo nível, situava-se o planejamento estatal, organizado em etapas sucessivas e distribuído hierarquicamente. No terceiro, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) foi responsável por definir os objetivos do plano geral de aproveitamento da região, desdobrado em vinte e um capítulos que articulavam diagnósticos técnicos e programas de obras. Entre as metas centrais estavam a regularização do curso dos rios, o controle e a redistribuição das águas e a exploração do potencial hidrelétrico. A essas diretrizes somavam-se propósitos diversos como o estímulo à indústria e à agricultura, a expansão da irrigação e a modernização dos transportes – frentes que integravam um conjunto mais amplo de ações voltadas à colonização, à assistência social e à exploração de riquezas (Dutra, 1950, p.12).

Nos níveis seguintes inseriam-se os planos regionais coordenados pela CHESF, voltados ao aproveitamento hidrelétrico, e, posteriormente, os planos urbanos das cidades realocadas. No último degrau encontrava-se a concepção urbanística propriamente dita. Mais do que uma ordenação administrativa, essa hierarquia (Tabela 11) compunha uma verticalidade decisória, onde as diretrizes formuladas nas instâncias superiores desciam progressivamente até se converterem em forma construída. A Grade, enquanto matriz abstrata desse processo, precedia e condicionava a intervenção material, traduzindo o território em metas, capítulos e níveis hierárquicos de decisão. O desenho urbano nascia, portanto, de cima para baixo; como desfecho de um projeto, enquadrava a experiência de habitar antes mesmo da primeira pedra ser assentada.

/Tabela 11: Níveis hierárquicos do planejamento estatal para o Vale do São Francisco.

Nível Hierárquico	Instância
1	Ideologia Desenvolvimentista
2	Planejamento Estatal (Nacional-Desenvolvimentismo)
3	Planejamento Regional (CVSF)
4	Planos Da Chesf (Aproveitamento Hidrelétrico)
5	Planos Urbanos
6	Concepção Urbanística (Projeto Urbano)

/Fonte: Silva, 2020.

No quinto nível, correspondente aos planos urbanos, a Grade deixa de ser um princípio organizador abstrato e se transforma em instrumento técnico de planejamento. O que, nos níveis superiores, orientava diretrizes gerais, aqui se converte em método: diagnostica o território, hierarquiza decisões e antecipa a configuração espacial das cidades. Dessa forma, a Grade se traduz em etapas concretas que estruturam todo o processo de realocação urbana.

Os sete planos urbanos coordenados pela CHESF seguiam uma sequência rigorosa (Tabela 12): 1.) caracterização dos municípios a serem inundados; 2.) listagem dos efeitos dos

reservatórios nos municípios; 3.) pesquisa da atitude da população em relação aos problemas; 4.) possibilidade de resgate das atividades e da recuperação econômica; 5.) possibilidade de reorganização dos municípios; 6.) realocação das sedes municipais; e, por fim, 7.) elaboração e concepção urbanística das cidades novas (Silva, 2020). Cada etapa funcionava como um filtro técnico que traduzia a realidade social, econômica e ambiental em decisões espaciais, garantindo que a forma urbana surgisse como resultado de um processo sistemático, e não como desdobramento espontâneo das práticas cotidianas.

/Tabela 12: Etapas dos planos urbanos.

Etapas do Plano Urbano	Conteúdos Principais
1. Caracterização dos municípios	Localização; geologia; clima; vegetação; solos; sistema de uso e posse da terra; organização social; infraestruturas e equipamentos; atividades econômicas; configuração da sede municipal.
2. Efeitos dos reservatórios	Impactos sobre atividades econômicas, organização social, infraestrutura e equipamentos.
3. Atitude da população	Intenções e direções de mudança; moradores que optaram pela realocação; alternativas diante da mudança compulsória e das indenizações.
4. Recuperação econômica	WAgropecuária; comércio; pequena indústria e extração mineral; pesca; finanças municipais; infraestrutura.
5. Reorganização municipal	Redefinições administrativas e funcionais.
6. Realocação das sedes	Estimativa populacional; programa preliminar de equipamentos públicos; escolha do novo sítio.
7. Concepção urbanística	Elaboração do projeto urbano (desenho urbano; sistema viário; estrutura urbana; regiões morfológicas; arquitetura).

/Fonte: Silva, 2020; CHESF, 1973a; CHESF, 1973b; CHESF, 1973c; CHESF, 1973d; CHESF, 1980; CHESF, 1981; CHESF, 1982, adaptada pela autora.

Embora todas as etapas sejam fundamentais para compreender o processo, é sobretudo na sexta e na sétima que a cadeia de decisões se aproxima diretamente da forma urbana. A etapa da realocação das sedes – especialmente a escolha do novo sítio – representa o momento em que a racionalidade define o lugar onde a cidade poderá existir. Já a concepção urbanística consolida essa definição ao transformá-la em traçado, sistema viário e estrutura morfológica. Por isso, o detalhamento dessas duas etapas permite compreender como a Grade, até então operando em nível diagnóstico e programático, passa a moldar efetivamente o espaço.

Como resultado direto dos estudos de caracterização realizados nas etapas anteriores, a definição das áreas destinadas às novas cidades – geralmente quatro opções por plano – baseava-se no levantamento físico, econômico e social dos municípios, de modo que a escolha do sítio obedecia a um conjunto articulado de condicionantes (Silva, 2020; CHESF 1973a; CHESF 1973b; CHESF 1973c; CHESF 1973d; CHESF 1980; CHESF 1981; CHESF, 1982), a saber:

- Proximidade em relação à cidade inundada e ao lago, atendendo às expectativas da população deslocada;
- Integração funcional com outras cidades e com o polo regional de desenvolvimento, especialmente por meio da infraestrutura rodoviária existente;
- Condições topográficas e de solo favoráveis ao aproveitamento agrícola do entorno;
- Centralidade geográfica no território municipal;
- Disponibilidade de área suficiente para expansão futura;
- Viabilidade de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem; e
- Adequação às condições bioclimáticas (orientação solar e regime de ventos).

Na prática, a definição dos novos sítios revelou a hierarquização efetiva dos critérios anunciados. Embora a proximidade em relação às cidades inundadas e ao lago figurasse entre os parâmetros considerados – sobretudo em atenção às demandas da população deslocada, cuja vida estava historicamente vinculada ao rio –, prevaleceram as diretrizes associadas à integração regional e à segurança hidráulica (Silva, 2020). A proximidade às rodovias estruturais assumiu papel predominante nas escolhas, pois assegurava a inserção das novas sedes na rede de circulação regional, elemento central ao projeto desenvolvimentista. Os demais critérios – topografia, fertilidade do solo, centralidade municipal e condições bioclimáticas – ajustavam-se a essa orientação principal.

A implantação em cotas protegidas da oscilação do reservatório, por sua vez, atendia à lógica da segurança hidráulica sem necessariamente implicar grande distanciamento do lago. O objetivo não era romper formalmente a proximidade, mas garantir que as cidades não estivessem sujeitas às variações periódicas do nível da água. Tal precaução não respondia apenas à prevenção de enchentes, mas também à necessidade de assegurar plena liberdade operacional ao sistema hidrelétrico. Mantidas fora da área de influência direta do reservatório, as cidades não restringiriam a elevação ou redução do nível das águas conforme as demandas energéticas. A proteção frente às variações do lago e a integração à malha rodoviária expressavam, assim, uma mesma racionalidade territorial, alinhada ao ideário desenvolvimentista, que privilegiava previsibilidade, controle técnico e eficiência operacional.

Ainda que os planos previssem a manutenção de certa proximidade com o lago, essa relação revelou-se instável. Como observa Cavalcanti (2015), as variações acentuadas do nível do reservatório durante os períodos de estiagem faziam com que a lâmina d'água recuasse significativamente, criando extensas faixas de terra exposta entre a cidade e a margem. A proximidade prevista em projeto convertia-se, na prática, em distanciamento sazonal. Ao enfraquecer – e, na maioria dos casos, como em Rodelas, Itacuruba, Casa Nova, Sento-Sé e Pilão Arcado, romper – a continuidade espacial anteriormente existente entre cidade e rio, o planejamento não apenas redefinia a localização das sedes municipais, mas alterava as bases materiais que sustentavam práticas produtivas, redes de sociabilidade e circuitos comerciais consolidados ao longo de gerações. A reconfiguração territorial antecedia o próprio desenho urbano: quando o traçado era finalmente elaborado, incidia sobre um espaço já reorganizado segundo critérios técnicos e estratégicos definidos em escalas superiores de decisão.

A etapa seguinte – a concepção urbanística – consolidava a redefinição espacial iniciada nos níveis superiores do planejamento estatal. Após o estudo detalhado do sítio escolhido, procedia-se ao dimensionamento da nova cidade: estimativa populacional, definição de equipamentos públicos, integração ao sistema viário regional e estruturação das áreas produtivas. Só então se elaborava o projeto urbano propriamente dito, incluindo o traçado das vias, a organização morfológi-

ca e a definição das regiões urbanas (CHESF, 1973a; CHESF, 1973b; CHESF, 1973c; CHESF, 1973d; CHESF, 1980; CHESF, 1981; CHESF, 1982). O desenho final, portanto, não era ponto de partida, mas culminação de um encadeamento técnico iniciado muito antes, como evidencia o inventário das sedes realocadas apresentado na Tabela 13.

/Tabela 13: Cronologia e localização das sedes municipais realocadas no Vale.

Cidade	UF	Fundação (Original)	Plano Urbano	Projeto Urbano	Hidrelétrica
Pilão Arcado	BA	1810	1973	1974	Sobradinho
Casa Nova	BA	1879	1973	1974	Sobradinho
Remanso	BA	1857	1973	1974	Sobradinho
Sento-Sé	PE	1832	1973	1974	Sobradinho
Petrolândia	PE	1887	1980	1981	Itaparica
Itacuruba	PE	1963	1981	1983	Itaparica
Rodelas	BA	1962	1982	1985	Itaparica

/Fonte: Silva, 2020; CHESF, 1973a; CHESF, 1973b; CHESF, 1973c; CHESF, 1973d; CHESF, 1980; CHESF, 1981; CHESF, 1982, adaptada pela autora.

A construção dessa cidade especular no Vale do São Francisco apoiou-se em uma tecnoestrutura organizada pela CHESF. Embora a empresa coordenasse todos os planos, a elaboração das concepções urbanísticas e dos projetos urbanos[290] nem sempre permanecia sob sua execução direta. Para viabilizar as operações, a própria CHESF estruturou equipes interdisciplinares internas e contratou consultorias externas – como a Engenharia de Projetos Ltda. (Hidroservice) e a Estudos e Projeto e Consultoria (Acqua-Plan) – encarregadas de converter o território em diagnósticos, diretrizes e esquemas técnicos de intervenção. Desse modo, mesmo quando delegava etapas específicas, a CHESF mantinha o controle estratégico do processo (Silva, 2020).

Não havia um modelo único para a elaboração dos projetos. A CHESF mantinha a coordenação geral, mas a execução variava conforme as circunstâncias políticas e institucionais de cada reservatório. No caso de Sobradinho, a Hidroservice conduziu

290 Para uma investigação aprofundada da morfologia urbana e do planejamento regional das sedes realocadas no Vale do São Francisco, recomenda-se a consulta à obra *Do Plano da Região ao Traçado Urbano* (2020), de Antonio Willamys Fernandes da Silva. O livro elucida como a CHESF adotou a Tennessee Valley Authority (TVA), dos Estados Unidos, como paradigma de gestão territorial e os preceitos racionalistas da Carta de Atenas (1933) como matriz do desenho urbano. A pesquisa examina a gênese técnica de cada núcleo e oferece uma análise morfológica detalhada, evidenciando de que modo a racionalidade do planejamento se materializou na configuração física das novas cidades.

inicialmente todas as etapas: da caracterização municipal à proposição dos novos sítios e concepções preliminares. Contudo, na etapa dos projetos definitivos, apenas Pilão Arcado permaneceu sob sua responsabilidade. O projeto da nova Sento Sé foi entregue ao arquiteto Gilberto Gonçalves de Oliveira, enquanto os projetos de Remanso e Casa Nova ficaram inicialmente a cargo do escritório PRO.urb (Silva, 2020). Após rupturas contratuais, porém, seus projetos foram finalizados pelos próprios arquitetos e urbanistas da CHESF (Silva, 2020).

Segundo Silva (2010), o arquiteto Roberto Cortizo Justo, do PRO.urb e professor da UFBA, participou do projeto de Remanso. Em depoimento, recorda que suas primeiras proposições foram influenciadas por Brasília e pelo léxico corbusiano, ainda hegemônico no imaginário profissional da época. Mesmo quando o debate internacional já questionava os pressupostos do urbanismo moderno na década de 1970, o que chegava às pranchetas de Sobradinho ainda era o ideário dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAMs[291]. As propostas elaboradas baseavam-se na Cidade Funcionalista da *Carta de Atenas* (1933), que fatiava a vida urbana em quatro funções estanques: morar, trabalhar, recrear e circular. Para Cortizo, esse "sonho" de modernidade traduzia-se na busca por um microclima e uma ordem espacial inédita no semiárido.

> [...] eu comecei a desenvolver um projeto muito influenciado pelo urbanismo modernista, moderno, Le Corbusier tava no auge, Brasília tava pipocando na cabeça de nós arquitetos, daí eu comecei a fazer um sonho – um sonho mesmo – que era uma quadra assim (desenhando) […] assim...
> Era uma quadra que tinha mais ou menos esse desenho, isso eram lotes de casas, só que no terceiro ou quarto lote, era vazio, era uma entrada, e esse modelo se repetia por todo o entorno...
> [...] isso aqui só uma quadra, qual era a ideia, o passeio era de dez metros de largura, é que eu não me lembro... tem tanto tempo isso
>
> (desenhando)... repare, esses lotes vazios, em torno de 250 metros de largura, então a ideia era que isso aqui fosse um patio interno, todo arborizado, e que a largura dos passeios, fosse dez metros, pra você arborizar com árvores frondosas... [Entrevistador: Uma espécie de super-quadra...] Uma superquadra, mas com um micro-clima, como chamamos em arquitetura, esse

291 A legitimidade e a ascendência da arquitetura e do urbanismo modernos como movimento de vanguarda foram atribuídas à organização dos dez Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM, realizados entre 1928 e 1956. Esses encontros foram responsáveis pela formulação dos princípios que passaram a reger a corrente em termos de arquitetura e urbanismo e sua subsequente difusão global. Mudanças significativas foram pautadas entre 1933 e 1947, período que abrange do quarto ao sexto congresso, sob a influência direta de Le Corbusier. O ideário consagrado na *Carta de Atenas* (1933) atribuiu uma abordagem funcionalista ao planejamento urbano, consolidando o conceito de "cidade funcional". Nas décadas seguintes, houve uma propensão à superação dessa rigidez em direção a configurações que atendessem às expectativas emocionais e materiais do ser humano (Silva, 2020). Na tentativa de humanizar o racionalismo criticado, o CIAM adicionou o "centro público" (*core*) às quatro funções delineadoras da vida urbana: moradia, trabalho, lazer e circulação. No contexto das cidades novas do rio São Francisco, essa herança manifestou-se através do zoneamento funcional e da hierarquização viária, ferramentas que permitiram ao Estado determinar a ordem interna e a forma geral da cidade a partir de uma lógica regional, tratando o núcleo urbano como componente de um sistema infraestrutural maior.

> conjunto de árvores interno e esse pátio interno. (Cortizo, 2009 *apud* Silva, 2010, p.68).

Esse impulso projetual, que visava "modernizar" o habitar ribeirinho, tensionava-se com outro projeto de modernidade: o da burocracia estatal. Enquanto os arquitetos investiam na utopia da ordem funcional e no desenho de centros públicos capazes de organizar o encontro social, dirigentes como o engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz (1905-1998) priorizavam a "cidade-rodovia" (Silva, 2020, p.68). Nesse embate, a herança das sedes inundadas – a cidade-porto vinculada ao rio – foi sacrificada em favor da integração logística regional. A relação secular do beiradeiro com a água transformava-se em um distanciamento mediado pelo asfalto.

No reservatório de Itaparica, o projeto da nova Petrolândia resultou do primeiro convênio firmado entre a CHESF e o governo de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Habitação (SEHAB), em 1981. O acordo inaugurou uma sequência de cooperações técnicas e colocou à frente do processo a arquiteta Maria Mônica Raposo Andrade, então diretora da secretaria e docente da Universidade Federal de Pernambuco. Desde o início, contudo, a condução do plano foi atravessada por tensões institucionais, sobretudo diante da resistência da CHESF às alternativas urbanísticas, propostas pela arquiteta, que buscavam flexibilizar o modelo de ocupação rígido que vinha sendo imposto. Em entrevista não estruturada concedida em 2016 (Silva, 2020), Raposo revisita esse embate e explicita as disputas que marcaram o projeto urbano de Petrolândia:

> O projeto de Brasília estava em evidência na época... a gente sofreu muita influência principalmente na forma do projeto urbano, na macroescala... [...] a equipe fez levantamentos junto à população da cidade de Petrolândia, levantamentos sobre a sua percepção, sobre os dados sociais, renda... [...] a gente fez apenas o plano urbanístico, na verdade um plano de loteamento, mas as construções não fizemos, só os projetos... [...] a minha ideia era adotar um partido urbanístico semelhante às cidades inundadas, casas geminadas, mas a ideia não foi aceita nem pelos próprios moradores da cidade, porque eles queriam a posse do lote, a documentação, não queriam algo como antes...queriam lote com no mínimo dez metros de largura... [...] Casa geminada era a tipologia que eu queria utilizar, o lote era o domínio da arquitetura da cidade, entretanto foi voto

> vencido, por causa do preconceito com a casa conjugada que era muito grande por parte de todos, da CHESF, e dos órgãos de financiamento.... [...] Eu quis muito fazer modelos alternativos para a CHESF, mas não deu. Eu era diretora de planejamento na SEHAB/PE estava oferecendo de graça o projeto, demonstrando que funcionava, inclusive do ponto de vista econômico, principalmente. (Raposo, 2016 *apud* Silva, 2020, p.69).

O afastamento de Mônica Raposo, ocorrido nesse contexto de divergências, não apenas reconfigurou a condução técnica do projeto, mas também sinalizou os limites impostos às tentativas de inflexão do modelo modernista adotado. A partir de então, os trabalhos em Petrolândia passaram à responsabilidade de uma equipe liderada pela arquiteta Maria Ângela de Almeida Souza, membro do grupo técnico que posteriormente também conceberia o projeto da cidade nova de Itacuruba, sob coordenação de Sylvia dos Anjos Bandeira de Melo.

Diferente do modelo de convênio aplicado em Pernambuco, a nova sede de Rodelas, na Bahia, foi projetada diretamente pelo quadro interno da CHESF. A equipe, composta por Paulo Roberto Araújo Ribeiro, Eduardo Antonio Costa de Albuquerque e Manoel Santos Cerqueira Filho – profissionais formados pela Universidade Federal da Bahia na década de 1970 –, consolidou a aplicação direta dos princípios modernistas (Silva, 2020). Se na experiência pernambucana o conflito revelou as fraturas entre a concepção urbanística e a racionalidade administrativa, nos demais casos a prevalência do aparato técnico da CHESF demonstrou a consolidação de projetos urbanos cada vez mais alinhados às diretrizes da empresa, cada vez mais uniformes, cada vez mais homogêneos.

Cidades Especulares

Enquanto as cidades antigas constituíam-se como cristais únicos, lapidados pela duração, as novas sedes emergem como um prisma homogêneo, resultado da uniformização imposta pela Grade e pela centralidade do Estado sobre a ocupação e ordenamento do território. E, apesar de carregarem histórias distintas, as cidades novas do São Francisco convergem para um mesmo enquadramento tipológico. Não são apenas realocadas, são instituídas. Decorrem de decisões promovidas pelo poder público; respondem, ao menos em sua formulação inicial, a demandas funcionais específicas (realocação); são implantadas em sítios previamente escolhidos segundo critérios técnicos; estruturam-se a partir de projeto urbanístico definido de antemão; têm autoria atribuída a profissionais especializados; e são erguidas em intervalo relativamente curto, com fundação e inauguração demarcadas (Trevisan, 2020, p.88). Conformam, enfim, o que Ricardo Trevisan (2020) denomina *cidades novas*: núcleos configurados como um amálgama de desejo, função, sítio, projeto, autoria e tempo. Nas sete sedes, esses seis atributos se articulam de maneira deliberada, comprimindo diferenças locais sob uma matriz comum que as reorganiza e as reconfigura segundo parâmetros previamente estabelecidos.

Aproximam-se, por esse viés, dos cristais em decomposição de Deleuze (1990, p.117). Formas que refletem e refratam a luz do planejamento, mas cuja estrutura interna nasce previamente determinada. Diferente da Trama ribeirinha, que feito um cristal de germe incorporava o meio e forçava a cristalização pela diferenciação contínua (1990, p. 110), o amálgama da cidade nova comprime seus atributos estruturantes em um presente sem espessura. A vida não mais se sedimenta pela duração, mas se fixa em um arranjo artificial. Um arranjo que pode variar no desenho, mas que reitera uma mesma matriz organizadora, reproduzindo um princípio estrutural comum sob aparências distintas.

Essa síntese especular materializa uma morfologia que sacrifica a pulsação orgânica da vida fluvial em favor da linearidade disciplinada da circulação rodoviária. Em geral, a organização espacial das novas sedes apoiava-se em uma rodovia e se estendia de maneira linear, acompanhando o eixo do asfalto que passava a orientar seus fluxos e temporalidades. Uma avenida principal concentrava as atividades comercial e de serviço e estruturava a circulação. Já nas entradas, áreas específicas eram reservadas para oficinas, depósitos e postos de serviço, preservando o interior residencial da intensidade do tráfego pesado; separando a logística regional da convivência local. O território já nascia compartimentado.

O desenho urbano das setes cidades novas articulava-se por três operações complementares: a divisão em regiões morfológicas, a hierarquização das vias e a consolidação de um coração cívico – *core* – como núcleo simbólico da intervenção estatal. A malha distribuía-se a partir desse centro ordenador. Na praça principal reuniam-se Prefeitura, Fórum e Igreja, conferindo materialidade à presença do poder público e simbólico, instaurando assim um eixo de autoridade espacial. Implantados em áreas abertas, isolados, livres das contingências do parcelamento privado, os edifícios institucionais afirmavam sua centralidade pela própria forma arquitetônica, tornando-se marcos visuais e políticos da nova cidade. Dali partiam quadras regulares integradas a um sistema de praças e áreas verdes que produzia unidade e legibilidade (CHESF, 1973a; CHESF, 1973b; CHESF, 1973c; CHESF, 1973d; CHESF, 1980; CHESF, 1981; CHESF, 1982). As áreas arborizadas ordenavam-se em diferentes escalas: vias sombreadas, praças internas às quadras maiores, parques periféricos junto ao lago, compondo um cenário que domesticava a nova paisagem hídrica e a reinscrevia na vida cotidiana (Silva, 2020).

No interior dessa ordenação, a *macroquadra*[292] tornava-se unidade elementar do esquadrinhamento técnico. Delimitada por vias de tráfego intenso, organizava lotes e pátios em torno de ruas de circulação restrita – as vias locais – destinadas sobretudo aos moradores (Silva, 2020). Diferente da malha das cidades inundadas, onde a rua prolongava a casa e conduzia-a naturalmente ao porto, aqui o traçado voltava-se para dentro, circunscrevendo a experiência de vivência para o interior da quadra. A antiga permeabilidade, atravessada por fluxos imprevistos de pessoas e mercadorias, cedia lugar a células controladas (como unidades de vizinhança), reguladas por hierarquias precisas. A abertura dava lugar ao enquadramento.

O dimensionamento populacional reforçava essa lógica. Partindo dos censos das cidades submersas e acrescido de projeções frequentemente superestimadas, o plano duplicava ou triplicava capacidades e reservava extensas áreas para expansão futura (Silva, 2020). A cidade era desenhada antes de ser vivida, maior do que a sua própria história. A Grade operava, assim, como matriz anterior à experiência: não apenas organizava o espaço, mas antecipava o tempo, projetando sobre o solo uma ordem pronta para uma ocupação ainda por vir, conforme demonstra o descompasso entre as dimensões originais e os projetos urbanos detalhados na tabela a seguir.

292 A macroquadra – referenciada formalmente nos relatórios da CHESF (1985a, p. 15; 1986c, p. 49) – foi aplicada de maneira predominante nos núcleos de Petrolândia, Pilão Arcado e Rodelas. Embora essas três cidades manifestem tal tipologia com maior clareza, percebe-se, nos projetos urbanos de modo geral, a presença de eixos estruturadores que contornam os conjuntos de macroquadras ou unidades de vizinhança (quadras), delimitando perímetros definidos por rodovias. Nesse arranjo, o acesso aos lotes ocorre exclusivamente por vias locais voltadas para o interior, enquanto a circulação de escala regional é desviada do cotidiano residencial. Tal configuração materializa os princípios do urbanismo modernista consagrados na Carta de Atenas, nos quais o zoneamento funcional e a hierarquia viária organizam a função residencial segundo a lógica da unidade de vizinhança (Silva, 2020). A macroquadra opera, assim, como dispositivo técnico de ordenação do espaço urbano planejado, estruturando fluxos e delimitando células residenciais previamente definidas.

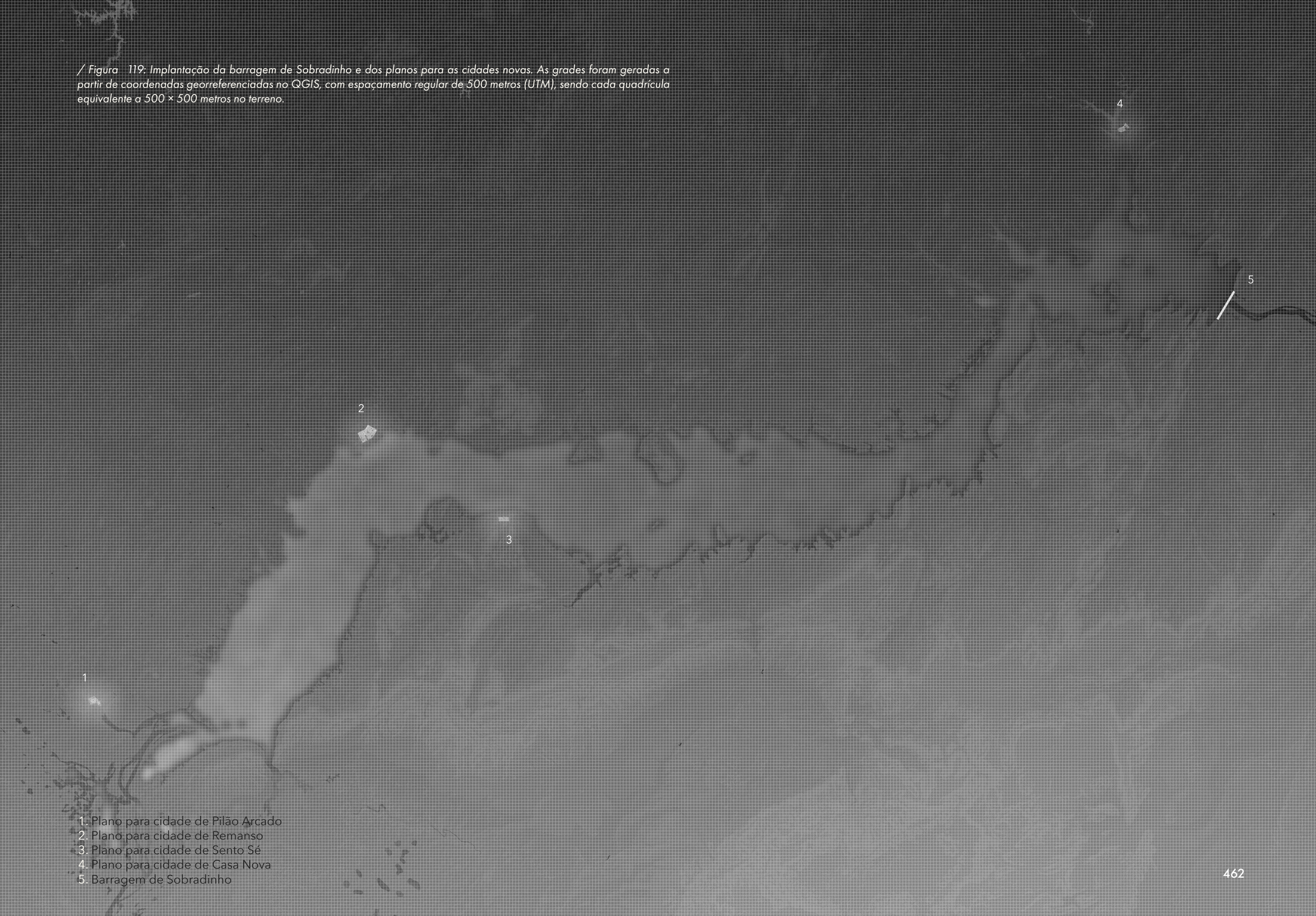
/Tabela 14: Indicadores de população, área e densidade das cidades originais e dos planos urbanos de reassentamento

Cidade	População cidades inundadas	População planos urbanos	Área cidades inundadas (ha)	Área planos urbanos (ha)	Área de expansão (ha)	Densidade cidades inundadas (hab/ha)	Densidade planos urbanos (hab/ha)
Pilão Arcado	1.310	5.000	13,64	48,07	18,97	96	104
Remanso	5.100	10.000	86,44	94,33	8,18	59	106
Casa Nova	2.192	5.000	35,93	47,61	6,95	61	105
Sento Sé	1.358	4.000	9,98	37,38	6,97	136	107
Petrolândia	9.816	22.000	53,99	205,03	10,72	181,8	107,3
Itacuruba	1.652	2.200	28,98	21,93	5,01	57	100,3
Rodelas	2.569	9.765	9,3	85,8	13,38	285,4	113,8

/Fonte: Silva, 2020, adaptado pela autora

Sob essa matriz pré-estabelecida, o "sonho" integrador dos arquitetos se curvou à racionalidade do Estado**.** Antes, a cidade era forjada pelo beiradeiro, um organismo vivo que se expandia segundo necessidades próprias; tudo respirava, era permeável, aberto, poroso, onde ruas, casas e portos eram atravessados, tocados, recriados a cada passo. Agora**,** o traçado obedecia às exigências estatais: integração territorial, hierarquia viária, malha ortogonal, centralidade cívica. O fluxo natural das águas cedera lugar a vias de asfalto e circulação controlada, e o interior das *macroquadras*, com ruas reservadas aos moradores e pátios delimitados, fechava-se sobre si mesmo, transformando a sociabilidade em encontro contido, quase vigiado. A cidade tornava-se um organismo ensimesmado, não apenas grade, mas prisão. O "dentro" isolava-se do "fora", do cotidiano, da vida na rua, do comércio, das festas e procissões; todos confinados dentro de células urbanas. Assim, a transição da cidade-porto à cidade-rodovia-nucleada não significou apenas uma mudança de escala ou infraestrutura: foi uma reescrita do existir urbano, um deslocamento do poder de quem constrói a cidade: do beiradeiro, para quem a planeja no papel: o Estado.

/ Figura 119: Implantação da barragem de Sobradinho e dos planos para as cidades novas. As grades foram geradas a partir de coordenadas georreferenciadas no QGIS, com espaçamento regular de 500 metros (UTM), sendo cada quadrícula equivalente a 500 × 500 metros no terreno.



1. Plano para cidade de Pilão Arcado
2. Plano para cidade de Remanso
3. Plano para cidade de Sento Sé
4. Plano para cidade de Casa Nova
5. Barragem de Sobradinho

/ Figura 120: Implantação da barragem de Itaparica e dos planos para as cidades novas. As grades foram geradas a partir de coordenadas georreferenciadas no QGIS, com espaçamento regular de 500 metros (UTM), sendo cada quadrícula equivalente a 500 × 500 metros no terreno.

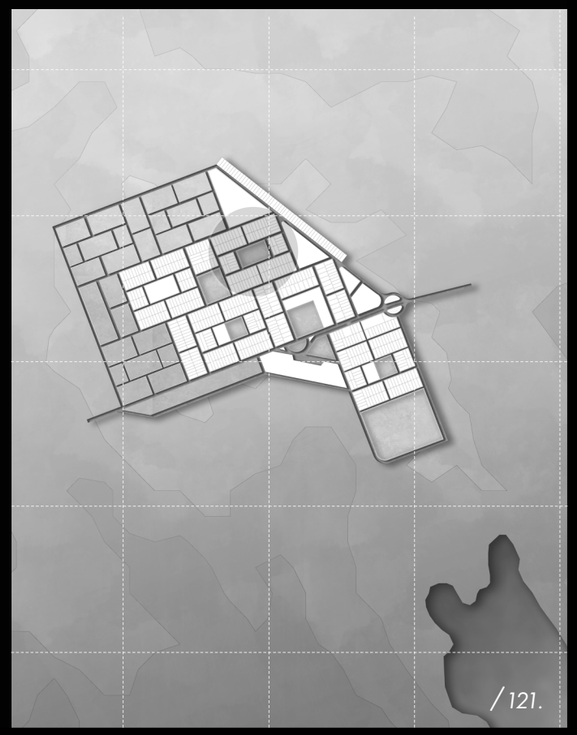
2

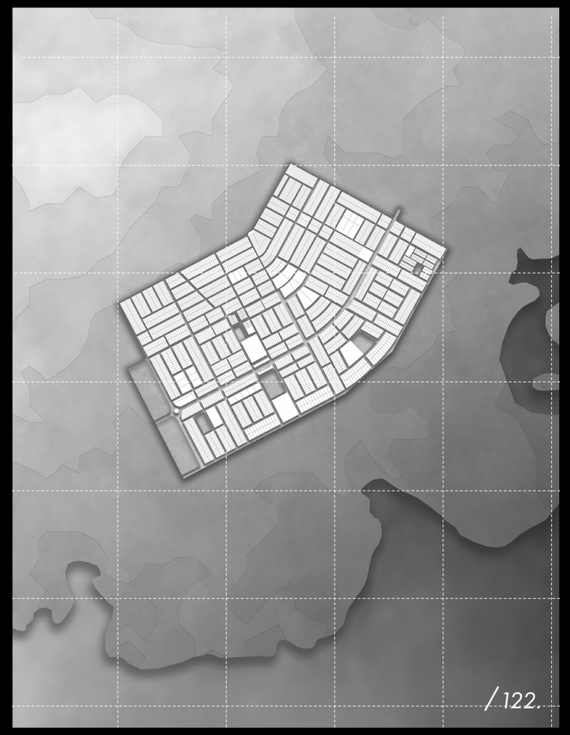
1

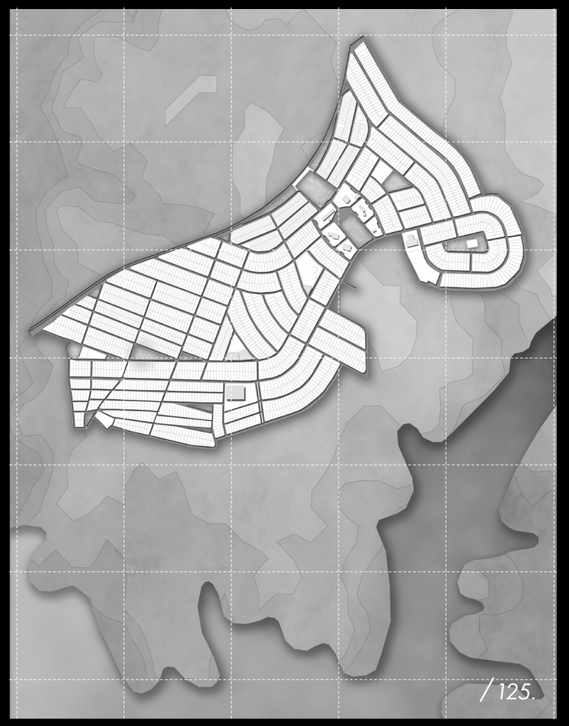
3

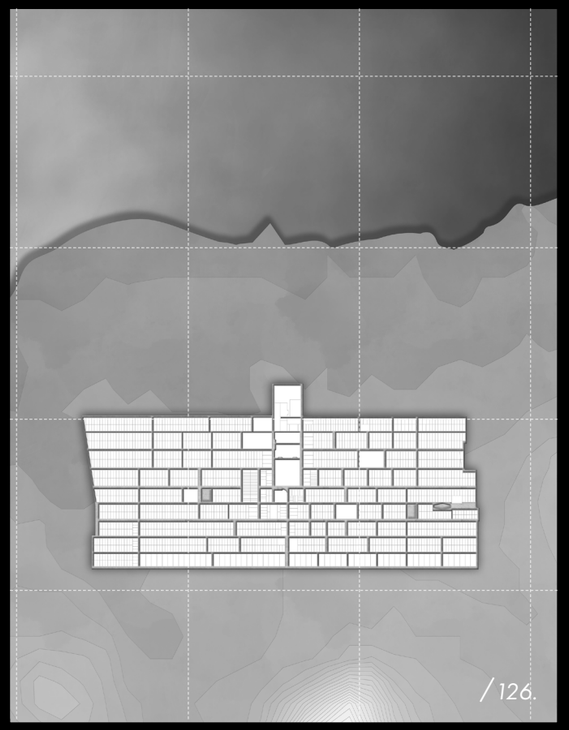
4

1. Plano para cidade de Rodelas
2. Plano para cidade de Itacuruba
3. Plano para cidade de Petrolândia
4. Barragem de Itaparica

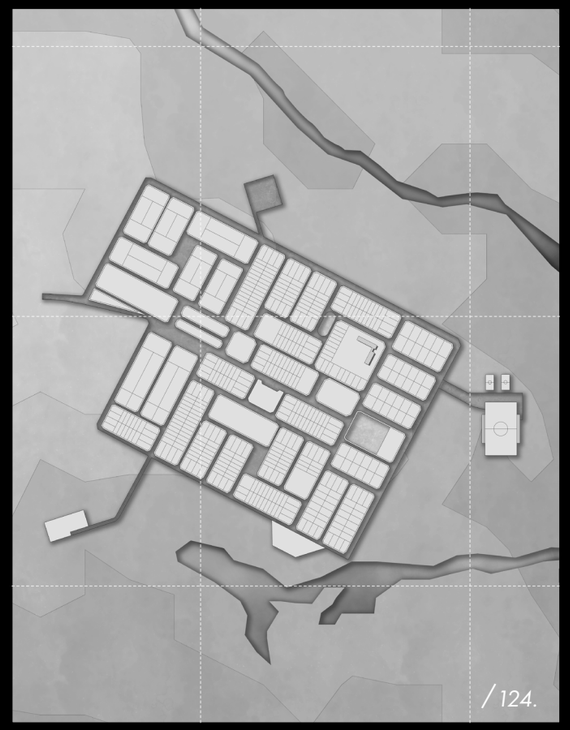

/ 121.

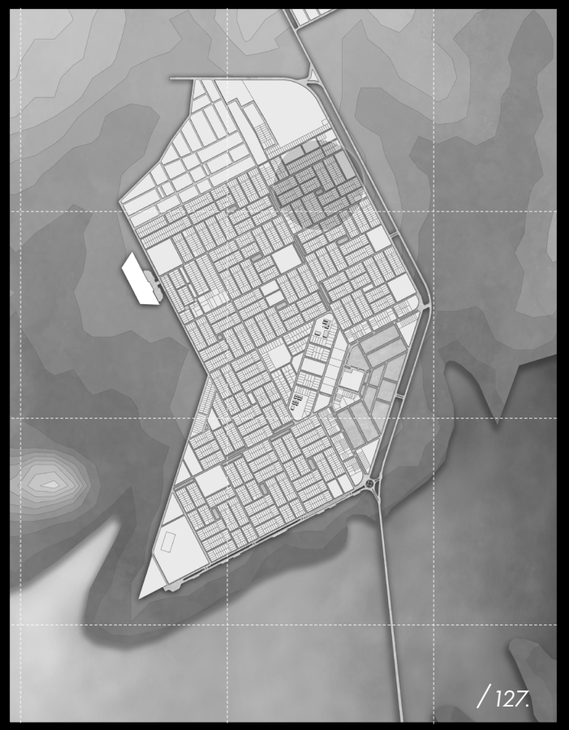

/ 122.


/ 125.


/ 126.


/ 123.


/ 124.


/ 127.

/118: Plano da cidade de Pilão Arcado
/119: Plano da cidade de Remanso
/120: Plano da cidade de Casa Nova
/121: Plano da cidade de Sento-Sé
/122: Plano da cidade de Rodelas
/123: Plano da cidade de Itacuruba
/124: Plano da cidade de Petrolândia

● Macroquadras

* As grades foram geradas a partir de coordenadas georreferenciadas no QGIS, com espaçamento regular de 500 metros. Ainda que as plantas sejam apresentadas em diferentes níveis de aproximação, a grade mantém sua dimensão métrica constante, funcionando como estrutura de ordenação do território. Todas as representações adotam orientação com o norte voltado para cima.

Grade II: a projeção no espelho

> Os espelhos de viés, os espelhos côncavos e convexos, os espelhos venezianos são inseparáveis de um circuito [...]. O próprio circuito é uma troca: **a imagem especular é virtual em relação à personagem atual que o espelho capta, mas é atual no espelho que nada mais deixa ao personagem além de uma mera virtualidade, repelindo-a para o extra-campo**. Quando as imagens virtuais assim proliferam, o seu conjunto absorve toda a atualidade da personagem, ao mesmo tempo que a personagem já não passa de uma virtualidade entre outras (Deleuze, 1990, p. 89, destaques da autora).
>
> Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, **espaços reais – espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como contra-sítios,** espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. **Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade.** Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles reflectem e discutem, chamá-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias. Julgo que **entre as utopias e este tipo de sítios, estas heterotopias, poderá existir uma espécie de experiência de união ou mistura análoga à do espelho. O espelho é, afinal de contas, uma utopia, uma vez que é um lugar sem lugar algum. No espelho, vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está aberto do lado de lá da superfície; estou além, ali onde não estou**, sou uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente. Assim é a utopia do espelho. Mas é também uma heterotopia, uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contra-acção à posição que eu ocupo. Do sítio em que me encontro no espelho apercebo-me da ausência no sítio onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali. **A partir deste olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu volto a mim mesmo: dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou. O espelho funciona como uma heterotopia neste *momentum*: transforma este lugar, o que ocupo no momento em que me vejo no espelho, num espaço a um só tempo absolutamente real, associado a todo o espaço que o circunda, e absolutamente irreal, uma vez que para nos apercebermos desse espaço real, tem de se atravessar esse ponto virtual que está do lado de lá**. (Foucault, 1967, p.3-4, destaques da autora).

A Cidade Especular, que outrora ocupava a bidimensionalidade do papel, cumpre enfim o seu destino ao erguer-se às margens do lago[293]. Nesse limiar, a abstração da Grade I (o projeto) encontra a superfície da água e transfere-se do enquadramento papel ao do espelho. Sob a presença do lago, a cidade nova passa a existir em relação ao plano refletor da água e, capturada pelo olhar do sujeito, percebe-se duplicada. O traçado recente, as fachadas claras e o asfalto ainda firme prolongam-se sobre a fina película do rio. Mas o espelho não devolve apenas a imagem do presente. Em sua profundidade virtual, sustenta aquilo que já não se vê, mas continua a existir no fundo.

O sujeito, sobretudo o desterrado, logo aprende a perceber-se onde não está. Seu olhar atravessa a lâmina d'água até tocar o ponto virtual onde a Trama original ainda resiste e, nesse atravessamento, a distinção entre o que é real e o que não é começa a vacilar. A cidade submersa não pode ser alcançada, mas tampouco deixa de estar presente; é irreal como lugar e real como experiência. Desse "extra-campo" (Deleuze, 1990) ou "além" (Foucault, 1967), retorna ao próprio corpo levemente deslocado, como quem regressa de um lugar que nunca pôde habitar plenamente. Habita, assim, um espaço duplo, onde o atual e o virtual se superpõem sem jamais coincidir.

Essa duplicidade, porém, não é compartilhada por todos. Para quem chegou depois, o lago é apenas um limite distante incorporado ao cotidiano. Para quem perdeu o antes, torna-se espelho: plano onde o presente é atravessado pela imagem invertida do que foi. Enquanto uns habitam a superfície como realidade suficiente, outros vivem sob a duração silenciosa do que permanece retido no fundo, ligados a um território que não deixou de existir, apenas deixou de ser habitável.

293 Embora implantadas à margem do lago, as sedes não mantêm necessariamente contiguidade com a água: as oscilações sazonais do reservatório podem produzir grandes distâncias entre cidade e lâmina d'água, expondo extensas faixas de terra e desmentindo a proximidade prevista em projeto (cf. Grade I). Ainda assim, o lago persiste como limite territorial e visual que estrutura a paisagem e sustenta o regime especular.

Nesse intervalo entre o virtual que ainda reverbera e o atual que se consolida, a cidade nova segue seu curso e lentamente se adensa. Muros são erguidos, casas são ampliadas, quintais ganham sombra, esquinas tornam-se pontos de encontro. O asfalto perde o brilho inicial, as fachadas mudam de cor, as crianças crescem sem reconhecer que aquilo que foi deslocado não é ausência, mas permanência. A cidade deixa de ser apenas um projeto e adquire a espessura do cotidiano, transformando-se em matéria que volta a ter peso.

Mas esse peso não nasce apenas do presente. Pedras, portas, janelas e madeiras arrancadas das cidades inundadas reaparecem nas novas construções, como se o passado, impedido de permanecer no lugar, tivesse retornado sob outra forma. Assim, enquanto a superfície se consolida como presente, a cidade anterior continua incorporada ao corpo da nova, visível sem ser reconhecida. Parte do que podia ser levado atravessou e passou a compor a nova paisagem; enquanto outra parte permaneceu onde estava, intacta, submersa, marcando o limite do que não pôde ser absorvido.

O espelho, então, já não separa superfície e profundidade, pois aquilo que estava no fundo passa a compor a própria superfície. Ao refletir a cidade atual, devolve também os fragmentos da antiga que nela persistem, tornando indiscernível onde termina o presente e onde começa aquilo que retorna. O que jaz no fundo reaparece acima da água não apenas como imagem, mas como matéria. O espelho, assim, já não duplica a cidade, mas passa a revelar a coexistência de duas cidades no mesmo espaço, como se presente e passado se comprimissem numa única imagem incapaz de estabilizar-se.

A partir daí, o espelho deixa de ser apenas reflexo e se torna fratura. Já não oferece uma imagem límpida, mas expõe a impossibilidade de separar aquilo que foi do que continua a agir no presente. A cidade nova aprende a existir diante de uma superfície que nunca é inteiramente sua, pois carrega, em sua própria matéria, a presença daquilo que foi deslocado.

É então que retorna a pedra entalada na garganta – não como cidade reemersa, mas como opacidade que impede o espelho de se tornar *cristalino*. A *pedra* é o resto, material e afetivo, que a Grade não conseguiu esquadrinhar e que o Espelho não absorve. Ela reaparece nos entulhos reaproveitados das demolições, nas ruínas que insistem, na memória que não cabe no projeto urbanístico, no trauma que resiste à assimilação. Em última instância, é a materialização do inassimilável: aquilo que permaneceu fora da ordem geométrica e que, por ser incontornável, assinala o limite interno do projeto estatal.

Para além desse resto incorporado, persiste também um limite exterior: o rio. Embora domesticado sob a forma de lago, permanece como alteridade que a cidade nova observa, mas jamais consegue integrar plenamente. Essa fratura atravessa, assim, a própria relação com as águas. Antes do represamento, o curso do rio funcionava como um espelho habitado – não refletia apenas a cidade, mas a vida que nela se organizava. O homem reconhecia no movimento das águas a forma de sua própria existência, enquanto o rio lhe devolvia o sustento, o ritmo dos dias e os gestos que organizavam a vida à sua margem. Havia entre ambos um espelhamento contínuo, no qual um se reconhecia no outro, estruturando o cotidiano. Com a transposição das sedes, essa reciprocidade é interrompida. O rio afasta-se do homem e o homem afasta-se do rio. Alargado em lago, ele já não devolve a imagem de quem o habita, mas apenas o horizonte diante do qual a cidade – e o homem – se fecham em si mesmos. O espelho permanece à distância, visível mas já não habitável.

Algumas sedes ensaiam aproximações por meio de orlas, cais ou prainhas artificiais, gestos que revelam, mais do que resolvem a ruptura instaurada. Esse movimento nasce do fato de que, na maior parte delas, o rio deixou de ser meio de vida para tornar-se paisagem. O que antes organizava os dias passa a ser limite visual; presença contínua mas rarefeita, incapaz de reinstaurar a antiga condição beiradeira. De protagonista, o rio se torna coadjuvante na vida dos moradores das sete cidades.

Observadas de cima, as plantas urbanas assumem essa transformação de modo mais contundente. Diferentemente das cidades antigas, cujo traçado acompanhava a margem e se enredava ao fluxo das águas, as novas sedes organizam-se voltadas para o interior, obedecendo à estabilidade do terreno e à lógica da circulação rodoviária. O rio passa a figurar como borda periférica e o que antes era eixo central torna-se limite. A cidade, então, deixa de crescer a partir da água para existir diante dela.

Assim, a Fratura Material já não se apresenta apenas como substituição de uma cidade por outra, mas como a coexistência persistente de duas temporalidades que não se reconciliam. Entre a superfície ortogonal da Grade e a longa duração da Trama incorporada à matéria, a paisagem contemporânea do São Francisco configura-se como um campo onde o presente se organiza sob a ação contínua do que retorna.

Diante do espelho imóvel do lago, a cidade aprende a existir sob o peso persistente do que não pôde desaparecer.

Nas cidades antigas, o rio e a cidade constituíam uma mesma trama, na qual o curso das águas estruturava o cotidiano e orientava a forma urbana. Com o projeto, essa relação se redefine. A cidade passa a existir primeiro como projeção, definida no papel antes de se erguer no território, enquanto o rio deixa de lhe dar forma para tornar-se referência externa ao traçado.Implantada, essa organização se consolida. O rio permanece como presença, mas à distância, e a cidade organiza-se voltada para o interior, afastando-se das margens.

Nas plantas que seguem, essa condição se expressa na própria imagem: o São Francisco aparece em preto, inscrito como faixa opaca. Figura, assim, como limite, assinalando aquilo que permanece fora de alcance. Sua presença escura não indica ausência de vida, mas a densidade daquilo que não pôde desaparecer, fazendo emergir, na superfície do desenho, o peso que atravessa a paisagem.

/ Figura 128: Implantação das barragens de Sobradinho, Itaparica e Xingó e das cidades atuais

1. Cidade atual de Pilão Arcado
2. Cidade atual de Remanso
3. Cidade atual de Sento Sé
4. Cidade atual de Casa Nova
5. Barragem de Sobradinho
6. Cidade atual de Rodelas
7. Cidade atual de Itacuruba
8. Cidade atual de Petrolândia
9. Barragem de Itaparica

0 12 km 24km 48 km

/ Figura 129: Implantação da barragem de Sobradinho e das cidades novas atuais

1. Cidade atual de Pilão Arcado
2. Cidade atual de Remanso
3. Cidade atual de Sento Sé
4. Cidade atual de Casa Nova
5. Barragem de Sobradinho

0 5 km 10 km 20 km

/ *Figura 130: Cidade atual de Pilão Arcado*



/ Figura 131: Cidade atual de Remanso



/ *Figura 132: Cidade atual de Sento Sé*



/ *Figura 133: Cidade atual de Casa Nova*



/ *Figura 134: Implantação da barragem de Itaparica e das cidades atuais*

1. Cidade atual de Rodelas
2. Cidade atual de Itacuruba
3. Cidade atual de Petrolândia
4. Barragem de Itaparica

0 2 km 4 km 8 km

/ *Figura 135: Cidade atual de Rodelas*



/ Figura 136: Cidade atual de Itacuruba





/ Figura 137: Cidade atual de Petrolândia

Epílogo: *Anverso*

◦ *Cristal-Cidade* ◦

/Figura 138.

Epílogo: Anverso

> Alço os olhos [...](n)o adormecido rio incessante.
> [...]
> (que) Não está no tempo sucessivo,
> mas nos reinos espectrais da memória.
> Como nos sonhos,
> atrás das altas portas não há nada,
> nem sequer o vazio.
> Como nos sonhos,
> atrás do rosto que nos contempla não há ninguém.
> Anverso sem reverso,
> moeda de uma única efígie, as coisas.
> Essas misérias são os bens
> que o precipitado tempo nos deixa.
> Somos nossa memória,
> somos esse quimérico museu de formas inconstantes,
> esse montão de espelhos rompidos. (Borges, 1999, p. 382).

Cristal-Cidade

> O certo é que do nada e do de repente o povo da cidade nova resolveu voltar para a cidade velha, todas as pessoas, mesmo aquelas produzidas, paridas e crescidas na cidade nova, a cidade nova se retirando toda em avesso êxodo no rumo da cidade velha que tornou a existir por conta da grande seca e que um dia haverá de outra vez desexistir por conta dalguma futura cheia. Eu para ser sincero nem sei ao certo se a tal cidade velha de fato existiu [...]. Minha memória anda esquecida. Pergunto ao cachorro mas ele confirmação nenhuma não dá, ele me olha como se ao erudito modo canino indagasse: "existíssemos? ou fôramos só bichos uns nos sonhos dos outros sonhados?" Eu, homem humano, o mais velho entre os velhos, só sei que existo, e se ainda existo é para contar, mesmo o que não vi, mesmo o que nunca existiu. Coisas que sei, mas não sei se aconteceram. (Rezende Jr., 2019, p. 75).

Entre o anverso sem reverso de Borges e a cidade que só pode voltar a existir quando é lembrada, em Rezende Jr., o epílogo interroga o que subsiste quando a matéria deixa de garantir a permanência das cidades. Em Borges (1999), as coisas sobrevivem como efígies sem fundo – moeda de uma única face, sustentada apenas pela memória. A condição espectral intuída por Borges encontra em Rezende Jr. sua manifestação territorial. Ali, a cidade reaparece quando a seca a devolve provisoriamente à superfície, convocando de volta todos aqueles que dela partiram, inclusive os que jamais a habitaram. Trata-se de uma existência cuja continuidade já não depende do território, mas da oscilação entre a matéria que a restitui momentaneamente e a memória coletiva que impede seu desaparecimento definitivo. É nessa condição instável que se torna possível reconhecer o anverso da moeda de Borges: a face em que a cidade já não se define pela estabilidade de sua forma, mas pela fragilidade do suporte que ainda a mantém de pé. Enquanto o prólogo se abriu sob o signo da Cidade-Cristal, este epílogo se fecha sob o da Cristal-Cidade, onde já não é a matéria que preserva a memória, mas a memória que sustenta o que resta da matéria. Na Cidade-Cristal, a cidade sustenta o cristal que a recobre; na Cristal-Cidade, é o cristal profundo que sustenta a cidade, e cuja retirada a desfaz.

É nesse movimento invertido que seus extremos afloram. Na face avessa, Epecuén: a cidade de sal que reemergiu cristalizada, em que o mineral ascendeu das profundezas e se fixou na superfície. Na anversa, Maceió: a cidade sustentada pelo sal subterrâneo, cuja extração cavou o vazio até que o chão cedesse e a superfície colapsasse[294]. Lá, a memória mineralizada veio à tona e preservou a ruína; aqui, o oco escavado retorna na forma de colapso, sob os pés dos vivos. Uma terra se ergue petrificada, a outra afunda fragmentada. O mesmo sal que cristaliza a superfície num caso é o que, ausente, retira o apoio no outro. Não é a matéria que sobe; é o chão que falta. Essa oposição, porém, não se encerra na imagem: projeta-se no tempo e na experiência histórica desses territórios.

Se, em Epecuén, a catástrofe se fixou como paisagem, em Maceió ela permanece em curso, voraz. O anjo benjaminiano (Benjamin, 2012, p. 245-246) – que outrora assistiu Epecuén virar sal e ao sertão, sob o impacto das hidrelétricas, "virar mar" – depara-se agora com uma tempestade que sopra das profundezas e que, longe de lançar ruínas ao passado, as faz emergir sob os pés dos vivos. Foi assim que ela se anunciou, em 2018:

> A chuvarada de meados de fevereiro de 2018, em Maceió, deixou os moradores do bairro do Pinheiro mais preocupados do que de costume. Alagamentos já não eram novidade. Mas, desta vez, aconteceu algo diferente e bem mais grave. Depois do aguaceiro, casas e apartamentos de prédios populares, como os condomínios Divaldo Suruagy e Jardim Acácia, apre-

294 Refere-se ao desastre socioambiental ocorrido em Maceió (AL), iniciado em março de 2018, decorrente da atividade de mineração de sal-gema pela empresa Braskem. O processo de subsidência (afundamento) do solo comprometeu a estrutura geológica de cinco bairros (Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol), forçando a desocupação de cerca de 14.500 imóveis e o deslocamento de mais de 60 mil pessoas (Serra, 2025).

sentaram trincas, fissuras e rachaduras em paredes e pisos. Nas ruas, apareceram enormes buracos de maneira inexplicável, prenúncio de algo inimaginável. Os maus presságios se confirmaram dias depois, no início da tarde de 3 de março, um sábado. Passava pouco da hora do almoço. Precisamente às 14 horas, 30 minutos e 32 segundos, a terra tremeu. O abalo sacudiu casas, edifícios, lustres, móveis, janelas. Objetos se mexeram, pareciam dançar sobre as superfícies. Moradores relataram ter sentido algo como uma tontura ou um súbito mal-estar. Apavorados, muitos se precipitaram escada abaixo. Gritos, pedidos de socorro, tumulto. Nas ruas, perplexidade e muitas interrogações no burburinho que se seguiu. O que acontecera exatamente? Um terremoto? O que tinha provocado o abalo?

O pior estava por vir. Os moradores se deram conta de que a terra estava se abrindo sob os seus pés. Crateras que poderiam engolir um carro surgiam nas ruas e nos terrenos das casas. O asfalto desaparecia. Postes caíam. Muros quebravam. Pisos estalavam. Rachaduras cortavam o solo, rasgavam vias, avançavam pelo terreno de casas e edifícios e se prolongavam em linhas tão extensas que ninguém sabia ao certo onde iriam terminar. Em algumas moradias, a claridade do sol passou a entrar pelas rachaduras nas paredes. Moradores conseguiam introduzir as mãos em aberturas que se alargavam da noite para o dia. Muitos perderam o sono, tiveram crises de ansiedade e precisaram recorrer a medicamentos; havia o medo de dormir e acordar sem casa, ou pior, não acordar. (Serra, 2025, p. 26).

Pouco mais de um ano depois, um estudo produzido pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB) dissipou a hipótese de um fenômeno natural. O tremor não fora consequência do deslocamento de placas tectônicas, mas da exploração intensiva e continuada de sal-gema no subsolo urbano – um sal de rocha subterrânea, depositado há mais de cem milhões de anos, em jazidas situadas a cerca de mil metros de profundidade. Convertida em insumo industrial, essa matéria-prima, base para a produção de soda cáustica e cloro, passou a ser extraída a partir de 1976 como frente prioritária da industrialização regional, financiada por recursos federais e conduzida por uma empresa criada no contexto do projeto desenvolvimentista do regime militar, em articulação com elites políticas locais.

Desde então, o empreendimento atravessou diferentes configurações empresariais: da Salgema à Trikem e, desde 2002, à Braskem – petroquímica controlada pelo grupo Novonor em associação com a Petrobras (Serra, 2025).

A mineração ocorria dentro da própria cidade, sob bairros densamente povoados, com poços perfurados a poucos metros de casas, escolas e edifícios públicos, e alcançava também áreas ambientalmente sensíveis às margens da Lagoa Mundaú, afetando zonas de manguezal e antigas comunidades tradicionais. Ao longo de mais de quatro décadas, o progresso industrial registrado nos relatórios financeiros acumulava, no interior da terra, um vazio equivalente a três estádios do Maracanã. Cerca de dez milhões de metros cúbicos de sal foram dissolvidos e retirados por meio de 35 minas situadas entre 900 e 1.200 metros de profundidade – um gigantesco espaço oco sustentando, de forma invisível e precária, a superfície urbana (*id.*, *ibdi.*).

A técnica de extração responsável por esse colapso operava inteiramente a partir da superfície urbana, sem presença humana no subterrâneo. Por meio de equipamentos instalados acima do solo: as chamadas "árvores de Natal" – conjuntos de válvulas e conexões que controlam cada poço – introduziam-se tubulações até a jazida. Por elas, água sob alta pressão era injetada para dissolver o sal, formando salmoura que retornava à superfície para processamento industrial. Cada poço, ao longo de sua vida útil de dez a quinze anos, gerava uma cavidade subterrânea correspondente (*id.*, *ibdi.*). Com o tempo, por sua vez, essas cavernas ampliavam-se, deformavam-se e, segundo informações apresentadas pelo SGB, algumas passaram a interligar-se, criando câmaras subterrâneas de dimensões gigantescas. Embora a empresa afirmasse monitorar as cavidades com exames de sonar, o número de inspeções realizadas ao longo de quarenta anos correspondia a pouco mais de três medições por mina em todo o período de exploração – um acompanhamento insuficiente para estruturas que mantinham acima de si bairros inteiros (*id.*, *ibdi.*).

Como consequência de tais movimentações subterrâneas, a "tempestade" que parecia ascender das profundezas não permaneceu confinada ao subsolo. A partir de 2018, o chão começou a devolver à superfície a violência inscrita em suas entranhas: o tecido urbano rompeu-se em buracos e fissuras, edificações foram abandonadas e bairros inteiros – Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e Farol – foram lentamente dilacerados. Cerca de 60 mil pessoas foram deslocadas, 14.500 imóveis tornaram-se inabitáveis, e uma área de quase três quilômetros quadrados transformou-se em uma paisagem de ruína antecipada, onde a vida persistia apenas como ausência (*id.*, *ibdi.*).

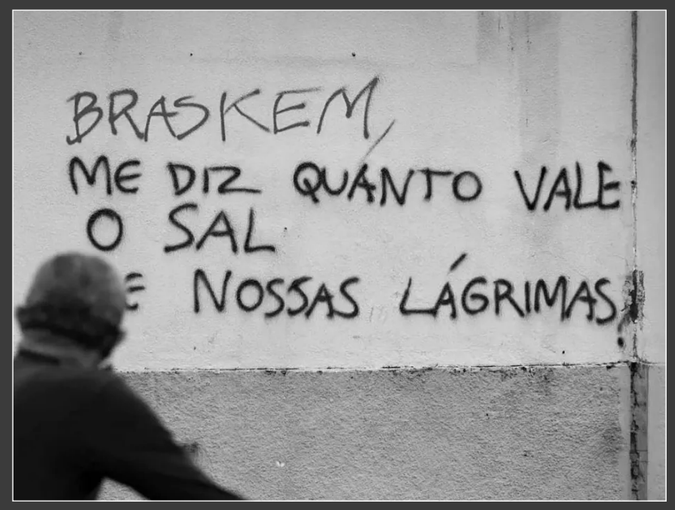
/Figura 139: Piso de cozinha com fissura: o tremor afetou milhares de residências.

Antes, porém, que esse vazio se consolidasse como paisagem, a dor procurou superfície – e ali se inscreveu. Nas paredes dos bairros condenados, palavras começaram a aparecer. Nomes e sobrenomes de famílias, datas, fragmentos de histórias – inscrições precárias que, como em lápides, marcavam a existência de vidas prestes a desaparecer do território. Árvores genealógicas improvisadas aderiam aos muros desgastados, enquanto frases de despedida se espalhavam pelas ruas, antecipando uma ausência ainda em curso (*id., ibdi.*).

Não se tratava de registro ou memória. Era matéria. A própria matéria do trauma que, impossibilitada de sedimentar-se, passava a aderir à superfície. Em Epecuén, o sal cristalizou a cidade; em Maceió, escorreu dos corpos e se inscreveu nos muros. As palavras não eram metáforas. Eram o sal deslocado – da terra para o corpo, do corpo para a linguagem.

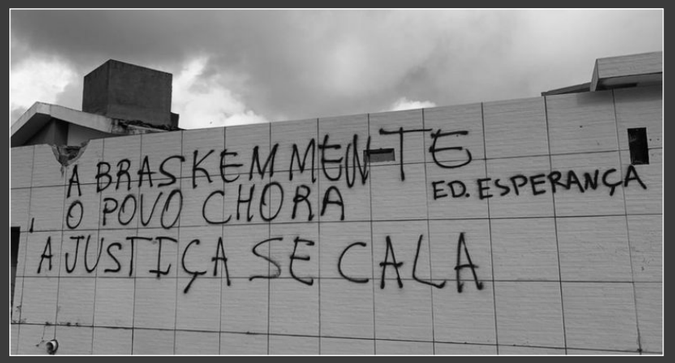
Quando as demolições avançaram, portas e janelas foram lacradas, quarteirões inteiros desapareceram e, com eles, as inscrições foram sendo apagadas. Ainda assim, algo persistiu. Uma frase, traçada sobre o asfalto que restava na Ladeira do Calmon, dizia aquilo que nenhuma engenharia poderia conter: "Maceió afunda em lágrimas". Não como figura de linguagem, mas como enunciação literal de um território em colapso – onde o sal, outrora mineral, retorna como lágrima e, ao perder o chão, inscreve-se no último suporte possível: a superfície da cidade prestes a desaparecer. A escrita foi a última forma de permanência, e sua eliminação inaugurou outro regime: o do território organizado pelo próprio apagamento.

/Figura 140.



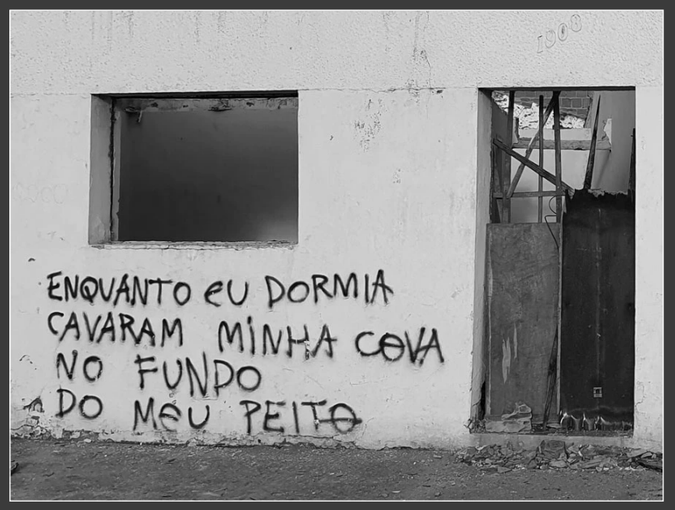


/Figura 141.



/Figura 142.

/Figura 143.



/Figura 144.

MACEIÓ AFUNDA EM LÁGRIMAS!

Sob esse regime de apagamento, mesmo antes de se completar o primeiro aniversário do tremor, o êxodo já se tornara realidade. Em fevereiro de 2019, centenas de imóveis haviam sido desocupados apenas no bairro do Pinheiro, muitos condenados pelas trincas, outros abandonados por se encontrarem dentro ou nas proximidades da área de risco. Tentativas de venda fracassaram diante da desvalorização abrupta, e um bairro fantasma formou-se, enquanto projetos de vida eram interrompidos. Os que permaneceram passaram a viver sob tensão constante, em meio ao aumento de invasões, furtos e depredações das casas vazias, ao isolamento progressivo da região e à suspensão de serviços básicos (*id.*, *ibdi.*).

Ao mesmo tempo, acordos firmados entre autoridades públicas e a empresa responsável redefiniram o destino do território. Por meio dos processos de indenização e demolição, a empresa passou a deter a propriedade de extensas áreas afetadas – estratégia que viabilizava a retirada definitiva dos moradores, a execução das demolições e o controle de uma zona considerada inabitável. Ao concentrar sob sua gestão grande parte das áreas devastadas, tornava-se possível conduzir as intervenções exigidas pelo desastre e reduzir disputas judiciais prolongadas. À medida que as residências eram desocupadas, portas e janelas eram lacradas, quarteirões inteiros demolidos e apenas um pequeno conjunto de imóveis preservado por seu valor histórico (*id.*, *ibdi.*). O que se produzia não era apenas um vazio subterrâneo, mas também um vazio urbano na superfície – um espaço progressivamente apagado e apropriado, onde a cidade deixava de existir como lugar habitado para sobreviver apenas como ruína administrada, reduzida ao vestígio da cidade que ali existira.

Esse vazio urbano produzido na superfície, contudo, não é um resíduo local de um desastre específico, mas expressão de uma dinâmica mais ampla, ancorada na maquinaria territorial do Capitaloceno (Haraway, 2016) – a mesma que remodelou o Nordeste nas últimas décadas. Por meio dela, paisagens, rios e cidades são reorganizados para sustentar fluxos de energia e matéria orientados pela acumulação de capital, frequentemente à custa da integridade ambiental e da segurança das populações que os habitam. Retomamos aqui a lista de "consumidores especiais" da CHESF apresentada anteriormente, agora sob a luz da fratura que ela ajudou a abrir. O que nela aparecia, em 1987, como simples rol de clientes industriais pode ser lido, hoje, como o mapeamento da engrenagem energético-extrativista que viria a colapsar o território. A presença da empresa SALGEMA neste elenco não é mais um dado estatístico; é a prova documental do nexo que liga o afogamento do São Francisco ao oco aberto sob Maceió.

> A CHESF conta com um razoável número de consumidores de grande porte [...], e cuja participação no consumo de energia elétrica passou de 13,5% em 1976 para 22,8% em 1981. Entre os consumidores especiais destacam-se as empresas: ALCAN, UIBA, FERBASA, COPENE, AÇONORTE, **SALGEMA**, DOW QUÍMICA, CARAÍBA METAIS "MINERAÇÃO", CQR, NITROFÉRTIL, CARAÍBA METAIS "METALÚRGICA", ALUMAR, SIBRA, ULTRAFERTIL, ALUNORTE, PETROFÉRTIL, POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI, PETROQUÍMICA UNIÃO em cujo capital social tem a participação do Banco Mundial com 10% [...]. **A indústria consumiu em 1987, 52,7% da energia produzida pela CHESF**, o comércio 10,9%, as residências 20,5%, outros consumidores 15,9%. (CHESF, 1987 *apud* Azevedo, 1991, p. 60-61, destaques da autora).

Quando a energia passou a alimentar, em larga escala, os complexos industriais eletrointensivos, o vale deixou de ser apenas território e converteu-se em reservatório energético, reorganizado para sustentar empreendimentos de exploração massiva e os impactos socioambientais que a acompanharam, frequentemente naturalizados por arranjos institucionais convergentes com interesses econômicos e políticos. Nesse deslocamento, as cidades inundadas pelo sistema hidrelétrico e a cidade fraturada pela mineração deixam de figurar como acontecimentos independentes e passam a revelar-se como faces de uma mesma transformação territorial. A produção de energia e a exploração mineral tornam-se operações complementares de uma expansão econômica voltada a alimentar circuitos ampliados de produção e lucro, e não a sustentar as formas de vida que esse modelo deslocou ou expôs à vulnerabilidade.

É desse ponto de ruptura – o limiar onde o solo deixa de sustentar a vida para servir à mercadoria – que se instaura a ferida comum desses territórios. Ela se abre quando o suporte material da existência é convertido em recurso: em Maceió, o subsolo é minerado até o colapso; no Sertão, o chão é submerso para gerar a energia que retroalimenta essa mesma dinâmica de exaustão. No instante em que essa percepção se impõe, compreende-se que o "mar" artificial que submergiu as cidades do Vale do São Francisco e o "oco" industrial que fraturou Maceió guardam a mesma substância. Enquanto no sertão o sal da terra foi diluído para que a água gerasse a força necessária à indústria, em Maceió o sal das profundezas foi liquefeito e arrancado para alimentar circuitos globais de lucro.

Dessa conversão do território em despojo emerge o elemento que atravessa toda esta dissertação: o sal.

Antes de se petrificar como trauma, esse sal manifestava-se como matéria exterior. Em Epecuén, aparecia inicialmente dissolvido nas águas hipersalinas da lagoa – substância que suspendia os corpos e transformava a cidade em polo turístico – e que, após a sua inundação e reemergência, recristalizou-se sobre as ruínas como uma crosta branca, recobrindo a superfície urbana. Já ao longo das sete geografias atingidas pelos complexos de Sobradinho e Itaparica: Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento-Sé, Itacuruba, Petrolândia e Rodelas, o mineral apresentou-se predominantemente em estado cristalino antes da inundação, funcionando como princípio de ordenação territorial e social. Em parte significativa dessas cidades, sobretudo em Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Itacuruba, foi matéria concreta de fixação humana, sustentando permanências, ritmando o trabalho e oferecendo medida ao tempo.

Esse cristal sedimentado pela duração, porém, não permaneceria intacto. É no momento em que esse fundamento cristalino é primeiro estilhaçado por escavadeiras e, em seguida, submerso pelas águas do barramento que se instaura a Fratura Material: o sal que sedimentara a cidade ao longo do tempo se desfaz, e o cristal histórico que sustentava o território se rompe. No lugar dessa matéria formada pela duração, impõe-se outra, concebida fora dela – uma materialidade alheia ao solo e à memória.

Após a inundação, o mineral continua a vir de fora, não mais como princípio de fixação cristalina, mas como matéria dissolvida resultante do próprio cristal estilhaçado e submerso pelas águas do barramento, que passa a circular na água, disperso nas águas represadas do Velho Chico, que prometeram extinguir a seca ao transformar o sertão em um mar de água doce. Esse mar interior não apenas submergiu as cidades antigas, como também desestabilizou as margens e alterou o equilíbrio costeiro, alcançando inclusive o vilarejo de Cabeço, posteriormente dissolvido pela penetração das águas salgadas do mar, na foz, favorecida pela interrupção do fluxo de sedimentos que sustentava o delta, em razão da construção da hidrelétrica de Xingó. Tratava-se, então, de um sal ambiental, disperso na paisagem e inscrito naquilo que se definiu como Fratura Ambiental.

Na etapa seguinte, esse sal desloca-se do entorno para o interior: deixa de impregnar apenas o território para instalar-se no corpo social. O que antes se dispersava na paisagem e fluía pelas águas condensa-se como resíduo sem escoamento. Ao adensar-se, recristaliza-se sob a forma de uma massa compacta – o acúmulo de vivências comprimidas que se petrificam

no corpo coletivo como uma "grande pedra" psíquica, decorrente da Fratura Social. Trata-se do trauma que, impedido de encontrar escuta institucional, reflui para o interior do sujeito e ali se espessa.

Mas nenhum cristal suporta indefinidamente a pressão que o formou. Quando essa massa saturada atinge seu limite, fissura-se por dentro, e é por essa abertura que a luz irrompe. O trauma, contudo, não é a luz: é a ruptura que a faz surgir. O fulgor constitui apenas seu aparecimento sensível, o instante em que a fratura se torna visível e interrompe a continuidade do vivido. Em sua dimensão psíquica, essa ruptura corresponde ao rasgo súbito do tecido simbólico, pelo qual aquilo que não pôde ser elaborado nem integrado retorna à consciência de forma bruta, sem conseguir ainda converter-se em lembrança organizada nem em experiência inteligível. Sua irrupção excede, no instante em que ocorre, a capacidade do sujeito de simbolizar o que lhe acontece. O clarão, portanto, não é iluminação, mas a forma perceptível dessa irrupção violenta do trauma na consciência, o aparecimento repentino daquilo que ainda não pôde ser nomeado, narrado ou compreendido.

Quando esse processo transborda da memória para a matéria, a metáfora deixa de ser lembrança e torna-se paisagem: a fratura interior reaparece inscrita no território. É a claridade do sol que, conforme relata Serra (2025), entra pelas fendas das paredes, expondo a intimidade do lar ao desamparo; é o sal-gema que brilha no vazio escavado do subsolo, revelando a fratura cavada sob os bairros; é a luz do "progresso" apagando as cidades cristalinas, deixando na superfície apenas cicatrizes abertas.

É nessa passagem do interior à matéria que o movimento se inverte: o sal, que antes se manifestava de fora como presença visível, recobrindo paisagens ou dissolvendo territórios, retorna agora de dentro sob a forma de sua própria ausência. Em Maceió, essa ausência se abre no interior do subsolo como vazio deixado pela retirada do sal-gema que, comprimido, começa a romper o invólucro que o continha. No Sertão, esse mesmo processo se manifesta de outro modo. Ali, onde a terra também foi rompida, a *ausência* não se abre como oco *escavado* no subsolo urbano, mas como *perda soterrada* sob uma espessa lâmina d'água.

Tanto no Vale do São Francisco quanto em Maceió, aquilo que permanecia oculto no fundo vem à tona quando a superfície se rebaixa e deixa entrever o que sua aparente estabilidade encobria. Em Maceió, rebaixa-se o solo urbano, e o vazio subterrâneo se inscreve em rachaduras, crateras e colapsos; no Velho Chico, rebaixa-se, com a estiagem, a lâmina do reservatório, e o que jazia submerso irrompe como fissura da paisa-

gem, materializada em vestígios, cicatrizes e ruínas do território afogado. O rompimento do espelho d'água, assim como as fendas abertas no solo urbano, não constitui o trauma em si, mas sua inscrição material: é por meio dessas fraturas que aquilo que permanecia oculto volta a romper a aparência lisa do presente. Quando a superfície se rompe, a continuidade da paisagem cede, e o que estava submerso passa a emergir em fragmentos.

Nesse "montão de espelhos rompidos", o espelho já não é apenas superfície da água, torna-se também a imagem interior em que o sujeito tenta reconhecer o que restou. Entre imagens recalcadas que retornam e escombros que voltam à tona, o que parecia sepultado reaparece em pedaços, obrigando o sujeito a interrogar o que de fato existiu e o que sobrevive apenas como resto, sonho ou lembrança fraturada – "existíssemos?" (Rezende Jr., 2019). Como nos sonhos de Borges, ou nos "sonhos dos outros sonhados" de Rezende Jr., atrás do rosto que contempla a ruína parece não haver ninguém – apenas um rosto diante do vazio deixado por um mundo que já não existe, e que a memória já não consegue recompor.

É nesse limiar que a Fratura Memorial se instala. A perda deixa de pertencer apenas ao território devastado ou ao interior dos sujeitos e passa a habitar o intervalo entre ambos – como uma fenda que atravessa o exterior e o interior numa mesma ruptura –, onde já não é possível distinguir o território da memória. O que se rompeu fora continua a reverberar por dentro, como um tremor sem repouso. A violência que desfigurou a matéria não se encerrou na paisagem: prolongou-se internamente como rastro psíquico que a memória não consegue integrar nem converter em narrativa contínua. Também as ruínas, ilhadas pelas águas, carregam essa mesma condição. Permanecem como estilhaços de um tempo interrompido, fragmentos arrancados de uma forma que perdeu sua continuidade e seu uso. Como as lembranças traumáticas, os escombros não devolvem o passado tal como foi, mas em pedaços descontínuos que resistem à recomposição.

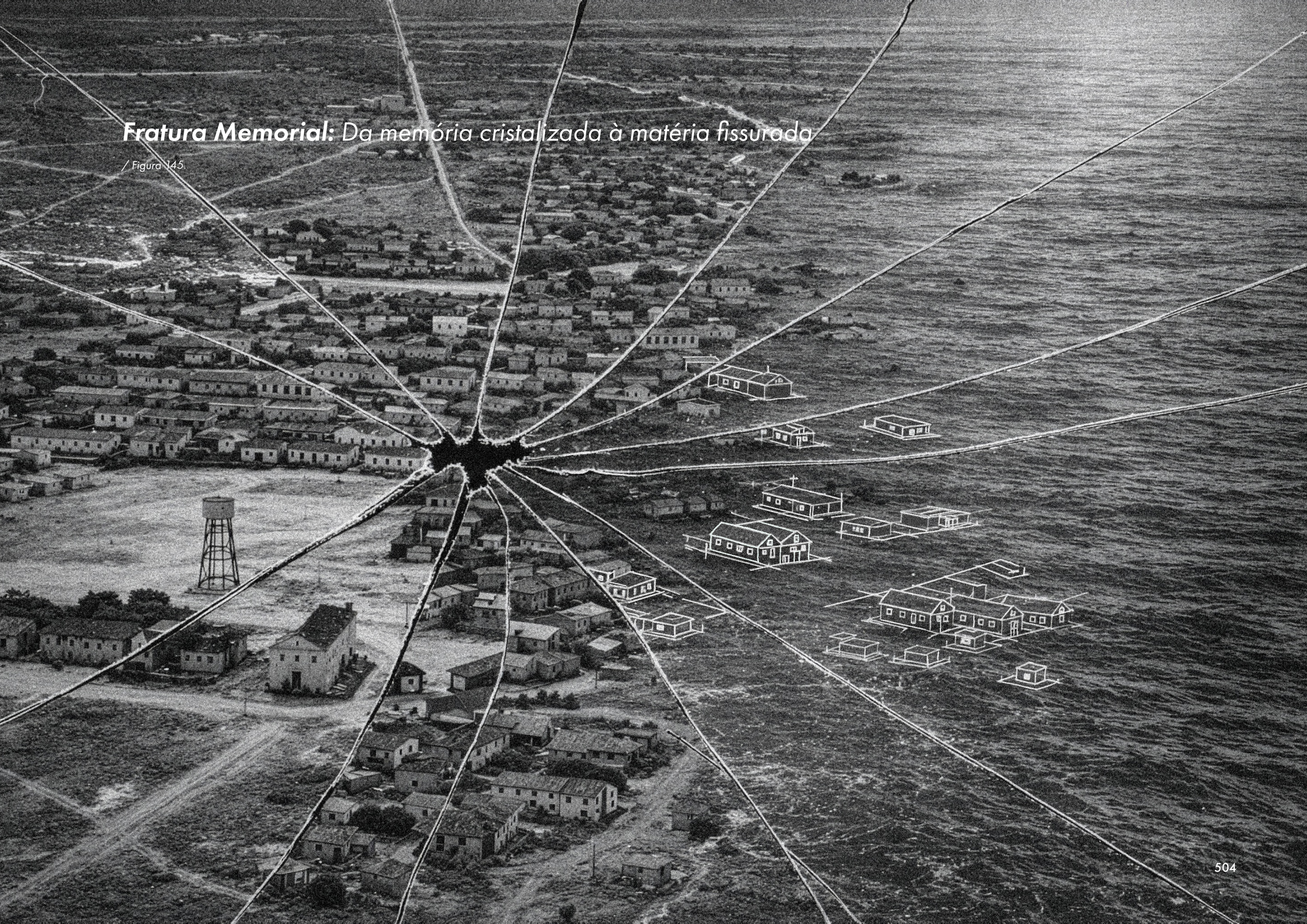
Nessa sobrevivência fragmentada, a Fratura Memorial torna-se visível, fazendo da paisagem o lugar onde a memória volta a doer. Aquilo que a matéria perde, a memória insiste em não deixar desaparecer; e aquilo que a memória conserva como ferida, a ruína devolve ao presente como nova fissura, devolvendo sentido às cicatrizes inscritas no chão. Aqui, a Fratura Memorial se fecha e recomeça: quando a ruína emerge, reativa o trauma, e o trauma, ao retornar, restitui à paisagem sua condição de lugar de memória. Forma-se, assim, um ciclo: o que emerge no chão reabre a ferida interior, e o que persiste no interior volta a atravessar a superfície do território.

Se, antes das fraturas, o território ainda sustentava a permanência das cidades, o fim revela o que permanece quando esse suporte desaparece. Quando o chão deixa de garantir a continuidade da vida, o que resta não é a cidade, mas vestígios minerais de sua passagem. Já não subsiste a forma do que foi, somente o rastro de uma cidade que perdeu o território que a sustentava. O que permanece é uma lembrança sem lugar – como nas ruínas e nos sonhos –, onde já não sabemos se a cidade ainda existe ou se somos nós que passamos a existir apenas como o resto dela.

O epílogo encerra a imagem, mas não a fratura. Para compreendê-la, será preciso agora atravessá-la por dentro, quando essa lembrança sem lugar se abrir em suas duas faces: a da memória que persiste e a da matéria que se fende. É a partir dessa fissura – inscrita ao mesmo tempo no território e na memória – que se tornam visíveis algumas das questões que essas paisagens lançam ao presente e aos debates futuros da arquitetura, do urbanismo e do planejamento territorial diante das grandes infraestruturas que continuam a reorganizar cidades e territórios.

Fratura Memorial: *Da memória cristalizada à matéria fissurada*

/ Figura 145.



O intervalo é o que torna o tempo impuro, esburacado, múltiplo, residual. É a interface de distintos estratos de uma espessura arqueológica. **É o meio de movimentos fantasmas. É [...] o desvio criado pelas falhas sísmicas, as fraturas na história.** [...] É o deslocamento criado por rupturas ou por proliferações genealógicas. **É o contratempo, o grão da diferença na engrenagem das repetições. É o hiato dos anacronismos, é a malha de buracos da memória. É o que intrinca e separa alternativamente os fios – ou as serpentes – da meada dwos tempos.** É o caminho que percorre uma impressão para sua encarnação. É a falha que separa um símbolo de seu sintoma. É a matéria dos recalcamentos e o ritmo após o fato. É o olho do redemoinho, dos turbilhões do tempo. (Didi-Huberman, 2013, p. 505, destaques da autora).

Face 1:
A sobrevivência luminosa


/ Figura 146.


/ Figura 147.

Mas como os vagalumes desapareceram ou "redesapareceram"? É somente aos nossos olhos que eles "desaparecem pura e simplesmente". Seria bem mais justo dizer que eles "se vão", pura e simplesmente. Que eles "desaparecem" apenas na medida em que o espectador renuncia a segui-los. Eles desaparecem de sua vista porque o espectador fica no seu lugar que não é mais o melhor lugar para vê-los. (Didi-Huberman, 2011, p. 46).


/ Figura 152.


/ Figura 153.



/ Figura 148.


/ Figura 149.



/ Figura 154.


/ Figura 155.


/ Figura 150.


/ Figura 151.


/ Figura 156.


/ Figura 157.

Vaga-lume: o fulgor do trauma

Vista a partir de seu interior, a fratura deixa de ser apenas inscrição na matéria e revela-se como memória latente, uma ruptura que sobrevive no tempo mesmo depois de desaparecer da paisagem.

Quando o suporte material deixa de garantir a permanência das cidades, essa ruptura não se resolve, permanece aberta no território como fratura visível e, simultaneamente, reinscreve-se no interior do tempo, onde passa a persistir como memória. Aquilo que já não pode sustentar-se na paisagem não se extingue; conserva-se no intervalo entre o que se perdeu e o que não pôde ser elaborado. Nesse espaço liminar, onde o suporte material falha, o passado já não é aquilo que foi, mas aquilo que insiste.

Os testemunhos mobilizados ao longo desta pesquisa não retornam aqui apenas como exemplos, mas como sobrevivências: vozes que reaparecem sob outra forma, insistindo no presente da escrita tal como a memória insiste no tempo. É nessa persistência que a fratura deixa de ser abstração e ganha voz na memória dos que a atravessaram. Ela irrompe na fala de Seu Jailton, de Itacuruba, ao descrever a "emoção triste" de ver a água subir e as máquinas destruírem a cidade diante dos próprios olhos – uma imagem de ruptura que, em suas palavras, "não sai da cabeça" e interdita o tempo necessário para a elaboração (Jaílton, 2021, depoimento). Permanência que é também reiterada por Ceiça, de Pilão Arcado, para quem as cenas do exílio formam "uma coisa que nunca saiu da mente" e que, décadas depois, "perturba até hoje" (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

As rupturas físicas e as desarticulações sociais descritas nos capítulos precedentes convergem, neste ponto, para uma mesma fratura interior. Reapresentados aqui em fragmentos, os testemunhos já mobilizados ao longo da dissertação não retornam como repetição, mas como *montagem*[295]: partes deslocadas que, ao serem reunidas em outra disposição, deixam entrever a dimensão psíquica que atravessava as perdas materiais e sociais. A fissura que desfigurou a paisagem revela-se, assim, como a mesma ferida que continua a agir no íntimo de quem a vivenciou. O evento já não se fixa como passado concluído, mas permanece em suspenso, incapaz de converter-se em experiência assimilada como se continuasse a ocorrer sob a superfície do tempo.

295 A montagem, enquanto procedimento compositivo deste capítulo, aproxima-se da formulação de Jacques e Velloso (2023), que a compreendem como método de conhecimento baseado na articulação entre fragmentos, intervalos e liminares, aqui ressonante na reaparição dos testemunhos em fragmentos, no intervalo em que o trauma se inscreve e na fratura como zona liminar entre o visível e o latente.

É nesse intervalo, onde o passado não se estabiliza e o presente deixa de coincidir consigo mesmo, que o trauma se instala. Ali, a história deixa de ser sequência para tornar-se campo de sobrevivências, no qual o que foi vivido não desaparece: persiste como resto que retorna de modo disperso, atravessando o presente sem integrar-se a ele. Sua sobrevivência não se dá por continuidade, mas por lampejos: aparições descontínuas que irrompem nas fissuras do agora e logo se apagam, deixando apenas o clarão remanescente de sua passagem. Ceiça exprime essa persistência ao afirmar que "a história, a dor, a marca, o marco triste ficou" (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento), revelando que o trauma não é um ponto no passado, mas uma presença que insiste em brilhar intermitentemente na escuridão do presente.

São esses lampejos que Didi-Huberman reconhece na imagem dos vaga-lumes: "[...] 'moscas-de-fogo' – *fireflies*, como se chamam em língua inglesa os nossos vaga-lumes, que sofrem em seu próprio corpo uma eterna e mesquinha queimadura" (Didi-Huberman, 2011, p. 13). Pequenas luzes errantes que queimam por dentro e cintilam apenas por instantes, surgindo na noite para logo desaparecer, não porque se extingam, mas porque se apagam à nossa vista, enquanto continuam a arder na escuridão, prontas a reaparecer. Feitas de uma "matéria sobrevivente – luminescente, mas pálida e fraca, muitas vezes esverdeada – dos fantasmas" (Didi-Huberman, 2011, p. 14), são aparições intermitentes de uma presença que resiste a extinguir-se.

Assim, cada clarão funciona como um sintoma: ele não revela apenas o que brilha, mas denuncia a força oculta que o faz surgir e desaparecer. É nesse breve instante que o latente se torna sensível, dando corpo ao que Didi-Huberman (2010, p. 396) chama de "impensado da repetição": a irrupção de "espectros, fantasmas e seres" anacrônicos que habitam o "ignoto das repressões" e emergem nos movimentos inconscientes da história. Esse clarão irrompe no relato de Ceiça (2024), ao deparar-se com o cemitério de sua antiga cidade submerso: ossos e coroas de flores de defuntos boiando na superfície, misturando-se aos peixes; uma cena fantasmagórica que não apenas recorda o passado, mas o faz retornar como presença inassimilável.

Como clarões breves que iluminam fragmentos do passado antes de devolvê-los à escuridão, a memória traumática não se esvai quando deixa de ser vista. Tal qual os vaga-lumes, ela apenas recolhe sua luz e aguarda as condições para voltar a brilhar; um aparecer que já contém em si a iminência de "re-desaparecer" (Didi-Huberman, 2011, p. 46). Nesse movimen-

to de pulsão e retração, o passado continua a agir, não como permanência visível, mas como sobrevivência intermitente. Quando essa sobrevivência deixa de permanecer apenas latente e irrompe na experiência, a fratura revela sua dimensão vivida.

É nessa reaparição descontínua do passado – visível apenas por lampejos – que persiste a experiência do deslocamento forçado das populações ribeirinhas do São Francisco. Nesse cenário, a perda transborda a dimensão territorial para tornar-se uma desarticulação do próprio quadro simbólico de referências e vínculos (Hall, 2004). O que se rompeu não foi somente a cidade habitada, mas a trama de referências que organizava o mundo vivido: os corpos, os ritmos, os gestos e os marcos cotidianos que sustentavam a continuidade da experiência. Essa desarticulação manifesta-se, como aponta Seu Jailton, na inércia de um povo que perdeu o hábito da roça para "caminhar de um lado para o outro" sem destino, ou na melancolia de Dona Eva ao confessar que sua mãe "nunca acostumou aqui"(Eva Maria de Jesus, 2014, depoimento).

No testemunho da própria Dona Eva, a fratura torna-se ainda mais nítida: as lembranças da infância na cidade velha permanecem mais vívidas do que as da vida nova, como se o tempo tivesse se interrompido naquele instante de ruptura: "Eu não me lembro, assim, de muita coisa aqui na cidade nova, não. Agora as coisas do Pilão Velho eu lembro mais do que aqui, né?" (Eva Maria de Jesus, 2014, depoimento).

Com a desestruturação desse horizonte comum, instaura-se uma memória que já não pode ser transmitida como narrativa estável nem preservada como arquivo do passado. À semelhança da luz intermitente dos vaga-lumes, ela subsiste em latência: uma presença ausente que insiste em fazer-se sentir; uma matéria invisível que continua a pressionar o presente a partir de seu interior. Portanto, antes de reaparecer na paisagem como cicatriz ou ruína, a fratura manifesta-se como intervalo temporal e psíquico, onde se instala aquilo que aqui denominamos Fratura Memorial. Uma vez instaurada essa fratura, o deslocamento forçado adquire a forma de um trauma, entendido como aquilo que "sustenta narrativas, simultaneamente impossíveis e necessárias, nas quais a memória traumática, apesar de tudo, tenta se dizer" (Gagnebin, 2006, p. 49) – uma experiência que não consegue integrar-se à narrativa do próprio vivido nem à continuidade simbólica que organizava a vida antes da ruptura.

É nessa impossibilidade de integração que se torna perceptível a violência do acontecimento, cuja intensidade excedeu

a capacidade dos sujeitos de assimilá-lo e convertê-lo em experiência (Knobloch, 2022). Tal intensidade não se limita ao evento em si, mas ao excesso com que ele se impôs aos sujeitos, antes que pudesse ser elaborado; aquilo que Walter Benjamin (2010, p. 111) compreenderá como experiência de "choque". O autor defende que, quanto maior for a incidência do "choque" nas percepções recebidas, maior será a "proteção" acionada pela consciência em oposição a tais estímulos. Como consequência dessa defesa, menos impressões e memórias são registradas, tornando o traumático um evento inassimilável ao domínio psíquico, ainda que deixe cicatrizes indeléveis (Maldonado; Cardoso, 2009); uma espécie de *ferida* que permanece aberta *na memória* (Seligmann-Silva, 2000). O choque assume forma no relato do senhor mencionado por Bernadete Caxias (2024) que, ao ver seu mundo destruído e encontrar, na nova casa, nem sequer o amparo de uma simples porta, deparou-se com uma perda impossível de nomear; um impacto tão brutal que o levou ao gesto extremo de se envenenar.

Na perspectiva freudiana (1974), essa ferida retorna na forma de sinais perceptivos que não conseguem ser simbolizados nem integrados à experiência consciente. São sinais que, apesar das tentativas de esquecimento, resistem e se transmitem continuamente. É a reverberação que Ceiça testemunha em sua própria casa: "minha mãe sofre com isso até hoje, minha avó sofre com isso até hoje", um sofrimento que se manifesta no choro das madrugadas da mãe que "chorava todo dia" sem entender a desgraça que as atingira (Maria da Conceição Ferreira dos Santos, 2024, depoimento).

Tais memórias fragmentadas e inacessíveis à consciência são intituladas de "memórias amnésicas" (Maldonado; Cardoso, 2009) – ou aquilo que Didi-Huberman (2013, p. 505) chama de "malha de buracos da memória" – manifestando-se a partir de somatizações (dores físicas sem causa aparente) e despersonalizações (sensação de estranhamento em relação a si mesmo). Outro sinal dessas marcas "amnésicas" é a compulsão à repetição (Freud, 1974), isto é, a tendência incontrolável em reviver o trauma mesmo que cause sofrimento, na tentativa de solucionar definitivamente o conflito traumático.

Por fim, essa memória amnésica conforma uma "memória de um passado que não passa" (Seligmann-Silva, 2007 *apud* Maldonado; Cardoso, 2009, p. 49) e as cicatrizes remanescentes do trauma estabelecem, assim, um presente. Tais cicatrizes não fazem parte do passado, pois não podem ser esquecidas ou apagadas devido a seu retorno como repetição dolorosa. Por não se integrarem às redes associativas da narrativa, manifes-

tam-se por ações e expressões corporais ao invés de palavras (Reis, 2004). Assim, as marcas tornam-se presenças indeléveis no cotidiano dos sujeitos afetados, moldando silenciosamente suas existências.

O exílio, ao desfiar a trama material e imaterial dessas comunidades, não produziu apenas perdas visíveis; instaurou uma forma de sobrevivência intermitente. Se o esquecimento tenta impor silêncio, a memória traumática responde como os vaga-lumes na noite por breves cintilações que reaparecem no corpo, nos gestos involuntários e nas repetições que denunciam aquilo que não pôde ser assimilado.

Reconhecer essa fratura não significa encerrá-la, mas admitir que ela permanece aberta, agindo como uma ferida que retorna sem cessar. Enquanto esse retorno persistir – sobretudo no corpo que somatiza e carrega a dor sem palavras – a Fratura Memorial continuará a agir, buscando, por meio da repetição, uma forma impossível de apaziguamento[296]. O trauma não retorna para lembrar, mas para tentar, incessantemente, concluir aquilo que ficou interrompido.

Assim, a memória, tal como o rio represado, não permanece imóvel: procura no corpo e na experiência cotidiana as fissuras por onde voltar a correr, mesmo sem saber se algum dia encontrará um lugar onde possa, enfim, repousar.

296 Essa persistência manifesta-se com maior intensidade nas gerações que vivenciaram diretamente o deslocamento e naquelas que herdaram seus efeitos mais imediatos. Com o desaparecimento desses sujeitos, contudo, o trauma não se extingue simplesmente; tende antes a deslocar-se da esfera estritamente psíquica para formas culturais e materiais de memória, aproximando-se do que Marianne Hirsch (2008) denomina pós-memória: a relação que as gerações seguintes estabelecem com experiências traumáticas que não viveram diretamente, mas que passam a reconhecer como suas por meio das histórias, imagens, gestos e afetos que estruturaram o ambiente em que cresceram. Assim, narrativas familiares, silêncios transmitidos, comportamentos herdados e as marcas inscritas na paisagem e nas ruínas tornam-se diferentes suportes através dos quais o acontecimento continua a reverberar no tempo.

/ Figura 158: Rostos entrevistados conectados por uma trama que converge ao centro e se expande, como se o trauma, ao atravessá-los, tecesse entre eles uma memória comum que não cessa de retornar.

Face 2:
A sobrevivência incandescente

/ Figura 159.



Saber olhar uma imagem seria, de certo modo, tornar-se capaz de discernir o lugar onde arde, o lugar onde sua eventual beleza reserva um espaço a um "sinal secreto", uma crise não apaziguada, um sintoma. O lugar onde a cinza não esfriou. [...] **Porque a imagem é outra coisa que um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis. É uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles [...]. É cinza mesclada de vários braseiros, mais ou menos ardentes**. Nisto, pois, a imagem arde. [...] Arde pela destruição, pelo incêndio que quase a pulveriza, do qual escapou e cujo arquivo e possível imaginação é, por conseguinte, capaz de oferecer hoje. Arde pelo resplendor, isto é, pela possibilidade visual aberta por sua própria consumação: verdade valiosa mas passageira, posto que está destinada a apagar-se [...]. Arde por seu intempestivo movimento, incapaz como é de deter-se no caminho [...], capaz como é de bifurcar sempre, de ir bruscamente a outra parte [...]. Arde pela dor da qual provém [...]. **Finalmente, a imagem arde pela memória, quer dizer que de todo modo arde, quando já não é mais que cinza: uma forma de dizer sua essencial vocação para a sobrevivência, apesar de tudo. Mas, para sabê-lo, para senti-lo, é preciso atrever-se, é preciso acercar o rosto à cinza. E soprar suavemente para que a brasa, sob as cinzas, volte a emitir seu calor, seu resplendor, seu perigo. Como se, da imagem cinza, elevara-se uma voz: "Não vês que ardo?".** (Didi-Huberman, 2012, p. 214- 216, destaques da autora).

Na Figura 159, ao fundo, a caixa d'água da antiga Remanso: enquanto o céu e o chão ardem no visível, ela arde apenas na memória.

Durante décadas, as águas levaram consigo não apenas o sal, as casas, as vidas, mas também os suportes onde a perda poderia adquirir contorno. Restava apenas a memória, saturada como o próprio reservatório, transbordando no corpo e infiltrando-se nos gestos cotidianos, sem encontrar na lisura do espelho d'água qualquer possibilidade de inscrição fora da interioridade dos sujeitos; como se toda imagem da cidade perdida tivesse sido reduzida a cinza ainda quente, preservada sob a água sem se dissipar completamente. Foi preciso que a superfície retraísse para que aquilo que permanecia sem forma encontrasse, enfim, um lugar que pudesse tornar-se visível.

Quando o nível do reservatório começa a baixar, não é apenas a paisagem que retorna, mas também a fissura que permanecia ativa sob a superfície da terra e, sobretudo, dos sujeitos. A planura opaca do lago rompe-se e passa a expor restos, reminiscências e estruturas interrompidas, trazendo à luz aquilo que continuava a ocorrer no tempo, mas sem lugar. Diante delas, a lembrança deixa de permanecer latente e retorna como matéria novamente exposta ao ar, reabrindo por dentro o que reaparece por fora. É o instante em que se torna possível discernir, no rastro material, o lugar onde a imagem ainda arde: o "sinal secreto" (Didi-Huberman, 2012, p. 214) de uma crise que nunca foi apaziguada por dentro. À medida que a lâmina recua, o que permanecia oculto passa a coexistir com o agora como um resíduo de combustão abafada, incapaz de reintegrar-se à ordem que tentou apagá-lo.

O que emerge não é a cidade perdida, mas os seus vestígios: cinzas e fragmentos incapazes de recompor a totalidade do que foi. Nesse estado de incompletude, a *ruína* se impõe como a forma própria do retorno, não como recomposição, mas como insistência do que não pôde ser inteiramente recalcado, uma imagem que arde pela dor de que provém (Didi-Huberman, 2012) e pela memória que a sustenta. As ruínas, tal como as memórias traumáticas, são fraturadas pelos "choques" (Benjamin, 2010) – antrópicos e naturais – e, quanto maiores esses choques, maior a sua incompletude. Nesse sentido, elas funcionam como reminiscências de algo que não se pode compreender completamente; vestígios de uma presença outrora carregada de significado e utilidade, mas que agora habita um presente esvaziado, como se o tempo tivesse se retirado de seu interior. Tornam-se, assim, o depósito material desse acontecimento interromp, partes de uma experiência que quase as pulverizou, mas da qual escaparam para oferecer no hoje um campo de reelaboração simbólica, preservando o trauma sem torná-lo plenamente compreensível. Apresentam-se na forma de fragmentos desconexos que desafiam qualquer narrativa coesa do passado e, por isso, evocam a imaginação e a memória do observador à recomposição do que se perdeu. Abre-se, desse modo, o espaço para a criação de múltiplas interpretações possíveis capazes de reconstruir um passado que retorna estilhaçado e permanece, em grande parte, "amnésico" (Maldonado; Cardoso, 2009).

É somente quando alguém se aproxima desses restos, quando se atreve a acercar o rosto à cinza e a soprar suavemente sobre ela, que esse passado amnésico deixa de ser silêncio e volta a emitir sinais de sua combustão latente. Nesse gesto de aproximação, a ruína deixa de ser apenas vestígio e passa a tornar-se aparição: não a recuperação integral do que foi, mas a irrupção sensível de uma presença que insiste em arder sob as camadas do esquecimento, como se da própria matéria emergisse, incandescente, a pergunta: "Não vês que ardo?" (Didi-Huberman, 2012, p. 216).

Ao ser tocada pelo olhar, essa ardência deixa de permanecer difusa e passa a incidir sobre o presente de modo inquietante. É nesse ponto que aquilo que persistia na matéria deixa de ser apenas vestígio e assume a condição de *aparição*.

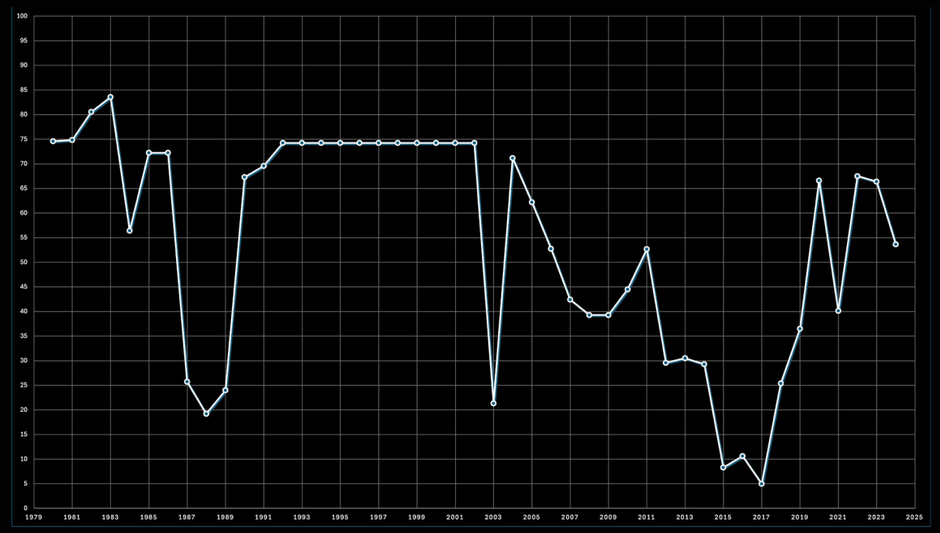
Aparição I: intermitência do retorno

> A aparência é enganadora, falsa, ela supõe o simulacro. Já a aparição é um evento autêntico, impossível de ser reduzido: é um raio que corta o céu. (Didi-Huberman, 2017, [s.p.])
>
> Para se chegar aos múltiplos tempos estratificados, às sobrevivências, às longas durações do mais-que-passado mnésico, é preciso o mais-que-presente de um ato reminiscente: um choque, um rasgar de véu, uma irrupção ou aparição do tempo, tudo o que Proust e Benjamin disseram tão bem sobre a "memória involuntária". (Didi-Huberman, 2015, p. 26).

Foi em dezembro de 2015 que esse "raio" (Didi-Huberman, 2017) atravessou o sertão – não como fenômeno, mas como um rasgo no céu (Didi-Huberman, 2015). Sem anúncio prévio, a superfície do lago vacilou, e aquilo que permanecia submerso sob quase quatro décadas de regularidade hídrica irrompeu à luz. O mar artificial revelou, de súbito, sua condição provisória. Não se tratava de uma lembrança buscada, mas de uma aparição. Como na memória involuntária descrita por Proust e retomada por Benjamin, o passado não foi convocado, impôs-se quando a superfície que o encobria vacilou.

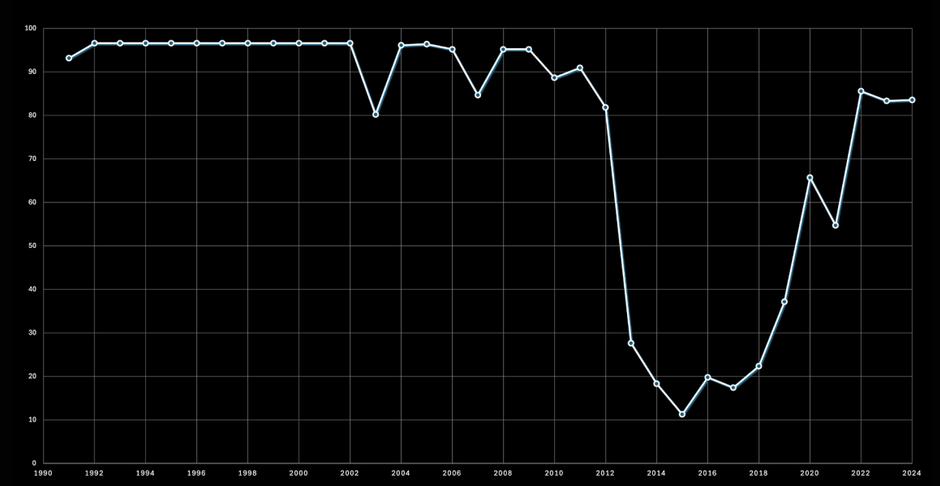
Só depois foi possível vislumbrar a extensão do processo que preparara esse acontecimento. Entre 2012 e 2017 – com maior intensidade entre 2014 e 2016 – a bacia do Rio São Francisco atravessou o que os estudos classificaram como uma seca plurianual severa. Não se tratou apenas de ausência de chuvas, mas de uma sequência de precipitações insuficientes, marcadas por extrema irregularidade temporal. A chuva rareava e, quando vinha, mostrava-se incapaz de recompor os lençóis freáticos ou de reanimar os afluentes que sustentavam o reservatório. O déficit hídrico, potencializado pelo calor, acumulou-se em camadas sucessivas até disparar um efeito em cadeia. As vazões minguaram, a evaporação acelerou e o assoreamento dos tributários comprometeu a condução hídrica. A regularidade do reservatório – apresentada como garantia técnica – revelou-se, na prática, um equilíbrio instável, dependente de condições cada vez mais frágeis. Esse quadro de esgotamento culminou em dezembro de 2015, quando o reservatório de Sobradinho atingiu apenas 1,11% de sua capacidade útil – o índice mais baixo registrado desde a construção da barragem no final da década de 1970 (Agência CNM, 2015; Nogueira, 2015), conforme demonstram os Gráficos 5 e 6.

/Gráfico 5 – Volume útil do reservatório de Sobradinho



/Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Dados diários de 01/10/1980 a 01/09/2024. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar/sin/b_sao-francisco.

/Gráfico 6 – Volume útil do reservatório de Itaparica



/Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Dados diários de 01/10/1991 a 01/09/2024. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar/sin/b_sao-francisco.

Enquanto a tempestade do progresso (Benjamin, 2012) havia acumulado ruínas sob as águas, a rarefação dessa mesma tempestade abriu, por um instante, uma fenda no céu aparentemente contínuo do reservatório e tornou visível o raio que o atravessava.

Nesse momento, o sertão que virara mar começou a secar novamente e, ao retrair-se, deixou à mostra aquilo que ardia sob a superfície, expondo o leito que por quase quarenta anos permanecera oculto (Nogueira, 2015). O que se revelava não era apenas terra descoberta, mas os vestígios estruturais de uma cidade já desmantelada, persistindo em latência sob a superfície; alicerces que um dia sustentaram o espaço urbano e que agora retornavam como fragmentos de uma presença interrompida.



/ Figura 160: Ruínas intermitentes de Casa Nova

Foi nesse intervalo que, em Casa Nova, pela primeira vez, tornaram-se visíveis detalhes das antigas construções: lápides e vestígios do antigo cemitério, pias de lavar roupa, azulejos brancos, caixas d'água, restos de paredes e um chafariz (Agência CNM, 2015; Nogueira, 2015). O vento agitava as ondas rasas que quebravam diante dos degraus de casas outrora submersas (Nogueira, 2015) – como se a água, mesmo retraída, ainda insistisse em tocar aquilo que tentara apagar.

Se ali a cidade se deixava entrever em fragmentos reconhecíveis, em Sento Sé a irrupção mostrou-se ainda mais velada. Tijolos inteiros, ruínas da igreja, a caixa d'água, suportes da bomba, um poste de rede elétrica ainda erguido, carnaúbas fincadas no solo, entre outros, eram vestígios mínimos de um tecido urbano quase inteiramente recoberto, cujo chão antigo permanecia, em grande parte, inacessível (Rodrigues, 2015). A cidade parecia recusar-se a oferecer-se por inteira.



/ Figura 161: Ruínas intermitentes de Sento-Sé

Já em Remanso, ao contrário, o solo estendeu-se em maior amplitude, oferecendo ao olhar não uma cidade reconstituída, mas o contorno fragmentário de um tecido urbano suspenso no tempo. O antigo cais, com aproximadamente 400 metros de extensão, reapareceu a cerca de sete quilômetros da nova margem – exatamente a distância que separa a velha da nova cidade – reinstalando-se provisoriamente na vida cotidiana como ponto de partida de embarcações. Barcos voltaram a singrar o lago, ainda que obrigados a contornar bancos de areia que tornavam as travessias mais longas e incertas (Nogueira, 2015).

No auge desse rebaixamento, Jarryer de Jesus Pinheiro, em sua dissertação *Ruínas de Remanso Velho sob a Perspectiva da Museologia: relações entre comunidade e sítio arqueológico (2019)*, realizou um levantamento sistemático das estruturas tornadas visíveis pelo rebaixamento das águas. Tornaram-se evidentes vestígios do mercado municipal, da sede do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), do cemitério – com sepulturas e mausoléus expostos –, do altar da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, de escolas e residências. Mais do que edifícios isolados, revelava-se o próprio desenho da cidade: o contorno do traçado das ruas marcado na terra seca, encanamentos à mostra, objetos domésticos dispersos. Não era apenas um conjunto de ruínas que emergia, mas a legibilidade precária de uma ordem urbana interrompida.



/ Figura 162. Saae antes da inundação



/ Figura 163. Ruínas do Saae



/ Figura 164.
Antigo cais



/ Figura 165.
Ruínas do cais



/ Figura 166.
Rua Barão do Rio Branco na década de 1970.



/ Figura 167.
Ruínas do centro comercial do bairro Remanso

Cada reaparecimento instaurava uma suspensão no tempo homogêneo do agora. Não era memória organizada, mas incidência material: ruas que reapareciam na terra seca, encanamentos expostos como nervuras abertas, o altar que voltava à luz, o cais que retomava provisoriamente a sua função. O que vinha à tona não era a cidade inteira, mas o sinal de que ela jamais deixara de persistir no interior da massa que a encobria.

No entanto, essa sobrevivência, tal qual os brilhos emitidos pelos vaga-lumes, não se apresentava como continuidade, mas como aparição descontínua, quase furtiva. Quando o lago recuperava volume, as ruínas tornavam a submergir. O que era intermitente não era o passado, mas sua visibilidade: a cidade não regressava como permanência, apenas cintilava, irrompia por instantes, as vezes por meses, as vezes por anos, e, inevitavelmente, era devolvida ao fundo.

Naquela seca, quando o reservatório baixou como nunca antes, algo se desvelou. Enquanto o temporal benjaminiano do progresso lançara ruínas ao abismo do leito do rio, a rarefação extrema dessa mesma tempestade fez emergir aquilo que fora mantido indistinto. Ao atingir um nível inédito, em certos lugares, a água não revelou apenas destroços dispersos, mas alicerces, traçados, fundações**:** o antigo chão da cidade. O que emergia não era a forma perdida, mas o suporte que fora rebaixado para que outra forma pudesse afirmar-se.

É nesse limiar que se insinua o anverso da moeda de Borges (1999), em que a cidade submersa já não se define por sua integridade, mas pelo lugar que ocupa como sustentação oculta do presente. Aquilo que parecia apenas fundo revela-se fundamento. Permanece abaixo da superfície, agindo em silêncio como base de tudo o que lhe sucedeu. Dessa condição submersa nasce sua fulguração, quando o controle fraqueja, acende-se com o recuo das águas e torna a apagar-se com a cheia. O vestígio torna-se visível nesse intervalo e logo regressa ao fundo, num movimento alternado de exposição e encobrimento, como se o lago respirasse entre mostrar e ocultar.

Mas o leito permaneceu exposto tempo suficiente para que nem tudo voltasse a desaparecer. Se muitos vestígios tornaram a submergir, outros resistiram – igrejas, caixas d'água, estradas interrompidas, até mesmo uma cidade inteira atravessaram as cheias seguintes e continuaram ali, à vista. O que surgira como clarão começou, desde a primeira seca, a ganhar peso e contorno.

Não foi uma ruptura brusca, mas um acúmulo quase imperceptível. A cada grande estiagem, o lago recuava um pouco mais, demorava um pouco mais a voltar. Em 2001-2002, já se

ampliara o que podia ser visto; mas foi entre 2012 e 2017, sobretudo em 2015, que o fundo se abriu com outra nitidez. O que antes surgia em fragmentos esparsos passou a desenhar contornos mais claros, como se a paisagem, lentamente, aprendesse a sustentar aquilo que vinha à tona.

O intervalo alongou-se. Algumas ruínas, já expostas em estiagens anteriores, deixaram de depender inteiramente do recuo excepcional das águas; outras, recém-reveladas, passaram a integrar de modo mais duradouro a paisagem. O que cintilava começou a sustentar-se por si. O fundo deixava de ser apenas base do novo, tornava-se solo do que permanecia.

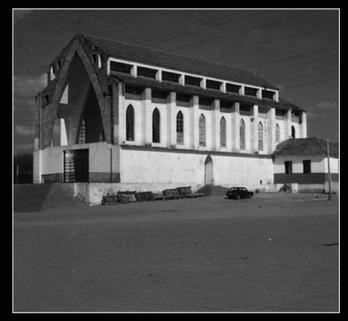
Aparição II: a persistência do retorno

> Converte em ruínas tudo o que existe, não pelas ruínas, mas pelo caminho que as atravessa. (Benjamin, 2015, p. 99).

Quando as águas voltam a subir e o lago torna a sobrepor-se sobre aquilo que revelara, grande parte do que emergira com a seca regressa ao fundo. Ainda assim, algumas estruturas permanecem à vista. Espalhadas pelas margens do reservatório, elas interrompem a planura do lago: igrejas isoladas, caixas d'água eretas, trechos de estrada que avançam pela lâmina d'água. São restos de cidade. Mas há pontos em que não são apenas um vestígio que permanece exposto: é a própria cidade.

Em sua própria matéria, as ruínas conservam o rastro do caminho que as atravessou – o processo que deslocou populações, demoliu casarios e reorganizou o território do Vale. Ao persistirem na paisagem, tais aparições fazem mais do que remeter ao passado. Elas mantêm ativo, na superfície do presente, o movimento que um dia as lançou ao fundo. À medida que as estações se sucedem, as águas sobem e descem, e, mesmo assim, essas estruturas não desaparecem com a cheia do reservatório nem aguardam a seca para voltar a emergir. O que antes surgia como um clarão passa a sustentar-se na duração. O retorno deixa de ser apenas aparição. Torna-se presença.

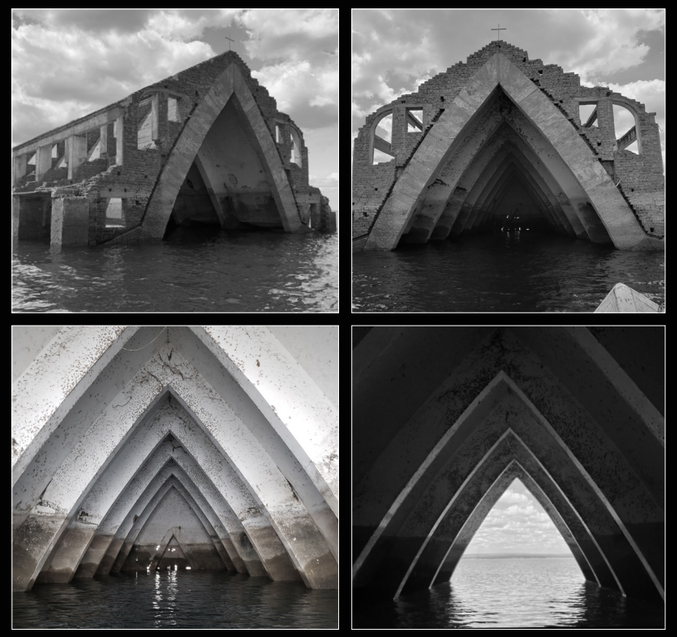
Aqui e ali no reservatório, essa presença ganha forma na própria paisagem. Entre essas estruturas está a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, parcialmente visível no Lago de Itaparica, no lugar onde outrora se erguia o povoado de Barreiras. A matriz, núcleo religioso da antiga cidade, jaz hoje a cerca de vinte metros de profundidade, invisível sob a massa turva do lago. Já o Sagrado Coração mantém-se metade submersa, metade exposta, com a base imersa a cerca de dez metros abaixo da superfície.



/ Figura 168.



/ Figura 169.



/ Figura 170.

Igreja Sagrado Coração de Jesus

Suas abóbadas em tijolo e cimento aparente continuam abertas ao céu, desenhando arcos interrompidos que já não protegem o interior de nada – como se o templo, despojado de seu abrigo, permanecesse expondo apenas àquilo que sempre pretendeu alcançar: o alto. O vento atravessa o que foi nave. O lago ascende, toca seus alicerces, tinge-lhe os muros e depois recua. Peixes circulam onde antes havia bancos e confissões. A superfície do lago volta a recompor sua quietude, e, ainda assim, a igreja permanece, sustentando na paisagem a presença da cidade que o reservatório tentou submergir.

Iniciada em 1940 e nunca concluída, a igreja abrigava as festas que marcavam o calendário da cidade, sobretudo a celebração de São Francisco em outubro. Hoje, permanece como carcaça monumental – imagem que levou a velha Petrolândia a ser conhecida como a "Atlântida Brasileira". No limiar entre a água e o ar, mas ainda fincada no chão, sua estrutura atravessa as oscilações do reservatório, inscrevendo no próprio corpo o movimento das águas que a cercam e o sopro do ar que a percorre. Tal como sugeria Benjamin, não são apenas as ruínas que permanecem, é também o caminho que continua a atravessá-las (Gominho; Carneiro, 2020).

Em outros pontos do território, o caminho que atravessa as ruínas reaparece como traçado concreto na paisagem. A antiga rodovia que conduzia à velha Petrolândia subsiste como uma ruína que é também um caminho, intermediando uma transição não entre lugares, mas, sobretudo, entre tempos.

Saindo da cidade nova de Petrolândia, percorre-se a BR-110 por cerca de 17 km até um sítio conhecido como Brejinho de Fora. À margem da via principal da pequena vila rural, avista-se uma estrada de terra, barrada por um portão amadeirado que delimita a entrada em propriedade privada. Uma vez autorizada a passagem[297], segue-se por aproximadamente 5 km por essa estrada até alcançar uma trilha, a partir da qual o percurso passa a ser feito a pé. No meio do caminho, próximo ao Serrote do Padre, o trajeto até então de terra é interrompido por uma rodovia – ainda pavimentada e intacta, com aproximadamente 1 km de extensão – que avança em linha reta até encontrar as águas do Lago de Itaparica, sobre o antigo traçado da cidade.

O asfalto termina abruptamente na água. Não há placas, desvio ou continuação. Apenas a linha interrompida. Caminhar por ela é sentir o deslocamento no espaço converter-se em deslocamento no tempo. O corpo avança pelo presente até atingir o limite onde a paisagem se transforma em ausência. Ali, o lago cobre o lugar que a estrada um dia conduziu. O asfalto ainda guarda as marcas do uso passado – fissuras, vegetação que irrompe nas bordas, o desgaste áspero da superfície. Circundada por cactos e pela caatinga, a rodovia permanece como gesto suspenso no território, partindo de um lugar conhecido – o presente – e apontando para um destino que já não existe senão como memória – o passado.

O caminho permanece, mas o lugar a que conduzia pertence agora a outro tempo. A estrada funciona, assim, como uma espécie de ponte entre temporalidades heterogêneas, um espaço anacrônico[298] "aberto e fechado ao mesmo tempo" (Didi-Huberman, 1998, p. 243), no qual "se interpenetram sonho e vigília, utopia e ruína, projeto e rastro" (Jacques; Velloso, 2023, p. 129). Ela já não conduz a uma cidade. Conduz a um tempo. Permanece como o caminho pelo qual o passado continua a atravessar o presente.

297 No caso, a população de Brejinho de Fora contactou o proprietário do terreno que, por sua vez, encaminhou seu assistente para guiar a autora, em 2021, pelas terras até que pudesse ser alcançada a antiga rodovia que dava acesso à Petrolândia.

298 Definido como "a intrusão de uma época na outra" (Didi-Huberman, 2015, p. 34).



/ Figura 171.

Rodovia que dava acesso à antiga Petrolândia



/ Figura 172.

Local onde estava implava implantada a velha cidade

Se a estrada interrompida é a linha por onde o passado continua a atravessar o presente, e as ruínas verticais erguem na paisagem a presença desse passado, nas caixas d'água esse movimento parece recolher-se e concentrar-se, tomando a forma de um volume que retém aquilo que já não pode permanecer na superfície. No interior do grande reservatório, que engoliu as cidades do Vale a partir de barragens construídas para conter o rio, sobrevivem reservatórios menores espalhados pelo território. Em duas dessas antigas cidades, três estruturas ainda permanecem de pé: as torres d'água de suas antigas sedes, construções que um dia armazenaram a água da cidade e que hoje parecem reter outra matéria: a memória do lugar que ali desapareceu.

Em Rodelas, essa permanência torna-se particularmente visível. A nova cidade foi implantada em declive em direção ao Lago de Itaparica, com o centro urbano no ponto mais elevado. Dali, o olhar desce pela encosta até alcançar, logo abaixo, a antiga torre d'água ainda de pé. Como a nova sede foi erguida contígua à anterior, essa estrutura não se perde à distância: permanece próxima, atravessando o campo de visão cotidiano da cidade atual.

Em Remanso, a configuração organiza-se de modo semelhante, embora a visada dependa do deslocamento até a margem do lago. Da prainha de Amaralina, ou do cais, avistam-se duas torres d'água pertencentes ao antigo Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto. Outrora integradas ao circuito técnico que estruturava o abastecimento urbano – com captação da água no Rio São Francisco, no bairro Pizeiro, tratamento na estação do Capão de Baixo e posterior distribuição para parte da cidade – essas construções armazenavam a água tratada antes de sua condução pela rede até os imóveis atendidos. Uma delas situava-se no próprio bairro Pizeiro, onde também funcionava o escritório do SAAE; a outra localizava-se no bairro Capão do Meio (Pinheiro, 2019). Hoje, ambas permanecem ilhadas pelas águas do lago, como os vestígios ainda perceptíveis da antiga cidade.

Mesmo quando os reservatórios de Sobradinho ou Itaparica estão cheios, as três torres d'águas continuam visíveis à distância. Erguem-se no horizonte como pontos fixos à espera do olhar que nelas se detém, e é nesse encontro que as lembranças voltam a depositar-se. Apesar dos deslocamentos temporais e espaciais das populações, as lembranças da comunidade, de alguma forma, permanecem: "se a vida é errante, sedentária é a memória e, embora sem cessar deambulemos, nossas lembranças, fixas nos lugares que deixamos, aí continuam sua rotina cotidiana [...]." (Proust, 1995, p. 246).



/ Figura 173.

Caixa d'água de Rodelas



/ Figura 174.

Caixa d'água de Remanso (Saae)



/ Figura 175.

As duas caixas d'água de Remanso

Na paisagem atual, essas estruturas não figuram somente como restos da antiga cidade, mas como matérias em que a memória se acumula, constituindo lugares onde o passado pode voltar a relampejar no presente (Benjamin, 1985). Se, no subcapítulo anterior, a aparição da ruína era descrita como um raio – coincidindo com o recuo das águas que fazia os vestígios emergirem à superfície, tornando o passado subitamente reconhecível –, aqui o relampejo desloca-se. Já não coincide com a irrupção material da ruína, mas persiste mesmo quando ela permanece exposta, manifestando-se no instante em que o olhar volta a reconhecer[299] no vestígio diante de si, a presença de um passado que retorna. Aqui, a torre d'água não coincide simplesmente com aquilo que é visto. Ela *relampeja* como imagem quando o olhar identifica, no agora, o vestígio de um passado que ainda o atravessa. Nesse encontro, a ruína deixa de ser apenas um objeto visível e passa a suscitar um campo de associações, lembranças e significados que ultrapassam sua materialidade imediata.

Trata-se daquilo que Walter Benjamin (1994) e, posteriormente, Didi-Huberman (2010) designam como a *dimensão aurática*[300] da imagem – uma qualidade que retira o objeto de sua condição de entulho e o faz interpelar o observador. Essa aura funciona como o disparador do processo reminiscente, no qual a visão da ruína convoca um conjunto de imagens latentes e recordações que ultrapassam aquilo que está imediatamente diante dos olhos. Como observa Didi-Huberman, trata-se de uma "aparição [que] desdobra, para além de sua própria visibilidade", um conjunto de imagens que se organizam em constelações e que "se impõem a nós como outras tantas figuras associadas, que surgem, se aproximam e se afastam para [...] abrir tanto seu aspecto quanto sua significação, para fazer delas uma obra do inconsciente" (Didi-Huberman, 2010, p. 149).

Essa passagem do visível à rememoração constitui aquilo que Benjamin denomina "a verdadeira imagem do passado" (1985, p. 224), que não revela o passado tal como ele foi, mas como ele se torna apreensível no presente. Conforme descreve Benjamin: a "verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido" (1985, p. 224). Assim, não se trata de reconstruir o que desapareceu, mas de reconhecer, na ruína que permanece, o relampejo de um passado que se torna momentaneamente visível no interior do agora. A torre d'água, nesse sentido, não devolve a cidade desaparecida; ela oferece o suporte material a partir do qual essa imagem pode irromper, tornando esse passado novamente apreensível para aqueles que o reconhecem no presente.

299 O mecanismo da imagem permanece o mesmo, pois em ambos os casos trata-se do relampejo de um passado que se torna reconhecível no interior do presente (Benjamin, 1985). A diferença reside no regime de visibilidade da ruína. Nas aparições intermitentes provocadas pelas estiagens, o relampejo do passado coincide com o próprio surgimento material do vestígio. Já nas estruturas que permanecem continuamente expostas, como torres d'água, igrejas ou estradas interrompidas, o relampejo deixa de depender da emergência da ruína e passa a ocorrer no encontro entre o olhar e o vestígio que persiste na paisagem.

300 Escrito em 1931, contemporaneamente ao desenvolvimento do *Projeto das Passagens*, o ensaio "Pequena história da fotografia" apresenta a formulação benjaminiana da aura sob a ótica da técnica e da modernidade. Benjamin argumenta que a câmera revela uma natureza distinta daquela percebida pelo olho nu, inaugurando o que denomina "inconsciente ótico" (1994, p. 94). Ao captar frações de segundo – como a atitude exata de um passo – por meio da ampliação ou da câmera lenta, a fotografia expõe uma realidade que o homem percorre, mas não percebe conscientemente, de forma análoga à revelação do inconsciente pulsional pela psicanálise (Benjamin, 1994, p. 94). É nessa intersecção entre técnica, experiência *aurática* e olhar que Didi-Huberman (1998; 2013) se fundamenta, explorando a capacidade da imagem de "olhar-nos de volta" e expandindo tais lições para o estudo da memória e das sobrevivências em Aby Warburg.

Hoje, cercada pelas águas do lago que submergiu o Vale, o castelo que outrora armazenava a água da antiga cidade sugere uma espécie de duplicação espacial – um reservatório dentro de outro reservatório. Enquanto o lago funciona como o grande reservatório que retém a cidade física abaixo, a torre d'água sobrevive como o pequeno recipiente onde a memória desse espaço parece concentrar-se acima. Como se a cidade submersa continuasse a existir no alto, já não sustentada pela água, mas pela memória daqueles que ainda a reconhecem.

Aquilo que um dia serviu para armazenar a água transforma-se, assim, em reservatório de sua própria lembrança. Narrativas dispersas ecoam, imagens se sobrepõem e associações inesperadas se formam nesse repositório aquático. A torre d'água não conserva suas ruas, suas casas ou suas praças, mas mantém, em torno de sua forma persistente, a memória coletiva da cidade, continuando a acumular aquilo que restou da cidade desaparecida.

Em alguns pontos do Vale, porém, o recipiente se expande. Em Pilão Arcado, a memória da cidade desaparecida já não se concentra apenas numa torre d'água; ela transborda para habitar a própria cidade. Nas áreas submersas do reservatório, as ruínas sobrevivem como partes dispersas de um mundo lançado ao fundo. Cortadas pela lâmina d'água, persistem apenas como porções visíveis de cidades que hoje repousam abaixo da superfície. Ali, é o próprio lago que sustenta as ruínas: o fundo da represa conserva a cidade submersa enquanto apenas alguns fragmentos emergem à tona.

Em Pilão Arcado, essa relação se inverte. A cidade não sobrevive como fragmento apoiado no fundo do reservatório – ela conserva o próprio chão sobre o qual foi erguida. Em vez de ruínas sustentadas pela água, encontra-se ali uma cidade que permanece inteira apoiada sobre o solo que a sustentava, enquanto o lago apenas a circunda, ilhada, incapaz de absorvê-la no fundo que engoliu as demais. Se, nas outras cidades, o passado repousa sob a opacidade da água – rompendo aqui e ali a superfície em fragmentos –, em Pilão Arcado ele permanece exposto sobre o mesmo chão, como uma massa mineral que não se integra ao lago, revelando, antes, o seu avesso.

Nesse mesmo espaço reaparecem reunidas, no interior da cidade, as formas de ruína que surgiram ao longo desse percurso: a carcaça de uma igreja, pequenas caixas d'água que ainda abastecem casas habitadas, estradas de terra que se aproximam da margem do reservatório etc.; aparições que, nos outros pontos do Vale até aqui analisados, apresentam-se apenas como reminiscências dispersas. Aqui, porém, esses vestígios deixam de aparecer isoladamente e passam a arti-

cular-se no interior da própria cidade. Pilão Arcado torna-se, assim, uma constelação local de ruínas do Vale – um lugar onde fragmentos, que o lago separou em outros pontos, permanecem reunidos sobre o mesmo chão.

Mais do que simplesmente coexistirem, essas estruturas entram em relação umas com as outras, como pontos de um mesmo campo de memória. Reunidas sobre o solo que ainda as sustenta, as sobrevivências da antiga cidade formam entre si uma pequena constelação, na qual igreja, caixas d'água e caminhos se ligam no interior da mesma paisagem urbana. Em sua matéria, essas estruturas conservam os atravessamentos de um processo histórico que marcou especificamente o destino da cidade de Pilão Arcado (processo discutido no capítulo anterior) e que deixou inscritos em seu corpo os gestos de desmonte, esvaziamento, saques, submersão, reemersão e reocupação.



/ Figura 176: A pequena constelação de Pilão Arcado

Ao mesmo tempo, a cidade de Pilão Arcado, hoje ilhada pelas águas do reservatório, surge como uma grande ruína exposta no interior do lago. Nessa condição, ela se conecta às outras sobrevivências dispersas das cidades inundadas do Vale, não apenas por afinidade de memória, mas porque todas foram atravessadas – ainda que de modos distintos – pelo grande processo de submersão que transformou o território do São Francisco. Cada sobrevivência, seja na escala da cidade ou na escala do Vale, torna-se então o extremo de uma linha invisível que a liga a outra sobrevivência situada em outro ponto da paisagem.

Essas linhas não são apenas linhas de memória: correspondem também aos atravessamentos do tempo, do vento, da água,

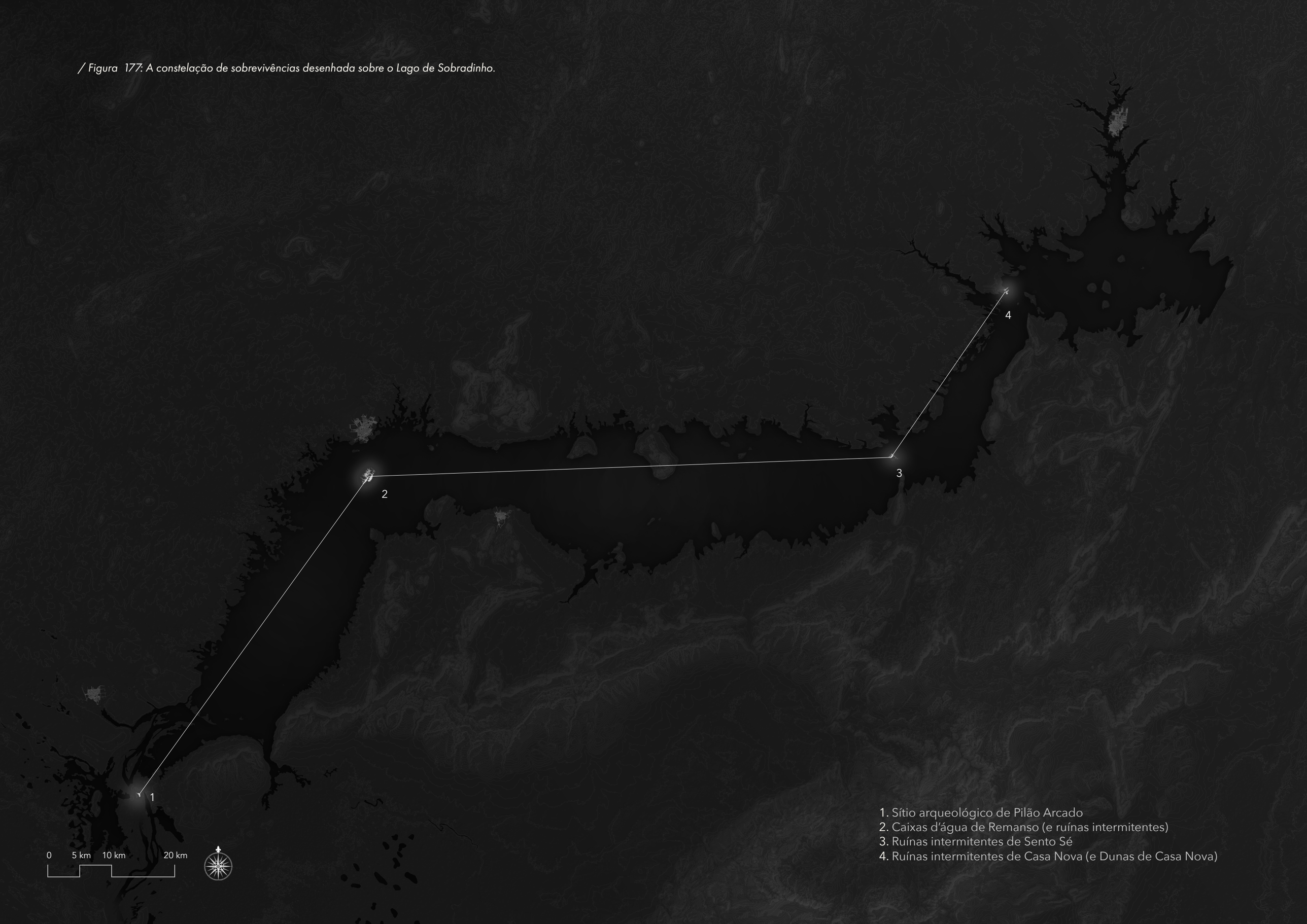
do sol, da seca e das lembranças que continuam a percorrer essas ruínas, conectando fragmentos separados no espaço e no tempo. São esses atravessamentos – naturais, históricos e sensíveis – que desenham, sobre o território do médio São Francisco, a figura descontínua de uma constelação de sobrevivências; uma imagem que parece ecoar a pergunta de Didi-Huberman: "Ainda que beirando o chão, ainda que emitindo uma luz bem fraca, ainda que se deslocando lentamente, não desenham os vaga-lumes, rigorosamente falando, uma tal constelação?" (2011, p. 60-61).

De acordo com Benjamin, o conceito de constelação reside na ligação entre os elementos dispersos – as "estrelas" – que, ao serem relacionados entre si, passam a compor uma figura dotada de sentido (Jacques; Velloso, 2023). Essa relação não depende apenas da proximidade entre os pontos, mas das tensões que se estabelecem entre eles. Cada estrela – ou, aqui, cada lampejo de sobrevivência das cidades inundadas – delimita um extremo de linha que a liga a outra estrela situada em outro ponto singular.

No caso das ruínas dos reservatórios, essas linhas correspondem aos próprios caminhos que continuam a atravessá-las. Assim como as estrelas se conectam por traçados invisíveis no céu, as ruínas se articulam por percursos materiais e temporais que atravessam o território, ligando igrejas expostas, estradas interrompidas, torres d'água isoladas e cidades parcialmente submersas. Forma-se, assim, uma figura desprovida de centro, capaz de reunir fragmentos descontínuos separados pelos intervalos que os distanciam.

São, nesse sentido, "constelações ricas de Futuro" (Didi-Huberman, 2011, p. 62), pois nelas passados submersos voltam a irromper nas frestas e incompletudes das ruínas, reaparecendo no presente e abrindo novas possibilidades de reconhecimento. Nesses pontos de sobrevivência, memória, matéria e tempo permanecem em fricção, fazendo com que aquilo que parecia perdido continue a agir. Essa persistência não se deve apenas à matéria que resiste, mas também aos processos que continuam a atravessá-la. Tal como nas ruínas dispersas do reservatório, não é apenas a matéria que permanece, é o caminho que continua a atravessá-la.

/ Figura 177: A constelação de sobrevivências desenhada sobre o Lago de Sobradinho.



1. Sítio arqueológico de Pilão Arcado
2. Caixas d'água de Remanso (e ruínas intermitentes)
3. Ruínas intermitentes de Sento Sé
4. Ruínas intermitentes de Casa Nova (e Dunas de Casa Nova)

/ Figura 178: A constelação de sobrevivências desenhada sobre o Lago de Itaparica.

1. Caixa d'água da antiga cidade de Rodelas
2. Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos)
2. Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI)
3. Igreja do Sagrado Coração de Jesus
4. Estrada, ainda pavimentada, que ia até a Antiga Petrolândia



/ Figura 179: A constelação de sobrevivências que se configura sobre os lagos de Sobradinho e Itaparica.



Aparição III: a territorialização do retorno

— Zaratustra, para os que pensam como nós, todas as coisas bailam; vão, dão-se as mãos, riem, fogem…e retornam.
Tudo vai, tudo torna; a roda da existência gira eternamente.
Tudo morre, tudo torna a florescer; eternamente fluem as estações da existência.
Tudo se destrói, tudo se reconstrói; eternamente se edifica a mesma casa da existência. Tudo se separa, tudo se saúda outra vez; o anel da existência conserva-se eternamente fiel a si mesmo.
A existência principia a cada instante; em torno de cada "aqui" gira a esfera do "acolá".
O Centro está em toda parte. O caminho da eternidade torna sobre si mesmo.
(Nietzsche, 2014, p. 285).

Ela quer, em vez disso, atravessar até o inverso [...], quer o eterno curso circular –: as mesmas coisas, a mesma lógica e ilógica do encadeamento. (Nietzsche, 2014, p. 402-403, destaques da autora).

O epílogo deste capitulo delineou o anverso da moeda: a cidade reduzida à sua efígie – não porque a matéria tenha desaparecido por completo, mas porque perdeu o reverso que lhe garantia permanência. Restos retornam, memórias insistem, imagens reaparecem; a cidade já não se sustenta como forma, apenas como sobrevivência entre o que resta e o que é lembrado. Esta última aparição faz a moeda girar e atravessa agora o seu inverso. Aqui, o retorno deixa de ser lembrança ou vestígio e passa a agir como movimento que continua a cruzar o território: uma recomposição lenta do território que desloca ruínas, usos e coordenadas entre água, terra e céu. Como na roda descrita por Zaratustra, em que tudo vai e tudo torna, a perda não se encerra no fundo do reservatório; ela reaparece sob outras formas, convertendo o retorno em paisagem.

Tal como nas ruínas dispersas do reservatório, não é apenas a matéria que permanece – é o caminho que continua a atravessá-las, fazendo do território o lugar do retorno.

Esse caminho não se encerra na ruína. Ele se alonga, muda de escala e passa a inscrever-se na paisagem. O retorno deixa então de ser a presença fixa de um marco e assume a forma de uma transformação lenta do território, como se a cidade desaparecida continuasse a agir, não mais como forma reconhecível, mas como chão deslocado, base de novos usos. Onde antes havia ruas, a areia se move; onde antes havia quarteirões, abre-se uma praia. E ali, onde a cidade podia ser reencontrada em perfis e paredes, ela reaparece agora nos gestos de quem volta à margem do lago, caminha sobre o que foi o chão urbano e refaz, à beira d'água, o encontro com o "mar" prometido ao sertão.

É dessa passagem – do vestígio ao uso, do resto ao lugar – que se abre a terceira aparição: a territorialização do retorno.

Mas essa reterritorialização não se limita ao que permanece inscrito no chão ou nas práticas que se desenrolam sobre ele. Em alguns casos, ela também se produz como deslocamento de coordenadas. A memória deixa de procurar apenas o que restou da cidade e passa a orientar-se por outros pontos – mirantes, dunas, equipamentos e nomes – que reconfiguram o modo de habitar o Vale.

Nesse desvio, a paisagem se orienta pelo céu.

Entre as sete cidades atingidas pelas barragens, Itacuruba é a única em que a sobrevivência não permaneceu inscrita no território, mas deslocou-se para o céu: um asteroide. A alguns quilômetros da nova cidade de Itacuruba, no intervalo entre o lugar onde hoje se encontra o novo núcleo urbano e o sítio da antiga cidade submersa, foram instalados dois equipamentos de observação do céu: o Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos) – obra incompleta que conforma uma espécie de mirante voltado para uma grande extensão do Rio São Francisco –; e o Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI), equipado com um telescópio robótico destinado a rastrear e monitorar asteroides de órbitas próximas à Terra.



/ Figura 180: Observatório do CEA (Centro de Estudos Astronômicos)



/ Figura 181: Vista do local onde costumava ser a antiga Itacuruba, do Observatório do CEA

Itacuruba foi escolhida como sede de tais equipamentos astronômicos devido às condições excepcionais de observação do céu na região: baixos índices pluviométricos e a reduzida interferência luminosa das cidades vizinhas, que não ultrapassam trinta mil habitantes. Na escuridão do sertão, o OASI, integrante do projeto IMPACTON (Iniciativa de Mapeamento e Pesquisa de Asteroides nas Cercanias da Terra no Observatório Nacional), deu início a sua operacionalização em 2011. Em 13 de abril de 2017, por sua vez, foi anunciado que o asteroide do cinturão principal 10468, descoberto em 1981 – por coincidência, ano de concepção do novo plano urbano de Itacuruba –, passaria a chamar-se "Itacuruba", em homenagem a própria cidade.



/ Figura 182: Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (OASI).

Dessa forma, mesmo que a cidade nova deixe de existir, como ocorreu com sua antiga sede –, o asteroide Itacuruba poderá continuar vagando pelo espaço, remetendo simbolicamente tanto à cidade antiga quanto à cidade nova que herdou o seu nome. Tendo em vista que a ideia de *sobrevivência* costuma indicar aquilo que atravessa o tempo e persiste de um período a outro, aqui ela se projeta para além do presente: em vez de apenas conservar o passado no interior do agora, esse corpo celeste inscreve a memória da cidade em um tempo ainda por vir. O observatório, portanto, proporciona a visibilidade de dimensões e corpos ainda pouco explorados – um "futuro" latente – pelos quais lampejos e relâmpagos sobreviventes de um "outrora" e do "agora" das cidades de Itacuruba ainda podem atravessar. Saturadas de imagens mnésicas e "constelações ricas de Futuro" (Didi-Huberman, 2011, p. 62), a cidade antiga e a nova de Itacuruba tornam-se capazes de sobreviver em outras materialidades, mesmo que essas sejam asteroides longínquos e errantes.

O percurso, entretanto, não permanece no céu. Depois de elevar o olhar, ele retorna à terra. De volta ao território, nas chamadas Dunas do Velho Chico – colinas de areia móvel que formam uma praia de água doce às margens do reservatório de Sobradinho, sobre o antigo sítio da cidade de Casa Nova (Brasil, 2020) –, o percurso volta ao ponto de partida: à Cidade-Cristal. Esse retorno, porém, se dá por outra matéria. Ali, a antiga Casa Nova não reaparece como ruína: reaparece como recobrimento[301]. Não é o sal que cristaliza suas superfícies, como em Epecuén, mas uma chuva miúda de grãos claros, areia em movimento, que se deposita sobre o que um dia foi chão urbano. O sal, por sua vez, resguarda-se no imenso mar artificial que se estende ao redor – o reservatório que, ao prometer água, rebatiza o lugar e lhe confere uma nova paisagem: dunas de Casa Nova.

Ao contrário do cristal, a areia não preserva as formas: encobre. O que ela guarda não é a legibilidade nem a memória visível da cidade, mas sua desaparição contínua. A duna mais alta, dizem[302], cresce sobre a antiga torre d'água de Casa Nova – como se o novo relevo se acumulasse exatamente onde antes havia um recipiente, um ponto de sustentação. Sobre esse fundo soterrado, estabelece-se hoje uma pequena vila turística à beira d'água que, à semelhança da antiga vila de Epecuén, erguida às margens de um lago salgado, também transforma a margem de um lago em litoral; aqui, porém, trata-se do mar de água doce, que converte a paisagem em um litoral improvável no coração do sertão. Nesse trecho do território, a paisagem atual se apoia sobre a cidade submersa, e o sertão, enfim, parece tocar o mar de água doce que hoje ocupa o antigo leito do rio.

301 Em períodos de estiagem extrema, como discutido no primeiro subcapítulo desta Fratura, vestígios da antiga cidade de Casa Nova podem voltar a aparecer temporariamente, revelando aparições intermitentes do antigo núcleo urbano**.** Neste ponto da análise, contudo, privilegia-se a configuração paisagística predominante do local, na qual a cidade permanece majoritariamente recoberta pelas dunas formadas às margens do reservatório.

302 Na visita *in loco* realizada em 2024 pela autora.



/ Figura 183: Dunas do Velho Chico.



/ Figura 184.



/ Figura 185.



/ Figura 186.

Dunas do Velho Chico

Mas que o leitor não se engane. Esse mar profético sustenta-se sobre um equilíbrio sempre provisório. A mesma praia pode voltar a secar de novo; as dunas podem ser sopradas pra longe; a mesma lâmina que hoje sustenta a paisagem pode recuar e devolver o fundo, trazendo consigo as fundações, as ruas, os nomes e as lápides que o mar e a areia agora encobrem.

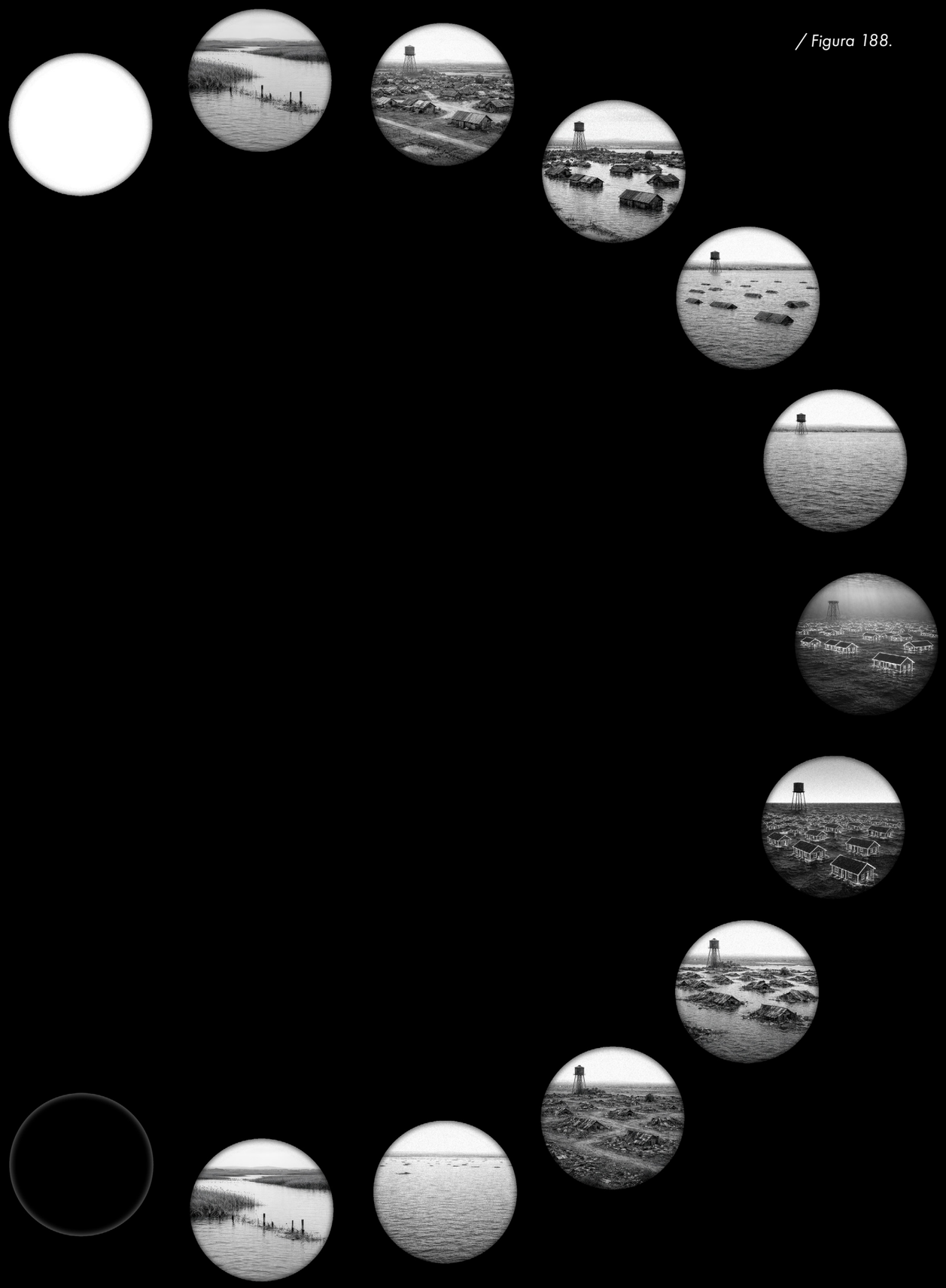
É como se o antigo cristal da cidade, um dia submerso – sedimentado ao longo do tempo e depois submerso pelas águas do reservatório – retornasse agora reduzido a grãos. Aquilo que um dia se apresentou como forma contínua reaparece disperso na paisagem: fragmentos móveis de uma cidade que já não pode recompor-se, mas que também nunca desaparece por completo, como na "eterna ampulheta da existência", que "será sempre virada outra vez – e tu com ela, poeirinha da poeira!" (Nietzsche, 1987, p. 164-165).

Entre essa poeira da terra e a poeira do tempo, também o céu guarda seu fragmento: o asteroide que leva o nome de Itacuruba continua a vagar acima do São Francisco, como se a cidade – reduzida a grãos na paisagem e a poeira na memória – persistisse também em pedra no espaço. Pode continuar sua órbita silenciosa por eras, pode nunca tocar o chão; mas a simples possibilidade de sua queda lembra que o futuro também pode ruir – e que o sertão, um dia transformado em mar, ainda pode voltar a arder de vez.

Nessa insistência de um passado que continua a arder sob a superfície, a fratura atravessa esta dissertação, não como evento encerrado no que foi, mas como movimento que continua a retornar sobre o presente. Primeiro como fratura ambiental, quando o barramento dilatou o rio em lago e transformou a antiga paisagem em distância, fazendo com que o pulso cíclico entre rio, terra e homem se desfizesse e retornasse no presente como uma água estagnada que já não sustenta a vida, mas passa a consumi-la. Depois como fratura social, quando a promessa estatal de progresso se refratou no trauma do deslocamento e reapareceu como tempo suspenso, instaurando uma espera prolongada que impede o refazer da vida. Em seguida como fratura material, quando as cidades cristalinas foram destruídas e reconstruídas com os próprios restos, fazendo com que o passado submerso persistisse na matéria das novas formas urbanas. E, por fim, como fratura memorial, quando aquilo que não pôde ser elaborado retorna inscrito na paisagem – nas ruínas que emergem, nas dunas que recobrem e nos fragmentos que insistem em reaparecer.

Ao final, o que retorna não é a cidade intacta, mas o rastro de sua perda. As cidades podem desaparecer sob a água, sob a areia, sob o tempo**,** ou ceder em fissuras que rasgam o chão**,** mas seus fragmentos continuam a retornar, como matéria e memória dispersas que se recompõem em ciclos, fazendo com que o passado nunca termine de passar.

/ Figura 187: O sertão que virou mar das Dunas do Velho Chico



/ Figura 188.

Travessias

> O senhor vá pondo seu perceber. A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros… Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (Rosa, 2001, p. 64).

Entre a cristalização (Cidade-Cristal) e o colapso (Cristal-Cidade) desenrola-se o percurso desta investigação. Em certos momentos, a transformação fixa-se na matéria, como um cristal que aprisiona passado e presente em uma mesma forma. Em outros, irrompe como ruptura, quando o suporte invisível que sustentava o território desaparece e a superfície começa a rachar. Entre o cristal que preserva e a fissura que o atravessa abre-se o campo de observação desta dissertação: uma paisagem em que cristalização e ruptura coexistem, fazendo com que diferentes tempos se comprimam em uma mesma formação territorial.

A investigação parte da foz do rio São Francisco, onde o vilarejo de Cabeço pouco a pouco colapsou sob a invasão das águas salgadas após a alteração do regime do rio. Ali, seu desaparecimento ecoa processos desencadeados muito antes rio acima. Ao reter sedimentos e regular artificialmente sua vazão, as barragens implantadas ao longo do Velho Chico, sobretudo Xingó, fragilizaram o limiar entre o rio e o mar. Nesse extremo do sistema hidráulico, concentram-se os efeitos acumulados de intervenções realizadas ao longo de toda a bacia.

Diante desse ponto de partida, o olhar volta-se para o farol que ainda marca o início e o fim da cidade, e, de certo modo, também o percurso desta própria investigação. Hoje apagado, esse farol já não projeta sua própria luz sobre a paisagem, mas permanece como marca de uma força que, ao pretender ordenar o território e seus fluxos, acabou também por desfazê-lo. A escuridão que o envolve torna visível esse apagamento, enquanto sua matéria erguida cristaliza o vestígio de uma transformação que atravessou todo o Vale.

Tomado como ponto de observação, esse marco já não indica um caminho preciso; antes, convida o olhar a elevar-se, como se fosse possível assumir a posição do próprio farol e enxergar além da superfície imediata da foz. Sob essa perspectiva, o Vale pode então ser percorrido em sentido inverso ao fluxo das águas, reconstituindo, rio acima, os processos que transformaram o território.

Nesse movimento retrospectivo, ao voltar-se para trás no espaço, o olhar recua também no tempo, alcançando o momento em que o pulso do rio ritmava a vida e modelava o território do Vale. Aquilo que hoje parece uma sucessão dispersa de lugares revela-se, nesse retorno, como um mesmo tecido articulado pela continuidade do Velho Chico. Nesse arranjo histórico, o rio não apenas atravessava o sertão: ele o moldava, ao mesmo tempo em que era continuamente reconfigurado pelas formas de vida que dele dependiam. É essa trama histórica relativamente estável de relações entre rio, paisagem e sociedade que aqui se denomina Cristal Perfeito, forma histórica através da qual se organizava o território.

Com a construção das barragens, entretanto, essa trama territorial se rompe. Se a elevação do olhar proporcionada pelo farol permitiu percorrer o Vale rio acima e, nesse movimento, recuar no tempo até o pulso que organizava sua vida territorial, ela possibilita agora deter-se novamente na paisagem presente. Ao converter o rio em infraestrutura energética, o represamento das águas desarticula as relações que estruturavam a região, deslocando cidades, reorganizando práticas sociais e transformando a própria relação entre rio, território e vida ribeirinha. A partir daí, a formação do Vale passa a ser atravessada por rupturas que rasgam a superfície aparentemente contínua do território e tornam visíveis camadas que permaneciam comprimidas em sua própria formação histórica. É nesse processo que o cristal se fratura, instaurando aquilo que aqui se denomina Presente Fraturado.

O contraste entre o Cristal Perfeito e o Presente Fraturado não corresponde a uma sucessão histórica em que um regime territorial simplesmente substitui o outro. Ao contrário, a ruptura produzida pelas barragens faz com que o regime anterior continue inscrito no interior do novo – nas formas da paisagem, nas ecologias alteradas do rio, nas cidades submersas e nas memórias das populações deslocadas. O território do Vale do São Francisco revela-se, portanto, como um cristal histórico fraturado no qual diferentes tempos de relação entre rio, vida e território permanecem gravados na paisagem.

As fraturas analisadas ao longo desta investigação não se manifestam apenas como rupturas abstratas na organização do território. Elas tornam-se visíveis na própria matéria da paisagem. Na água, no sal, na pedra e na luz – elementos que atravessam diferentes momentos desta dissertação – é possível perceber a permanência do antigo cristal. Na água repre-

sada dos reservatórios, o antigo pulso do rio ainda reverbera; no sal que se cristaliza na experiência do desterro, o trauma permanece depositado no corpo social; na pedra das cidades submersas, a duração histórica da vida urbana persiste sob as águas e se reinscreve nas cidades erguidas sobre o território deslocado; e, na luz intermitente das memórias que retornam, o passado volta a cintilar na paisagem. É guiado por essas matérias que as diferentes faces desse cristal fraturado se tornam visíveis.

Água – Fratura Ambiental

Na fratura ambiental, o Cristal Perfeito corresponde ao regime vivo do rio São Francisco, cujo pulso de cheias e vazantes articulava ecossistemas, práticas agrícolas e formas de vida ribeirinhas em um mesmo movimento. A construção das barragens rompe esse fluxo e converte o rio em uma sequência de reservatórios artificiais nos quais a água já não corre, mas se acumula. Contudo, o antigo rio não desaparece; seu movimento permanece aprisionado dentro desse novo sistema hidráulico, como uma memória ecológica do território. No interior dos lagos formados pelas barragens, vastas áreas do Vale permanecem submersas. Árvores, solos, cidades e vestígios das formas de vida entram em decomposição, alimentando cadeias ecológicas necrofágicas nas quais peixes se nutrem da matéria morta acumulada no fundo dos reservatórios e sustentam, por sua vez, novas economias de sobrevivência nas margens. Forma-se, assim, uma paisagem ecológica invertida, na qual o antigo rio vivo continua a pulsar dentro de um metabolismo territorial movido pela morte produzida por seu represamento. Nesse regime, o ciclo das águas não desaparece; ele persiste sob outra lógica, na qual o pulso do rio foi capturado e regulado pelo sistema hidráulico que o interrompeu, sobrevivendo como um ritmo residual lentamente digerido no interior dos reservatórios. Assim, a fratura ambiental revela o ciclo das águas: um pulso que não desaparece com o represamento, mas persiste como ritmo capturado pela infraestrutura que passou a governá-lo.

Sal – Fratura Social

Na fratura social, o Cristal Perfeito manifesta-se nas formas de vida que historicamente se organizaram nas margens do rio, onde trabalho, território e pertencimento compunham um tecido social sedimentado ao longo de gerações. Esse regime não desaparece com a inundação das cidades e o deslocamento compulsório das populações ribeirinhas; ele permanece inscrito no presente fraturado como um cristal de sal endurecido – tal qual na vila de Epecuén – pela experiência do desterro. A promessa desenvolvimentista da "luz do progresso", projetada pelo Estado e pela engenharia, incide sobre esse corpo social como um feixe que se refrata ao atravessar uma matéria saturada de perdas. O resultado é uma paisagem social na qual o trauma coletivo se cristaliza: nas memórias de uma terra submersa, nas portas que se fecham ou permanecem ausentes diante das promessas institucionais e nas estratégias de sobrevivência que emergem nas margens do Estado. O antigo regime de vida ribeirinha permanece, assim, ativo no interior desse novo arranjo social, não como continuidade intacta, mas como um cristal endurecido que refrata o presente, fazendo com que a luz abstrata do progresso se decomponha ao atravessar a densidade histórica das comunidades históricas. Assim, a fratura social revela o ciclo do desterro, no qual o deslocamento das populações não se encerra com a inundação das cidades, mas continua a atravessar o tempo longo da vida social no Vale.

Pedra – Fratura Material

Na fratura material, o Cristal Perfeito corresponde às cidades ribeirinhas formadas lentamente pela sedimentação das relações entre rio, economia e território. Nessas cidades, o espaço urbano emergia da duração: ruas, casas, mercados, igrejas e praças eram decantadas por práticas sociais que inscreviam o tempo diretamente no chão. A inundação rompe esse processo e substitui a cidade orgânica por cidades planejadas nas pranchetas da arquitetura e da engenharia. Contudo, a nova cidade não substitui plenamente a antiga; ela passa a conter seus vestígios. Materiais retirados das antigas sedes (pedras, madeiras e elementos construtivos reaproveitados durante a demolição) voltam a aparecer nas cidades planejadas, enquanto as antigas sedes permanecem submersas sob os reservatórios, preservadas como uma espécie de negativo urbano no fundo das águas. Entre a matéria deslocada que reaparece nas novas cidades e as estruturas que permanecem submersas estabelece-se uma tensão permanente, na qual o presente urbano se sustenta sobre um passado que não desapareceu, mas permanece inscrito na matéria da paisagem. O cristal da cidade histórica continua, portanto, contido no interior do presente fraturado do urbanismo técnico. Assim, a fratura material revela o ciclo da matéria urbana, que atravessa a destruição das antigas cidades para reaparecer nas formas construídas do presente.

Luz – Fratura Memorial

Na fratura memorial, o Cristal Perfeito manifesta-se na persistência luminosa das cidades desaparecidas na memória coletiva das populações deslocadas. Essa memória não permanece apenas como lembrança; ela continua a atravessar o presente como uma luz intermitente. Quando o nível do reservatório baixa, ruínas de igrejas, torres d´água, fundações e ruas reaparecem na superfície, produzindo diferentes formas de retorno. Essas aparições podem ser intermitentes, persistentes ou territorializadas, mas todas funcionam como lampejos que fazem o passado voltar a arder no interior do presente. Como os "vaga-lumes" de Didi-Huberman, esses brilhos não iluminam continuamente a paisagem; cintilam em intervalos, revelando fragmentos de um mundo que insiste em não desaparecer. Assim, o presente fraturado do Vale torna-se um campo de incandescências: ruínas que emergem, narrativas que retornam e memórias que continuam a cintilar na superfície da paisagem. Nesse regime temporal, o passado não é um tempo concluído, mas uma matéria luminosa que permanece ativa dentro do presente, fazendo com que a paisagem funcione como um cristal onde diferentes tempos continuam a refletir-se mutuamente. Assim, a fratura memorial revela o ciclo do retorno, no qual o passado reaparece em lampejos que continuam a atravessar o presente da paisagem.

Observadas em conjunto, essas fraturas revelam que o cristal territorial do Vale do São Francisco não se recompõe após a ruptura; ele permanece atravessado por ciclos que continuam a agir no interior da paisagem, mantendo em movimento os ritmos históricos que estruturaram o Vale. São essas fraturas que tornam tais ciclos perceptíveis, expondo na paisagem as forças em atividade no interior do presente fraturado. Água, sal, pedra e luz tornam esses ciclos perceptíveis, funcionando como as matérias por meio das quais as marcas do antigo regime territorial continuam a atuar no presente.

Ao seguir essas matérias, torna-se possível percorrer o território por meio de percursos interpretativos que atravessam as diferentes faces e fraturas desse cristal fraturado. A esses percursos dá-se aqui o nome de travessias. Em cada uma delas, uma dessas matérias – água, sal, pedra ou luz – funciona como fio condutor para acompanhar um dos modos pelos quais o antigo cristal continua a atuar no interior do presente fraturado, fazendo aparecer na água o fluxo, no sal a cristalização, na pedra a fissura e na luz o clarão.

Outras travessias seriam igualmente possíveis e continuam a formar-se à medida que novos olhares percorrem e reconhecem o território; as aqui expostas correspondem apenas a alguns dos percursos que este trabalho permite delinear. Como nas aberturas dos capítulos desta dissertação, cada travessia inicia-se com uma imagem-cristal – um ponto em que diferentes tempos e regimes do território coexistem em uma mesma figura. A partir dessa imagem, desdobram-se processos que atravessam toda a extensão do Vale, e também para além dele. É por uma dessas imagens que se inicia a primeira travessia.

Fluxo – Travessia I

> Essa travessia, nesta Dissertação, faz alusão ao atravessamento das seguintes partes: Canudos (Introdução da Fratura Ambiental – 1); 1.1.1 Afluente I: o pulso do rio; 1.2.1 Poço I: o rio acorrentado; Introdução – desaparecimento de Cabeço.

A imagem inaugural dessa travessia é Canudos, onde a água aparece como força ambígua, ao mesmo tempo promessa de vida e instrumento de aniquilamento – condensando em um único ponto o sertão ancestral, o "mar" de sangue da guerra que destruiu o arraial e o "mar" posterior da engenharia. Seguindo o próprio curso do São Francisco, a travessia acompanha o movimento dessas águas ao longo do Vale – no espaço que percorrem e no tempo que atravessam –, passando pelo momento em que o rio estruturava ecossistemas e formas de vida ribeirinhas (1.1.1) e por aquele em que seu fluxo foi capturado pela infraestrutura hidráulica (1.2.1).

Ao percorrer esse trajeto, do sertão até a foz, torna-se possível perceber como as transformações impostas ao rio se acumulam ao longo de todo o seu curso. Em Cabeço, na foz, esse processo encontra seu desfecho: ao reter sedimentos e enfraquecer a vazão, o sistema hidráulico abriu caminho para a invasão do mar. Ali, a frase anunciada em Canudos: "o sertão vai virar mar" deixa de existir apenas como profecia ou metáfora da destruição e passa a inscrever-se na própria paisagem. Aquilo que surgira primeiro como imagem de salvação torna-se, no extremo do rio, a paisagem do colapso.

Cristalização – Travessia II

> Essa travessia, nesta Dissertação, faz alusão ao atravessamento das seguintes partes: Rua de Baixo – Gilus (Introdução da Fratura Social – 2); 2.2.3 Refração III: a sombra que permanece; 5.1.1 Vaga-lume: o fulgor do trauma; 5.2.3 Aparição III: territorialização do retorno.

A imagem inaugural dessa travessia é a Rua de Baixo, espaço em que o trabalho dos Gilus revela a permanência de formas de vida enraizadas nas margens do rio – como na raspagem do sal que durante séculos se depositava na terra das margens do São Francisco, matéria que conectava trabalho, território e vida social – e expõe os desdobramentos do desterro. Ali se tornam visíveis diferentes manifestações dessa ruptura: da depressão coletiva que atravessou Itacuruba – um sal que parece cristalizar-se por dentro e escorrer como lágrima –, às tentativas posteriores de reinscrever a região em novos projetos de poder, como a proposta de instalação de uma usina nuclear.

A travessia acompanha esse percurso ao longo do tempo social do Vale. Ela passa pelo momento em que o trauma do deslocamento se deposita como uma "grande pedra" salina de silêncio e omissão no corpo social (2.2.3), reaparece como lampejo na memória coletiva (5.1.1) e, por fim, volta a manifestar-se na própria paisagem (5.2.3).

Fragmentos dessa matéria permanecem latentes, prontos a reaparecer quando certas condições do tempo e da paisagem se combinam. Às vezes retornam como lampejos, tal como os vaga-lumes que cintilam sobre as ruínas das cidades submersas. Em outras ocasiões, voltam a depositar-se no chão da paisagem, reaparecendo como práticas de sobrevivência e economias informais que se organizam nas fissuras do Estado; os modos precários e insurgentes de continuar a habitar um território que já não lhes pertence plenamente.

Em certos casos, porém, esse movimento desloca-se ainda mais longe: como no asteroide que leva o nome de Itacuruba, fragmento lançado ao céu que devolve ao firmamento o vestígio de uma cidade desaparecida da terra. É como se o sal – matéria que outrora unia a cidade pelo trabalho nas margens do rio e pela dor do desterro – reaparecesse ali como fragmento celeste, memória mineralizada da cidade perdida. Entre o sal que se deposita na terra e o fragmento que permanece inscrito na abóboda do céu, Itacuruba continua a reaparecer, não mais como cidade intacta, mas como rastro persistente de sua perda, cristalizado nas memórias, nas práticas de sobrevivência e nas formas de vida que continuam a reconfigurar o território do São Francisco.

Fissura – Travessia III

> Essa travessia, nesta Dissertação, faz alusão ao atravessamento das seguintes partes: Epílogo – Cristal-Cidade; 3.1.1 Trama I: a duração no chão; 3.2.2 Grade II: a projeção no espelho; Prólogo – Cidade-Cristal.

A imagem inaugural dessa travessia encontra-se no epílogo. Em Maceió, o sal que durante milênios permaneceu apoiado nas profundezas do solo passou a ser dissolvido pela água injetada para extraí-lo. À medida que essa matéria subterrânea era removida, um vazio crescente se formava no interior da terra. Quando esse vazio atingiu um limite crítico, o processo se inverteu: aquilo que havia sido retirado do fundo começou a romper a superfície. Ruas rasgaram-se, casas inclinaram-se e bairros inteiros tornaram-se inabitáveis. A cidade fraturou-se quando o suporte que a sustentava desapareceu.

Essa imagem permite reconhecer um processo semelhante inscrito no Vale do São Francisco (3.1.1). Nas antigas cidades ribeirinhas, o suporte da vida urbana era a própria duração sedimentada no solo. Durante gerações, ruas, casas e igrejas cristalizaram camadas desse lento processo de deposição, fazendo do espaço urbano um estrato de tempo inscrito no chão do vale. Com a construção das barragens, esse suporte começou a se desfazer. Na iminência da inundação, as antigas sedes foram rompidas e estilhaçadas: casas quebradas, edifícios derrubados e materiais retirados para reaparecer nas novas cidades erguidas após o deslocamento (3.2.2). Enquanto fragmentos da antiga matéria urbana eram removidos, o território que sustentava essas cidades era progressivamente tomado pelas águas. O lago que hoje cobre o vale corresponde, assim, ao vazio instaurado por esse desaparecimento. Onde antes o território sustentava a duração da vida urbana,

abriu-se uma vasta superfície de água.

É nesse ponto que a imagem de Epecuén retorna. Após décadas submersa, a cidade reapareceu quando as águas recuaram, recoberta por uma crosta de sal. O mineral cristalizou na superfície aquilo que havia sido lançado ao fundo. De modo semelhante, nas cidades do Vale do São Francisco fragmentos da matéria arrancada das antigas sedes permanecem fixos nas novas cidades erguidas após o deslocamento. Pedras, madeiras e elementos construtivos retirados antes da inundação reaparecem nas cidades planejadas como restos de um território lançado ao fundo do lago.

Em Epecuén, o sal emerge como crosta mineral que fixa a cidade à superfície; em Maceió, retorna sob outra forma: não mais como cristal, mas como lágrima – e, ao perder o chão, como inscrição. Entre o subsolo escavado de Maceió, o lago que cobre as cidades do São Francisco e as ruínas salinizadas de Epecuén, torna-se visível um mesmo movimento: a ruptura do suporte material que sustentava a cidade e o deslocamento daquilo que nela persiste para outras superfícies.

Clarão – Travessia IV

> Essa travessia, nesta Dissertação, faz alusão ao atravessamento das seguintes partes: Pilão Arcado (Introdução da Fratura Material – 3); 5.2.1 Aparição I: intermitência do retorno; 5.2.2 Aparição II: persistência do retorno.

A imagem inaugural dessa travessia é Pilão Arcado Velha: ruína que permanece exposta no interior do reservatório, tornando visível aquilo que o lago lançou ao fundo do leito do rio. Entre as águas que submergiram as cidades e a terra que ainda sustenta suas ruínas, Pilão Arcado surge como um ponto em que o passado permanece iluminado na paisagem. Mais do que um vestígio material, Pilão Arcado constitui uma figura em que matéria e memória se tornam indissociáveis: a cidade retorna como corpo arruinado, mas também como lugar a partir do qual o passado volta a emitir sinais na paisagem, como se dali partisse um primeiro foco de luz que torna perceptíveis os vestígios dispersos do território.

A travessia acompanha essas aparições ao longo do reservatório. Em muitos pontos do percurso do rio, o passado retorna de forma intermitente (5.2.1): ruínas emergem quando o nível das águas baixa e voltam a desaparecer quando o lago sobe novamente, produzindo breves clarões na superfície do reservatório. Em outros casos, porém, certas estruturas deixam de depender dessas variações e passam a sustentar-se como presenças luminosas mais duradouras na paisagem do lago (5.2.2). É nesse segundo regime que Pilão Arcado se inscreve: uma ruína persistente, que permanece visível sobre o mesmo chão onde foi erguida, cercada pelas águas que afogavam as demais cidades. Ao permanecer inteira sobre o território, a cidade passa a reunir em seu interior vestígios que, no restante do Vale, aparecem dispersos: igrejas, torreões, fundações, caminhos e fragmentos urbanos articulam-se como camadas de uma mesma paisagem arruinada. Nesse sentido, Pilão Arcado funciona como uma constelação local de ruínas do São Francisco, onde fragmentos separados pelo represamento permanecem reunidos sobre o mesmo chão.

Ao mesmo tempo, essa cidade-ilha se conecta às outras sobrevivências dispersas no reservatório. As ruínas que emergem nas secas e os fragmentos que persistem nas margens passam a formar uma rede de sinais distribuídos pelo território. Assim, Pilão Arcado funciona simultaneamente como lugar de coexistência dessas ruínas e ponto de ligação de uma constelação mais ampla de vestígios espalhados pelo território, na qual cada ruína funciona como um pequeno foco de luz no interior da paisagem inundada.

Assim, depois do fluxo do rio, da cristalização do desterro e da fissura aberta na matéria das cidades, o território do Vale do São Francisco torna-se atravessado por pontos luminosos de sobrevivência. Tal qual os "vaga-lumes" de Didi-Huberman, essas ruínas não iluminam continuamente a paisagem; cintilam em intervalos de reconhecimento, fazendo com que o passado continue a irromper no presente.

Na foz do São Francisco, onde o vilarejo de Cabeço desapareceu e o farol já não projeta sua luz sobre a paisagem, subsiste o vestígio de um território atravessado por essas mesmas travessias – um lugar onde o rio termina, mas onde sua história continua a reverberar. Sob a superfície aparentemente lisa do lago permanecem cidades, histórias e paisagens que não cessam de retornar, às vezes como ruína, às vezes como memória, às vezes como aparição.

Da sentinela apagada de Cabeço, o olhar desta investigação voltou-se rio acima, percorrendo o território em sentido inverso ao curso das águas. Nesse movimento, o passado do Vale

tornou-se novamente visível e permitiu reconhecer as forças que continuam a agir na paisagem, prolongando-se pelo território e, muitas vezes, para além de seus próprios limites. Vista dessa perspectiva, torna-se possível reconhecer as travessias que percorrem o fluxo do rio, conectando entre si diferentes tempos e lugares do território.

Enquanto as barragens abriram o cristal territorial do Vale, expondo as diferentes faces em que a ruptura se inscreve na paisagem, é nas matérias por meio das quais cada fratura se manifesta – água, sal, pedra e luz – que essas rupturas se tornam perceptíveis. É por meio delas que se revelam os ciclos pelos quais o antigo cristal do São Francisco continua a agir no interior do presente fraturado.[303] Ao seguir essas matérias, as travessias permitem percorrer essas faces do território e reconhecer os movimentos que ainda o atravessam. É nesse percurso que o "real" (Rosa, 2001, p. 65) começa a delinear-se, não como um ponto fixo da paisagem, mas como o campo de forças e de tempos que atravessa o território. Algumas dessas travessias são acompanhadas por estas páginas; outras permanecem ativas no território sem terem sido aqui percorridas; e outras ainda poderão emergir no porvir.

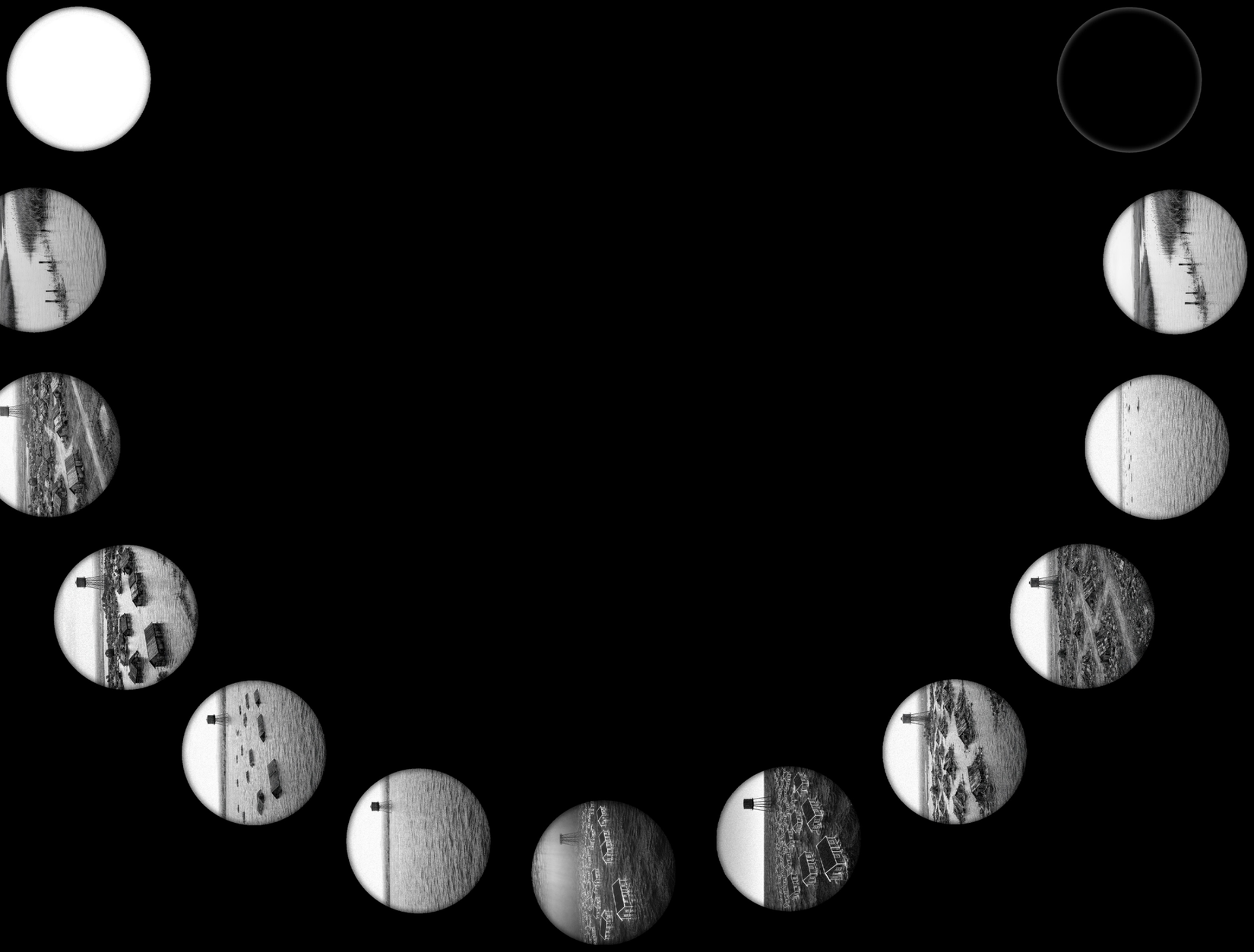
Ao tornar visíveis as fraturas inscritas por Sobradinho e Itaparica na paisagem do Vale do São Francisco, torna-se possível reconhecer essas barragens para além de sua condição de obras hidráulicas, compreendendo-as como infraestruturas territoriais que reorganizam, em diferentes escalas, o ambiente, o espaço urbano e as formas de vida locais. As cidades submersas, as sedes realocadas e as memórias que persistem no território revelam, assim, que grandes projetos regionais e nacionais não apenas reconfiguram sistemas energéticos e ambientais, mas deixam marcas duradouras na paisagem, na forma urbana e nos modos de habitar das populações que permanecem no vale. Essa leitura permite rever o alcance do progresso historicamente associado a esses empreendimentos, evidenciando, nos campos do Planejamento Urbano e Regional e da Arquitetura e Urbanismo, os impactos dessas infraestruturas na escala local, frequentemente subestimados ou mesmo desconsiderados.

Assim se revela um dos cristais do Rio São Francisco: uma formação histórica fraturada pelas macro-infraestruturas de Sobradinho e Itaparica, nos ciclos da matéria e da memória, em que diferentes tempos permanecem inscritos na paisagem e se refletem mutuamente nos atravessamentos do território.

303 Ao longo desta investigação, tais ciclos manifestam-se nas diferentes fraturas analisadas: o ciclo das águas, no qual o pulso do rio permanece ativo dentro do sistema hidráulico que o represou; o ciclo do desterro, através do qual o deslocamento das populações continua a atravessar o tempo longo da vida social sertaneja; o ciclo da matéria urbana, que conserva as cidades históricas submersas ou reinscritas nas cidades planejadas; e o ciclo do retorno, pelo qual ruínas e memórias reaparecem na superfície da paisagem em intervalos de visibilidade.



/ Figura 189: O farol de Cabeço.



Fontes Bibliográficas

Prólogo

/Bibliografia

BARBOSA, Amilcar Bettega. **Os lados do círculo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERGSON, Henri. A natureza do tempo. *In*: BERGSON, Henri. **Duração e simultaneidade**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. Tradução de Maria Adriana Camargo Cappello. São Paulo: Edipro, 2020.

BERGSON, Henri. Introdução à Metafísica. *In*: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. [1896]. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. São Paulo: Globo, 1998. v. 1. 707 p.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. [1966]. São Paulo: Editora 34, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Cinema I**: : a imagem-movimento. [1983]. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELEUZE, Gilles. **Cinema II**: a imagem-tempo. [1985]. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. O atual e o virtual. *In*: DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998. p. 121-124.

DELEUZE, Gilles. **Proust et les signes**. Paris: PUF, 1976.

HOTTOIS, Gilbert. ***Simondon et la philosophie de la "culture technique"***. Bruxelas: De Boeck Université, 1993. (Le Point philosophique).

ISHISAKI, Bruno Yukio Meireles. Cristais de tempo e atos composicionais. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 29., 2019, Pelotas. **Anais [...].** Pelotas: ANPPOM, 2019. v. 1, p. 1-9.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

MARQUES, Silene Torres. **Bergson e Deleuze**: sobre o estatuto do presente e do passado. 2018.

MONACHESI, Alejandra. Las inundaciones en el sudoeste de la provincia de Buenos Aires, Argentina: un problema de actores y estrategias. **Desastres y Sociedad**, n. 5, v. 3, 1995.

PROUST, Marcel. **Le temps retrouvé**. *In*: PROUST, Marcel. **À la recherche du temps perdu**. Paris: Gallimard, 1988. v. 3. (Bibliothèque de la Pléiade). p. 873. *apud* DELEUZE, Gilles. **Proust et les signes**. Paris: PUF, 1976. p. 74. (N. do R.T.).

REZENDE JR., José. **A cidade inexistente**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Tarsila Costa Conrado dos. **Cartografia das imagens cristalinas em Gilles Deleuze**: tendências e texturas. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SEDREZ, Lise Fernanda; MIRAGLIA, Marina. A cidade perdida para as águas: o caso da Vila Epecuén na província de Buenos Aires, Argentina. **Esboços**: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 35-51, 2013. DOI: 10.5007/2175-7976.2013v20n30p35. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2013v20n30p35. Acesso em: 24 jan. 2025.

SILVA, Maria Ester Martins. O tempo da consciência na filosofia bergsoniana: reflexões sobre a memória, o fluxo da vida interior e o ato de criação no pensar literário. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, 16., 2022, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCAR, 2022. v. 16, p. 97-106.

SIMONDON, Gilbert. **L'individuation psychique et collective**: à la lumière des notions de forme, information, potentiel et métaestabilité. Paris: Aubier, 1989.

TREVISAN, Ricardo. **Incorporação do ideário da Garden-City inglesa na urbanística moderna brasileira**: Águas de São Pedro. 2003. 262 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

/Sitografia

COUTINHO, Naná. A lenda de Epecuén e o mistério das águas salgadas. **Lá Vai Naná**, 27 jan. 2015. Disponível em: https://lavainana.com.br/a-lenda-de-epecuen-e-o--misterio-das-aguas-salgadas/. Acesso em: 6 jul. 2025.

ETCHEVERS, Pablo. La leyenda del lago Epecuén. **Welcome Argentina**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.welcomeargentina.com/carhue/leyenda-lago-epecuen.html. Acesso em: 6 jul. 2025.

LICITRA, Josefina. Cidade submersa: a história do balneário argentino que desapareceu tragado pelas águas. **Revista Piauí**, n. 103, abr. 2015. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/cidade-submersa/. Acesso em: 30 jan. 2025.

WEST, Stephen. Episode #126 - Gilles Deleuze pt. 2 – Immanence. **Philosophize This!**, 2018. Disponível em: https://www.philosophizethis.org/transcript/episode-126-transcript. Acesso em: 21 maio 2025.

Fontes Bibliográficas

Cabeço

/Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. 216 p.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Edusp, 2007.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; GALINDO, Magda Caldas; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (org.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento?**: impactos sociais da Barragem de Itaparica. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Desenvolvimento regional no Brasil. *In*: FURTADO, Celso *et al*. **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. p. 33-43.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Açúcar amargo**: a construção de engenhos na Bahia oitocentista. 1995. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Acesso em: 26 nov. 2024.

AZEVEDO, Maria Madalena Lacerda de. **Itaparica: o futuro de um povo**: a expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARBOSA, Humberto Alves; BURITI, Catarina de Oliveira. Flash Drought Intensification and Its Impacts on São Francisco River Flow in the Last Three Decades. **Water**, v. 16, n. 16, art. 2271, ago. 2024. DOI: 10.3390/w16162271. Disponível em: https://doi.org/10.3390/w16162271. Acesso em: 26 set. 2025.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BROSE, Markus Erwin. Do Tennessee ao Velho Chico: viagens de uma ideia. *In*: BROSE, Markus E. (org.). **TVA e instituições de desenvolvimento regional**: contribuições para a história das ideias. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015. p. 7-39.

BURGINSKI, Vanda Micheli. **O "novo" desenvolvimentismo da CEPAL**: contrarreforma do Estado, empregabilidade e redução de direitos no Século XXI. 2016. 336 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BURTON, Richard Francis. **Explorations of the Highlands of the Brazil**. London: Tinsley Brothers, 1869. 2 v.

BURTON, Richard Francis. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

CALICCHIO, Vera Lúcia; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Cronologia 1930/1945**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1976.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CARVALHO, Renata Maria Caminha Mendes de Oliveira. **Avaliação dos perímetros de irrigação na perspectiva da sustentabilidade da agricultura familiar no semiárido pernambucano**. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**: ensaio sobre o Nordeste, terra explosiva. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CERQUEIRA, Carlos Valeriano de. História da cultura da cana na Bahia. *In*: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 1., 1949, Salvador. **Anais [...].** v. 4. Salvador: Manu; Beneditina, 1950. p. 268-336.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. A CIBPU e a disputa pelo desenvolvimento regional: ideias, agentes e institucionalidades. *In*: FELDMAN, Sarah (org.). **Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2021. v. 1, p. 79-110.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Multiple-purpose River Valley development: a repercussão do ideário e das experiências de planejamento regional norte-americanos no Brasil. *In*: BROSE, Markus E. (org.). **TVA e instituições de desenvolvimento regional**: contribuições para a história das ideias. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015. p. 40-53.

COLTRO, Fábio Luiz Zanardi; BORINELLI, Benilson. ANTROPOCENO E CAPITALOCENO: novas perspectivas, velhos combates. *In*: COSTA, Rogério Santos da; BORINELLI, Benilson (org.). **Debates Interdisciplinares XI: desafios do Antropoceno**. São Paulo: Editora Uniesp, 2018. p. 157-175. DOI: 10.19177/978-85-8019-229-2.157-175.

COSTA, José Guedes da. Histórico do Reassentamento da População do Reservatório de Xingó. [S.l.], 7 fev. 1992. 72 p., XII anexos. Documento não publicado.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. A problemática para a água no mundo: desafios para a luta feminista. *In*: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (org.). **Mulheres, trabalho e justiça socioambiental**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. 41-50.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013. 506 p.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Tradução: Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ECO, Umberto. **Obra aberta**: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. Tradução de Giovanni Cutolo et al. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ENGERMAN, Stanley; SOKOLOFF, Kenneth. Factor endowments, inequality, and paths of development among New World Economies. **Economia**, v. 3, p. 41-109, 2002.

ENGERMAN, Stanley; SOKOLOFF, Kenneth. The factor endowments, institutions, and differential paths of growth among New World Economies. *In*: HARBER, Stephen (ed.). **How Latin America fell behind**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

FARIAS, Letícia das Chagas. **A questão regional do Nordeste para Celso Furtado**: da formação econômica à criação da Sudene. 2019. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. **Exílio**: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso Itacuruba. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

FILHO, José Alves de Siqueira (org.). **Flora das Caatingas do Rio São Francisco: História Natural e Conservação**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2012.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. 78 p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GRANDI, Guilherme; HUERTAS, Daniel. Dos primórdios à institucionalização do rodoviarismo no Brasil (1893-1945). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 184, n. 490, p. 17-54, jan./abr. 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1RL3SiEzTejsbHW0zp_wY1T-ekGZe5t-V/view. Acesso em: 30 abr. 2024.

HARAWAY, Donna Jeanne. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**: pesquisa, jornalismo e arte, Campinas, ano 3, n. 5, p. 139-146, abr. 2016. Disponível em: http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/donna-haraway-antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/. Acesso em: 7 mar. 2026.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JACQUES, Paola Berenstein. **Fantasmas modernos**: montagem de uma outra herança. v. 1. Salvador: EDUFBA, 2020. 423 p.

JACQUES, Paola; VELLOSO, Rita. **Enigma das cidades**: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin. Salvador: EDUFBA, 2023.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEVY, Henrique. A história da SUDENE: breve análise de uma agência federal para o desenvolvimento regional. **Revista Clio**, Recife, v. 4, n. 1, p. 107-119, jan./dez. 1981.

LIMA, Camila Santos de Figueiredo. *Do Cabeço ao Saramém: um ensaio sobre degradação ambiental e economia da produção social em um município do baixo São Francisco sergipano*. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

LOPES, Gabriel Pedro Alves. A constituição do Planejamento Regional como um "modelo estatal de modernização": sua apropriação pelo Estado brasileiro e suas repercussões na particularidade da modernização brasileira. **Terra Livre**, v. 1, n. 57, p. 686-715, jul./dez. 2021.

MARQUES, Juracy; WAGNER, Alfredo; MENEZES, Luciano. **Barrando as barragens: o início do fim das hidrelátricas**. 2. ed. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2018.

MELO NETO, João Cabral de. **Obra completa**: volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **História do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)**. Brasília, DF: MIDR, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/dnocs/pt-br/acesso-ainformacao/institucional/historia. Acesso em: 12 maio 2024.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Tudo é História, v. 132).

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues de. **A saga dos pioneiros da CHESF**. Organizações e Sociedade. 8 (20): 139-152. Recife, Jan/abril de 2001.

PAREDES-TREJO, Franklin; BARBOSA, Humberto Alves; GIOVANNETTONE, Jason; KUMAR, T. V. Lakshmi; THAKUR, Manoj Kumar; BURITI, Catarina de Oliveira; UZCÁTEGUI-BRICEÑO, Carlos. Drought Assessment in the São Francisco River Basin Using Satellite-Based and Ground-Based Indices. **Remote Sensing**, v. 13, n. 19, art. 3921, 2021. DOI: 10.3390/rs13193921.

PAULA, Dirlene de Araújo; NUNES, Leandro de Jesus. Projetos de desenvolvimento no Médio Vale do São Francisco e o caso da criação da hidrelétrica de Três Marias: perspectivas de investigação histórica. *Revista Caminhos da História*, v. 18, n. 2, p. 161-186, 2013.

PEDROZA JÚNIOR, Dinilson; ANDRADE, Thiago Alexandro; BONFIM, Cristine Vieira do. Instituições e políticas regionais: uma proposta para a nova Sudene. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 5, p. 813-831, 2011.

PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. **O jornal A Luta e as representações acerca da modernização urbana e progresso de Campo Maior-PI (1967-1979).** 2020. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, ***1972a***. Tomo I.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972b. Tomo II.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972c. Tomo III.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2020. 130 p.

REIS, Rosa Lúcia Lima. **Modernização e Exclusão no Médio e Submédio São Francisco**: o caso da CHESF em Paulo Afonso (BA). 2006. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6490. Acesso em: 31 jul. 2025.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. O "Polígono da Maconha". **Le Monde Diplomatique Brasil**, 11. ed., 4 jun. 2008. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-poligono-da-maconha/. Acesso em: 27 set. 2025.

RICE, Edward Bancroft. **Early experience with involuntary resettlement:** a follow-up. Case Study: Brazil-Itaparica. Washington, DC: World Bank; OED, 1997.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco**: fator precípuo da existência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ROMÃO, Ana Lúcia Eufrázio; FERREIRA JÚNIOR, Ricardo Araújo; PAVANI FILHO, Aristides. A correlação entre as interferências na vazão do Rio São Francisco e o avanço da salinidade no seu estuário. *In*: CARMO, Arturene Maria Lino *et al*. (org.). **Justiça climática no antropoceno**. 1. ed. [S. l.]: IF-SULDEMINAS, 2022. p. 115-126. Disponível em: https://www.meioambientepocos.com.br/Livro%20Artigos%20CNMA21_COMPLETO%2014-02%20-%20trocado_pagina.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

ROSA, João Guimarães. **Estas Estórias**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 283 p.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Lord**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938a. v. 2.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goyaz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. v. 1. Título original: *Voyage aux sources du Rio de San Francisco et dans la province de Goyaz*.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938b. 2 v. Título original: *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes.*

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Wesley Alves dos. **A Barragem de Xingó e os impactos socioambientais no Baixo São Francisco Sergipano**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14369/2/WESLEY_ALVES_SANTOS.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. [s.l.]: Companhia Digital, 2003.

SCHWARTZ, Stuart Bancroft. Plantations and peripheries, c. 1580–c. 1750. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **Colonial Brazil**. New York: Cambridge University Press, 1987. p. 67-144.

SCOTT, James. Engenharia social hipermodernista: o caso da Tennessee Valley Authority. *In*: BROSE, Markus E. (org.). **TVA e instituições de desenvolvimento regional**: contribuições para a história das ideias. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015. p. 71-107.

SCOTT, Russell Parry. **Negociações e Resistência Persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. v. 1.

SERRANO, Agnes de França Dantas. Usos e abusos do território, paisagem e problemas espaciais relacionados ao processo de salinização do Baixo São Francisco. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 32-42, jan./jun. 2019. DOI: 10.5016/estgeo.v17i1.13459.

SILVA, Antonio Willamys Fernandes da. **Do Plano da Região ao Traçado Urbano**: A experiência de planejamento integrado da Chesf. [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

SILVA, Arthur Lima da; SANTOS, Juracy Marques dos. Ecologia Humana de Grupos Atingidos por Barragens no Submédio São Francisco. Anais do I Seminário Internacional de Ecologia Humana, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-5, jan. 2012. ISSN 2316-7777.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho**: ganhos e desenganos. 2010b. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12345. Acesso em: 12 dez. 2025.

SILVA, Nelson Juvenal da. *A construção da Barragem de Sobradinho e implicações socioeconômicas para a população (1970-1989)*. Petrolina: Universidade de Pernambuco, 2011.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 149 p.

SOUZA, Rodolfo Marcelo Gonçalves de. **Caracterização hidrodinâmica e estimativa do transporte de sal no estuário do rio São Francisco – AL/SE**. 2015. 63 f. Dissertação (Mestrado em Meteorologia) – Instituto de Ciências Atmosféricas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Estada em Joazeiro. *In*: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. p. 288-314.

TAVARES, Jeferson Cristiano. Planejamento federal dos anos 1930 aos anos 1970: funções regionais das cidades e a organização do território nacional. *In*: FELDMAN, Sarah (org.). **Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2021. v. 1, p. 143-184.

THÈRY, Hervé. O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 32, n. 8, p. 1010-1027, ago. 1980.

TORRES, Avaní Terezinha Gonçalves. **Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**: representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios. 2016. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

TREVISAN, Ricardo; TEIXEIRA, Carolina Guida; MÜLLER, Cristina Besen; VIEIRA, Mariana Verlangeiro. **Matérias demolidas, memórias resistentes**: narrativas sobre três cidades submersas. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 17., 2022, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: EA-UFMG, 2022.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. 1. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2020. v. 1. 296 p.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da Foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VAINSENCHER, Semira Adler. Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). *In*: **Pesquisa Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/chesf-companhia-hidro-eletrica-do-sao-francisco/. Acesso em: 15 ago. 2025.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste no pré-64: reforma e ideologia. **Projeto História**, São Paulo, n. 29, t. 1, p. 53-86, dez. 2004.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado**: reforma, política e ideologia (1950-1964). Santo André: EdUFABC, 2019. 349 p.

/Legislação e Normas

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 26 abr. 2026.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986.** Para efeito desta Resolução considera-se impacto ambiental... *Resoluções*, Brasília, DF, fev. 1986.

BRASIL. **Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 020, de 18 de junho de 1986.** Estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas do território nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jul. 1986. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0020-180686.PDF. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 13.687, de 9 de julho de 1919**. Approva o regulamento para a Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 12 jul. 1919. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13687-9-julho-1919-516701-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 15.093, de 20 de março de 1944.** Aprova o Plano Rodoviário Nacional e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 25 mar. 1944. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-15093-20-marco-1944-460172-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 19.706, de 3 de outubro de 1945.** Outorga à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco concessão para aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre Juazeiro e Piranhas. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, RJ, 1945. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19706-3-outubro-1945-469709-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.** Decreta o Código de Águas. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 20 jul. 1934. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.523, de 25 de julho de 1942.** Cria a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 28 jul. 1942. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4523-25-julho-1942-414589-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945.** Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 9 out. 1945. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del8031.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.032, de 3 de outubro de 1945.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 200.000.000,00, para subscrição de ações da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 5 out. 1945. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8032-3-outubro-1945-452673-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945**. Autoriza o Poder Executivo a organizar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 29 dez. 1945. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8486-28-dezembro-1945-416385-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936.** Regula o disposto no art. 177 da Constituição e define a área sujeita aos efeitos das secas nos Estados do Norte. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 13 jan. 1936. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-175-7-janeiro-1936-505857-publicacaooriginal-76071-pl.html. Acesso em: 26 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 5.760, de 3 de dezembro de 1971**. Institui o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 1971.

BRASIL. **Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948**. Cria a Comissão do Vale do São Francisco, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 17 fev. 1948. Disponível em: https://bit.ly/31SE7Iu. Acesso em: 14 fev. 2025.

/Fontes primárias e documentos

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Relatório de segurança de barragens 2024-2025**. Brasília, DF: ANA, 2026. Disponível em: https://www.snisb.gov.br/api/file/download. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Siga**: sistema de informações de geração da ANEEL. Brasília, DF: ANEEL, 2026b. Disponível em: https://www.gov.br/aneel/pt-br/centrais-de-conteudos/relatorios-e-indicadores/geracao. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Comissão Especial "Atingidos por Barragens". **Relatório final**: violação de direitos das populações atingidas por barragens. Brasília, DF: CDDPH, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/13497. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial "Atingidos por Barragens". **Relatório final**: resoluções nº 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, DF: CDDPH, 2010. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/18/91/40/A4/F844A7109CEB34A7760849A8/Relat_rio%20Final%20CDDPH.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Eletrificação (PNE).** Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. Presidência da República. Comissão do Vale do São Francisco. **Plano Geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).** Brasília, DF, 1974. Disponível em: https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/777/24. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. Presidente (1974-1979: Geisel). **Improviso em Petrolina-PE, por ocasião da inauguração da Barragem de Sobradinho**. Petrolina, 28 maio 1978. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/47.pdf/view. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney). **Inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaparica.** Itaparica, 9 set. 1988. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/85.1.pdf/view. Acesso em: 12 dez. 2025.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Projeto Sobradinho**: estudo de localização da nova sede do município de Casa Nova. Recife: CHESF, 1973a.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Projeto Sobradinho**: estudo de localização da nova sede do município de Pilão Arcado. Recife: CHESF, 1973b.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Projeto Sobradinho**: estudo de localização da nova sede do município de Remanso. Recife: CHESF, 1973c.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Projeto Sobradinho**: estudo de localização da nova sede do município de Sento Sé. Recife: CHESF, 1973d.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Acordo entre a Chesf e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com a presença do ministro das minas de energia**. Petrolândia, 6 dez. 1986. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/acordo-entre-chesf-e-trabalhadores-rurais-atingidos-pelo-reservatorio-da-usina. Acesso em: 28 abr. 2025.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Mudar para melhor**. [S.l.]: Eletrobrás: Centrais Elétricas Brasileiras S.A., [1987 ou 1988].

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Plano de Reassentamento de Itaparica**. Recife: CHESF, 1989.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Plano de Reassentamento de Itaparica**. Recife: CHESF, 1989.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Plano Urbanístico da Nova Cidade de Itacuruba**. Recife: CHESF: Secretaria de Habitação de Pernambuco, 1986b.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). Centro de Documentação. **Avaliação do Reassentamento do Grupo Indígena de Tuxá de Rodelas - BA**. [S.l.], 1988.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica**. Recife: Chesf/Diretoria de Engenharia, 1986. 203 p.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Reservatório de Itaparica: Plano de Desocupação**. Recife, 1985b. 127 p.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Usina hidrelétrica de Itaparica: aspectos ambientais de projetos cofinanciados pelo Banco Mundial**. Recife: CHESF, 1992. Documento elaborado por Felício Limeira de França e Margarida Dantas de Oliveira.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Proposta de distribuição de lotes residenciais na Nova Cidade de Petrolândia**. [s. l.]: CHESF, 1984.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Diretoria de Construção. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Estudo de alternativas de sítios para o novo núcleo urbano de Itacuruba**. Recife: CHESF, 1981.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Diretoria de Construção. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Estudo de alternativas de sítios para o novo núcleo urbano de Petrolândia**. Recife: CHESF, 1980.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Diretoria de Construção. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Estudo de alternativas de sítio para o novo núcleo urbano de Rodelas**. Recife: CHESF, 1982.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Plano Urbanístico da Nova Cidade de Petrolândia**. [S.l.]: CHESF; Secretaria de Habitação, 1986c.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Plano Urbanístico da Nova Sede Municipal de Rodelas (BA)**. [S. l.]: CHESF, 1985a.

ELETROBRAS CHESF. **Formulário de referência 2025**. Recife: Eletrobras Chesf, 2025. Disponível em: https://www.chesf.com.br/relainvest/Documents/Pages/CVM/FR/FRE%20CHESF%202025.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Hidrelétrica de Itaparica: impactos e mudança social: relatório final de avaliação do reassentamento rural de Itaparica**. Recife: CHESF; FJN, 1988a. Inclui estudo sobre os índios Tuxá.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Piscigranja: uma opção de reassentamento**. Recife: CHESF; FJN, 1994.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Projeto de reassentamento de Itaparica**: relatório final de acompanhamento. Recife: FUNDAJ, 1988b.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Projeto Itaparica: avaliação do reassentamento rural: 4. Relatório de Acompanhamento Trimestral (RAT)**. Recife: CHESF; FJN, 1995.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Projeto Itaparica: avaliação do reassentamento rural: 5. Relatório de Acompanhamento Trimestral (RAT)**. Recife: CHESF; FJN, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: Sergipe. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. (VIII Recenseamento Geral - 1970. Série Regional, v. 1, t. 18). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13742.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 1, t. 4, n. 1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/772/cd_1980_v1_t4_n1_dados_gerais_migracao_instrucao_fecundidade_mortalidade.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

PORTUGAL. **Carta Régia de 7 fev. 1701.** Carta do rei D. Pedro II ao governador-geral do Estado do Brasil, D. João de Lencastre, ordenando restrições à circulação pelos sertões e ao abastecimento das minas. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: https://atom.arquivoestado.sp.gov.br/br-spapesp-presgate-g016-s000-d000569-txt-man. Acesso em: 28 abr. 2026.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). **Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek II**: estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 31 de dezembro de 1958. Rio de Janeiro: [s. n.], 1959.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). **Delimitação do Semiárido - 2021**: relatório final. Recife: SUDENE, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiaridorelatorionv.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

WORLD BANK. **Relatório e recomendações do Painel de Inspeção Brasil**: projeto de reassentamento e irrigação de Itaparica. Washington, DC: World Bank, 1997. Mimeografado.

WORLD BANK. **Staff appraisal report**: Brazil: Itaparica Resettlement and Irrigation Project. Washington, DC: World Bank, out. 1987. (Report No. 6429-BR). Mimeografado.

/Fontes audiovisuais

CANAL RETRÔ. **Documentário:** Barragem de Sobradinho a notícia. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (33 min). Publicado pelo Canal Retrô. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FhGCyaCozws. Acesso em: 7 dez. 2025.

CANOA DE TOLDA. **Fragmento de propaganda oficial sobre barragem do Sobradinho**. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Canoa de Tolda. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y0Edc4WuicM. Acesso em: 7 dez. 2025.

OS INCRÍVEIS. **Trabalho e Paz**. São Paulo: RCA Victor, 1976. 1 disco sonoro. Produção: Assessoria de Relações Públicas (ARP).

TV VIVA. **Barragem II – 1986**. [S. l.: s. n.], 2020a. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal TV Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8. Acesso em: 7 dez. 2025.

TV VIVA. **Barragem, o resgate das raízes – 1990**: os problemas sociais no reassentamento dos moradores de Itaparica. [S. l.: s. n.], 2020b. 1 vídeo (35 min). Publicado pelo canal TV Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=--aMHwF06nNc. Acesso em: 15 fev. 2026.

TV VIVA. **Barragem**: a ocupação - 1986. [S. l.: s. n.], 1986. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal TV Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI. Acesso em: 7 dez. 2025.

TV VIVA. **Vidas barradas**: 1994. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (31 min). Publicado pelo canal TV Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2KYtFIPrZCs. Acesso em: 21 jan. 2026.

/Fontes orais

BRAGA, Marcílio. **[Relato sobre a perda cultural e a violência da realocação em Remanso]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

CARLOS. **[Relato sobre a memória da paisagem submersa e o impacto socioambiental em Barreiras]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Petrolândia (PE), 13 dez. 2021.

CASTRO, Carlos Antônio Ferreira de. **[Relato sobre a gestão municipal e a reconfiguração urbana de Nova Remanso]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

CAXIAS, Bernadete. **[Relato sobre a navegação a vapor e o desamparo na mudança de Casa Nova]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Casa Nova (BA), 12 jul. 2024.

GERALDA. **[Relato sobre a injustiça nas indenizações e a reconstrução da vida em Nova Casa Nova]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Sento Sé (BA), 15 jul. 2024.

JAÍLTON. **[Relato sobre a ruptura comunitária e os impactos sociais da Chesf em Itacuruba]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Itacuruba (PE), 12 dez. 2021.

JESUS, Eva Maria de. **[Relato sobre a vida comunitária, religiosidade e lendas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

LIMA, Guarabira Queiroz. **[Relato sobre o isolamento de Pilão Arcado Velho e as identidades regionais]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 14 jul. 2024.

MOISÉS. **[Relato sobre a transição de Remanso e a perspectiva de classe sobre a mudança]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 14 jul. 2024.

PRIMITIVA; LUCILENE. **[Relatos sobre o modo de vida tradicional e a espiritualidade em Rodelas]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Rodelas (BA), 14 dez. 2021.

RODRIGUES, Juraci Ribeiro; FERREIRA, Josinaldo Brotas (Naldo). **[Relatos sobre a ocupação e o cotidiano nas ruínas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

SANTOS, Maria da Conceição Ferreira dos (Ceiça). **[Relato sobre o trauma do deslocamento e a tragédia de Xique-Xique]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Petrolina (PE), 12 jul. 2024.

/Sitografia

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (Cemaden). *Estudo do CEMADEN e do INPE identifica pela primeira vez a ocorrência de uma região árida no país*. Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/estudo-do-cemaden-e-do-inpe-identifica-pela-primeira-vez-a-ocorrencia-de-uma-regiao-arida-no-pais. Acesso em: 26 set. 2025.

GOMES, Irene. Mar invade o rio na foz do São Francisco. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2018. Revista Retratos. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23353-mar-invade-o-rio-na-foz-do-sao-francisco. Acesso em: 7 jul. 2025.

MALAR, João Pedro. Entenda o que é o volume morto de usina hidrelétrica e se ele pode gerar energia. **CNN Brasil Business**, São Paulo, 7 out. 2021. Economia. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/entenda-o-que-e-o-volume-morto-de-usina-hidreletrica-e-se-ele-pode-gerar-energia/. Acesso em: 11 set. 2025.

MAPBIOMAS. *Panorama da Superfície de Água do Brasil 1985 - 2023*. [São Paulo]: MapBiomas, 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/06/Fact_MapBiomas_Agua_2023_25.06.24.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

MESQUITA, João Lara. **Vila do Cabeço, SE, tragada pela Usina Xingó: vitória na Justiça**. Mar Sem Fim, 15 dez. 2024. Disponível em: https://marsemfim.com.br/vila-do-cabeco-se-tragada-pela-usina-xingo-vitoria-na-justica/. Acesso em: 11 jul. 2025.

SOUZA, Alice de. A luta por reparação de povoado que sumiu do mapa no Brasil. **Deutsche Welle**, 14 dez. 2024. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/a-luta-por-repara%C3%A7%C3%A3o-de-um-povoado-que-sumiu-do-mapa-no-brasil/a-71038909. Acesso em: 7 jul. 2025.

Fontes Bibliográficas

Fratura Ambiental

/Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. Porto Alegre: Globo, 1937.

ALVES, Joaquim. **História das secas**: séculos XVII a XIX. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: ESAM, 1982.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 318 p.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação ética do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua. 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

ARAÚJO, Juliana Sheila de; SÁ, Maria de Fátima Pereira de. Sustentabilidade da piscicultura no baixo São Francisco alagoano: condicionantes socioeconômicos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 405-424, jul./dez. 2008.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O reencantamento do mundo:** trama histórica e arranjos territoriais pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ASSAD, Luís Tadeu; BURSZTYN, Marcel. Aquicultura sustentável. *In*: **AQUICULTURA no Brasil**: bases para um desenvolvimento sustentável. Brasília: CNPq; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 33-72.

BACCARIN, Ana Eliza. **Impacto ambiental e parâmetros zootécnicos da produção de tilápia do Nilo (Oreochromis niloticus) sob diferentes manejos alimentares**. 2002. Tese (Doutorado em Aqüicultura) – Centro de Aqüicultura, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAPTISTA, Marcio; CARDOSO, Adriana. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história... **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124-153, 2013.

BARBOSA, Humberto Alves; BURITI, Catarina de Oliveira; KUMAR, T. V. Lakshmi. Deep Learning for Flash Drought Detection: A Case Study in Northeastern Brazil. **Atmosphere**, v. 15, n. 7, p. 761, 2024. DOI: 10.3390/atmos15070761.

BARBOSA, Humberto Alves; BURITI, Catarina de Oliveira. Flash Drought Intensification and Its Impacts on São Francisco River Flow in the Last Three Decades. **Water**, v. 16, n. 16, art. 2271, ago. 2024. DOI: 10.3390/w16162271. Disponível em: https://doi.org/10.3390/w16162271. Acesso em: 26 set. 2025.

BARRETO, Luiz Antonio. A saga do 'velho Chico'. **Revista Ecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 48-49, out. 1992.

BARROSO, Gustavo. Os Camelos do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXXV, p. 69-74, 1921.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BENJAMIN, Walter. On the mimetic faculty. *In*: BENJAMIN, Walter. **Selected writings, 1926-1943**. Cambridge, MA: Belknap Press, 1999.

BEZERRA, Maria Lustosa Barros. **O quilombo "Negros de Gilú" em Itacuruba:** Emergência etnoquilombola e territorialidade. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BORGES, Jorge Luis. Elogio da sombra. *In*: BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. Tradução de Carlos Nejar e Alfredo Jacques. Revisão de tradução de Maria Carolina de Araújo e Jorge Schwartz. São Paulo: Globo, 1999. v. 2.

BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. **Antônio Conselheiro**: os vários. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BURTON, Richard Francis. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **João Maria**: interpretação da campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/358/1/310%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

CAMPECHE, Daniela F. Bacconi; MELO, Josiane Araújo. Piscicultura no Lago de Sobradinho. *In*: BRITO, Luiza Teixeira de Lima (Org.). **Aquicultura atual no semiárido**. Recife: CREA-PE, 2017. (Cadernos do Semiárido: riquezas & oportunidades, v. 12, n. 12).

CAMPOS, José Nilson; STUDART, Ticiana Marinho de Carvalho. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. *In*: DIÁLOGO INTERAMERICANO DE GERENCIAMENTO DE ÁGUAS, 4., 2001, Foz do Iguaçu. **Anais**[...]. Foz do Iguaçu: ABRH, 2001.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 44-45, p. 153-175, jan./jul. 2004.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1978.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1979. (Brasiliana).

CARVALHO, Orlando M. **O rio da unidade nacional**. São Paulo: Nacional, 1937.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**: ensaio sobre o Nordeste, terra explosiva. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CAVALCANTI, Dirce de Assis. **O Velho Chico ou a vida é amável**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

CHAGAS, Ivo das. **Eu sou o São Francisco**. 2013. Mimeografado.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo**: uma casa chamada terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

DANDARO, Fernanda Massaroto; MARCONDES, Renato Leite. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no Nordeste brasileiro (1860-1940). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 113-127, jul./set. 2018.

DE PAULA, Andreia Maria Narciso Rocha. **Travessias...**: movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Cinema II**: a imagem-tempo. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Tradução: Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. 3. ed. São Paulo: [s. n.], 1938.

EMERY, Bernard. A utopia brasileira. **Revista Incelências**, Maceió, v. 1, n. 2, p. 19-38, 2010.

ENGE-RIO – ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A. **Usina hidrelétrica de Xingó**: Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Apresentação. Rio de Janeiro: [s.n.], 1993. 34 p.

ENGERMAN, Stanley; SOKOLOFF, Kenneth. Factor endowments, inequality, and paths of development among New World Economies. **Economia**, v. 3, p. 41-109, 2002.

ENGERMAN, Stanley; SOKOLOFF, Kenneth. The factor endowments, institutions, and differential paths of growth among New World Economies. *In*: HARBER, Stephen (ed.). **How Latin America fell behind**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**. Trad. Leticia Mei. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2022.

FIGUEIREDO, Vagner Melo. **O Contestado nas narrativas militares**: histórias e memórias sobre o movimento social, 1912-1916. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016. Disponível em: https://tede.unioeste.br/handle/tede/1727. Acesso em: 22 out. 2025.

FREITAS, Leandro Leal de. **Um século de narrativas euclidianas e conselheiristas:** interpretações sobre Antônio Conselheiro. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FROIS, Camila; FOSSATI, André. Rio São Francisco: os peixes se foram. **O Eco**, 4 nov. 2013. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/27735-rio-sao-francisco-os-peixes-se-foram/. Acesso em: 10 nov. 2025.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. 78 p.

GARDNER, George. **Travels in the Interior of Brazil**: principally through the Northern Provinces, and the Gold and Diamond Districts, during the years 1836-1841. London: Reeve Brothers, 1846.

GIOVANAZZI, José Pires. **Migalhas do sertão**. Santa Maria: La Reclame, 1998.

GONÇALVES, Suellen Teixeira Nobre *et al*. Occurrence of flash drought in reservoirs in the semi-arid area of the Ceará State, Brazil. **Journal of Arid Land**, v. 17, n. 7, p. 865–887, 2025. DOI: 10.1007/s40333-025-0020-z.

GUEDES, Cristiane Montalvão. **E o mar vai virar sertão?**: navegabilidade e problemas ambientais no Baixo São Francisco. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/12318. Acesso em: 28 set. 2025.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theophilo. **Seccas contra a secca**: Rio Grande do Norte. Mossoró: [s. n.], 1909.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente à exploração do Rio de São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o oceano Atlântico durante os anos de 1852 e 1854**. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Bertrand,1860.

HERÁCLITO DE ÉFESO. **Fragmentos**: doxa e o caminho da linguagem. São Paulo: Iluminuras, 1999.

HESSE, Hermann. **Sidarta**. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

HOHENTHAL JUNIOR, William D. Notes on the Shucuru Indians of Serra de Ararobá, Pernambuco, Brasil. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8, n.s., p. 93-166, 1954.

HOHENTHAL JUNIOR, William Delano. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n.s., p. 37-86, 1960.

HOLANDA, Francisco; ISMERIM, Suzete Silva; ROCHA, Igor; JESUS, Alysson Santos de; ARAÚJO FILHO, Renisson Naponuceno; MÉLLO JÚNIOR, Arisvaldo Vieira. Environmental Perception of the São Francisco Riverine Population in Regards to Flood Impact. **Journal of Human Ecology**, v. 28, p. 37-46, 2009.

JACQUES, Paola; VELLOSO, Rita. **Enigma das cidades**: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin. Salvador: EDUFBA, 2023.

JANSEN, Robert Brodd. **Dams and public safety**. Denver: U.S. Department of the Interior, Bureau of Reclamation, 1983.

KHAN, Ahmad Saeed *et al*. Efeitos da Seca sobre a Produção, a renda e o emprego agrícola na microrregião geográfica de brejo santo e no Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 36, n. 2, p. 242-262, abr./jun. 2005.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **The embodied mind**: Its challenge to Western thought. New York: Basic Books, 1999.

LEVASSEUR, Annie; MERCIER-BLAIS, Sara; PRAIRIE, Yves; TREMBLAY, Alain; TURPIN, Christian. Improving the accuracy of electricity carbon footprint: Estimation of hydroelectric reservoir greenhouse gas emissions. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 136, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1364032120307206. Acesso em: 31 out. 2025.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. São Paulo: Brasiliana, 1983.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUZ, Lafayette Dantas da; GUIMARÃES, Ana Lívia Cunha; GENZ, Fernando; BORGES, André L. S. Análise das cheias e vazantes no baixo trecho do Rio São Francisco pré-implantação das UHEs da Chesf. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 5-15, out./dez. 2014.

MACÊDO, Daniel. Entre Currais e Campos de Concentração: Heterotopias das Zonas de Confinamento em Textualidades da Seca de 1932 no Ceará. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 124-136, jul./dez. 2024. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2024.225528. Disponível em: https://revistas.usp.br/novosolhares/article/view/225528. Acesso em: 15 out. 2025.

MACHADO, Fernando da Mata. **Navegação do rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MAGALHÃES, Basilio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MARENGO, Jose Antonio; TORRES, Roger Rodrigues; ALVES, Lincoln Muniz. Drought in Northeast Brazil: past, present, and future. **Theoretical and Applied Climatology**, v. 129, n. 3-4, p. 1189-1200, ago. 2017.

MARQUES, Juracy; WAGNER, Alfredo; MENEZES, Luciano. **Barrando as barragens: o início do fim das hidrelátricas**. 2. ed. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2018.

MARTINS, Dhiego de M. F. *et al*. Impactos da construção da usina hidrelétrica de Sobradinho no regime de vazões no Baixo São Francisco. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 15, n. 10, p. 1054-1061, out. 2011. DOI: 10.1590/S1415-43662011001000010.

MARTINS, José Alcy de Pinho. Conceituando a Caatinga como um recurso de biodiversidade internacional. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 4, n. 2, p. 67-81, 2023. DOI 10.5281/zenodo.7876882.

MARTINS, Osvaldo Costa. **Os manuscritos de Antônio Conselheiro**: culpa e identificação na religião do filho. 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva; DELGADO, Warley; STEFANI, João. **Rio moreno**: pesquisa, população e territorialidade; chaves da rede de cidades da Bacia do São Francisco. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. 1. ed. São Paulo: Global, 2018.

MELLO, Silvia Saboia de. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1999.

MELO NETO, João Cabral de. **O rio**. Estabelecimento do texto e bibliografia Antonio Carlos Secchin; organização Inez Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 1 e-book (152 p.). ISBN 978-85-7962-184-0.

MELO NETO, João Cabral de. **Obra completa**: volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MELO, Veríssimo de. **O ataque de Lampião a Mossoró através do romanceiro popular**. Natal: Oficinas do Departamento de Imprensa, 1953.

MENDES, Dila Reis. **O chão e as águas**: memórias de uma cidade sertaneja. 2020. 306 p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) — Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33561/1/REIS%20MENDES%2C%20Dila_O%20ch%C3%A3o%20e%20as%20%C3%A1guas-%20mem%C3%B3rias%20de%20uma%20cidade%20sertaneja.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

MENEZES, Edith Oliveira de; MORAIS, José Micaelson Lino de. **Seca no Nordeste**: desafios e soluções. São Paulo: Atual Editora, 2002.

MILLIMAN, John; FARNSWORTH, Katherine; JONES, P. D.; XU, Kehui; SMITH, Laurence C. Climatic and anthropogenic factors affecting river discharge to the global ocean, 1951-2000. **Global and Planetary Change**, v. 62, p. 187-194, 2008.

MOREIRA, Delmo. **Catorze camelos para o Ceará**: a história da primeira expedição científica brasileira. São Paulo: Todavia, 2021.

MOTTA, Leonardo. **No tempo de Lampião**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

MOWBRAY, Mike. Mimetic faculty. *In*: HOWES, David (Ed.). **The sixth sense reader**: The sixth sense abcderium. Concordia: Bloomsbury Academic, 2009.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

NEVES, Zanoni. **Os remeiros do Rio São Francisco**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. **Ciclos de águas e vidas**: o caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco. 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, Xavier de. **Beatos e cangaceiros**. Rio de Janeiro, 1920.

PAREDES-TREJO, Franklin; BARBOSA, Humberto Alves; GIOVANNETTONE, Jason; KUMAR, T. V. Lakshmi; THAKUR, Manoj Kumar; BURITI, Catarina de Oliveira; UZCÁTEGUI-BRICEÑO, Carlos. Drought Assessment in the São Francisco River Basin Using Satellite-Based and Ground-Based Indices. **Remote Sensing**, v. 13, n. 19, art. 3921, 2021. DOI: 10.3390/rs13193921

PATROCÍNIO, José do. **Os Retirantes**. São Paulo: Editora Três, 1973.

PEREIRA, Gilvandro Simas. Expedição ao sudoeste da Bahia: Relatório-1945. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 437-508, out./dez. 1946.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972a. Tomo I.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972b. Tomo II.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972c. Tomo III.

PLATÃO. **República**. Tradução de Maria Helena da R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2020. 130 p.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. **Ribeira do São Francisco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1944. (Biblioteca Militar, v. 76).

REGO, Luiz Flores de Moraes. **O Vale do São Francisco**. São Paulo: Renascença, 1945.

REINALDO, Gabriela Frota. **Uma cantiga de se fechar os olhos**: mito e música em Guimarães Rosa. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 239 p.

REZENDE JR., José. **A cidade inexistente**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1929.

RIBEIRO, Marcus Rodrigo F.; SANTOS, Jaciara Pereira dos; SILVA, Eunice Maria da; PEREIRA-JÚNIOR, Eudes de A.; TENÓRIO, Maria Amélia L. dos Santos; LINO e SILVA, Ivo de L.; WEHBI, Mahmoud Daoud; LOPES, José Patrocínio; TENÓRIO, Ruy Albuquerque. A piscicultura nos reservatórios hidrelétricos do submédio e baixo São Francisco, região semiárida do nordeste do Brasil. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, Recife, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2015.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco**: fator precípuo da existência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RÓNAI, Paulo. Três motivos em Grande sertão: veredas. *In*: ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. *In*: ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 409-413. (Ficção completa, v. 2).

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SÁ, Maria. Caminho de águas históricas. *In*: SÁ, Antônio Fernando de Araújo; BRASIL, Vanessa Maria (Org.). **Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: FAPESE, 2005.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Lord**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938a. v. 2.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goyaz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. v. 1. Título original: *Voyage aux sources du Rio de San Francisco et dans la province de Goyaz*.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938b. 2 v. Título original: *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes.*

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio de S. Francisco**: trechos de um diário de viagem e a Chapada Diamantina: 1879-80. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/biblio:sampaio-1905-rio. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, Marco Aurélio dos; ROSA, Luiz Pinguelli; MATVIENKO, Bohdan; SANTOS, Ednaldo Oliveira dos; ROCHA, Carlos Henrique Eça D´Almeida; SIKAR, Elizabeth; SILVA, Marcelo Bento; JUNIOR, Ayr Manoel P. B. Emissões de Gases de Efeito Estufa por Reservatórios de Hidrelétricas. **Oecologia Brasiliensis**, v. 12, n. 1, p. 116-129, 2008.

SANTOS, Regnaldo Gouveia dos. **Impactos sócio-ambientais à margem do rio São Francisco**: um estudo de caso. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Tarsila Costa Conrado dos. **Cartografia das imagens cristalinas em Gilles Deleuze**: tendências e texturas. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SELAU, Eliane. **Representação e impacto da fome na obra "A Fome", de Rodolfo Teófilo**. 2023. Monografia (Graduação em Letras – Língua Portuguesa) – Departamento Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, 2023.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil**: espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 2000. 503 p.

SILVA, João Bezerra da. **Como dei cabo de Lampeão**. Rio de Janeiro: A. L. L., 1940.

SILVA, José Augusto Gama. **Viagem histórica e intemporal no vale do rio São Francisco**. 1982. Palestra proferida no VI Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento da ADESG, Aracaju, set. 1982.

SILVA, Luciano Meneses Cardoso da. Gestão Sustentável de Reservatórios. *In*: THEODORO, Suzi Huff (org.). **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 29-49.

SILVA, Moacir Malheiros Fernandes. Geografia dos transportes no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 67-91, jul. 1939.

SILVA, Tâmara de Almeida e; TAVARES, Glenda da Silva; TENÓRIO, Ruy Albuquerque; NOGUEIRA, Danilo Oliveira; MARQUES, Érika Alves Tavares. Invasão do mexilhão dourado no bioma Caatinga com impacto na tilapicultura e prognóstico do seu estabelecimento no Monumento Natural do Rio São Francisco. In: SILVA, Gérsica Moraes Nogueira da; SOBRAL, Maria do Carmo (Org.). **Gestão da Piscicultura & Sustentabilidade**. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2021. p. 81-104.

SIQUEIRA FILHO, José Alves de. A extinção do São Francisco. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 8, p. 92-101, set. 2015.

SOARES, Maria do Carmo Figueredo; LOPES, José Patrocínio; BELLINI, Rogério; MENEZES, Débora Queiroz. A piscicultura no rio São Francisco: é possível conciliar o uso múltiplo dos reservatórios? **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, São Luís, v. 2, n. 2, p. 69-83, maio 2007.

SONG, X. J.; XU, X. Z.; LIU, M. C.; LI, E. H. Ecological and environmental instream flow requirements for the Wei River - the largest tributary of the Yellow River. **Hydrological Processes**, v. 21, p. 1066-1073, 2007.

SOUSA, Gabriel Soares de. Que trata da grandeza do Rio de São Francisco e seu nascimento. *In*: SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícias do Brasil**. São Paulo: [s. n.], [s. d.]. v. 1, cap. XX.

SOUSA, Thiago D'Avilla Gomes de. **Efeitos da redução do fluxo fluvial sobre a diversidade e estrutura funcional de assembleias de peixes estuarinos**. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Ser, estar, permanecer**: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do Rio São Francisco. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Estada em Joazeiro. *In*: SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. p. 288-314.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1981. v. 2.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 2 v.

STEWARD, Julian (org.). **Handbook of South American Indians**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1946. 6 v.

STUDART, Guilherme de. **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

SYVITSKI, Jaia; VÖRÖSMARTY, Charles J.; KETTNER, Albert J.; GREEN, Pamela. Impact of Humans on the Flux of Terrestrial Sediment to the Global Coastal Ocean. **Science**, v. 308, p. 376-380, 2005.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **Ensaio da carta geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: [s. n.], 1926.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História geral das bandeiras paulistas**. São Paulo: Typographia Ideal, 1929. t. V.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Museu Paulista; Imprensa Oficial do Estado, 1948. v. 9.

TELES, Gilberto Mendonça. O LU(g)AR dos sertões. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 3, n. 6, p. 181-190, 2011.

TENÓRIO, Ruy Albuquerque; OLIVEIRA, Igor Barros; BERTOLINI, Renata Melon Barroso; SOUZA, Elivelton Ribeiro; SABBAG, Omar Jorge. Potencialidade à tilapicultura no reservatório hidrelétrico Moxotó: um aporte ao desenvolvimento do Submédio São Francisco. In: SILVA, Gérsica Moraes Nogueira da; SOBRAL, Maria do Carmo (Org.). **Gestão da Piscicultura & Sustentabilidade**. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2021. p. 41-58.

TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

THÈRY, Hervé. O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 32, n. 8, p. 1010-1027, ago. 1980.

TOMASELLA, Javier; ZERI, Marcelo; CUNHA, Ana Paula Martins do Amaral; TORRES, Roger Rodrigues; GAMARRA, Nancy Laura Rios; COSTA, Lidiane C. O. Are flash droughts intensifying in Brazil?. **Climate Dynamics**, Heidelberg, v. 63, p. 190, 15 abr. 2025. DOI 10.1007/s00382-025-07672-1.

TORRES, Avaní Terezinha Gonçalves. **Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**: representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios. 2016. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado: 1906 – 1916. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3882. Acesso em: 22 out. 2025.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Para o futuro e para o fim que não termina: horizontes do Belo Monte de Antonio Conselheiro. **Reflexão**, Campinas, v. 40, n. 1, p. 59-75, jan./jun. 2015.

VENTURA, Roberto. **O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão**... *In*: CALDAS, Alberto Lins (org.). Alberto Lins Caldas: Textos, [s.d.]. Disponível em: https://albertolinscaldas.unir.br/mar.html. Acesso em: 22 set. 2025.

VIANA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. São Paulo: Nacional, 1935.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado**: reforma, política e ideologia (1950-1964). Santo André: EdUFABC, 2019. 349 p.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e Morte no Sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

VIOLLET, Pierre. **História das civilizações antigas**. São Paulo: Globo, 2004.

WORLD BANK. **Technical Note**: Greenhouse Gases from Reservoirs Caused by Biogeochemical Processes. Washington, DC: World Bank, 2017. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29151. Acesso em: 12 maio 2025.

ZAHAR, Yadh; GHORBEL, Abdelmajid; ALBERGEL, Jean. Impacts of large dams on downstream flow conditions of rivers: Aggradation and reduction of the Medjerda channel capacity ownstream of the Sidi Salem dam (Tunisia). **Journal of Hydrology**, v. 351, p. 318-330, 2008.

/Legislação e Normas

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986. **Resoluções**, Brasília, DF, fev. 1986.

/Fontes primárias e documentos

BRASIL, Thomas Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **São Francisco**: Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR): Sistema Interligado Nacional (SIN). Fonte dos dados: Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Brasília, DF: ANA, 2026. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar/sin/b_sao-francisco. Acesso em: 16 mai. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)**: dados históricos do reservatório Sobradinho, 1980-2025. Brasília, DF: ANA, 2025. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar0/MedicaoSin. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)**: dados históricos do reservatório Luiz Gonzaga (Itaparica), 1991-2025. Brasília, DF: ANA, 2025. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar0/MedicaoSin. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. **Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933**: apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira. Fortaleza: IFOCS, 1934. v. 1.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Piscicultura no vale do São Francisco**. Brasília: Codevasf, 1985.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. **Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste**. Rio de Janeiro: Heitor, Ribeiro e Cia., 1936.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS). **Energia agora**: balanço de energia. Rio de Janeiro: ONS, 2024. Disponível em: https://www.ons.org.br/paginas/energia-agora/balanco-de-energia. Acesso em: 15 jul. 2024.

PATROCÍNIO, José do. Folhetim: Viagem ao Norte (Ruas e Praças da Fortaleza). **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1878. p. 1. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/103730/per103730_1878_00201.pdf. Acesso em: 18 out. 2025.

/Fontes audiovisuais

ACQUA movie. Direção: Lírio Ferreira. Produção: Chica Mendonça e Lírio Ferreira. São Paulo: Canal Arte1, 2019. 1 filme (105 min).

PAIXÃO e guerra no sertão de Canudos. Direção: Antônio Olavo. Produção: Ricardo Gaspar e Selma Santos. Roteiro: Antônio Olavo. Narração: José Wilker. Salvador: Portfolium Laboratório de Imagens, 1993. 1 DVD (78 min), son., color.

/Fontes orais

BRAGA, Marcílio. **[Relato sobre a perda cultural e a violência da realocação em Remanso]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

CAXIAS, Bernadete. **[Relato sobre a navegação a vapor e o desamparo na mudança de Casa Nova]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Casa Nova (BA), 12 jul. 2024.

JAÍLTON. **[Relato sobre a ruptura comunitária e os impactos sociais da Chesf em Itacuruba]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Itacuruba (PE), 12 dez. 2021.

JESUS, Eva Maria de. **[Relato sobre a vida comunitária, religiosidade e lendas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

PRIMITIVA; LUCILENE. **[Relatos sobre o modo de vida tradicional e a espiritualidade em Rodelas]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Rodelas (BA), 14 dez. 2021.

RODRIGUES, Juraci Ribeiro; FERREIRA, Josinaldo Brotas (Naldo). **[Relatos sobre a ocupação e o cotidiano nas ruínas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

SANTOS, Maria da Conceição Ferreira dos (Ceiça). **[Relato sobre o trauma do deslocamento e a tragédia de Xique-Xique]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Petrolina (PE), 12 jul. 2024.

/Sitografia

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (Cemaden). **Estudo do CEMADEN e do INPE identifica pela primeira vez a ocorrência de uma região árida no país.** Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/estudo-do-cemaden-e-do-inpe-identifica-pela-primeira-vez-a-ocorrencia-de-uma-regiao-arida-no-pais. Acesso em: 26 set. 2025.

DESCOBERTOS novos sítios arqueológicos na Bacia do Rio São Francisco. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, Brasília, 21 dez. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/descobertos-novos-sitios-arqueologicos-na-bacia-do-rio-sao-francisco. Acesso em: 6 out. 2025.

DOMINGUES, Filipe. Com mais de 90% da transposição concluída, impactos ambientais no Rio São Francisco ainda são incertos. **Fundação Joaquim Nabuco**, 23 dez. 2019. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/index.php/transposicao-do-rio-sao-francisco/11594-com-mais-de-90-da-transposicao-concluida-impactos-ambientais-no-rio-sao-francisco-ainda-sao-incertos. Acesso em: 29 set. 2025.

SECA se expandiu pela Bacia do São Francisco nas últimas décadas. **Letras Ambientais**, 1 out. 2021. ISSN 2674-760X. Disponível em: https://www.letrasambientais.org.br/posts/seca-se-expandiu-pela-bacia-do-sao-francisco-nas-ultimas-decadas. Acesso em: 26 set. 2025.

MADEIRO, Carlos. Com secas e degradação, Caatinga perdeu 40% de água original em 35 anos. **UOL**, Meio Ambiente, 7 out. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/10/07/com-secas-e-degradacao-caatinga-perdeu-40-de-agua-original-em-35-anos.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

MAPBIOMAS. **Panorama da Superfície de Água do Brasil 1985 - 2023.** [São Paulo]: MapBiomas, 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/06/Fact_MapBiomas_Agua_2023_25.06.24.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

MONTEIRO, Diana. São Francisco perdeu mais de 30 mil hectares de superfície com água. **UFAL**, 21 out. 2021. Disponível em: https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2021/10/rio-sao-francisco-perdeu-mais-de-30-mil-hectares-de-superficie-com-agua. Acesso em: 26 set. 2025.

Fontes Bibliográficas

Fratura Social

/Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1014 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de**.** Quilombos: sematologia face a novas identidades. 1996. *In*: CRUZ, Magno José et al. (org.). **Frechal, terra de preto**: quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

AMARAL, Maria Alice; GUIMARÃES, José Ribamar. **Piscigranjas como modalidade de relocação em Itaparica**: estudo de caso. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; GALINDO, Magda Caldas; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (org.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento?**: impactos sociais da Barragem de Itaparica. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. Grandes obras..., grandes impactos. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 17, n. 1, p. 5-30, jan./jun. 2001.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Na margem do lago**: um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: Massangana, 1990.

ARRUTI, José Maurício Andion. Etnogêneses indígenas. [S. l.], 2018. *In*: **Pib Socioambiental**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Etnog%C3%AAneses_ind%C3%ADgenas. Acesso em: 2 jul. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES EXPORTADORES DE FRUTAS E DERIVADOS (ABRAFRUTAS). **Anuário Brasileiro da Fruticultura 2025**. São Paulo: Abrafrutas, 2025.

AZEVEDO, Maria Madalena Lacerda de. **Itaparica: o futuro de um povo**: a expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BARBOSA, Amilcar Bettega. **Deixe o quarto como está:** Estudos para a composição do cansaço. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BARBOSA, Camila Alice Diógenes; SOUZA JUNIOR, Paulo Montini de Assis. Crucificados pela Chesf: abusos de poder da Ditadura-Empresarial Militar na construção da usina hidrelétrica de Itaparica, 1976-1979. **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 103-122, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36517/emperspectiva.v10i2.94202. Acesso em: 11 dez. 2025.

BELTRÃO, Breno Augusto; MASCARENHAS, João de Castro; MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de; GALVÃO, Manuel Julio da Trindade G.; PEREIRA, Simeones Neri. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: Diagnóstico do Município de Itacuruba**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Imagens de Pensamento**: sobre o haxixe e outras drogas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BEZERRA, Maria Lustosa Barros. **O quilombo "Negros de Gilú" em Itacuruba:** Emergência etnoquilombola e territorialidade. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURSZTYN, Marcel. O Brasil real reconstruído: experiência de colonização em Serra do Ramalho, Bahia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 118, p. 58-72, nov./dez. 1988.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Cinema II**: a imagem-tempo. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Pierre-Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DUQUÉ, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 91, p. 30-38, maio/jun. 1984.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho - BA. 2004. 253 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FERREIRA, Vera Regina; EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. **Exílio**: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso Itacuruba. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

FREITAS, Alcides dos Santos; SOARES, Beatriz Ribeiro (org.). **Aspectos ambientais de projetos co-financiados pelo Banco Mundial**: lições para o futuro. Brasília, DF: IPEA, 1994. (Série IPEA, n. 14).

FREITAS, Fábio da Silva; ALMENDARY, Lúcia Castelo. **Engenheiro da CHESF fala sobre o impacto socioambiental da construção de barragens**. Revista Fulgêncio, São Paulo: PUC, v. 1, n. 1, 2003.

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. O projeto de reassentamento de Itaparica e sua inserção no marco das novas políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 15, n. 1, p. 33-66, jan./jun. 1999.

GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión agraria y assentamiento de población en el área rural**: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990). 1993. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 1993.

GERMANI, Guiomar Inez *et al*. **Acesso à terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco**. Research Paper for DFID Central Research Department (Project R8736). Relatório n. 5. Bahia, 2007. Full Report in Portuguese.

GOMES JÚNIOR, Roberto Lincoln de S. Caso Mendes Júnior vs. Banco do Brasil: caso Mendes Júnior vs. Chesf. **Cadernos Direito GV**, São Paulo, v. 8, p. 3-117, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LEÃO, Patrícia Coelho de Souza. Inovação e pesquisa científica para a vitivinicultura tropical: contribuições da Embrapa Semiárido. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 17, n. 2, p. 23-61, 2020.

MACHADO, João Victor. Política Energética do II Plano Nacional de Desenvolvimento: teoria, resultados e reflexões. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 39-56, 2018.

MAIA, Rafaela Teti Tibúrcio. **Do reassentamento à "Cidade dos Depressivos"**: uma análise da experiência do habitar na nova cidade de Itacuruba-PE. 2024. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

MARQUES, Juracy; WAGNER, Alfredo; MENEZES, Luciano. **Barrando as barragens: o início do fim das hidrelátricas**. 2. ed. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2018.

MEDEIROS, Bartolomeu Tito Figueirôa de. Quando a busca da saúde e religião se entrecruzam: um estudo de caso. **Revista Anthropológicas**, Recife, Ano 6, v. 13, n. 1, p. 75-90, 2002.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. 1. ed. São Paulo: Global, 2018.

NETO, Casimiro Rocha; FREITAS, Jânio. CHESF vê "guerra injusta" e bispo quer uma CPI. **Jornal A Tarde**, Salvador, 24 mar. 1980. Caderno 2, p. 1.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 315-346, maio/ago. 2018.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues de. **A saga dos pioneiros da CHESF**. Organizações e Sociedade. 8 (20): 139-152. Recife, Jan/abril de 2001.

PEREIRA FILHO, Anísio José. **Representações do PEC-Serra do Ramalho**: entre o modo de vida local e o progresso. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

POE, Edgar Allan. **Histórias extraordinárias**. São Paulo: Spice, 2009. v. 2, p. 15-18.

RATTS, Alecsandro José Pinto. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro. *In*: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 307-326.

RIBEIRO JÚNIOR, Carlos Eduardo. A redenção do São Francisco, diziam lá atrás. **Canoa de Tolda**, 4 set. 2020. Disponível em: https://canoadetolda.org.br/sobradinho/2020/08/24/a-redencao-do-sao-francisco-diziam-la-atras/. Acesso em: 8 dez. 2025.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. O "Polígono da Maconha". **Le Monde Diplomatique Brasil**, 11. ed., 4 jun. 2008. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-poligono-da-maconha/. Acesso em: 27 set. 2025.

RICE, Edward Bancroft. **Early experience with involuntary resettlement:** a follow-up. Case Study: Brazil-Itaparica. Washington, DC: World Bank; OED, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Da metafísica à moral**. Tradução de Sílvia Menezes e António Moreira Teixeira. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

RICOEUR, Paul. **Na escola da fenomenologia**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SANTOS, Cleice Onária dos; SANTOS, Soneide Maria dos; SANTOS, Sônia dos; SILVA, Clésio Jonas de Oliveira da; OLIVEIRA, Edivânia Granja da Silva. Território: luta prioritária da Comunidade Quilombola Negros de Gilu, Itacuruba, Pernambuco, Brasil. **Opará**: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 4, n. 6, p. 41-54, jul./dez. 2016. Disponível em: www.uneb.br/opara. Acesso em: 5 dez. 2025.

SCOTT, James C. Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed. Yale: Yale University Press, 1998.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. 290 p.

SCOTT, Russel Parry. Riscos aos assentamentos no ambiente construído pela barragem de Itaparica: investindo no ambiente e transformando o campesinato. 1994. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ABEP, 1994. p. 385-398.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Museu Nacional UFRJ, 1996.

SILVA, Anna Beatriz Solano da. **Governança criminal no Polígono da Maconha**: uma análise de Belém do São Francisco. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/32948/1/ABSS13122024.pdf. Acesso em: 7 mar. 2026.

SILVA, Davi José; LEÃO, Patrícia Coelho de Souza; SILVA, Emanoel Egídio Genuíno da. Nitrogen fertilization on seedless grapes at the São Francisco river valley. **Acta Horticulturae**, Leuven, n. 864, p. 187-194, jun. 2010a.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho**: ganhos e desenganos. 2010b. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12345. Acesso em: 12 dez. 2025.

SILVA, Marcos Manoel do Nascimento. **O sertão que virou "mar"**: memória, cultura e identidade no projeto de irrigação Jusante, Glória - BA (1988 - 2021). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SILVA, Marcos Manoel do Nascimento; SANTANA, Pedro Abelardo de. Negociações, conflitos e omissões: a construção de memórias em torno da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (1979-1988). **Ponta de Lança**: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 14, n. 27, jul./dez. 2020.

SILVA, Whodson Robson da. **O conto das quatro mil almas**: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia e Museologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SINGER, Paul. O processo econômico. *In*: REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SOUZA, José Rodrigues de. Depoimento na CPI das Enchentes do Rio São Francisco. **Revista Vozes**, Petrópolis, 1981.

TAVARES, Jeferson Cristiano. Planejamento federal dos anos 1930 aos anos 1970: funções regionais das cidades e a organização do território nacional. *In*: FELDMAN, Sarah (org.). **Instituições de urbanismo no Brasil, 1930-1979**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2021. v. 1, p. 143-184.

TORRES, Avaní Terezinha Gonçalves. **Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**: representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios. 2016. 356 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. 1. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2020. v. 1. 296 p.

VIEIRA, Denes Dantas; DIAS, Cláudio Baltazar Silva. A trajetória social de agricultores familiares que trocaram a agricultura convencional pela atividade ilícita do plantio da maconha no Vale do São Francisco: o perímetro irrigado Fulgêncio no município de Santa Maria da Boa Vista/PE. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2013.

YURI, Mário. **Projeto-Piloto de Eletrificação Rural**. Rio de Janeiro: Comissão do Vale do São Francisco, 1961.

/Legislação e Normas

BRASIL. **Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11628.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003**. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 70.472, de 3 de maio de 1972**. Torna sem efeito a redistribuição de servidor do Ministério dos Transportes para o Ministério do Exército, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1972a]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70472-3-maio-1972-418835-norma-pe.html. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 71.005, de 22 de agosto de 1972**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas iniciais ou aproveitamentos progressivos de energia hidráulica, denominado Sobradinho, no rio São Francisco, no Estado da Bahia. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 7596, 23 ago. 1972b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71005-22-agosto-1972-419688-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 73.072, de 1º de novembro de 1973**. Dispõe sobre a criação de zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, no Estado da Bahia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 11221, 5 nov. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1207.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 75.658, de 25 de abril de 1975**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra destinadas ao reservatório de acumulação do aproveitamento progressivo de energia hidráulica denominado Sobradinho, no Estado da Bahia. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 4826, 28 abr. 1975. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75658-25-abril-1975-424168-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 93.205, de 2 de setembro de 1986**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra com benfeitorias, necessária à formação do reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, nos estados de Pernambuco e Bahia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 set. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93205.htm. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.202, de 17 de janeiro de 1972.** Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 jan. 1972c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1202.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.316, de 12 de março de 1974**. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, §1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, todos do Estado da Bahia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 2737, 13 mar. 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1316.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.890, de 25 de abril de 1961**. Autoriza o Poder Executivo a organizar a sociedade por ações Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1961]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3890acons.htm. Acesso em: 17 mai. 2026.

BRASIL. **Lei nº 5.760, de 3 de dezembro de 1971**. Institui o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 1971.

/Fontes primárias e documentos

A TARDE. Salvador, 3 fev. 1977.

BOLETIM CAMINHAR JUNTOS. Juazeiro, BA: Diocese de Juazeiro, n. 22-32, janeiro 1980. Bimestral.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **CPI das Cheias do São Francisco**: considerações sobre o Projeto de Resolução nº 331/82 (relatório e conclusões). Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1983. 130 p.

BRASIL. Grupo Executivo Interministerial de Itaparica. **Relatório**. Brasília, DF: [s. n.], abr. 1997.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria Executiva. **Programa de apoio e desenvolvimento da fruticultura irrigada do Nordeste**. Brasília, DF: MAA, nov. 1996. Mimeografado.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, DF: Presidência da República, 1974b. Disponível em: https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/777/24. Acesso em: 28 dez. 2025.

BRASIL. Presidente (1974-1979: Geisel). **Improviso em Petrolina-PE, por ocasião da inauguração da Barragem de Sobradinho**. Petrolina, 28 maio 1978. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/47.pdf/view. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney). **Inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaparica**. Itaparica, 9 set. 1988. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/85.1.pdf/view. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Programa Luz Para Todos**. Brasília, DF: Secom, 11 jul. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-luz-para-todos. Acesso em: 7 mar. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **PTB questiona norma de Pernambuco que restringe instalação de usinas nucleares**. Brasília, DF: STF, 23 jul. 2021. Notícias. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=469968&ori=1. Acesso em: 05 dez. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 101/2013-Plenário**. Relator: Ministro Valmir Campelo. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/1.985%252F2010/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/2. Acesso em: 05 dez. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 287/2011 - Plenário**. Relatório de Acompanhamento no Programa de Reassentamento de Itaparica. Relator: Ministro Raimundo Carreiro. Brasília, DF, 09 de fevereiro de 2011. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5ª Região). **Apelação Cível nº 468441-PE (2000.83.00.014864-7)**. Apelante: Construtora Mendes Júnior S.A. Apelado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Relator: Desembargador Federal Francisco Cavalcanti. Recife, 25 de fevereiro de 2010. Disponível em: [link se houver]. Acesso em: 22 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Apolônio Sales**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/projeto-publico-de-irrigacao-apolonio-sales. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Barreiras (Bloco I e Bloco II)**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/barreiras-bloco-i-e-bloco-ii. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Brígida**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/brigida. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Fulgêncio**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/fulgencio. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Glória**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/gloria. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Icó-Mandantes**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/ico-mandantes. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Manga de Baixo**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/manga-de-baixo. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Pedra Branca**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/pedra-branca. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Projeto Público de Irrigação Rodelas**. Brasília, DF: Codevasf, 16 out. 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/assuntos/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/sistema-itaparica/rodelas. Acesso em: 25 jan. 2026.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Relatório Socioeconômico de Projetos Irrigados 2024**. Brasília, DF: Codevasf, 2024.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. **Acordo entre a Chesf e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com a presença do ministro das minas de energia**. Petrolândia, 6 dez. 1986. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/acordo-entre-chesf-e-trabalhadores-rurais-atingidos-pelo-reservatorio-da-usina. Acesso em: 28 abr. 2025.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Acordo entre a Chesf e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com a presença do ministro das minas de energia**. Petrolândia, 6 dez. 1986a.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Aspectos socioeconômicos da implantação do Reservatório de Sobradinho**: relatório técnico. Recife: Departamento de Implantação de Reservatórios, 1980a. 50 p.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Mudar para melhor**. [S.l.]: Eletrobrás: Centrais Elétricas Brasileiras S.A., [1987 ou 1988].

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho. **Relatórios do Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho-CIRES**. Recife: CHESF, 1974a.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Demonstrações Financeiras 2015**. Recife: CHESF, 2015. 165 p. Disponível em: https://www.chesf.com.br/relainvest/Documents/DF%20DEZ2015%20CHESF%20-%20DFP.pdf. Acesso em: 22 jan. 2026.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Projeto Itaparica**: a força que vem do São Francisco. Brasília, DF: CHESF: Ministério das Minas e Energia, 1997.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Reservatório de Itaparica: Plano de Desocupação**. Recife, 1985b. 127 p.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Usina hidrelétrica de Itaparica: aspectos ambientais de projetos cofinanciados pelo Banco Mundial**. Recife: CHESF, 1992. Documento elaborado por Felício Limeira de França e Margarida Dantas de Oliveira.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Relatório anual da administração 2010**. Recife: Chesf, 2011. Disponível em: https://www.chesf.com.br/relainvest/Pages/CVM/RelatorioAdministracao.aspx. Acesso em: 2 jan. 2026.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Plano Urbanístico da Nova Sede Municipal de Rodelas (BA)**. [S. l.]: CHESF, 1985a.

EDITORIAL. **A Tarde**. Salvador, 29 mar. 1980.

ELETROBRAS CHESF. **Formulário de referência 2025**. Recife: Eletrobras Chesf, 2025a. Disponível em: https://www.chesf.com.br/relainvest/Documents/Pages/CVM/FR/FRE%20CHESF%202025.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

ELETROBRAS CHESF. **Perfil Institucional**: Geração e Transmissão. Recife: Eletrobras Chesf, 2025b. Disponível em: https://www.chesf.com.br/a-chesf/paginas/a-empresa/perfil-institucional.aspx. Acesso em: 29 dez. 2025.

ELETROBRAS CHESF. **Relatório de Sustentabilidade 2024**. Recife: Eletrobras Chesf, 2025c.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Piscigranja: uma opção de reassentamento**. Recife: CHESF; FUNDAJ, 1994.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Projeto de reassentamento de Itaparica**: relatório final de acompanhamento. Recife: FUNDAJ, 1988.

GIOVENARDI, Pedro Eugênio. **Avaliação de processos de assistência técnica e extensão rural nos projetos do sistema Itaparica**. Brasília, 1995. (Relatório técnico).

INICIATIVA PELO NORDESTE. **Iniciativa pelo Nordeste**: uma estratégia de desenvolvimento competitivo. [S. l.]: Governos dos Estados do Nordeste: Banco Mundial: BNDES: BNB, 1997. Mimeografado.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**: Pesquisa: Índice de Desenvolvimento Humano (Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Casa Nova, Rodelas, Itacuruba e Petrolândia). Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 29 dez. 2025.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Manual do atingido**. Textos: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira. [S. l.]: MAB, 2005. Disponível em: https://mab.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Manual-do-Atingido.-MAB-2005.pdf. Acesso em: 7 mar. 2026.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. **Boletim Trimestral da Operação**: Subsistema Nordeste. Brasília, DF: ONS, 2025a.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. **Reservatórios**: Energia Armazenada. Rio de Janeiro: ONS, 2025b. Disponível em: http://www.ons.org.br/paginas/energia-agora/reservatorios. Acesso em: 29 dez. 2025.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível nº 81643-3**. Apelante: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Apelado: Ministério Público de Pernambuco. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Recife, 19 de abril de 2010.

POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA. **Hora de mudar é hora de lembrar**: a luta dos trabalhadores rurais do submédio São Francisco pela conquista do reassentamento. Paulo Afonso: Gráfica Diocesana São Vicente, [1987/8].

REDWOOD III, John. **World Bank approaches to environment in Brazil**: a review of selected projects. Washington, DC: World Bank, 1993. (Operations Evaluation Study).

REVISTA PROPAGANDA. São Paulo: [s. n.], jan. 1970.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BOM JESUS DA LAPA. [Carta]. **Boletim Caminhar Juntos**, Juazeiro, BA: Diocese de Juazeiro, n. 22, jan. 1980.

SOBRADINHO: autoritarismo não domou o homem. **A Tarde**, Salvador, Caderno 2, 3 jun. 1980.

WORLD BANK. **Carta resposta do Banco Mundial ao Pólo Sindical**: 15/12/93. Washington, DC: World Bank, 1993. Mimeografado.

WORLD BANK. **Operational Policy Note No. 10.08:** Social Issues Associated with Involuntary Resettlement in Bank-Financed Projects. Washington, D.C.: World Bank, 1980.

WORLD BANK. **Relatório e recomendações do Painel de Inspeção Brasil**: projeto de reassentamento e irrigação de Itaparica. Washington, DC: World Bank, 1997. Mimeografado.

WORLD BANK. **Staff Appraisal Report**: Brazil - São Francisco Power Project (CHESF). Washington, DC: World Bank, 1974. (Report No. 374a-BR).

WORLD BANK. **Staff appraisal report**: Brazil: Itaparica Resettlement and Irrigation Project. Washington, DC: World Bank, out. 1987. (Report No. 6429-BR). Mimeografado.

WORLD BANK. **The World Bank operational manual**: operational directive. Washington, DC: World Bank, 1990.

/Fontes audiovisuais

CANAL RETRÔ. **Documentário: Barragem de Sobradinho a notícia**. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (33 min). Publicado pelo Canal Retrô. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FhGCyaCozws. Acesso em: 7 dez. 2025.

CANAL RURAL. **#TBTRN | Em 2024, agricultores protestaram contra falta de água no sistema Itaparica. O que mudou?**. 18 dez. 2025. 1 vídeo (5 min 21 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ab5hFhuwEcw. Acesso em: 25 jan. 2026.

CANOA DE TOLDA. **Construção barragem de Sobradinho BA**. [S. l.: s. n.], 2019b. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal Canoa de Tolda. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qg_RcmuqW0M. Acesso em: 8 dez. 2025.

CANOA DE TOLDA. **Fragmento de propaganda oficial sobre barragem do Sobradinho**. [S. l.: s. n.], 2019a. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Canoa de Tolda. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y0Edc4WuicM. Acesso em: 7 dez. 2025.

CANOA DE TOLDA. **Este é um país que vai pra frente - Governo Federal – 1976**. [S. l.: s. n.], 2020a. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=clIDiEsdf2Q. Acesso em: 5 dez. 2025.

CANOA DE TOLDA. **Usina de Sobradinho 1976**. [S. l.: s. n.], 2020b. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Canoa de Tolda. Originalmente um cinejornal da Agência Nacional (Brasil Hoje, n. 160, 1976). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N-giH9WueGk. Acesso em: 8 dez. 2025.

DANIEL GRADE. **Sobradinho - Travessia do Futuro – 1980**. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (9 min). Série: Coisas do Brasil nº 286. Produção: I. Rozemberg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uPZmMOL5yqc. Acesso em: 9 dez. 2025.

GUIMARÃES, Inês; TELLES, Patrícia (Dir. e Prod.). **Dos que sobraram das águas**. Juazeiro, 2008. 1 vídeo (29 min), son., color.

JOÃO MIGUEL ARANTES. **O Brasil é feito por nós!** - Propaganda do regime cívico-militar. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-MOWiinoGmBA. Acesso em: 9 dez. 2025.

OS INCRÍVEIS. **Trabalho e Paz**. São Paulo: RCA Victor, 1976. 1 disco sonoro. Produção: Assessoria de Relações Públicas (ARP).

TV VIVA. **Barragem II – 1986**. [S. l.: s. n.], 2020a. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal TV Viva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8. Acesso em: 7 dez. 2025.

TV VIVA. **Barragem, o resgate das raízes – 1990**: os problemas sociais no reassentamento dos moradores de Itaparica. YouTube, 12 set. 2020b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-aMHwF06nNc. Acesso em: 15 fev. 2026.

TV VIVA. **Barragem**: a ocupação - 1986. [S. l.]: Youtube, 1986. 1 vídeo (8 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI. Acesso em: 7 dez. 2025.

TV VIVA. **Vidas barradas**: 1994. [S. l.]: YouTube, 2022. 1 vídeo (31 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2KYtFIPrZCs. Acesso em: 21 jan. 2026.

/Fontes orais

BRAGA, Marcílio. **[Relato sobre a perda cultural e a violência da realocação em Remanso]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

CARLOS. **[Relato sobre a memória da paisagem submersa e o impacto socioambiental em Barreiras]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Petrolândia (PE), 13 dez. 2021.

CASTRO, Carlos Antônio Ferreira de. **[Relato sobre a gestão municipal e a reconfiguração urbana de Nova Remanso]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

CAXIAS, Bernadete. **[Relato sobre a navegação a vapor e o desamparo na mudança de Casa Nova]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Casa Nova (BA), 12 jul. 2024.

GERALDA. **[Relato sobre a injustiça nas indenizações e a reconstrução da vida em Nova Casa Nova]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Sento Sé (BA), 15 jul. 2024.

JAÍLTON. **[Relato sobre a ruptura comunitária e os impactos sociais da Chesf em Itacuruba]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Itacuruba (PE), 12 dez. 2021.

JESUS, Eva Maria de. **[Relato sobre a vida comunitária, religiosidade e lendas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

LIMA, Guarabira Queiroz. **[Relato sobre o isolamento de Pilão Arcado Velho e as identidades regionais]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 14 jul. 2024.

MOISÉS. **[Relato sobre a transição de Remanso e a perspectiva de classe sobre a mudança]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 14 jul. 2024.

RODRIGUES, Juraci Ribeiro; FERREIRA, Josinaldo Brotas (Naldo). **[Relatos sobre a ocupação e o cotidiano nas ruínas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

SANTOS, Maria da Conceição Ferreira dos (Ceiça). **[Relato sobre o trauma do deslocamento e a tragédia de Xique-Xique]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Petrolina (PE), 12 jul. 2024.

/Sitografia

AMÂNCIO, Adriana. Sociedade civil cobra que Marina Silva debata projeto de Usina Nuclear de Itacuruba, em Pernambuco. **((o))eco**, [S. l.], 02 fev. 2023. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/sociedade-civil-cobra-que-marina-silva-debata-projeto-de-usina-nuclear-de-itacuruba-em-pernambuco/. Acesso em: 04 dez. 2025.

BARROS, Rodrigo. Encontro virtual discute construção de usina nuclear no Sertão do São Francisco. **Folha de Pernambuco**, Recife, 19 ago. 2021. Notícias. Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/encontro-virtual-discute-construcao-de-usina-nuclear-no-sertao-do/194449/. Acesso em: 04 dez. 2025.

CAMPOS, Luiz Felipe. Cidade marcada pela depressão em Pernambuco luta contra usina nuclear. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2021. Brasil. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/cidade-marcada-pela-depressao-em-pernambuco-luta-contra-usina-nuclear-25165251. Acesso em: 04 dez. 2025.

CARVALHO, Bruna. Governo Federal liquida dívida de quase R$ 40 milhões com energia do Sistema Itaparica. **Bahia Econômica**, 23 maio 2025. Disponível em: https://bahiaeconomica.com.br/wp/2025/05/23/governo-federal-liquida-divida-de-quase-r-40-milhoes-com-energia-do-sistema-itaparica/. Acesso em: 25 jan. 2026.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Governo federal quita dívida de energia de R$ 40 milhões do Sistema Itaparica. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 maio 2025. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/vida-urbana/2025/05/3894127-governo-federal-quita-divida-de-energia-de-rs-40-milhoes-do-sistema-itaparica.html. Acesso em: 25 jan. 2026.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO NILO COELHO. **Com 37 anos de implementação o Projeto Público de Irrigação Senador Nilo Coelho (PPISNC) é o principal gerador de emprego e renda de Petrolina (PE)**. Petrolina: DINC, 13 dez. 2021. Disponível em: https://www.dinc.org.br/noticias/com-37-anos-de-implementacao-o-projeto-publico-de-irrigacao-senador-nilo-coelho-ppisnc-e-o-principal-gerador-de-emprego-e-renda-de-petrolina-pe/. Acesso em: 3 jan. 2026.

G1 PETROLINA. Governo federal quita débito de quase R$ 40 milhões da energia do Sistema Itaparica. **G1**, 22 maio 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2025/05/22/governo-federal-quita-debito-de-quase-r-40-milhoes-da-energia-do-sistema-itaparica.ghtml. Acesso em: 25 jan. 2026.

MACHADO, Eduardo. Itacuruba: a terra dos deprimidos. **JC**, Recife, 20 ago. 2011. Cidades. Disponível em: https://jc.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2011/08/20/itacuruba-a-terra-dos-deprimidos-13523.php. Acesso em: 04 dez. 2025.

MENDONÇA, Caroline. Contra usina nuclear, índios buscam até o papa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 dez. 2019. Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://www.jb.com.br/ciencia_e_tec/ecologia/2019/12/1020601-contra-usina-nuclear--indios-buscam-ate-o-papa.html. Acesso em: 05 dez. 2025.

PAES, Lucas. Sertanejos sofrem com depressão. **CREMEPE**, Recife, 25 maio 2007. Disponível em: https://www.cremepe.org.br/2007/05/25/sertanejos-sofrem-com-depressao/. Acesso em: 04 dez. 2025.

PEREIRA JR., Jackson. **Maior disputa judicial do Brasil é encerrada após 36 anos**: decisão do TRF5 põe fim à maior disputa judicial do Brasil: ação de R$ 5 trilhões da Mendes Júnior contra a Chesf, iniciada nos anos 1980. Economic News Brasil, 25 jun. 2025. Disponível em: https://economicnewsbrasil.com.br/2025/06/25/maior-disputa-judicial-do-brasil/. Acesso em: 22 jan. 2026.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Projetos de irrigação no Vale do São Francisco movimentam mais de R$ 8 bilhões em 2024**. [S. l.], 16 abr. 2025. Disponível em: https://www.portaldoagronegocio.com.br/agricultura/fruticultura/noticias/projetos-de-irrigacao-no-vale-do-sao-francisco-movimentam-mais-de-r-8-bilhoes-em-2024. Acesso em: 29 dez. 2025.

Fontes Bibliográficas

Fratura Material

/Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. 216 p.

AMARAL, Adzamara Rejane Palha; SANTOS, Juracy Marques dos. A velha Sento-Sé e o patrimônio material e imaterial submersos pelas águas da barragem de Sobradinho. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 13, n. 25, jul./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria. Acesso em: 10 fev. 2026.

AMARAL, Adzamara Rejane Palha. **Sento-Sé**: memórias de uma cidade submersa. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA, 2012.

AMARAL, Adzamara Rejane Palha. **Sento-Sé**: memórias de uma cidade submersa. 1. ed. Lisboa: Lisbon International Press, 2020. 94 p. ISBN 978-9895280797.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **As lutas de famílias em Pilão Arcado e o processo de formação do Estado nacional (1842-1850)**. *In*: Encontro Estadual de História – ANPUH/BA, 6., 2012, Ilhéus. **Anais eletrônicos...** Ilhéus: ANPUH-BA, 2012. Disponível em: http://www.viencontroanpuhba.ufba.br/modulos/submissao/upload/44406.pdf. Acesso em: 7 fev. 2026.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEZERRA, Maria Lustosa Barros. **O quilombo "Negros de Gilú" em Itacuruba:** Emergência etnoquilombola e territorialidade. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Tradução de: *Le città invisibili* (1972).

CAVALCANTI, Juliana Marques. **Práticas de beira das cidades antes navegáveis às cidades transpostas pela barragem de Sobradinho**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CORBOZ, André. Le territoire comme palimpseste. *In*: CORBOZ, André. **Le territoire comme palimpseste et autres essais**. Besançon: Éditions de l'Imprimeur, 2001. p. 209-229.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Pierre-Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Cinema II**: a imagem-tempo. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELEUZE, Gilles. O atual e o virtual. *In*: DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998. p. 121-124.

DURAZZO, Leandro. Mapas sociais e a cartografia do passado: memórias topográficas dos Tuxá de Rodelas-BA. **Vivência**: revista de antropologia, Natal, v. 1, n. 52, p. 214-232, 2019. DOI: 10.21680/2238-6009.2018v1n52ID13901. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/13901. Acesso em: 13 fev. 2026.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. **Exílio**: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso Itacuruba. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços**. Tradução de Pedro Moura. [S. l.: s. n.], 1967. Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales em 14 de março de 1967. Disponível em: https://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-De_Outros_Espacos.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. *In*: **INTÉRPRETES do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GANDARA, Gercinair Silvério. Pilão Arcado e Remanso: patrimônios que dormitam. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 5-18, 2014. Disponível em: http://conpadre.org. Acesso em: 25 jun. 2024.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente à exploração do Rio de São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o oceano Atlântico durante os anos de 1852 e 1854**. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Bertrand,1860.

LEANDRO, Ana Lúcia Aguiar Lopes. **Drama, morte e vida dos órfãos de Pau de Colher**: rito, memória e identidade - uma história do percurso de voltar a terra. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2008.

LIMA, Guarabira Queiroz. **Pilão Arcado**: um marco no Rio São Francisco. Salvador: [s. n.], 2005.

MAGALHÃES, Juliana. "Raiz e semente da história": massacre de Pau de Colher completa 80 anos. **Brasil de Fato**, Petrolina, 27 dez. 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/12/27/raiz-e-semente-da-historia-massacre-de-pau-de-colher-completa-80-anos/. Acesso em: 9 fev. 2026.

MARX, Murillo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 2003.

MENEZES, Érica Gabriela Fonseca de. **Petrolândia**: um retrato da memória do Submédio do São Francisco (1940-1988). 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

MENEZES, Gilberto de. **De Jatobá a Petrolândia**: três nomes, uma cidade, um povo. Recife: Ed. do Autor, 2014.

MOREIRA, Fernando Diniz; MAIA, Rafaela Teti Tiburcio. Ruptura com el lugar y destrucción de imágenes espaciales en ciudades reubicadas: el caso de Itacuruba, Brasil. **Projeto e Percepção do Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 36-52, maio 2020.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora UnB, 2006.

PINHEIRO, Jarryer de Jesus. **Ruínas de Remanso Velho sob a perspectiva da Museologia**: relações entre comunidade e sítio arqueológico. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

POMPA, Cristina. Memórias do fim do mundo: o movimento de Pau de Colher. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 82, p. 68–87, 2009. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i82p68-87. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/13751. Acesso em: 9 fev. 2026.

SALOMÃO, Ricardo Dantas Borges. **Etnicidade, processos de territorialização e ritual entre os índios Tuxá de Rodelas**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio de S. Francisco**: trechos de um diário de viagem e a Chapada Diamantina: 1879-80. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/biblio:sampaio-1905-rio. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, Severino Francisco dos. **Remanso**: passado e presente. Salvador: Secult, 2005.

SECUNDINO, Marcondes de Araújo; LUBAMBO, Cátia; ARAUJO, Maria Lia Cavalcanti de. Emergência étnico-indígena e conflito socioambiental no Nordeste brasileiro. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 33, n. 2, p. 273-297, 2009.

SILVA, Alessandra Rocha da; FELICE, Gisele Daltrini; ALVES, Shilton Paes Ribeiro. A antiga igreja de Pilão Arcado na Bahia e a sua persistência na paisagem. **Revista Tarairiú**, Campina Grande, v. 1, n. 23, 2023.

SILVA, Antonio Willamys Fernandes da. **Do Plano da Região ao Traçado Urbano**: A experiência de planejamento integrado da Chesf. [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho**: ganhos e desenganos. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12345. Acesso em: 12 dez. 2025.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades novas**. 1. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2020. v. 1. 296 p.

TSING, Anna. **Viver nas Ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VALENÇA, Alceu. **Espelho cristalino** [letra]. [S. l.], c1977. Disponível em: https://www.letras.mus.br/alceu-valenca/128241/. Acesso em: 1 fev. 2026.

/Legislação e Normas

BRASIL. **Alvará de 9 de setembro de 1820**. Desanexa a Vila de Lages e todo o seu termo da Província de São Paulo e a incorpora à Província de Santa Catarina. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1820]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/anterioresa1824/alvara-39028-9-setembro-1820-568469-publicacaooriginal-91789-pl.html. Acesso em: 17 maio 2026.

/Fontes primárias e documentos

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. **Calendário oficial de datas históricas dos municípios de Pernambuco**. Recife: CEHM, 2006. v. 3, p. 13.

CASA NOVA (BA). Prefeitura Municipal. **O município**. Casa Nova, [202-?]. Disponível em: https://casanova.ba.gov.br/o-municipio/. Acesso em: 8 fev. 2026.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Projeto Sobradinho**: estudo de localização da nova sede do município de Sento Sé. Recife: CHESF, 1973d.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Projeto Sobradinho**: estudo de localização da nova sede do município de Pilão Arcado. Recife: CHESF, 1973b.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Projeto Sobradinho**: estudo de localização da nova sede do município de Remanso. Recife: CHESF, 1973c.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF); HIDROSERVICE ENGENHARIA LTDA. **Projeto Sobradinho**: estudo de localização da nova sede do município de Casa Nova. Recife: CHESF, 1973a.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Acordo entre a Chesf e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com a presença do ministro das minas de energia**. Petrolândia, 6 dez. 1986a.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Plano Urbanístico da Nova Cidade de Itacuruba**. Recife: CHESF: Secretaria de Habitação de Pernambuco, 1986b.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Plano de Reassentamento de Itaparica**. Recife: CHESF, 1989.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho. **Relatórios do Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho-CIRES**. Recife: CHESF, 1974.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Proposta de distribuição de lotes residenciais na Nova Cidade de Petrolândia**. [s. l.]: CHESF, 1984.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Diretoria de Construção. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Estudo de alternativas de sítio para o novo núcleo urbano de Rodelas**. Recife: CHESF, 1982.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Diretoria de Construção. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Estudo de alternativas de sítios para o novo núcleo urbano de Itacuruba**. Recife: CHESF, 1981.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Diretoria de Construção. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Estudo de alternativas de sítios para o novo núcleo urbano de Petrolândia**. Recife: CHESF, 1980.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Diretoria de Construção. Departamento de Implantação de Reservatórios. **Estudo de alternativas de sítio para o novo núcleo urbano de Rodelas**. Recife: CHESF, 1982.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF). **Plano Urbanístico da Nova Cidade de Petrolândia**. [S.l.]: CHESF; Secretaria de Habitação, 1986c.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Plano Urbanístico da Nova Sede Municipal de Rodelas (BA)**. [S. l.]: CHESF, 1985a.

DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem n. 548, de 15 de dezembro de 1950. In: BRASIL. Presidência da República. Comissão do Vale do São Francisco. **Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. Tradução: Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993. Disponível em: https://monoskop.org/images/1/1a/Corbusier_Le_A_Carta_de_Atenas.pdf. Acesso em: 18 maio 2026. Originalmente publicado em 1933.

RODELAS (BA). Prefeitura Municipal. **São João 2019 na Terra do Coco**. Rodelas: Secretaria de Comunicação, 23 maio 2019. Disponível em: https://www.rodelas.ba.gov.br/Site/Noticias/noticia-170620191417302023-S-O-JO-O-2019-NA-TERRA-DO-COCO. Acesso em: 12 fev. 2026.

/ Fontes audiovisuais

TV VIVA. **Barragem, o resgate das raízes – 1990**: os problemas sociais no reassentamento dos moradores de Itaparica. YouTube, 12 set. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-aMHwF06nNc. Acesso em: 15 fev. 2026.

/ Fontes orais

RODRIGUES, Juraci Ribeiro; FERREIRA, Josinaldo Brotas (Naldo). **[Relatos sobre a ocupação e o cotidiano nas ruínas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

SANTOS, Maria da Conceição Ferreira dos (Ceiça). **[Relato sobre o trauma do deslocamento e a tragédia de Xique-Xique]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Petrolina (PE), 12 jul. 2024.

Fontes Bibliográficas

Epílogo / Fratura Memorial

/Bibliografia

AZEVEDO, Maria Madalena Lacerda de. **Itaparica: o futuro de um povo**: a expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Imagens de Pensamento**: sobre o haxixe e outras drogas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 103-149.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.

BORGES, Jorge Luis. Elogio da sombra. *In*: BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. Tradução de Carlos Nejar e Alfredo Jacques. Revisão de tradução de Maria Carolina de Araújo e Jorge Schwartz. São Paulo: Globo, 1999. v. 2.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013. 506 p.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas, ¿como llevar el mundo a cuestas?** Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2010. Folheto distribuído na exposição Atlas.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Compreender por meio da fotografia. [Entrevista concedida a] Arno Gisinger. **ZUM**: revista de fotografia, São Paulo, n. 13, p. 86-103, out. 2017. Disponível em: https://revistazum.com.br/entrevistas/entrevista-didi-huberman/. Acesso em: 1 mar. 2026.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. 328 p. (Humanitas).

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. Tradução: Patrícia Carmelho e Vera Casa Nova. **Pós**: revista do programa de pós-graduação em artes da EBA/UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Tradução: Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FREUD, Sigmund. Hereditariedade e a etiologia das neuroses. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas [1896]**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 3. (Edição Standard Brasileira).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOMINHO, Katia Cristina; CARNEIRO, Humberto. Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, p. 262-279, dez. 2020. Edição especial.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARAWAY, Donna Jeanne. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**: pesquisa, jornalismo e arte, Campinas, ano 3, n. 5, p. 139-146, abr. 2016. Disponível em: http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/donna-haraway-antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/. Acesso em: 7 mar. 2026.

HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. **Poetics Today**, Durham, v. 29, n. 1, p. 103-128, 2008. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/cross_fac/ehrc/events/memory/poetics_today-2008-hirsch-103-28.pdf. Acesso em: 7 mar. 2026.

JACQUES, Paola; VELLOSO, Rita. **Enigma das cidades**: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin. Salvador: EDUFBA, 2023.

KNOBLOCH, Felicia. **O tempo do traumático**. [S. l.]: Educ, 2022.

MALDONADO, Gabriela; CARDOSO, Marta Rezende. O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 45-57, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2024.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falava Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Mário Ferreira dos Santos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. Seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 2 v. (Os Pensadores).

PINHEIRO, Jarryer de Jesus. **O uso e transformação do espaço urbano**: um estudo arqueológico da cidade de Remanso Velho, BA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2009.

PINHEIRO, Jarryer de Jesus. **Ruínas de Remanso Velho sob a perspectiva da Museologia**: relações entre comunidade e sítio arqueológico. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. Tradução de Lúcia Miguel Pereira. 12. ed. rev. por Olgária Chaim Féres Matos. São Paulo: Globo, 1995.

REIS, Eliana Schueler. Corpo e memória traumática. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 1.; CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 7., 2004, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2004. 1 CD-ROM.

REZENDE JR., José. **A cidade inexistente**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *In*: NESTROVSKY, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma**: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. (Comunicação apresentada no Encontro Nacional Trauma e Memória).

SERRA, Cristina. **Cidade rachada**: como a mineração engoliu cinco bairros em Maceió e arruinou a vida de 60 mil pessoas. Prefácio de André Trigueiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2025. 256 p. ISBN 978-65-86339-48-2.

/Fontes primárias e documentos

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). **Dunas de Casa Nova, Bahia, um oásis na caatinga do Rio São Francisco**. Recife: Observa Fundaj, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/revitalizacao-de-bacias/dunas-de-casa-nova-bahia-um-oasis-na-caatinga-do-rio-sao-francisco. Acesso em: 5 fev. 2026.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS). **Dados diários de 01/10/1980 a 01/09/2024**. Rio de Janeiro: ONS, 2024a. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar/sin/b_sao-francisco. Acesso em: 18 maio 2026.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS). **Dados diários de 01/10/1991 a 01/09/2024**. Rio de Janeiro: ONS, 2024b. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar/sin/b_sao-francisco. Acesso em: 18 maio 2026.

/Fontes orais

BRAGA, Marcílio. **[Relato sobre a perda cultural e a violência da realocação em Remanso]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

CARLOS. **[Relato sobre a memória da paisagem submersa e o impacto socioambiental em Barreiras]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Petrolândia (PE), 13 dez. 2021.

CASTRO, Carlos Antônio Ferreira de. **[Relato sobre a gestão municipal e a reconfiguração urbana de Nova Remanso]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 15 jul. 2024.

CAXIAS, Bernadete. **[Relato sobre a navegação a vapor e o desamparo na mudança de Casa Nova]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Casa Nova (BA), 12 jul. 2024.

GERALDA. **[Relato sobre a injustiça nas indenizações e a reconstrução da vida em Nova Casa Nova]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Sento Sé (BA), 15 jul. 2024.

JAÍLTON. **[Relato sobre a ruptura comunitária e os impactos sociais da Chesf em Itacuruba]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Itacuruba (PE), 12 dez. 2021.

JESUS, Eva Maria de. **[Relato sobre a vida comunitária, religiosidade e lendas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

LIMA, Guarabira Queiroz. **[Relato sobre o isolamento de Pilão Arcado Velho e as identidades regionais]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 14 jul. 2024.

MOISÉS. **[Relato sobre a transição de Remanso e a perspectiva de classe sobre a mudança]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Remanso (BA), 14 jul. 2024.

PRIMITIVA; LUCILENE. **[Relatos sobre o modo de vida tradicional e a espiritualidade em Rodelas]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Rodelas (BA), 14 dez. 2021.

RODRIGUES, Juraci Ribeiro; FERREIRA, Josinaldo Brotas (Naldo). **[Relatos sobre a ocupação e o cotidiano nas ruínas de Pilão Arcado Velho]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Pilão Arcado (BA), 16 jul. 2024.

SANTOS, Maria da Conceição Ferreira dos (Ceiça). **[Relato sobre o trauma do deslocamento e a tragédia de Xique-Xique]**. Interlocutora: Carolina Guida Teixeira. Petrolina (PE), 12 jul. 2024.

/ Sitografia

AGÊNCIA CNM. Falta de chuva revela ruínas de cidades baianas, antes submersas por um lago. **Portal CNM**, Brasília, 28 dez. 2015. Disponível em: https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/falta-de-chuva-revela-ruinas-de-cidades-baianas-antes-submersas-por-um-lago. Acesso em: 2 fev. 2026.

NOGUEIRA, Edwirges. Aparição de ruínas revela memórias de moradores de cidades inundadas na Bahia. **Agência Brasil**, Brasília, 28 dez. 2015. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/aparicao-de-ruinas-revela-memorias-de-moradores-de-cidades-inundadas-na-bahia. Acesso em: 2 mar. 2026.

RODRIGUES, Leonardo. Ruínas da Sento-Sé Velho reaparecem com a baixa do lago de Sobradinho. **Blog Leonardo Rodrigues**, [s. l.], 1 dez. 2015. Disponível em: https://www.blogleonardorodrigues.com.br/2015/11/ruinas-da-sento-se-velho-reaparecem-com.html. Acesso em: 2 mar. 2026.

Fontes Bibliográficas

Travessias

/Bibliografia

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Fontes Iconográficas

Figuras

1. Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de R7 Notícias (2013). Disponível em: https://noticias.r7.com/internacional/fotos/congelados-no-tempo-lugares-mortos-atraem-turistas-e-curiosos-pelo-mundo-18122013/. Acesso em: 1 set. 2025.

2. Fonte: Adaptado de R7 Notícias (2013). Disponível em: https://noticias.r7.com/internacional/fotos/congelados-no-tempo-lugares-mortos-atraem-turistas-e-curiosos-pelo-mundo-18122013/. Acesso em: 1 set. 2025.

3. Fonte: Adaptado de Stocker (2013). Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/americas/one-man-returns-to-argentina-s-town-that-drowned-8619653.html. Acesso em: 13 set. 2025.

4. Fonte: Adaptado de Tonks (2024). Disponível em: https://www.express.co.uk/travel/articles/2003466/argentina-villa-epecuen-dark-tourism. Acesso em: 13 set. 2025.

5. Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e de limites políticos internacionais de Natural Earth Data.

6. Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e de dados de hidrografia e sistema viário do OpenStreetMap (OSM).

7. Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e de dados de hidrografia e sistema viário do OpenStreetMap (OSM).

8. Fonte: Elaborado pela autora, com base em Bergson (1999, p. 190).

9. Fonte: Elaborado pela autora, com base em Santos (2018, p. 79).

10. Disponível em: https://www.jico-store.com/?product_id=267540686_33. Acesso em: 13 set. 2025.

11. Fonte: Elaborado pela autora, com base em Santos (2018, p. 83).

12. Fonte: Elaborado pela autora, com base em Santos (2018, p. 79).

13. Fonte: Elaborado pela autora, com base em Wikipédia (2023). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dodecaedro_r%C3%B4mbico. Acesso em: 13 set. 2025.

14. Fonte: Adaptado de Santos (2018, p. 86).

15. Fonte: Elaborado pela autora, com base em Santos (2018, p. 91).

16. Fonte: Disponível em: https://br.freepik.com/fotos-premium/grande-diamante-transparente-com-reflexo-diamante-deslumbrante-sobre-fundo-branco_44161200.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

17. Fonte: Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/villa-epecu%C3%A9n-uma-cidade-emerge-das-%C3%A1guas/g-18844234. Acesso em: 13 set. 2025.

18. Fonte: Adaptado de DW [s.d.]. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/villa-epecu%C3%A9n-uma-cidade-emerge-das-%C3%A1guas/g-18844234. Acesso em: 13 set. 2025.

19. Fonte: Autora. Adaptado de DW [s.d.]. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/villa-epecu%C3%A9n-uma-cidade-emerge-das-%C3%A1guas/g-18844234. Acesso em: 13 set. 2025.

20. Fonte: Adaptado de DW [s.d.]. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/villa-epecu%C3%A9n-uma-cidade-emerge-das-%C3%A1guas/g-18844234. Acesso em: 13 set. 2025.

21. Fonte: Autora. Adaptado de DW [s.d.]. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/villa-epecu%C3%A9n-uma-cidade-emerge-das-%C3%A1guas/g-18844234. Acesso em: 13 set. 2025.

22. Fonte: Elaborado pela autora. Mapa confeccionado a partir de dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e de dados de hidrografia do Catálogo de Metadados da Agência Nacional de Águas (ANA).

23. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA). O traçado original do rio São Francisco (em branco) foi obtido do "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

24. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do do OpenStreetMap (OSM).

25. Fonte: Adaptado de Souza (2024). Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/a-luta-por-repara%C3%A7%C3%A3o-de-um-povoado-que-sumiu-do-mapa-no-brasil/a-71038909. Acesso em: 7 jul. 2025.

26. Fonte: Disponível em: https://baixosaofrancisco-se.webnode.com.br/products/brejo-grande/. Acesso em: 16 set. 2025.

27. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM).

28. Fonte: Fotografia de Nailson Moura (2022). Disponível em: https://nailsonmoura.com.br/produto-tag/antigo-farol-do-povoado-cabeco/. Acesso em: 16 set. 2025.

29. Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth, com dados vetoriais de Usinas Hidrelétricas da Agência Nacional de Águas (ANA) e de subestações de energia e linhas de transmissão do OpenStreetMap (OSM).

30. Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth, com dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), dados hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA), e dados de hidrelétricas, subestações de energia e linhas de transmissão do OpenStreetMap (OSM).

31. Elaborado pela autora com dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), dados hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA), e dados de hidrelétricas, subestações de energia e linhas de transmissão do OpenStreetMap (OSM).

32. Elaborado pela autora, a partir de imagem do Google Earth, dados de limites estaduais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações sobre as sub-regiões nordestinas disponíveis em Mundo Educação. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/o-nordeste-as-subregioes.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

33. Fonte: Elaborado pela autora. Bases cartográficas: Imagem do Google Earth, dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e dados hidrográficos e de delimitação do semiárido da Agência Nacional de Águas (ANA). Metodologia dos dados de seca (2003-2015): A contabilização dos eventos (estiagem e seca) baseia-se nos decretos municipais de situação de emergência ou calamidade pública, compilados e divulgados pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC).

34. Elaborado pela autora com dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), dados hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA), e dados de hidrelétricas, subestações de energia e linhas de transmissão do OpenStreetMap (OSM).

35. Elaborado pela autora com dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), dados hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA), e dados de hidrelétricas, subestações de energia e linhas de transmissão do OpenStreetMap (OSM).

36. Elaborado pela autora. Base cartográfica composta por dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 e hidrográficos (em preto) da Agência Nacional de Águas (ANA). Traçado original do rio (em branco) vetorizado a partir do "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e imagens históricas do Google Earth (1985); traçado viário das novas cidades extraído do OpenStreetMap (OSM) e das cidades originais adaptado de Silva (2020).

37. Fonte: Disponível em: https://kr.pinterest.com/pin/361554676352677173/. Acesso em: 13 set. 2025.

38. Adaptado de Mendes (2020). Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33561/1/REIS%20MENDES%2C%20Dila_O%20ch%C3%A3o%20e%20as%20%C3%A1guas-%20mem%C3%B3rias%20de%20uma%20cidade%20sertaneja.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

39. Fonte: MENEZES, Siqueira. Planta de Canudos. 1897. 1 mapa, p&b. In: CUNHA, Euclides da. De binnenlanden. Amsterdã: Meulenhoff, 2001. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta_de_Canudos_Siqueira_Menezes.jpg. Acesso em: 21 set. 2025.

40. Fonte: BARROS, Flávio de. 400 jagunços prisioneiros. 1897. 1 fotografia, p&b. Canudos, BA. Acervo Museu da República. Disponível em: Instituto Moreira Salles. Acesso em: 1 dez. 2025.

41. Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e o traçado viário do OpenStreetMap (OSM).

42. Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e o traçado viário do OpenStreetMap (OSM).

43. Fonte: TEIXEIRA, Evandro. Canudos 100 anos. 1996. 1 fotografia. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI). Evandro Teixeira: o fotógrafo que driblou a ditadura. Disponível em: https://www.abi.org.br/evandro-teixeira-o-fotografo-que-driblou-a-ditadura/. Acesso em: 1 dez. 2025.

44. Fonte: TEIXEIRA, Evandro. Ruínas da Igreja de Canudos - Açude de Cocorobó, Canudos - BA. 1994. 1 fotografia. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/103234-ruinas-da-igreja-de-canudos-acude-de-cocorobo-canudos-ba. Acesso em: 1 dez. 2025.

45. Fonte: SANTANA, Luis Carlos de. Ruínas da antiga igreja de Canudos. 2013. 1 fotografia, color. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/luiscarlosdesantana/10332898004/. Acesso em: 1 dez. 2025.

46. Fonte: MORALES, Claudia. 2024. 1 fotografia. Reuters. In: BRAZILIANS fear economy could be devastated by climate events. Agência Brasil, Brasília, 20 nov. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/meio-ambiente/noticia/2024-11/brazilians-fear-economy-could-be-devastated-climate-events. Acesso em: 1 dez. 2025.

47. Elaborado pela autora (2025). A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA). O desenho da transposição teve como referência: WESTIN, Ricardo. Senado do Império estudou transposição do rio São Francisco. In: AGÊNCIA SENADO. Brasília, 5 jun. 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/06/05/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco. Acesso em: 1 dez. 2025.

48. Elaborado pela autora (2025). Base cartográfica constituída pela imagem raster original do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), processada no QGIS.

49. Fonte: PISEAGRAMA. A extinção do São Francisco. [s.d.]. Disponível em: https://piseagrama.org/artigos/a-extincao-do-sao-francisco/. Acesso em: 1 dez. 2025.

50. Fonte: TEIXEIRA, Evandro. João de Régis. 1994. 1 fotografia, p&b. Canudos, BA. Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em: https://acervos.ims.com.br/. Acesso em: 1 dez. 2025.

51. VERGER, Pierre. Canudos. 1946. 1 fotografia, p&b. Salvador: Fundação Pierre Verger. Disponível em: https://pierre-verger.org/fototeca/canudos/#pid=12. Acesso em: 1 dez. 2025.

52. Elaborado pela autora (2025). A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA).

53. Elaborado pela autora (2025). A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), a delimitação da bacia hidrográfica da Agência Nacional de Águas (ANA) e a malha municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

54. Elaborado pela autora (2025). A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA). A divisão fisiográfica teve como referência: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Ordenamento territorial, governança e a transposição de águas do São Francisco. Recife: Fundaj. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/transposicao-rio-sao-francisco/ordenamento-territorial-governanca-e-a-transposicao-de-aguas-do-sao-francisco-uma-perspectiva-1. Acesso em: 2 dez. 2025.

55. Fonte: LINS, Jonathan. Pinturas rupestres em sítio arqueológico na Bacia do São Francisco. [s.d.]. 1 fotografia, color. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Descobertos novos sítios arqueológicos na bacia do rio São Francisco. Brasília: Iphan. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/descobertos-novos-sitios-arqueologicos-na-bacia-do-rio-sao-francisco. Acesso em: 2 dez. 2025.

56. Fonte: POST, Frans. Vista de Fort Maurice no Rio San Francisco. [s.d.]. 1 desenho: caneta, tinta e aquarela sobre papel. Acervo da Bibliothèque Nationale (Paris). Disponível em: https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Frans-Post/128830/Vista-de-Fort-Maurice-no-Rio-San-Francisco-(caneta-e-tinta-no-papel).html. Acesso em: 2 dez. 2025.

57. Fonte: COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS (CBH Velhas). O Caminho dos Currais do Rio das Velhas. In: REVISTA CBH Rio das Velhas, Belo Horizonte, n. 2, mar. 2012. Disponível em: https://cbhvelhas.org.br/noticias/revista-cbh-rio-das-velhas-no2-o-caminho-dos-currais-do-rio-das-velhas/. Acesso em: 1 dez. 2025.

58. Elaborado pela autora (2025). A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA). Os dados de áreas urbanizadas foram obtidos em: SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS (SNIRH). Áreas Urbanizadas. Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/8db5549f-2b94-40f0-b968-6f940bad68fa. Acesso em: 2 dez. 2025.

59. Fonte: Elaborado pela autora (2025). A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30) e hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA). Os dados de rotas e portos foram adaptados de Branquinho (2015, p. 12), com base em registros originais da Companhia de Navegação do São Francisco.

60. Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Navios a vapor percorrem o São Francisco, em Alagoas, em 1870. 1 fotografia. In: WESTIN, Ricardo. Senado do Império estudou transposição do rio São Francisco. Agência Senado, Brasília, 5 jun. 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senado-do-imperio-estudou-transposicao-do-rio-sao-francisco. Acesso em: 2 dez. 2025.

61. Fonte: adaptado de RÉGIS, Tovinho. Barragem de Sobradinho. 2009. 1 fotografia, color. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/tovinhoregis/9421766642/. Acesso em: 2 dez. 2025.

62. Fonte: CANTELE, Fernando José. [Cactos e ossada na Caatinga]. 2023. 1 fotografia, p&b. In: FOTODOC. A seca que assombra o sertão nordestino. 1 jun. 2023. Disponível em: https://fotodoc.com.br/ensaio/a-seca-que-assombra-o-sertao-nordestino/. Acesso em: 2 dez. 2025.

63. Fonte: O GLOBO. "Ele tinha no rosto um pavor enorme", disse soldado que matou o cangaceiro Lampião há 80 anos. In: BLOG DO ACERVO. Rio de Janeiro: O Globo, [s.d.]. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ele-tinha-no-rosto-um-pavor-enorme-disse-soldado-que-matou-o-cangaceiro-lampiao-ha-80-anos.html. Acesso em: 2 dez. 2025.

64. Fonte: O GLOBO. Lampião e Maria Bonita no meio do cangaço. [s.d.]. 1 fotografia, p&b. In: BLOG DO ACERVO. "Ele tinha no rosto um pavor enorme", disse soldado que matou o cangaceiro Lampião há 80 anos. Rio de Janeiro: O Globo, [s.d.]. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ele-tinha-no-rosto-um-pavor-enorme-disse-soldado-que-matou-o-cangaceiro-lampiao-ha-80-anos.html. Acesso em: 2 dez. 2025.

65. Fonte: ABRAHÃO, Benjamin. [Lampião, Maria Bonita e cangaceiros]. 1936. 1 fotografia, p&b. In: MAGENTA, Matheus. Quem matou Lampião? O novo debate sobre a morte do rei do cangaço. BBC News Brasil, São Paulo, 31 ago. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49505229. Acesso em: 2 dez. 2025.

66. Elaborado pela autora (2025), a partir de imagens extraídas de Bahia Recôncavo (2023) e Advocacia-Geral da União ([s.d.]). **1.** Para a imagem de Sobradinho (Bahia Recôncavo): BAHIA RECÔNCAVO. Justiça obriga Chesf a assumir responsabilidades pelo desastre da Barragem da Pedra. 4 jan. 2023. Disponível em: https://bahiareconcavo.com.br/2023/01/04/justica-obriga-chesf-a-assumir-responsabilidades-pelo-desastre-da-barragem-da-pedra/. Acesso em: 2 dez. 2025. **2.** Para a imagem de Itaparica (GOV.BR/AGU): BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). AGU e Chesf derrubam ação indenizatória de R$ 1,7 trilhão. Brasília, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-e-chesf-derrubam-acao-indenizatoria-de-r-1-7-trilhao. Acesso em: 2 dez. 2025. *(Nota: A matéria no site do governo não apresenta uma data clara de publicação no topo, por isso usamos [s.d.] - sem data).*

67. Fonte: adaptado de Barbosa; Buriti; Kumar (2024, p. 2)

68. Fonte: Elaborado pela autora (2025). Processamento em QGIS com base em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH/ANA). SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS (SNIRH). Mapa de AWC (Available Water Capacity) do Brasil. Brasília: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/28fe4baa-66f3-4f6b-b0d2-890abf5910c4. Acesso em: 2 dez. 2025.

69. Fonte: USEFUL TROPICAL PLANTS DATABASE. Inga cocleensis. [s.d.]. 1 fotografia, color. Disponível em: https://tropical.theferns.info/image.php?id=Inga+cocleensis. Acesso em: 3 dez. 2025.

70. Fonte: ESTEVES, Bernardo. Azul da cor do sertão. In: REVISTA PIAUÍ. Edição 167, ago. 2020. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/azul-da-cor-do-sertao/. Acesso em: 3 dez. 2025.

71. Fonte: PISCICULTURA.NET. Criação de Tilápia do Nilo. [s.d.]. 1 fotografia, color. Disponível em: https://piscicultura.net.br/criacao-de-tilapia-do-nilo/. Acesso em: 3 dez. 2025.

72. Fonte: NEO MONDO. Invasão biológica: um problema crescente que coloca espécies nativas em risco. 15 ago. 2022. Disponível em: https://neomondo.org.br/ciencia-e-tecnologia/invasao-biologica-um-problema-crescente-que-coloca-especies-nativas-em-risco. Acesso em: 3 dez. 2025.

73. Fonte: Elaborado pela autora. Composição a partir de retratos de Diana Lange (2015), reconstituição do rio original baseada em fontes primárias da Chesf e dados atuais da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Referência da imagem utilizada: HI-FRUCTOSE. Diana Lange Creates Haunting Portraits with 3D Modeling Software. Hi-Fructose Magazine, 1 jan. 2015. Disponível em: https://hifructose.com/2015/01/01/diana-lange-creates-haunting-portraits-with-3d-modeling-software/. Acesso em: 16 dez. 2025.

74. Fonte: Registros da autora (2024).

75. Fonte: Elaborado pela autora. Malha de triangulação gerada via software *triangle* (v2.0.0), exportada em vetor (SVG) com configuração de *wireframe* (-wf 2) e alta densidade de pontos (-pts 35500) para detalhamento da estrutura.

76. Fonte: Elaborado pela autora. Reconstituição do traçado fluvial a partir do "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e imagens históricas do Google Earth (1985); traçado urbano adaptado de Silva (2020), sobre base cartográfica do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30).

77. Fonte: Elaborado pela autora. Reconstituição do traçado fluvial a partir do "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e imagens históricas do Google Earth (1985); traçado urbano adaptado de Silva (2020), sobre base cartográfica do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30).

78. Fonte: Elaborado pela autora. Traçado original de Itacuruba adaptado de Silva (2020) e topografia extraída do "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

79. Elaborado pela autora. Base cartográfica composta por dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 e hidrográficos (em cinza escuro) da Agência Nacional de Águas (ANA). Traçado original do rio (em cinza claro) vetorizado a partir do "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e imagens históricas do Google Earth (1985); traçado viário das novas cidades extraído do OpenStreetMap (OSM) e das cidades originais adaptado de Silva (2020).

80. Fonte: Adaptado pela autora. Imagem original disponível em: https://geo5.net/bandeira-do-brasil/#google_vignette. Acesso em: 2 dez. 2025.

81. Fonte: Oliveira (2012, p.10).

82. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (s.d.) *apud* Archanjo e Ludovice (2016, p. 228).

83. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (s.d.) *apud* Archanjo e Ludovice (2016, p. 229).

84. Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (s.d.) *apud* Archanjo e Ludovice (2016, p. 228).

85. Fonte: Castro Netto (2017, p. 765).

86. Fonte: Silva (2022, p. 51)

87. Fonte: Companhia Hidrelétrica Do São Francisco, [1987 ou 1978].

88. Fonte: Colagem e desenho da autora.

89. Fonte: Autora (2024).

90. Fonte: Autora (2024).

91. Fonte: Autora (2024).

92. Fonte: Autora (2024).

93. Fonte: Autora (2024).

94. Fonte: Autora (2024).

95. Fonte: Autora (2024).

96. Fonte: Autora (2024).

97. Fonte: Autora (2024).

98. Fonte: Autora (2024).

99. Fonte: Autora (2024).

100. Fonte: Autora (2024).

101. Igreja de Santo Antônio. Fonte: Autora (2024).

102. Fonte: Autora (2024).

103. Fonte: Autora (2024).

104. Fonte: Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da Chesf, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

105. Fonte: Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. O rio antigo (assim como a localização de cada cidade antiga) foi desenhado pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986), bem como de imagens antigas do Google Earth. A topografia foi modelada a partir de dados *do Copernicus DEM GLO-30* (COP-30), processados no QGIS. Todos os dados foram, posteriormente, editados no Photoshop.

106. Fonte: Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. O rio antigo (assim como a localização de cada cidade antiga) foi desenhado pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986), bem como de imagens antigas do Google Earth. A topografia foi modelada a partir de dados *do Copernicus DEM GLO-30* (COP-30), processados no QGIS. Todos os dados foram, posteriormente, editados no Photoshop.

107. Fonte: Vetor da cidade antiga disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

108. Fonte: Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. O rio antigo (assim como a localização de cada cidade antiga) foi desenhado pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986), bem como de imagens antigas do Google Earth. A topografia foi modelada a partir de dados *do Copernicus DEM GLO-30* (COP-30), processados no QGIS. Todos os dados foram, posteriormente, editados no Photoshop.

109. Fonte: Vetor da cidade antiga disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

110. Fonte: Vetor da cidade antiga disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

111. Fonte: Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. O rio antigo (assim como a localização de cada cidade antiga) foi desenhado pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986), bem como de imagens antigas do Google Earth. A topografia foi modelada a partir de dados *do Copernicus DEM GLO-30* (COP-30), processados no QGIS. Todos os dados foram, posteriormente, editados no Photoshop.

112. Fonte: Vetor da cidade antiga disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

113. Fonte: Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. O rio antigo (assim como a localização de cada cidade antiga) foi desenhado pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986), bem como de imagens antigas do Google Earth. A topografia foi modelada a partir de dados *do Copernicus DEM GLO-30* (COP-30), processados no QGIS. Todos os dados foram, posteriormente, editados no Photoshop.

114. Fonte: Vetor da cidade antiga disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

115. Fonte: Vetor da cidade antiga disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

116. Fonte: Trevisan (2020).

117. Fonte: Vetor da cidade antiga disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986).

118. Vetor do plano da cidade disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e do Plano Urbanístico de cada cidade (CHESF, 1973a; CHESF, 1973b; CHESF, 1973c; CHESF, 1973d; CHESF, 1985a; CHESF, 1986a, CHESF, 1986b).

119. Fonte: Vetor do plano das cidades disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia foi modelada a partir de dados *do Copernicus DEM GLO-30* (COP-30), processados no QGIS. A posição de cada plano foi definida em relação à cidade atual. Todos os dados foram, posteriormente, editados no Photoshop.

120. Fonte: Vetor do plano das cidades disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia foi modelada a partir de dados *do Copernicus DEM GLO-30* (COP-30), processados no QGIS. A posição de cada plano foi definida em relação à cidade atual. Todos os dados foram, posteriormente, editados no Photoshop.

121. Vetor do plano da cidade disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e do Plano Urbanístico de Pilão Arcado (CHESF, 1973b).

122. Vetor do plano da cidade disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e do Plano Urbanístico de Remanso (CHESF, 1973c).

123. Vetor do plano da cidade disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e do Plano Urbanístico de Rodelas (CHESF, 1985a).

124. Vetor do plano da cidade disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e do Plano Urbanístico de Itacuruba (CHESF, 1986b; Moreira; Maia, 2020).

125. Vetor do plano da cidade disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e do Plano Urbanístico de Casa Nova (CHESF, 1973a).

126. Vetor do plano da cidade disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e do Plano Urbanístico de Sento-Sé (CHESF, 1973d).

127. Vetor do plano da cidade disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva. A topografia e o rio foram desenhados pela autora a partir das fontes cartográficas primárias da CHESF, sobretudo o "Plano de Implantação do Reservatório de Itaparica" (1986) e do Plano Urbanístico de Petrolândia (CHESF, 1973c).

128. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM).

129. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM).

130. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Os edifícios foram elaborados "casa por casa", à mão, pela autora.

131. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Os edifícios foram elaborados "casa por casa", à mão, pela autora.

132. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Os edifícios foram elaborados "casa por casa", à mão, pela autora.

133. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Os edifícios foram elaborados "casa por casa", à mão, pela autora.

134. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM).

135. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Os edifícios foram elaborados "casa por casa", à mão, pela autora.

136. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Os edifícios foram elaborados "casa por casa", à mão, pela autora.

137. Fonte: Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Os edifícios foram elaborados "casa por casa", à mão, pela autora.

138. Disponível em: https://www.latimes.com/espanol/internacional/articulo/2022-03-20/mineria-transforma-en-pueblo-fantasma-a-localidad-en-brasil. Acesso em: 20 fev. 2026.

139. Disponível em: https://quatrocincoum.com.br/galeria/as-vidas-partidas-de-maceio/. Acesso em: 20 fev. 2026.

140. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/maceio-esta-afundando-e-a-braskem-precisa-ser-punida/. Acesso em: 20 fev. 2026.

141. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-11/braskem-fecha-acordo-de-r-12-bilhao-por-desmoronamentos-em-maceio. Acesso em: 20 fev. 2026.

142. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/11/20/interna_nacional,1324415/bairros-afundando-transformam-parte-de-maceio-em-cidade-fantasma-e-atraem-c.shtml. Acesso em: 20 fev. 2026.

143. Disponível em: https://www.chumbogordo.com.br/437453-o-lado-fantasma-de-maceio-por-fernando-gabeira/. Acesso em: 20 fev. 2026.

144. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1011278/entre-rachaduras-e-silencios-a-cidade-fantasma-que-assombra-maceio. Acesso em: 20 fev. 2026.

145. Fonte: Colagem e desenhos da autora.

146. Fonte: Autora (2024).

147. Fonte: Autora (2024).

148. Fonte: Autora (2021).

149. Fonte: Autora (2024).

150. Fonte: Autora (2021).

151. Fonte: Autora (2024).

152. Fonte: Autora (2024).

153. Fonte: Autora (2021).

154. Fonte: Autora (2024).

155. Fonte: Autora (2024).

156. Fonte: Autora (2024).

157. Fonte: Autora (2024).

158. Fonte: Colagem da autora. Por cima da colagem foi criada uma malha triangulada utilizando a ferramenta de linha de comando (CLI) *triangle (v2.0.0)*.Depois, a autora desenhou brilhos que interligassem a imagem à malha.

159. Fonte: Autora (2024).

160. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/aparicao-de-ruinas-revela-memorias--de-moradores-de-cidades-inundadas-na-bahia. Acesso em: 5 de mar. 2026.

161. Disponível em: https://www.blogleonardorodrigues.com.br/2015/11/ruinas-da-sento-se-velho-reaparecem--com.html. Acesso em: 5 mar. 2026.

162. Fonte: Pinheiro (2019).

163. Fonte: Pinheiro (2019).

164. Fonte: Pinheiro (2019).

165. Disponível em: https://fotonatural.photoshelter.com/image/I0000RF8bua5AZrk. Acesso em: 5 mar. 2026.

166. Fonte: Pinheiro (2019).

167. Fonte: Pinheiro (2019).

168. Disponível em: https://www.assisramalho.com.br/2017/10/petrolandia-apos-29-anos-ruinas.html/ adaptada pela autora.

169. Disponível em: https://www.petrolandiaemfoco.com.br/2017/05/resgatando-memoria-de-um-dos-lugares.html/adaptada pela autora. Acesso em: 5 mar. 2026.

170. Fonte: Autora (2021).

171. Fonte: Autora (2021).

172. Fonte: Autora (2021)

173. Fonte: Autora (2021)

174. Fonte: Autora (2024).

175. Fonte: Autora (2024).

176. Fonte: Cidade antiga de Pilão Arcado disponibilizada por Antonio Willamys da Silva. Adaptada pela autora.

177. Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva.

178. Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva.

179. Elaborado pela autora. A base cartográfica utiliza dados topográficos do Copernicus DEM GLO-30 (COP-30), hidrográficos da Agência Nacional de Águas (ANA) e viários do OpenStreetMap (OSM). Vetor das cidades antigas disponibilizado por Antonio Willamys Fernandes da Silva.

180. Fonte: Autora (2021).

181. Fonte: Autora (2021).

182. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/06/16/no-sertao-de-pernambuco-caca-a-asteroides-e-cometas.ghtml. Acesso em: 10 mar. 2026.

183. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/06/16/no-sertao-de-pernambuco-caca-a-asteroides-e-cometas.ghtml. Acesso em: 10 mar. 2026.

184. Fonte: Autora (2024).

185. Fonte: Autora (2024).

186. Fonte: Autora (2024).

187. Fonte: Autora (2024).

188. Colagem elaborada pela autora.

189. Disponível em: https://nailsonmoura.com.br/produto/farol-do-antigo-povoado-cabeco-rio-sao-francisco-sergipe-2022/. Acesso em: 10 mar. 2026.

Apêndice

Depoimento Jaílton

Pesquisadora: Como foi para o senhor, a mudança da antiga cidade para a nova? Qual foi a maior diferença para o senhor?

Seu Jailton: Ah, a diferença é muito grande. A gente tava acostumado com uma cidadezinha pacata, né? Todo mundo era mais família, todo mundo era família. Aqui... A maioria daqui... 70% de gente é de fora.

Pesquisadora: De onde?

Seu Jailton: A maioria do pessoal que morava na velha cidade foi para Ibotirama, outros foram para Remanso... [...] Poucas pessoas que eram da velha cidade ficaram aqui. Ficaram aqui 250 familias, as outras foram transportadas. De lá o pessoal vinha pra agricultura, pra pesca... Era antes uma cidade humilde, pequenininha, feia. O pessoal daqui não tem aquela ligação com os costumes da velha cidade. Ficou uma cidade que não tem muita ligação. Antes tinha o rio, tinha as ilhas... O (rio) Pajeú para a gente visitar... E aqui o pessoal fica depressivo, não trabalha... não tem seviço. O pessoal lá, trabalhava na roça.

Pesquisadora: Por que o senhor acha que o povo é depressivo?

Seu Jailton: Rapaz... Tinha aquele hábito de ir pra roça, ir para as ilhas. Acho que é porque o povo não trabalha mais. Antigamente, o dia amanhecia, você pegava seu barco, ia pra ilha... Trabalhava o dia todinho. Quando voltava, voltava remando. Hoje o que o pessoal faz é caminhada, de um lado pro outro. O pessoal antes era saudável, não tinha remédio. Hoje em dia tem muita bebida. Muita droga. Muito crack e cocaína. Eu tenho pena. A juventude tá acabada.

Pesquisadora: E a agricultura não tem mais, né?

Seu Jailton: Não, não. Tem não. Mas eles tão resgatando agora a fruticultura. Eles tão investindo nela. Uva, maracujá, acerola, goiaba, mamão e manga. Aqui perto. Mas não é o povo daqui não, são grandes empresários.

Pesquisadora: A terra aqui é boa?

Seu Jailton: É, é boa. Mas é o costume... A CHESF viciou o pessoal, né. Quando o pessoal veio para aqui eles recebiam 2 salários e meio por quatro anos... Mas por uns 10 anos ela segurou...E era bom, o recurso... aí eles não se incomodaram, né. Aí quando acabou a verba, aí ficou sem opção. Ficaram desacostumado, né?

Pesquisadora: Qual a principal fonte de renda da cidade?

Seu Jailton: A piscicultura e a prefeitura. Tem muito peixe.

Pesquisadora: As pessoas antigas daqui não trabalham com piscicultura?

Seu Jailton: Não. Só empresário, gente de fora. O custo é muito alto.

Pesquisadora: E o senhor? Com o que o senhor trabalha?

Seu Jailton: Eu mesmo sou funcionário aposentado da prefeitura. Hoje tenho 61 anos. Aposentei há dois anos. Quem inaugurou essa prefeitura daqui fui eu.

Pesquisadora: E o que o senhor sente falta na cidade? Alguma coisa específica? O que o senhor acha que falta aqui?

Seu Jailton: Ah... Lazer. O rio era o lazer da vida da gente na cidade velha. O que tem mais aqui é o futebol. O futebol daqui passa até na terceira divisão do brasileiro. Mas sem ter recurso para investir... Já viu...

Pesquisadora: A mudança da antiga cidade para cá foi muito difícil?

Seu Jailton: Ah... Foi complicado. Sair foi rápido, teve que sair de repente. Eles destruíram ela nos nossos olhos. Foi muito difícil acostumar. Foi uma emoção que não sai da cabeça. A gente vendo a água subir... Uma emoção triste.

Depoimento Carlos

Pesquisadora: Oi seu Carlos! Qual a história dessa Igreja?

Seu Carlos: Essa Igreja já vai completar 101 anos, foi feita mas nunca foi terminada. A pintura que ela tem foi a primeira pintura que foi dada nela. Quem fez essa igreja aí foi a SUVALE. Era empresa do governo. Mas aí a SUVALE perdeu a concorrência, aí entrou a CODEVASF, que acabou nunca terminando a igreja. Tinha uma feira encostada nela. Das boa. Chamava Feira da Barreira. A gente foi criado aí, em Velha Barreiras, que era município de Petrolândia. A gente morava aí mais na frente em Barreiras, aí tinha as casa da CODEVASF, tinha a rua da mangueira, a rua do momento, a rua dos doutor... Tinha a casa de apoio, a chocadeira, tinha a usina de algodão...

Pesquisadora: Seu Carlos, e essa Ilha de Rarrá, mais na frente?

Seu Carlos: Essa ilha foi fabricada a pouco tempo. Ali era... a gente foi criado ali, nasceu ali, lá no local da roça. O Rio São Francisco corria ali. Passava ali na frente. Aqui não é rio, aqui é uma bacia, um reservatório da barragem. Aí... O Rarrá criava bicho, criação, gado, né. Aí ficou Ilha de Rarrá. Mas não é Ilha de Rarrá. Era ilha de outras pessoas. Aí o povo inventou de fazer esse treco aí, aí ficou esse nome... Mas esse nome foi criado. Rarrá era o nome de uma pessoa, baixinho e tal. O terreno dele fica por trás dessa ilha. Esse terreno aí é da marinha do IBAMA. Aí só pode fazer uma coisa se a marinha autorizar.

Pesquisadora: E pro senhor foi bom sair de Barreiras e ir para Petrolândia?

Seu Carlos: Foi ruim, naquele tempo tudo era melhor. Aqui a fatura era grande, era o côco, era goiaba, era tomate, era melancia aí, feijão de corda... Tudo produzia. Tinha irrigação, os terreno era bom... E agora... os terreno... Eles foram fazer as permuta pra lá e os terreno não presta. Menina... Aqui mudou muita coisa. Foi muita tristeza naquela época, viu. Até hoje todo mundo é triste. Os mais velhos que morreram, a maioria perdeu tudo, a CHESF só recuperou um terço... tendeu? Tem uns terreno aí... os mais rico... que compraram o direito dos outro. Aí fizeram essas propriedade na beira do rio. Mas aqui tudo foi permuta.

Pesquisadora: E esse povo trabalha com o que?

Seu Carlos: É tudo comerciante que trabalha o dia inteiro na rua e mora aí.

Pesquisadora: E o senhor tinha 13 anos quando a água subiu?

Seu Carlos: Não. Nós viemos foi depois, pra Petrolândia. Até os 13 anos morei em Velha Barreiras. Nós viemo antes, pra aqui pra Barreiras, que meu pai era empregado aqui da, guarda da CODEVASF, aí veio trabalhar aí... A CODEVASF deu casa, né? E eu fiquei trabalhando mais o véio. Quando completei 18 ano, fui pra velha Petrolândia, trabalhar com um primo meu. Antes de inundar. Nós ia morar em Itaparica, ao invés de Petrolândia, Zé Danta era o prefeito lá, mas a região lá é tudo pedra e não tinha a irrigação. Lá eu trabalhei 8 anos. Aí me casei e fui para Velha Petrolândia. Morei 8 anos em Tacaratu... Foi quando tava morando em Tacaratu que veio a inundação...

Seu Carlos: Hoje, o rio não enche mais. Não tem chuva, a gente não vê essas coisas mais, sabe? Você não tira um pé de feijão, um pé de abóbora, melancia... de chuva não. Antes eu trabalhava na fruto tropical, que era uma empresa de plantar tomate. Era na enxada e a gente tirava alguma coisinha...

Pesquisadora: No começo, seu pai trabalhava com o que?

Seu Carlos: Meu pai trabalhava na Velha Barreiras, aí foi transferido para uma agrovila na Nova Barreira... Aí a gente foi pra lá... trabalhamos na agrovila 25 anos... aí ele morreu e a gente vendeu...

Pesquisadora: Na agrovila vocês trabalhavam como? Vocês plantavam?

Seu Carlos: A gente plantava. Nessas agrovilas é tudo irrigação. Mas os terrenos não prestam... A terra não presta. Nenhum projeto desse aqui. São 28 agrovilas que a CHESF fez para o pessoal aqui. A maioria todo mundo vendeu, deu. Cada agrovila é 50 casa. Antes, na beira do rio, os terrenos daqui era bom, era legal. Quando era no outro dia ainda tinha água no terreno, que era barro. Aqui não, tudo é areia... A maioria dos agrovilenses sobrevive é de aposentadoria. Hoje em dia, você pagar um saco de 50 quilo, de adubo... Você vai fazer um plantio, você gasta 30 saco de adubo... Dá quanto? Fora o veneno, fora o trabalhador... Tem condições pra uma pessoa? Os político esconde as coisa... se os político ajudasse a população, ninguém existia desse jeito aí não. Aqui nós não tem político que ajude pobre. Só ajuda as mão deles e os rico deles. Óia aqui quando a gente chegou aqui, o governo era pra pegar dois salário... Mas ele nunca pagou. Aí cortaram o salário... a fome aumentou pra todo mundo... Meu depoimento é esse. É de tristeza mesmo.

Depoimento Primitiva e Lucilene

Pesquisadora: Oi, dona Primitiva! O que vocês faziam antigamente em Rodelas?

Dona Primitiva: A gente plantava cebola, feijão de corda, pescava na Ilha da Viúva... A gente ficava também vendo o fogo corredor.

Pesquisadora: Como era esse fogo?

Dona Primitiva: Um fogo que saía da Ilha dos Cabaço, para a Ilha do Tucú, para a Ilha da Viúva. Só um clarão... Parecia uma luz de carro. Nós chamava de fogo corredor ou fogo encantado. Contavam que existia também o nego d'água. Ele morava dentro do rio, mas diziam que não era todo mundo que via. Com a cabeça pelada. Pretinho...

Lucilene: Eu lembro quando eu lavava a louça na beira do rio... Os pratos de barro sumiam tudinho... Alguém pegava os pratos quando eu era pequena. Daqui a pouco, a gente lavava a louça com areia e com um sabão que era feito com sebo de carneiro. A gente fazia sabão... Mas... Depois... a gente pegava fruta assim no pé... Era quixabeira, imbu, murici... E embaixo dessas árvores eu via aquelas luzinhas da roça... Porque a gente aguava as plantas a noite. Pegava fruta no pé... Era lama de manga, de pinha... Eu lembro quando a mãe da Primitiva passava com uma trouxa assim na cabeça... Era uma cabocla velha... Mãe dela. Eu era criança ainda, eu ia pra de baixo do pé de quixaba e eu sentia que alguém chegava e balançava o pé. Mas quando eu olhava não tinha ninguém. Era um encantamento. E ele existe.

Lucilene: Mas... Tudo isso pra dizer que o Rio São Francisco é a minha raíz... E que... Aquele tempo das cidades antigas não volta mais. A gente colhia, plantava, aguava de noite com aquelas bombas... A gente fazia isso para sobreviver. Hoje em dia, as coisas mudaram, mas lá atrás, era totalmente diferente. A gente dependia daquilo para sobreviver, trabalhava plantando cebola... Carregando no engenho que fazia mel... Fazia rapadura... Isso é tudo coisa de lá do passado, lá atrás.

Pesquisadora: E agora? O que a senhora viu do que ficou a cidade?

Lucilene: Agora só ficou muita saudade. Hoje tem a roça de côco. Hoje em dia, os índios tão atualizados. Tem médico pra gente, o direito do índio. Nós lutamos até agora... Existe um lugar chamado Sorubabel, um território indígena também... Eu morro pela minha terra... E assim... é muita saudade.

Depoimento Bernadete Caxias

Bernadete Caxias: Eu tive muita curiosidade, quando cheguei em Casa Nova, de procurar saber tudo direitinho, procurei saber da guerra do pau de colher, aqui em Casa Nova, no município. Então eu procurei saber isso tudo, por isso que eu me entrosei e as pessoas sempre me procuram por causa disso porque eu... [tenho] vontade de falar, eu falo demais! Aí você corta lá se precisar. Então, vontade de falar... eu sou muito conversadeira e gosto muito de pessoas que chegam aqui, que me procura. Então, aí eu tive muita curiosidade. Lá em Casa Nova era uma cidade, era uma viela: por onde entrava, saía. Não tinha estrada, ou você vinha pelo Rio São Francisco ou então você entrava, ia pela estrada, entrava e saía pelo mesmo lugar, porque não tinha estrada pra lá então entrava se fosse para Remanso pegava a estrada de Remanso. Então é pra mim foi muito estranho porque eu era acostumada lá em Petrolina para ir para ali e para voltar. Então quando ela já estava com os anos em Casa Nova aí apareceu essa história que ia inundar Casa Nova, que Casa Nova ia sumir; que ia ter uma barragem, não sei o quê... mas a gente nem acreditava que tivesse aquilo, né porque com tanta gente... como é que muda uma cidade onde o Rio na margem tinha engenho, tinha ilha que plantava, tinha muito muita mangueira muito muita coisa. Ah meu Deus como é que vai mudar uma cidade dessa? Mas não é que aconteceu? Aconteceu. O engenheiro chegou, não foi muito bom porque eles não prepararam muitas pessoas, muitas pessoas sofreram, muitas pessoas morreram, aí não preparou muitas pessoas.

Pesquisadora: E morreram por que?

Bernadete Caxias: Morreram porque foi difícil para ele sair. Quer dizer, eles tinha terrinha deles, criava as cabritinhas deles, criava as galinha... e para sair, eles dizia: para onde eu vou? Como é que eu vou cuidar de uma coisa? E não foi, não teve muita assistência não sabe? Eu por exemplo eu morava numa casa do Derba , que meu marido trabalhava no Derba, aí a gente ganhou uma casa para morar. Só que essa casa não recebeu a indenização que os outros receberam, não recebeu. Nós não recebemos. Só disseram assim: vocês têm que fazer a casa de vocês lá na nova cidade. Chamava nova cidade. Então a gente vai começar essa casa aqui, meu Deus, eu tinha naquela época eu tinha 7 filhos, depois que uma nasceu aqui. E aí sem uma casa de morar. Então que foi que aconteceu, fui pra na casa de meu pai no Pernambuco, e meu marido veio tentar fazer essa casa aqui pra gente morar.

Pesquisadora: Então ficou lá com os filhos?

Bernadete Caxias: Eu fui para lá com os filhos, com galinha,

com com tudo o que eu possuía. Tudo o que eu possuía... eu levei pra lá. Então, aí então, muita gente tem muita dificuldade, foi um sofrimento muito grande com a mudança porque as pessoas tinha tudo lá, seu jeitinho de viver. Para mudar para outra cidade era bem difícil, não era? Então quem morreu, por quê? Porque não tinha como fazer a casa, não tinham como botar a porta, como teve um senhor mesmo que morreu porque foi pedir uma porta, aí não achou quem desse, ele chegou em casa e bebeu o veneno. Quer dizer, seus filhinho à toa né, ficava à toa porque não tinha onde morar, aí ele bebeu veneno e morreu. Muita gente morreu, muitos velhos morreram, pessoas que, que não queriam sair. É pronto, mas foi uma rapidez que fizeram essa barragem, nos tanques fizeram. E as pessoas: não vou, eu, nós não vamos sair. Eles não vão nos afogar e nós não vamos sair. Aquelas pessoas mais velhas que é ranzinza né, que o povo chamava? Aí então, quando os engenheiros chegaram, botaram água, botaram água! Água chegou na porta das pessoas, foi [aí] que eles resolveram a sair, muita gente... muita gente. Agora, por que acabou tudo para as pessoas? Lá tinha, tinha assim a tradição... tradição do lugarzinho, né? Tinha samba de velho, tinha é Reisado, São Gonçalo, a novena do padroeiro... Para vim para aqui foi tudo muito difícil, muito difícil. Quando chegou aqui, não tinha... não tinha a Capela para voltar as imagens... Foi muito difícil. O povo sofreu demais, demais mesmo, e acabou muita coisa, ó: o samba de velho mesmo acabou, aqui não tem mais ninguém, né? Acabou.

Pesquisadora: o que que era o samba de velho?

Bernadete Caxias: É tipo assim, um reisado um tipo reisado que batia no, nas latas não sei o que, os outros dançava, né, e a velha era que mais gostava de tudo isso que chamava samba de velho, né.

Bernadete Caxias: E aí também o São Gonçalo, hoje ainda tem um São Gonçalo aí pro interior, mas aqui na cidade não tem mais, não tem mais. No Natal era aquela festa de Natal, com os parentes. Lá na cidade velha, se vocês andar lá, cês vê que tem um morro de areia. Aí o povo ia para lá, para fazer as orações. Nesse morro de areia tinha uma cruz, um cruzeiro.

Pesquisadora: era perto do rio?

Bernadete Caxias: É, era bem perto do Rio, bem perto. E aí, e o pior? E os defunto, as pessoas que já tinham morrido? Como era que ia tirar o cemitério? Não tinha como tirar. Num cemitério você tira os vivo mas os morto não tira. Ainda deram, assim né, ainda deram até a liberdade das pessoas: quem quisesse arrancar os ossos trazer para aqui... mas tinha gente que não tinha condição de trazer! E era alta, e a água foi chegando, chegando, chegando...invadindo tudo tudo tudo, se vocês forem na cidade vocês vê. O horror de água que tem

lá, a cidade era toda lá embaixo, daquela água. (6.25) Tem hora que eu digo: eu queria ser um peixinho pra eu nadar e ver onde era a minha casa.

Bernadete Caxias: Lá, ó, era, lá na, no Morro onde a gente morava, depois foi morar no Tabuleiro, aí foi mudando aí pro Riacho. Era dividido: o Riacho, Tabuleiro e Morro. Eram 3, 3... como é que dá o nome? 3 bairros, viu. Aí no primeiro era Riacho é claro, mais perto do Rio não, é?

Bernadete Caxias: E quem não sofria vê suas mangueira cheias de Manga e água tomando conta? Quem não sofria ver se o pé de laranja como lá na minha casa, tinha um pé de laranja no muro, que eu toda vida gostei de plantar essas coisas assim. Cheio de laranja parece que estava adivinhando a água chegar. Aí quando a água cobriu que ficou lá em cima as laranjinhas tudo lá verdinha. A gente sabia que a água ia cobrir. Foi muito sofrimento, foi muito sofrimento. E o povo não deram muita assistência os os grandes não deram muito assistência aos coitado.

Bernadete Caxias: E os doido? Pessoas que viviam de rua. Aí pronto, aí ficaram por lá ficaram na, na caatinga, morreram por lá, ninguém sabe dizer, ninguém sabe dizer. E aquelas roça do povo foi tudo acabada, dias de plantar mandioca, plantar a cana, plantar batata, que era muito boa bastasse de lá... Aí foi tudo de água abaixo ficou tudo debaixo da água. Quem é que não sofre com uma coisa dessa, né? E aí foi difícil para costumar nessa cidade né, muito difícil, muito difícil mesmo.

Bernadete Caxias: Eu tenho um menino que ele saiu de lá pequeno, Geraldo pequeno, ele diz bem assim: mãe eu não me lembro da velha cidade. Eu digo, mas meu filho você que dizia assim: mãe (quando o sino da igreja tocava), você dizia: mãe, Casa Nova, o São José está nos chamando. Vamos lá ver São José nosso roteiro? Porque o canto de São José dizia assim: São José nosso roteiro. Aí ele dizia: mãe, vamos ver José nosso roteiro? Que aqui não é Casa Nova. Ele quase não acostuma aqui, as crianças quase não acostuma. O meu mesmo sofreu muito muito mesmo porque ele dizia: vamos para Casa Nova eu quero ver o Derba (o Derba era lá onde o pai dele trabalhava), eu quero ver a casa de minha avó Marinês, eu quero ver a minha casa, eu quero ver não sei o quê, eu quero ver a cabritinha, quase não acostuma aqui. O meu, imagina os outros por aí. E eu que conversava direitinho com ele, né, e uns que nem sabia conversar direitinho com os filho para dizer o que era que estava acontecendo... Eu explicava para ele, mesmo assim os outro não, já era maiorzinho, já entendia mas também teve problema.

Bernadete Caxias: Lá era assim, você, quando faltava água na cidade, a gente pegava os filho e ia tudo lá, lá no Rio, para

dar banho, para lavar a roupa lá no Rio. Menino brincava na areia, menino... E aqui não tem, aqui não tem. Aqui tem uma represa ali no, na ponte. Não tem mais essa relação. Se faltasse água, a gente pegava as moringa, ia lá no Rio, enchia e trazia para casa, né. E aqui não tem isso. Se faltar água aqui você tem que esperar um tempo, uma coisa, porque não tem. Tem coisas que melhorou, claro, que melhorou na cidade. Porque lá tinha a energia só era até onze horas da noite, sabe? A gente só tinha geladeira a gás, e aqui não, a gente melhorou isso. Mas o Rio mesmo, a gente pescava... os menininho pescava...E as mãe pegava umas trouxa de roupa, como o povo chamava, né, e levava para o Rio e lá, ia lavando a roupa, e os meninos brincando lá, pescava, pegava piaba... E aqui, não tem nada disso, nada disso. Aqui, aqui não conhece nem o rio. Não, não conhece. Que se for ali na ponte é um braço do Rio, né. Não conhece o Rio, o vapor... Minha gente, o vapor começava a apitar lá de longe que ia para Pirapora... Aí lá vem tal vapor... A gente conhecia até o apito do vapor. Barão de Cotegipe, não sei o que, a gente sabia. Hoje, aqui, não vê nada disso. Nós estamos na caatinga, não tem mais do Rio aqui. Não tem mais de rio. Agora uma coisa, para os agricultores, melhorou. Para plantar... melhorou. Tem muita planta, muita coisa... Planta manga, fazenda de manga, de uva... Pra eles lá, mas pessoal pobre daqui da cidade não... de jeito nenhum. É tudo muito muito muito muito... eu conversei demais, mulher.

Depoimento Maria da Conceição Ferreira dos Santos (Ceiça)

Pesquisadora: De quando você era pequena, né? Que morava na cidade antiga, né, com a sua família. Se você quiser falar sobre o processo de mudar pra Juazeiro.

Ceiça: do processo?

Pesquisadora: Xique-Xique.

Ceiça: Sim, aham.

Pesquisadora: E depois, ah, mais assim, é, a sua história. O que você falar está ótimo.

Ceiça: Tudo bem.

Pesquisadora: Mas a gente é queria também saber se você tem alguma ligação com as ruínas também, da antiga cidade é... e também como era a relação com o Rio antes, e como ficou. É como era a relação do Rio antes aí como ficou a relação com o Rio. Como vocês se relacionaram com o Xique Xique e hoje em dia assim, como você enxerga o Rio... Mas eu queria te deixar mais livre também pra você falar o que você é... acha mais importante assim da sua história.

Ceiça: Então, é... Eu poderia falar muita coisa, muita coisa. Mas, ainda melhor, poderia falar a minha família, por serem mais antigos. Mas eu sou de origem, minhas raízes são verdadeiramente de Pilão Arcado, onde tudo começou, né. Lá foi onde o Lago maior, né, da barragem é... onde trouxe muitos, é... eles achavam que ia ser benefício, porém foi desastre total. Onde que, começou bonito... bonito não, começou ruim porque era uma história de vida, era ali onde todos é pretendiam criar seus filhos, onde tinha sua roça, seu ganha pão, né. Então a CHESF veio, imaginando que, tirando eles dali, botando em lugar seguro, que ia proporcionar uma vida melhor. Porque todos moravam na roça, então levar para a cidade, onde que poderiam se estudarem e dar o melhor para os filhos, né... No entanto foi muito o contrário. Trouxe miséria, fome, desastre total. Na minha família eu sou a prova viva. Então, assim, eu era muito pequena quando tudo começou, mas é uma coisa que nunca saiu da minha mente. É uma coisa que me perturba até hoje, eu não gosto de falar... e ao mesmo tempo é bom falar, é bom falar porque não é só um desabafo, é até um pedido de socorro não só por minha família, mas por tanta gente que ali perderam tudo. Eu, eu a minha família perdeu tudo. E a gente perdeu total porque por meus pais não terem uma educação, um conhecimento melhor na época... Porque aquele tempo poucas pessoas não sabiam ler, e eles era literalmente da roça, viviam da roça, eles foram criados na roça, os pais deles eram da roça. Então eles eram igno-

rantes, né. Não tinham conhecimento de leis, do que poderiam buscar, ir atrás, conhecer um advogado e procurar os seus direitos. Então até hoje meus pais, minha família, literalmente, perdeu total. E eu tô falando da minha família, mas foram várias famílias, foram muitas pessoas como a minha família que tiveram a mesma perca e tiveram o mesmo sofrimento. A minha foi um pouquinho mais pesada por conta que éramos todos pequenos, né, e quando aconteceu a barragem, antes das águas subirem ficar submersa a cidade, eles imaginaram que tirando a gente e botando num lugar Xique-Xique, né, que era um lugar que era seguro... então... é que não foi, absolutamente, foi um erro muito grave da CHESF. Onde que diziam que estava indenizando na verdade era uma gratificação, que nunca houve indenização, nunca teve isso no papel. Deram essa gratificação, a gente se mudou para Xique-Xique com meu pai, nós éramos todos pequenos, eram 5 filhos, na época. Eu era a segunda maior e tinha apenas 5 anos. Então, é... moramos lá por algum tempo: um ano e pouco... ai, eu não me lembro exatamente o tempo precisamente. Mas ficamos lá por algum tempo, e meu avô veio a falecer. Então eu já estava de férias com meu pai na roça, ou seja, na cidade natal, em Pilão Arcado, né, onde que meu avô de lá não saiu. As pessoas mais velhas tinha... não só tinha ali uma cidade, não só tinha ali como o seu ganha pão, sua vida, não... Ali tinha toda a história, tinha raízes, né. Então foi lá onde eles nasceram, foi lá onde eles criaram seus filhos, foram lá onde eles puderam conquistar alguma coisa. E meu avô, minha família, tinham conquistado bastante, suficiente para sobreviver. Meu avô nunca quis sair de lá, é... Aí o que eles diziam indenização, que eu chamo de gratificação, eles fizeram isso com meu avô. Porém, teve terras de meu avô, que meu avô tinha uma condição melhor também, então ele não precisou indenizar e ele não quis. E lá, ainda hoje, ele é enterrado nessas terras, dele. Só que essas terras que eles diziam que ia ser segura, que ele não se preocupasse, ficou submersa também. Então, voltando, quando eu, a gente, estava em Xique-Xique, eu de férias com meu pai viemos para é... visitar o meu avô, passar uns dias, né, e aconteceu que o meu avô faleceu naquele, naqueles dias. E então é... meu pai voltou para o encontro da minha mãe e dos meus irmãos menores, é... no intuito voltar e ficar até o sétimo dia, né, fazer a missa de sétimo dia, conhecer e ficar um tempo lá na cidade de onde, é... que eles conheciam tão bem, né, matar saudade, né. E Deus sabe de todas as coisas, a morte do meu avô foi ruim, mas para a gente poderia ter sido nossa salvação. Houve um descontrole da CHESF, naquela época, então as águas subiram, né, foi até a nossa casa, em Xique-Xique nas Pedrinhas. Eu lembro exatamente, o bairro chama "As Pedrinhas" eu não me lembro, eu não me lembro, o nome da rua, não sei nem se existia nome de rua naquela época, né. Mas eu sei que o bairro era Pedrinhas e eu consigo... é como se eu tivesse vendo aquela história, lá em Pedrinhas... E eu lembro detalhes. A escola onde eu estudava, a casa do vizinho onde a gente brincava do meu tio, que era próxima. Enfim. E a gente não era tão feliz lá, porque a gente tinha nossa história cá, né. A gente queria voltar assim, um dia, só que a gente não imaginava que ia ser uma história assim tão triste. Então quando a gente veio a ficar essa semana na casa dos meus avós que aconteceu tudo isso: as águas subiram novamente, onde acharam que era seguro, a CHESF, assim, entre aspas, né, imaginavam, é... Levou tudo, tudo que a gente tinha, tudo, tudo. A gente ficou apenas com a roupa da viagem que eram pouca, que foi uma coisa que ninguém esperava, era um falecimento, né. Então pegou o que... o coisa de urgente, uma hora de desespero, de dor, né. Então imagine que a gente ficou, né, voltando para a roça do meu avô onde é... tava acontecendo o velório e tudo mais... Nisso, a água levou tudo e deixou a gente apenas com aquela roupa, praticamente a roupa do corpo. Minha mãe grávida, e eu era maior com 5 anos e meus outros quatro irmãos, três irmãos, né, porque o quinto era essa menina que ela estava grávida. Imagina aí o sofrimento de um pai e de uma mãe, sem ter uma casa sem ter um prato para comer, né. Que é tudo o que tinha, que tinha conquistado, que não era pouco... Meu pai tinha conquistado muito, ele tinha roça, ele tinha, tinha os seus seus bodinhos lá, tinha seus seus bezerro, os seus gado, né. Ele tinha tudo para a gente viver bem, e de repente a gente não tinha nada. A gente foi morar embaixo da lona. Onde que, meu pai armava a lona, eu lembro disso claramente como se fosse hoje. Meu pai encontrava um lugar alto e imaginava que o Rio não ia ali, ele armava essa lona. Isso na terra da gente, onde a gente foi nascido, criado, que tínhamos tudo. A gente tinha algumas casas, a gente não só tinha uma casa para morar. Então a gente se encontrou sem nada. Inclusive meu avô tinha umas 3,4 roças. Cada roça tinha uma casa. Nesse momento, a gente não tinha uma casa para morar. Nem a nossa, nem de meu avô, ninguém da nossa família, porque a cidade ficou submersa. A cidade não, assim, grande parte da cidade ficou submersa, só que na época, o meu avô tinha casa na cidade e a gente não. Mas a gente tinha casas na roça, e a roça ficou literalmente, ninguém via as casas nem o teto, ficou submersa, literalmente, literalmente. E a gente passou muita necessidade, nessa época. Meu pai é armava a lona em um lugar, na madrugada ele tinha que tirar aquela lona de lá, para subir mais para frente, para fugir das águas, fugir das cobras que vinha das águas. Subir dos bicho que vinha, fugindo das água, entrava entre a gente, eu nunca esqueci disso. Eu nunca esqueci disso, é uma coisa que nunca saiu da minha mente é, assim, é... como eu posso dizer, não só o sofrimento, foi um trauma. E o que mais me dói é que a CHESF, sabendo que tudo isso tinha acontecido - porque sabiam, eles visitaram e eles sabiam do erro deles -e nunca procuraram, pelo menos a minha família. E muita família que ali eu conhecia, meus pais,

que eram amigos meus pais, família da gente inclusive, nunca procuraram. Então se aproveitaram de pessoas que não tinham conhecimento, né, de pessoas pobres - que se fosse pessoas ricas eles sabiam que iam atrás, então eles iam, né, resolver da melhor da melhor forma. Só que eles nunca procuraram, porque eram pessoas pobres, eles não queriam saber da fome, da dor, né, de como eles estavam, como a gente estava. E a gente ficou por um tempo nisso, e depois as águas baixaram, a gente não pode mais ir para Xique-Xique, claro, não tinha mais nada lá, voltamos para a roça do meu pai, e começamos do zero. E assim muita gente, aconteceu. E enquanto eles acharam que indenizando, que ia mudar tudo, não sei o que, eles derrubaram uma cidade inteira, uma cidade linda, uma cidade histórica. Pilão Arcado é uma cidade histórica. Eu lembro da minha infância em Pilão Arcado, é uma cidade, assim, que eu amo de paixão. E eu não tenho assim ela só por conta de que é um lugar onde eu nasci eu tenho ela como um lugar onde eu brincava, o lugar onde toda a minha família estava, com meus amigos. Imagina meus pais que eram de lá, eu era apenas uma criança de 5 anos. Imagina meus pais que criaram, nasceram lá, se criaram lá, toda a história deles era lá, né. Minha mãe nunca quis sair de lá, nunca. Hoje ela tem casa na cidade, hoje ela mora aqui com a gente porque já é uma velhinha debilitada, enfim. Mas meu pai ainda mora lá eu tenho muita família lá em Pilão Arcado, pessoas que eu nem conheço, porque eu ando lá muito pouco também. Mas a história, a dor, a marca, o marco triste ficou. Ficou e sem nenhum reparo, até então. Algumas pessoas, com o tempo, eu ainda vejo pessoas falando de indenização, inclusive esses dias eu procurei um advogado e ele disse que a gente tinha esse direito. E o maior direito seria dessa casa de Xique-Xique, né, onde que eles imaginaram que estava tudo certo, era para indenizar, literalmente, né. É... dar um ponto seguro e tudo que tinha perdido, né. Porque quando a gente foi de Pilão Arcado para Xique-Xique, a gente tinha tudo. Tinha deixado para trás a casa né, é roça, essas coisas. Mas a gente saiu com condição financeira porque meu pai tinha a roça, tinha os animais dele, que eles venderam... Saiu com dinheiro suficiente pra gente sobreviver. Mas tudo que a gente tinha ficou lá em Xique-Xique. Tudo que a gente tinha. Toda nossa história, toda a nossa infância, tudo. E então eu ainda vejo falar em alguns casos que alguém é recebeu indenização, pessoas que foram atrás, é... bem depois disso, acho que 20-30 anos depois, né. Eu acho que ainda há caso de pessoas que ainda está ganhando indenização nisso. Disso né, faz um processo na justiça e tudo. Minha mãe, inclusive, entrou. Mas minha mãe é uma pessoa que é debilitada e tudo, nunca fui atrás né. Eu não sei a que, assim, a que ponto ainda está isso, mas que a gente nunca conseguiu nada, nada, literalmente da CHESF. A gente teve que começar do zero, plantando de novo, nas mesmas terras de antes, sem ter casa mais, construindo casa, construindo tudo, e... Essa é a história de Pilão Arcado, uma história de um lugar lindo, era um lugar pequeno, era tipo... Era uma cidade assim a pequena, pacata, que não tinha... tinha escola, tinha... acho que já tinha posto policial... mas não tinha indústria, não tinha nada, até porque é uma ilha é uma ilha. Pilão Arcado é uma ilha, mas é um lugar lindo, é um lugar lindo, é um lugar onde tem é... um pé de serra, é um lugar onde tem imagens lindas. Tinha uma igreja linda que derrubaram, o que eu não sei porque, tanta maldade, crueldade, porque derrubaram aquilo... que era a igreja mais linda. Eu sempre achei a catedral linda, mas a igreja ela era muito mais linda, muito mais linda. E o Rio é... era uma riqueza, era uma riqueza. E hoje o Rio é uma tristeza, a gente vê aqui em Petrolina isso. Onde que cadê... imagina assim, cadê o político, cadê a marinha, cadê os órgãos competentes que poderiam se envolver nisso, que não fazem nada. Um Rio de água literalmente potável, a maior riqueza do mundo, do mundo, porque a agricultura, né, que o polo é aqui, né. Aqui até Pilão Arcado, Xique-Xique, Pirapora, sei lá, né. Até onde esse Rio passa, né. Acho que o terceiro maior Rio do Brasil, de água literalmente potável. Não tem nenhuma história que a gente conheça, assim, literalmente potável, né. E, o Rio tá estreito totalmente, é... eu conheci o Rio largo, lindo, limpo, águas transparentes. Eu tomava banho bebendo a água do Rio: clara, limpa, tão pura. E hoje em dia a gente vê o rio, o rio tão poluído. Eu morro de... às vezes eu fico olhando daqui, eu fico morta de paixão porque o Rio também é minha história. Eu nadava nesse Rio lindo maravilhoso, eu brincava nesse Rio... e a gente vê que o Rio está morrendo, o Rio São Francisco. Imagina a riqueza e que pobreza, espiritualmente falando, nossa de deixar uma riqueza dessa, uma beleza, a natureza, morrer por falta de cuidados, né. Tem pessoas que jogam lixo, a terra tá indo para lá, para beira do Rio, não tem planta - não tem planta para essas raízes segurar a terra -, para não aterrar o Rio, e o Rio tá morrendo. Sabendo nós que o Rio é a riqueza do mundo, é o São Francisco. Porquê do mundo: a maior riqueza do mundo que eu conheço e é a mais linda e a mais bela, a mais tudo de bom, é a agricultura. E o polo da agricultura é exatamente aqui, nas margens do São Francisco. Isso é a maior riqueza, sabe, essa coisa linda que é o Rio São Francisco. E ninguém faz nada por ele. Cadê a justiça? Cadê a marinha? Cadê todo mundo que poderia fazer, né. Nós poderíamos não jogar lixo no Rio, nós poderíamos fazer um mutirão e dizer assim: vamos hoje, cada uma pessoa, tirar uma sacolinha do Rio. Era muito lindo. Ou então plantar uma plantinha no Rio, né. Cadê a prefeitura? E se o Rio morrer, o que será dos nossos filhos, dos nossos netos, do futuro da nação, né. E é isso.

Pesquisadora: Foi um erro de cálculo, da CHESF, quer dizer, não era para ter inundado as terras do seu avô.

Ceiça: Nunca jamais.

Pesquisadora: Não tava previsto, então

Ceiça: Não em Xique-Xique. Nós também tínhamos terra, tínhamos roça, em Xique-Xique, tinha casa, em Xique-Xique. Não era. Eles, quando levou a gente pra lá, era porque tinha certeza que estávamos em lugar seguro, né. Então, é, houve um erro deles lá, onde que a água, repentinamente, na madrugada subiu e levou tudo. Foi um erro literalmente de cálculo deles.

Pesquisadora: E as pessoas conseguiram sobreviver?

Ceiça: Como eu era muito pequena eu, eu não não sei assim, precisamente. Eu não soube nenhum caso de alguém que viesse a falecer. Agora, de sofrimento, de fome, de necessidade, de tudo, de perca total, muita gente, assim como a minha família. Muita gente, muita gente. E eu sou a prova viva disso. Eu passei por tudo isso junto com meus pais.

Pesquisadora: E foi uma coisa inesperada, tem as pessoas que veem isso de forma programada, tinha que sair da cidade que ia ser inundada, né. Então essa parte programada da história aconteceu normalmente (cortar essa parte)

Ceiça: Sim, sim. Só que o que eles programaram foi um desastre total. A programação deles, os cálculos deles é foi onde que causou a maior miséria, porque quando eles imaginaram que estava tudo certo, as pessoas estavam estabilizadas, estavam tudo, foi quando literalmente é... a água subiu, levou tudo. Então as pessoas não esperavam né, não esperava. Eu Acredito que alguém deve ter morrido com aquilo sim. Eu Acredito sim, só que eu não vou dizer com precisão, porque eu realmente era muito criança, eu não não sei disso. Mas animais com certeza não deu tempo de sair... E essas casas que caíram, a minha casa caiu... graças a Deus a gente não estava lá, pelo falecimento do meu avô, que eu não sei, é... a dor da gente era muito grande mas talvez foi um Livramento também, para a gente... Que meu avô faleceu, mas salvou uma família, né, e a gente era criança. Imagina quanta dor ao mesmo tempo, né.

Pesquisadora: Em relação às terras do seu avô, o Rio cobriu parte delas? É como se ele tivesse uma terra grande, e o rio foi chegando lá?

Ceiça: Sim, isso. Ele cobriu praticamente toda, porém, quando as águas baixaram, as terras ficaram. Só que perdeu tudo. Xique-Xique, baixaram, é, baixou. É, quando as águas baixaram, tudo, é...toda...

Pesquisadora: Então baixaram um pouquinho?

Ceiça: Eu acho que abaixou, hoje tá até mais baixo do que eles imaginavam é, antes até antes, né, de quando antes de acontecer a barragem. Eu acho que hoje tá até mais baixa. Só que, quando ela subiu, levou tudo, e a destruição ficou. A destruição com o povo, literalmente, literalmente.

Pesquisadora: eles destruíram a velha cidade quase toda?

Ceiça: Quase toda. Só pessoas que eram muito ricas, que tinha aquelas casas porque tinha apego, porque tinha carinho, pessoas de mais idade isso, pessoas de mais idade tem isso né, apego, como meu avô, que não quis sair de lá e que não deixou indenizar a parte das terras dele, porque não queria sair de lá, né. Então essas aí não foram, não derrubaram. Mas as demais, ali ó meu pai mesmo, tudo o que a gente tinha, foi destruído.

Pesquisadora: E hoje o que sobrou são essas casas que ainda tem né, a catedral só, a igreja...

Ceiça: A igreja lá, é foi derrubada. A maior a maior tristeza que eu tenho, quando eu olho para aquela igreja. A igreja foi derrubada, só tem alguns paredões, daquela torre linda. Se vocês forem lá, é muito linda, a torre ela é feita de pedra, linda, na beira do Rio, na beira do Cais, linda, uma vista, linda, linda, uma riqueza. É... ainda tem, só que só os paredões. Não tem teto, eu lembro que o teto era um teto, era forrado de madeira, aqueles teto de madeira, a coisa mais linda. O forro, é... Mas aí lembro que a água subiu até a torre da igreja, mas não tinha necessidade de derrubar, inclusive os paredões que ficaram ainda hoje estão em pé, intacto, intacto. É porque era feito de pedra, né, então se considera uma casa de pedra, imagina, é... o Cais não suntentava né, a água, né. E as paredões delas, os paredões ainda tá. E hoje já tem mais gente lá, pessoas que que tinham saído, assim como a minha família, que voltaram, e começaram construir de novo. É como um recomeço, né. É, ainda moram pessoas lá que, tem pessoas lá que nunca saíram de lá, ainda tem pessoas que nunca saíram. Minha mãe hoje saiu porque ela não tem mais condição, ela é acamada, minha mãe pelo gosto dela, é... o prazer dela maior era estar lá, nas terrinha dela, né. E até a família. Tem muita família lá, ainda. Pessoas que eu conheço pessoas, que eu não conheço, porque eu vim muito pequena para aqui, mas tem, tem. E outras famílias, vizinhos, amigos. E a cidade velha tá lá, inclusive pessoas que não moravam na cidade, que nem faziam parte de lá, hoje voltaram para lá para plantar, para morar, porque acha bonito, porque é na beira do Rio, né. Botaram barzinho, sei que lá tem barzinho, é... a última vez que eu fui, tinha barzinho. Ficou linda ela, só não tem energia mais, eu acho que não tem mais, acho que não, pelo menos até a última vez que eu fui, não tinha, e eu não sei porque tiraram porque era, é... poderia é uma cidade, né.

Pesquisadora: Quanto tempo levou, você lembra? Para as águas abaixarem...

Ceiça: Foram muitos anos, foram muitos anos. Para baixar literalmente, eu acho que levou aí uns 10 anos, mas com 5 anos, é... Pelo menos a cidade velha, já... já... eu voltei nesses, nesse mais ou menos nesse período, de 5 anos 4 a 5 anos. E fiquei na cidade velha. Você não pôde ir para as roças, né. Porque eram ilha e estava embaixo da água, e a cidade, parte da cidade, estava embaixo da água. Mas como era um pé de serra, né, aí... é, nunca, nunca... Teve lugar que nunca água chegou.

Ah, se lá, a cidade literalmente, como eles falam, ficou submersa, ficasse literalmente, aqui em Petrolina também ficava. Porque a cidade é muito alta, é um pé de serra. Não tinha necessidade daquilo, de derrubarem de fazer aquele estrago.

Pesquisadora: Vocês viram, vocês viram eles destruindo?

Ceiça: Sim. Sim. Sim, eu vi quando eles destruíram a casa da gente, minha mãe chorava. Eu vi as pessoas chorar, eu vi as pessoas triste, eu vi as pessoas passarem mal, porque tudo estava ficando ali, né. Vi tudo.

Pesquisadora: E qual edifício de lá você tinha uma relação mais forte lá, que você mais gostava, além da sua casa, é... onde todo mundo se reunia... Como era? Você lembra?

Ceiça: Na minha infância a coisa mais linda que eu achava era que lá os vizinhos, eles não eram vizinhos, e eu tenho isso comigo vivo até hoje. Eles eram irmãos. Eles matavam um... digamos assim... um boi, uma ovelha, uma coisa assim... e saíam dividindo para os vizinhos, os amigos. No final do dia eles se juntavam e iam todos, eu me lembro muito bem, claramente, iam tudo lá para minha casa, que tinha uma, eles chamam de terreiro, um quintal, enorme, né, e se juntavam. Na época da colheita, os vizinho iam ajudar um a colher, ao outro. Aí terminava com a daquele vizinho, e ia para o outro vizinho. Ninguém cobrava nada de ninguém, era muito isso. Você não vê isso hoje, né. Essa coisa de amigo, de ajudar um ao outro, de carinho, de né, se precisar estou aqui, né. Se um precisasse, se alguém adoecesse, pode ir, que eu vou cuidar de seu, de da sua roça, vou cuidar de seus filhos... E todo mundo se ajudava, todo mundo era muito unido. Isso era coisa que nunca me saiu da minha mente, as pessoas eram amigos de verdade.

Pesquisadora: E lá em Xique-Xique também?

Ceiça: Não, a não, todo mundo se espalhou. É, eu com meu meus pais, a gente foi pra Xique-Xique. Tive tios meus que foram para a praia, para Irecê, para Ibotirama, para aqui, para Juazeiro, a minha avó veio aqui, para Petrolina. Minha avó, com meus tios. Outros vieram para Juazeiro, se espalharam, se espalharam. A, era isso que eles sofriam, porque ninguém tinha um destino só, as pessoas se separaram. Aquela beleza deles, de estarem juntos em um ajudar o outro, ali também acabou.

Pesquisadora: E eles foram viver do quê, nessas cidades?

Ceiça: Aí iam viver do que tinham, como podiam né sabe Deus, aí é cada um, é, foi lutar por sua sobrevivência, foi lutar poe sua sobrevivência.

Pesquisadora: Teve um grupo de pessoas que conseguiu a indenização, né? Que conseguiu dinheiro, né, durante anos recebendo salário...

Ceiça: não foi, isso não foi um salário, pelo menos com a minha família, eles foram lá disseram que, olha, aqui suas terras vale, eu não me lembro os valores exatos precisamente, mas digamos aí, 50.000, aí eu vou comprar uma casa para vocês em Xique-Xique de 50.000 reais, o que sobrar você refaz sua vida. Eu me lembro que o que sobrou, meu pai comprou uma rocinha perto, que ele sempre viveu de roça, né. Só uma coisa muito pequena, muito minúscula, dentro de tudo o que ele tinha. E ali ele plantava para sobrevivência, aí tentou botar uma bodeguinha, que não deu certo, e aí as pessoas foram se virando como podia.

Pesquisadora: Mas quem veio pra Juazeiro, e para as outras cidades, também recebeu alguma...

Ceiça: Receberam. Todo mundo recebeu essa gratificação. Era um valor... simbólico. Não pagava, era pelo menos a minha família, era simbólico. Era simbólico. Foi coisa assim que em 3 meses, possivelmente, ninguém tinha mais nada. Quem conseguiu trabalhar, é... se virar, né. Aí foi sobrevivendo. Quem não, aí não sei como foi pra acontecer.

Pesquisadora: Mas em algumas cidades, foi construída a cidade nova, né.

Ceiça: Pilão Arcado construiu.

Pesquisadora: Mas as pessoas não foram para a cidade nova, elas foram para outras cidades também, né?

Ceiça: é, é porque as pessoas iam procurando imaginando, eles imaginavam procurar algo melhor, porque tinha filha... Meus pais: eu vou pra Xique-Xique uma cidade maior, desenvolvida, não vou ficar em Pilão Arcado porque está começando, eu não sei como que vai ser. Lá eu já tenho família, né. Então as pessoas foram... cada um tem a sua forma de pensar, e aí foram seguindo, né. Mas muita gente ficou, na cidade nova. Muita gente, talvez a maioria, talvez a maioria. Mas muita gente, é... espalhou, se espalharam, nesse mundo.

Pesquisadora: você foi pouco lá, né?

Ceiça: Muito pouco, é muito pouco. Eu acho que tem uns 12 anos que eu fui lá. Muito pouco. Até porque eu não gosto de ficar lembrando disso. É, eu não gosto de lembrar, né. É, até para ver minha família, meu pai já vem muito para aqui, meus irmãos, praticamente todos, moram aqui. Alguns vol-

taram para lá, mas tá recente, né. E a minha família já está praticamente todo mundo aqui, então não tem muito mais fazer lá não né.

Pesquisadora: e eles voltam para a cidade velha ou para nova?

Ceiça: Para a nova. Quem gostava e tinha aquilo tudo lá era meus pais os meus avós, era os mais velhos, né. Hoje em dia os mais novos não sabem mais, até porque a cidade acabou tudo acabou, eles não tinham mais o que fazer lá.

Pesquisadora: você lembra das festas que tinham na cidade?

Ceiça: Não, das festas em si, não. Eu me lembro de Semana Santa, que as pessoas se reuniram na casa de meu avô, eu lembro que o São João lá era muito bonito, mas assim... muito vagamente, né. Eu tinho 5 anos, na época. É eu não lembro muito assim... e eu tinha 5 anos e ficava na roça, né. Morava na roça, né, então...

Pesquisadora: Quando sua mãe, por exemplo, tava melhor, e ela falava sobre a cidade velha, o que que ela mais sentia falta?

Ceiça: Eu evito falar com a minha mãe, que até hoje quando ela fala, ela chora. Então, assim, eu vejo ela sofrer. Então, eu evito, eu evito. Eu não gosto de falar muito, eu não pergunto muito sobre o assunto, né. Quando eu vejo ela falar, eu procuro mudar de assunto, porque eu vejo que ela sofre, minha avó sofre, chora ou então eu não... não procuro.

Pesquisadora: quando vocês moravam na lona, foi em Pilão Arcado, na terra do seu avô, depois do falecimento.

Ceiça: Sim.

Pesquisadora: mas foi onde a água não chegou ou ela, é... é que ela ia chegando, né. Ela ia chegando, mas era o lugar que tava programado para não chegar?

Ceiça: A não ir. A não ir. Era exatamente onde eles calcularam que a água não chegaria ali, meu avô disse então essa parte eu não vou indenizar.

Pesquisadora: Ah, tinha a escolha de indenizar ou não, era isso?

Ceiça: Tinha, só que pessoas que não queriam indenizar e a água ia, e eles tinham certeza que, nos cálculos deles, ia ficar submersa, se não quisesse indenizar ia perder. Eu acredito que ninguém quis perder, né. Mas quem imaginou, como meu avô, que ali a água não ia, não quis porque tinha apego, né. Não queria sair dali. Meu avô nunca saiu. Meu avô é enterrado lá, nas terras dele. É enterrado lá. Mas na época a água subiu, aí eu lembro que a cova do meu avô foi embaixo d'água, com poucos dias que a gente estava lá. Porque tinha que exatamente quando ele morreu que a gente foi, né. Poucos dias ou mais a cova dele ficou embaixo d'água. Rasinho, mas ficou. Ficou rasinha a água, mas ficou embaixo d'água.

Pesquisadora: E hoje?

Ceiça: Hoje tá tudo lá, tudo como aqui: terra plana. É. Terra plana. Eu não sei por que eles fizeram tudo aquilo e aquela... eu nunca entendi porque aquela barragem. Porque não trouxe nenhum benefício, né. Porque talvez não precisasse, né, porque hoje não temos energia, não era pela energia? Não é? Por que fizeram aquilo? Eu acho que foi um erro desde o princípio, mas ninguém quis assumir, né. Talvez não precisasse fazer nada daquilo, porque hoje o Rio está baixo... Até, até mais baixo do que o nível daquele tempo, né, e tem energia, tem tudo, que era o projeto que eles imaginariam fazer.

Pesquisadora: Você sabe que uma coisa que eu achei muito interessante, foi lá na barragem de São Francisco, a gente foi pra lá ontem. E a gente chegou lá e tinha várias placas de energia solar dentro do Lago de Sobradinho! Do lado da barragem... Você tem uma... você constrói uma barragem dessa, destrói tanta coisa e põe placa de energia solar do lado? Não faz nenhum sentido... Em cima do morro, do lado da barragem de Sobradinho... vários daqueles... daquelas... Como é o nome? Eólicos. Daqueles negócios eólicos. Dentro da barragem... é uma coisa, né....

Ceiça: Daí a gente vê que foi uma coisa assim, um cálculo muito errado, muito desnecessário, não é? Não tinha porquê ter feito isso... Tanto é que hoje tá tudo do mesmo jeito, o Rio está muito mais baixo, é... Hoje em dia as pessoas sofrem, porque, é... Imagina, naquele tempo as coisas era tão baratinha, né, que a gente morava no polo da agricultura, e hoje em dia você compra 1 kg de feijão por quanto? E as pessoas que, que não tem... Que ganham de salário mínimo, como é que sobrevivem? Será que eles pararam para pensar nisso? Né?

Pesquisadora: É, eles não pensaram nas pessoas...

Ceiça: Né. E tantas outras coisas.

Ceiça: Sofrer, passar, é... ter uma, uma... depressão. Eu imagino. Eu lembrava da minha mãe, ela chorando todo dia, eu lembrava da minha avó chorando todo dia. Então ali era uma depressão. Só que eu era pequena e eu não entendia o que era aquilo. Eu lembro quando minha mãe, é... Ia botar a gente pra dormir e gente ia ao meio das madrugadas, eu via ela chorar. E ela dizia: o que é que tá acontecendo com a minha vida? Por que meus filhos tão sofrendo tanto, que eu nunca pensei que meus filhos fossem passar por isso. Então, assim, será que um deles pensaram isso? Que causaram tudo isso? Será que quem criou isso, um dia, teve um mínimo de de de consciência, de colocar a mão na consciência, e dizer meu Deus eu causei isso? Isso é... será Jesus que eu vou, que que

a gente planta a gente colhe, né? A gente colhe. Será que ele pensou assim Deus, Deus é Deus é comigo, verdadeiramente, né? Então, é isso.

Pesquisadora: Foi um alívio falar isso com a gente?

Ceiça: Sim, sim foi um alívio sim, foi um desabafo. Desabafo que eu nem imaginava, mas foi muito bom vocês terem vindo ontem. Por isso eu aceitei e se vocês forem por aí vocês vão ver muita gente. Se vocês forem lá em Pilão Arcado, como vocês foram em Casa Nova e entre outros lugares que que passaram com essa essa dor, essa luta, vocês vão ver muita coisa triste. De pessoas que até hoje não seguiram a sua vida. De pessoas que talvez morreu de depressão e a gente nem sabe, né. Tantas histórias, né.

Eu me lembro uma coisa que me chamava atenção também agora vocês falando eu lembrei: quando a gente voltou à cidade eu me lembro que o cemitério tava, inundado, né. E que a gente encontrava os ossos subindo assim nas, nas águas e ninguém sabia nem de quem, né. Será que eles pararam para pensar que ali era um ente querido, né? Que ali fazia parte de um pai, de uma mãe, de um filho... não era crânio sim se encontrando em submersão na nas águas... Rolando nas água... Era flores do dos dos túmulos, né, que tudo ficaram destruídos, né. Os peixes lá comendo a não sei, eu acho que os couro ou os ossos... Chupando os ossos dos defunto e a gente comendo aqueles peixes, né. Porque então ia, que pescavam, né. Pescavam pra comer, sobreviver... Eles vendiam... Todo mundo comeu esse peixe. Será que eles paravam pra pensar assim: não tava transmitindo doenças, né? E tantas outras coisas, né. Sei lá... São muitas coisas difíceis.

Pesquisadora: Você viu essa cena?

Ceiça: Eu vi! Inúmeras vezes. A gente ia tomar banho no Rio e às vezes a gente... Eu era tão pequena, eu não tinha noção! Eu me lembro ele pegava aquelas aquelas flores, tinha aqueles colares, eu não me lembro como é o nome exatamente daquilo, e a gente brincava, a gente era tão inocente. Pegava e falava: olha meu colar! Que estava no pescoço, olha. E e aí a gente sorria quando lembrava disso. Aí a gente ainda brigava por aquilo: é meu, é meu! Meu Deus do céu... não sabe nem de quem era, podia ser da mãe da gente, do irmão do, né. De alguém da família, mas estava ali jogado, perdido. Porque quem quem botou ali tinha carinho, tinha afeto, botou por um carinho, né. Mas levou... e os ossos se encontrando ali? Eu acho que não ficou um osso ali enterrado, que as águas cavando, os peixes, né, os animais do Rio cavando deve ter levado e esses ossos saía, é... espalhado na nas águas. Todo mundo comendo peixe, bebendo da água. Jesus. Essa era a história de Pilão Arcado. Muita coisa.

Pesquisadora: Muito obrigada.

Ceiça: Imagina.

Ceiça: E sei lá de um reparo, ou sei lá, de alguma forma, pedir uma desculpa qualquer coisa que alivia a dor de muita gente que eles, eles não esqueceram eles colocaram uma pedra para não ter pra não lembrar, com certeza, com certeza... É como se tivesse num baú, fechou a botou a tampa para não lembrar, para não estar olhando aquilo, né. Mas esquecer... Muita gente eu acho que ainda sofre com isso. Muita gente não, com certeza, minha mãe sofre com isso até hoje, minha avó sofre com isso até hoje, é isso.

Depoimento Juraci Ribeiro Rodrigues e Josinaldo Brotas Ferreira

Pesquisadora: A senhora morava aonde, antes da barragem?

Juraci Ribeiro Rodrigues: No Ceará

Pesquisadora: A senhora veio aqui já era pilão velho já então?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Já. Já estava tudo assim

Pesquisadora: Já tava inundado

Juraci Ribeiro Rodrigues: É. Tava inundado.

Pesquisadora: E como é que é pra senhora morar aqui, longe de tudo?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É que eu vim pescar.

Pesquisadora: É né. Aqui é mais o peixe mesmo

Juraci Ribeiro Rodrigues: É.

Pesquisadora: Qual que é o nome da senhora?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Juraci Ribeiro Rodrigues

Pesquisadora: Juraci, prazer

Juraci Ribeiro Rodrigues: Prazer também

Josinaldo Brotas Ferreira: As meninas nenhuma tem, tá aqui não?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tá não. Tão tudo pro Pilão.

Pesquisadora: E como é que é pra senhora, como que é morar aqui?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Eu acho muito bom morar aqui.

Pesquisadora: É bom, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Moro aqui porque eu gosto daqui. Diferente da cidade.

Josinaldo Brotas Ferreira: Ela não sai daqui não. Ela tem as filhas, tem casa na cidade.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Elas tem casa cheia de filho primo, e eu mas eu não vou! Me acostumei aqui, moro aqui, aqui eu não saio não.

Pesquisadora: Tem as meninas na cidade?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tem! Tem duas filhas e um filho.

Pesquisadora: Não quer ir para lá de jeito nenhum?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não! Vou passar dois dias e fico doida para vir embora, e venho embora.

Pesquisadora: E o que que a senhora gosta aqui, de Pilão Arcado velho?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Eu gosto de tudo aqui. Da água. Da moradia.

Josinaldo Brotas Ferreira: Aqui só tá precisando de de de de do prefeito fazer uma limpeza para deixar tudo... derrubar a metade desses... que é o que a gente precisa, não é? Eu sempre trago, ela sabe que quase toda semana eu trago...

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, quase toda semana traz mesmo, o pessoal

Josinaldo Brotas Ferreira: Eu trago um pessoal pra cá

Juraci Ribeiro Rodrigues: É verdade

Josinaldo Brotas Ferreira: E aí a gente chega aqui, vê uma situação dessa aí, né? Então se tivesse umas coisinha, tudo ajeitadinho, tudo nos conformes, seria melhor. A pessoa vinha e queria voltar outras vezes, né.

Pesquisadora: E a senhora aqui, vive praticamente da pesca, né? Como é que a senhora faz para trazer para para o arroz, feijão, essas coisas assim? Como cê faz?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Eu sou aposentada. Eu sou aposentada.

Pesquisadora: Aí a senhora traz de lá da cidade?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, eu vou lá.

Pesquisadora: Ah, vai lá e traz.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Vou lá, no Pilão.

Pesquisadora: Ah entendi.

Josinaldo Brotas Ferreira: Quem é a professora daqui?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É a Lucélia ali do Paudarco.

Pesquisadora: Tem escola aqui ou é lá só?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tem aqui.

Pesquisadora: Tem? Então tem bastante gente morando aqui.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não, é pouca, mas eles dão aula. Eles tão dando aula.

Pesquisadora: A senhora tá morando aqui a quanto tempo?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Quarenta anos.

Pesquisadora: Meu Deus! Desde que a represa subiu então?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi.

Pesquisadora: O pessoal saiu e a senhora veio.

Josinaldo Brotas Ferreira: O esposo dela, ele é daqui né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É não, o primeiro? É não.

Josinaldo Brotas Ferreira: Não, o Tamiso agora.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, mas e o outro era era da Paraíba

Josinaldo Brotas Ferreira: Pois é

Juraci Ribeiro Rodrigues: Aí eu me separei dele, ele foi embora, e eu fiquei aqui com os meu menino, eu criei meus 4 menino, aí pronto.

Pesquisadora: A senhora criou então depois que...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Separemos, era tudo pequeno.

Pesquisadora: Aí a barragem veio, pessoal não quis ficar aqui...

Josinaldo Brotas Ferreira: Mas as meninas não é filha de Tamiso não? Só a Edna e Neila. Só é duas que é filha de Tamiso as outras quatro é filha minha.

Pesquisadora: E elas estudaram aqui?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Elas estudaram.

Pesquisadora: Com a professora daqui? E hoje moram lá na cidade?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foram tudo embora, era de fora, era da Paraíba, era de todo canto as pessoas que vinha dar aula aqui. Foram embora.

Pesquisadora: Então essa cidade continua existindo, né.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Continua existindo.

Pesquisadora: Porque o pessoal fala que só tem ruína. A gente achou que ia chegar aqui e só ia ter só ruína aqui. Achei que ninguém morasse aqui.

Josinaldo Brotas Ferreira: Aqui moram muitas pessoas

Juraci Ribeiro Rodrigues: Aqui mora um bocado de gente!

Josinaldo Brotas Ferreira: Tem muitas pessoas aqui morando aqui. Aqui é como eu eu falei, é só tá faltando alguém tomar a iniciativa e transformar num local turístico.

Pesquisadora: Então tá na hora de fazer

Josinaldo Brotas Ferreira: aquela igreja ali não era pra pra pra ter derrubado, ser derrubada. Era pra pra até hoje ela está em forma

Juraci Ribeiro Rodrigues: Quando eu cheguei aqui ela ainda era em pé

Josinaldo Brotas Ferreira: Reformar tudo bonitinho, entendeu? O pessoal vim para... Lá, é... tirar a negócio só deixaram as paredes. As paredes é mais ou menos dessa largura assim, ó. Não acaba nunca.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não, ali não.

Josinaldo Brotas Ferreira: Não acaba nunca. Se ele restaurasse a igreja, o prefeito fizesse isso, todo todo dia tinha gente andando por aqui. AÍ limpava tudo essa frente aí, é... esse pessoal que se apossaram da da da da da frente da da da cidade é e não quer fazer nada, cedia para uma pessoa que quer fazer uma barraca bem organizada para receber o povo. Entendeu? Mas aí...

Pesquisadora: Eles iam ter muita muita gente vindo aqui, porque é um lugar muito bonito.

Josinaldo Brotas Ferreira: Vem muita gente de de de de de São Paulo, de um tudo vem

Juraci Ribeiro Rodrigues: Todo canto

Josinaldo Brotas Ferreira: Todo canto vem gente aqui.

Pesquisadora: E a senhora viu então a cidade ser... porque só chegou aqui ainda tinha a igreja, devia ter um monte de coisa...

Juraci Ribeiro Rodrigues: A igreja tava em pé! Quem derrubou foi até aquele velho que morreu no final do (Pombinho- Poço do Pombo)? Vinha gente derrubar o material para vender em Xique-Xique, para vender por esses cantos aí, foi que derrubou foi...

Pesquisadora: Derrubou para levar o material?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Para vender o material. Sumiram tudo e foi tudo derrubado aqui porque tava tudo... eu quando cheguei aqui, tava tudo isso em pé.

Pesquisadora: Tudo em pé. E as casas também estavam em pé, quando você chegou?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tava tudo em pé. Quando cheguei aqui não tinha nenhuma casa caída, tudo em pé.

Josinaldo Brotas Ferreira: Tudo tudo tudo. Aqui é tudo era bem organizadozinho isso aqui. É esses pesão de pau aí não existia não

Juraci Ribeiro Rodrigues: E essas outras derrubaram, porque chegou o povo de fora e entrou para dentro, não tinha ficado nem uma

Josinaldo Brotas Ferreira: Foi

Juraci Ribeiro Rodrigues: Chegou o pessoal que ia pescar e ia tomar conta das casas. Não tinha ninguém

Josinaldo Brotas Ferreira: Ela ficou com essa aqui, o Salvador, não foi, o menino, o irmão do Ala, ficou com essa aí, não é?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Essas casas é dos Queiroz, aí

Josinaldo Brotas Ferreira: Ainda é deles ainda?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É.

Pesquisadora: Essa aqui também é casa antiga ou a senhora construiu tudo?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Aqui é casa antiga. Quando caiu o teto dela eu só levantei o teto dela. Essa casa é antiga.

Pesquisadora: Ah, essa casa é antiga. É da Pilão Arcado antiga então, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, essas tudo é antiga, essas que tem aqui, tirando de uma de uma nova, daquela nova ali, que ele fez de bloco vermelho, o resto é tudo é a casa antiga.

Pesquisadora: Dona Juraci, como é que a senhora resolveu vir morar aqui na época que a represa subiu, porque aí virou uma ilha, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Virou uma ilha, era muito pequenininha.

Pesquisadora: O que passou na cabeça da senhora de morar aqui, né. Tava todo mundo indo embora, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Onde tinha pescaria a gente ia todo. Quanto eu tive em Minas Gerais pescando também. Foi. Quando nós foi pra Minas eu passei um bocado de tempo lá. Andava pra todo canto, onde tinha barragens a gente ia.

Josinaldo Brotas Ferreira: É que antigamente era cheio de pessoas da Paraíba, Rio Grandense, tudo é... era lotado.

Pesquisadora: Agora tem mais peixe do que tinha antes?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tem não, não tem.

Josinaldo Brotas Ferreira: Naquele tempo da enchente, que que veio a enchente, era peixe demais.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era peixe demais, criatura. Era igual mandioca aí na beira do rio, a romba que fazia de peixe.

Josinaldo Brotas Ferreira: Era você botando a rede aqui, os anzóis, e o peixe caindo atrás daí, ó.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, era peixe demais, acabou o peixe, acabou a vida do pilãoense...

Pesquisadora: Com a barragem acabou?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não, foi não. A barragem foi aterrando e os peixes foi sumindo... Sei lá.

Josinaldo Brotas Ferreira: Ainda tem muito peixe, entendeu.

Pesquisadora: Na época da barragem é que melhorou a quantidade de peixe?

Josinaldo Brotas Ferreira: É. Ainda tem muito peixe.

Pesquisadora: Naldão, né?

Josinaldo Brotas Ferreira: Naldão

Pesquisadora: Conhece todo mundo aqui, né?

Josinaldo Brotas Ferreira: Todo mundo aqui, graças a Deus, essa beira de Rio aqui graças a Deus todo.

Pesquisadora: Todo mundo você conhece, né?

Josinaldo Brotas Ferreira: Rapaz daqui a Bom Jesus da Lapa, muitos conhecidos.

Pesquisadora: Então agora que eu entendi. A senhora mora nessa casa que ficou né, da ruína da cidade antiga, a senhora colocou o telhado nela...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi, mas deixa eu dizer, essa daqui era de dona Pira, uma mulher, ela morreu. Foi ela e aí ela saiu daqui e foi morar lá no Pilão, ela mais o marido. E já tava os dois velhinhos aí ela morreu. Aí quando ela morreu, ela me deu essa daqui. E essa daqui eu tinha comprado, na mão dela, quando eu cheguei. Aí daqui eu fiz uma só, abri aqui e fiz uma só. Pois era, mas aí era era de dona Pira, a mulher que morava aqui.

Pesquisadora: E aí a senhora veio, agora que eu entendi, porque com a barragem começou a ter muito mais peixe.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era, tinha muito peixe. Lá onde nós tava não tinha peixe não.

Pesquisadora: Então vinha vários pescadores pra cá?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era Pescador demais

Pesquisadora: Então a cidade ela não esvaziou, ela encheu, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Encheu, encheu.

Pesquisadora: Quando a Pilão Arcado foi... aí o pessoal aqui... como inundou veio muita gente para cá

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ô, todo mundo! Essas casas tudo tinha gente, essas casa aqui, rapaz, era tudo cheio de gente.

Josinaldo Brotas Ferreira: Tudo tinha. Moradores.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tinha bar, tinha tudo.

Pesquisadora: Essas pessoas que estavam aqui por que que destruíram a cidade, quem destruiu a cidade?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Quem destruiu a cidade foi os homem que foi morava lá no Pilão Novo, não foi o povo daqui não. Foi o homem que morava lá e que der...

Josinaldo Brotas Ferreira: É é é começou a derrubar pra pegar o material

Juraci Ribeiro Rodrigues: Derrubava para vender material, criatura! Não foi o povo que chegou de fora não.

Josinaldo Brotas Ferreira: Tijolo...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Se não fosse o povo de fora, não tinha ficado nenhuma inteira, eles tinham roubado era tudo! Pois o povo foi chegando e entrando pra dentro de casa, aí ninguém derrubou mais, mas se não fosse eles tinha ficado tudo. Quem derrubou foi o finado Pombinho mais o filho dele.

Pesquisadora: Foi uma pessoa principal que derrubou a maior parte da cidade?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi. Uma pessoa, é uma pessoa e o filho. Que eu vi derrubando aqui, foi deles. Ele e o filho.

Pesquisadora: É, né. E derrubava para levar o material e ninguém fazia nada? O prefeito lá Pilão...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ô, o prefeito fazia nada. O prefeito não faz nada.

Pesquisadora: Não faz nada até hoje, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não!

Pesquisadora: Se fizesse aqui, se limpasse aqui, como o Naldo tava falando...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Olha vou lhe dizer esse prefeito nem afiando...

Pesquisadora: Vou te dizer, porque olha... Esse lugar seria um lugar pra ter muita gente aqui...

Juraci Ribeiro Rodrigues: É muito bom! Eu gosto daqui, eu só saio daqui quando eu morrer. Eu já disse a todo mundo: eu não vou. Mãe bora pra rua. Não vou nada. Vou ficar sozinha aqui eu e Deus.

Pesquisadora: É tranquilo aqui, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, não é o que?

Pesquisadora: Tem alguma festa, alguma coisa? Algum culto religioso...

Josinaldo Brotas Ferreira: Não, tem não.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não, tem não, tem não

Josinaldo Brotas Ferreira: Só tem as casa mesmo

Juraci Ribeiro Rodrigues: É. Quando eles veio assinar a casa que eles foram tudo...

Josinaldo Brotas Ferreira: A igreja, foi derrubada, né

Juraci Ribeiro Rodrigues: A igreja tá daquele jeito ali, como é que ele pode fazer... Mas assim mesmo o padre ainda vem aqui [pedir ordem] daquele jeito aí. Veio.

Josinaldo Brotas Ferreira: Só que lá tá tá perigoso. Por que é é é..

Juraci Ribeiro Rodrigues: Oropa.

Josinaldo Brotas Ferreira: Tá abandonada, e aí as ouropa tão tomando conta, né.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi.

Josinaldo Brotas Ferreira: Aí, as pessoas que chegam lá para fazer alguma coisa... é até já vou avisar que, para filmar, vocês têm que filmar ela de fora... Mas se vocês entrar lá dentro ela, elas ataca.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Uma vez aqui, ela pegou uma mulher, duas mulher e deixou só uma viva... Bem naquela igreja ali, bem naquela igreja. Foi, bem naquela igreja.

Pesquisadora: Olha, ainda bem que o seu Naldo tá com a gente aí [...]

Juraci Ribeiro Rodrigues: É pois é. Aí ela ficou sozinha e aí levaram pra rua e aí eles escapou. Tinha dia que elas nem escapavam, que ela não mexia nem os olhos mais. Ficou feito caída, meio morta.

Josinaldo Brotas Ferreira: Elas são perigosas. Se entrar e fazer zuada lá dentro, ela sabe, ela ataca na hora.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ó vem aí e chega vem receber na porta. E tem um com cheiro de perfume, pior. Às vezes batendo, ela agarra no cabelo, que não solta mais. Com certeza, senhor. Um dia eu fui ali dentro da roça, tinha lavado o cabelo com shampoo, o shampoo era cheiroso, as enxerida ficaram na minha cabeça, eu digo agora eu vou morrer. Quanto mais eu batia, mais as bicha chegava. Até que eu me me segui dela e corri. Mas se não fosse...

Josinaldo Brotas Ferreira: Ela é perigosa...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Se tá com cheiro de perfume elas vem, minha filha. Acho que elas pensam que é flor pra fazer mel...

Pesquisadora: Deve ser, né... Acha que é planta...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Né. É... Pois é, a bicha agarrou nos meus cabelo. Eu digo ô, agora eu achei.

Pesquisadora: Mas a senhora pode contar como é que foi esse começo de vida aqui, que a senhora tinha os filhos pequenos, né.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tinha filho pequeno?

Pesquisadora: A senhora

Juraci Ribeiro Rodrigues: Quando eu cheguei aqui? Tinha. Tinha os dois filhos pequeno.

Pesquisadora: E as outras estudavam, todo mundo estudava aqui?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Todo mundo estudava, era.

Pesquisadora: Tudo aqui?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tudo aqui.

Pesquisadora: Era uma cidade normal

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era, era normal.

Pesquisadora: A senhora saía para pescar também ou só seu marido saía?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não, uma vez eu pescava mais ele, mas era difícil. Uma vez eu pescava por ali por perto mesmo. Deixava os menino em casa, como um já era maiorzinho, aí ficava com os outros. [Ia, a gente botava [cassía], botava boi (peixe-boi), era assim. Que era mais era de moi].

Pesquisadora: Nessa época a vida era mais fácil ou era mais difícil?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era mais fácil, menino...

Pesquisadora: Ah, era?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era, era por que...

Pesquisadora: Tinha muito peixe?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tinha muito peixe, não faltava o dinheiro.

Pesquisadora: O peixe vendia lá no Pilão Novo, é isso?

Juraci Ribeiro Rodrigues: O peixe vendia era bem aqui, [faltava comprar as cama era tudo encostada na beirada aí comprando].

Pesquisadora: Ah, é?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era

Pesquisadora: Pessoal vinha direto aqui comprar?

comprava. Então comprava salgado. Era. Comprava, e comprava é Salgado. Nesse tempo não tinha gelo não, era tudo era salgado.

Pesquisadora: Ah, é?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era

Pesquisadora: Essas caixas brancas que ficam na beirada ali é tudo, é...

Juraci Ribeiro Rodrigues: É isopor que eles botam o peixe.

Josinaldo Brotas Ferreira: Ali é gelo que botam

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ali é o isopor que bota o gelo, é.

Pesquisadora: Aí vai pondo peixe ali

Josinaldo Brotas Ferreira: O pescador vai pescando e vai ajuntando o peixe ali. Aí quando tá com 5,6 dias, pega o peixe

vai fazer entrega na Passagem.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É e traz o outro gelo de novo e vem pescar de novo, é assim

Pesquisadora: E o peixe diminuiu depois da construção, como que foi? Antes era era muito peixe... não, não foi isso. Depois da barragem...

Josinaldo Brotas Ferreira: Assim quando chegou a barragem né, é... Que a água chegou, deu muito peixe, deu muito peixe.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Deu, era peixe demais moço, era peixe demais.

Pesquisadora: Aí veio pescador de todo lado...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Cada Surubim... Cada... Tudo enorme

Josinaldo Brotas Ferreira: Eu mesmo peguei até de 48 kg...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Eram... Surubim era bicho grande. Uh! [Alguns] ficava maior que essa casa, ali na beira do rio.

Pesquisadora: Aí depois de um tempo que foi diminuindo?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi diminuindo, diminuindo aí, tudo no mundo se acaba. Só [se for Deus mesmo] que não acaba.

Josinaldo Brotas Ferreira: Deu muita, muitos pescadores de fora, né? E aí... a tendência era o peixe diminuir, né? Aí também... secou um tempo aí... o Rio secou foi, para o casco. Aí o peixe vai sumindo também, né? Uns sobem, outros descem pro pé da barragem... E aí fica, mais difícil. Mas, há 1 mês atrás aí, Tambaqui deu, no meio da canela... Tinha gente de pegar 200, 300 kg de Tambaqui no...

Juraci Ribeiro Rodrigues: É o que? Num dia?

Josinaldo Brotas Ferreira: É, num dia.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ainda, ainda nessa fraqueza um homem pegou 300 kg num dia

Josinaldo Brotas Ferreira: É...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Em duas carreiras que botou de dia.

Josinaldo Brotas Ferreira: Pois é...

Pesquisadora: Então parece que tem períodos que aumenta o peixe...

Josinaldo Brotas Ferreira: É

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tem períodos que vai ser melhor, tem período que afraca... É assim. Agora nessa [], ela é fraca.

Josinaldo Brotas Ferreira: Agora, o... nos nascente do Rio o

pessoal sai aquelas croa e o pessoal planta capina, aí vai matando o Rio... lá para cima você se atravessa o Rio do... um de um lado para outro com água na cintura aqui ó...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tudo raso, ta tudo aterrado, terrível demais

Josinaldo Brotas Ferreira: Daí a correnteza para aqui, quando chega aqui, já fica pouca

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, já tá ruim

Josinaldo Brotas Ferreira: Fica ruim para os pescadores que...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Que a água nem corre... ele bota cassía e a água não corre não.

Josinaldo Brotas Ferreira: Aí a Cassía não desce

Juraci Ribeiro Rodrigues: Desce não, aí que fica danado mesmo

Josinaldo Brotas Ferreira: Aí fica difícil

Juraci Ribeiro Rodrigues: De jeito nenhum tu vai botar, faz uma fila de 30-40 canoa, numa fila. A saltar... Quer saltando de uma por uma atrás do outro

Josinaldo Brotas Ferreira: Porque, é... As...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tem vez que nem solta, que não dá tempo

Josinaldo Brotas Ferreira: O pessoal deveria olhar o Rio São Francisco e proibir que o povo planta aquele Capim no, naquelas nas croa. Porque ele planta o capim, com 2-3 anos já vira uma ilha... como você tava aí falando...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Certeza

Josinaldo Brotas Ferreira: A tendência é acabar o Rio São Francisco

Juraci Ribeiro Rodrigues: É

Pesquisadora: Mas eles plantam é para quê, Naldo?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Para dar peixe

Josinaldo Brotas Ferreira: Para dar os gado

Pesquisadora: Pra gado? E eles vão até a beira do Rio?

Josinaldo Brotas Ferreira: Aqui sai a croa aqui

Juraci Ribeiro Rodrigues: A croa sai e eles plantam aqui

Josinaldo Brotas Ferreira: Aí eles vem e planta o capim aqui

Pesquisadora: O que que é uma croa?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Uma croa é uma croa, o que que fica raso vira uma croa

Josinaldo Brotas Ferreira: Por exemplo tem tem é tem um Rio né, aí nasce a aquele sequinho aí eles vão plantando capim. Aí, a tendência é só juntar... a terra... por causa do capim... é aí vai tomando o Rio.

Pesquisadora: Vai juntando e vai ficando raso...

Pesquisadora: Isso vai acontecendo da parte pra baixo aí no Rio

Josinaldo Brotas Ferreira: É. No nascente lá da... é de Xique-Xique pra cima já tudo é com...

Pesquisadora: Xique-Xique é perto daqui?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É longe

Josinaldo Brotas Ferreira: Fica longe. Xique-Xique dá mais ou menos a uns 130 km daqui para lá.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É longe, é longe

Pesquisadora: Agora esse esse fenômeno que aconteceu aqui da da barragem trazer...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tão ligando aqui

Pesquisadora: Aconteceu a mesma coisa lá em Remanso?

Josinaldo Brotas Ferreira: Aconteceu a mesma coisa, a mesma coisa.

Pesquisadora: Onde a barragem [ ] vinha pescador

Josinaldo Brotas Ferreira: De Sobradinho para cá tinha gente de todo lugar, todo lugar, é: pernambucano, rio grandense, paraibano... era de todo lugar.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É claro

Josinaldo Brotas Ferreira: Cearense, olha aí, ó

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, cearense

Pesquisadora: Foi o povo saber o que tinha juntado de peixe e desceu para vim para cá para pescar aqui

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi

Pesquisadora: E seu Naldo, o senhor tinha dito que morou aqui antes da barragem também

Josinaldo Brotas Ferreira: Não, aqui não.

Pesquisadora: Remanso

Josinaldo Brotas Ferreira: Eu morei em Remanso. É que é eu cheguei aqui, é... mais ou menos tem uns, uns 20 anos que eu estou morando aqui. Cheguei, comprei um ponto ali na Passagem, vim entregar o peixe, e gostei botei um comércio, e até hoje estou por lá.

Pesquisadora: Mas aí você veio trazendo o peixe lá de Remanso para cá?

Josinaldo Brotas Ferreira: Não. É eu tinha canoa aí eu vinha e tinha os pescadores, né. Pescava para mim, eu juntava o peixe e ia entregar na passagem.

Pesquisadora: Ah, mas aí o senhor morava em Pilão, né.

Josinaldo Brotas Ferreira: Tinha pessoas que morava é... Sento Sé. Que pescava para mim que morava em Sento Sé, outros moravam em Remanso... entendeu? Porque assim, é a pescaria, é como ela chegou aqui. No tempo com a senhora chegou a senhora, você e seu marido botava peixes para quem? No tempo, que tudo tinha comprador de peixe, naquele tempo.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Botava pro... para aqueles que... como é que chama o Dario e o Dazila né, sei lá.

Josinaldo Brotas Ferreira: Dávila de Xique-Xique, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Depois era aquele chamava Priminho, também. Um bocado de gente...

Josinaldo Brotas Ferreira: E naquele tempo do da da da barragem, aí tinha muitos compradores aí na Passagem

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tinha

Josinaldo Brotas Ferreira: É... Heleno. Que é o dono daquela casa que eu lhe falei lá e mostrei.

Pesquisadora: Ah tá

Josinaldo Brotas Ferreira: Tinha Chicão, Chico Velho, que era...

Juraci Ribeiro Rodrigues: É... tudo vai morrer

Josinaldo Brotas Ferreira: Tudo já morreu... E era muitos compradores de peixe

Pesquisadora: O comprador era um intermediário? Ele comprava e vendia

Josinaldo Brotas Ferreira: E vendia...é é é repassava, né, para fora. É, tirava para fora, tinha os caminhão e tirava para fora

Pesquisadora: Tinha comprador de várias cidades

Josinaldo Brotas Ferreira: Isso

Pesquisadora: Agora, Naldo, você viu lá em Remanso o Rio subir, né, lá. Você tava...

Josinaldo Brotas Ferreira: Nesse, nesse tempo a gente morava lá, né.

Pesquisadora: É, e foi rápido

Josinaldo Brotas Ferreira: Foi rápido demais.

Pesquisadora: Para vocês que moravam lá foi difícil?

Josinaldo Brotas Ferreira: É. A CHESF foi, indenizou todo mundo, e deu um prazo para aquele pessoal sair, para... Aí todo mundo recebeu na... Uns recebeu mais, outros recebeu menos, mas todo mundo se conformou com, com... a barragem porque tinha que sair mesmo, né. E hoje graças a Deus eu tô feliz com essa barragem aí.

Pesquisadora: E na época foi sofrido para você, seus pais saíram de lá?

Josinaldo Brotas Ferreira: É, para muitos foi, né. Para muitos foi, porque aí teve pessoas que, é... Indenizou, e teve que sair da da da dos seus lugares, entendeu? Foram morar em Bom Jesus da Lapa, é Agrovila, entendeu? Aí separou a família, né. Muitos separou. Uns foi morar na agrovila, outros, outros ficaram aqui... Aí ficou difícil por causa disso, né.

Pesquisadora: E a indenização foi, foi... assim foi equilibrada, para todo mundo? Você acha que...

Josinaldo Brotas Ferreira: Para todo mundo, todo mundo.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Só quem não quis

Josinaldo Brotas Ferreira: É, porque...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Teve desse que não quis não. Teve desse que não quis receber não

Josinaldo Brotas Ferreira: Mas hoje já receberam tudo aquilo que não recebeu da.... agora mesmo saiu da... cê vê... saiu para, para, aquele finado [Lameu] saiu uma bolada, né. Agora mesmo saiu do do do do do do desse pessoal do Bitú.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ouvi dizer mesmo

Josinaldo Brotas Ferreira: Saiu tudo

Juraci Ribeiro Rodrigues: Pois é, mas essas casas aqui, teve desses que não recebeu não... Esse povo por ali mesmo também não recebeu não.

Josinaldo Brotas Ferreira: Alguém botou na justiça, não receberam naquele tempo, mas botou na justiça e terminou recebendo agora. A CHESF pagou todo mundo.

Pesquisadora: Você viu o Rio subir, né? Você viu.

Josinaldo Brotas Ferreira: Vi sim.

Pesquisadora: Você estava me falando que foi rápido, mais ou menos o que, um mês assim, dois...

Josinaldo Brotas Ferreira: Foi mais, aí... 4 meses, né. Que aí é a CHESF deu o prazo aí deu o carro até para o pessoal sair... aí, quando veio é a enchente, a enchente ela passa direto para a barragem, né. Aí, da barragem é aí que vem a represa. Aí vem represando, entendeu? Aqui nós temos a represa até nas pedras, já das pedras para para cima já é é Rio, né? É, não é mais represa não.

Pesquisadora: Aí vai ter outra represa lá na frente.

Josinaldo Brotas Ferreira: Só nas 3 Maria.

Pesquisadora: É, só nas 3 Marias. Quando, quando a água foi subindo já não tinha mais ninguém na cidade, né?

Josinaldo Brotas Ferreira: Não, não, não. Todo mundo já estava

Pesquisadora: Já tinha saído

Josinaldo Brotas Ferreira: É, na cidade nova, né

Pesquisadora: E todo mundo acompanhando aqueles meses a água subindo ali...

Josinaldo Brotas Ferreira: Certeza.

Pesquisadora: E todo mundo acompanhando aqueles meses a água subindo ali...

Josinaldo Brotas Ferreira: Certeza.

Pesquisadora: Você era novo na época Naldo, não era?

Josinaldo Brotas Ferreira: Era bem novinho, no tempo. Eu tinha face de uns disse 12 anos, por aí.

Pesquisadora: Seus pais, seus tios, ficaram em Remanso, ou alguém que saiu de lá também?

Josinaldo Brotas Ferreira: Ah não, todo mundo teve que sair, todo mundo teve que sair.

Pesquisadora: De Remanso novo?

Josinaldo Brotas Ferreira: É, do novo, é, exatamente.

Pesquisadora: Pra Xique-Xique, para...

Josinaldo Brotas Ferreira: É, outros foi morar em Sento-Sé... E a gente é, é morava ali nacidade velha mas tinha aquelas ilha que a gente trabalhava aqui, entendeu. Aí uns preferiu vir para Remanso, outros preferiu ir para Sento-Sé. Lá da da da onde a gente morava mesmo, era município de Sento Sé, e aí... Foi para o Sento Sé.

Pesquisadora: Ah, ta... Agora Sento-Sé ficou pro outro lado, né.

Josinaldo Brotas Ferreira: Fica do outro lado do Rio

Pesquisadora: É... todas essas cidades...

Josinaldo Brotas Ferreira: Que ali aonde Sento Sé está hoje, onde vocês andaram lá, ali é é é... O Sento-Sé velho ficava a uns 100 km para lá, pro lado de Juazeiro...

Pesquisadora: Perto da Casa Nova, Nova.

Josinaldo Brotas Ferreira: É. É como a Casa Nova também foi foi mudado para... Só acho que não foi mudado Santana, né? Santana acho que permaneceu. Mas a Casa Nova Velha,

o pessoal aqui... Sento Sé... tudo foi mudado

Pesquisadora: E a maioria dessas pessoas vivem da pesca, né.

Josinaldo Brotas Ferreira: Todo mundo da pesca

Juraci Ribeiro Rodrigues: Da pesca, é

Josinaldo Brotas Ferreira: Eu vinha mostrando ele ali que, é... Aqui nós temos um monte de terra boa para plantar e você não vê um... Só vê é, capim...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ele não pesca não... Eles não dão nenhum dia de serviço

Josinaldo Brotas Ferreira: Vê outra coisa

Juraci Ribeiro Rodrigues: Vê não.

Josinaldo Brotas Ferreira: Não tem uma irrigação, não tem nada.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tem nada, só é pescando, mas eles não dá um dia de serviço

Josinaldo Brotas Ferreira: E aqui, até... você vê que é rico. A pessoa passa necessidade aqui porque quer

Juraci Ribeiro Rodrigues: Em trabalhar não falta o que comer

Josinaldo Brotas Ferreira: Falta não

Juraci Ribeiro Rodrigues: Falta nada

Josinaldo Brotas Ferreira: Mas ele não quer trabalhar [só isso com peixe]

Josinaldo Brotas Ferreira: Eu mesmo graças a Deus, agradeço a Deus, é... sou uma pessoa feliz e não tenho nada o que reclamar.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É verdade.

Josinaldo Brotas Ferreira: Graças a Deus

Pesquisadora: E aqui em Pilão Arcado antigo, ninguém planta também?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Aqui?

Josinaldo Brotas Ferreira: É muito difícil

Juraci Ribeiro Rodrigues: Planta não, plantava mas agora ninguém planta mais não. Mas primeiro plantava. Mas agora nunca vi plantar nada

Pesquisadora: Porque, mandioca, abóbora, essas coisas dava, não dava?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era, ô. Dava, dava igual pedra. Mas não perguntaram mais como é que dá.

Pesquisadora: É mesmo? É, isso aí daqui nem pedra, por isso que vai dar mesmo...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era, era igual pedra. Quem tem com dinheiro, era rico quando vinha do tanto tanto que dava.

Josinaldo Brotas Ferreira: Aqui, esses lameiro aqui, era uma riqueza para tudo, para você plantar

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era pro milho, para o feijão, era pra tudo que plantasse

Josinaldo Brotas Ferreira: O milho, feijão de corda, melancia, tudo que você plantava, dava.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Mas ninguém plantou mais!

Pesquisadora: Na ilha, né?

Josinaldo Brotas Ferreira: Na ilha, e dava em quantidade!

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ninguem plantou mais, ninguém planta mais nada... Aí...

Josinaldo Brotas Ferreira: Pessoal, é... só tá agora na pesca e no pasto para gado, só isso.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, não faz outra coisa.

Pesquisadora: É, e ali do lado de Casa Nova, pessoal planta manga, né.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É

Josinaldo Brotas Ferreira: Lá tem manga, tem uva, côco...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tem tudo, é

Josinaldo Brotas Ferreira: Tendeu? É como eu vinha dizendo pra, é... como é que...

Pesquisadora: Wagner

Josinaldo Brotas Ferreira: Eu vinha falando para o Wagner, de... Ali de Casa Nova para baixo você já vê o plantio de tudo, né. Uva, côco, é... Melão. É tudo. A.. É... O Ceasa ali em Juazeiro, né. Você chega no Ceasa de Juazeiro você encontra tudo o que você precisa. Tudo daquela região ali, ó. Salitre, é... Petrolina... Mas aqui para a gente é desse jeito aí como eu vim ali mostrando... Tem plantio nenhum. Pessoal... E uma irrigação aqui para nós ela não fica muito cara. Pessoa que quer plantar, ela não fica muito cara não. Mas falta é é é força de vontade, a pessoa querer trabalhar aqui...

Pesquisadora: E as ruínas? O vocês acham assim das ruínas que eu acho que filmou estou falando sobre a catedral e sobre é a relação de vocês com a cidade velha que tem hoje... como que é?

Josinaldo Brotas Ferreira: Olha a cidade velha eu não tenho é... Ela foi, chegou aqui a há mais tempo, né. Eu cheguei aqui quando eu comprei a minha barca, eu comecei a fazer o turismo, mas não tenho aquele conhecimento, é... Como o pessoal que ficava aqui, né. Já ela aqui, não. Ela tem, é... como ela disse, tem 40 e poucos anos, né.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Quarenta e tantos anos... Tem

Josinaldo Brotas Ferreira: Que, que tá aqui... mas, a... é como eu falei. A igreja era para tá prontinha lá para receber o pessoal, o cais tá prontinho... todo bonitinho. A frente... toda.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi tudo foi destruído

Josinaldo Brotas Ferreira: Aí você, até a renda para para muitas pessoas, né... Porque chegava botava uma barraca aqui, e aí vinha muito o pessoal de fora, você somava uma graninha boa. Mas do jeito que está aí, ó. Como chega aqui, se a gente não não trouxer tudo na barca, não tem como você fazer sua festa.

Pesquisadora: Na época que a senhora chegou aqui, a cidade tava inteira, tava em pé.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Tava

Pesquisadora: O pessoal começou a quebrar a cidade e destruir. Vocês que já estavam aqui não tinham como segurar isso não...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não tinha como, porque eles era daqui e nós era de fora, nós não tinha vez. É, eles eram daqui, eram morador daqui, eles fazia porque eles queriam que ele era morador, fazia. Como a gente era de fora, ia dizer o quê? Nada.

Pesquisadora: A senhora foi vendo...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi vendo... Eles pegavam aquelas linha descia, e chamava um bocado de gente. Descia numas corda e tirava tudo. Em cada linha que, dava 10, agora. Acabaram com tudo e carregaram e vendiam para Xique-Xique, vendia para Passagem, vendia para todo canto. Até o cemitério velho, derrubaram. Eu cansei de ver derrubando lá, quebrando, né. Foi finado Pombinho que fez isso, já morreu.

Pesquisadora: Foi a pessoa principal, né. Que a senhora tava falando

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi, foi o Pombinho e o filho dele. Já morreu todos 2.

Pesquisadora: O pessoal que morava aqui não quis voltar?

Josinaldo Brotas Ferreira: Ai, sempre, é... Tem muitos que são é é é são rico. Aí vai voltar aqui para aqui para fazer o que?

Juraci Ribeiro Rodrigues: É, é verdade

Josinaldo Brotas Ferreira: Aí é aqui é só mesmo o pessoal que pesca, pescador

Pesquisadora: Ai gente, foi ótimo muito obrigada. Vocês querem falar mais alguma coisa da cidade? Alguma coisa que

você sente?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não, dessa cidade...

Pesquisadora: O importante é o seguinte: ela adora esse lugar e não sai daqui por nada do mundo.

Juraci Ribeiro Rodrigues: Adoro. Saio não.

Pesquisadora: As filhas da senhora moram aonde mesmo?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Mora... Três, duas... duas no Pilão e um filho homem que eu tenho, só tenho um filho homem. E mora duas em São Paulo. Mora outra na Paraíba.

Pesquisadora: E a senhora não quer sair daqui de jeito nenhum

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não...

Pesquisadora: Pro Pilão, a senhora vai, fica um pouquinho

Juraci Ribeiro Rodrigues: Ô, fico eu passo 2 dia eu venho quero ir embora

Josinaldo Brotas Ferreira: O marido da Pequenita tá aí será?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Mas não é o que foi embora da casa quando a senhora morreu?

Josinaldo Brotas Ferreira: E foi? Não veio para aí não?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi! Os outros veio buscar e levou ele lá pra Juazeiro. Saiu só com a roupa do corpo, coitado.

Pesquisadora: Por que que expulsaram?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Porque ele morava com a mãe dele, a mãe desses caras, e a mãe deles morreu... E ele ficou... E aí não quiseram mais ele em casa e botaram pra fora. Aí fechou a casa, e deu a chave para outro rapaz para ficar com a chave. Aí depois pegaram a chave [e entalaram um pó] nu tal de buraco aí, serrote, sei lá

Pesquisadora: Uai, mas a casa não era dela?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era dela. Mas ele não teve direito a nada. Nem a roupa ele veio pegar mais, ficou tudo... Mandaram pra fora...

Josinaldo Brotas Ferreira: Que era marido dela, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era um marido de trinta anos morando mais ela... Quando ele chegava... Hoje em dia ele não trabalha mais não. Porque eu vou te dizer, ele bebia muita cachaça mesmo. Ele não trabalhava mais não, mas ele, quando ela chegou que ela não tinha aposentadoria, nem ele... Ele trabalhava nessa ilha e tirava de tudo. E... depois que ele aposentou, que ele diz que ela quem dava de comer a ele. Claro... Porque ela que dava de comer. Ele não deu um tanto de comer a ela, agora ela quem cuida dele, ela estava aposentada.

Josinaldo Brotas Ferreira: É verdade

Juraci Ribeiro Rodrigues: É o que? O povo não conhece as coisas, esse povo é ruim demais. Mas aí tem o coitado para ir embora

Josinaldo Brotas Ferreira: O marido da Pequenita tá aí será?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Mas não é o que foi embora da casa quando a senhora morreu?

Josinaldo Brotas Ferreira: E foi? Não veio para aí não?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Foi! Os outros veio buscar e levou ele lá pra Juazeiro. Saiu só com a roupa do corpo, coitado.

Pesquisadora: Por que que expulsaram?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Porque ele morava com a mãe dele, a mãe desses caras, e a mãe deles morreu... E ele ficou... E aí não quiseram mais ele em casa e botaram pra fora. Aí fechou a casa, e deu a chave para outro rapaz para ficar com a chave. Aí depois pegaram a chave [e entalaram um pó] nu tal de buraco aí, serrote, sei lá

Pesquisadora: Uai, mas a casa não era dela?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era dela. Mas ele não teve direito a nada. Nem a roupa ele veio pegar mais, ficou tudo... Mandaram pra fora...

Josinaldo Brotas Ferreira: Que era marido dela, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Era um marido de trinta anos morando mais ela... Quando ele chegava... Hoje em dia ele não trabalha mais não. Porque eu vou te dizer, ele bebia muita cachaça mesmo. Ele não trabalhava mais não, mas ele, quando ela chegou que ela não tinha aposentadoria, nem ele... Ele trabalhava nessa ilha e tirava de tudo. E... depois que ele aposentou, que ele diz que ela quem dava de comer a ele. Claro... Porque ela que dava de comer. Ele não deu um tanto de comer a ela, agora ela quem cuida dele, ela estava aposentada.

Josinaldo Brotas Ferreira: É verdade

Juraci Ribeiro Rodrigues: É o que? O povo não conhece as coisas, esse povo é ruim demais. Mas aí tem o coitado para ir embora

Pesquisadora: Deixa eu fazer só mais uma pergunta para a senhora. Aqui muita gente tá tendo problema de bebida então?

Juraci: De bebida?

Pesquisadora: De bebida. Os homens hoje tem muito problema de álcool aqui?

Juraci: Tem!

Pesquisadora: Bebe muita pinga?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Bebe muita. Bebe que nem levanta.

Pesquisadora: É mesmo? Vende o peixe pra comprar pinga.

Juraci Ribeiro Rodrigues: E acha bom. Ô! E acha bom demais meu irmão.

Pesquisadora: Por que aqui, uma coisa que eu ouvi... Vocês tem muito problema de Chagas aqui na região? Doença de Chagas ou barbeiro...

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não, nunca ouvi falar não aqui. Aqui, eu nunca ouvi falar, até agora que eu moro aqui, nunca vi não.

Pesquisadora: Não, né?

Juraci Ribeiro Rodrigues: Não.

Pesquisadora: Porque é uma ilha, né.

Juraci Ribeiro Rodrigues: É uma ilha mas eu nunca ouvi falar não. Que tivesse acontecido até agora eu não vi falar não, pode até a ter, mas eu nunca ouvi falar não.

Pesquisadora: Ta bom. Muito obrigada.

Juraci Ribeiro Rodrigues: De nada

Depoimento Dona Geralda

Pesquisadora: Mas então Dona Geralda, a gente precisa saber como que foi pra você a construção da Barragem que isso... como foi sua vida até lá e como ficou depois, assim.

Dona Geralda: Minha filha se eu fosse fazer do começo mesmo dava para fazer um livro. Se você viesse com o tempo, é um livro. Porque é a pior coisa você morar num lugar, que você está estruturada, como nós morava no município de Casa Nova, tinha de tudo... E de repente, toda a indenização de meu marido foi 170 conto, aquele dinheirinho que era... Aquele realzinho. 170 conto. Você acredita que desses 170 conto, a gente comprou uma propriedade. Ele era viúvo, tinha 10 filho, eu já estava com meus 3... A gente não passava fome, porque eu era muito otimista mais ele. Deixamos os meninos estudando aqui na casa de uma amiga, e ia para lá. Mas foi muito difícil. Hoje não, hoje a propriedade está avaliada em, em 20.000.000 – 10.000.000... Porque é muito boa, está boa.

E eu construí isso aqui, quando eu cheguei nós não tinha casa para morar... Uma amiga minha me deu esse terreno, a vizinha. Aí foi o tempo que aqui ainda estava em matado, que tinha muita gente do Banco do Brasil morando aqui do lado.

Aí eu fui disse: "Miguel deixa eu cozinhar para vocês!" ele dizia, "Geralda você cozinhar para a gente?" "Porque, Miguel?" Era simpática, igual a tu.

E aí meu marido enciumava demais, foi horrível. Eu disse: vou enfrentar, que a gente não vai passar fome... Aí enfrentei e estamos aqui hoje, tanto doutores os netos adotivos, eu tenho 4 netos adotivos que é doutor, aquela ali é letras, o meu filho só fizeram segundo grau, porque não quiseram estudar, não quiseram sair perto de mim.

Deus levou meu marido. Eu já casei com ele, ele já era mais velho do que eu 40 anos. Era viúvo. E aí ele tinha 10 filhos, mas criei muito, muito bem criado. Não é, ali, um deles é a caçula e o caçula de meu marido. E o outro é genro e dois é filho adotivo, é filho meu mesmo.

Mas foi uma vida muito boa, de sofrimento mas bom. Você, você sorria aqui morava aquele – chegou a morar aquele deputado Carlos Roberto que é hoje, mora acho que em Salvador... Foi muito animado mas aí a gente conseguiu comprar um apartamento em Salvador, no fim de linha de Brotas para morar 7 irmãos; quarto e sala. Hoje foi para o bem da gente, hoje se instalaram minha filha advogada, casou com o promotor e a vida hoje só é beleza.... A fazenda está lá por beleza para ser negociada a gente tem as Chacrinha da gente... As pequenas coisa... E aí eu vivo aqui com tanto amor, muito amor, muita coisa boa aconteceu... a gente, na época, perdeu muito gado... E, quem tinha propriedades boa como a gente

tinha, e tudo foi acabado, ficou debaixo da água... Para você ter um dinheiro desses, e passar fome, né. Não é fácil não... porque não foi fácil, eu criei esses meninos sozinha, e nunca disse você é feio, você é preguiçoso. A gente ralava, fazia o que tinha que fazer a essas moças... Hoje mora tuda em Salvador, vem só me ver....

O que é mais que tu quer saber?

Foi só o sofrimento pra gente na época, mas hoje é mares de rosa. Hoje eu posso dizer que vivo tranquila. Ainda vivo com hotel, porque eu quero vender e ainda não achei quem comprasse. Já estou com casinha aí de lado para viver, casinha não casarão, porque eu vim do interior brabo meus pais eram pobre, mas a gente era rico porque era muito, muito trabalhador não passava fome, gente. Porque o pior de tudo é fome. Eu acho que fome dói, não é?

Tu quer saber mais o quê?

Pesquisadora: Tá ótimo, seria mais assim, qual lugar aqui de Pilão Arcado Novo você mais gosta.

Dona Geralda: Ih, minha filha não conheço. Conheço Remanso, às vezes meus pais moram no município...

Pesquisadora: Sento Sé... que a gente está fazendo 4 cidades eu, eu...

Dona Geralda: É, Pilão Arcado eu acho que faz parte de Sento Sé, não é?

Pesquisadora: Não, mas é... Aqui em Sento Sé, tem algum lugar que você gosta mais... Além daqui, né, do Hotel.

Dona Geralda: Ô, minha filha eu gosto tanto de morar aqui, eu amo morar aqui. Não tenho nem o que falar, é... Não quero lugar... Já era pra tá morando em Feira ou Salvador, que as filhas tem tudo... Mas nada, eu gosto daqui, amo aqui, mais meus filhos. E aí, assim...

Pesquisadora: E você veio pra cá muito cedo?

Dona Geralda: Vim, no começo, logo antes de começar a inundar, a gente já veio, por... Atravessando naqueles barquinhos... não tem onde morrer... Nem barco a CHESF deu pra gente atravessar, foi terrível. Foi muito ruim, foi muito sofrimento. Agora teve gente que deu sorte, ele indenizava bem indenizado, e aí o pessoal ficaram bem. Outros mal. Mas aí passa, não é, tudo na vida passa, menos a graça de Deus. E aí, tô aí, se tiver mais perguntas...

Pesquisadora: Como era Casa Nova antes da inundação?

Dona Geralda: Era muito boa, porque a gente tinha chácara, tinha da fruta, era um povoado que tinha umas 500 pessoas, habitantes. Era só beleza, porque a gente tinha tudo, era acostumado a movimentar com roça, com gado e tudo. E aí a

gente era rico e não sabia.

Pesquisadora: Era rico e não sabia

Dona Geralda: Era, tinha as casas muito boa, e aí eu morei na Fazenda de Fora, mas no ano da barragem eu me casei e passei... Morei em Bem-Bom 4 anos, aí me mudei para cá.

Pesquisadora: Ah ta, e lá, e lá como é que era essa história? A gente fica tentando imaginar a vida, né? Não tinha luz, né?

Dona Geralda: Não tinha luz, não tinha banheiro nas casa

Pesquisadora: Não tinha banheiro?

Dona Geralda: Não, nem banheiro tinha nas casa. A gente era empregado de um fazendeiro. Meu pai não tinha água encanada, e o proprietário não dava vez aos próprios os empregados dele não é, não queria fazer tanto custo. E aí, a gente viveu assim, mas ainda era muito rico porque não faltava o pão de cada dia, o trabalho para sobreviver. Eu mesma, quando queria um vestido, eu tinha que ir lá, fazer o que tinha de fazer, tratar peixe ou botar a rede. Tinha que fazer o que fazer, pegar lenha na cabeça para vender, para comprar roupa da gente. Porque os pais não podia dar. Mas é, como o mundo é bom, Deus existe, hoje eu já tenho para mim e para dar.

Pesquisadora: A senhora, quando lá foi inundada, a senhora tinha que idade?

Dona Geralda: 19. 19 anos. Me casei com 19 anos, tive minha primeira filha com com 20 anos, ela hoje está com 50.

Pesquisadora: Eu vi também que a senhora gosta muito de...

Dona Geralda: De ser católica

Pesquisadora: É, de ser católica

Dona Geralda: Sou católica demais, minhas amigas me deu esse Santo. E esse Jesus aí, esse Coração de Jesus, aconteceu de quebrar a mãozinha dele aí na, na igreja. Eu sou muito amiga dos padres: "Dona Geralda, deixa eu botar esse, esse Coração de Jesus, aí, porque tem uma crítica terrível, que eu não acho que faça mal". Eu digo pois não, pode levar, não é meu, é da igreja esse grande. Mas eu gosto, eu sou católica que minha mãe era muito, muito católica. Aí eu continuo...

Pesquisadora: Vocês iam na igreja lá em Casa Nova?

Dona Geralda: Tinha Igrejinha, é... fazia tipo uma Capelinha e botava aquele nichozinho e, botava um Santo. E a gente ia lá e rezava. Já em Bem-Bom, já era melhor. A igreja de Bem-Bom de onde nós mudamos. E aqui não, é cheio de igreja.

Pesquisadora: Quando a senhora chegou aqui tinha igreja?

Dona Geralda: Não, construção. Nada, não tinha nada. Aqui era só, aqui era tipo uma mata, ainda estava desmatando, era. Pra a gente limpar nos lugares para fazer as casas.

Pesquisadora: E aí a senhora tinha conseguir a casa com a indenização.

Dona Geralda: Hein?

Pesquisadora: Você recebia, vocês receberam uma indenização...

Dona Geralda: Que a gente não pode dessa indenização que foi 170 era conto. Era conto, não era?

Pesquisadora: Cruzeiro

Dona Geralda: Cruzeiro, era. Aí a gente não podia gastar, que não podia... Que era para comprar essa propriedade. Isso aqui foi feito pelas graças, pela graça de Deus.

Pesquisadora: Mais aí, o dinheiro, a senhora tinha que comprar o terreno?

Dona Geralda: Só compramos o terreno e não sobrou para fazer a casa.

Pesquisadora: Não recebeu o terreno? Quem teve indenização não recebeu o terreno?

Dona Geralda: Não. Se receberam por as agrovilas, Bom Jesus da Lapa, ou Pilão Arcado, eu não sei. Agora aqui, a gente não teve direito. Pelo menos a gente, não sei os outros.

Pesquisadora: Eu estive lá na... foi em Casa Nova? Eu já nem sei mais a última entrevista, mas eles recebiam a terra, né.

Dona Geralda: Eles recebia, mas nós não chegamos receber, não sei por quê. Aqui foi uma... nada. Hoje eu tenho... Hoje eu tenho, eu fico chateada porque tinha um rapaz que diz que era amigo da gente, e tinha aqui a Castela vizinho. E aí eu pedi o material de lá, que ficou debaixo do chão. Tanta telha, tanto bloco e tudo, eles que não dava. Preferia o Rio, do que dá à gente.

Pesquisadora: Por quê?

Dona Geralda: Por ignorância, né. Ruindade, maldade. Porque tem muita maldade nesse mundo minha filha. A gente vê os coração... Vê as caras e não vê coração. Os coração da gente é cheio de, de amor... Outros de maldade. O mundo não é cheio disso? A gente hoje vive num mundo que só Deus mesmo, pra nos dar o livramento.

Pois é, se vier aí procurar mais coisa, eu estou aqui para vocês

Pesquisadora: Muito obrigada, Dona Geralda!

Depoimento Dona Eva Maria de Jesus

Dona Eva: O meu nome é Eva, eu vim da cidade velha, e trabalho há muito tempo aqui na paróquia, e minha vida na cidade velha... Já pode falar, né? Foi uma vida assim, é... como a gente sempre diz, que a gente lá era feliz e não sabia, né? Porque a gente vivia uma vida simples, né, a gente vivia da roça e da pesca, né? Era, então meu pai era pescador e plantava roça, e também trabalhava de pedreiro, né. Durante o dia, ele trabalhava de pedreiro e à noite ele pescava. Aí quando chegava a época de ir para a ilha plantar, ele ia um período, ficava plantando, e outro período ficava trabalhando, né, como pedreiro. E aí era a vida da gente: uma vida muito simples, uma vida pobre, humilde, né. A gente sofria mas era um sofrimento alegre, era um sofrimento que dava pra gente sobreviver, né. Então ninguém passava fome, porque o que um vizinho tinha dividia com o outro, né. Por exemplo tinha pessoas que pescavam, tinha um senhor mesmo que pescava, era a rede de caroá, e matava muito peixe. Então, as pessoas mais pobre, ele dava o peixe. E aí, o resto do peixe, ele salgava para vender para fora, né. Então era assim uma coisa muito... Tinha muita partilha, né.

Pesquisadora: Então primeiro a comunidade, depois o de fora?

Dona Eva: Era. Ele dava, às vezes, tinha pessoas que ajudavam, né? A ele tratar o peixe, e aquelas pessoas ele dava, ele pagava também em dinheiro, né. Então era uma vida assim... boa. Para nós era boa, não tinha... É claro que toda vida tem sofrimento, né. Mas para nós, a vida que nós vivemos hoje, era uma vida, né. Simples, né. Uma vida boa, uma vida sem sofrimento, né. Assim, tem gente que não gosta de lá não, né. Que diz que: "Ave Maria ainda voltar pra lá". Se eu, se eu pudesse, eu continuaria morando lá. É porque assim, o Rio, é muito difícil o meio de transporte, né. Assim, de Rio, é muito difícil. Para quem já está lá acostumado muito tempo não, né. Mas pra gente, que vínhamos para aqui, né? É assim, muito...

E, lá quando eu era... Eu me lembro muito, eu lembro mais de minha infância lá do que quando eu vim para aqui. Que quando eu vim para aqui, eu já tinha casado. Mas eu tive meus filhos aqui, né. Nós mudamos para aqui em 78. Eu me casei em 77, né.

E aí, quando eu... Quando... Lá na minha infância, a gente brincava, né, tinha as brincadeiras de criança, né. Eram as brincadeiras, brincadeiras de boneca, né, giribita, que a gente jogava com as pedrinha, né. Brincadeira que eu chamo esconde-esconde a gente chama era rolou, né... Brincadeira de roda, não é, de comadre né, quando era época do inverno, na frente da casa da gente, tinha assim um mato, muitos mato...

E a gente fazia as casinha embaixo, né, cada um fazia sua casinha de comadre, né. Então era uma vida muito simples, né, as pessoas eram pobres e humildes, né. E aí a gente vivia uma infância muito boa.

Quando era época da enchente, tinha os barranco, acho que vocês viram lá os barrancos né? Tinha os barranco quando a gente pescava, né. Pescava o mandi, né, pra gente sobreviver, pra gente comer, né. Pescava e era assim: na época da cheia, a gente vinha para a cidade, né, a gente ficava... O morro ficava... A cidade ficava ilhada, então a gente vinha para a cidade. Na época da seca, a gente ia pras ilhas não é, era a época do plantio, né. Época que a gente colhia, né, época que a gente estava, então... Essa época agora, Julho, a gente estava lá, no... né, até Outubro. Quando chegava outubro, aí começava a chuva, aí a gente vinha para a cidade. Então a gente plantava na seca, para comer no inverno, né. O que a gente tinha plantado durante a seca lá na ilha, a gente trazia na época do inverno para comer, né. E ali tudo ajudava uns aos outros, aí trazia porco, trazia galinha, trazia tudo que a gente tinha lá na ilha, né. Tinha as desmancha de casa de farinha nessa época da cheia, né. Botavam os terrenos debaixo d'água. A desmancha era rapa de mandioca, rapar a mandioca. A gente chamava desmancha, né. A desmancha da mandioca. Fazia farinha, tapioca, farinha de borra, né, a puba da mandioca. Tudo isso a gente fazia, né, lá para sobreviver. Então a gente trazia tudo. Minha mãe matava os porco, enchia aquelas latas de gordura, né, pra gente passar, né, a cheia, as latas de gordura e também as latas de torresmo, né. Tinha a gordura e o torresmo, né. Então a gente... Aí minha mãe trazia, pra gente passar, na época da cheia, né. Porque a gente não tinha... Ficava tudo ilhado, não tinha como, né, ter. E fogão, era fogão a lenha, não era, aquele feijão gostoso fogão a lenha... E o nosso maior alimento era feijão com osso. Feijão de arranca com osso, e arroz, quando tinha, né. E às vezes eu lembro, quando eu era criança ainda, o tempo era tão difícil, que a gente fazia farinha no caco. O caco de, de. No caco de barro, né. Tinha uns alguidarsão assim de barro, e aí a gente fazia farinha. Eu tenho, eu tinha uma tia que morava com minha mãe, fazia farinha pra gente comer. Porque, a gente não tinha condições de ter muita mandioca pra rapar, para fazer muita farinha para a gente comer. Então a gente... E os peixinhos era tudo pequenininho, era os mandizinho que a gente assava, as vezes salgava, fazia o comboinho assim, era bem assim, ó. Fazia fileirinha, né, e botava para secar e assava. As vezes a gente já... a gente bota... Ficava tão sequinho, que a gente pisava no pilão e misturava com farinha, pra gente comer, né. A gente comia assim, muita comida, as comida muito tradicionais, assim. Era o peixe salgado, era rapadura com farinha, né, que a gente comia... A gente comia o fufu, que era fufu era semente de abóbora pisado com rapadura e farinha, aí a gente chamava fufu, né. Então comia também a raparinha, a rapadura com farinha, também era muito gostoso, e era forte. Às vezes ia trabalhar, passava o dia todo trabalhando e não sentia fome, né.

E aí, então foi assim uma vida para mim foi uma vida boa, era melhor do que aqui. Porque aqui a gente nem tem para onde ir, e lá a gente tinha uns lugares que a gente passeava. Ainda passeava: tinha os piquenique... Sabe o que é piquenique? Você sabe o que é? Piquenique? Piquenique é um... É como a gente se fazia panelada, a gente juntava um grupo de jovens, aí ia pra debaixo de um pau, lá acendia o fogo, é... Levava aquelas radiolinhas de pilha, né. Acendia o fogo e brincava, e passava o dia todinho brincando, né. Não tinha esse negócio de droga, de bebedeira. Era tudo simples, né. Todo mundo respeitava todo mundo, os pais deixava todo mundo ir, não tinha essas malandragens que tem hoje, né. Então era, foi assim uma vida muito boa, né. E aí a gente, todo domingo, fazia esses piquenique. Cada quem levava uma coisa, as panelada, né.

Tinha os assustado, assustados, sabem o que era os assustado? Era as festas. É... chegava, por exemplo, essa hora assim, aí quando a gente voltava da escola, "hoje tem assustado na casa de, de Domingas". Ah, então juntava todo mundo de noite, levava radiolinha e ia brincar lá no assustado, né. Aí o assustado, todo mundo dançava, quando dava 9 e meia da noite todo mundo vinha embora, porque a luz apagava 10 horas, 9 e meia a luz dava sinal. Então quando a luz dava sinal, corria todo mundo para casa, né? Aí a gente vinha embora, né, e não ficava mais ninguém na rua. Aí quando era 9 e meia, entrava todo mundo. E às vezes tinha pai que era ruim, não deixava... A gente ia, a gente saltava a janela e ia escondido! Fugia... Fugia para ir pra... Ia escondido. Quando no outro dia, nem sabia, porque ninguém contava, né. Aí ninguém nem sabia que a gente tinha ido fugido pro assustado, né. E as paneladas também às vezes eles deixavam ir, outras vezes, não.

E aí tinha também a ilha não é, que a gente ia de domingo, a gente fazia passeio. Por exemplo, as ilha era muito grande. Então, a ilha de baixo, as menina, as moças da ilha de baixo, visitava as moças da ilha de cima. Aí no outro domingo, as moça da ilha de cima, vinham visitar as moças da ilha de baixo. Então era assim, né. E aí, e a gente andava, a gente ia para a ilha era a pé, era 2-3 léguas a pé que a gente ia, nem sentia, né. E pra voltar, do mesmo jeito. Às vezes quem tinha barco ia de barco, quem não tinha né, ia a pé. E aí tinha também as festinha, os forró no interior, fui muito. Ah, mas eu gostava do forró! Era forrozeira, caminhava era léguas para ir no forró, né. Às vezes...

Pesquisadora: A senhora ainda dança forró?

Dona Eva: Não danço mais que eu não aguento meu joelho... Mas eu gosto de forró! Aí, quando meu pai não podia ir, tinha as pessoas mais velhas, né. As moças mais velha, né, os senhores mais velhos, levava as moça. Tinha aquele respeito, aquela responsabilidade, e as moça obedecia, né. Os mais velho levava para as festa, e as moça obedeciam, né, as pessoas, né, pra, pra levar pra festa. Então assim, as coisas é folclórica da cidade, era bom demais, né. Eu tinha 2 festa que eu não abria mão delas de jeito nenhum: era carnaval e quadrilha. Chegava mês de Junho, não tinha que me segurasse. E o mês de carnaval também, eu não perdia não, né. Eu gostava demais dessas 2 festa, era uma... E lá tinha uns clube, que tinha o clube do adulto, e os e o clube... e o salãozinho das crianças. Lá tinha, um salão dos adultos e o salão das criança. E tinha o clube, também, dos rico e o clube dos pobres. Às vezes nem os ricos ficaram no clube deles, gostava mais da festa dos pobres que era mais animada... Que era a mais animada do que a dele.

Aí como eu falei, que também tinha os pontos que a gente passeava, na Pedra Branca, vocês andaram, né? Ali era um ponto turístico mesmo, pra gente passear, namorar, brincar, se divertir, né. Tinha um grupo jovem lá, que tinha um rapaz que levava a gente, de domingo ou sábado à tarde, com violão a gente cantava, se animava, não é. Tinha o pico do amor, vocês mandaram não... É, fica um pouco mais distante, assim. Pega assim a Pedra Branca, fica para lá, fica mais embaixo. Que é, acham uma pedra muito bonita, que é chamado pico do amor, né. Lá no lugar dessa pedra, bem no pé da pedra, tem uma lama... Uma lama que, quando as pessoas morriam - que aquelas pessoas bem pobrezinha, que não tinha condições de comprar roupa preta, ia enfiar a roupa naquela lama. Enfiava a roupa na lama, e aí deixava, e aí quando lavava, a roupa ficava pretinha, pretinha. Era. Pretinha, pretinha. Então a gente, é... Tinha lá esse lugar, onde fazia esse trabalho com as roupa, né. A gente fazia tingir, dizia assim: tingir na lama, é. Então a gente tingia a roupa na lama, porque não tinha condições de comprar roupa preta. Aí tingia na lama. E tinha também, lá onde vocês viram os barranco, também, que a gente passeava, ia sempre. Tinha a Pedra do Remanso, que acho que ainda está dentro d'água, né, vocês não viram não, porque fica bem em frente à igreja. Tinha a pedra do Remanso, também, que a gente ia até lá no meio do Rio, por cima dela, quando o Rio tava seco. Tinha as croas também, que a gente tomava banho, né, na época da seca. É nas, as comunidades vizinha a gente ia lá, visitar as pessoas também quando a gente vinha das ilha.

E quando o Rio tava cheio, é... tinha muita lendas. Não sei se contaram muita lenda a vocês lá, né. Lá tinha muitas lendas.

Pesquisadora: Pode contar todas elas se a senhora quiser.

Dona Eva: Aí, quando o Rio estava cheio, tinha, eles tinham a lenda que diz que tinha um cavalheiro. Um cavaleiro lá que entrava na cidade, com o Rio tudo cheio, não tinha por onde ele passar na seca não. Porque tinha um Marizeiro que enchia de água, e água descia no riacho todinha, rodeava a Pedra, né. Aí diz que tinha esse cavalheiro que ele entrava na cidade e saía e ninguém sabia por onde ele entrava nem por onde ele saía. E quem ia lá olhar que carvalheiro era esse? Ninguém! Que ninguém tinha coragem!

Tinha também o pessoal... porque lá, lá não era todo mundo que tinha banheiro, que tinha sanitário. Todo mundo fazia a necessidade era no serrote. Lá naquele lugar, na Pedra Branca não tinha aquela mata? Era ali onde o povo fazia as necessidade. Aí, diz que lá tinha um pé de umbu encantado, né. Aí um dia, um senhorzinho foi lá fazer as necessidade dele, quando chegou que olhou, diz que em plena seca, tudo... As folha tudo caída dos pau, que aquele pé de umbu tão verde, chega tá assim de umbu. E ele ficou tão alegre, que voltou foi em casa pegar a vasilha para pegar umbu. Quando voltou, cadê, não viu nem pé de umbu nenhum, nem nada!

Tinha também um pavão misterioso. Um pavão. Que diz que assim, a pessoa tava lá sentada fazendo as necessidades, quando deu ferra, foi aquele tour atrás dele, como um pavão. Ele olhou, quando olhou, o bicho que ia pra cima dele, ele saiu correndo, aí ele sentou nariz no pau, que foi sangue, e aí diz que o povo mais velho dizia assim: se pegasse o sangue e jogasse no pavão, é... desencantava. Que era um encanto da cidade.

O povo falava também que lá do Pico do Amor, lá da ponta da pedra pro morro, não tem um morro do outro lado do Rio, assim, uma ponta de um morro? Diz que tem uma corrente de ouro. E a gente tinha tanto medo dessa corrente, que diz que se a corrente quebrasse, a cidade sumia. E a gente tinha medo da corrente quebrar, a cidade não sumir.

Não sei se lá de cima vocês olharam, mais para cima do Rio, viram assim uma areia bem branquinha, num morro, bem longe. Diz que ali era uma cidade, aquele morro. Aí diz que teve um tempo, um tempo que teve um vento tão forte, que cobriu a cidade. Aí tinha até outro vento, pior do que esse, que ia cobrir Pilão Arcado. E a gente ficava tudo com medo dos vento, quando começavam os vento. Nessa época agora de Julho, era a época do vento, né. Era o tempo de Nossa Senhora Santana, né, que é dia 26 Nossa Senhora Santana. Aqui tem muitas comunidades que visita, que, como é... que festeja. Era muito vento, muito vento, quase a gente não conseguia atravessar o Rio. E aí tinha.. Aí ia até às vezes no mês de Agosto, primeiro de Agosto, povo, pessoal mais velho chamava dias de água. Não sei porque chamava dias de água, sei que também era muito vento, né.

Então essa vida lá no Pilão Velho pra gente era... Eu não me lembro, assim, de muita coisa aqui na cidade nova, não. Agora as coisas do Pilão Velho eu lembro mais do que aqui, né? Porque eu casei em 77, foi um casamento meio conturbado, eu não gosto de falar, não. Essa parte eu salvo, viu?

Pesquisadora: Fica à vontade.

Dona Eva: E aí, a vida da gente lá era essa, né. Era o Rio, a roça, né, a pesca, né. Era... As pessoas eram muito simples, muito humilde, ajudavam muito. Eu não sei... Eu via muito meu pai contar, que na época dos coronéis, diz que tinha um coronel lá, que quando chegava uma pessoa rica na cidade, eles botavam para comprar a mercadoria do pobre todinha. Tem que comprar mercadoria do pobre. Se vinha, se o pobre trazia a mercadoria para feira, então quem tinha mais condições, ele botava para comprar mercadoria todinha do pobre. Pra não voltar com a mercadoria para casa, porque o pessoal das roça ao redor tudinho ia vender lá, né. Trazer as verduras para vender, e aí ele botava pra comprar, né? Então tinha muita coisa, assim, muita coisa boa que a gente sobreviveu ali, né, muita coisa pra contar. Se a gente for pagar aqui, é tantas, né...

Pesquisadora: Mas a senhora trabalhava na igreja, lá?

Dona Eva: Não, não. Lá eu não trabalhava na igreja não.

Pesquisadora: Mas a senhora ia para a igreja?

Dona Eva: Ia para igreja. É... meu primeiro catequista foi meu pai. Meu primeiro catequista e meu primeiro professor, viu, foi meu pai. Ele que me ensinou as primeiras letras, e foi quem ensinou a gente a rezar. Ele era devoto de Nossa Senhora e minha mãe também. Só que minha mãe, ela não tinha leitura, né. Naquele tempo, não estudavam, né. Ela diz que não conheceu muito a mãe dela, quando a mãe dela morreu, eles ficaram tudo pequeno. Meu avô casou com outra mulher, diz que também era jovem. Diz que, quando meu avô era vaqueiro, saía pro mato, aí... pra pegar boi, aí a menina disse que... a mulher dele cozinhava a comida, e aí ia brincar de boneca mais elas. Então eu foi assim, uma vida muito simples, né, deles.

Agora já meu pai não, meu pai foi, também, a mãe dele morreu cedo, e ele era, era gêmeos, né, com outra menina. Aí a mãe dele também morreu cedo e ele ficou criado por outras pessoas. Mas pessoas que criou ele, eram muito católicos, né. Levavam ele pra igreja, rezava. Naquela época, pessoal tinha muita devoção, né, rezava o terço, rezava o ofício, em casa, não é, ensinava os filhos a rezar... Então aí meu pai também ensinou a gente, né. E aí, com o tempo, chegou um padre lá, muito tempo depois né, que foi padre João. E aí a gente começou na igreja, né, minhas irmãs foram catequista, e comecei a participar da igreja, né. E aí a gente ingressou na igreja, né, com o padre João, né. Ele fazia muitas campanhas para o interior levava professor, né, era a educação e saúde: padre João. Que quando depois que esses padres novo chegaram aqui, continuou o trabalho dele, né. Então aí, a vida da gente lá na cidade velha era essa, uma vida boa.

Pesquisadora: Como é que foi essa passagem da igreja que ficou lá, né, pra cá? Tinha a igreja, não tinha...

Dona Eva: Aqui?

Entrevisador: É

Dona Eva: Não, a CHESF deu aquela que tem aí. Vocês viram, né? Uma negação da de lá, né. Pois é, aí eles deram essa igreja aí, quando mudou para cá, na mudança dos Santos, aí tinha... Ficou nessa igreja aí, né.

Pesquisadora: O pessoal aqui ia na igreja, como foi essa relação com a igreja nova?

Dona Eva: Não, o pessoal ia, o pessoal era, assim... A maioria é mulher, né. Toda a vida, né, as católica, maioria mulher. Homem sempre foi mais devagar aqui na região, né. Sempre os homens foram mais... Porque era assim, quando tem uma missa na comunidade, quando tinha uma missa, os homens ficava tudo na porta, conversando; "cadê o seu cavalo, cadê seu boi, como é que tá, o meu sumiu...". É, e as mulheres dentro da igreja rezando. Era. Era mais ou menos assim. Então a vida da gente lá era mais...

Tinha, na época que, dos vapor, né, tinha vapor que navegava pelo Rio, né, e quando o vapor chegava, a gente tudo, ia todo mundo pra beira do Rio, né, ver os turista, ver os vapor, né. Era, tinha as barca grande também, tinha uma barca grande que negociava, que trazia muita coisa, vendia. Era igual um supermercado, né, ali era novidade para a cidade, não é. Quando botaram uma lancha que chamava lancha-ônibus, né, não tinha, não tinha, não tinha, camarote não. Era só mesmo as poltronas. Ela era veloz, a lancha-ônibus, né. E aí o pessoal tudo corria para a beira do Rio pra ver, né. Tudo era novidade.

E meu pai também, para ajudar a criar a gente, além desse tempo, que teve um tempo muito duro, ele fazia, ele ia comprar coisas distantes, por exemplo, no Catu. Catu é uma cidade que fica pra lá de Xique-Xique. Fica, é mais município de Barra, fica mais pra dentro, é como se fosse um brejo, né. E aí eles passavam uma semana de viagem, né. Aí levava as coisas que tinha daqui pra lá, e aí trazia as coisas de lá: era cebola, era era buriti, era a rapadura, né. Trazia essas coisas de lá do Catu para cá, para a gente. Então, a vida da gente lá era assim. Pra mim, lá era melhor do que aqui, porque aqui...

Pesquisadora: A senhora veio para cá com quantos anos?

Dona Eva: Eu tinha 20 anos quando eu vim para aqui, é... Eu

casei com 19, em 77, aí em 78, nós mudamos para aqui, né?

Pesquisadora: E Remanso, vocês viam Remanso da cidade de Pilão Arcado? Vocês viam muito Remanso, o mercado de Remanso, o Cais de Remanso...

Dona Eva: Era muito difícil.

Pesquisadora: Não dava para ver?

Dona Eva: Não.

Pesquisadora: E lá, qual era o lugar favorito da senhora? Lá de Pilão Arcado

Dona Eva: A Pedra Branca. A Pedra Branca. É, a Pedra Branca. A Pedra Branca era o que mais a gente andava, mais a gente, né, se divertia, namorava escondido... Quando o pai não queria, lá tem um lugarzinho assim meio escondido, pode chegar quem quiser lá, não vê não... aí oxi, era bom demais. Era assim o lugar onde a gente tinha mais, né?

E aí mudamos para aqui, mudamos para aqui, com esse casamento num, num foi muito bom. Eu tive 2 filhos, graças a Deus, né. Graças a Deus que meus 2 filhos pra mim... Um mora em Juazeiro, o outro mora aqui. Pra mim foram bom demais, então, do casamento eu tive esses 2 filhos, e foi uma época que eu vivi a escravidão. Não saía de casa, é... eu não saía. Então, por isso que eu não gosto de falar. Lá, eu vivia como escrava, não sabia de nada. Eu vim saber das coisas depois que a gente se separou, de 80, 86... por aí, para cá. Foi que eu vim viver minha vida, não é. Aí eu comecei a... eu tinha um medo de sair de casa, com medo do povo falar de mim, quando eu me separei, não é. Que a gente tinha aquilo, não é, tinha um medo. O pessoal ia falar de mim, porque eu tinha me separado, tinha... Saía, e minha mãe ficava dizendo "sai minha filha" mais meu pai "você não vai ficar o tempo todo dentro de casa". Aí eu fui estudar, aí depois do estudo peguei abri as asas e peguei e voei. Aí abri as asas e voei.

Pesquisadora: Outras mulheres tiveram essa vivência da senhora?

Dona Eva: Como?

Pesquisadora: Do casamento

Dona Eva: Aqui?

Pesquisadora: É

Dona Eva: Tem delas, que até hoje. É. E aí quando eu comecei, fui estudar, aí depois fui fazer um curso de saúde, né. Primeiros Socorros, pelo sindicato. Eu já tinha ficado um pouco em Remanso Velho, porque eu tinha umas irmãs que trabalhava lá, mas aí eu não me acostumei, vim embora. Eu não ficava longe de minha mãe de jeito nenhum. É, aí eu vim embora. Aí depois eu fui fazer esse curso, fiz um período aqui no Pilão,

em Remanso e em Juazeiro. Aí quando eu retornei fiquei atendendo as comunidades pequena. Eu ia a pé, não tinha como ir, eu queria ajudar as pessoas. Aí eu e outra colega minha que fez comigo, a gente ia a pé para a comunidade atender as pessoas. Não tinha material nem nada, a gente fazia, sabe como? A gente pegava, ia no mato, tirava uns, umas varinha, rapava, enrolava o algodão para fazer os curativos... Pegava essas blusas de algodão, cortava os pedacinho, né, passava o ferro para fazer como gaze. Porque a gente não tinha material, naquela época, aqui. E aí começamos a fazer esse trabalho. Aí quando a paróquia viu, né, que a gente fazia esse trabalho aqui na sede, no interior, aí ele me convidou para participar, né? Para cobrir uma menina que entrou de férias. Aí eu fui, né. Eles trabalhava, o posto... Vocês andaram no posto?

Pesquisadora: No posto...

Dona Eva: No posto de saúde da paróquia

Pesquisadora: A gente passou por ele, passou bem rápido

Dona Eva: É, eu trabalho lá pela manhã. É. E aí a gente, aí ele era na casa, primeiro era aqui, o posto. Era aqui. Depois daqui, ele mudou pra lá, né. Aí, eu... quando que mudou para lá, eu já comecei a trabalhar. Aí eu fui trabalhar. Eu trabalhava primeiro numa lancha, comecei a trabalhar numa lancha, com eles. Eles tinham uma lancha...

Pesquisadora: Que que as senhora fazia, além dos curativos?

Dona Eva: É, ensinava os primeiros socorros. Era, ensinava. O soro caseiro...

Pesquisadora: Chegou a fazer parto?

Dona Eva: Sim. Assim, de emergência, porque foi o jeito, não é. Aí quando ele, aí quando a gente... Aí fui trabalhar, na lancha, com eles, para... A gente saía daqui da Passagem até lá no final do município, é... Extrema com Xique-Xique, né, e Barra. Lá, a última comunidade, a gente ia atendendo o pessoal beira do Rio. Aí o pessoal era tão pobre que os remédios que a gente levava, a gente fazia era trocar com peixe, com galinha, é... com, com abóbora. A gente trocava, a gente não vendia, trocava. Que a gente via que eles não tinha condições de comprar, aí a gente trocava. Aí o padre dizia, "não tem nada não, pode trocar". Aí a gente fazia isso. Aí depois, eu fiquei trabalhando um tempão e depois passei a atender na Passagem, na lancha. Aí, com o tempo, foi chegando médico, né. Não precisava mais, aí ele me mudou... Aí eu me... ele me mudou para aqui, que aqui era uma creche. Aqui era a casa deles, dos padres. Aí depois que eles mudaram, trocaram, né, a casa aqui. Trocaram a casa de lá por uma casa das freiras, porque vocês não sabem onde é. Aí trocaram, aí mudaram pra lá. Aí aqui ele fundou uma creche, né, só pra mãe solteira. É. Eles fundaram uma creche só pra mãe solteira. Aí ele fez a creche aqui, aí depois, depois da lancha, ele me mudou para aqui. Ah, mas foi ruim demais, rapaz. Você, assim, trabalhar num sossego, tudo calmo... você vim para grito de menino

né. Não é brinquedo não. Mas aí, com o tempo, eu acostumei.

Pesquisadora: E a senhora tinha quantos anos quando a senhora começou a trabalhar aqui com os meninos?

Dona Eva: Eu nem lembro... E aí eu comecei, e aí foi, foi, foi indo... me costumei. Aí tinha essas, esse salão aqui, que era creche, tinha casa a lá. E fiquei trabalhando aqui, aí depois ele mudou, né. Me mudou lá pro posto quando ele, ele construiu o posto, aí me mudou para lá. Aí eu fiquei trabalhando lá. E aí nesse meio tempo, ele me convidou pra, pra mim acompanhar um grupo de mulher, de mãe solteira, né, com a pastoral da mulher marginalizada, que tinha em Juazeiro.

Aí a gente fomos por umas reuniões lá, aí eram as freira que tomava conta, as irmãs Oblatas. Aí a gente ia todo ano, tinha assembleia de mulher, a gente ia. Aí elas levavam a gente para outros estados, eu passei foi muito. Já fui em Brasília, já fui no Ceará, já fui em Salvador, fui em São Paulo, em Minas... fui num bocado de lugar. Aí a gente fazia esses... Aí ia aprender, para trazer para as menina daqui. Aí ele... Nós trabalhava lá, né, a gente trabalhava lá, no... Tinha o posto, logo no posto tinha uma garagem. A garagem era bem grande, tinha um pé de manga enorme. Aí ele, ele construiu um... uma... Para botar Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Fátima... Uma Gruta, uma Gruta. Muito linda a gruta de pedra. Construiu lá para a gente trabalhava, tinha a missa uma vez por mês... E trabalhava lá, né.

E aí, de lá ele construiu, quando mudou a creche, daqui pra lá, ele construiu a Capelinha e trouxe a Nossa Senhora de Fátima para aqui e trouxe nós para aqui, o grupo de mulher. Aí ficamo, né. A gente, no início, era muito difícil, porque a gente era muito criticada pelo povo, né. Chamava rapariga dos padres, mulher dos padre, né. E aí a gente ia, a gente tava nem aí, nem ligava. A gente tinha a força deles, a força dos padres, né. Que os padres era respeitado na cidade. Aí a gente ficava a fazer esse trabalho: a gente visitava a Passagem, que tinha uns pontos de prostituição, a gente ia mesmo lá para dentro, ajudar as mulher, né. Orientar elas, né. Dizer uma, uma maneira... Que a gente sabe, é... Naquela época, não sabia que era errado, né. Mas, a gente ajudava elas, levava muitas coisas, assim, pra elas e elas ficam... e quando a gente chegava, aí não ficava nem um homem ali, eles botavam tudo pra fora. Só ficava elas.

E aí a gente conversava, aqui nas periferias da cidade, a gente é, acompanhava... Dava para ver que tinha muita prostituição, vinha muita menina de fora, né. Aí a gente acolhia. Tinha uma menina que era uma criança, e o padre Dita, irmão Dita, que vivia com o irmão Guilherme, aí na paróquia, ele não queria, de jeito nenhum, porque era de menor, com medo da justiça, né. Aí quando as menina dizia: "lá vem o padre Dita", a gente

escondia ela. Mas foi assim, um trabalho muito bom, né, que ele fez. E além disso, ele trabalhou com a saúde e a educação, né, continuou o trabalho de padre João, né, saúde educação. E, aí, e os trabalhos sociais... Muito trabalho social, que ele fez aqui na cidade. Muito mesmo, muito...

Pesquisadora: Padre Guilherme?

Dona Eva: Padre Guilherme e Padre Dita, né, Fez muitos... Fizeram muitos trabalhos sociais e está aí o resultado, né. Então, a vida da gente aqui na cidade nova, assim... Eu trabalhei também, nem falei isso, que antes de eu começar a trabalhar na paróquia, eu trabalhei na prefeitura, né. E por causa de política, eles me botaram pra rua, né. Eu fiquei desesperada porque, com 2 filhos para criar, sem condições nenhuma, aí fui pra roça, né? Lá meu pai tinha plantação de, de... Mamona, aí eu fui cuidar da plantação de mamona, eu fui colher. Tinha mandioca, né, eu às vezes, é... Capava a mandioca para vender, mandioca doce. Sabe o que é capar a mandioca? Sabe?

Pesquisadora: Mas eu acho que mais ou menos

Dona Eva: Arranca a raiz e deixa o pé lá, é... Não tira todo não. Só arrancar a raiz e deixa o pé. Aí a gente, para vender, né...

Aí depois eu comecei a pintar, do meu jeito, as pinturas tudo doida. Aí tinha um senhor aqui, que era muito amigo do meu pai. Ele me dava os retalhos de pano, aí eu pintava, e saía nas portas vendendo... Aí o povo comprava, para eu comprar os leite pros menino... Antes de eu trabalhar na paróquia, né. Aí depois, foi quando eu comecei a trabalhar na paróquia, a coisa mudou.

Pesquisadora: Eles remuneravam a senhora, né, não era um trabalho voluntário...

Dona Eva: É, sim, sim. Era não. Aí eles começaram a me ajudar, né, e me ajudou muito. Hoje eu tenho uma casa e agradeço muito a eles, né. Sim, eu trabalho bem, verdade, mas é eles que me deram o trabalho e que me ajudaram, né. Então, estou aqui, graças a Deus, faço esse trabalho ainda, já aposentei mas eles não me manda... não me deixaram ir embora... Eu doida pra ir...

E aí passo, ficou de manhã lá, né, na paróquia, e fico à tarde em casa. Às vezes faço alguma visita, em algum lugar... Aí dia de terça-feira a gente tem as meninas que quem limpa aí, né. A gente tem aqui a Capela, que vem o padre à noite celebrar a missa, né.

E, a gente continua. Mas hoje estou na "Rede Mulher", além da "Pastoral da Mulher", nós fizemos... Nós, nós fundamos a rede. Que a rede ela é regional... A rede ela é regional, ela não é... Não tem só aqui. Tem em Juazeiro e todas as cidades vizinhas de Juazeiro, a "Pastoral da Mulher". Aí a gente

tem esse trabalho com as mulher no interior, a gente vai fazer reuniões com as mulher, né. Tem a feira agroecológica, a feira agroecológica que é amanhã... Não vai ser aqui não, vai ser em Campo Grande. Aí isso é tudo natural, não tem nada químico, que elas vende. Coentro... essas coisas pimentão, abóbora, tudo essas coisas de roça, tudo natural, né. Não tem nada químico. Aí a gente vai participar da feira lá também né, e aí assim, a gente todo mês, de 2 em 2 meses, ou de mês em mês, a gente vai para as comunidades, faz reuniões com as mulher... Então a gente discute várias coisas. Primeiro a gente faz uma abertura, né, se apresenta, aí faz oração... Aí depois a gente leva um tema pra gente discutir, ou violência contra a mulher, ou as necessidades da mulher na comunidade, né. E aí a gente conclui com bingão, o bingão da mulher. E até pra poder ajudar a gente, que a gente não tem condições, né. É difícil para você ir pra uma comunidade dessa, para fretar um carro, é difícil. Então a gente tem que fazer... A gente faz sorteio, e faz bingo... Faz tudo para poder ir para esses movimento.

Aí a gente tem aqui, que a gente... Aí, a gente tem a associação, e o trabalho, né, das mulheres (aponta para o lado), e aqui (aponta para trás) a gente tem a Capela. E a gente passa o tempo, né, fazendo esse trabalho. E aí o que precisa, né, fui coordenadora da "Pastoral da Criança" também, muitos anos, né, graças a Deus, tirei muita criança da desnutrição, ajudei muita gestante criança, né, lá no início. Foi muito bom, graças a Deus aprendi muita coisa e estou aqui ainda hoje querendo ensinar mais e aprender mais.

Então tá aqui meu trabalho: pequeno, simples...

Pesquisadora: Pequeno?

Dona Eva: Pra completar, tive a COVID duas vezes, fiquei com esses problemas (aponta pro olho), com essas... né, da COVID. Depois da COVID, aí a Corona disse: "sai do meio, que eu vou lhe pegar também" aí, fiquei com um... Tem hora que eu lembro das coisas, tem hora que eu não lembro... Pra mim não esquecer eu tenho que anotar, né, porque você trabalha, assim, muita coisa você tem, né, muito que que anotar as coisas pra você não esquecer. Mas, graças a Deus, tamo aqui. Quando não vem o padre, a gente celebra aqui, faz as, a novena de Nossa Senhora da... de Fátima, de Perpétuo Socorro. E aí tamo aqui.

Pesquisadora: Uma vitoriosa.

Dona Eva: Não é, tô aqui contando a história, não é?

Pesquisadora: Fiquei aqui com uma dúvida, como foi pro pai pra mãe da senhora sair lá do... Da cidade antiga?

Dona Eva: Foi muito difícil, né, muito difícil. Minha mãe, principalmente, ela não queria, nunca acostumou aqui, né. É. Meu pai não, porque ele logo que mudou para aqui ele deixou, assim, a pesca, né. E a roça também, porque cobriu tudo. Aí ele foi viver só de pedreiro. É. E aí ele foi presidente do sindicato muitos anos, foi vereador também, né. Aí tinha a roça aqui, na caatinga, só que era diferente. Mas aqui, até que no início era bom, porque chovia bastante. A gente sabia o período da chuva. Hoje a gente não sabe mais, né. A gente não sabe mais quando é que vai chover, quando não vai, então... A gente tem agora, tem é que plantar no pó, como dizia os mais velhos - no dia de São Brás, em outubro-, para poder, quando a chuva chegar, a planta nascer.

Pesquisadora: É isso aí.

Dona Eva: Porque... É assim.

Pesquisadora: Que trabalho esse com a mulher.

Dona Eva: É, a gente trabalha... É... meu sonho é esse trabalho.

Pesquisadora: Não sei se a senhora poderia falar um pouquinho mais sobre isso... A gente percebeu, assim, que o tratamento da mulher é muito diferente, ainda hoje, né, aqui... Nessa região.

Dona Eva: É verdade, às vezes eu fico assim pensando, viu. Desde quando os padres chegaram aqui, ele fez um trabalho social muito grande, né. Em tudo, na criança, na juventude, na mulher, né. Mas, até hoje, a mulher parece que ela tem medo. Ainda, assim, fica fechada, sabe. A gente tem uma rede de mulher, a gente tem a "Pastoral da Mulher", mas a gente tem mulheres dentro do movimento que conhece tudo, tudo; que sofre, e tem medo, né. Ainda tem medo. Então é muito difícil, muito difícil. Às vezes a gente... Eu chego nas comunidades e digo "parece que vocês nem aprenderam nada com o padre", porque vocês, né, porque também, sabe... Eu às vezes sinto até... Dou até razão elas, porque elas não têm apoio, não é. Assim um apoio psicológico, tudo bem, mas assim uma segurança. Por exemplo: ela tem um marido, é, ela tem o marido, mas aí o marido mais maltrata ela, né. Mas se ela deixar, ou se ela denunciar ele, aí qual a segurança que dão a ela? Nenhuma, né. Com a gente, tem acontecido muitas mortes aqui, de mulher. Muitas.

Pesquisadora: De mulher?

Dona Eva: De mulher. Então não tem, não tem, segurança.

Pesquisadora: Porque se a mulher deixa o marido, ele vai atrás?

Dona Eva: Vai atrás. Tem uns homens que não aceitam, que ela fique com outro, que ela separe, não sei. Então é muito difícil. Ainda hoje tem e não e não vai acabar não. Porque a mulher não... Por mais que você ensine, por mais que você

converse, por mais que você lute... É difícil.

Pesquisadora: A gente tem que se ajudar, né.

Dona Eva: É, é. Aí ela, aí ela tem que sair. Ela tem que sair, dar um tempo, ir embora... Mas mesmo assim tem vez, quando volta, né, corre o risco de acontecer tudo de novo. Mas é difícil para a mulher, é difícil...

Pesquisadora: Seu trabalho é importantíssimo.

Dona Eva: É nada... É só um pouquinho.

Pesquisadora: 3 mulheres aqui.

Dona Eva: É só um pouquinho.

Pesquisadora: Eu estagiei, eu fiz estagio com violência contra a mulher... A Estela é psicóloga.

Dona Eva: É? A gente está trabalhando agora um pouco a violência contra a mulher. Porque a gente viu uma necessidade, de reforçar mais. Tem umas cartilhas que a gente está acompanhando, eu vou lhe dar uma. A gente tá acompanhando, não é? A gente tem agora, tem uma menina que é advogada e também que entrou para trabalhar com a gente... E tem também as entidade que nos ajuda muito. Tem o SASOP, né, tem o IRPAA, tem a CPT, tem a igreja...

Pesquisadora: Lá em Brasília a Estela conheceu o local onde ficam as mães solteiras... Solteiras não... As mães que tavam sofrendo violência...

Dona Eva: Eu sei. Vulnerável, né.

Pesquisadora: Abrigo. Lá chama Casa Abrigo. Elas não tem para onde ir, por conta dessa insegurança que a senhora disse, e aí, é... Mas ninguém sabe onde é. E aí, ninguém pode saber onde é. E aí a gente foi com a escola visitar....

Dona Eva: E aqui é difícil, uma cidade pequena, todo mundo sabe tudo... Sabe da vida de todo mundo...

Pesquisadora: É uma casa...

Dona Eva: Se você mora aqui na cidade, da rua você vai saber da vida de quem, não é? Sabe tudo... Acontece uma coisa de noite, quando era de manhã, a rua todinha já sabe. É.

Pesquisadora: A senhora deve conhecer, nós entrevistamos lá em Petrolina, a Ceiça, Maria Conceição. Ela era criança quando saiu. É... Ela não era da geração da senhora. Mas provavelmente a mãe dela, né. Deve conhecer a mãe dela... É que a gente não sabe o nome de todo mundo, só dela... Maria Conceição.

Dona Eva: Mas ela é lá de Petrolina?

Pesquisadora: Não, ela é de Pilão Arcado velho.

Dona Eva: Maria da Conceição

Pesquisadora: Uma que... eles foram parar quando a CHESF, é... A CHESF indenizou e eles foram para Xique-Xique, e aí ficaram sem nada... Aí inundou tudo... Eles, eles foram... A história dela é assim: eles foram... O avô ficou, né. O avô dela. E aí ele morreu, quando eles foram enterrar, a CHESF deu um deu um erro, e inundou Xique-Xique. Então eles não tinham mais nada. Não tinham nada, saíram com a roupa do corpo.

Dona Eva: Isso aconteceu muito, muito. As pessoas perderam muita coisa. Às vezes as pessoas não acreditavam que fossem inundar. Como bem mesmo... Na área mesmo que eles pediram para as pessoas tirar tudo, eles não acreditaram.

Pesquisadora: Não acreditaram...

Dona Eva: Não é... Você vê a inocência e ignorância das pessoas, não é. Eles não trataram a gente como ser humano. Eles não trataram a gente como ser humano. Era assim, chegou jogou para lá, tem que sair. É.

Pesquisadora: E como que foi esse, esse movimento assim para a senhora?

Dona Eva: Você sabe que eu quase nem lembro quando eu mudei. Porque quando nós vinhemo para aqui, quando nós vinhemos para aqui, não foi mais de carro. Já foi de lancha. Nós ficamos lá até o rio encher... A gente não queria sair, né.

Pesquisadora: Vocês tavam na parte mais alta...

Dona Eva: Era, era, era. E aí a gente não queria sair, aí depois meu pai disse "cês tem que vim". Aí depois foi que, arrumou uma lancha e trouxe a gente até a Passagem, foi que nós vinhemos. E eu tinha essa tia mesmo que morava com a gente... Mas chorava, sem querer vir, né. Ninguém queria vim.

Pesquisadora: Depois que o rio abaixou, demorou muito? Porque aí a cidade ficou lá, né.

Dona Eva: É, a cidade, a cidade não cobriu não.

Pesquisadora: Pois é, e não deu pra voltar?

Dona Eva: Só chegou ali perto da igreja.

Pesquisadora: Sim, até onde chegou, né.

Dona Eva: É, aí não....

Pesquisadora: E não dava pra voltar?

Dona Eva: Não, para ir sobreviver lá como?

Pesquisadora: É porque saiu todo mundo...

Dona Eva: É... A CHESF logo mandou destruir as casa tudo... As casa que ela indenizou, o pessoal podia... Olha, acabou tudo. Acabou, aí tiraram o material da igreja, tiraram de quartel, tiraram de prédio escolar... Lá tinha um hospital que era um dos maiores hospital da margem do Rio São Francisco...

Era lindo, cê se perdia dentro. Era enorme, enorme o hospital. Era ele, primeiro ele, depois o de Remanso. Era enorme, enorme. Destruíram tudo. Destruíram tudo, acabaram com tudo. Então, ficou difícil, né, de sobreviver.

Pesquisadora: Mas inundou uma parte da cidade, ou não?

Dona Eva: Só a parte mais baixa, é... Na casa do meu pai mesmo, a água só chegou... Não chegou nem na perto da porta. Aí voltou.

Pesquisadora: Ah ele voltou?

Dona Eva: Não, to dizendo a água. É... aí voltou. Foi.

Pesquisadora: E a senhora conheceu aquela senhora que ficou morando lá... Pequenita.

Dona Eva: Conheci, ela é minha comadre. Eu passei minha infância muito assim com ela, eu gostava muito dela. Às vezes, quando era na época da desmancha, que o rio enchia, que vinha todo mundo embora, que tinha ilhas que era alta, aí ia para desmanchar lá,né. E aí eu ficava muito na casa dela, com os meninos dela, ia pra desmancha lá.

Pesquisadora: Que que era desmanche mesmo?

Dona Eva: Rapa de mandioca.

Pesquisadora: Ah é.

Dona Eva: É, a gente chamava de desmanche que rapava mandioca, sevava...

Pesquisadora: E qual era a rotina das mulheres, né, no Pilão Velho?

Dona Eva: Era em casa, lavar roupa, cuidar da casa, lavar roupa, cozinhar...

Pesquisadora: Lavar roupa no Rio...

Dona Eva: É, no Rio... Era a rotina... Sentar na porta... Tinha muitas que aprendia a fazer alguma costura na mão, bordado... Quem tinha máquina, costurava de máquina, quem não tinha, costura de mão...

Pesquisadora: E as crianças estudavam? Tinha escola?

Dona Eva: Estudavam, né, estudavam. Estudavam só o primário, só primário. Depois da chegada do Padre João, foi que teve o ginásio. É, mas era o só o primário. Pesquisadora: Lá no velho?

Dona Eva: Lá no velho. Era, e... foi a vida da gente.

Pesquisadora: Esses padres tiveram uma importância muito grande, né?

Dona Eva: Hã?

Pesquisadora: Esses padres...

Dona Eva: Sim, com certeza. Eu sempre digo assim, que hoje mesmo eu estava falando que eles vestiram muitos nus e mataram muita fome do povo, né. Porque eles, eles traziam, vinham roupas da Alemanha, que eles doavam, né. Roupa, remédio, né. Assim, muita ajuda, para sexta básica, né. E as pessoas, por exemplo, mesmo no início da barragem, lá na Salinas e Silva que eram as últimas comunidades que cobriu, eles ajudaram muito. Campanhas sobre verminose, naquela época, aquelas campanhas né, que tinha... Difícil, aquelas doenças de água, de tudo... Eles levava remédio, tudo, para eles. De roupa, de remédio, tudo...

Pesquisadora: Quando a senhora fala comunidade, eram comunidades cristãs ou entre eles mesmo?

Dona Eva: Cristãs. Eram todos, eram todos católicos. É, todos católicos.

Pesquisadora: A vila era católica?

Dona Eva: É, católica, é. Tá bom.

Pesquisadora: Muito obrigada!

Dona Eva: Foi um pouquinho do que eu pude ajudar vocês...

Pesquisadora: Nossa, a história da senhora é incrível!

Depoimento Carlos Antônio Ferreira de Castro

Pesquisadora: Queria agradecer, né, nossa que encontro; e perguntar como era, como foi sua história na antiga cidade, como era o seu dia a dia, qual mudança, assim, que o senhor sente da nova para a velha... A relação com o rio... A interação que o senhor tinha com o Rio... Mas, o que senhor quiser contar também. O senhor acha que foi bom, foi muito sofrida...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Olhe, quando tomamos conhecimento de que ia haver, vamos dizer, essas cidades, nossas aqui, iam ser inundada; então iam construir a barragem de Sobradinho... E, então, houve uma preocupação muito grande de todos nós moradores da região, não foi só de Remanso não. Ficou aquela incógnita: e será que vai ser bom? Será que vai ser ruim? Como é vai ser... Melhor para todo mundo? Então houve uma preocupação, realmente, muito grande. Porque lá era uma cidade, o Remanso era uma cidade, vamos dizer, dessas que foram inundadas, realmente, Remanso era maior que tinha, de todas as cidades, né. Então, mas uma cidade, vamos dizer, é... Pequena, viu. E... então por ser na beira do Rio São Francisco, então nós tínhamos, vamos dizer, esses vapores que chamam naquele... Chamavam os vapores, que eles traziam mercadoria e as pessoas, de Pirapora para Juazeiro, Juazeiro para Pirapora. Então Remanso passou a ser um centro aqui na região, onde recebia a mercadoria, desses... de toda essa região aqui do Piauí, dessas cidades menores, né. Então era, como se... Era o pivô da história, né. É, Remanso... Era uma cidade muito boa. Então, uma cidade pacata, povo muito bom, viu. Uma cidade onde vivíamos bem, viu, bem. Todo mundo era muito - todo mundo conhecia todo mundo, porque era uma cidade pequena, então havia aquela consideração, amizade... É, coisa muito boa. Quando veio essa história da dessa mudança: vai inundar a cidade, uma preocupação muito grande, de todo mundo. Nós não sabíamos se ia ser melhor ou pior. E, o tempo foi passando, e graças a Deus, viu, hoje nós estamos numa cidade planejada, muito boa, e cresceu muito, e tem crescido a cada dia... e vindo, vamos dizer, é... essa mudança, que houve, né. Então Remanso velho / Remanso novo... Quer dizer, a gente tem aquela saudade, aquela lembrança boa de morar, porque havia muitos amigos, havia muita gente. Mas não pode se comparar com Remanso novo. Remanso novo, como se diz. Então... Remanso é uma cidade...

Pesquisadora: E lá não tinha luz, né? Como é que era? A luz à motor?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Lá, quando nós morava lá, ainda não havia a... Era luz à motor. Luz elétrica, mas luz à motor. Quando veio pra cá, nós ainda tivemos... No início, ainda tinha aqui o motor, viu. Mas aí, logo, foi, foi...

Pesquisadora: Como era essa vivência do motor?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Não, aquilo que o pessoal - os mecânicos que, vamos dizer - eles entendiam, e então... Aí não era energia 24 horas por dia. Então, durante o dia... E à noite ia até 22-23 horas. E então, ali, já sabiam, né. Eu lembro que eu era meninote, então, quando dava mais tarde um pouquinho: "Vamo embora que a luz vai apagar". Então tinha que correr para casa, para chegar antes da luz apagar.

Pesquisadora: Então tiveram modificações, né...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Como é?

Pesquisadora: É que uma senhora falou pra gente da geladeira, né.

Carlos Antônio Ferreira de Castro: É. Não havia na cidade...

Pesquisadora: A geladeira era à gás, né.

Carlos Antônio Ferreira de Castro: É, a geladeira, vamos dizer... Havia geladeira, vamos dizer, à gás, depois passou a geladeira, vamos dizer, à bujão... À bujão... E aí, posteriormente, veio as geladeiras elétricas. Naquela época, claro, que não era todo mundo que tinha geladeira elétrica, lá na cidade velha, viu. É uma cidade, ainda, que tinha muita gente que ainda não tinha geladeira em casa, né. E então...

Pesquisadora: E como era a relação com o Rio que vocês tinham lá e como que é a relação aqui... Como vocês acham... Qual foi a mudança?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Não, o Rio era, vamos dizer, o Rio ele passava, vamos dizer... O Rio, esses barcos, esses vapores, eles tinham, vamos dizer... Saíam de lá e vinham mais, em cada cidade, então... Um, como se diz, assim, um braço... e então, que entrava na cidade. Então, você ficava à beira do Lago, do Rio, na verdade, na beira do Rio, onde, vamos dizer... Era, vamos dizer... Um... Todos os rapazinhos, toda mocinha, todo mundo ia tomar banho no Rio, coisa e tudo. Era muito bom, nós tínhamos uma coroa lá muito boa que, é... Parecia uma praia lá. Então, era muito bonito. Ficava, vamos dizer, aquela areia grossa mesmo, de praia, onde era muito bonito, né. Mas, claro, num pode se comparar de jeito nenhum com hoje. Hoje nós temos, vamos dizer, esse Lago que vem, corta o município todo, vamos dizer... Não temos assim uma praia, assim, com aquela areia de praia. Mas temos essa beleza aí, viu, que muita gente do Piauí vem, nos fins de semana aqui, para tomar banho, viu. Nessa região aqui toda, então é...

Pesquisadora: Ali é a Prainha? A gente viu uma placa ali...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: É a Prainha. A Prainha de Amaralina. Então, quando foi construída aqui a cidade, então, tinha um Lago, mas não se tinha um ponto, é... Turístico, como se diz, para o povo tomar banho. Então, naquela época, em 93, o prefeito da época, resolveu então indenizar aquela área, que era roça. Indenizou aquela área ali e então colocou a energia, colocou água, fez barracas rústicas, e então se criou a Prainha. Nós tínhamos aqui perto uma fazenda que chamava Amaralina, e então em homenagem, vamos dizer, a essa fazendazinha que tinha o povo, colocamos o nome de Amaralina. Então: a praia de Amaralina. Não sei se vocês viram uma plaquinha ali, a praia de Amaralina, quer dizer... E então, foi uma beleza, foi a inauguração, foi a coisa mais linda do mundo. Posteriormente, outro prefeito que entrou, então, construiu aquelas barracas fixas, né, um restaurante também. Então, é... Ficou muito bom.

Pesquisadora: Um passarinho verde me contou aqui que o senhor foi prefeito?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Fui. Fui prefeito e quem, e quem, na época, realmente, é... Construiu o que foi a praia fui eu, é... Então indenizei aquela área lá, e então fizemos a Prainha de Amaralina, que até hoje tem... E então muito bonita, e nos fins de semana, sábado e domingo, é cheio, cheio, cheio. É festa, é o povo tomando banho, muita gente que vem de fora... Então, realmente...

Pesquisadora: E na cidade antiga, na Remanso antiga... Mesmo com o porto, o cais

Carlos Antônio Ferreira de Castro: O cais, o cais, tinha o cais.

Pesquisadora: Mesmo com o cais, dava para tomar banho...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Tomava banho, era uma beleza. Tinha um cais feito de pedra, então, era onde eu ancorava as barcas, os vapores...

Pesquisadora: E lá então...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Tinha. Então tinha lá, você descia e então entrava dentro d'água, outros que pulavam do cais, então era muito bonito.

Pesquisadora: Então como fala... O cais era o point, né?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Era o point, era, era...

Pesquisadora: Era lá...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Era lá que que ficava, concentrava lá.

Pesquisadora: E aqui, onde você acha que é o point?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Aqui fica Prainha e tem o Porto também, não sei se vocês foram lá. O Porto onde ancora, vamos dizer, quando vem os barcos, as coisas, ancora lá na frente, né.

Pesquisadora: Nós saímos de lá hoje.

Carlos Antônio Ferreira de Castro: E lá tem, vamos dizer, tem um restaurante, tem tudo lá, também.

Pesquisadora: E o senhor tinha dito que lá na cidade velha todo mundo conhecia todo mundo...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Todo mundo conhecia todo mundo, então...

Pesquisadora: E como foi quando foi para cá?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Hoje, quando veio para cá, então veio muita gente, passou a... Com o Lagos Sobradinho, então, que... Quando encheu o Lago, passou, vamos dizer, a ter o peixe, né. Então apareceu, de uma hora para outra, muito peixe. E então, veio muita gente de fora, muita gente do Pernambuco, da Paraíba, de outros estados, que se radicaram aqui em Remanso. Veio também muita gente do interior das cidades vizinhas... Então, Remanso passou assim, ser uma cidade, é... Cresceu muito, e muita gente de fora que você, a princípio, você não conhecia todo mundo.

Pesquisadora: E quem foram as primeiras pessoas que saíram de lá para cá?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Ah, as primeiras pessoas vieram para cá, e então já tinha um problema, porque a noite não tinha energia, né. Para essas primeiras pessoas. A energia veio depois. Então esses que vieram primeiro, vieram para cá, mas à noite não tinha energia. Você tinha que se preocupar, vamos ver, com placa, um candeeiro, uma coisa, não tinha a energia elétrica, né. Então depois, quando veio, quando veio nós é que já teve.

Pesquisadora: Quem chegou primeiro deve ter sido meio difícil de trazer...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: É teve, teve uma dificuldade maior, teve uma dificuldade maior.

Pesquisadora: E o senhor veio para cá com que idade?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Eu vim para cá em 70 e... Nós viemos para cá em 77. Que tem hoje 23, com 24... 47 anos, não é. 47 anos. Eu tinha 29 anos de idade, naquela época, eu hoje estou com 76.

Pesquisadora: Já tava criado...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Já tava criado, é, já estava criado. Já tinha viajado muito por esse Brasil, morei uma temporada fora, então, já tinha, então... Mas foi muito bom, essa mudança... Essa mudança da cidade velha para nova, para cidade nova, foi muito bom... Para os que vieram e para

os novos que chegaram, né. Muito bom. Hoje é uma cidade grande, e deve ter triplicado aí o número de habitantes, ou quadruplicado, eu não sei, viu. Então, mas é uma cidade hoje privilegiada que hoje, tem tudo. É uma cidade que tem tudo hoje, Remanso. É, tem tudo. Você vive bem, vive bem, não é, muito bem.

Pesquisadora: E como que foi a mudança, assim, como que foi o...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Foi uma mudança sofrida, né, porque você sair... Você tem uma, cê mora - uma vida morando numa localidade onde mora todo mundo junto, todo mundo amigo, parente... De uma hora para outra você faz essa mudança... E aí aparece pessoas de fora, pessoas com costumes diferentes... E a coisa não é... A princípio foi aquele... Foi muito preocupante, mas depois a coisa, é... Hoje é muito bom, a cidade que tem dado muito boa Faculdade... A cidade que tem muito, muita coisa boa.

Pesquisadora: Tem uma faculdade aqui?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Tem, aqui tem. Aqui nós tem uma faculdade. Não é faculdade, mas tem uma faculdade de vários, várias classes, aqui é Unifan, é, viu.

Pesquisadora: E como era antes o Cais? Como era antes a relação lá no Cais, o rio, ver aquela paisagem, como que era a paisagem antes?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Não, era bonito. Era muito bonito, né. Agora uma coisa é o seguinte: você foi criado desde pequenininho, desde pequeno, vendo aquilo ali, você não valoriza tanto, né. Aquilo passa a ser natural, né. Quem chega de fora é que vê, e aí vê que realmente é uma beleza muito grande, né. Muito grande, é. Mas foi uma das coisas boas que aconteceu na nossa vida, dessa região toda, foi a vinda da barragem de Sobradinho. Trouxe condição melhor para todo mundo, todo mundo passou a viver melhor, viu. Houve uma preocupação muito grande com os que moravam lá, de fazer, construir casas melhores. Então hoje Remanso é uma cidade que tem muitas casas boas, muitas casas boas mesmo, viu. E então...

Pesquisadora: Sabe uma curiosidade que eu tenho, essa região é uma região muito, muito... Tem até... O Chefe do Hospital de Base lá de Brasília, ele estagiou por aqui... Ele fez parte da Residência em Salvador. E ele ficava impressionado com a quantidade de pessoas com doença de Chagas aqui, por causa das casas de pau-a-pique, o barbeiro, né.

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Certo.

Pesquisadora: Isso devia ser... Não sei, se o senhor se lembra disso... mas na época da Remanso antiga devia ser uma coisa muito intensa lá, né...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: É não, mas não tem assim... Você fala o bicho barbeiro, é?

Pesquisadora: Barbeiro e a doença de Chagas, que dá aumento de pressão...

Carlos Antônio Ferreira de Castro: É, existia mas não era assim, grande escala... Não havia essa preocupação do povo, em questão, ou não...

Pesquisadora: Não, né....

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Não, aviso só: ah, fulano pegou uma doença de Chagas, não sei o quê... Mas era uma coisa esporádica, não era...

Pesquisadora: Atualmente, deve ter quase desaparecido, né. Quase tudo de alvenaria, né.

Carlos Antônio Ferreira de Castro: É, não, aqui na verdade a gente nem... Ninguém nem fala, ninguém nem lembra, nem fala. A verdade é essa, tenha dúvida nenhuma.

Pesquisadora: Vamo?

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Pois é, pois foi muito bom prazer muito, prazer muito grande conhecer vocês, viu. Poder estar aqui. Nos colocamos a disposição para qualquer coisa que seja a nosso alcance, independente de entrevista ou não, mas se precisar de qualquer coisa tamo às ordens aqui, viu? A nossa casa, viu, estamos aqui, viu.

Pesquisadora: Vamos ver se a gente não consegue descer lá... Pelo menos para ver hoje.

Carlos Antônio Ferreira de Castro: Muito bom.

Depoimento Marcílio Braga

Pesquisadora: Bem. Que aí a gente vai mais gente. Pode? Quem é você?

Marcílio Braga: Eu sou o Marcílio Braga. Sou Remansense, né? Só que eu não sou natural dessa cidade que estou hoje aqui. A minha cidade ficou lá inundada, que era minha terra natal, mas eu sou um Remansense apaixonado por minha terra, por minha história, pela história da minha cidade, né? Pela história do meu povo. E gosto até de dizer assim, aí, tem o Padre Cícero no Juazeiro do Norte. Aí eu digo, eu sou também um dos defensores, né? Da causa da minha terra, da minha cidade, das pessoas mais necessitadas que, que sofreram mais nessa transformação da cidade, entendeu? Porque os ricos ficaram mais ricos e os pobres ficaram os mais pobres. Então, a Chesf, na época, era o regime militar, então era forçado a tirar as pessoas de casa. Teve gente que saiu de casa algemado, amarrado, né? Jogado em cima do caminhão com a mudança, cachorro, pote e tal, pra vir embora pra cidade, porque a água estava chegando. Então, tinha gente que não acreditava. Não acreditava que a água ia chegar. Então, teve gente que ficou até a última hora. Então, teve que ter essa força militar, que era o regime militar que fez, foi no, a, a, a notícia mesmo que nós recebemos na época, foi em 1971, quando chegou a notícia real que ia existir a mudança, que o povo acreditaram mesmo, que a partir dali não tinha mais jeito. Ninguém conseguiu brigar mais pela história de Remanso. Remanso era uma cidade linda. Remanso tinha cinema. Remanso tinha aeroporto. Remanso tinha teatro. Então, a cultura de Remanso era maravilhosa. Então acabou tudo, tudo, tudo, tudo, ficou tudo embaixo d'água. E a Chesf não deu a gente isso aqui. Que a Chesf poderia dar um teatro aqui, porque se ele derrubou o nosso lá, acabou com o nosso. Tanto que eu digo, a nossa igreja de Remanso Velho, se você vê as fotos, a igreja era a coisa mais linda do mundo. E hoje a nossa igreja daqui, que eles, é um galpão. Eu chamo de um galpão. Porque eles fizeram o galpão e acabaram e deram. Então a gente não tinha essa força política pelo motivo do regime militar, né? Então, ficou muito. A gente tinha, é, o cais de Remanso Velho era lindíssimo. Então, a gente tinha um cais, o cais onde as meninas passeavam para paquerar, para namorar, tinha uma iluminação diferente. E lá, era engraçado nessa época, a iluminação da cidade era feito, era tipo um, um foquete. Eu tenho umas fotos aqui que eu vou lhe mostrar depois. Então, um rapaz, quando era a partir de 6 horas da tarde, ele ia acendendo poste por poste. Aí, quando era 10 horas da noite, ele piscava, aí que era para avisar que ia apagar todas as luzes da cidade. Quando era 11:30 para meia-noite, aí apagava, não existia mais energia. Aí existia o candeeiro, não sei se você conhece, sabe o que é candeeiro? O candeeiro, ele é, ele é um, um coisa de alumínio de, de flandres, aí tem uma tiara dentro e ele é, tem um querosene que acende e fica a tocha de luz, né? Quem tinha dinheiro para comprar vela, comprava, mas quem não tinha era o candeeiro. Ou então a fogueira, né? Que o pessoal juntava cascos de madeira e fazia fogueira. Mas a nossa cultura de Remanso era uma cultura maravilhosa. O carnaval de Remanso era lindo. O São João era maravilhoso, as quadrilhas, entendeu? A gente tinha uns penitentes, que era um, era lamentadores de alma que se chamava. Eles saíam todos de branco, à meia-noite, na Semana Santa. Ele fazia as estações, todos mascarados, de branco, com matraca. Então eles rodavam a cidade toda. E aqui na cidade velha, nova, acabou. A gente tinha dois grupos de teatro lá em Remanso Velho. Um chamava Apocalipson, que era muito bom o grupo, também acabou, hoje a gente não tem mais, né? Então, e existia em Remanso Velho, que eu acho que imita Salvador. Salvador tem uma rua que chama Rua Chile. E essa Rua Chile lá em Salvador, era uma rua famosíssima. E lá em Remanso, aí fizeram uma Rua Chile. E as pessoas passeavam na Rua Chile, né? As meninas, moços, rapazes, era só andando na rua, pra lá e pra cá. E tinha um bar que chamava Bar Primavera. O dono do Bar Primavera era o Quiquinha. Então, a cerveja que chegava lá, ela vinha enrolada em folhas de bananeira. A cerveja pra chegar lá no Remanso, na cidade, né? Então, essa cerveja, eles, era, quem tomava uma cerveja em Remanso Velho, ou tomava um refrigerante, era quem tinha dinheiro. Ou então só quem adoecia, pegava uma gripe, uma febre, aí o pai comprava um guaraná. Mas nesse bar tinha um poste. No poste tinha uma boca de alto-falante. E nesse alto-falante, a gente diz boca de alto-falante, porque não era som, antigamente era boca de alto-falante mesmo. E nessa boca de alto-falante saía as músicas, dedicatórias. Aí você passava, aí um rapaz dizia: "Você que tá com a roupa tal e tal, você é linda. Essa música é para você e tal e pá. Então, Remanso era uma cidade cultural. Era uma cidade que brilhava cultura. Era linda a cidade, era muito bonita. A cidade era dividida assim. Tinha um capão de cima, o capão de baixo, o capão do meio e o Remanso. O Remanso morava as pessoas que tinham mais dinheiro, né? Aí tinha o capão de baixo, morava as pessoas que tinham menos dinheiro. Aí tinha o capão de cima. O capão de cima onde existia uma rua que chamava Rua do Cruzado. Essa Rua do Cruzado, onde eu existia, né, naquela época, dizia que era os bregas. Eram as casas de prostituições. Então, esse bairro, era três ruas, e as três ruas eram só casas de prostituição. E tinha o Capão do Meio que já era as pessoas mais assim, que também tinha dinheiro. Mas, no capão, também tinha um colégio muito bom, que se chamava Colégio Municipal Rui Barbosa, uma arquitetura lindíssima, um colégio, naquela época o pessoal fazia realmente, né? As praças de Remanso Velho eram lindas. Se você vê as fotos, eram perfeitas, perfeitas, perfeitas. Você pode entrar no meu Facebook, no meu Instagram, que

você vai encontrar todas essas fotos que eu estou lhe falando.

Pesquisadora: Ah! Quer saber mais de alguma coisa? Nossa, que relato. E como é que eram os banhos de rio?

Marcílio Braga: Ah! Os banhos do rio dos rios era o seguinte. Quem morava no capão, quem morava no Capão de Cima e no Capão do Meio, era difícil ir a Remanso porque era perigoso os banhos. Então, o cais lá, era o leito do Rio São Francisco. Mas mesmo assim as pessoas tinham a balaustrada, que eles pulavam, tomavam banho e tudo. E lá tinha vários vapores que passavam. Então, tinha época. Era em três em três meses passava um, um vapor. Tinha o Benjamim Guimarães, o Barão de Cotegipe e o Venceslau. Eram os três melhores vapor da época. Então, muito estudantes de Remanso, que estudavam fora, pegavam o vapor até Juazeiro. Juazeiro pegava o trem para Salvador, para estudar nos colégios interno. Porque naquela época ninguém estudava em colégio, assim, para viajar de vapor, era o quê? Quatro, cinco dias viajando para Juazeiro. Juazeiro pegava um trem, viajava mais três dias para Salvador.

Pesquisadora: Remanso já tinha a escola básica.

Marcílio Braga: Não, existia. Mas só, não, só existia só até o magistério.

Pesquisadora: Até quarta série. Ah, para as meninas.

Marcílio Braga: Só até o magistério, se chamava demissão.

Pesquisadora: Ah, demissão.

Marcílio Braga: Demissão. Aí depois, para você querer uma faculdade, uma coisa, você tinha que sair de Remanso. Eu tenho aqui um livro que tem o primeiro médico de Remanso formado, o primeiro professor formado. Eu vou te passar para você ver direitinho depois o histórico.

Pesquisadora: Eu sigo ele. Uma vez, uma vez, ele fez uma coisa assim, meu Instagram, também, para eu ter salvo, no Instagram.

Marcílio Braga: É Marcílio Braga.

Pesquisadora: Deixa eu dar um pause.

Marcílio Braga: É, a minha infância que é, como era a infância de todo adolescente, toda criança de Remanso Velho, as brincadeiras eram muito engraçadas. A gente brincava de macaco, não sei se você conhece essa, uma brincadeira chamava macaco. E tinha a brincadeira de rolou. Era nego fugido, porta bandeira, eram as nossas brincadeiras. As quatro brincadeiras mais fortes. E existiam os dramas. Os dramas eram os teatro que a gente fazia no muro da nossa casa. A gente ajudar, juntava os meninos da rua, montava uma história e fazia um mini teatro dentro do muro da nossa casa. E cobrava o ingresso e

tal, entrava. E eu fiz muito na minha casa, lá em Remanso Velho. E os points, os melhores de Remanso tinham, né? Tinha essa rua Chile, que era um point legal. Em Remanso tinha o Bar da Hora, tinha o Cais também, que era um um local maravilhoso. E tinha o Bar do Ó, que era um dos bares mais famosos de Remanso. Existe hoje ainda aqui na praça também, só não a mesma estrutura de Remanso Velho, né? Modificou muito a estrutura. Mas era uma infância maravilhosa. Hoje a nossa infância aqui na cidade nova, ficou uma infância mais perigosa, né? Porque as drogas chegaram, né? As drogas chegaram, muita gente de fora que vieram na construção da cidade e ficaram, então ficou uma cidade muito perigosa. Eu vou contar aqui um relato bem rapidinho, muito engraçado. Bem contado. A gente tem uma rua aqui em Remanso, ela hoje chama Avenida Getúlio Vargas.

Antigamente, ela se chamava Vila Garrancho.

Pesquisadora: Hum.

Marcílio Braga: Uma rua chamava Vila Garrancho. Então, como mudou a rua do Cruzado, lá de Remanso Velho, então essas casas de prostituições vieram para essa para essa rua que se chamava na época Vila Garrancho, no início da nossa cidade aqui, que hoje se chama uma Avenida Getúlio Vargas, que mora famílias e tudo. E então, naquela época, existe nessa rua morava famílias e morava também casas de prostituições. E as pessoas de fora chegavam e batiam nas portas, na porta errada.

Pesquisadora: Aham.

Marcílio Braga: Na época tiveram a ideia, digo, não, nós vamos botar uma luz vermelha na porta da casa e à noite, 6 horas da tarde, a gente acende. Então a casa que tivesse a luz vermelha na porta, era uma casa de prostituição. Aí o pessoal já não incomodava mais os vizinhos.

Pesquisadora: (laughs)

Marcílio Braga: É uma história engraçada e tal. Eu tô escrevendo um livro agora, que são os bastidores de Marcílio Braga. Tô quase terminando, contando a história e tal, pá. Muito legal o livro.

Pesquisadora: E quando você lançar, a gente vai comprar. Com certeza.

Marcílio Braga: Pronto, tranquilo. Aqui a gente tem a nossa festa da nossa padroeira, que a padroeira daqui é Nossa Senhora do Rosário. Tô até vestido aqui numa camisa com a imagem dela. E é uma festa, uma das festas mais bonitas aqui da região. Então, em Remanso Velho, quando a igreja foi desmontada, teve o translado das imagens. As imagens foram trazidas pelo povo nas mãos, num andor, todo mundo a pé do Remanso Velho até aqui a cidade nova, com todas as imagens

das duas igrejas, da igreja matriz e da capela que ficava no galpão. Então era a coisa mais linda do mundo. Quando foi construída a igreja de Remanso, a matriz, o tinha um frei que chamava Frei Henrique. E no dia da inauguração da igreja, ele disse: "Tenham cuidado, remansenses, essa casa que eu estou inaugurando hoje, esse templo, ainda vai ser cama de surubim".

Pesquisadora: Nossa.

Marcílio Braga: E aconteceu. Hoje a igreja é cama de surubim de peixe. Ele profetizou, né?

Pesquisadora: Profetizou.

Marcílio Braga: Então ele disse na inauguração da igreja que a igreja ia ser ainda cama de surubim. E aconteceu.

Pesquisadora: Mas por quê? O...

Marcílio Braga: Porque ele, ele...

Pesquisadora: Foi a igreja velha, né, da...

Marcílio Braga: Na igreja velha. Lá. As pedras, as pedras da construção da igreja, eh, o caminhão ia buscar as pedras. E aí um um ajudante, um servente pegava a pedra e xingava a pedra. "Que pedra, não sei o quê" e tal. Quando o caminhão chegava na igreja, o padre, esse Frei Henrique dizia: "Essa pedra eu não quero, porque ela foi xingada. Tire ela do meio das outras".

Pesquisadora: Ah, gente, é isso. Muito engraçado. Ai, gente. Ele é outro.

Marcílio Braga: Maravilhoso. A história dele é lindíssima. Frei Henrique. Frei Henrique. Aí depois do Frei Henrique teve outro padre americano, que é Padre José, que ele é dos Estados Unidos. Ele chegou perto da da mudança da cidade, né? E a Chesf, naquela época, ela, assim, quem tinha uma casa de taipa, taipa é aquela casa de barro, lá na cidade antiga, recebia aqui em Remanso uma casa de alvenaria, com banheiro, com pia e tal, e tal. Só que muita gente fazia a casa de qualquer jeito. E ele chegava na casa, se a casa tivesse mal feita, ele metia o pé, derrubava e dizia: "Construa direito". Tal. Esse era Padre José, que ainda é vivo, né? Ainda tá no meio da gente celebrando missa e tudo. E ele é maravilhoso, ele é americano ele.

Pesquisadora: Os padres ajudavam muito então, né?

Marcílio Braga: Demais. A igreja foi muito importante. A igreja não se curvou diante do regime militar.

Pesquisadora: Como que foi? É, como que era a ligação com a igreja? Como era da nova e da antiga, assim?

Marcílio Braga: As duas igrejas? É, mas pode ser da nova também. Não, hoje a igreja nova é, é tudo mudado, foi tudo, como é o nome? Tudo mudado pelo sentido de que da Chesf

ter construído uma igreja que não tinha nada a ver com a igreja nossa do Remanso antigo, né? E o prefeito na época também deixou a desejar, não cobrou. Porque deveria ter cobrado. Não, eu quero uma, um prédio da prefeitura igual do Remanso antigo. Eu quero um colégio, o Rui Barbosa, você está desmanchando o colégio, derrubando, demolindo o colégio. Eu quero um colégio à altura do colégio ou até melhor.

Pesquisadora: Então teve uma preocupação de, de, com o desterramento, vamos dizer assim, dessas pessoas, algumas ganharam as casas, né? Algumas ganharam, outras também.

Marcílio Braga: Foram trocadas.

Pesquisadora: Foram trocadas. Mas não houve uma preocupação de trazer, ahn, toda a parte social, vamos dizer, as escolas... A cultura, você já falou.

Marcílio Braga: Não. Trouxe, trouxe algumas escolas, mas não no mesmo nível de Remanso antigo. Ah, tá. A cultura ficou lá. Enterrada.

Pesquisadora: Os teatros... Então, eles só trouxeram escola. E o hospital veio?

Marcílio Braga: Não, não. Veio o hospital, não é um hospital, é a Fundação CESP, que era uma fundação nacional naquela época, que era do regime militar, que chamava CESP. Ainda hoje nós temos aqui. Agora, hoje nós temos hospitais maravilhosos aqui na nossa cidade. Mas no Remanso Velho não tinha.

Pesquisadora: Não veio isso, né?

Marcílio Braga: Não.

Pesquisadora: Vocês tinham lá?

Marcílio Braga: Tínhamos.

Pesquisadora: Não sei se você, você já viram a ruína, que é aquela caixa d'água, né?

Marcílio Braga: Aquela caixa d'água, assim, se faltasse água na cidade, a caixa d'água era para suprir, né, a necessidade da água. E não foi construída aqui.

Pesquisadora: Era encanada a água? A água lá?

Marcílio Braga: Em alguns bairros. Os bairros de pessoas mais com poder aquisitivo maior. Nas, nas quadras que os pobres moravam, não existia. É como eu tô lhe dizendo, o pobre ficou mais pobre, o rico ficou mais rico.

Pesquisadora: O rico ficou mais rico, né? Porque o quê que ele ganhava mais do que o pobre de indenização?

Marcílio Braga: Essa casa aqui, essa casa a gente não ganhou a casa. Minha casa foi indenizada e nós ganhamos o terreno. Ah, você ganhou o terreno. O terreno. No caso, você, você

derrubava, você indenizava a sua casa e ganhava um terreno. Então, teve indenizações absurdas, que valia 100.000, eles davam 300.000, e aí ficava com 20.000, com 30.000, entendeu? Então teve muito esse tipo de coisa. O trabalho social não veio, né? Não veio.

Pesquisadora: E as ruínas, assim, o, qual, que que eram as ruínas? Essa do SAAE, SAAE? As ruínas que a gente viu?

Marcílio Braga: O SAAE. O SAAE. O seguinte, a primeira vez que o lago secou, a cidade estava toda, toda, quase toda, eh, ainda em pé. A primeira vez que o rio secou. A praça, a igreja, colégios, eh, várias praças ainda, muitas ruas, esses bares famosos, o Cais ainda estava todo formado e tudo. E tinha um prefeito na época que, eu, eu fui de uns, que nós fizemos uma comissão de seis pessoas e fomos ao prefeito pedir a ele que botasse guardas, que não deixasse o povo demolir os prédios que estavam lá, porque as pessoas estavam demolindo para tirar os ferro, tirar alvenaria, tirar as telhas. Aí a resposta do prefeito na época foi essa: "Não, deixa pra lá, isso aí não vale nada" e tal. E aí a gente ainda salvou duas caixas d'água lá, que o povo ainda tentou...

Pesquisadora: Porque vocês...

Marcílio Braga: Fui eu com essa equipe. O povo ainda tentou tirar os ferros para vender, né? Mas ainda nós fomos e fizemos uma, um, uma tipo uma luta armada assim de, de braço, de, de muita gente. A gente fez várias caminhadas em prol disso, de Remanso Velho para lá, várias vigílias para não deixar o povo acabar com a cidade, mas não teve jeito. Os caminhões iam, derrubavam e traziam o material, porque hoje seria o quê? Um museu embaixo d'água. Podia vir mergulhadores para aqui, né, para ver a cidade embaixo d'água. E a gente não tem. Hoje a gente só tem as duas caixas d'água.

Pesquisadora: Mas pelo bairro, por exemplo, como você falou, era dividido já em financeiramente, mesmo, uma questão hierárquica, vamos dizer assim, economicamente, né? Então você pegaria a indenização, talvez fosse parecida, né? Uma coisa assim. A não ser os que tinham uma casa que eles ganharam, eles fizeram todas as casas juntas, né?

Marcílio Braga: É. A, as casas, é, hoje, hoje você não encontra, eu acho que mais nenhuma casa como ela foi trocada. As pessoas já remodelaram a casa, já aumentaram, aquela coisa toda, né? Mas, em termo de casa, essa troca foi, eu acho assim, um lance legal. Porque você morava numa casa num, de, é, uma casa que não tinha piso, que não tinha nada, que não tinha banheiro, era uma fossa. E aí veio pra cidade nova, ganhou uma casa com banheiro, com sanitário, com rede de esgoto, com água encanada, com iluminação, com tudo, né? Aí foi bom por esse motivo. Mas, entre aspas, eu ainda continuo dizendo, o pobre ficou mais pobre, o rico ficou mais rico.

Pesquisadora: Porque tinha lá, tinha os conchaves deles mesmo, né, no caso. Dentro do sistema do poder, de alguma forma, você acaba tendo...

Marcílio Braga: Engraçado, né? Deixou a gente, ó, calado mesmo, mudo. Porque na época a gente ninguém podia falar nada.

Pesquisadora: Regime militar. A gente acabou de passar ali na Chesf, né? O pessoal, né, de cá.

Marcílio Braga: Deixou a gente calado.

Pesquisadora: Ontem a gente soube que Pilão Arcado foi área de segurança do exército militar. Por causa do motim, né?

Marcílio Braga: É. E lá teve muita briga, porque teve, tinha dois grupos, um de Remanso, porque Pilão Arcado, Remanso já foi município de Pilão Arcado. Foi um arraial de Pilão Arcado. Aí depois foi arrematado e depois de ser arrematado foi construído o Remanso. Mas teve muita briga, justamente por isso antigo.

Pesquisadora: Antiga, né?

Marcílio Braga: Antiga. A mesma briga que existia do Lampião, não tem aqueles cangaceiros? Teve muitas brigas, tinha entre cidades, justamente por isso.

Pesquisadora: Vocês tiveram também muita ajuda da igreja, né, como você falou.

Marcílio Braga: Lá tem um padre maravilhoso, o Padre Bernardo. Guilherme. Ele é ótimo. O de Campo Alegre que é Bernardo. Aqui Padre Guilherme, Padre Marcos, Padre Bernardo e Padre José, que é o americano que eu falei daqui de Remanso. Vieram os quatro. Esse Padre Marcos, ele trouxe um avião desmontado dos Estados Unidos, e chegava aqui, ele montava o avião. Ele morava em Sento Sé. E em Sento Sé a saúde era super precária. E ele vinha à noite, quando viu o avião começou a rodar aqui, né, sobrevoando a cidade, sobrevoando à noite e ninguém sabia o que era. Aí não tinha aeroporto. Aí pegaram uma pista aqui perto do Cais. Aí um monte de carro ficou, acendeu os faróis. E ele aterrisou o avião, com uma mulher que estava grávida, com a criança ao contrário, virada e tal, para ter um parto, porque ela ia morrer se ficasse lá, né? Porque não tinha estrutura. E ele aterrisou entre os carros, clareando a pista. Padre Marcos, o nome. Que veio junto com esses padres. Ele é americano.

Pesquisadora: Muito louco. Doido.

Marcílio Braga: Nenhum desses é certo. Eles todos são doidos.

Marcílio Braga: Pelo motivo da, lá tem muito projeto de irri-

gação. E aqui a gente não tem.

Pesquisadora: Olha.

Marcílio Braga: E aqui a gente tem um lago. O nosso lago aqui é quase todo, quase todo eletrificado. E não tem um projeto de irrigação.

Pesquisadora: Hum.

Marcílio Braga: Não tem um projeto de irrigação. Eu acho que os governos não quer porque quer ter o voto da, daquilo nordestino aqui da nossa, no cabresto. Só pode ser.

Pesquisadora: Porque o projeto de irrigação tiraria esse voto?

Marcílio Braga: Não, o, o projeto de irrigação é assim, você não ia depender de prefeitura, de salário de prefeitura, de mendigar atrás de um vereador, um saco de cimento, mil telha, entendeu?

Pesquisadora: Manter no bolso, no curral eleitoral.

Marcílio Braga: É. Aí ia ter emprego, você ia ter seu salário, né? Ia ter seu sindicato, você ia ter liberdade.

Pesquisadora: Mas eu vou te falar, então a política lá é muito ruim. Porque nem se compara com outros lugares.

Marcílio Braga: É. A cidade lá, pra, é assim, você vê claramente.

Pesquisadora: Lá é uma prefeita, Ana, o nome dela?

Marcílio Braga: Olha, é outra, é outra história.

Pesquisadora: É. Remanso, a gente teve uma sorte de, eh, Remanso foi muito, teve, foi muito sortudo nisso. Porque é uma cidade bonita.

Marcílio Braga: É. É uma cidade, ela bem planejada, né? As ruas são largas.

Marcílio Braga: Deixa eu dar pausa, viu gente?

Depoimento Moisés

Moisés: Era, eu, eu nasci no sítio, né, na roça. Um lugar que chama o sítio chama Caldeirão da Imburana, né? De Remanso velho lá é uns 36 km.

Moisés: 36. Mas eu não cheguei a estudar em Remanso. Eu estudei numa escolazinha de, uma escola, vizinha minha casa, né?

Pesquisadora: Uhum.

Moisés: Viu? Aí meu, meu primo tinha, morava lá, minha tia, tinha umas, tinha minhas que morava lá, né? Aí meu primo, indo lá no sítio, vendo eu trabalhando na roça com meu pai, né? Ele falou: "Moisés, se quer aprender a tirar fotografia, eu te ensino, né?" Porque trabalhar assim na roça é muito difícil, né? Aí eu comecei ir para Remanso, velho, mas nessa época já estava na, na mudança pra cá, né? Já estava iniciando limpando aqui a cidade que hoje nós estamos morando, né?

Pesquisadora: Já limpando?

Moisés: Já limpando, as máquinas já limpando, né? Que foi no, no ano de 1975, que me lembro, acho que foi o início, né? 1970, foi, não foi, Carol?

Pesquisadora: Foi, foi, é, 1978 a água já tinha subido.

Moisés: Isso.

Pesquisadora: Ele quer te contar que ele limpando aqui essa cidade.

Moisés: É, limpando aqui, que hoje é a cidade nova.

Pesquisadora: Aí o senhor lembra dessa construção.

Moisés: Lembro dessas, dessa construção de muita máquina, né? Ele limpando aqui, né? Nessa época, que passou uns dois anos, mais ou menos, pra mudar, né? Ou mais, né? Eles começaram assim, né? Bom.

Pesquisadora: E o pessoal de lá vendo isso, como é que era?

Moisés: Foi, eu, pessoal vendo isso, mas aí foram, muitos não queria vir, né? As pessoas mais de idade, achava que lá seria melhor, né? Estava acostumado com aquele cais muito bonito.

Pesquisadora: Sim. Como que era o cais? Conta aí, como que era o cais?

Moisés: O cais, Carol, ele é diferente desse aqui. Ele era assim parede, com pedra, né? E tinha aquelas rampas assim pra gente descer até na água. Que se vocês for lá hoje,

como vocês vão, vocês vão ver como é que era, assim, o cais, não, a água não levou, porque construído na pedra, na rocha, né? É. Muito bem feito.

Pesquisadora: E atendia muita gente da região?

Moisés: Muita, muita gente. As ruas, não, era poucas que era calçada, mas era aquela areia, né? Aquele areão, eu lembro muito. As, tinha pessoas que não tinha água encanada também, né? Eles, eles vinham com a, carregava água na, aquelas nos jumento, colocava aquelas latas e carregava água, né? Eu lembro muito.

Pesquisadora: Água do rio, né? Pegava água do rio.

Moisés: Do rio, era.

Pesquisadora: Era encanada. E com o jumentinho em casa?

Moisés: Era, e outros aqueles barril que tinha assim, chama barril e aí trazia água.

Pesquisadora: E a luz, como é que era naquela época?

Moisés: A luz era motor. Eles ligava das 6, das, às 10 da noite. Eu lembro que tinha uma, uma rua assim, que chamava rua Chile, né? E tinha um, um som. Aí esses pessoal, jovem assim, iam passear lá, né? Assim. Mas quando dava nove, 20 pras 10, ele dava sinal, né? Pra as pessoas ir pra casa. Quando era 10 horas, apagava tudo.

Pesquisadora: Olha!

Moisés: Quem não foi pra casa, se tivesse lua, a gente ia na luz da lua, né?

Pesquisadora: E era um lugar que todo mundo se encontrava, era essa rua? Como chamava?

Moisés: É, Rua Chile. Chile. Chile, era. Tinha assim, um microfone grande, assim, a boca assim de alto falante que eles chamavam, né? E uma rabiola ligada e passava aquelas músicas, né?

Pesquisadora: Nossa!

Moisés: Eu lembro Valdik Floriano. Passava essas, Roberto Carlos, que eu tô ouvindo, Roberto Carlos. Eu ainda hoje, eu ainda hoje gosto de ouvir essas músicas.

Pesquisadora: E a igreja? Vocês iam muito pra igreja lá? Era um ponto muito importante a igreja?

Moisés: Era. A igreja, assim, eu não ia porque eu, como eu falei pra vocês, eu fui criado na, na igreja, meus pais, quando eu nasci, meus pais já era crente da Congregação Cristã no Brasil.

Pesquisadora: Uhum.

Moisés: Aí lá não tinha essa igreja.

Pesquisadora: Ah, entendi.

Moisés: Não tinha. Tinha uma, uma igrejinha, uma casinha de oração lá onde a gente morava, mas lá não tinha.

Pesquisadora: Ah, entendi.

Moisés: Mas tinha a igreja católica, eu lembro muito. Certo? Da igreja católica, era lá em Remanso Velho, que tinha Remanso, o Capão de cima.

Pesquisadora: Capão de cima, aham.

Moisés: Lá mesmo onde minha tia morava, chamava Rua Larga, né? Capão de baixo também tinha.

Pesquisadora: Tá lembrado?

Moisés: Capão, Capão, sim. É, e o apelido que eles falavam, né? Assim.

Pesquisadora: Qual que era o apelido?

Moisés: Era, é Capão de cima, Capão de baixo, né? Aham. O nome assim dos barzinhos que, né, do centro.

Pesquisadora: Ah, é o nome do bairro.

Moisés: Era, isso. Entendeu?

Pesquisadora: E essa, essa igreja católica fica aonde?

Moisés: Ficava lá no Capão de cima. Perto do Rio São Francisco, assim. Era perto, eu lembro muito, né? Tinha uma praça, né? Tinha uma praça muito bonita, eu lembro da praça, né? O mercado. Você lembra lá, né?

Pesquisadora: O mercado era grande?

Moisés: Era grande o mercado. Eles colocavam as frutas assim no chão, eu lembro. Mangas grandes desse tamanho. Surubim, a gente encontrava surubim de, de grande, né? Que hoje não encontra, aqui tá difícil surubim, encontrar surubim grande, né? Muito, muito mesmo.

Pesquisadora: E o senhor foi aprender fotografia 3x4 lá?

Moisés: Foi, eu fui em busca da fotografia, para trabalhar, que trabalhava na roça.

Pesquisadora: O senhor quis trabalhar aqui?

Moisés: Meus primos já trabalhavam, usava esse pezinho e colocava aquelas máquinas que eles chamavam lambe-lambe, né? Tirar aquelas fotografia preto e branco, né? Preto e branco. Aí eu comecei a trabalhar com elas e os monóculos, aqueles monóculos que a gente olhava assim, vocês lembram, né? As meninas que não lembram, né? Os monóculos, você olhava assim, eu tirei muito ele. Você, ele tinha uma

lente aqui, ó, que você via a pessoa grande, né? Eu lembro dele. Já viu?

Pesquisadora: Já. Eu lembro porque eu dei de presente pra elas, porque elas não pegaram essa fase.

Moisés: Pois eu trabalhei e foi com isso aí, né? Comecei a trabalhar nisso aí, né?

Pesquisadora: Em Remanso Velho?

Moisés: Em Remanso Velho. Eu ia 36 km lá onde eu, a gente morava de bicicleta, né? Lembro como hoje. A primeira bicicleta que eu comprei foi 73 usada, né? 73, cor amarela. Eu lembro.

Pesquisadora: E, e qual a, qual a diferença que você sente da Remanso Velho para essa Remanso?

Moisés: Ah, eu sinto uma grande diferença. Para mim foi melhor, não só para mim, para muitas pessoas foi melhor. Agora teve muitas pessoas já de idade que eles até, teve pessoas que acho que entraram assim em depressão com a mudança, né?

Pesquisadora: O senhor conhece muita gente que entrou em depressão?

Moisés: Assim, pessoas que já até faleceram, né? Porque não gostaram da mudança, né? Sentiram da mudança, né? Porque lá nos muros, eles plantavam muito aquele pé de, pé de manga, pé de coco, pé de ave, né? Assim, eles plantavam muito, também estavam acostumados com a cidade, né?

Pesquisadora: Na antiga?

Moisés: Na antiga, na antiga, né? Entendeu? Aí teve pessoas que não queria nem, nem mudar, né? Pessoas assim de idade, não queria. Aí veio a Chesf para indenizar, né? As casas, né? Esses pessoal assim mais fraco, que morava em casa de taipa, que lá tinha muita casa de taipa. Acho que não sei se vocês conhecem a casa de taipa.

Pesquisadora: Conhece, Carol?

Moisés: Sim. E lá tinha muita casa de taipa. E esse pessoal gostaram muito, né? Da mudança. Que eles receberam uma casinha de bloco, uma casinha boa, né? Mas aquelas pessoas de mais condições, de nível melhor, eles não gostaram, né? Foi muita gente não gostou. Aí não queria nem, nem mudar, não queria nem fazer, indenizar, né? Porque não queria sair de lá.

Pesquisadora: E o que que fez com as pessoas? Teve gente que ficou lá quando inundou?

Moisés: Não, mas aí foram conversando e que a água já tinha, já estava planejada de vir, né? Mudaram, mas não gostaram, muita gente não gostou da mudança, né?

Pesquisadora: Seus tios ficaram na Remanso Nova?

Moisés: Meus tios mesmo, minhas tias mesmo, teve umas que, elas assim, ficavam, mas não se acostumavam não. Sempre estava lembrando lá de Remanso Velho, né? Sempre estava falando que lá era melhor, né? Eu ouvia muito eles reclamarem isso, falando isso, né?

Pesquisadora: E elas falavam que era o melhor por quê?

Moisés: Elas falavam que lá já estava acostumada com os vizinhos também, o mercado também, já estavam acostumado e disse que mudou os aspectos da cidade mesmo, né? A rotina também, né? Tinha aqueles pé de manga grande, eu lembro assim, né? A água cobriu, tinha muito pé de manga, pé de coco, aquelas pinhas que eles plantavam nos muros lá, naquele tempo o pessoal plantava muito, fazia assim, como é que uma horta dentro do muro assim, né? Entendeu? Aí isso foi tudo destruído, né? Elas perderam aquilo, apesar que a Chesf indenizou muitas coisas, né? Mas essas plantinhas não indenizaram não, né?

Pesquisadora: E eles, mas indenizou todo mundo? Todo mundo teve indenização ou teve gente que ficou sem nada?

Moisés: É, não, a indenização, a, as trocas de casa, né? Eles trocavam. Agora, aqueles que era rico, que tinha casas boas, eles não aceitaram as casas da Chesf. Aí eles indenizavam para eles mandarem fazer as casas deles aqui, né?

Pesquisadora: Ah, tá.

Moisés: Só quem aceitou foi o pessoal mais, baixa renda, né? Mais humilde. Até porque, tinha uns que moravam em casa de taipa e depois passou a morar numa casa boa, boa, né? De bloco, né? Bem feitinha, né? Mas esse pessoal de condição, esses ricos não aceitavam. Foi indenização. As terras também, as pessoas rico que tinha terra, que tinha chácara, foi muito difícil aceitar, porque a Chesf vinha, botava aquele valor, eles não aceitavam, né? Aqui teve pessoas que há quatro anos atrás ainda recebeu indenização milionária. Como o Dr. Libório mesmo, né, que era doutor, era advogado, né? E tinha muitas terras lá. Aí ele não aceitou o que a, a Chesf ofereceu, né? A água veio que e cobriu tudo, né? Mas esses que não aceitaram, ficaram na justiça, né? Como o Dr. Libório mesmo que eu cito ele, que eu ainda cheguei a conhecê-lo. Quando a indenização veio sair para os filhos e para a família, foi indenização milionária, ele já tinha falecido.

Pesquisadora: Nossa!

Moisés: Já.

Pesquisadora: E como que ele conseguiu a indenização? Entrou na justiça, né? De advogado.

Moisés: É, que ele era um advogado. E ele tinha condições, né? Aí ficou com essa luta na justiça, essa briga na justiça. Eles ofereciam e ele não aceitava.

Pesquisadora: Mas gente que conseguiu essa indenização depois que aconteceu tudo, além dele?

Moisés: Teve, mas foi poucos.

Pesquisadora: Entendi.

Moisés: A dele foi a maior, né? Assim, que eu saiba, foi a maior, porque ele, além da condição dele financeira, ele, um bom advogado, né? Ele mesmo fez a, ele mesmo correu atrás, né? Ele sabia o que fazer.

Pesquisadora: Ele sabia o que fazer.

Moisés: Ele tinha assim, muita calma, paciência. E quando essa indenização veio sair, ele, ele já tinha falecido, mas os netos, os filhos receberam indenização milionária, né?

Pesquisadora: O senhor lembra, o senhor conta aqui pra gente, como é que são as coisas da cidade antiga? A, o pessoal gostava de passear no rio? Como é que era isso? Eles iam lá buscar água, o senhor falou. Mas tinha assim, aquele passeio de barquinho ou era só pescar no rio? Eles nadavam no rio? Como é que era?

Moisés: É, eu mesmo, eu lembro assim que eu, a gente ia tomar banho assim no rio, né? E tinha mais pessoas que ia assim, pessoal novo que ia tomar banho, né? Assim no rio. Tinha mulheres que, às vezes, eu vi, eu via mulher lavar roupa assim no rio, com aquele sabão assim, né, aquela, eu via muito.

Pesquisadora: Todo mundo lavava roupa no rio?

Moisés: Outros ia pegar água assim, na lata, colocava na cabeça, né? Também no rio. Eu vi muito essas coisas lá no rio, né? Era, era, assim, dá, dá aquela saudade mesmo, né? Né? Aquelas coisas que a gente não vê mais aqui, né?

Pesquisadora: E agora, quando vieram pra cá, eles continuaram lavando roupa no rio ou como é que é?

Moisés: Não. Não, não continuaram. Até porque o rio também ficou mais, mais longe, né? Lá o rio passava assim, ó, bem, a cidade aqui, o rio passava aqui, ó, tinha o cais aqui. Agora o cais tá longe, né? Daqui no cais dá mais de 1 km. Também a gente não vê mais essas, pessoal tomando banho no rio mais não?

Moisés: Sim, na prainha toma. Na prainha toma. Mas lavar roupa não, não vão mais não. Vão mais não.

Pesquisadora: A gente fala hoje, mas tem gente tomando banho lá.

Moisés: Tem, tem gente tomando banho. É. Até porque a prainha ficou melhor da gente tomar banho. Virou uma prainha. Virou uma prainha. Porque você vai mais longe, a água é rasa, né? Você pode ir mais longe. E lá não, o rio tava aqui, você não podia ir muito longe, que já tava, já afundava, né? Já tava no abismo ali, fundo, né? Você tinha que ficar aqui, ó, na beirinha do rio. Vinha aquelas ondas muito... Era. E aqui não. É, as ondas vinham. Eu lembro. A gente não podia ir muito longe. E aqui não, tem uma prainha que vocês vão ver lá. Você vai longe. Aqui ficou melhor. E esse braço aqui, é um braço de rio que corre? Porque aquele braço de rio que eles falam que é o rio morto, né?

Pesquisadora: Caraíba?

Moisés: Que a água fica meio parada. Aqui como é que é?

Pesquisadora: Caraíba, que a água fica meio parada?

Moisés: Não, aqui não é, não é um braço, não, aqui é o rio mesmo. Só que ele largueceu bem, né? Largueceu muito, né? Aí quando ele tá cheio, fica mais, ó, mais largo. Mas a água corre, né?

Pesquisadora: A água corre?

Moisés: Água corre, corre. Só que naquele lugar mais raso, ela não, não vem com a, não vem com essa onda assim forte, né? Dá pra você ir, ó. Dá pra ir mais. Dá pra ir mais. E o outro lá não, era bem estreito. Eu lembro quando você estava aqui, ó, desse lado, dava pra você ver o, do outro lado assim. É. Você via a margem do outro lado.

Pesquisadora: Você via a margem do outro lado?

Moisés: Do outro lado, você já via. Agora não, não vê mais. Agora não vê. Porque ele largueceu muito, né? Eu lembro, tinha até aquelas ilhas assim no meio, assim, do rio, né? Nossa, muito obrigada, seu Moisés.

Moisés: Por nada, Carol. Se eu falei alguma coisa besteira.

Pesquisadora: Não, que isso, foi ótimo, seu Moisés. Muito bacana.

Moisés: Nossa, foi ótimo. Eu acho que com certeza você vai encontrar pessoas assim, como eu já falei, né? O meu conhecimento não foi aquele lá de raiz, né? Eu acredito que vocês vão encontrar pessoas que vai dar uma entrevista bem

melhor do que eu. Não, mas a experiência é melhor do que o conhecimento, né?

Pesquisadora: Isso aí não é melhor, pior, não.

Depoimento Guarabira Queiroz Lima

Pesquisadora: Vamos lá. Então, contar um pouquinho da, da história do senhor. Eh...

Seu Guarabira: Minha história lá em Pilão Arcado... É, lá em Pilão Arcado, porque eu saí de lá... essas coisas... Como é que era viver lá, né? Eu acho que ele vai... Ó, filha, praticamente, eu nasci no dia 27 de novembro de 1951, na cidade de Pilão Arcado, na velha cidade de Pilão Arcado. Lá eu comecei a fazer o meu, meus estudos de primários iniciais. Depois eu fui morar em Serra Talhada, Pernambuco, por três anos, onde eu cursei o primeiro ano e o segundo ano, e o, primeiro e segundo ano de ginasial. E depois eu, me transferi para a cidade de Remanso, que é aqui vizinho, e terminei o curso de ginasial. Daí de Remanso, eu saí junto com alguns companheiros, alguns amigos, fomos para Salvador. Salvador, fomos estudar no Colégio da Bahia, Colégio Central, e fizemos o curso científico. Uns participaram para vestibular, deram certo, outros não deram certo. E assim foi nossa vida. Eu fui aprovado no vestibular de Farmácia em 1900 e quanto, meu Deus do céu? E 70... 76 ou foi 77? Parece que foi 76. Em 1976, eu fui aprovado no vestibular de Farmácia na Universidade Federal da Bahia. Daí eu não gostei do curso e abandonei o curso. Nessa época eu já era servidor federal do Ministério da Saúde. Não era nem Ministério da Saúde, era Ministério da Previdência Social na época. E passei uma temporada sem estudar e trabalhando lá em Salvador. Morei em Salvador 20 anos. E depois eu resolvi voltar a estudar, fiz um vestibular para Ciências Contábeis na, na Fundação Visconde de Cairu em Salvador, e me formei em Ciências Contábeis. Eu sou Bacharel em Ciências Contábeis. Durante esse tempo, em 1988, eu voltei a Pilão Arcado como candidato a vereador. As consequências da vida... Aqui era área de Segurança Nacional, só havia eleição para vereador. E para prefeito não havia. Foi depois que houve eleição, e já a partir de 1988 foi a primeira eleição que a cidade, o município passou a deixar de área de, passou a deixar de ser área de Segurança Nacional e passou a ter eleição. Eu fui eleito vereador em 1988 e tomei posse em 1989. E fui eleito presidente da Câmara de Vereadores. Consequentemente, ou continuamente, eu, eu, eu fui eleito também a presidente da Constituição, da Constituição Municipal, da Lei Orgânica do município, haja vista que o Brasil passou a ter uma nova Constituição Federal, que foi a Constituição de 88. E aí, cada município passou a ter a sua lei orgânica própria e os estados também passaram a ter a sua própria Constituição, mas tudo dentro da, baseado dentro da Constituição Federal. Nesse tempo aí, a interpretação, eu estudei muito a Constituição Federal logo no início, que era tanta interpretação, tanta coisa diferente. E aqui eu fui convidado para participar das reuniões em Juazeiro com o Tribunal de Contas dos Municí-

pios. Aí começaram a fazer a palestra lá e o inspetor percebeu que eu estava tendo um conhecimento um pouco sobre a Constituição, a nova Constituição Federal. Menos eu espero, passaram a palavra para mim, lá fui eu, sem ser professor, falar sobre a Constituição, e sem ser jurista e sem ser advogado, falar sobre a Constituição Federal do Brasil, a nova Constituição Federal do Brasil. Mas eu tinha tomado alguns cursos a respeito da Constituição com alguns advogados, com pessoas muito inteligentes e interessantes em Salvador. E aí eu conversei a respeito disso. E, na nossa militância política, eu fui um vereador combatente, muito combatente. Não fui Maria vai com as outras. Embora eu nunca tive perfil de esquerda nem de direita. Eu não nunca fui rotulado a nada e nem sou. Atualmente não estou rotulado a nada. Eu acho que a gente tem que ter o perfil é de líder que não pensa em si, ou então de um estadista que pensa no povo, não em eleição. Então, nosso trabalho como vereador, que tem algumas coisas, embora um pouco forte, não diria radical, desse livro que eu tenho de presente. E o nosso, o nosso trabalho é mais ou menos isso. A, a, a barragem de Sobradinho, ela foi construída de 1900 e, e 60... 1974 para 75 até 77. E foram assim, as três cidades, aliás, as quatro: Remanso, Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado. E, consequentemente, nasceu Sobradinho, que foi emancipada de Juazeiro, se tornou mais uma cidade nessa região, Sobradinho, que é onde se encontra a barragem, a famosa barragem. Essa barragem levou muitas revoluções aqui dentro, porque muitas pessoas foi pego, todo mundo pego de calça curta. E a situação foi difícil. Fizeram projetos, projetos e projetos, com assistentes sociais, com, com essa parafernália de pessoas todas, no sentido de convencer as pessoas daqui da nossa região para ir para Bom Jesus da Lapa, para ir morar lá no, na região de Bom Jesus da Lapa, porque eles criaram lá umas agrovilas, Bom Jesus da Lapa e Botirama, para levar as pessoas daqui. Mas não foi todo mundo que aceitou isso. Ele, aliás, nem aceitou. Poucos, os que aceitaram foram para lá. E depois a metade retornou. Aqui nós seguramos a questão da cidade de Pilão Arcado, de Remanso e de, de Casa Nova e Sento Sé. Esses, os que foram, alguns se deram bem lá, lá nas agrovilas, como eles chamam, formaram até cidade lá, uma ou duas. E a quantidade de gente. Mas aí muitos retornou, né? E aí aqui em Pilão Arcado continuou a luta pelas indenizações da CHESF. O pessoal da CHESF, tudo querendo não fazer despesa, tudo para querendo economizar. A gente vivia na ditadura militar de 64, quando o presidente da República, ninguém não votava, eles escolhiam, eles mesmos se escolhiam. E por consequência dessa barragem, eles pensando que ia haver um levante muito forte aqui na região. E então o presidente da República decretou área de segurança nacional. Eu não sei porquê, mas decretou com medo de um levante do povo. Foi por esse período que nós passamos uns quatro ou cinco anos sendo área de segurança nacional. Não sei bem preciso a data, mas mais ou menos uns quatro ou cinco anos, ou seis anos, nós conhecemos essa coisa do prefeito biônico, do prefeito nomeado. O prefeito daqui de Pilão Arcado e dessa região que foram consideradas área de segurança nacional, eles eram indicados pelo governador e o presidente da República nomeava. A nomeação era do presidente da República, mas a nomeação, a indicação partia do presidente, do governador do estado. E aí vivemos esse período muito forte. Alguns melhoraram até de vida. A cidade aqui, Pilão Arcado não tinha necessidade de ser, de ser transferida, mas havia, porque ficou ilhada. A única cidade que não foi inundada foi Pilão Arcado. Pilão Arcado fica em cima de uma serra, de uma pequena serra, entendeu? E o Rio São Francisco não conseguiu atingir. Mas mesmo assim foi abandonada. E os vândalos tomaram conta porque não teve prefeito. O prefeito que nomearam aqui, eu não vou nem entrar nessa seara, mas entrando, os prefeitos foram dois prefeitos que, que foram nomeados durante a área de segurança nacional. Eles abandonaram a cidade velha e os vândalos tomaram conta. Arrancaram tudo, pegaram tudo, desmancharam, quebraram a igreja. Falta de administração, falta de homem. Nesse tempo eu morava em Salvador, eu já não morava, meu trabalho era em Salvador, estudava, trabalhava. Mas aí aconteceu tudo isso, essa, esse ato de vandalismo na cidade nova, na cidade velha, né? E tá aí o, o, na, os próprios prefeitos começaram a tirar as coisas, o, os postes, não sei o que, as coisas lá do Pilão Arcado velho, trazer para aqui, para aqui para nada. Porque a cidade, se eles tivessem outra cabeça, a cidade velha tinha que ser mantida do jeito que estava lá. Já que não foi inundada, deixava um patrimônio histórico, como é, mas um patrimônio perfeito que estaria lá para ser visitado. Ao contrário de Remanso, de Sento Sé, de Casa Nova, essas foram inundadas, mas Pilão Arcado não. Pilão Arcado tá lá, tá do mesmo jeitinho, mesmo jeitinho não, mas tá lá o torrão, onde eu nasci, meu torrão natal. E aí, eu passei uma temporada sendo vereador. 16 anos eu fui vereador. Depois eu me afastei um tempo da política. Aí, por questão de saúde, tive problema forte de saúde na minha vida. E aí foi melhorando, melhorando. Agora eu tô com 72 anos de idade. E por incrível que pareça, eu sou candidato a prefeito nessa eleição de 2024.

Pesquisadora: Olha só!

Seu Guarabira: Talvez a ousadia, a ousadia descongela o medo e faz nascer a primavera, anunciando um bom tempo, se Deus assim permitir. E dessa forma, nós vamos caminhando. Eu sou pobre, eu sei que a eleição é muito difícil. Eu sou uma terceira via aqui, que tem dois candidatos mais fortes do que eu. Eu sou a terceira via. Eu não vou, eu vou fazer dentro do possível, só vou gastar o que eu puder. Não vou me sacrificar, se eu tenho condição. Meu dinheiro é de ponta de lenço.

Então, não vou enfrentar uma prefeitura, um, um patrimônio, como é que diz, uma máquina pública que é a prefeitura, com a corrupção que tá aí, com a falta de vergonha, com a descaração. Mas eu achei por bem que estava na hora, mesmo com a idade avançada, de ser candidato a prefeito de Pilão Arcado, para mostrar esses canalhas que estão roubando aqui Pilão Arcado há muito tempo, que eu não conheço covardia e que eu desconheço covardia. Por isso que eu sou candidato a prefeito. O nosso partido é o PMN, 33, o número de Jesus Cristo, a idade que Jesus Cristo foi morto, primeiro foi torturado, crucificado e morto, esquartejado. Então, o número do nosso partido, 33, é um partido simples, um partido pequeno, um partido nanico, que eu fui a Salvador, consegui esse partido. Até pode dizer até um partido de aluguel. É nesse caminho nós estamos caminhando e vamos até o ponto final, até na vontade de Deus, se Deus permitir. Sim, se você quiser fazer alguma pergunta de alguma coisa que falta, a gente vai completar. Eu vou tomar um pouquinho de água que eu tô com a garganta minha seca.

Seu Guarabira: A minha infância foi belíssima. A minha infância foi belíssima. A gente, eu mais meus colegas, a gente tomava banho na beira do rio. Brincava de vaquinha de osso, de aqueles osso de boi. E mandava, montado em cavalo, cavalo de pau, aqueles cavalos feitos de, de palha de carnaúba, de, a gente, a gente andava. Foi muito boa a nossa, a nossa infância em Pilão Arcado. Então, a gente brincava muito nesse sentido. Tomava banho no rio escondido que meu pai e minha mãe não queria de jeito nenhum que a gente tomasse banho no rio, mas a gente... Ainda tinha uma madrinha minha de carregação, tinha madrinha de carregação, que era uma nega véia que carregava, eh, lavava roupa, essas coisas, né? E gostava muito, era ligada à nossa família. E essa nega véia, chamava Maria Inês, ela me vigiava quando eu tava tomando banho e eu tinha medo dela, me botava pra correr.

E tinha lá na parte do rio São Francisco, lá do Pilão Arcado Velho, tinha uma localidade aí que chamava banheiro dos homens. Ali os homens podiam tomar banho e mulher não chegava por perto nem nada. E a gente, menino, meu, mais meus colegas, a gente ia, que ficava um pouquinho afastado da cidade, a gente ia tomar banho lá. E escondido, que a gente tomava banho escondido da, da família, porque morria a gente afogado e eu, foi assim que eu aprendi a nadar. Aprendi a nadar assim, desde criança eu aprendi a nadar. Uma vez eu tava tomando banho com os meus colegas lá na, na beira do rio, nesse, nesse banheiro dos homens. E meu pai tinha, teve um sonho que eu tinha, tava, que eu tinha morrido afogado. Aí meu pai achou que ia lá no banheiro, eu tomando banho.

Pesquisadora: (ri)

Seu Guarabira: Ah, não deu outra. Os, os, meus colegas,

meu, viram meu pai, ó Guarabira, Guarabira, seu, seu, seu pai, teu filho tá chegando aí. Aí não foi outro, deu uma carreira da porra, só cheguei em casa de noite.

Pesquisadora: (ri)

Seu Guarabira: (ri) Era uma infância muito boa, nesse sentido, infância de gente pobre, de pobre, mas nunca faltou o que comer na nossa casa não, graças a Deus, nunca faltou nada. Mas tudo, infância de, de filho de família pobre, né? De beira da, da pequena cidade, entendeu?

Seu Guarabira: E chegava aí no Pilão Arcado, tinha um turismo muito grande, nesse tempo os vapores gaiola viajava de Belo Horizonte, de Belo Horizonte não, de, de Pirapora a Juazeiro. Pirapora a Juazeiro, Juazeiro era a linha. Aí vinha. Depois, depois desses vapores gaiola, antigamente tem muita história sobre eles, até na revolução de 30, de tudo, tem de, de, de, naquele intendente Juarez Távora, que passou nesse navio, soldado, um diabo. Mas quando chegou mais, mais, já era meu tempo de infância já, de tempo de criança, de infância, os navios já gaiola já era, já era, já era fretado por turismo. Aí vinha aqueles turistas, carregava, na, na, na, na classe de baixo, na segunda classe, carregava mercadoria pra vender, pra essas coisas, aquele povo mais, mais pobre também viajava na segunda, segunda classe, que é onde ficava a caldeira do navio, do navio gaiola. E os turistas que vinham lá de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do exterior também, eles vinham na parte de cima, que era a primeira. E, e encostava no Pilão Arcado, em todas as cidades do Rio São Francisco, eles iam encostando até chegar em, em Juazeiro.

Seu Guarabira: E aí, foi daí que, eu já menino, mas já menino, já entrando na adolescência, de 12, de, de 11 para 12 anos, e, e começar, e 13 anos, já começando pra entrar na adolescência de 12 anos em diante, 12 anos mais ou menos, a gente começou a ver o que nunca via: turista saía na cidade de Pilão Arcado vestindo de maiô, não era nem biquíni, não, era maiô. Já chamava a atenção daquele pessoal mais antigo, daquela coisa. Era uma coisa tão interessante que aqueles mais velhos diziam: 'Ó falta de vergonha desse povo, andando com a bunda de fora aqui na cidade'. Aí os turistas andavam de todo lugar lá com aqueles vestimentas deles até o vapor ir embora. O vapor passava, era fretado por eles, passavam o tempo que eles quisessem no porto, né? Aí eles compravam aquelas bugigangas que o povo vendia, aquelas coisas, entendeu? Era muito interessante. A revista naquela época, a revista Cruzeiro, primeiro a Cruzeiro, depois a Manchete, e a Cruzeiro fez muita reportagem, talvez vocês encontrem isso na internet. Talvez encontrem na rede social. Muito com navio gaiola, gaiola, muito trabalho. E Juazeiro também, talvez na biblioteca de Juazeiro, na, na, aliás, não é biblioteca não, no museu lá de Juazeiro, vocês podem encontrar muita coisa

nesse sentido, entendeu? E eu não sei se eu me expliquei bem.

Pesquisadora: Sim. O senhor conheceu muita gente que sofreu muito com essa mudança da cidade?

Seu Guarabira: Conheci, conheci.

Pesquisadora: Que sofreu? Que foi ruim? Que foi assim?

Seu Guarabira: Conheci, conheci. Aqueles que indenizaram por, indenizaram suas benfeitorias, as suas coisas, por um dinheiro pouco, que o dinheiro acabou, e entraram numa situação de, de, de bancarrota chamada, né? De, de, de quebradeira, entendeu? Esse povo foi horrível. Uma situação muito, muito, muito delicada, delicada, muito delicada. Mas foram vencendo com a ajuda de Dom José Rodrigues, do Padre Guilherme, e tudo ajudou muito esse povo. Ajudou bastante, entendeu? E, e a política sempre mexendo com as coisas aqui no Pilão Arcado. E a verdade é que o culpado, o culpado de tudo foi o governo federal, foi a CHESF, que podia ter feito a barragem de Sobradinho, mas ter uma justiça social mais equilibrada com as pessoas mais carentes, com as pessoas mais fracas, com as pessoas mais pobres. E nesse sentido, aqueles que tinham seus bens, grandes fazendas, latifúndios, essa, esses foram bem indenizados. Segundo, até a maioria deles já morava já em Salvador, que foi descendente da família Lins de Albuquerque e de outras famílias aqui, que foram bem indenizados, esse povo irrigaram, jogaram dinheiro fora, alguns jogaram, ficaram pobres, mas foram bem indenizados, ganharam muito dinheiro. Enquanto a pobreza, aqueles que só tinham uma casinha, que plantava um pedaço da ilha, que vivia de pescaria, dessas coisas, coitado, esses foram penalizados pela CHESF, bem...

Pesquisadora: E não tinha como trabalhar, eles trabalhavam em quê, né?

Seu Guarabira: É, foi penalizado pela CHESF. Eles, a vida aqui trabalhava, plantação, uma pequena plantação, mandioca, feijão, milho, na, nas ilhas e a pescaria. Eles viviam disso. Agora tinha uns pequenos, eh, pecuaristas que tinham algumas criação, um gado, essas coisas, esses eram as pessoas que, a gente pode dizer, classe média, ou classe média alta, ou rico, como era chamado. Tinha os ricos, mas os ricos era minoria, muito minoria. Eram os donos das fazendas de carnavais, os donos das fazendas de gado, mas era minoria. O restante era, era, era pobreza mesmo. E tinha aquela pessoa, e tinha aquela, aquela parte mais baixa, que a gente pode chamar, eh, eh, de miséria mesmo, vivia em termos de miséria mesmo. Tinha, não passava fome porque quem morava na beira do Rio São Francisco, tinha o peixe. Pegava o peixe e a farinha, eles produziam farinha, pra fazer o pirão e comiam, mas não passava bem. Era uma vida muito, de pobreza, de muita dificuldade,

como até hoje continua sendo, como as coisas tá acontecendo. Mas muita coisa melhorou. Mesmo progresso. Depois de tanto tempo, apareceu tudo que a gente não conhecia. Por último o celular, o celular e outras coisas, né? E entrou na... aí veio pra todo mundo, né?

Pesquisadora: Mas que era a relação nesse sentido da, dessa luz que era, que tinha, davam um sinal, não era? Pra quando ia apagar a luz da cidade?

Seu Guarabira: É, porque a cidade não tinha energia, né?

Pesquisadora: Então funcionava...

Seu Guarabira: Ah, tinha um motor gerador. O motor gerador, esse motor gerador era ligado 6 horas da, da tarde e apagava 10 horas da noite. Dava o sinal pra apagar, acendia e apagava três vezes. E, e apagava 10 horas da noite. Era 6 horas, acendia e apagava 10 horas da noite, lá no Pilão Arcado. Em outras cidades era diferente. E a maioria dos, dos anos passava sem energia, era, sem ligação nenhuma, era no escuro mesmo. Mas aí quando o prefeito estava de boa vontade, comprava o combustível, botava o motor pra funcionar, aí tinha uma energia de 6 horas, quer dizer, 18 horas, das 18 horas às 22 horas, onde a energia apagava. Então, era uma vida terrível nesse sentido. Era escuridão, a gente já estava até acostumado.

Pesquisadora: A gente se acostuma.

Seu Guarabira: Rapaz, a gente já tá acostumado. Rapaz, e a muniçoca era pouca, não tinha muniçoca não.

Pesquisadora: (ri)

Pesquisadora: E hoje a, como que vocês, é, o rio pra vocês é muito diferente do que era o rio antes, né? Como que é isso? Como que é o antes e depois das pessoas com o rio?

Seu Guarabira: Aí, por exemplo, a gente foi no cais ali, é outra cidade quase, né? O cais aqui de Pilão Arcado, pra gente poder ir em Pilão Arcado Velho, pegar o, o barco, né? A gente teve que andar aí sei, 10 km, não sei, pra chegar no cais. É. Pra ir ao Pilão Arcado Velho, tem que ir ao terminal pesqueiro da passagem. No terminal pesqueiro da passagem, se pega um barco e anda mais ou menos, e vai de barco uma hora, uma hora e pouco, chega no Pilão Arcado Velho. Vai de barco, né? No terminal pesqueiro. Eu ainda alcancei no meu tempo, no meu tempo que eu morava no Pilão Arcado Velho, que tinha uma estrada vicinal de Remanso para Pilão Arcado, onde o transporte tudo era feito nessa estrada, mas era barco, tudo era barco, tudo era feito de, de barco, através de barco, de barca. E, e tinha um transporte pequeno para carro pequeno, pickup, jipe, rural, esses carros pequenos, eh, eh, transportava de Pilão Arcado para Remanso. As coisas foram melhorando, aí botaram um ônibus de Remanso para Juazeiro. A estrada

não era asfalto, a estrada tudo era cascalho, de Remanso para Juazeiro, de Remanso para Petrolina. Então, a gente que ia viajar para Salvador, primeiro ia para Remanso, pegava um transporte pequeno, um carro, um jipe, uma coisa assim, um jipe e uma pickup, e ia para Remanso, de Remanso pegava o ônibus para Salvador. Não, para Salvador não, para Juazeiro. Para Juazeiro, de Juazeiro pegava São Luís para Salvador. Era uma empresa de Remanso, chamado Remansense, não sei de quem era, uma pessoa lá de Juazeiro. E, e a gente pegava na São Luís de Juazeiro para, para Salvador. Isso era viagem, ainda eu fiz isso no meu tempo de estudante.

Seu Guarabira: No tempo das minhas férias que eu vinha de Salvador, eu trabalhava em Salvador, e vinha de minhas férias, férias de trabalho, e vinha nesse sentido, vinha para Remanso, de Remanso pegava um ônibus, ou pegava um carro pequeno para Pilão Arcado. Era uma vida muito, muito, muito apertada, entendeu? Mas aí as coisas vai, foi, foi progredindo, foi progredindo, progredindo. A primeira linha de Pilão Arcado para Salvador aconteceu aqui no Pilão Arcado novo. Eu fui o primeiro passageiro, fui um dos primeiros passageiros, fui o primeiro passageiro da linha quando de Salvador para Pilão Arcado, eu vim no ônibus. Eu vim no ônibus da primeira viagem. Aqui Pilão Arcado estava, ia ter uma festa, como teve, da inauguração dessa praça principal, que veio o governador Antônio Carlos Magalhães, o Wilson Lins, o escritor Wilson Lins. E, porque o nome da praça é o nome do Coronel Franklin Lins de Albuquerque, que é o pai de Wilson Lins, que era, Wilson Lins foi deputado, escritor, foi presidente da Academia de Letras da Bahia. O Wilson Lins é um, foi um grande jornalista. E eu vim lá de Salvador nesse ônibus. E aqui teve essa reunião onde estava Jorge Amado e Dona Zélia Gattai. Estava aqui, tiraram retrato, fotos aqui, muitas fotos. Aí esses, quando criaram a Casa de Jorge Amado em Salvador, lá no Pelourinho, botaram todas as fotos de Jorge Amado e de tudo, e o povo começou a roubar, roubar. Até as fotos que Jorge Amado, mais Dona Zélia Gattai e o Wilson Lins e Antônio Carlos Magalhães tiraram aqui na praça de Pilão Arcado, até isso furtaram, roubaram. Foram lá, lá no, no, no Pelourinho, na Casa de Jorge Amado. Pra você ver como são as pessoas, né? Foi passando a mão lá. E lá, hoje, hoje está tudo rigoroso lá na Casa de Jorge Amado, tá vigia, tá isso aqui, e no início eles não fizeram nada disso. Já tem alguns anos isso, já tem alguns anos. Mas eu me lembro muito bem, eu morava em Salvador nesse tempo, eu estudava e trabalhava em Salvador.

Pesquisadora: Sim. Quer fazer mais alguma pergunta, se eu souber?

Seu Guarabira: Acho que é isso, Seu Guarabira. O senhor conhece pessoas que gostaram muito da mudança? Que achou que foi, que foi muito bom ter mudado do antigo pro novo?

Pesquisadora: Seu Guarabira, infelizmente a gente vai ter que voltar porque eu tô preocupado com a hora pra Remanso, que a gente não sabe dirigir bem à noite.

Seu Guarabira: No início ninguém gostou. Mas foram acostumando paulatinamente, paulatinamente foram acostumando. As benesses foram chegando, estrada daqui para Salvador, telefone. Mas o telefone era o seguinte, era um posto telefônico. Alguém ligava pro posto da telefonista e ia chamar em casa: 'Fulano, tem um telefone assim'. Era desse jeito.

Pesquisadora: E qual o edifício da antiga cidade que você mais gostava e da nova cidade, qual o senhor mais gosta?

Seu Guarabira: Eu gostava muito da, das festinhas lá de Pilão Arcado.

Pesquisadora: Onde que acontecia? Onde que era a festinha? Onde que era?

Seu Guarabira: Era naqueles pequenos clubes, naqueles pequenos clubes que eram chamados sociais, naquele tempo aqueles carnavais, eles faziam as festas de São João, naqueles pequenos clubes, que a gente começou a, a namorar com as, as, os adolescentes, entendeu? E essa, aquelas festinhas eram muito interessantes. E eu sempre arrumava namorada, de vez em quando eu arrumava.

Pesquisadora: (ri) E aqui, qual, qual lugar assim? Tem festa boa aqui também?

Seu Guarabira: Aqui, praticamente eu, eu não tenho mais idade para mim, me isolei um pouquinho para negócio de festa aqui. Mas no início eu participava daquelas festas boas, bacanas. Aqui eu gostava muito. Mas agora eu prefiro, eu prefiro ficar um pouco retraído, recolhido e retraído também, no bom sentido, porque eu sou um homem polêmico. Eu o que eu tenho que dizer, eu digo. Então, para isso a gente procura se escusar de certos, de certos ambientes, com, como diz os, os nordestinos, daqueles mais antigos, que o homem desmoralizado no nordeste brasileiro, se ele não se vingar, é melhor estar morto. E por isso eu evito certas coisas para evitar, para não acontecer. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer, e eu tô fazendo essa hora para não esperar acontecer.

Pesquisadora: Eu tenho só uma curiosidade. Eu tava conversando com uma senhorinha ali, e ela falou: 'Não, ali tem um senhor que conhece'. Aí eu ficava perguntando pra ela, se na mudança, quando a CHESF deu a, as casas, né, deu não, indenizou, né? Que até uma senhora que a gente entrevistou lá em Petrolina, ela chama de gratificação, fez a gratificação pro pessoal. Eh, as casas não mantiveram os vizinhos, né? Então, não era assim, como se, se o senhor morando aqui, tem um senhor que mora ali, tem outro que mora ali. Ah, vamos mudar esses três que são vizinhos, ou esses cinco, vamos mudar

lá pra perto da pracinha, né? E a menina aqui também falou: 'Ah, não, tem um senhor aqui, ah, praticamente que nessa partezinha aqui quase todo mundo também é de Pilão Arcado antigo, né?' Como que era feito essa, essa escolha, né? Mantinha...

Seu Guarabira: Aqui foi uma, uma psicóloga, uma assistente social da CHESF, por nome Dona Severina. Essa mulher, ela tinha carta branca para fazer o que quisesse. E, até na época da ditadura militar, e era uma chefona aqui, né? Foi ela que, junto com a engenharia, com os engenheiros, com tudo, que fizeram o loteamento todo aqui, para cada uma pessoa ter o seu terreno, entendeu? Aquelas pessoas que não podia construir sua própria casa, eles fizeram as casas, casas populares. Ainda, ainda hoje tem algumas por aqui, como em Remanso ainda tem, em Xique-Xique ainda tem, como nessas cidades ainda tem, né? As pessoas mais pobres que não conseguiram fazer.

Pesquisadora: A pessoa quando era indenizada, ela que construía a casa?

Seu Guarabira: É, ela antes de construir a casa.

Pesquisadora: Só o loteamento.

Seu Guarabira: Só, é, só construía. Então a pessoa que era indenizada, construía a sua casa do jeito que quisesse. E aquelas pessoas que não podiam, eles deram essas casas populares de dois quartos. Aí foi as casas populares, que aqui em Pilão Arcado teve muito, como Remanso ainda tem, em Xique-Xique ainda tem, mas quem foi, quem foi melhorando de vida, de situação, foram reformando as casas. Tem delas aí que já viraram foi prédio, graças a Deus. Prédio de primeiro e segundo andar, entendeu? Dessas casas populares. Então, o pessoal melhorou de, de situação, melhoraram de vida. Mas antes, eles tinham as casinhas populares, só vinham as casinhas, quem não tinha condição de, de ter uma casa, a CHESF dava. A casinha, até os doidos, a CHESF, a CHESF dava a casa e era bom pra família dos doidos que ficava satisfeito. Mas tinha um doido aqui, uma história muito interessante, tinha um doido aqui por nome Anísio. Aí a Dona Severina, que não era gente que prestasse, a Dona Severina que era assistente social, a chefona, tinha carta branca na mão. Aí Dona Severina quis dar uma casa a Anísio. Chamou Anísio umas duas vezes lá no escritório dela, ela tinha um escritório aqui, chamou Anísio para dar a casa e Anísio não aceitou. A família de Anísio doida para Anísio aceitar a casa. Anísio não aceitou a casa. Até que Anísio não aguentou mais Dona Severina querendo dar essa casa a ele, ele disse: 'Dona Severina, eu não quero não. Pra que diabo que eu quero casa? Se eu não tenho mulher, pra que diabo que eu quero casa?' Que não queria a casa porque não tinha mulher.

Pesquisadora: (ri)

Seu Guarabira: Pra que diabo eu quero, ele não conseguiu, não quis não.

Pesquisadora: Não quis não?

Seu Guarabira: Não aceitou não. Que não tinha mulher, pra que diabo que eu quero casa? 'Eu não tenho mulher, pra que diabo que eu quero casa?' E é assim, foi interessante. Sim, algumas perguntas mais aí que vocês acharem interessante.

Pesquisadora: Não, acho que é por aí. Nossa, muito obrigada. Infelizmente a gente vai ter que voltar porque eu tô preocupado com a hora pra Remanso, que a gente não sabe dirigir bem à noite.

Seu Guarabira: Sim. Eh, mas aqui não tem problema não. Só uma curvinha na saída daqui. É a curva do, que já tem virado algum carro, alguma coisa, mas é cuidado. Mas aqui, aqui é 1 km, 2 km daqui da feira. Uma curva logo no início daqui. Mas, e os animais.

Pesquisadora: E os animais.

Seu Guarabira: E os animais, é verdade. Mas agora se vocês quiserem retornar aqui, eu tô aqui à disposição.

Pesquisadora: (murmurando agradecimentos)

Seu Guarabira: Beiradeiro e catingueiro. Beiradeiro. É, bem, aqui é o barranqueiro.

Pesquisadora: Barranqueiro.

Seu Guarabira: Barranqueiro é o beiradeiro, é a mesma coisa.

Pesquisadora: Ah, tá. Ai, que legal. Oh, seu Guarabira.

Seu Guarabira: Mas nesse livro que eu te dei aí, tem a história de Pilão Arcado, como surgiu, como aconteceu, direitinho, com detalhes, detalhes de pesquisa, não foi eu que inventei não.

Pesquisadora: Ah! Que bacana! Muito lindo! Nossa! Muito obrigada!